



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

MARIE-THÉRÈSE CÉCILE LÉVÊQUE
E O INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL (1935-1946).
HISTÓRIA E MEMÓRIA

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Maria Isabel Rodrigues dos Santos

Faculdade de Ciências Humanas

Novembro de 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

MARIE-THÉRÈSE CÉCILE LÉVÊQUE
E O INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL (1935-1946).
HISTÓRIA E MEMÓRIA

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Maria Isabel Rodrigues dos Santos

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação do
Prof. Doutor Francisco José do Nascimento Branco e
co-orientação do Prof. Doutor Paulo Fernando de Oliveira Fontes

Novembro de 2021

À memória de
Marie-Thérèse Cécile Lévêque (1901-1975),
notável mulher e profissional.
Que, resgatada ao tempo,
possa enfim ocupar o seu lugar na
história do serviço social em Portugal.

AGRADECIMENTOS

Com gratidão, ao Professor Doutor Francisco Branco e ao Professor Doutor Paulo Fontes, pela disponibilidade e assertividade que sempre me dispensaram, e pela abertura de pensamento e dialéctica, impressas na sua inestimável orientação.

Com admiração, à Dr.^a Margarida Abreu, mestre e amiga, que há duas décadas me cativou para a história do serviço social, pelos seus sábios conselhos durante os obstáculos que se levantaram nesta jornada.

Aos interlocutores nos inúmeros arquivos, centros de documentação, e outros locais de repositório arquivístico onde se desenrolou a pesquisa e recolha de fontes históricas, em Lisboa, Bruxelas, Charly-sur-Marne, Paris, Londres e Genebra, pelo profissionalismo e o interesse que demonstraram em colaborar com este trabalho de investigação.

Às professoras Brigitte Bouquet e Christine Rater-Garcette, do Réseau Histoire du Travail Social, em Paris, pelo incentivo à realização desta pesquisa, em 2010, quando ainda não se vislumbrava qualquer vestígio do percurso biográfico de Marie-Thérèse Cécile Lévêque.

À Dr.^a Maria Helena Beltrão (*in memoriam*), assistente social que integrou o primeiro grupo de alunas formadas no Instituto de Serviço Social, pela generosidade e entusiasmo com que se deixou entrevistar. Foi um privilégio e uma verdadeira honra.

Com amor, aos meus filhos, Martim, Gabriel e Maria, que tanto do nosso tempo doaram a este trabalho, ao meu primo, por acreditar e me fazer crer que seria possível, e aos meus pais, pela presença e apoio incondicional.

A todos, o meu sincero e reconhecido Muito Obrigada!

Esta tese foi realizada com o apoio da Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT),
através de atribuição de uma Bolsa de Doutoramento (Referência SRRH/BD/77511/2011),
financiada através de fundos nacionais do
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES)

O Instituto não pode realizar o que quer fazer para Portugal sem ter a certeza que as suas alunas, actualmente as mais seriamente e aprofundadamente formadas do país, no campo social, terão a propriedade dos seus diplomas e títulos. É inadmissível que todas as escolas que dizem-se 'sociais' (actualmente, em Portugal) têm o direito de dar, por exemplo, o título de 'assistente social' a alunas das quais a formação é muitíssimo inferior a qualquer das formações dadas lá fora; e que, durante este tempo, a única escola social que pode ser comparada com as melhores do estrangeiro, esteja sem ajuda oficial, sem programas e diplomas reconhecidos.

Marie-Thérèse Cécile Lévêque

In “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”.

PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025



Marie-Thérèse Cécile Lévêque, 1941

Fonte: Espólio fotográfico do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 1995

RESUMO

A presente tese analisa a história da emergência e institucionalização do serviço social em Portugal, a partir da criação do Instituto de Serviço Social (ISS), em Lisboa. A perspectiva analítica adoptada procura conjugar a atenção às dinâmicas históricas que atravessaram e caracterizaram a sociedade portuguesa nas décadas de 1930 e 1940, com as questões mais específicas relativas ao ensino e à profissionalização do serviço social na Europa e no mundo. Especial atenção foi dada a alguns actores individuais e ao seu papel em face dos processos de institucionalização em curso, com destaque para Marie-Thérèse Cécile Lévêque, directora técnica daquele Instituto, entre 1935 e 1946. O *corpus* documental que sustenta este estudo resultou da pesquisa em arquivos, centros de documentação e outros locais de repositório arquivístico, dispersos por Portugal e vários países europeus, e foi enriquecido com o testemunho oral de uma assistente social que integrou o primeiro grupo de alunas do ISS. A pesquisa desenvolvida permitiu revelar as incoerências e descompassos no contexto político do Estado Novo e do quadro normativo adoptado, que propiciaram a abertura de espaços de autonomia para estratégias de pensamento e acção de alguns dos agentes históricos no delinear do campo do serviço social em Portugal, oriundos nomeadamente do catolicismo social.

Palavras-chave: História do Serviço Social; Portugal; Instituto de Serviço Social; Marie-Thérèse Cécile Lévêque; Estado Novo; catolicismo social; dinâmicas internacionais

ARSTRACT

This thesis analyses the history of emergence and institutionalization of social work in Portugal, through the creation of the Instituto de Serviço Social (ISS), in Lisbon. The adopted analytical perspective intends to bring, simultaneously, attention to historical dynamics that crossed and characterized Portuguese society at the 1930s and 1940s, with the more specific issues related to social work's teaching and professionalization in Europe and worldwide. Special attention was given to some individual actors and their role at the ongoing processes of social work's institutionalization, with emphasis on Marie-Thérèse Cécile Lévêque, the academic head of that Institute, between 1935 and 1946. The historical sources that support this study were gathered through research carried out in archives, documentation centres and other archival repository places, spread across Portugal and several European countries, and was enriched with the oral testimony of a social worker who was part of the first ISS students' group. The developed research allowed to reveal the inconsistencies and mismatches at the Estado Novo political context and its normative framework, opening up spaces of autonomy for thinking and acting strategies by some historical agents at the social work field under construction in Portugal, namely coming from social Catholicism.

Keywords: History of Social Work; Portugal; Instituto de Serviço Social; Marie-Thérèse Cécile Lévêque; Estado Novo; social Catholicism; international dynamics

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse l'histoire de l'émergence et de l'institutionnalisation du service social au Portugal, à travers la création de l'Instituto de Serviço Social (ISS), à Lisbonne. La perspective analytique adoptée cherche à combiner l'attention portée aux dynamiques historiques qui ont traversé et caractérisé la société portugaise dans les années 1930 et 1940, avec des questions plus spécifiques concernant l'enseignement et la professionnalisation du service social en Europe et dans le monde. Une attention particulière a été accordée à certains acteurs individuels et à leur rôle face aux processus d'institutionnalisation en cours, avec un accent particulier sur Marie-Thérèse Cécile Lévêque, directrice technique de cet Institut, entre 1935 et 1946. Le *corpus* documentaire qui soutient cette étude est issu des recherches dans des archives, des centres de documentation et d'autres lieux de dépôt d'archives, au Portugal et dans plusieurs pays européens, et a été enrichi par le témoignage oral d'une assistante sociale qui a intégré le premier groupe d'étudiants de l'ISS. La recherche effectuée révèle les incohérences et les inadéquations du contexte politique de l'Estado Novo et du cadre normatif adopté, offrant l'ouverture d'espaces d'autonomie pour les stratégies de pensée et d'action de certains agents historiques dans la construction du champ du service social au Portugal, arrivant notamment du Catholicisme social.

Mots-clés: Histoire du Service Social; Portugal; Instituto de Serviço Social; Marie-Thérèse Cécile Lévêque; Estado Novo; Catholicisme social; dynamique internationale

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACP	Acção Católica Portuguesa
ANIDEF	Association Nationale des Infirmières Diplômées de l'État Français
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APECP	Associação Protectora das Escolas para Crianças Pobres
ASUSS	Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux
CARHOP	Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire
CCP	Centro Católico Português
CEAS	Centro de Estudos e de Acção Social
CEDIAS	Centre d'Études, de Documentation, d'Information et d'Action Sociale
CEHR	Centro de Estudos de História Religiosa
CESSS	Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia
CICIAMS	Comité International Catholique des Infirmières et Assistantes Médico-sociales
CNAEF	Centre National des Archives de l'Église de France
COS	Charity Organisation Society
CRC-W	Centro de Investigação do Bem-Estar Psicológico, Familiar e Social
CSVW	Christelijke Sociale Vrouwenwerken
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
ETSUP	École Supérieure de Travail Social
FMM	Franciscanas Missionárias de Maria
GREHSS	Groupe de Recherche en Histoire du Service Social
IASSW	International Association of Schools of Social Work
ICSSW	International Committee of Schools of Social Work
ICSW	International Conference of Social Work
IFSW	International Federation of Social Workers
IPSSW	International Permanent Secretariat of Social Workers
ISPA	Instituto Superior de Psicologia Aplicada
ISS	Instituto de Serviço Social
JAC	Juventude Agrária Católica
JC	Juventude Católica

JCF	Juventude Católica Feminina
JEC	Juventude Escolar Católica
JECF	Juventude Escolar Católica Feminina
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JOCF	Juventude Operária Católica Feminina
JUC	Juventude Universitária Católica
KADOC	Katholiek Documentatie- en Onderzoekscentrum
LACF	Liga de Acção Católica Feminina
L.d.	Localização do documento
LHAC	Liga dos Homens da Acção Católica
LOC	Liga Operária Católica
LSCV	Liga das Sociedades da Cruz Vermelha
OMEN	Obra das Mães para a Educação Nacional
Mlle.	Mademoiselle
Mme.	Madame
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina
NASW	National Association of Social Workers
OPGC	Obra de Protecção à Grávida e à Criança
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RHTS	Réseau Histoire du Travail Social
SFCM	Sociedade das Filhas do Coração de Maria Société des Filles du Cœur de Marie
SPCEL	Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa
UCISS	Union Catholique Internationale de Service Social (= UCITS)
UCITS	Union Catholique Internationale de Travail Social (= UCISS)
UCP	Universidade Católica Portuguesa
UCSS	Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux
UFF	Union des Femmes de France
[n.p.]	Não paginado
[s.a.]	Sem autor
[s.d.]	Sem data

ÍNDICE GERAL

Introdução	1
PARTE I: Marie-Thérèse Lévêque, uma francesa no Portugal de 1930-1940	27
Capítulo 1	
Memória e História	29
1.1 A morte de Mlle. Lévêque em França, sem nunca ter deixado Portugal: «ficou como pedra basilar de toda a sua criação»	29
1.2 A sociedade portuguesa nas décadas de 1930-1940: contornos socioeconómicos, políticos, religiosos e culturais	44
Capítulo 2	
Retratos de um percurso biográfico (1901-1935)	57
2.1 Enquadramento sociofamiliar: «[son père] rêvait de faire de tous ses enfants des êtres instruits et distingués»	57
2.2 A formação elementar e o ensino primário superior: «se former pratiquement et trouver toutes garanties morales pendant leurs études»	66
2.3 Os estudos médico-sociais e a experiência profissional: «sa vocation sociale semble certaine»	74
PARTE II: O projecto de construção do ensino do serviço social em Portugal	101
Capítulo 3	
O panorama internacional em retrospectiva	103
3.1 O surgimento das primeiras escolas de serviço social: «variété et hétérogénéité, telles sont les caractéristiques»	103
3.2 A Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS) e as conferências internacionais «neutres» de serviço social (ICSW)	120

Capítulo 4	
O berço da primeira escola portuguesa de serviço social	147
4.1 Tentativas para implementar o ensino do serviço social em Portugal: incursões nacionais e « <i>démarches</i> » além-fronteiras, pela UCISS	147
4.2 A negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS): « <i>nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait</i> »	172
PARTE III: O Instituto de Serviço Social sob a direcção técnica de Marie-Thérèse Lévêque (1935-1944)	203
Capítulo 5	
O erguer dos pilares do Instituto de Serviço Social	205
5.1 Os primeiros passos da diretora francesa: caminhar firme numa « <i>petite comédie diplomatique</i> »	205
5.2 A nova escola no espaço público: « <i>ninguém sabia o que era o serviço social a não ser Mlle. Lévêque</i> »	219
5.3 A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: « <i>o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado</i> »	240
Capítulo 6	
O delinear do campo do serviço social	265
6.1 Organização do ensino e primeiros planos de estudos: « <i>o programa do Instituto será portanto de vida social</i> »	265
6.2 A permeabilidade da escola às influências estrangeiras: « <i>Mlle. Lévêque é que me encaminhou para lá, para eu conhecer o serviço social francês</i> » ...	299
6.3 « <i>Le service social est-il une profession?</i> »: a perspectiva determinada da diretora francesa	321
Conclusão	345
Bibliografia	389

ÍNDICE DE DIAGRAMAS

Diagrama 1	Itinerário da profissão de serviço social em França	176
Diagrama 2	Conexões entre o ISS e diversas entidades (1945)	261
Diagrama 3	Organização do ensino no ISS (1935-36)	267

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Alunas matriculadas no ISS (Mar. 1935 – Dez. 1936)	273
Quadro 2	Ensino familiar e doméstico no ISS (plano de estudos de 1944) ..	289
Quadro 3	Tema das sínteses publicadas no Bulletin d'Information da UCISS, 2. ^a série (1936-1946)	316

INTRODUÇÃO

A presente tese, intitulada “Marie-Thérèse Cécile Lévêque e o Instituto de Serviço Social (1935-1946). História e Memória”, enquadra-se no Programa de Doutoramento em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa, e teve o seu projecto aprovado pelo conselho científico da Faculdade de Ciências Humanas em Outubro de 2010. A investigação contou com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, mediante a atribuição de uma bolsa de doutoramento na área científica de história e arqueologia, e teve como unidades de acolhimento o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e o Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS), este último, actualmente integrado no Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing (CRC-W).

A pesquisa desenvolvida situa-se no domínio da história do serviço social em Portugal, e centra-se no papel dos actores individuais face às dinâmicas institucionais e societárias que o configuraram, isto, no período da sua emergência e institucionalização. Em termos concretos, a tese versa sobre a escola fundadora do ensino do serviço social em Portugal, o Instituto de Serviço Social, e tem como enfoque o lugar e o papel assumidos pela sua primeira directora técnica, a francesa Marie-Thérèse Lévêque, entre 1935 e 1946.

Ao nível da abordagem histórica, a tese é orientada pela análise sócio-histórica do serviço social, em contraste com a abordagem essencialista, que pensa o serviço social enquanto entidade autónoma, definida a partir de atributos profissionais particulares, e situada numa posição de exterioridade por relação à sociedade, numa visão voluntarista da história. A redução da pesquisa histórica sobre o serviço social à análise dos seus elementos intrínsecos, que supostamente atribuem à profissão um determinado perfil específico – objecto, objectivos, estratégias, modelos e técnicas de intervenção, entre outros –, significa, porém, extrair artificialmente o serviço social das condições e relações sociais que lhe dão inteligibilidade, e nas quais ele se torna possível e necessário. A abordagem de análise sócio-histórica, por sua vez, entende o serviço social como uma produção histórica,

em que o dinamismo da estrutura do pensamento dos seus actores não resulta apenas das suas circunstâncias internas, mas também das dinâmicas estruturais mais abrangentes, que o contextualizam. Sob esta perspectiva, analisar o serviço social implica entendê-lo como uma produção histórica, em que a construção de um *corpus* profissional não se faz autonomamente: em cada época, a dinâmica interna ao serviço social é influenciada pelos problemas sociais que suscitam a sua acção, pelas transformações que sofrem as próprias estruturas desses problemas e, ainda, pela dinâmica de redes e relações sociais dos grupos com os quais opera (cf. Groulx, 2007: 41-42; Hick, 2006: 45-61; Mayer, 2002: 15-45; Morales & Sheafor, 2002: 51-58; Baptista, 2001: 65-75; Iamamoto & Carvalho, 2000: 15-22). Entende-se, portanto, que a análise histórica do serviço social deve ter um carácter compreensivo, no que diz respeito à apreensão da estrutura do pensamento e da acção dos seus próprios agentes, na sua relação com a estrutura complexa do pensamento, problemas e iniciativas de ajuda social organizada, registados em cada período da história, e com as condições sociais vividas no país e nas sociedades em geral.

No âmbito da abordagem sócio-histórica, Branco (2018: 271-281; 2015: 61-63), Hick (2016: 56), e Morales & Sheafor (2002: 51-58) apresentam uma proposta de leitura da história do serviço social assente em duas dimensões de análise: as dinâmicas societárias; e as dinâmicas inerentes à profissão. As dinâmicas societárias, relativas a factores exógenos ao serviço social, incluem os eventos de natureza socioeconómica, política e cultural que ocorrem nos planos nacional e internacional, e ainda os eventos alusivos à política social e às iniciativas de bem-estar social adoptadas num determinado país, como sendo as políticas públicas e as acções caritativas e filantrópicas. As dinâmicas intrínsecas à profissão, ou seja, os factores endógenos, dizem respeito aos eventos do próprio serviço social, onde se incluem a influência das ciências sociais e humanas, a competição ocasionada com as profissões sociais emergentes, a promoção de iniciativas de ensino e formação, o desenvolvimento de métodos profissionais, o associativismo profissional, os campos e as dinâmicas de trabalho e, por fim, o papel dos actores profissionais individuais, nomeadamente daqueles que se destacam enquanto pioneiros, pelo carácter matricial ou inovador do seu papel e contributos. Neste quadro de leitura, que orienta o presente trabalho, o serviço social emerge e é entendido como resposta a problemas e necessidades sociais concretas, e o seu percurso histórico corporiza projectos societários, histórica e

socialmente contextualizados, sem que sejam, no entanto, descuradas as dinâmicas próprias da profissão.

Na minha dissertação de mestrado, cujas provas públicas tiveram lugar em 2009, foi analisado o quadro de produção académica nacional sobre a história do serviço social em Portugal, entre 1987 e 2007. Este período, cujo marco inicial assinala a inauguração dos estudos pós-graduados de serviço social em Portugal, compreende dezassete estudos, na sua maioria, dissertações de mestrado e teses de doutoramento (cf. Santos, 2009: 179-180). A pesquisa realizada permitiu inferir que, na periodização da história do serviço social em Portugal, os estudos até então realizados tinham priorizado critérios que transcendem as dinâmicas intrínsecas da profissão, designadamente, factores políticos e ideológicos do contexto português.

Numa abordagem sócio-histórica, o assistente social desenvolve a sua acção num determinado espaço organizacional, onde a dinâmica de redes e relações sociais dos grupos e instituições com os quais opera, contribui para a definição da natureza do serviço social, enquanto ocupação. Natureza, essa, mutável consoante as mudanças societárias, pelo que o conhecimento e as ideias que os assistentes sociais utilizam também respondem, entre outras dimensões, às mudanças políticas, ideológicas e sociais. Ou seja, o contexto sócio-histórico específico de uma sociedade constitui condição necessária, e determinante, na estruturação do campo do serviço social.

Em 2009, a dissertação de mestrado permitiu concluir que, no quadro da produção académica nacional sobre a história do serviço social em Portugal, predominava a análise das transformações na estrutura socioeconómica, política, religiosa e cultural da sociedade portuguesa, em detrimento da análise dos factores endógenos ao serviço social, o que vinha contribuindo, de alguma forma, para associar à profissão uma imagem de autonomia limitada, enquanto campo de conhecimento e de acção, sobretudo no que concerne às décadas de 1930 a 1950. A história política e ideológica apresentava-se como o enfoque historiográfico predominante: as relações políticas entre grupos sociais, os processos políticos e os mecanismos de controlo eram reiteradamente enfatizados para enquadrar e contextualizar historicamente a profissão. No século XIX, nas sociedades ocidentais, o

desenvolvimento do fenómeno de pauperização em massa, associado aos processos de industrialização, urbanização e a novas formas de socialização, conduziu, face às limitações da acção filantrópica na resposta à questão social, a uma crescente necessidade de intervenção social por parte do Estado, ao que foi necessário submeter os indivíduos a uma nova ordem social estável. Considerando que foi neste contexto histórico que emergiu o serviço social, ou seja, nas sociedades industrializadas ou em vias de industrialização, onde foram institucionalizados novos serviços, nomeadamente a partir da acção do Estado, percebe-se que os estudos sobre o percurso histórico das profissões sociais colocam em evidência a instância política e ideológica. Mais compreensível se torna, no caso português, se considerarmos que a institucionalização e o desenvolvimento do serviço social tiveram lugar num contexto histórico fortemente marcado pelo quadro de política autoritária do Estado Novo. Ainda assim, a dissertação de mestrado veio questionar se a ênfase atribuída a determinadas instâncias da realidade social – política e ideológica –, apesar de se afigurar necessária, é suficiente para traduzir a complexidade da história e da identidade do serviço social português (*ibidem*: 159-168).

O Instituto de Serviço Social, primeira escola de serviço social em Portugal, surge em 1935, numa sociedade semiperiférica, dependente, rural e marcada pela institucionalização do Estado Novo, enquanto regime e projecto político e social, onde se configura uma nova conjuntura entre a Igreja, o Estado e os movimentos intelectuais, e em que o corporativismo é tido como modelo de organização social. Um ano antes, em Maio de 1934, tem lugar o primeiro congresso da União Nacional, com contributos de carácter maioritariamente técnico, onde os discursos proferidos pelo médico e professor Bissaya Barreto, “Medicina social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal”, e pela condessa de Rilvas, “A assistência técnica”, se mostraram decisivos para a deliberação de criar escolas de serviço social em Coimbra, Porto e Lisboa.

No caso de Coimbra, o processo que conduziu à criação da Escola Normal Social, em 1937, e o seu funcionamento até 1945, foram objecto de uma tese de doutoramento, em 1999, da autoria de Alcina Martins. Fundada pela congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, aquela escola teve a aquiescência da Junta da Província da Beira Litoral, então presidida por Bissaya Barreto (cf. Martins, 2010). A cidade do Porto teve

que aguardar até 1956, para ver criada a sua primeira escola: o Instituto de Serviço Social. Este teve como suporte jurídico a Associação de Cultura e Serviço Social, ligada à Igreja Católica, e contou com o empenho pessoal do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, no seu processo de abertura. Sobre esta escola, Margarida Silva realizou a sua dissertação de mestrado, em 2006, tendo estudado a construção do conhecimento profissional em serviço social, a partir dos pressupostos teórico-ideológicos e empíricos que presidiram à educação formal dos assistentes sociais, entre 1960 e 1974 (cf. Silva, 2006).

No que concerne à história do Instituto de Serviço Social, é possível encontrar artigos publicados nas décadas de 1970 e 1980, de cariz expositivo, que sequenciam marcos significativos do seu percurso histórico em Portugal, incluindo, inevitavelmente, a abertura da primeira escola portuguesa e alguns acontecimentos na sua evolução (cf. Henriques, 1991; Fernandes 1985, 1978; Abrantes, 1977). Mais recentemente, em 2009, um artigo dá conta da construção do serviço social como profissão em Portugal, a partir das monografias de final de curso do Instituto de Serviço Social, entre 1936 e 1972. Orientado pela perspectiva metodológica histórico-crítica, o estudo contextualiza histórica e politicamente aquela produção, permitindo apreender a construção de um pensamento sobre o social, e contribuindo para o conhecimento da história social da sociedade portuguesa naquele período. Para a autora, a análise do conteúdo das monografias consegue traduzir opções temáticas e metodológicas, reveladoras do evoluir da formação e das preocupações pedagógicas e profissionais do Instituto de Serviço Social (cf. Ferreira, 2009).

Por último, em 2016, uma tese de doutoramento, da autoria de Teresa Silva, centra o projecto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento no Instituto de Serviço Social, no período entre sua institucionalização e a vigência do primeiro plano de estudos, ou seja, entre 1935 e 1955. Em termos empíricos, o estudo recorre a fontes primárias em vários arquivos, como sendo o Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, no Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, o Arquivo Salazar, em depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. É atribuído particular destaque ao acervo monográfico do Instituto de Serviço Social, actualmente integrado no arquivo do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa e depositado no acervo bibliográfico da Universidade Lusíada – Fundação Minerva, onde foram consultadas as monografias de

final de curso, ficheiros e fotografias das alunas. O processo de construção do projeto educativo fundador do Instituto de Serviço Social, enquanto objecto de pesquisa, foi edificado em torno de um marco teórico de referência direcionado para a análise histórica das instituições educativas. Aquela opção teórico-referencial permitiu à autora combinar diferentes níveis de descrição, representação e apropriação das dinâmicas do Instituto de Serviço Social, enquanto reflexo da sua realidade educacional, integradas no contexto socioeconómico, político, religioso e cultural do Estado Novo (cf. Silva, 2016).

Na presente investigação, o enfoque atribuído ao papel dos actores individuais remete, em termos da abordagem sócio-histórica, para as dinâmicas intrínsecas ao serviço social, ou seja, para os seus factores endógenos, porém, numa perspectiva que se pretende em estreito diálogo com as dinâmicas do contexto socioeconómico, político, religioso e cultural, inerentes à fase de emergência e institucionalização do serviço social em Portugal. Trata-se, assim, de analisar o serviço social enquanto produção história, conferindo destaque à compreensão da estrutura do pensamento e acção dos seus próprios agentes, numa perspectiva que se pretende complementar àquela que tem predominado na produção académica nacional: a explicação do percurso histórico do serviço social em Portugal, sobretudo entre 1930 e 1950, a partir das dinâmicas societárias, em particular das instâncias política e ideológica.

Entre 2005 e 2006, no contexto do projecto de investigação “Ao encontro da memória”, integrado no Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS) da Universidade Católica Portuguesa, tive a oportunidade de entrevistar algumas assistentes sociais que frequentaram o Instituto de Serviço Social, entre 1935 e 1950. Com o intuito de resgatar e salvaguardar o património histórico do serviço social em Portugal, o projecto priorizou a realização de entrevistas biográfico-narrativas junto das interlocutoras que vivenciaram o período mais remoto da profissão, onde os testemunhos orais corriam maior risco de se perderem no tempo. No âmbito do projecto, e com a devida autorização, foram ainda recolhidas fontes documentais de relevo para o estudo da história do serviço social em Portugal, que se encontravam nos acervos pessoais das entrevistadas. Entre 2009 e 2011, também integrei a equipa organizadora do Seminário de Estudos de História Social e Religiosa, promovido pelo Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR), em parceria

com o CESSS. Numa perspectiva multidisciplinar, o Seminário versou sobre as interações entre formas de religiosidade e sociabilidade na história portuguesa contemporânea, em particular, das dinâmicas de acção e assistência social, e contou com um programa de recolha de testemunhos de protagonistas da história social e religiosa em Portugal.

Ambas as experiências de investigação, no CESSS e no CEHR, foram muito sugestivas, em termos exploratórios, para o expandir de perspectivas e possibilidades no estudo da história do serviço social em Portugal. Houve, no entanto, uma pista de investigação em particular que se foi configurando no tempo, e que acabou por nortear o projecto de doutoramento: apesar da institucionalização e primeiras décadas do serviço social em Portugal se situarem num contexto histórico fortemente marcado pelo quadro de política autoritária do Estado Novo, o testemunho de alguns dos seus actores individuais indiciava que naquele mesmo período pareciam ter coexistido micro-realidades históricas, com dinâmicas de pensamento e acção relativamente autónomas e, não raras vezes, alternativas e até mesmo contraditórias aos princípios políticos e ideológicos dominantes.

A possibilidade de existirem espaços de relativa autonomia no pensamento e na acção do serviço social em Portugal, no contexto das décadas de 1930 e 1940, ou seja, em plena fase de edificação do Estado Novo, contribuiu para acentuar que, nos estudos sobre a história do serviço social em Portugal, a ênfase que tem vindo a ser atribuída às dinâmicas societárias, designadamente às instâncias política e ideológica, em detrimento das dinâmicas intrínsecas ao serviço social, onde se integram, entre outros, os seus actores individuais, não se afigura suficiente para traduzir a complexidade da história e da identidade do serviço social português. Perspectiva, esta, que parece encontrar consistência num recente estudo sobre o itinerário das profissões sociais em Portugal, onde o autor, assinalando limites ao trabalho realizado e linhas de investigação necessárias, realça a importância de ser explorado um acervo mais amplo de fontes primárias sobre as profissões do trabalho social, onde se inclui o serviço social, em particular das que permitam analisar as práticas e dinâmicas sociais a partir dos relatos, testemunhos e perspectivas dos próprios profissionais ou outros actores relevantes, pois só dessa forma será possível ultrapassar uma análise histórica baseada em textos jurídico-legais e/ou doutrinários (cf. Branco, 2015: 61-63). O autor realiza, portanto, uma dupla proposta: a da

investigação para as dinâmicas intrínsecas às profissões sociais ser incluída na agenda da investigação da história do serviço social; e também a necessidade de diversificar as fontes históricas que sustentam os respectivos estudos, tendo em vista a apreensão de realidades e dinâmicas que não transparecem nos documentos oficiais.

O objecto de estudo da presente investigação centra-se, portanto, no papel dos actores individuais face às dinâmicas institucionais e societárias na configuração do serviço social em Portugal, no período da sua emergência e institucionalização.

A partir da II Guerra Mundial, a construção de conhecimento histórico a partir de percursos biográficos foi paulatinamente afastada das produções historiográficas, sendo alvo de controvérsia mesmo no interior de correntes renovadoras, como a *École des Annales*. Tornara-se mais interessante desvendar as regularidades dos processos sociais, do que as conturbadas e imprevisíveis histórias de vida. Preteriu-se o sujeito individual e o acontecimento, em favor das abordagens macro-orientadas, estruturais, quantitativas e de longa duração. O final da década de 1970 trouxe novas perspectivas epistemológicas na discussão do género historiográfico. No quadro das ciências sociais em geral, assistiu-se à crise do paradigma estruturalista, no qual prevalecem as estruturas e relações que, independentemente das percepções e intenções dos indivíduos, determinam os mecanismos económicos, organizam as relações sociais e engendram as formas do discurso. Ao nível do saber historiográfico, deu-se um retorno ao indivíduo, através da revalorização da acção e dos actores na história. Actualmente, numa epistemologia que entende a história como um discurso sobre a realidade das sociedades, e a sua escrita como uma narrativa abrangente, emergem sujeitos, acções, projectos e vontades, ou seja, protagonistas individuais, num tempo e num espaço concretos (cf. Pintassilgo & Teixeira, 2015: 57-59; Sardica, 2005: 21-23).

Nas novas tendências do género histórico-biográfico, o estudo e a reconstituição de um percurso de vida estabelece-se numa articulação entre a trajectória individual e o contexto mais amplo em que a mesma se desenrola. O objectivo central passa por desvendar os múltiplos fios que articulam um indivíduo ao seu contexto. No campo do conhecimento histórico, e das ciências sociais em geral, a relação entre indivíduo e sociedade não

constitui um problema propriamente novo. Com frequência, os autores tendiam a enfatizar um dos polos daquela relação: homem ou contexto; sujeito ou estrutura; voluntarismo ou determinismo; liberdade ou necessidade. Na actualidade, um número crescente de historiadores procura reflectir na articulação entre as trajectórias individuais e as dinâmicas societárias, evitando assim o individualismo exacerbado e a determinação estrutural estrita. Na tentativa de recuperar a tensão, e não a oposição, entre o individual e o social, o estudo de um percurso biográfico revela-se um importante mecanismo de entendimento da liberdade de acção, mesmo que restritas num determinado contexto normativo, que não é absoluto, mais sim contraditório e por vezes incoerente, abrindo espaços de autonomia para as estratégias de acção dos agentes históricos (cf. Pintassilgo & Teixeira, 2015: 67-69; Schmidt, 1997: 4-19).

O despertar do interesse pela história contemporânea da pobreza e da assistência, e também pela história e construção do serviço social, remonta ao ano 2000, quando ingressei na licenciatura em serviço social. Mais tarde, entre 2006 e 2016, tive a oportunidade de leccionar a unidade curricular “História e Fundamentos do Serviço Social” no curso de primeiro ciclo em serviço social da Universidade Católica Portuguesa, e também da Universidade da Madeira. Estudar e leccionar a história do serviço social em Portugal, com frequência me fazia questionar a identidade da enigmática figura francesa que em 1935 assumira a direcção do Instituto de Serviço Social, levando-me a indagar qual teria sido o seu lugar e o seu papel naquela escola. Apesar de oitenta e cinco anos se terem passado desde a sua chegada a Portugal, em verdade, Marie-Thérèse Lévêque ainda é praticamente uma desconhecida. Ao contrário do que acontece com algumas pioneiras do serviço social suas contemporâneas, sobretudo de nacionalidade francesa, nunca mereceu ver estudado o seu percurso biográfico ou contributo para o serviço social em Portugal.

Em Portugal, dispomos de um conjunto restrito de referências sobre Marie-Thérèse Lévêque, replicados em artigos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento que versam sobre a história do serviço social português. Referências, essas, que podem ser resumidas à informação constante na seguinte citação:

«[...] dada a ausência em Portugal de alguém com formação profissional em Serviço Social e de programas curriculares, foi contactada a ‘*Union Catholique des Services de*

Santé et des Services Sociaux’ de Paris, que enviará a técnica da empresa Citroën, Mlle. Marie Thérèse Lévêque para instalar a escola e formar pessoal dirigente português que assuma posteriormente a direcção do instituto. [...] O ‘Novidades’, que recolhe alguns dados curriculares da directora da escola, dirá que ‘A Sr.^a D. Maria Teresa Levêque nasceu em França em 1901, tendo portanto 34 anos. [...] Fez em França os seus estudos e lá obteve sucessivamente os diplomas de Enfermeira da Cruz Vermelha, o de ‘Intendente de Fábricas’ e o diploma de Serviço Social, foi terminar como aluna delegada, a sua formação mental e profissional, no Bedford College for Women, da Universidade de Londres onde seguiu um curso internacional de Serviço Social’¹» (Henriquez, 1991: 18-19).

A leitura deste excerto faz assomar diversas questões, que indagam não só o percurso formativo e profissional de Marie-Thérèse Lévêque, mas também o seu lugar e o seu papel no Instituto de Serviço Social, durante o período em que nele assumiu o cargo de directora técnica. Desde logo, em que contexto sociofamiliar e histórico-cultural nasceu e foi socializada Marie-Thérèse Lévêque? Quais os traços distintivos da sua formação? Que trabalho desenvolveu na Société André Citroën e noutras organizações onde tenha, eventualmente, exercido actividade profissional ou acção voluntária? No que concerne à sua vinda para Portugal, quem contactou Marie-Thérèse Lévêque para assumir a direcção técnica da primeira escola de serviço social portuguesa? Que qualidades e características congregava, enquanto pessoa e profissional, para que tivesse sido considerada competente no exercício daquelas funções? Em que redes sociais, nacionais ou transnacionais, se movimentava, para lhe ser sido dirigido o convite que a fez aceitar vir para Portugal no contexto da década de 1930? E, ainda, em que trâmites foi realizado aquele convite? Por último, e em relação ao período em que desempenhou funções de directora técnica, que factores concorreram para a organização do ensino e a construção dos primeiros planos de estudos do Instituto de Serviço Social? Em que círculos sociais sucedia, em Portugal, a divulgação da escola e a captação das suas primeiras alunas? Qual o papel de Marie-Thérèse Lévêque nestes, ou noutros processos, que vieram a revelar-se significativos para a delimitação progressiva do campo profissional do serviço social em Portugal?

Ao estabelecer um diálogo entre o questionário de pesquisa e o objecto de estudo, anteriormente enunciado, foi possível avançar para a formulação do objectivo central desta tese: aprofundar o conhecimento sobre a história do serviço social em Portugal, na sua fase

¹ Excertos em “itálico” conforme o texto.

de emergência e institucionalização, a partir do lugar e do papel de Marie-Thérèse Cécile Lévêque, enquanto directora técnica do Instituto de Serviço Social, no período 1935-1946.

À luz das recentes perspectivas historiográficas sobre a abordagem biográfica, julgou-se existir um potencial para a compreensão da história do serviço social em Portugal, a partir do percurso biográfico de Marie-Thérèse Lévêque, na sua articulação com o Instituto de Serviço Social. Trata-se, pois, de um objecto de estudo que expressa, em paridade de circunstâncias: um fim em si mesmo, na medida em que sugere a existência de um percurso pessoal e profissional significativo e, por isso, historicamente relevante; e um meio, pois pretende ser uma janela aberta para aprofundar o conhecimento sobre a história do serviço social português, e do próprio cenário histórico em que aquele se inscreve. Todavia, nesta tentativa de articular um percurso de vida com a conjuntura mais ampla, há que considerar que Marie-Thérèse Lévêque jamais será capaz de esgotar o contexto e, num sentido diametralmente oposto, o contexto não conseguirá explicar todas as suas acções.

Estudar, a partir da abordagem de análise sócio-histórica, o percurso biográfico de Marie-Thérèse Lévêque, é situar a reflexão e o conhecimento de um período da história no cruzamento de um actor individual com as dinâmicas institucionais e societárias em que participou, ou das quais se distanciou, bem como analisar a sua percepção dos acontecimentos seus contemporâneos, na tentativa de melhor compreender o modo como o serviço social se foi articulando no todo social. É, antes de mais, verificar como uma mulher, evoluindo no seio do serviço social em construção no interior de duas sociedades, francesa e portuguesa, nos pode elucidar sobre a pluralidade de dimensões que atravessaram o serviço social em Portugal, e apontar questões centrais que marcaram a história do nosso país nas décadas de 1930 e 1940, em particular ao nível social e das mentalidades, considerando os contornos políticos e ideológicos desse mesmo contexto.

No panorama da produção nacional, não é possível encontrar estudos biográficos sobre as figuras pioneiras do serviço social em Portugal, nem sobre a história do serviço social em Portugal com recurso à abordagem histórico-biográfica. Esta realidade pode ser explicada pela tardia e limitada introdução da expressão biográfica no contexto académico português, onde permanece um género historiográfico pouco utilizado (cf. Pinheiro, 2006: 67-80;

Sardica, 2005: 21-23). Em termos europeus, a abordagem biográfica figura em estudos sobre a história do serviço social desde o final da década de 1980, sobretudo em França.

O Réseau Histoire du Travail Social (RHTS), fundado em França em 1989, por Brigitte Bouquet e Christine Rater-Garcette, ambas assistentes sociais, constitui um espaço de promoção da pesquisa e de intercâmbio de recursos e conhecimentos, e tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento da investigação histórica sobre o trabalho social, universo no qual se insere o serviço social. Na dependência do Centre d'Études, de Documentation, d'Information et d'Action Sociale (CEDIAS), o RHTS tem por interesse estudar a história do trabalho social em França, e também no estrangeiro, através da análise dos factores de profissionalização ocorridos no campo sanitário e social. Os seus enfoques de investigação compreendem a pesquisa biográfica, as escolas de serviço social, as associações profissionais, e a construção do conhecimento no campo trabalho social (cf. Bouquet & Rater-Garcette, 2013: 203-205). Uma das equipas constituídas no RHTS tem como objecto de pesquisa o percurso histórico-biográfico de figuras que se destacaram durante a emergência e institucionalização do serviço social francês, designadamente, nas áreas do ensino, da criação de serviços, da regulação profissional, e da mobilização associativa. Até à data, aquela equipa conta com dez artigos publicados na revista *Vie Sociale*, propriedade do CEDIAS: “Une pionnière du service social: Marie-Thérèse Vieillot” (cf. Lenain & Salomon, 1988); “Berthe Milliard, 1877-1924” (cf. Boyer, 1993); “Jeanne de Joannis, 1877-1963” (cf. Bouquet, 1993a); “Juliette Delagrangue, 1880-1936” (cf. Bouquet, 1993b); “Hélène Gervais-Courtellemont, 1861-1922” (cf. Courtellemont, 1993); “Ysabel de Hurtado, 1891-1983” (cf. Gury [et al.], 1993); “Aux origines du service social hospitalier, Joséphine Getting, ou le hasard et la méthode, 1887-1947” (cf. Legros & Moussy, 1993); “Lucie Chevalley, 1881-1979” (cf. Bouquet, 1993c); “Bertie Albrecht, 1893-1943” (cf. Guerrand, 1993); “L'influence d'Alice Salomon dans l'histoire du travail social” (cf. Labonté-Roset, 2000). Também resultante da pesquisa desenvolvida pelo RHTS, a revista *Vie Sociale* editou, em 2008, um número especial consagrado à assistente social Madeleine Delbrêl (1904-1964).

O Groupe de Recherche en Histoire du Service Social (GREHSS), criado em 2016, e com sede em Marselha, também se propôs promover a investigação sobre a história do serviço

social em França. Como eixo prioritário, o grupo de pesquisa estabeleceu a publicação de um dicionário biográfico dos fundadores do serviço social, e dos actores que marcaram a sua trajectória. O dicionário biográfico, obra colectiva, conta actualmente com quarenta e cinco biografias publicadas, e pode ser consultado na página electrónica do CEDIAS². Outras biografias estão em curso, havendo o intuito de alimentar em permanência aquele projecto de cariz histórico-biográfico.

Publicada em 2003, uma obra transnacional apresenta o percurso biográfico de pioneiras do serviço social em vários países europeus (Alemanha, Áustria, Holanda, Lituânia, Polónia, Roménia, Rússia e Suíça), e trata de analisar a sua influência no desenvolvimento de organizações sociais internacionais, entre 1900 e 1960 (cf. Hering & Waaldijk, 2003). Por último, refira-se, nos Estados Unidos da América, Jane Addams (1860-1935) e Mary Richmond (1861-1928), fundadoras do serviço social moderno, que já contam há vários anos com o estudo e publicação da sua biografia (cf. Agnew, 2004; Linn, 2000).

O presente estudo situa-se, portanto, numa abordagem de análise sócio-histórica, que tenta conferir visibilidade às dinâmicas intrínsecas da profissão, designadamente, ao papel dos actores individuais perante as dinâmicas institucionais e societárias que configuraram o serviço social em Portugal, sendo atribuída particular atenção a Marie-Thérèse Lévêque, enquanto directora técnica do Instituto de Serviço Social, no período de 1935 a 1946. Pretende-se, especificamente:

Situar historicamente a emergência das primeiras escolas de serviço social no mundo ocidental, e conhecer as dinâmicas transnacionais que foram sendo percorridas neste novo campo de ensino e profissionalização.

Elucidar sobre as dinâmicas institucionais e outras que, no início da década de 1930, se estabeleceram na sociedade portuguesa, e nas suas relações internacionais, e que vieram a confluir na criação do Instituto de Serviço Social.

² O “Dictionnaire Biographique du Service Social” pode ser consultado em www.cedias.org.

Reconstituir o percurso de vida de Marie-Thérèse Lévêque, entre 1901 e 1946, tentando recriar, com a maior densidade histórica possível, o contexto sociofamiliar, o percurso formativo e profissional, e as respectivas redes e círculos de sociabilidade.

Compreender os contornos da construção do ensino no Instituto de Serviço Social, e do delinear do campo do serviço social em Portugal, tentando apurar, num contexto histórico fortemente marcado pelo quadro de política autoritária do Estado Novo, a existência de espaços de autonomia no pensamento e nas estratégias de acção dos seus agentes históricos, em particular, de Marie-Thérèse Lévêque.

O recorte histórico da presente investigação, e que versa no título da tese, remete para o período em que Marie-Thérèse Lévêque permaneceu em Portugal, em exercício de funções no Instituto de Serviço Social, a saber, de 1935 a 1946. Importa, no entanto, tecer algumas considerações prévias sobre a plasticidade do período temporal definido.

Em primeiro lugar, sobre a figura de Marie-Thérèse Lévêque, a pesquisa retrocede até 1901, ano do seu nascimento, e inclusive até ao final do século XIX, para enquadrar o ambiente socioeconómico e cultural da sua ascendência familiar. Após regressar a França, em 1946, a pesquisa tenta captar a memória que a directora francesa deixou nas suas antigas alunas portuguesas, e que é particularmente expressiva por ocasião do seu falecimento, em 1974. Em segundo lugar, entre o limiar do século XX e a década de 1930, é realizada uma retrospectiva do surgimento das primeiras escolas de serviço social no mundo ocidental, e uma abordagem às dinâmicas transnacionais do serviço social então existentes. Ainda naquele período, são consideradas as primeiras tentativas para implementar o ensino do serviço social em Portugal, inclusive, aquela que veio confluír na abertura do Instituto de Serviço Social, em Lisboa, e que resultou de negociações tidas entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux, em Paris, nos meses que sucederam o primeiro congresso da União Nacional, realizado em 1934. Por fim, apesar do recorte histórico se estender até 1946, convém esclarecer que Marie-Thérèse Lévêque assumiu a direcção técnica do Instituto de Serviço Social entre 1935 e 1944, tendo permanecido na escola até 1946, sem que tenha sido possível apurar o cargo ou as funções desempenhadas durante aqueles dois últimos anos.

A procura por respostas sobre o período de emergência e institucionalização do serviço social em Portugal, a partir do lugar e papel de Marie-Thérèse Cécile Lévêque, enquanto directora técnica do Instituto de Serviço Social, entre 1935 e 1946, determinou a opção por um estudo de carácter compreensivo, que encontra fundamento epistemológico no paradigma interpretativista da realidade. Este paradigma acentua a importância dos significados subjetivos e sociopolíticos, assim como as ações simbólicas, na forma como as pessoas constroem e reconstróem a sua própria realidade. A compreensão dos processos sociais pressupõe uma imersão no mundo no qual eles são gerados, o que implica conhecer como as práticas e os significados são formados e informados pela linguagem, e por normas tácitas compartilhadas num determinado contexto social. Trata-se, portanto, de uma epistemologia construtivista, pois ocupa-se do estudo dos modos pelos quais a realidade é construída, sob o ponto de vista dos actores nela directamente envolvidos (cf. Blaikie, 1993: 36-45; Burrell e Morgan, 1979: 28-32).

O paradigma interpretativista subjaz à pesquisa de natureza qualitativa, vocacionada para a análise de casos concretos, nas suas particularidades de tempo e de espaço, onde prevalece a lógica indutiva, e o investigador procura evitar um entendimento prévio sobre a realidade analisada (cf. Freixo, 2009: 145-149; Flick, 2005: 1-13; Fortin, 1999: 147-160). Como tal, e ao invés de partir para a pesquisa e recolha empírica com um conjunto pré-definido de constructos sobre a realidade, o presente estudo fez derivar os seus constructos do próprio trabalho de campo, o que não dispensou a prévia elaboração de um questionário de pesquisa, com o intuito de nortear a recolha empírica e a interpelação das fontes coligidas. Privilegiou-se, assim, a função heurística, que atribui relevo ao processo indutivo-exploratório e à formulação de hipóteses interpretativas.

Uma pesquisa histórico-biográfica representa sempre um desafio no que respeita ao acesso às fontes, sobretudo ao lidar com personagens cuja vida se desenvolveu em grande parte no anonimato. Cedo se constatou que a bibliografia sobre Marie-Thérèse Lévêque era praticamente inexistente, não só em Portugal, como também em França, seu país-natal, sendo este, aliás, um dos motivos que impeliu à realização do presente estudo. Já no decurso da pesquisa, em diversas ocasiões, deparámo-nos com planos da sua existência,

entre 1901 e 1946, em que o silêncio das fontes documentais (não) encontradas apenas permitiu expressar níveis de desconhecimento, propostos a uma possível reflexão.

«[...] estudar uma personagem histórica é uma tarefa para a qual não há – nem nunca poderá haver – nenhum sistema nem nenhum método científico prescritos. [...] Requerendo descrição e compreensão, evidência documental e interpretação, narração e imaginação, fazer uma biografia assemelha-se muito a fazer um puzzle: trata-se de descobrir e encaixar peças várias para uma imagem de conjunto que, afinal, permanecerá sempre incompleta» (Sardica, 2005: 22).

Tal como deixava antever esta observação, feita por um historiador, as fontes históricas que sustentam o presente estudo resultaram de um paulatino percurso de pesquisa e recolha empírica, que decorreu em 2010 e 2011, e se estendeu geograficamente entre Portugal e vários países europeus. Perante a necessidade de encontrar fontes históricas capazes de elucidar sobre as realidades e as dinâmicas que se pretendia conhecer, e considerando que esses temas ainda não tinham sido tratados em anteriores estudos sobre a emergência e institucionalização do serviço social em Portugal, a tese foi substantivamente construída a partir de fontes primárias, complementadas com fontes secundárias³.

Ao nível das fontes secundárias, a pesquisa bibliográfica foi orientada, em primeiro lugar, para a emergência do ensino do serviço social no mundo ocidental, em particular, europeu. A França, país-natal de Marie-Thérèse Lévêque, mereceu uma abordagem mais detalhada quanto ao surgimento das primeiras escolas de serviço social e, também, entre o início do século XX e a década de 1930, no que concerne ao contexto socioeconómico, político e cultural em que a primeira directora técnica do Instituto de Serviço Social nasceu, cresceu, recebeu instrução e exerceu profissionalmente, antes de chegar a Portugal, em 1935. Sobre Portugal, a bibliografia centrou-se historicamente na institucionalização do Estado Novo, versando sobre as principais dinâmicas societárias que caracterizaram aquele período, e que foram condição necessária, e determinante, para a estruturação do campo do serviço social português. Durante a análise do material empírico, houve um tema que emergiu com alguma expressividade, e que também foi abordado a partir de fontes secundárias: a história do catolicismo social e das elites católicas, em Portugal e no plano transnacional.

³ A tese emprega um duplo sistema de referência, para uma mais clara distinção entre fontes primárias e secundárias (bibliografia). As fontes primárias são referenciadas em nota de rodapé, juntamente com a sua localização, enquanto as fontes secundárias, que podem surgir no próprio texto ou em nota de rodapé, encontram a sua referência numa secção própria, destinada a esse efeito, designadamente, a Bibliografia.

Por último, importa referir que o recurso à bibliografia também contribuiu para conhecer biograficamente um extenso conjunto de actores individuais que, na primeira metade do século XX, e em múltiplos contextos, viram o seu percurso cruzar-se com o da história do serviço social, em Portugal e além-fronteiras.

Sobre as fontes primárias convém salientar que, enquanto estratégia de pesquisa, a reconstituição do percurso de vida de Marie-Thérèse Lévêque, entre 1901 e 1946, foi fundamental para desvelar fontes inéditas, sobre a emergência, a institucionalização e a primeira década de existência do Instituto de Serviço Social. Para além de fontes históricas reveladoras do seu percurso biográfico, e da sua articulação com o Instituto de Serviço Social, o “rasto” documental deixado por Marie-Thérèse Lévêque, no estrangeiro e em Portugal, sugeriu pistas de pesquisa que orientaram para outros locais de repositório arquivístico, e permitiu muitas vezes o encontro com novas fontes primárias. Este processo, complexo e moroso, será explanado em seguida, ao que se sugere acompanhar a narrativa com a visualização do diagrama em apêndice⁴, que sequencia a pesquisa e recolha de fontes documentais. O *corpus* documental que sustenta a presente tese foi sistematizado num quadro⁵, onde constam todas as entidades onde se desenrolou a pesquisa, com indicação, e breve descrição, dos documentos coligidos. Pretende-se, assim, disponibilizar a localização de um repertório alargado de fontes primárias, que podem ser utilizadas em futuros estudos sobre a história do serviço social em Portugal, ou mesmo noutros domínios da investigação histórica e/ou social.

Os poucos elementos biográficos sobre Marie-Thérèse Lévêque enunciados no artigo de Henriquez (1991), sobre a génese e emergência do serviço social português, a saber, ano de nascimento e frequência de estudos no Bedford College for Woman, constituíram o ponto de partida. Uma pesquisa realizada com recurso à internet revelou que acervo documental do Bedford College for Woman estava depositado nos arquivos da Royal Holloway, University of London. Estabelecido contacto com o departamento arquivístico, e através do nome e ano de nascimento de Marie-Thérèse Lévêque, foi identificado o seu processo de aluna, que revelou, entre outros, data de nascimento, naturalidade, morada de residência, e, até ingressar no Bedford College for Women, em 1932, as escolas e cursos que frequentou

⁴ Vide Apêndice A: Sequência de pesquisa e recolha das fontes documentais.

⁵ Vide Apêndice B: Fontes documentais: locais de pesquisa; tipologia e descrição da documentação coligida.

e os certificados obtidos, e ainda a sua experiência profissional no campo do serviço social. A informação-chave contida naquelas fontes documentais veio deslindar o percurso formativo e profissional de Marie-Thérèse Lévêque previamente à sua vinda para Portugal, em 1935, e permitiu nortear as etapas seguintes da pesquisa.

Os dados pessoais relativos à naturalidade, data de nascimento e morada de residência encaminharam para a terra-natal de Marie-Thérèse Lévêque, a comuna rural de Charly-sur-Marne, no nordeste da França. Numa missão de estudos empreendida àquela localidade, a pesquisa conduzida na Mairie de Charly-sur-Marne e nos Archives Départementales de l'Aisne permitiu recolher informações sobre o contexto sociofamiliar e cultural em que nasceu e foi socializada Marie-Thérèse Lévêque. Também há a destacar, em Charly-sur-Marne, os escritos pessoais de Maurice Lévêque (1890-1982)⁶, que narram a história da família Lévêque, e aos quais se acedeu por intermédio de uma descendente colateral de Marie-Thérèse Lévêque, designadamente, uma sobrinha-neta.

A pesquisa e recolha documental relativa ao percurso formativo de Marie-Thérèse Lévêque seguiu a mesma estratégia adoptada no caso do Bedford College for Woman: averiguar se, sobre os estabelecimentos de ensino frequentados, existia acervo documental, para depois tentar identificar o processo de aluna e/ou fontes documentais que permitissem caracterizar o ensino, no período cursado por Marie-Thérèse Lévêque. Neste âmbito, foram dez as entidades onde se realizou pesquisa, todas em Paris, à excepção da última a ser listada, com morada em Genebra: Archives Municipales de Soissons, e Association Scolaire Saint-Rémy (Pensionnat de la Croix, 1910-1914)⁷; École Privée Sainte Jeanne d'Arc – Gagny (Institut Jeanne d'Arc, 1916-1918); Croix Rouge Française – Département des Archives Historiques (curso de enfermagem da Union des Femmes de France, 1924-1925); École Supérieure de Travail Social – Fond Association des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux (curso de *surintendante d'usines* na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux, 1925-1926); Bibliothèque Médicale Henri Ey (estudos psicotécnicos no Hôpital Henri Rousselle, 1928); Bibliothèque de l'École du Louvre (estudos em história da arte na École du Louvre, 1929); Rectorat de l'Académie de Paris – Service des

⁶ Maurice Lévêque (1890-1982), irmão mais velho de Marie-Thérèse Lévêque.

⁷ Junto a cada entidade figura o estabelecimento de ensino ou curso frequentado por Marie-Thérèse Lévêque, e o período em que desenvolveu os respectivos estudos.

Archives, e Archives de France – Centre d'Accueil et de Recherche (estudos em filosofia na Sorbonne, 1930-1931); e, por fim, Fédération International des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant Rouge – Bibliothèque et Archives (estudos sociais no Bedford College for Women, 1932-1933).

No seguimento da mesma estratégia, a pesquisa e recolha documental sobre o percurso profissional de Marie-Thérèse Lévêque teve lugar em duas entidades, ambas em Paris: Centre de Ressources Documentaires Multimédia du Ministère du Travail, de l'Emploi et de la Santé (Société de Secours Mutuels de la ville de Paris, 1927-1929)⁸; e Centre d'Archives de Terre Blanche (Société Anonyme André Citroën, 1929-1934).

Na École Supérieure de Travail Social, o processo de aluna mostrou conter documentação que se estendia além de 1926, ano em que Marie-Thérèse Lévêque finalizou o curso de surintendente d'usines na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux. Entre os documentos, dois recortes de imprensa de jornais portugueses, o *Novidades* e *A Voz*, datados de 1935, noticiavam a inauguração do Instituto de Serviço Social. Aquela descoberta sugeriu a realização de uma pesquisa na Hemeroteca Municipal de Lisboa, centrada naqueles periódicos, e posteriormente alargada ao *Diário de Notícias* e ao *Diário de Lisboa*, com o intuito de reunir recortes de imprensa que noticiassem o Instituto de Serviço Social e/ou Marie-Thérèse Lévêque, entre 1935 e 1945⁹. Os recortes de imprensa coligidos, para além de constituírem uma fonte histórica para o presente estudo, também indicaram um novo caminho de pesquisa: com frequência, mencionavam Maria Leonor Corrêa Botelho, assistente social formada no Instituto de Serviço Social, em 1939, sugerindo tratar-se de uma figura relevante no contexto daquela escola. Numa congregação de esforços e recursos, foi possível encontrar uma descendente colateral de Maria Leonor Botelho, sua sobrinha-neta, que em Castelo Branco conservava o espólio pessoal da tia-avó. As fontes documentais contidas naquele espólio, com particular interesse para a compreensão de algumas dinâmicas e tensões subjacentes à gestão interna do Instituto de

⁸ Junto a cada entidade figura a organização empregadora de Marie-Thérèse Lévêque, e o respectivo período em que nela desenvolveu actividade profissional.

⁹ Vide Apêndice C: Elenco de recortes de imprensa, 01/01/1935 a 31/12/1945. Temas: Instituto de Serviço Social; Marie-Thérèse Lévêque. O recorte temporal não incluiu o ano de 1946, pois aquando da pesquisa na Hemeroteca Municipal de Lisboa, em Março e Abril de 2011, ainda se desconhecia que após cessar funções como directora técnica, em 1944, Marie-Thérèse Lévêque tinha permanecido mais dois anos no Instituto de Serviço Social, regressando a França somente em 1946.

Serviço Social, entre 1941 e 1946, ainda deram novos rumos à pesquisa: a referência, num documento, à condecoração de Marie-Thérèse Lévêque, em 1943, remeteu para o arquivo da Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas; e a correspondência trocada entre Maria Leonor Botelho e a Union Catholique International de Service Social (UCISS), a propósito da Associação das Assistentes Sociais e das Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social, motivou uma incursão no fundo arquivístico daquela organização católica internacional, em depósito no Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire, na cidade de Bruxelas.

Ainda sobre o artigo de Henriquez (1991), o autor refere ter sido a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS) a enviar Marie-Thérèse Lévêque para Portugal, a fim de instalar o Instituto de Serviço Social e formar pessoal dirigente. Com recurso a uma pesquisa realizada via internet, foi detectado o acervo documental daquela organização católica francesa, em depósito no Centre National des Archives de l'Église de France. Uma missão de estudos àquele centro de arquivos, em Paris, veio providenciar o encontro com a última presidente do Mouvement Chrétien des Professions Sociales (antiga UCSS), entretanto extinta, que nos concedeu autorização para consultar o seu espólio pessoal. No acervo documental da UCSS, a informação-chave sobre as negociações que, em 1934, foram encetadas entre o Patriarcado de Lisboa e aquela organização católica francesa, e que vieram a confluir na abertura do Instituto de Serviço Social, norteou a pesquisa para o Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, mais concretamente, para o fundo arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Ainda no fundo UCSS, um documento de 1934, que referia a possível entrega da direcção da escola de serviço social portuguesa à Sociedade das Filhas do Coração de Maria – o que nunca se concretizou –, instigou uma pesquisa no arquivo histórico daquela congregação religiosa, em Lisboa.

Outras pistas de pesquisa, menos explícitas, emanaram do *corpus* documental coligido, remetendo para figuras e organizações que se cruzaram com o Instituto de Serviço Social, durante a sua fase de emergência e institucionalização. Pistas, essas, que subjazem as incursões tidas em várias bibliotecas, arquivos e centros de documentação: em Lisboa, na biblioteca e arquivo histórico da Cruz Vermelha Portuguesa, no Centro de Documentação

Margarida Abreu¹⁰ – em depósito na UCP, CRC-W, na Biblioteca Nacional de Portugal, e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – fundo da Presidência do Conselho de Ministros (Arquivo Salazar) e fundo do Ministério do Interior (Gabinete do Ministro); e, em Paris, no Centre d'Études, de Documentation, d'Information et d'Action Sociales – Musée Social.

O acervo documental do Instituto de Serviço Social, integrado no arquivo do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, encontra-se depositado, desde 2006, na Universidade Lusíada – Fundação Minerva. Importa referir que, entre 2010 e 2011, foram empreendidas diversas tentativas, junto da Universidade Lusíada, para a obtenção de uma autorização de acesso ao acervo documental do Instituto de Serviço Social, a saber, junto da direcção da Mediateca, da direcção do Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, e da Reitoria. Lamentavelmente, a pesquisa não logrou ser concretizada¹¹.

A constituição do *corpus* documental que sustenta esta tese teve lugar entre 2010 e 2011, e envolveu, para além do trabalho de pesquisa e recolha empírica em Portugal, três missões de estudos a França, designadamente, à comuna de Charly-sur-Marne e à cidade de Paris, uma missão de estudos à cidade de Bruxelas, na Bélgica, e um considerável fluxo de correspondência trocada com todas as entidades, nacionais e estrangeiras, envolvidas.

Por fim, refira-se o recurso a uma fonte, no domínio da história oral, que veio enriquecer de forma substantiva a presente tese: duas entrevistas biográfico-narrativas, realizadas à assistente social Maria Helena de Medeiros e Albuquerque Teixeira Beltrão (1914-2012), que integrou o primeiro grupo de alunas do Instituto de Serviço Social, em 1935. Maria Helena Beltrão, ela própria, pioneira do serviço social em Portugal, foi entrevistada em 2005, no decorrer do projecto “Ao encontro da memória”, incorporado no Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)¹², e novamente em 2011, durante a investigação de doutoramento¹³. O seu testemunho na primeira pessoa, para além de facultar informações históricas directas sobre o período de emergência e institucionalização do serviço social em Portugal, também é expressão da

¹⁰ Actualmente, em fase de conclusão da sua organização.

¹¹ Vide Apêndice B.

¹² Vide Apêndice D: Projecto “Ao encontro da memória” – guião de entrevista, CESSS/UCP (2005) & Apêndice E: Transcrição da entrevista a Maria Helena de Medeiros e Albuquerque Teixeira Beltrão (2005).

¹³ Vide Apêndice F: Guião de entrevista às primeiras alunas formadas no Instituto de Serviço Social (2011) & Apêndice G: Transcrição da entrevista a Maria Helena de Medeiros e Albuquerque Teixeira Beltrão (2011).

memória que Marie-Thérèse Lévêque imprimiu em alguém com quem privou no Instituto de Serviço Social, o que contribuiu para compreender a relevância histórica da directora francesa.

As fontes históricas coligidas foram, no decurso deste estudo, submetidas à crítica interna e externa, ou seja, à análise do seu discurso na dualidade de objecto de significação *versus* objecto de comunicação, sob três dimensões fundamentais: o intratexto, que corresponde aos aspectos internos do texto; o intertexto, ou seja, o relacionamento de um determinado texto com outros; e o contexto, ao fazer corresponder a relação do texto com a realidade que o produziu e enquadra (cf. Barros, 2004: 132-145). Esta tríplice abordagem aos documentos permitiu a identificação, respectivamente, das suas condições de produção, da sua inserção numa sociedade mais ampla, e da sua proveniência.

As informações constantes do *corpus* empírico constituído foram, sempre que possível, sujeitas a uma triangulação de fontes. Esta estratégia de investigação permite olhar um mesmo fenómeno a partir do cruzamento de fontes diversas, pois informações provenientes de diferentes perspectivas contribuem para elucidar ou reinterpretar o objecto de pesquisa, sendo também importantes para limitar os enviesamentos metodológicos e exponenciar a generalização de um estudo (cf. Flick, 2005: 231-232; Fortin, 1999: 322-326). Na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre a história do serviço social em Portugal, a partir do lugar e do papel de Marie-Thérèse Cécile Lévêque, enquanto directora técnica do Instituto de Serviço Social, entre 1935 e 1946, o cruzamento de fontes históricas com natureza e proveniência distintas permitiu a descoberta de múltiplas dinâmicas, societárias e inerentes à própria profissão, nos planos nacional e internacional, que caracterizaram aquela fase do serviço social português, e ainda conferiu densidade à dimensão interpretativa. A análise e discussão da totalidade do material empírico coligido enveredou, assim, por um processo indutivo exploratório, consonante com a função heurística. Do diálogo das fontes históricas com o questionário de pesquisa resultou, assim, a formulação de um conjunto de hipóteses interpretativas sobre o período de emergência e institucionalização do serviço social em Portugal e, também, a escolha dos temas que nortearam a estruturação final da tese.

Para além da introdução, a presente tese compreende seis capítulos, estruturados em três partes, que compõem o corpo central do estudo e, por fim, a conclusão. Atendendo à dimensão do trabalho, e ao número de documentos reunidos em apêndice e anexo, julgou-se apropriado a organização da tese em dois tomos distintos, que contêm, designadamente, o corpo da pesquisa e os respectivos apêndices e anexos.

A primeira parte da tese, intitulada **Uma estrangeira cosmopolita no Portugal de 1930-1940**, caracteriza biograficamente Marie-Thérèse Lévêque, e situa historicamente os principais cenários onde se desdobra a sua trama de vida, tanto na sociedade francesa, onde nasce, em 1901, é socializada, recebe formação e exerce profissionalmente, como na sociedade portuguesa, que a recebe em 1935 e, ao longo de onze anos, acolhe em funções no Instituto de Serviço Social, em Lisboa. Ao fazer uma narrativa anacrónica, o **capítulo 1, Memória e história**, inicia com uma prolepse, para assim revisitare a memória marcante que Marie-Thérèse Lévêque deixou em tantos com que privou pessoalmente em Portugal, sobretudo professores e antigas alunas do Instituto de Serviço Social, e que demonstra ser particularmente expressiva por ocasião do seu falecimento, em 1974. São, em seguida, delineadas algumas das dinâmicas societárias mais significativas da sociedade portuguesa das décadas de 1930-1940, nos domínios socioeconómico, político, religioso e cultural. O **capítulo 2, Retratos de um percurso biográfico (1901-1935)**, reconstitui o percurso de vida de Marie-Thérèse Lévêque, tentando recriar o seu contexto sociofamiliar, o percurso formativo e profissional, e as respectivas redes e círculos de sociabilidade, numa articulação entre trajectória individual e contexto envolvente mais amplo.

A segunda parte, com o título **O projecto de construção do ensino do serviço social em Portugal**, situa a emergência da formação em serviço social no mundo ocidental, entre o limiar do século XX e meados da década de 1930, para depois elucidar sobre os movimentos e as dinâmicas socioculturais que, nos panoramas nacional e internacional, concorreram para a abertura do Instituto de Serviço Social, em particular no universo do catolicismo social e dos círculos sociais católicos. O **capítulo 3, O panorama internacional em retrospectiva**, aborda o surgimento das primeiras escolas de serviço social, e acompanha a disputa transnacional despoletada em torno daquele novo campo do social, patente na apartada organização de conferências internacionais de serviço social,

católicas e “neutras”. O **capítulo 4, O berço da primeira escola portuguesa de serviço social**, revisita algumas das tentativas, na esfera nacional, para implementar o ensino do serviço social em Portugal, e retrata uma incursão que, com aquele propósito, teve lugar em 1933, por iniciativa da Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS), sediada em Bruxelas. O capítulo prossegue, direcionando a atenção para as negociações entre o Patriarcado de Lisboa e uma organização católica francesa, a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), encetadas em 1934, após o primeiro congresso da União Nacional, e vieram a confluir na abertura do Instituto de Serviço Social, e na escolha de Marie-Thérèse Lévêque para sua directora técnica.

A terceira e última parte, intitulada **O Instituto de Serviço Social sob a direcção técnica de Marie-Thérèse Lévêque (1935-1944)**, trata de explorar e compreender os contornos da construção do ensino no Instituto de Serviço Social, e da configuração do campo do serviço social em Portugal, procurando identificar espaços de autonomia no pensamento e nas estratégias de acção dos seus agentes históricos, e em particular da directora francesa, isto, num contexto histórico fortemente marcado pela política autoritária do Estado Novo. O **capítulo 5, O erguer dos pilares do Instituto de Serviço Social**, começa por acompanhar os primeiros passos de Marie-Thérèse Lévêque quando, recém-chegada a Portugal, se deparou com o desafio de, em escassos dois meses, organizar o ensino e estruturar o plano de estudos da futura escola portuguesa. Segue-se uma abordagem às estratégias adoptadas para divulgar o Instituto de Serviço Social no espaço público, e captar potenciais alunas, donde sobressaem as notícias veiculadas em vários órgãos de imprensa da época, e as conferências protagonizadas por Marie-Thérèse Lévêque, sobretudo, nos círculos sociais católicos. Por fim, o capítulo retrata a conjuntura de fragilidade e dependência financeira em que vivia o Instituto de Serviço Social, dando a conhecer alguns episódios da sua contenda pela preservação da autonomia, em matéria de assuntos internos à escola. O **capítulo 6, O delinear do campo do serviço social**, inicia com uma abordagem à organização do ensino no Instituto de Serviço Social, e compreende a análise comparativa entre o primeiro plano de estudos oficialmente reconhecido, em 1939, e dois planos de estudos que, embora sem reconhecimento oficial, prevaleciam naquela escola em 1935 e 1944. No seguimento do capítulo, o foco é direccionado para a permeabilidade do Instituto de Serviço Social às influências estrangeiras, mostrando que o

intercâmbio além-fronteiras de saberes, vivências e experiências foi uma realidade que, desde sempre, fez parte daquela escola, e que teve em Marie-Thérèse Lévêque uma das suas principais impulsionadoras. Para finalizar, o pensamento da directora francesa sobre o serviço social, enquanto profissão, é analisado a partir de uma sua prelecção, proferida em 1937, num evento internacional de serviço social. Pensamento, esse, que se vai mostrar consonante com os direitos profissionais que, em Portugal, Marie-Thérèse Lévêque julgava necessário acautelar aos que exerciam o serviço social, desde que devidamente formados.

Os apêndices e anexos incluídos no segundo tomo visam completar a moldura histórico-analítica em presença neste estudo. Sobre os anexos, importa esclarecer que a pesquisa e recolha de fontes primárias conduziu a um *corpus* documental extenso, constituído, na sua maioria, por fontes documentais que não figuram nos estudos realizados sobre a história do serviço social em Portugal, e que, portanto, aparentam ser desconhecidas. Apesar de se afigurar relevante anexar à tese a totalidade do *corpus* documental, motivos de ordem logística impõem-se, pelo que, em alternativa, optou-se por elencar, num quadro, as fontes documentais coligidas, e indicar a respectiva localização¹⁴.

A presente tese compreendeu várias fases de redacção, estendidas por uma década. Ao ser retomado o trabalho, optou-se por dar continuidade à escrita na sua versão inicial, ou seja, ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

¹⁴ Vide Apêndice B.

PARTE I

Marie-Thérèse Lévêque, uma francesa no Portugal de 1930-1940

CAPÍTULO 1 MEMÓRIA E HISTÓRIA

1.1 A morte de Mlle. Lévêque em França, sem nunca ter deixado Portugal: *«ficou como pedra basilar de toda a sua criação»*

Corria o Inverno de 1974, quando a notícia do falecimento da Marie-Thérèse Lévêque, primeira directora técnica do Instituto de Serviço Social, chegou a Portugal. Contavam-se vinte e oito anos desde que deixara aquela escola e rumara novamente à França, em 1946. Apesar do tempo decorrido, aquele acontecimento foi recebido com desolação pelas suas antigas alunas portuguesas, que saudosamente se mobilizaram para prestar homenagem à estimada directora francesa, e honrar a sua memória.

A 1 de Fevereiro de 1974, Michel Boulnois (1907-2008), organista e compositor francês, escreve uma missiva a Maria Celeste Ferreira Cardoso, assistente social formada no Instituto de Serviço Social¹⁵, dando conta do recente acontecimento: Marie-Thérèse Lévêque havia falecido na semana anterior, a 26 de Janeiro de 1974, após um agravamento do seu estado de saúde que a conduziu ao Hôpital Saint-Michel, em Paris. Nunca constituiu família, e eram já poucos os familiares que lhe restavam. As cerimónias fúnebres foram organizadas por um casal com quem mantinha uma amizade de longa data, e tiveram lugar na capital francesa, seguindo-se o funeral na comuna rural de Charly-sur-Marne, sua terra-natal¹⁶. Maria Celeste Cardoso depressa fez chegar uma cópia daquela missiva a Maria Leonor Corrêa Botelho, uma das primeiras assistentes sociais formadas pelo Instituto de Serviço Social, em 1939, e a quem Marie-Thérèse Lévêque escolhera para a suceder na

¹⁵ Sobre Maria Celeste Ferreira Cardoso, para além de ter frequentado o Instituto de Serviço Social, onde teve Marie-Thérèse Lévêque como professora, não foi possível apurar qualquer outro dado biográfico.

¹⁶ Cf. “Chère Madame, j’ai le terrible devoir [...] [Paris], 1 février 1974” (carta de Michel Boulnois a Maria Celeste Cardoso). Documento manuscrito com duas páginas. *In* Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico. O casal que se ocupou das cerimónias fúnebres de Marie-Thérèse Lévêque também mantinha amizade com a mãe de Michel Boulnois.

direcção técnica daquela escola, apesar de tal nunca se ter concretizado¹⁷. O documento original, esse, a sua destinatária preferiu conservá-lo na sua posse, pelo valor inestimável que representava, não fosse a forma como Marie-Thérèse Lévêque marcara a sua vida, e a própria história do serviço social:

«[...] eu gostaria de conservar o original, pois a memória de Mlle. Lévêque representa muito; e é, de facto, exemplo vivo de uma alma grande que sabia dar-se, de uma inteligência brilhante e de uma cultura vasta, mulher extraordinária que ficará ligada à história do Serviço Social»¹⁸.

No que se refere ao serviço social em Portugal, Maria Celeste Cardoso tem em Marie-Thérèse Lévêque a sua pedra basilar. Isto, por considerar que a directora francesa veio desbravar caminho para uma nova profissão, ao permitir às jovens portuguesas prosseguir uma carreira na promoção do bem-estar social:

«[...] se considerarmos o caso português, poderemos afirmar e verificar que ficou como pedra basilar de toda a sua criação e desenvolvimento, e que [...] trabalhou afanosamente, dedicadamente, abrindo caminho, entusiasmando e fazendo viver em mundo novo, e em profissão nova, outras almas de mulher, as raparigas do seu Instituto, entusiasmando, guiando-as para a nova carreira – essa carreira vital, humana, posta de pé com entusiasmo, ao lado das mais nobres, das mais próprias, das mais necessárias ao bem-estar social!»¹⁹.

Recorda, com consideração e estima, a figura de Marie-Thérèse Lévêque, a quem atribui um profissionalismo exigente e austero, e reconhece uma personalidade convicta:

«Foi uma técnica maravilhosa, atraente, gentil, sóbria, carinhosa conosco, interessada em cada uma de nós, ela viveu no meio das alunas e das primeiras trabalhadoras sociais, como uma espécie de irmã mais velha que se amava e se respeitava. As suas exigências em serviço, a sua austeridade, impunham-se. E acho até que, quem se ressentia, não podia furtar-se à atracção que ela oferecia com encanto, com larga intuição de humanidade – tal a convicção com que defendia os seus pontos de vista»²⁰.

¹⁷ A figura de Maria Leonor Corrêa Botelho, e também a substituição de Marie-Thérèse Lévêque no cargo de directora técnica do Instituto de Serviço Social, são temas a tratar no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado», pp. 240-264.

¹⁸ Vide Anexo A: “Querida amiga Maria Leonor, aqui lhe envio [...]. Pôrto, 8 Fev. 1974” (carta de Maria Celeste Cardoso a Maria Leonor Botelho). Documento manuscrito com duas páginas: p. 1. In Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalões de Cima), sem tratamento arquivístico.

¹⁹ *Ibidem*: pp. 1-2.

²⁰ *Ibidem*: p. 2.

Ao dirigir uma carta às antigas alunas do Instituto de Serviço Social, suas colegas, Maria Teresa de Jesus²¹ faz saber que também foi informada sobre o falecimento de Mlle. Lévêque: «Todas lhe somos devedoras e embora a sua pessoa tivesse passado, ficou sempre presente o seu espírito, a sua doação e o seu belo ideal de servir os outros»²². A missiva permite subentender que estava em curso a organização de um momento de homenagem a Marie-Thérèse Lévêque, a ter lugar no dia 11 de Fevereiro de 1974, durante uma missa vespertina no Instituto de Serviço Social, e onde se esperava a presença de antigas alunas e antigos professores daquela escola, «[...] para todos juntos sufragarmos a alma que tanto trabalhou pela causa de Deus»²³.

Em Março de 1974, Maria Leonor Botelho faz chegar uma carta ao casal que organizou as cerimónias fúnebres de Marie-Thérèse Lévêque, em Paris. Apresenta-se como uma das suas primeiras alunas, e realça que o serviço social teve início em Portugal com a vinda da directora francesa: «[...] je suis une de ses élèves de la 1^{ère}. heure à qui elle a accompagné les premiers pas dans la vie professionnelle, car, comme vous peut être la savez, c'est grâce à Mlle. Lévêque que le Service Social a démarré au Portugal»²⁴. Em representação das assistentes sociais portuguesas, Maria Leonor Botelho manifesta apreço pelo cuidado do casal para com Marie-Thérèse Lévêque, e expressa a intenção de gravar uma inscrição de agradecimento no seu túmulo, em Charly-sur-Marne: «Permettez-moi [...] de bien vous faire savoir notre profond remerciement par tout ce que vous avez fait pour elle. [...] nous voudrions aussi faire graver notre remerciement sur sa tombe. Est-ce possible?»²⁵. Porém, em Julho de 2011, durante uma missão de estudos à terra-natal de Marie-Thérèse Lévêque, foi possível constatar, numa visita ao seu túmulo, que aquele desígnio colectivo veiculado por Maria Leonor Botelho não logrou ser concretizado.

²¹ Sobre Maria Teresa de Jesus, em termos biográficos, apenas foi possível apurar que frequentou o Instituto de Serviço Social, tendo sido aluna de Marie-Thérèse Lévêque.

²² “Queridas colegas e irmãs em Cristo, fui hoje informada [...]. Monte Estoril, 9-II-1974” (carta de Maria Teresa de Jesus às antigas alunas do Instituto de Serviço Social). Documento manuscrito com duas páginas: p. 1. *In* Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

²³ *Ibidem*: p. 2.

²⁴ “Chère Madame Bourdon, Permettez-moi, tout d’abord, [...]. Lisbonne, le 30 mars 1974” (carta de Maria Leonor Botelho a Madame Bourdon). Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. *In* Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

²⁵ *Ibidem*.

As fontes históricas coligidas na presente investigação situam a saída de Marie-Thérèse Lévêque do Instituto de Serviço Social, e respectivo regresso a França, no Verão de 1946, porém, nada acrescentam sobre as circunstâncias em que se deu aquele episódio. A haver uma certeza, é a de que o seu cargo de direcção, que se previa por escassos anos, foi sendo protelado no tempo, claramente pela dificuldade em encontrar, entre as alunas formadas no Instituto de Serviço Social, uma que conseguisse congregar as mesmas qualidades técnicas da directora francesa. No Verão de 1937, numa missiva remetida ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, a então presidente do conselho de direcção e administração do Instituto de Serviço Social, condessa de Rilvas, esclarece que nesse ano contavam com as primeiras alunas formadas, mas nenhuma mostrava maturidade suficiente para substituir Mlle. Lévêque em funções, «[...] pois é necessária uma grande experiência antes de tomar uma responsabilidade dessa ordem. Somente a experiência social de cada dia juntamente com as qualidades duma boa assistente social pode conseguir obter uma técnica digna de assumir a direcção»²⁶. A escolha da próxima directora técnica requeria, portanto, cautela e responsabilidade, «[...] porque dada a profunda influência que adquirem as assistentes sociais em todos os meios onde exercem a sua missão, a sua acção pode ser um perigo em vez dum auxílio, um elemento destrutor em vez de construtor»²⁷, ao que seria desejável protelar a substituição da directora francesa.

Já em 1942, numa proposta de reorganização do Instituto de Serviço Social apresentada pela condessa de Rilvas ao cardeal patriarca de Lisboa, D. Manuel Cerejeira, fica assente que Marie-Thérèse Lévêque ia permanecer no cargo de directora técnica durante o ano lectivo 1942/43, «[...] dando assim plena satisfação aos professores e, garantindo depois de um ano inteiro de trabalho com as técnicas que devem ficar no Instituto, uma sucessão capaz e bem aceite»²⁸. Nesse sentido, foi celebrado contrato com Mlle. Lévêque, ficando «[...] prevenida e já está assente que a sua missão finda em Julho ou Agosto 1943»²⁹.

²⁶ “Ex.mo Senhor presidente do Conselho. Renovando o meu [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento dactilografado com seis páginas: p. 3. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ “Eminentíssimo Senhor Patriarca, recebi a comunicação [...]. Lisboa, 16 de Junho de 1942” (carta da condessa de Rilvas ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com cinco páginas e apenso com sete páginas: p. 3. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/008. O papel e o envolvimento do Patriarcado de Lisboa no Instituto de Serviço Social são temas a tratar no subcapítulo 4.2, A negociação entre o Patriarcado

Tendo ficado assente, entre a condessa de Rilvas e o cardeal patriarca de Lisboa, que o retorno de Marie-Thérèse Lévêque a França se daria no Verão de 1943, no final do ano lectivo de 1941/42 foi-lhe rendido um tributo pelas alunas finalistas do Instituto de Serviço Social. Numa publicação na primeira página do diário *Novidades*, órgão officioso da Igreja Católica, pode ler-se em Junho de 1942:

«Às 16 horas, realizou-se uma sessão de agradecimento ao Instituto e de homenagem à sua Directora Técnica, M.elle Marie-Thérèse Lévêque, usando da palavra várias alunas e o sr. Doutor Marcelo Caetano, professor do Instituto. Foi exaltada a acção inteligente e profunda de M.elle Lévêque e entregou-se-lhe um ‘Livro de Ouro’ contendo autógrafos dos professores, directores dos Serviços Hospitalares e mensagens das antigas e actuais alunas»³⁰.

Uma cópia do livro de ouro encontra-se depositada no Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira³¹. Trata-se de uma fonte histórica significativa, pela diversidade de testemunhos sobre Marie-Thérèse Lévêque e o seu papel no Instituto de Serviço Social. Entre os depoimentos prestados pelos professores do Instituto de Serviço Social, e que dele constam, foram seleccionados alguns excertos que, apesar de reveladores, ficam aquém de ser representativos do manancial de elogios tecidos à figura da directora francesa. Barahona Fernandes, médico psiquiatra cofundador do Hospital Júlio de Matos, e professor de higiene mental de adultos, escreve:

«[...] me é hoje extremamente grato renovar aqui as minhas homenagens e o meu preito de admiração à ‘grande pioneira do Serviço Social em Portugal’. Considero a sua orientação e doutrina sôbre o serviço social como das mais justas, tanto pela nitidez das concepções e compreensão dos fins a atingir como, e muito especialmente, pela plasticidade e maleabilidade verdadeiramente humanas, que para além dos sistemas e das teorias, a tornam um real instrumento de auxílio, colaboração e progresso social»³².

de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS): «*nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait*», pp. 172-202, e no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «*o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado*», pp. 240-264.

²⁹ *Ibidem* (apenso: p. 2).

³⁰ *Novidades*, 1942, Ano LVII, n.º 14.957, 6 de Junho (Sábado): p. 1.

³¹ Vide Anexo B: “Cópia do Livro de Ouro oferecido como homenagem a Mlle. Marie-Thérèse Lévêque pelas alunas finalistas do Instituto de Serviço Social de Lisboa. 4 de Junho de 1942”. Documento dactilografado com sessenta e seis páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/07.

³² *Ibidem*: pp. 7-8.

Também o Pe. Abel Varzim, doutorado em ciências político-sociais pela Universidade de Lovaina, e professor de encíclicas e de economia política, realça que Marie-Thérèse Lévêque «[...] com a sua brilhante inteligência e decidida tenacidade, soube lançar à terra portuguesa a semente de uma educação nova para as raparigas. Está nisto o seu maior merecimento»³³.

Sobre ter sido Marie-Thérèse Lévêque a escolhida para assumir a direcção técnica da primeira escola de serviço social em Portugal, escreve a médica Branca Rumina, então regente da disciplina de higiene social infantil:

«Preciosa escôlha sob todos os pontos de vista – excelente preparação, teórica e prática adentro do S.S., boa cultura geral, rara diplomacia, grande maleabilidade na adaptação às necessidades do ensino, na congregação de esforços de professores e alunas, excepcional capacidade de trabalho, constante desejo de se aperfeiçoar ainda mais, de readaptar às características portuguesas que servissem os fins do Instituto recenciado, trato primoroso, tudo isto sempre acompanhado da indispensável firmeza de convicções e atitudes necessária para que a obra do I.S.S. – seu fim supremo, sua máxima ambição – germinasse, crescesse, medrasse e frutificasse»³⁴.

Marcelo Caetano, professor de direito constitucional, também aproveitou da ocasião para render o seu tributo:

«[...] foi Mlle Lévêque quem mostrou a todos nós o que era o Serviço Social e como se praticava, certificando-nos da sua utilidade e oportunidade. Sem ela, sem a sua inteligência ordenadora, sem o seu esforço metódico, sem a sua dedicação apaixonada, sem a sua vocação apostólica, o Instituto de Serviço Social não seria o que hoje é, nem as assistentes sociais e as educadoras familiares teriam sido formadas como foram, de modo a impôr-se à consideração geral. Reconhecê-lo não é favor: representa um acto de estrita justiça e nada mais»³⁵.

Por último, o testemunho de Paulo Cunha, professor de direito civil, que ao recorrer a uma narrativa singular, em jeito de devaneio, vem elucidar sobre o lugar insubstituível que Marie-Thérèse Lévêque ocupava no seio do serviço social em Portugal: «Eu proporia que a Mademoiselle Lévêque fôsse expropriada à França, por indiscutível utilidade pública

³³ *Ibidem*: p. 59.

³⁴ *Ibidem*: p. 11.

³⁵ *Ibidem*: p. 12

portuguêsa. E queria que a minha filha pudesse cursar o Serviço Social sob a sua direcção»³⁶.

Em Maio de 1942, antes da sessão de homenagem a Marie-Thérèse Lévêque, dava entrada na Chancelaria das Ordens Portuguesas uma proposta do ministro da Educação Nacional, Mário de Figueiredo, para que a directora francesa fosse agraciada com o grau de Oficial da Ordem da Instrução Pública. A Ordem da Instrução Pública galardoava os serviços prestados por nacionais, estrangeiros ou corporações à causa da instrução. Eram condições de admissão naquela Ordem os serviços prestados ao ensino ou instrução, e os revelados na carreira profissional. Em 1942, cada Ordem Portuguesa³⁷ tinha um Conselho da Ordem, constituído por Oliveira Salazar, um chanceler e oito vogais. Os Conselhos tinham por missão tomar conhecimento das propostas para concessão dos diversos graus das Ordens, inquirir das qualidades cívicas e morais dos propositos, pronunciar-se sobre as propostas que lhes eram submetidas, e dar comunicação das resoluções aos ministros proponentes³⁸.

Na proposta que Mário de Figueiredo fez chegar à Chancelaria das Ordens Portuguesas, a condecoração de Marie-Thérèse Lévêque fica assim justificada:

«Desde 1935 dirige o Instituto de Serviço Social, fundado pela Senhora Condessa de Rilvas e que Mlle. Lévêque organizou. Trata-se de uma escola de formação feminina de educadoras familiares e assistentes sociais – destinada a preparar as agentes de uma assistência racionalmente dispensada. Realizou uma notável obra educativa cujos resultados já se fazem sentir na assistência pública e privada»³⁹.

A proposta mereceu o parecer favorável do Ministério dos Negócios Estrangeiros, requisito obrigatório no caso de condecorações a cidadãos estrangeiros, seguindo-se a apreciação pelo Conselho da Ordem, que culminou na seguinte resolução: «[...] o grau de Oficial da Ordem de Instrução Pública harmoniza-se com a categoria oficial da Senhora D. Maria

³⁶ *Ibidem*: p. 24.

³⁷ Ordens Portuguesas existentes em 1942: Ordem Militar da Torre e Espada; Ordem Militar de Cristo; Ordem Militar de Avis; Ordem Militar de Santiago da Espada; Ordem de Mérito Agrícola e Industrial; Ordem de Instrução Pública; e Ordem de Benemerência.

³⁸ Cf. Decreto n.º 16.449, de 04/02/1929 (Diário do Governo n.º 28, Série I, pp. 363-369).

³⁹ “Cidadãos estrangeiros agraciados com ordens portuguesas: Lévêque, Marie-Thérèse” (processo de condecoração). Documentos dactilografados e manuscritos, num total de oito páginas: p. 8. L.d.: Arquivo da Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas (Lisboa), Ordem de Instrução Pública, Processo n.º 120-E, de 09/12/1943.

Thérèse Levéque»⁴⁰. Em Dezembro de 1943, a Chancelaria das Ordens Portuguesa concedeu o respectivo grau a Marie-Thérèse Lévêque, e procedeu à emissão do diploma de agraciamento, para grande congratulação das alunas do Instituto de Serviço Social:

«Temos hoje a grande alegria de vos comunicar uma consoladora e grata notícia: ‘a nossa Mademoiselle’ acaba de ser agraciada com a ordem de ‘Oficial’ da Instrução Pública. Justíssimo gesto este do Governo Português que tão bem soube apreciar os serviços que Mademoiselle Lévêque bem prestando à nossa querida Pátria. Nós, as antigas alunas que tanto lhe devemos queremos juntar á distinção que lhe foi oficialmente conferida, o preito da nossa imensa gratidão»⁴¹.

À data da resolução do Conselho da Ordem da Instrução Pública, em Dezembro de 1943, segundo o que ficara assente entre a condessa de Rilvas e o cardeal patriarca de Lisboa, Marie-Thérèse Lévêque já teria regressado a França. Todavia, a sua saída do Instituto de Serviço Social foi novamente protelada, e o cargo na direcção técnica mantido por mais um ano, até ao Verão de 1944. Revela-o um texto que foi proclamado pelas antigas alunas do Instituto de Serviço Social aquando da homenagem à directora francesa, em Fevereiro de 1974, por ocasião do seu falecimento:

«Assim a conhecemos, a saber apagar-se, quando em Outubro de 1944 iniciávamos os nossos estudos de serviço social. Era o 1.º ano que aquela Escola ia funcionar sem que a Mademoiselle Lévêque fosse a sua directora. E de tudo, o que mais guardamos foi a sua discrição»⁴².

Entre o Verão de 1944 e Agosto de 1946, embora desaposada das funções de direcção, Marie-Thérèse Lévêque permaneceu no Instituto de Serviço Social. A informação consta de um escrito elaborado por antigas alunas, e que recupera algumas efemérides daquela escola: «Agosto [de 1946] – Mademoiselle Lévêque deixa Portugal. Ficam-nos saudades e fica com elas e a perpetuá-las... uma Obra»⁴³. Sobre aqueles últimos dois anos, não foi possível apurar, por via das fontes históricas coligidas, que cargo ou funções desempenhou Marie-Thérèse Lévêque no Instituto de Serviço Social. Ainda assim, em Agosto de 1946,

⁴⁰ *Ibidem*: p. 4.

⁴¹ *Candeia*, n.º 8, Dezembro de 1943: p. 5. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁴² “Discreta Pioneira – Testemunho de Fé. 11 de Fevereiro de 1974”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. *In* Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁴³ *Candeia*, n.º 17, Março-Abril de 1947: p. 15. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134 (sublinhado do próprio documento).

foi a única delegada oficial do Instituto de Serviço Social num encontro internacional de estudos da UCISS, em Bruxelas⁴⁴, tendo sido esse, provavelmente, o seu último acto ao serviço da escola portuguesa.

Possivelmente, a presença reservada de Marie-Thérèse Lévêque nas dinâmicas internas da escola, entre 1944 e 1946, fosse uma forma de preparar paulatinamente o seu retorno a França. Há, no entanto, indícios de que aquela partida não foi totalmente pacífica, tendo inclusive ocasionado estranheza entre professores e antigas alunas do Instituto de Serviço Social. Assim o testemunha Maria Helena de Medeiros e Albuquerque Teixeira Beltrão (1914-2012), uma das primeiras assistentes sociais formadas naquela escola, ao ser entrevistada em 2011, durante a presente investigação:

«Eu nunca percebi muito bem. Foi para mim um bocadinho ah... estranho aquela ida que não foi... não foi preparada. Não sei, não veio de longe, não foi a pouco e pouco... não sei, acho que foi muito rápido. [...] os professores, eles próprios: ‘Então Mlle. Lévêque foi assim...!?’’, as pessoas espantavam-se um bocado. Eu nunca percebi, confesso. [...] ela [Mlle. Lévêque] disse-me: ‘Não foi de vontade própria. [...] Eu estava um bocadinho cansada, realmente, precisava de descanso, mas não foi de vontade própria’. [...] aquela saída da Mlle. Lévêque ficou um bocadinho rodeada de mistério, não é? Não percebíamos bem quem é que tinha... quem é que tinha feito rebentar a coisa para...»⁴⁵.

Após regressar a França, em Agosto de 1946, Marie-Thérèse Lévêque permaneceu em contacto com as suas antigas alunas de Portugal, através de correspondência escrita, e por via de alguns encontros que se deram no estrangeiro. Há poucos meses em França, redige uma carta a um grupo de antigas alunas, exortando-as a manter a união, e a preservar o espírito cristão e social do Instituto de Serviço Social:

«[...] peço-lhes encarecidamente que guardem todo o espírito do vosso Instituto: o espírito cristão e o espírito social, incluindo a verdadeira união e amizade entre vós todas, e, tudo isso, sem desvios nem exageros. [...] espírito largamente humano e compreensivo das necessidades e de certas concessões secundárias capazes de salvaguardar a essência do que queremos obter»⁴⁶.

⁴⁴ Cf. “Relatório da viagem de estudo feita por quatro membros da Direcção do Instituto de Serviço Social. 1946”. Documento dactilografado com setenta e oito páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/007.

⁴⁵ Vide Apêndice G: pp. 13-15.

⁴⁶ *Candeia*, n.º 16, Janeiro-Fevereiro de 1947: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

Em França, Marie-Thérèse Lévêque confrontava-se com um conjunto de transformações culturais, políticas, económicas e sociais na sociedade do pós-guerra, que inevitavelmente também se faziam sentir no serviço social, por exemplo, em termos dos princípios que o informavam:

«Aqui, na minha querida pátria, tão empobrecida e dilacerada pelas propagandas e ideias as mais contraditórias e perigosas, o serviço social está em perigo. Suplico-lhes mais uma vez que mantenham firmemente a vossa bandeira cristã e os princípios que informam a vossa acção»⁴⁷.

Em Setembro de 1947, durante a sexta conferência internacional de UCISS, realizada na cidade de Lucerna, Suíça, Marie-Thérèse Lévêque terá provavelmente se cruzado com um grupo de antigas alunas do Instituto de Serviço Social. O evento contou com a participação de seis portugueses, entre os quais, cinco assistentes sociais formadas na escola de Lisboa: Isabel Maria Athayde, professora e monitora no Instituto de Serviço Social; Maria Leonor Botelho, monitora e membro da direcção do Instituto de Serviço Social, e também delegada oficial do Ministério do Interior; Maria Carlota Lobato Guerra, professora e monitora do Instituto de Serviço Social, e ainda delegada da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN); Maria Adozinda de Moraes Alves, delegada oficial das organizações de previdência portuguesa; Suzanna Lagrifa Fernandes, delegada oficial da OMEN; e o Pe. Gustavo de Almeida, pároco da Igreja de São Nicolau, em Lisboa. Marie-Thérèse Lévêque também marcou presença na conferência, porém, já na qualidade de participante francesa⁴⁸.

Entre Abril e Julho de 1960, decorreram as comemorações do 25.º aniversário do Instituto de Serviço Social. Por essa ocasião, Marie-Thérèse Lévêque foi expressamente convidada de França, para estar presente na sessão de encerramento, conforme noticia o jornal *A Voz*:

«No avião da Air-France chegou ontem a Lisboa Mad. Marie Therèse Levecque, que foi a primeira directora técnica e organizadora do Instituto de Serviço Social, que está a festejar e que se desloca ao nosso País, a convite das suas antigas alunas para assistir à sessão de encerramento das referidas cerimónias [...]»⁴⁹.

⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁸ Cf. UCISS [s.d.], *Service Social et Grands Problèmes de l'Heure Présente. Compte-rendu, rapports et communications de la 6^e Conférence Catholique Internationale de Service Social. Lucerne, 4-10 septembre 1947*, Belgique: Publications de l'UCISS, pp. 184-197. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

⁴⁹ *A Voz*, 1960, Ano XXXIV, n.º 11.911, 8 de Julho (6.ª feira): p. 6.

Tratou-se de um convite não oficial, por parte das suas antigas alunas portuguesas, e que teve em Marcelo Caetano, professor do Instituto de Serviço Social, um dos principais promotores: «E foi o professor Marcelo Caetano que depois organizou esse tal encontro, que a convidou para vir cá»⁵⁰. Na sessão de encerramento, Vítor Fontes, médico, director do Instituto Aurélio da Costa Ferreira, e membro da Associação de Serviço Social⁵¹, tomando a palavra, aproveitou para frizar o relevante papel da directora francesa no Instituto de Serviço Social: «Lembrou o pioneiro da vastíssima obra que já se deve ao Instituto. Citou o nome da sua fundadora, a sr.^a condessa de Rilvas, e de ‘mademoiselle’ Lévêque, a mais directa executora do pensamento que originou a obra»⁵².

No decurso das comemorações, Maria Leonor Botelho, antiga aluna, profere um eloquente discurso, onde homenageia as figuras consideradas os pilares da fundação do Instituto de Serviço Social: D. Manuel Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa; a condessa de Rilvas; e Marie-Thérèse Lévêque.

«Três nomes que são três vidas, de tal maneira identificadas com a história do Serviço Social, em Portugal. Esquecê-las, seria, além de ingratidão, ignorar as belas páginas com que abre o livro dessa mesma história. [...] Pessoas realistas, para eles valia a realidade, trabalho efectivo para realidades concretas. Isto não lhes roubava nem o idealismo, nem toda uma mística que se nos comunicava naturalmente, quer pedíssemos uma orientação no Palácio do Campo de Santana, quer um conselho na Rua do Padre António Vieira, em casa da Senhora Condessa de Rilvas, quer fôssemos desabafar, procurar formação moral e orientação de problemas, no 1.º andar da velha casa do Campo de Santana, residência de Mademoiselle Lévêque!»⁵³.

No seu discurso, a antiga aluna recorda o lema que Marie-Thérèse Lévêque intentava inculcar, incansavelmente, nas futuras profissionais: «Um dos mais belos resultados do Serviço Social é despertar e utilizar vidas e almas, que, sem o seu estímulo, ficariam talvez com rendimento menos humano»⁵⁴. Na sua narrativa, é notória a memória marcante que a directora francesa lhe deixara, enquanto pedagoga. Nela reconhecia qualidades

⁵⁰ Vide Apêndice G: p. 14.

⁵¹ A constituição da Associação de Serviço Social, em 1935, é um tema a tratar no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado», pp. 240-264.

⁵² *A Voz*, 1960, Ano XXXIV, n.º 11.913, 10 de Julho (Domingo): p. 1.

⁵³ “Às que vieram depois – Artigo de Maria Leonor Corrêa Botelho. Festa das bodas de prata do Instituto de Serviço Social”. Documento dactilografado com cinco páginas: pp. 1-2. In Pasta n.º 1, Separador “Notas, apontamentos e trabalhos sobre assuntos diversos”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁵⁴ *Ibidem*: p. 3.

pedagógicas incomuns, estratégias de ensino que suplantavam a sala de aula, e uma elevada capacidade de persuasão, tanto pelo intelecto, como pela própria personalidade:

«A formadora por excelência, para não focar outras facetas nobres do seu carácter tão rico. As suas aulas! Mas, as suas aulas eram o contacto com ela. Desde a conversa amiga no seu modesto, quasi pobre gabinete, até aos passeios pela Serra de Sintra, salmodiando o ‘Benedicte’ com saco ‘scout’ aos ombros; à chamada de atenção para os problemas sociais, atravez das vielas e bairros de Lisboa ou ao longo das estradas de Portugal, tudo era uma lição. A propósito e insensivelmente nos incrustava no coração e na alma – pois todas nós lhe conhecemos o seu forte poder persuasivo que não nos tocava apenas a sensibilidade – os grandes princípios do Serviço Social, a maneira de vivermos humanas e cristãmente uma vida de Serviço»⁵⁵.

Maria Leonor Botelho sublinha ainda o rigor e a excelência exigidos por Marie-Thérèse Lévêque àquelas que pretendiam estudar e empreender o serviço social: «Firme, generosa e ousada nos seus empreendimentos não aceitava que se vivesse mediocrementemente uma vida de assistente social»⁵⁶.

Por fim, naquele discurso, a antiga aluna diz reconhecer a mesma personalidade em Marie-Thérèse Lévêque, agora que regressara a Portugal para participar nas comemorações do Instituto de Serviço Social:

«E os anos nada roubaram à riqueza da sua personalidade! Vimo-la chegar até nós, quinze anos volvidos, com a mesma alma de Chefe, o mesmo coração amigo, e a mesma vontade de um só querer, a mesma larguíssima visão dos problemas, como quando, ainda tão nova, chegava a Lisboa para nos dar, com o melhor do seu saber, tanto da sua vida e das riquezas do seu carácter»⁵⁷.

Anos depois, aquela visita passageira é evocada pelas antigas alunas do Instituto de Serviço Social, que lembram como, em 1960, Marie-Thérèse Lévêque se comprazeu com o rumo tomado pelo serviço social em Portugal, desde que partira, em 1946: «Decorridos então, tantos anos, a mesma recordação nos deixou – a alegria de encontrar os amigos, o

⁵⁵ *Ibidem*: pp. 4-5.

⁵⁶ *Ibidem*: p. 5.

⁵⁷ *Ibidem*.

orgulho da árvore que plantara, a afabilidade do trato, o entusiasmo com que tomou conhecimento do que era então o Serviço Social em Portugal»⁵⁸.

Por ocasião do falecimento de Marie-Thérèse Lévêque, as suas antigas alunas rememoram a última vez que com ela privaram, em Paris, no ano de 1971. No seu lar, encontraram-na em condições humildes, com a saúde debilitada, isolada, mas nem por isso apartada das realidades e dos problemas sociais parisienses:

«[...] fomos depois encontrá-la humildemente apagada num aposento da rua Pigalle. Sabia aceitar, e com que Fé, a dureza da vida, o isolamento, as dificuldades de toda a ordem. Soube ser pobre, aceitando na alegria e na Paz de quem escolheu o caminho de Deus. [...] sem saúde, vivia os problemas dos emigrantes portugueses com a maior angústia a solicitude»⁵⁹.

Apesar dos seus setenta anos, fez questão de as acompanhar numa visita por algumas zonas habitacionais mais problemáticas, sempre com o mesmo espírito acutilante e pedagógico de outrora: «Com o mesmo interesse da Professora de outrora, acompanhou-nos na visita a bairros mais carecidos e problematizados de Paris. Sabia ver os males e propugnar pela terapia social. A dor não a tinha envelhecido, a doença suavizara-a»⁶⁰. O vivido entusiasmo com que ainda falava do Instituto de Serviço Social fazia ver que, mais do que uma memória, aqueles tempos haviam cimentado como parte integrante da sua pessoa: «O amor a Portugal e às suas assistentes sociais, esse perdurava. Culminou na Eternidade!»⁶¹.

Entrevistada em 2005, ao abrigo do projecto “Ao encontro da memória”, integrado no Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS) da UCP, Lisboa, Maria Helena Beltrão, uma das primeiras alunas do Instituto de Serviço Social, revela ter mantido correspondência com Marie-Thérèse Lévêque, e que dela recebia sugestões de leitura sobre o serviço social: «Mantive durante bastante tempo contacto com Mlle. Lévêque, e ela

⁵⁸ “Discreta Pioneira – Testemunho de Fé. 11 de Fevereiro de 1974”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. *In* Pasta n.º 1, Separador “Apontamentos sobre a memória da Mlle. Lévêque”. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalões de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁵⁹ *Ibidem*. Entre 1950 e 1988, 59% do fluxo migratório português dirigia-se para a França e Alemanha. Os grandes centros de abastecimento da emigração portuguesa eram as províncias do Minho, Beira Alta e Trás-os-Montes, os distritos de Lisboa e Leiria, os Açores e a Madeira. A partir dos anos 1960, os portugueses substituíram paulatinamente italianos e espanhóis no mercado de trabalho francês, designadamente, nas obras públicas, na construção, nos serviços domésticos e na agricultura (cf. Baganha, 1994: 160-162).

⁶⁰ *Ibidem*: pp. 1-2.

⁶¹ *Ibidem*: p. 2.

indicava-me material para ler»⁶². Já em 2011, entrevistada para a presente tese, Maria Helena Beltrão lembra um encontro entre ambas em data incerta, na cidade de Paris, quando se deparou com Marie-Thérèse Lévêque francamente consternada. Levantara-se a suspeição de que havia cometido traição à pátria, por ter mantido algum tipo de aliança com o regime de Vichy, que vigorara durante a ocupação alemã à França, isto, na II Guerra Mundial⁶³. As suspeitas, asseverava Marie-Thérèse Lévêque, estavam despidas de fundamento, mas provocavam-lhe enorme desolação:

«[...] eu devo dizer que quando eu a encontrei em Paris foi numa situação um bocadinho difícil, para ela, coitada. [...] ela foi considerada que tomou o partido de Vichy, e que trabalhou para Vichy, e isso criou-lhe uma situação muito difícil. [...] A Resistência, a *Résistance*, consideravam-na quase como uma... como uma traidora. [...] estava muito em baixo psicologicamente, estava caída, estava, porque com isso, ela dizia: ‘Aham que eu sou uma traidora, que eu sou...!’’. Estava abalada, completamente esmagada, não sei, não parecia a mesma pessoa!»⁶⁴.

Durante o período em que vigorou o regime de Vichy, em França, Marie-Thérèse Lévêque encontrava-se em Portugal, no exercício de funções no Instituto de Serviço Social, e ainda no cargo de directora técnica. Segundo Patrick Gautrat (2019), o regime de Vichy nutria um certo fascínio pelo Estado Novo. Em 1940, Oliveira Salazar surge como um ditador moderado, o “ídolo” de Vichy, tendo início um período de densidade excepcional nas relações franco-portuguesas, mas também de grande complexidade, devido à neutralidade portuguesa e à entrada em jogo da França Livre, liderada pelo exilado Charles de Gaulle. Inclusive, afirma aquele autor, a divisa “Trabalho, Pátria e Família”, adoptada no regime de Vichy, teve como modelo a ideologia “Deus, Pátria e Família”, que marcou Portugal durante a época do Estado Novo. No campo hipotético, a permanência de Marie-Thérèse Lévêque em Portugal durante a vigência do regime de Vichy, em que se cultivavam afáveis e intensas relações franco-portuguesas, e, além do mais, no exercício de um cargo com

⁶² Vide Apêndice E 17: p. 20.

⁶³ O regime de Vichy, estabelecido na cidade com mesmo nome, emergiu da derrota francesa de junho de 1940, pela Alemanha nazista. A legitimidade do novo “Estado” francês recaía quase inteiramente sobre o marechal Philippe Pétain (1856-1951), que pretendia impor uma nova ordem política, social e moral, rompendo com a República e defendendo o princípio da “comunidade nacional”. Este regime substituiu os três pilares da Revolução Francesa, “igualdade, liberdade e fraternidade”, por uma ideologia assente no “Trabalho, Pátria e Família”, e opunha-se à resistência francesa, que tinha os seus líderes em Londres e em Argel. Após a libertação da França pelos aliados, em Agosto de 1944, e com a cessação da II Guerra Mundial, o país voltou a ser uma república, e o general Pétain foi acusado de alta traição e crime de indignação nacional (cf. Rousso, 2019: 3-6).

⁶⁴ Vide Apêndice G: p. 15.

prestigiado estatuto social e profissional, o de directora técnica de um estabelecimento de ensino português, são condições que a podem ter colocado numa situação politicamente sensível após regressar a França, em 1946.

Convicta da injustiça daquela acusação, e pesarosa pelo sofrimento que ela arrestara, Maria Helena Beltrão mostra-se agradecida por ter conhecido Marie-Thérèse Lévêque, e enaltece o papel que a directora francesa teve no seu percurso profissional, e no trajecto do serviço social em Portugal: «[...] sempre agradei a Deus ter-me proporcionado a Mlle. Lévêque para me ajudar na minha profissão, porque realmente acho que ela foi uma pessoa muito... essencial para o serviço social português»⁶⁵.

Pouco se conseguiu apurar sobre o percurso profissional de Marie-Thérèse Lévêque após retornar à França, em 1946, por ser uma fase que transcende o período estudado na tese. As fontes históricas coligidas permitiram tão-somente desvelar que, em 1950, foram-lhe certificadas competências pela École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux, em termos de estudos, antiguidade e certificação, para aceder a um posto de *surintendente, conseillère chef du travail*⁶⁶. Em França, a regulamentação da categoria profissional do *conseiller du travail* remonta a 1946, com a promulgação do decreto n.º 46-2656, de 9 de Novembro, pelo Ministère du Travail et de la Sécurité Sociale⁶⁷. O acesso ao diploma que habilitava para o exercício daquelas funções exigia uma formação específica com a duração de doze meses, seguida de um exame de Estado. A figura do *conseiller du travail* desempenhava funções em contexto de empresa, no sentido de promover as condições de trabalho, o bem-estar dos trabalhadores, e o funcionamento de eventuais valências sociais. Articulava ainda com os organismos de previdência e assistência, as diversas instituições sociais, e os serviços de segurança social e de saúde pública, garantindo aos trabalhadores os seus direitos em matéria de legislação social, e encaminhando-os, se necessário, para os órgãos competentes. O *conseiller du travail* que, na empresa, estivesse responsável pelo estudo, planeamento e implementação das realizações sociais deliberadas entre o comité da

⁶⁵ *Ibidem*: p. 16.

⁶⁶ Cf. “Je certifie que Mademoiselle Lévêque [...]. Paris, le 17 janvier 1950”. Documento dactilografado e manuscrito com uma página. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁶⁷ Cf. Décret n.º 46-2656, de 09/11/1946 (Journal Officiel de la République Française n.º 276, p. 9983).

empresa e o administrador, exercia o cargo de *conseillère chef du travail*. Esta seria a situação em que se encontrava Marie-Thérèse Lévêque, sem que se saiba, porém, em que entidade exercia aquelas funções. O Ministère du Travail et de la Sécurité Sociale atribuía equivalência ao diploma de *conseiller du travail* a todos aqueles que, antes de 1946, fossem titulares do diploma de *surintendant d'usines et de services sociaux*. Marie-Thérèse Lévêque terá, então, recorrido à École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux, a fim de solicitar a certificação das suas competências, visto que em 1927 tinha obtido o referido diploma naquela escola.

1.2 A sociedade portuguesa nas décadas de 1930-1940: contornos socioeconómicos, políticos, religiosos e culturais

Quando, em 1935, trocou o seu país-natal pelo desafio de erguer o ensino do serviço social em Portugal, Marie-Thérèse Lévêque viu-se imersa na sociedade portuguesa das décadas de 1930 e 1940, onde viveu e trabalhou durante onze anos. Sociedade, essa, semiperiférica, dependente, rural e marcada pela constitucionalização do Estado Novo, enquanto regime e projecto político e social, onde se configurava uma nova conjuntura entre a Igreja, o Estado e os movimentos intelectuais, e em que o corporativismo era tido como modelo de organização social.

Em termos demográficos, as décadas de 1930 e 1940 trouxeram um crescimento acentuado da população portuguesa, como resultado do encerramento virtual da emigração, e também do declínio da taxa mortalidade, excepção feita ao ligeiro aumento da mortandade no quinquénio 1940-1944, por ocasião da II Guerra Mundial e do agravamento das condições de vida que a acompanharam. A mortalidade infantil, que em 1930 era quase equiparável à de Inglaterra no virar do século XIX, veio depois a experimentar uma queda acentuada, em particular entre 1940 e 1950, situação comum a todos os países que, naquela década, beneficiaram com a introdução da penicilina (cf. Miranda, 1992: 259-266).

Ao considerar a estrutura da população activa, bem como a maneira de viver e de habitar, a ruralidade ainda prevalecia. Na década de 1930, só os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal

registavam percentagens abaixo dos 50% para a população activa agrícola e, ainda assim, é preciso atentar que na indústria transformadora sobressaía o artesanato familiar, cujas fronteiras com o mundo rural eram pouco nítidas. Já entre o operariado fabril predominava, nas indústrias tradicionais, um proletariado que encontrava na agricultura e na pesca um complemento para os salários auferidos nas fábricas. Consonante com essas realidades, as taxas de urbanização eram muito baixas, sendo que 80% da população vivia fora dos centros urbanos, ou seja, dos aglomerados com cinco mil ou mais habitantes. Num país em lento processo de transição para a modernidade, a urbanização, tal como a industrialização, eram, portanto, o resultado de uma arrastada erosão e metamorfose do mundo rural (cf. Rosas, 1994: 24-29; Martins, 1992: 275-291). Não admira, pois, que ao chegar a Portugal e encontrar um país francamente marcado pela ruralidade, em 1935, Marie-Thérèse Lévêque tenha diagnosticado a necessidade de criar, no plano de estudos do Instituto de Serviço Social, uma vertente de especialização em serviço social rural⁶⁸.

No sector secundário, assistia-se a um desenvolvimento industrial algo “perverso”, nas décadas de 1930 e 1940, com a multiplicação das pequenas oficinas despidas de qualquer “perspectiva empresarial”, mas que sobreviviam por virtude da ausência de concorrência. Ausência, essa, provocada pelos sintomas da crise económica internacional dos anos 1930, e pela guerra subsequente. O quadro social então verificado não era o da emergência de um operariado em termos clássicos, adstrito a grandes unidades fabris, que entretanto existiam em todos os principais sectores, mas sim o da multiplicação de um trabalho semiartesanal, frequentemente familiar, ao serviço de um pequeno patronato “oficinal”, possuidor de escassos meios de produção, sem qualquer *know how* técnico ou empresarial, descapitalizado e que, apesar do condicionamento industrial, conseguia prolongar a sua subsistência nas novas condições da economia internacional do pós-guerra. Ao nível da indústria transformadora, era nos distritos de Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal que, naquele período, o sector secundário assumia um claro papel dinamizador da vida económica (cf. Martins, 1992: 291-300).

⁶⁸ A ênfase atribuída por Marie-Thérèse Lévêque ao serviço social rural, quando em Portugal, é um tema a tratar no subcapítulo 5.1, Os primeiros passos da directora francesa: caminhar firme numa «*petite comédie diplomatique*», pp. 205-219, e no subcapítulo 6.1, Organização do ensino e primeiros planos de estudos: «*o programa do Instituto será portanto de vida social*», pp. 265-299.

Em termos do sector terciário, os quantitativos da população activa ligados à administração pública e defesa tiveram uma maior progressão na década de 1930, ironicamente, numa época em que se procurou consolidar o equilíbrio orçamental recém-conquistado, através do aumento das receitas fiscais e da redução das despesas públicas. Entre 1930 e 1940, a componente sectorial referente aos serviços diversos mostra a substituição parcial de serviços próprios de sociedades pré-industrializadas, por outros típicos de sociedades industrializadas: aumentam as profissões relacionadas com a prestação de cuidados de saúde, o ensino e as actividades financeiras, e regridem, por exemplo, os valores referentes à “criadagem”. Lisboa e Porto eram as únicas grandes cidades portuguesas que, apesar de contagiadas pelo mundo rural, continham de modo ímpar as zonas operárias, os espaços burgueses, os meios de transporte singulares, os teatros, os cinematógrafos, entre outros. Daí que, embora outros centros urbanos pudessem ser administrativamente considerados como cidades, constituem realidades pouco significativas para serem abordadas nesse sentido, em termos históricos, económicos e sociológicos (cf. *ibidem*: 300-305).

Nas primeiras décadas do século XX, a emigração portuguesa representava a válvula de escape, por excelência, para as tensões sociais de um crescimento populacional cujo ritmo não era acompanhado pela geração de riqueza. Portugal conheceu igualmente um surto de migração interna para áreas onde se verificava algum crescimento económico, em particular entre 1914 e 1918, quando a I Guerra Mundial limitou drasticamente os quantitativos da emigração. A origem deste fenómeno estava, sobretudo, nos distritos a norte do Mondego. Como resultado, Lisboa quase duplicou a sua população entre o final do século XIX e 1930 (cf. Guinote, 1996: 180-193; Miranda, 1991: 13-14). Parte da população lisboeta, ligada a gente sem profissão e a elementos marginalizados da pequena burguesia, vivia em condições de indigência e até vagabundagem, carecendo de assistência para subsistir. O número de pessoas nestas condições aumentou durante toda a Primeira República, primeiro em situação transitória, devido à participação portuguesa na guerra e à carestia de vida, e depois com permanência, devido aos fluxos migratórios com origem na província (cf. Marques & Rodrigues, 1991: 217-218).

Para fazer face ao aumento da classe laboriosa, novos bairros eram acrescentados a Lisboa, por vezes, mercê da acção das companhias urbanizadoras. Mas as camadas mais pobres das

classes trabalhadoras, em particular o operariado, não tinham capacidade económica para os habitar. Os estratos mais desfavorecidos da população lisboeta viam-se, assim, perante condições de alojamento deprimentes, albergados em palácios arruinados ou conventos desafectados e, na maioria das vezes, em pátios insalubres. Os pátios de Lisboa formavam-se por toda a extensão da cidade, com maior concentração nos bairros antigos e nos da periferia. Desprovidos quase sempre de instalações sanitárias ou de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de condições de salubridade mínimas, ao que acrescia a sua localização térrea, exposta às humidades, e a ausência de radiação solar, por se encontrarem ensombradas, muitas vezes em caves atrás dos prédios (cf. Pereira, 1994: 510-511; Marques & Rodrigues, 1991: 211-214).

A década de 1910 havia sido abalada por vários surtos epidémicos que, em vagas sucessivas, dizimaram a população portuguesa e fizeram elevar a taxa de mortalidade. Consequência da I Guerra Mundial, a extrema virulência das epidemias e os seus efeitos sobre as populações, depauperadas pelas crises de escassez de géneros que assolaram o país durante a conflagração mundial, tiveram resultados catastróficos. A mais mortífera foi a gripe pneumónica que, entre Agosto de 1918 e Junho de 1919, se espalhou por todo o país. Foi nas grandes aglomerações urbanas de Lisboa e do Porto que a doença se propagou com maior rapidez e que a mortandade foi maior, vitimando sobretudo adultos jovens (cf. Miranda, 1991: 20-21). Neste quadro, a precariedade das condições de habitação e higiene veio contribuir para uma degradação generalizada da saúde pública.

No final do século XIX, à semelhança do que acontecera noutros países, Portugal deu os primeiros passos no movimento higienista e de medicina social, e passou a reconhecer a influência das condições socioeconómicas no desenvolvimento da doença. Os estudos que estão se realizaram sobre as doenças infecciosas, e os progressos alcançados na difusão das noções e práticas de higiene, foram uma resposta ao ambiente de miséria e insalubridade em que vivia a população mais desfavorecida, em particular nos meios urbanos. Foi nesse contexto que, nas décadas de 1920 e 1930, ocorreram em Portugal as primeiras tentativas

para profissionalizar os agentes de assistência na área médico-social, sobretudo por parte dos republicanos, que rejeitavam a benevolência assente na esmola e na caridade cristã⁶⁹.

Todo o cenário demográfico, estrutural e social com que Marie-Thérèse Lévêque se deparou em Portugal, teve lugar numa fase em que estavam em construção os alicerces de um novo regime político, o Estado Novo, numa tentativa de romper com a República democrática implantada em Outubro de 1910, e de suceder à Ditadura Militar recém-vigente. Processo, esse, profícuo na implementação de novas práticas políticas e administrativas, e que era encabeçado por António de Oliveira Salazar⁷⁰.

O mês de Janeiro de 1930 foi marcado pela posse de um novo Governo, presidido pelo general Domingos de Oliveira, e pela recondução de Oliveira Salazar no cargo de ministro das Finanças, posição que ocupava desde 1928. No mês seguinte, Gonçalves Cerejeira, um amigo dos tempos da juventude coimbrã de Oliveira Salazar, é entronizado como cardeal patriarca de Lisboa. A este respeito, pode afirmar-se que com a subida de Cerejeira ao topo hierárquico da Igreja Católica Portuguesa a mesma matriz ideológica e política presidia, quer aos destinos do poder que buscava construir um Estado em ruptura com a República democrática quer aos desígnios perseguidos pela Igreja (cf. Oliveira, 1992: 22-28). Isto, após um período de duros confrontos entre republicanos e organizações da Igreja Católica, que vinham sendo mitigados desde o final da I Guerra Mundial.

⁶⁹ As primeiras tentativas para profissionalizar os agentes de assistência em Portugal, tidas nas décadas de 1920 e 1930, serão abordadas no subcapítulo 4.1, Tentativas para implementar o ensino do serviço social em Portugal: incursões nacionais e «*démarches*» além-fronteiras, pela UCISS, pp. 147-172.

⁷⁰ António de Oliveira Salazar (1889-1970), político e homem de Estado, sob cuja égide decorreram o segundo e terceiro quartéis do século XX português. Filho de uma modesta família rural, começou por ser destinado à carreira eclesiástica, mas depois preferiu prosseguir em estado laical uma militância ardorosa, visando o restabelecimento de direitos e posições da Igreja Católica, hostilizada pela Primeira República, bem como a expansão da sua influência política e ideológica em Portugal. Entre 1910 e 1914 frequentou a Faculdade de Direito, em Coimbra, e militou no Centro Académico de Democracia Cristã, a cuja direcção pertenceu. A partir de 1916, foi professor na faculdade em que se formou, onde se notabilizou no domínio das ciências económicas e financeiras, não só como docente e investigador, mas também como candidato a reformador, favorável a profundas transformações económicas que pressupunham, ou provocariam outras, de índole social, cultural e política. Ideólogo e dirigente do Centro Católico Português, partido religioso, embora não clerical, fundado em 1917, pelo qual chegou a ser eleito deputado em 1921. Ainda durante a Ditadura Militar, em 1928, foi nomeado ministro das finanças, tendo ascendido à chefia do Governo em 1932. Foi o criador e principal doutrinador do regime nacionalista, autoritário e corporativo da Constituição de 1933, dito do Estado Novo. Regime, esse, que só em 1974 foi derrubado, e à frente do qual se manteve até que, em 1968, uma brusca incapacidade física o afastou definitivamente do poder, após mais de quarenta anos de ininterrupta governação (cf. Barreto, 2000: 283-285).

Em Julho de 1930, na sala do Conselho de Estado, em Lisboa, Oliveira Salazar pronunciou o célebre discurso “Princípios fundamentais da revolução política”, onde expôs a doutrina e o programa de construção do regime que veio suceder à Ditadura Militar, e deu a conhecer a União Nacional. Ao invés de um novo partido, a União Nacional pretendia ser uma estrutura cívica, sob a dependência do poder político, que servia como sua extensão noutros domínios da sociedade portuguesa. Nela se fazia a apresentação de candidaturas governamentais para as eleições, e dela dependia, em grande parte, a selecção de quadros superiores para a administração local (cf. Cruz, 2000c: 545-546; Oliveira, 1992: 22-28).

Entre 1930 e 1933, para além da União Nacional, foram criadas outras traves mestras do Estado Novo: o Acto Colonial (em Julho de 1930, ainda sob o Governo presidido pelo general Domingos de Oliveira); a Constituição Política de 1933 (aprovada por plebiscito em Março de 1933, já durante o Governo presidido por Oliveira Salazar); e o Estatuto do Trabalho Nacional, que institucionalizou o Estado corporativo, contrário à representação política liberal fundada no individualismo, e onde os partidos políticos foram substituídos por um modelo de representação assente na expressão político-constitucional dos grupos orgânicos de natureza económica, profissional, cultural e regional existentes na sociedade portuguesa.⁷¹ Estes instrumentos propunham-se fundar uma nova ordem jurídico-política baseada na autoridade do Estado e na supremacia do poder executivo, definir um novo quadro nas relações da metrópole colonizadora com o império colonial, e institucionalizar uma nova organização económica e novas relações de trabalho, tuteladas pelo poder executivo (cf. Oliveira, 1992: 22-28). Em suma, pretendiam criar condições favoráveis à implantação, consolidação e durabilidade do Estado Novo na sociedade portuguesa.

Aquando da eclosão da I Guerra Mundial, em Setembro de 1939, Marie-Thérèse Lévêque contava com pouco mais de quatro anos no Instituto de Serviço Social. Perante o conflito, Portugal declarou a sua neutralidade e conseguiu furtar o país à guerra, tendo assim

⁷¹ O Acto Colonial é o primeiro documento constitucional do Estado Novo, promulgado a 8 de Julho de 1930, pelo Decreto-Lei n.º 18.570. A Constituição Política da República Portuguesa é o documento fundador do Estado Novo em Portugal, cujo projecto foi elaborado por um grupo de professores de direito, convidado por Oliveira Salazar e por ele directamente coordenado. O projecto foi objecto de apreciação pelo Conselho Político Nacional e divulgado na imprensa para discussão pública. O texto final foi publicado em suplemento ao Diário do Governo a 22 de Fevereiro de 1933, sendo objecto de plebiscito a 19 de Março do mesmo ano. Por sua vez, o Estatuto do Trabalho Nacional foi promulgado pelo Decreto-Lei n.º 23.048, de 23 de Setembro de 1933, e lançou as bases da doutrina corporativa portuguesa.

assegurado a sobrevivência da própria ditadura e do regime. Porém, a quase absoluta dependência económica de Portugal em relação às facilidades de abastecimento concedidas pelos Aliados impôs a observância da “neutralidade equidistante”, posicionamento que o país adoptou até Agosto de 1943. A partir de então, a posição de Portugal passou a ser de “neutralidade colaborante”, por via do acordo para concessão de facilidades nas ilhas açorianas, uma verdadeira plataforma de ligação entre a Europa e a América do Norte e cuja utilização, no contexto da guerra, teve grande significado (cf. Oliveira, 1992: 48-52). Apesar do menor impacto económico da II Guerra Mundial em Portugal, comparativamente ao primeiro conflito mundial, ele fez-se sentir por manifestações pouco diferentes das que atingiram outras economias, mesmo beligerantes, e veio a desencadear um tipo de reacção semelhante por parte dos agentes económicos, nomeadamente do Estado. Portugal não foi um país beligerante, mas nem por isso conseguiu evitar as dificuldades típicas de uma conjuntura de guerra, sobretudo a partir da segunda metade de 1941, com a escassez de géneros essenciais e a inflação a atingirem níveis preocupantes, e a revelarem a dificuldade em garantir a auto-suficiência alimentar e a estabilidade dos preços. O problema das subsistências propiciou uma “política agrícola”, porém, que a curto prazo se revelou insuficiente, e que a longo prazo não contribuiu para a industrialização e a modernização do país (cf. Brito & Nunes, 1992: 318-323).

Após a invasão da França pela Alemanha em Maio de 1940, Portugal, e particularmente Lisboa, passaram a constituir um local de refúgio, e um destino para os europeus que, fugindo ao avanço da guerra na Europa, procuravam a segurança da neutralidade portuguesa, ou então os seus portos como trampolim para as Américas. Os refugiados que confluíam em Portugal, para além de provocarem indirectamente o aumento dos montantes de divisas e metais preciosos no Banco de Portugal, trouxeram consigo novos hábitos e costumes, e novas práticas nos comportamentos e no relacionamento social, o que acabou por trazer ao conjunto dos portugueses uma “lufada de ar fresco” e de mudança social (cf. Oliveira, 1992: 42-48).

No que se refere à política educativa, a fase que se estende entre a instituição do Estado Novo e o pós-guerra caracterizou-se pela tentativa de edificar a escola nacionalista, com base numa forte componente de inculcação ideológica e de doutrinação moral. Para além

de transmitir conhecimentos, a escola era investida como uma agência de formação de consciência. A imagem educativa do Estado Novo ficou associada a esta fase, e a algumas medidas então adoptadas, onde sobressai a criação da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF) e da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN). A explicitação de novos sentidos no seio da educação nacional foi possível graças aos consensos sociais que se estabeleceram, e que dispensaram o Estado Novo de procurar fontes externas de legitimação, o que veio contribuir para provocar um corte com os movimentos educativos além-fronteiras. Coincidindo com a afirmação de uma pedagogia nacionalista e conservadora, a exclusão das redes internacionais de circulação de ideias e de produção de práticas conduziu a um grande empobrecimento do tecido educacional português (cf. Nóvoa, 1992: 456-459). Ainda assim, aquela conjuntura restritiva não coibiu ao Instituto de Serviço Social uma franca permeabilidade a influências que extravasavam as fronteiras nacionais, por via da sua conexão com organizações católicas estrangeiras, e com redes católicas internacionais, ambas no campo do serviço social, e que contribuíram para um verdadeiro intercâmbio de saberes, vivências e experiências⁷². Aliás, não fosse Marie-Thérèse Lévêque de nacionalidade francesa, e ela própria com um percurso cosmopolita.

Através da Constituição Política de 1933, começaram a definir-se os princípios genéricos que pautaram as iniciativas do Estado Novo em matéria de política social, havendo a destacar o abandono da noção de “direito à assistência pública”, contemplado na Constituição de 1911. Como princípio subjacente, o Estado deixou de ter como finalidade a protecção social, passando esse desígnio a competir às instituições de previdência, isto, apesar de existir flexibilidade para o Estado intervir nos assuntos de política social. O Estatuto do Trabalho Nacional conseguiu ser mais específico no que se refere à protecção social. Nele ficaram contidos os princípios doutrinários de organização corporativa do Estado Novo: integração da implementação da previdência social na organização do trabalho; responsabilização dos organismos corporativos pela promoção e organização das instituições de previdência; e protecção dos trabalhadores pelas instituições de previdência, na doença, invalidez e desemprego involuntário, e através das pensões de reforma (cf.

⁷² A permeabilidade do Instituto de Serviço Social às influências estrangeiras será desvelada em vários momentos da tese, sendo que o tema merece particular destaque no subcapítulo 6.2, A permeabilidade da escola às influências estrangeiras: «*Mlle. Lévêque é que me encaminhou para lá, para eu conhecer o serviço social francês*», pp. 299-321.

Maia, 1985: 44-45). Foi também sagrado o princípio da responsabilidade das entidades patronais em relação à protecção das vítimas de acidentes de trabalho. O financiamento do sistema de previdência social era o resultado das contribuições das entidades patronais e dos trabalhadores, não havendo participação financeira por parte do Estado, que apenas estabelecia e garantia o cumprimento das respectivas regras de funcionamento.

O sistema de previdência social desenvolvia-se, não por imposição do Estado, mas por vontade dos interessados, mediante a partilha voluntária de responsabilidades entre empregadores e trabalhadores. Toda a legislação promulgada na década de 1930, que veio a institucionalizar a previdência social, baseou-se nesta lógica corporativa de colaboração entre classes, em que o Estado era o mediador e garante do interesse geral, apoiando o desenvolvimento das instituições de previdência e gerando um clima de confiança e solidariedade. Ao Estado não competia financiar ou gerir o sistema, mas desempenhar funções de enquadramento do sistema, fiscalização e cumprimento das normas. Contudo, a autonomia real dos organismos corporativos, a quem competia criar as instituições de previdência, era limitada. Em verdade, o Estado tinha um forte papel regulador e também regulamentador das instituições de previdência: os princípios e objectivos iniciais em que se fundamentava o sistema de previdência social depressa se esvaneceram, e a realidade tornou difícil a sua realização nos moldes em que fora concebido (cf. Costa, 2011: 37-42).

No início da década de 1940, foram adoptadas medidas para responder às dificuldades de implantação da previdência social, designadamente legislativas, que vieram permitir ao Estado criar instituições de previdência, e alargar o âmbito das instituições existentes a um maior número de trabalhadores. O objectivo, esse, foi tentar evitar que a falta de iniciativa dos interessados, ou a insuficiência daqueles, viesse a colocar trabalhadores em situações de ausência de protecção social. Essas medidas marcaram o início da progressiva estatização do sistema de previdência, o que implicou o abandono gradual da natureza corporativa que lhe fora inicialmente consagrada. Como resultado, a criação de caixas de previdência foi acelerada e verificou-se, a partir de então, uma progressiva generalização da previdência (cf. *ibidem*: 42-46).

Para além das alterações no sistema de previdência social, também se verificaram importantes mudanças noutra área da política social: a da assistência. Em 1940 foi criada a Sub-Secretaria de Estado da Assistência Social, ficando a seu cargo os assuntos em matéria de assistência e saúde. Com a aprovação do Estatuto da Assistência Social, em 1944, teve início um processo de reorganização da assistência social. Os princípios assentes naquele Estatuto defendiam uma função supletiva do Estado na prestação directa da assistência. Ao Estado caberia planear, promover, tutelar e fiscalizar as actividades assistenciais, mais do que assumir o papel de prestador directo. A iniciativa particular civil ou religiosa teria, em primeiro lugar, a responsabilidade por aquela área social, em consonância com a tradição existente em Portugal. O Estado e as autarquias também podiam apoiar as instituições de assistência através da concessão de subsídios, obtidos pela cobrança de impostos. Para dar cumprimento ao Estatuto da Assistência Social, em 1945 houve a reorganização da assistência social, através da promulgação do decreto-lei n.º 35.108, de 8 de Novembro, que criou vários serviços no âmbito da Sub-Secretaria de Estado da Assistência Social. Ao nível nacional, a coordenação e regulamentação da assistência estatal e particular passou a ser efectuada por vários institutos, tais como o Instituto de Assistência à Família, o Instituto de Assistência aos Menores, e o Instituto de Assistência aos Inválidos. À Direcção Geral da Assistência cabia a orientação e tutela daquele sector e, ao nível local, as funções de coordenação da assistência foram confiadas às Misericórdias (cf. *ibidem*).

Os destinatários da assistência eram os então considerados inválidos para o trabalho, e suas famílias. A acção assistencial tinha como destinatários preferenciais a família e outros agrupamentos sociais, ao invés de uma orientação individualizada, e a ela foi atribuído um papel determinante nas questões de saúde, em particular, na saúde pública. Previa-se que a acção assistencial funcionasse em coordenação com o sistema de previdência, numa lógica de complementaridade, com o propósito de garantir protecção social à população não abrangida pela previdência social, ou em eventualidades não cobertas por aquela. Porém, foram várias as dificuldades que assomaram durante a implementação do Estatuto da Assistência Social: a persistência de níveis insuficientes de protecção social de cariz assistencial, devido à escassez de recursos nas instituições prestadoras de assistência; o não cumprimento efectivo do princípio legislado da universalidade da protecção; a falta de coordenação das actividades de previdência e assistência, apesar das intenções legais; e a

persistente dispersão de serviços e actividades por vários organismos que, apesar de terem objectivos semelhantes, estavam descoordenados entre si, tornando a acção assistencial e previdencial sobrepostas e até conflituantes (cf. Maia, 1985: 20-27).

Nas sociedades ocidentais, a partir de meados de 1920, e sobretudo ao longo da década de 1930, sob o pontificado do Papa Pio XI, a Igreja Católica e o catolicismo em geral viveram um período de forte mobilização social e religiosa, no seu combate contra uma certa visão da modernidade e, sobretudo, no combate ao laicismo ideológico e ao projecto laicizador de instituições e da sociedade em geral. Neste projecto, então designado por “reconquista cristã da sociedade”, a ideia de lançamento e institucionalização da Acção Católica surgiu como proposta oficial, visando integrar, formar e orientar o catolicismo militante que então se consolidou em países do Sul da Europa, como Portugal, França, Itália e Espanha, a par da Bélgica e de outros países de tradição católica como a Polónia. É desta dinâmica social e religiosa que nasce o “militante católico”, conforme a um catolicismo mais combativo, simultaneamente nos planos religioso e social, aberto aos diversos sectores da sociedade e pugnando por novas dinâmicas de sociabilidade. Surge, então, o chamado “apostolado moderno”: um apostolado organizado de leigos sob directa orientação da hierarquia religiosa, destinado a combater pela recristianização da sociedade moderna, de forma “esclarecida”, em contraposição ao devocionismo popular (cf. Fontes, 2019: 175-180).

O desenvolvimento de um catolicismo mais próximo da modernidade cultural, de feição urbana e até cosmopolita, assente em novas ideias e dinâmicas, onde se enquadra a adesão entusiasmada de jovens escolarizados e de novas figuras de intelectuais e de políticos, vai-se realizando paulatinamente. O seu desenvolvimento verificou-se ao ritmo das iniciativas locais, frequentemente sob a influência de leituras e propostas trazidas do estrangeiro, no contacto com o pensamento filosófico e teológico dos novos centros do catolicismo romano, sobretudo de origem francesa, belga ou italiana, que então marcavam o panorama cultural português, e de que a criação do Centro Académico de Democracia Cristã, em Coimbra, foi uma das suas expressões mais emblemáticas, no início do século XX. Daqui resultou a passagem de um catolicismo de matriz conservadora, assente no ritmo e nas práticas devocionais enraizadas no mundo tradicional, para um catolicismo mais aberto, capaz de mobilizar e de enquadrar novos sectores sociais e urbanos (cf. *ibidem*).

No projecto político da Constituição Política de 1933, a recusa simultânea do liberalismo e do totalitarismo fez do corporativismo uma referência pragmática dominante, o que permitia identificar o Estado Novo com a visão social desenvolvida pela doutrina social católica. Essa identificação serviu de motivação e razão para uma efectiva adesão inicial de muitos dos protagonistas do chamado catolicismo social ao Estado Novo. Paradoxalmente foi também em razão de uma insatisfação de fundo, e em nome da visão católica acerca do corporativismo, que muitos desses católicos se vieram gradualmente a afastar, distanciar, criticar e até manifestar oposição política ao regime do Estado Novo. Exemplo paradigmático desse processo foi o do Pe. Abel Varzim, um dos expoentes do catolicismo social, doutrinador e assistente eclesiástico da Acção Católica Portuguesa, instituída em 1933, que fez parte dos padres formados na Universidade de Lovaina, tendo integrado, como deputado eleito pela União Nacional, a II legislatura da Assembleia Nacional (1938-1942), da qual veio a ser politicamente afastado, após a sua pública defesa do “direito à greve” por parte dos trabalhadores (cf. *ibidem*). Figura, também essa, que integrou o corpo docente inaugural do Instituto de Serviço Social, tendo ficado responsável pelas disciplinas de Encíclicas e de Economia Política, e que intercedeu junto do presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, quando a escola lhe dirigiu um pedido de auxílio, em 1937, por se encontrar em situação de instabilidade financeira⁷³.

Em 1940, Oliveira Salazar conseguiu assinar com o Vaticano uma Concordata que lhe era bastante favorável, nomeadamente no que se refere ao quadro institucional de nomeação dos bispos e à aceitação da presença das associações religiosas na sociedade, embora confinadas à esfera sócio-religiosa e missionária. A Concordata foi ao encontro de algumas reivindicações históricas da Igreja Católica em Portugal, nomeadamente o reconhecimento da sua personalidade jurídica, que terá sido a mais significativa alteração institucional. Pese embora a manutenção do princípio de separação do Estado das Igrejas, com o novo instrumento jurídico, a Igreja Católica viu reunidas novas condições para a sua presença na sociedade portuguesa, e para levar adiante o projecto de “recristianização da sociedade”. No período posterior à II Guerra Mundial, e apesar do afloramento de iniciativas e propostas oposicionistas vindas de sectores sociais e intelectuais, resultado de um processo

⁷³ A figura do Pe. Abel Varzim, e alguns episódios que o associam ao Instituto de Serviço Social, são temas a tratar no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «*o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado*», pp. 240-264.

de progressiva desagregação do apoio católico ao Estado Novo, a maioria da população, sociologicamente católica, e os interesses da própria Igreja Católica romana, ainda convergiam no reconhecimento, no apoio e na defesa do projecto social corporativo do Estado Novo (cf. *ibidem*: 181-186).

Assim se caracteriza, em traços gerais, a sociedade que hospedou Marie-Thérèse Lévêque entre 1935 e 1946, e em cujo cenário viveu e trabalhou, em prol da primeira escola de serviço social em Portugal. Sendo certo, porém, que nem mesmo o ter regressado à França conseguiu anular a sua presença em Portugal. Aqui, permaneceu discreta e silenciosamente na obra que ajudou a edificar: o Instituto de Serviço Social. Aqui, perdurou na relação de amizade que manteve com algumas das suas antigas alunas, pioneiras na profissão do serviço social português. Aqui, continuou a existir através da memória marcante que imprimiu em tantos, e que, ao ser resgatada do passado, permite captar o relevo histórico da sua figura. Traços de uma vida e de uma presença que, ao fim de algumas décadas, inevitavelmente se esbateram no tempo, conforme foram desaparecendo os que com ela privaram, e que dela se recordavam. Já Portugal, esse, parece nunca ter deixado o pensamento e o coração da eterna “directora francesa” que, mesmo em fim de vida, ainda revivia saudosamente os tempos em que fizera do Instituto de Serviço Social a sua casa.

CAPÍTULO 2 RETRATOS DE UM PERCURSO BIOGRÁFICO (1901-1935)

2.1 Enquadramento sociofamiliar:

«[son père] rêvait de faire de tous ses enfants des êtres instruits et distingués»

Marie-Thérèse Cécile Lévêque nasceu a 2 de Junho de 1901, em Charly-sur-Marne⁷⁴, uma comuna rural com cerca de 20 km², situada no nordeste de França, departamento de Aisne⁷⁵, nas margens do rio Marne. De uma fratria de nove, era a segunda filha mais nova, tendo o seu nascimento ficado marcado por um triste acontecimento, três dias antes, no seio da família Lévêque: a morte de Jeanne Cécile, sua irmã, com apenas doze anos⁷⁶. Em sua memória terá, provavelmente, recebido um segundo nome próprio, Cécile.

Aquando da transição para o século XX, França vivia um período de riqueza financeira, sendo a sua moeda, o franco, uma das mais sólidas do mundo. Esta conjuntura económica próspera deveu-se, em muito, ao aumento da produção agrícola e industrial francesas, cujo ritmo foi particularmente acelerado entre 1896 e 1914. Ainda assim, o progresso na agricultura foi lento por comparação à indústria, em virtude da protecção aduaneira determinada no final do século XIX, à redução da rentabilidade das explorações decorrente do parcelamento das terras, e ao ensino agrícola incipiente. A situação demográfica era estagnante. A taxa de mortalidade, sobretudo a infantil, reduziu após 1895, graças à difusão da vacina e dos preceitos de higiene, contudo, a quebra na natalidade conseguiu ser mais acentuada, pelo que o ligeiro incremento da população ficou a dever-se, tão somente,

⁷⁴ Cf. Livro de registo “Charly-sur-Marne. Actes de Naissance, Mariage, Décès (1901)”, assento de nascimento n.º 38, de 1901. L.d.: Archives Départementales de l’Aisne (www.archives.aisne.fr).

⁷⁵ Após a Revolução Francesa, o Decreto de 26 de Fevereiro de 1790 veio regulamentar a divisão administrativa em França. O país foi dividido em 83 departamentos, os departamentos em distritos, os distritos em cantões, e os cantões em municipalidades ou comunas. Pela Lei de 4 de Março de 1790, o departamento de Aisne foi subdividido em 63 cantões. O cantão de Charly-sur-Marne passou então a integrar as comunas de Charly-sur-Marne, Romeny, Saulchery, Villiers-sur-Marne, Montreuil-aux-Lions, Domptin, Bézu-le-Guéri, Coupru e Crouettes (cf. Corlieu, 1989: 143-144).

⁷⁶ Vide Apêndice H: Ascendentes e irmãos de Marie-Thérèse Cécile Lévêque (1901-1974). No documento foram compilados vários dados (sobrenome e nome próprio, data e local de nascimento, profissão, data de casamento e nome do cônjuge, data e local de falecimento, outros dados) sobre Marie-Thérèse Cécile Lévêque e os seus irmãos, pais, avós e bisavós.

ao aumento da esperança média de vida e à presença, em França, de mais de um milhão de estrangeiros, sobretudo italianos e belgas.

A população francesa do início do século XX era maioritariamente rural, sendo que 56% vivia em localidades com menos de 2.000 habitantes. As condições de vida no campo eram difíceis, a começar pelas habitações, que eram modestas, na sua maioria insalubres, construídas em solo de terra batida, e com iluminação a petróleo. Ainda assim, o aumento do rendimento agrícola naquele período ocasionou melhorias na alimentação, e a carne e o vinho passaram a ser mais frequentes nas refeições campesinas. Por outro lado, a expansão dos caminhos-de-ferro, o serviço militar, a escola obrigatória, e a imprensa a custos mais acessíveis, expandiram os horizontes dos camponeses, sendo que muitos começaram a tentar imitar o estilo de vida cidadão (cf. Berstein & Milza, 1986: 29-34).

Num estudo monográfico sobre Charly-sur-Marne é possível constatar que o progresso económico, político e social, vivido na viragem do século, também teve efeitos naquela comuna. Nos dois decénios que antecederam a I Guerra Mundial, «Des réalisations, essentielles, ont été menées à bien qui concernent les Services publics. L'école laïque a reçu droit de Cité. La République a marqué de nombreux points. Les Sociétés locales ont fait preuve de beaucoup de dynamisme» (Herdhuin, 1985: 185). Sobre a vida quotidiana dos *carlésiens*⁷⁷, não obstante as tradições festivas e os momentos de ócio, fica explícito que o trabalho árduo era uma marca dominante: «Notre bourg [...] a eu une commune et frappante religion: celle du TRAVAIL. Nos grandes-pères, paysans et vigneron, artisans et commerçants, on été des bourreaux du travail» (*ibidem*). Entre as actividades agrícolas e pastoris a que se dedicavam religiosamente os *carlésiens*, destaca-se o cultivo da vinha, de tradição remota, e que valeu a atribuição do título *champagne*, em 1908, ao vinho produzido pelas castas daquela comuna⁷⁸.

O pai de Marie-Thérèse Lévêque, nascido em 1861, era filho de lavradores que, fiéis ao trabalho, ascenderam a proprietários e rendeiros de terras de cultivo na comuna nortenha de Montbrehain. Florian Lévêque, farmacêutico, terá feito os estudos numa das três escolas

⁷⁷ Designação atribuída aos habitantes da comuna de Charly-sur-Marne.

⁷⁸ Mais informação sobre a história e a tradição vinícola em Charly-sur-Marne pode ser encontrada em www.charly-sur-marne.fr.

de farmácia existentes em França e que, no final do século XIX, habilitavam para o exercício daquela profissão: Paris, Nancy ou Montpellier⁷⁹ (cf. Rasmussen, 2004: 22-26). À época, as sólidas dinastias farmacêuticas, em que o património associado à oficina se perpetuava ao longo de várias gerações, eram casos de excepção. Também é importante frisar que a criação de uma oficina de farmácia não era acessível aos estudantes oriundos de meios sociais modestos: os custos, elevados, implicavam a aquisição ou aluguer de uma propriedade, o pagamento da licença profissional, e o investimento inicial em materiais (cf. Faure, 1996: 674-676). Florian Lévêque instalou a sua farmácia em Charly-sur-Marne, no final da década de 1880. Os escritos deixados pelo seu filho mais velho, Maurice Lévêque (1890-1982), revelam ter sido dois familiares, Hyppolite Sébastien Marlier, proprietário agrícola, e Adélaïde Marlier, casada com um comerciante de ferragens, os autores do empréstimo que possibilitou a concretização daquele projecto profissional⁸⁰.

Na qualidade de farmacêutico, proprietário de uma oficina, a prática profissional de Florian Lévêque tende a se inscrever na designada “farmácia galénica”, por oposição à “farmácia química”. Numa perspectiva histórica, a primeira ocupa-se dos medicamentos elaborados segundo a arte e a ciência do farmacêutico, enquanto a segunda estuda os elementos e os compostos químicos utilizados em terapêutica. A actividade galénica é central para a legitimação da profissão do farmacêutico, e pressupõe a selecção de matérias-primas medicinais, a sua combinação e transformação através de múltiplas operações, o acondicionamento da forma medicamentosa e, por fim, a sua distribuição ao público. Esta dimensão oficial distingue-se claramente dos quadros industriais e comerciais, relegados à margem da profissão. A partir do final do século XIX, com a expansão dos laboratórios de preparação e purificação de compostos químicos, e com o incremento da produção fabril das formas farmacêuticas, estas passaram a ser vendidas aos droguistas que, por sua vez, as revendiam aos farmacêuticos. Os produtos elaborados industrialmente podiam ser

⁷⁹ Durante a investigação de doutoramento não foram encontrados indícios sobre o percurso formativo de Florian Saint Elme Pierre François Lévêque, pai de Marie-Thérèse Lévêque, sendo apenas uma suposição o facto de ter frequentado uma escola de farmácia.

⁸⁰ Os escritos de Maurice Lévêque mostram que Hyppolite Sébastien Marlier e Adélaïde Marlier eram tios maternos de Florian Lévêque. «[...] c’est à lui [Hyppolite Sébastien Marlier] et à la cousine Adélaïde [Marlier] que papa Florian avait du pouvoir acquérir son fond de pharmacie à Charly. Une photo de famille représente les deux prêteurs associés, en visite à Charly chez leur neveu, tous pris devant la pharmacie toute neuve [...]». In “Histoire résumée de la famille Lévêque et consorts” (escritos de Maurice Lévêque), [s.d.]. Documento manuscrito com oito páginas: p. 3. L.d.: Frédérique Anorga (Paris), bisneta de Léon Marcel Lévêque (1893-1965), irmão de Marie-Thérèse Lévêque.

matérias-primas, apropriadas pelo farmacêutico para o seu trabalho de preparação oficial e magistral, ou então fórmulas farmacêuticas finalizadas, prontas a serem comercializadas ao público (cf. Rasmussen, 2004: 13-22).

Durante o século XIX, os farmacêuticos assistiram ao aumento da antiga concorrência, designadamente, farmácias hospitalares, mercearias, herboristas, e confrontaram-se com o surgimento de estruturas industriais e comerciais que os ultrapassavam. A esta realidade dos novos tempos não estaria alheio, com certeza, Florian Lévêque. Num levantamento dos comerciantes e artesão existentes em Charly-sur-Marne, entre 1900 e 1950, a actividade profissional da família Lévêque, única naquela comuna, surge não só conotada a uma oficina de farmácia, como também a uma papelaria e à venda de jornais⁸¹. Contudo, ao invés de sugerir um contexto de prosperidade e dinamismo comercial, a existência de actividades complementares ao ofício próprio do farmacêutico era, com frequência, um indício da necessidade de diversificar a actividade laboral, fruto de uma situação financeira fragilizada (Faure, 1996: 672-678).

Aquando da instalação da oficina de farmácia, Florian Lévêque foi apresentado pelo doutor Marcel Vérut, médico de Charly-sur-Marne, à família Demarly, tendo conhecido aquela que viria a ser a sua futura esposa: Berthe Jeanne Demarly (1865-1952). Pouco tempo depois, a família Demarly fixou a sua residência naquela comuna. Os avós paternos de Berthe Demarly, dedicados à actividade pastoril, fizeram do único filho (Pierre Cyprien Demarly, avô materno de Marie-Thérèse Lévêque) um cobrador de impostos, já que o seu crescimento foi difícil, e a sua saúde mostrava-se imprópria para os trabalhos rudes de uma quinta. Florian Lévêque e Berthe Demarly casaram-se a 6 de Fevereiro de 1886 e, até 1904, viram nascer os seus nove filhos. De salientar a presença constante de Pierre Cyprien Demarly, na qualidade de testemunha, no acto de registo de nascimento dos vários netos, o que sugere uma relação de proximidade com a família Lévêque⁸².

⁸¹ Cf. “Commerçants et artisans 1900-1950 à Charly. Liste remémorée par M. Marcel Barbier de Pavant (Nicole Dejardin-Jobe)”, [s.d.]. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: Mairie de Charly-sur-Marne (sem tratamento arquivístico).

⁸² Cf. “Histoire résumée de la famille Lévêque et consorts” (escritos de Maurice Lévêque), [s.d.]. Documento manuscrito com oito páginas. L.d.: Frédérique Anorga (Paris), bisneta de Léon Marcel Lévêque (1893-1965), irmão de Marie-Thérèse Lévêque; *Vide* Apêndice H.

Em termos oficiais, a mãe de Marie-Thérèse Lévêque não exercia qualquer profissão⁸³, ainda que o seu nome esteja associado à autoria de fotografias sobre a paisagística e o quotidiano de Charly-sur-Marne, impressas em formato de cartão-postal. Aliás, é frequente encontrar a inscrição “Ed. Mme. Lévêque” em cartões-postais antigos daquela comuna, datados do primeiro quartel do século XX⁸⁴. Desde longo tempo que a fotografia tem estado associada à farmácia. A partir de meados do século XIX, muitos farmacêuticos investiram na preparação de soluções indispensáveis ao tratamento das placas de exposição fotográfica tornando-se, inclusive, dos primeiros a adoptar aquela nova técnica (cf. Mockly, 1994)⁸⁵. Compreende-se então que Berthe Demarly, casada com um farmacêutico, estivesse de alguma forma familiarizada com o universo da fotografia, embora na época não fosse comum a figura da “mulher fotógrafa”⁸⁶.

Maurice Lévêque relata que o pai era uma pessoa bondosa, embora com temperamento pouco tolerante. Educado religiosamente na Igreja Católica, acabou por se distanciar progressivamente da fé. Num episódio narrado, Florian Lévêque sorriu de satisfação quando, aos dezoito anos, o filho mais velho afirmou diante dele que todas as religiões estavam desactualizadas. No que se refere a Berthe Demarly, tudo indicia que tenha permanecido fiel à Igreja Católica. Por várias vezes tentou que o filho se convertesse ao caminho da fé, sempre sem sucesso, conforme assegura o próprio: «[...] j’ai refusé de la suivre sur ce terrain, en disant que j’aurais honte de lui jouer ma comédie de foi quand j’étais sur de renoncer à notre religion»⁸⁷. Enquanto profissional, Florian Lévêque apresentava uma rara consciência, mas o tédio provinciano acabou por vencê-lo: «[...] il

⁸³ Nos assentos de nascimento da fratria Lévêque/Demarly, o nome de Berthe Jeanne Demarly aparece sempre associado à expressão *sans profession* (“sem profissão”). Vide Apêndice H.

⁸⁴ A título sugestivo, faça-se uma pesquisa na conhecida plataforma digital de colecionismo *Delcampe* (www.delcampe.net), secção “cartões-postais”, com recurso às palavras-chave “Charly-sur-Marne” e/ou “Mme. Lévêque”.

⁸⁵ A propósito do tema, veja-se a exposição digital “La photographie et les pharmaciens”, promovida pela Société d’Histoire de la Pharmacie (<http://www.shp-asso.org/index.php?PAGE=expositionphotograph>).

⁸⁶ De realçar que em 1925, na ficha de candidatura de Marie-Thérèse Lévêque à École des Surintendantes d’Usine consta que a sua mãe, Berthe Lévêque, exercia a profissão de *libraire* (livreira). Cf. “Sociale de Surintendantes d’Usine. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁸⁷ “Histoire résumée de la famille Lévêque et consorts” (escritos de Maurice Lévêque), [s.d.]. Documento manuscrito com oito páginas: p. 6. L.d.: Frédérique Anorga (Paris), bisneta de Léon Marcel Lévêque (1893-1965), irmão de Marie-Thérèse Lévêque.

cherchait un peu trop la diversion dans la bière et les alcools»⁸⁸. Filho de lavradores poupados, e tendo sobre si pesadas responsabilidades familiares devido à extensa prole, fazia questão que nada fosse desperdiçado. Ainda assim, fruto da sua paixão pela leitura, não hesitava ao arrematar em leilão um livro, objecto de grande valor e de prestígio naquele tempo.

O pai de Marie-Thérèse Lévêque interessava-se pela política radical-socialista, tendo sido grande amigo e apoiante de Louis-Émile Morlot⁸⁹, presidente da câmara municipal de Charly-sur-Marne, entre 1888 e 1907. Em França, o radicalismo adquiriu o estatuto de doutrina política na década de 1840, com a reclamação da democracia política, traduzida na instauração do sufrágio universal e, mais tarde, na implementação de justas melhorias sociais. Este fim social da democracia é interpretado como um filão intermédio entre o liberalismo, que “esmaga os pequenos em benefício dos poderosos”, e o socialismo, que coloca em causa a propriedade privada. A situação da corrente radical no final do século XIX não deixa de ser paradoxal: um agregado pouco estruturado, com elementos dispersos, mas cuja força residia no facto de estar profundamente enraizada na sociedade civil e de todos os seus membros se reclamarem da mesma cultura política, ao defender a mesma visão do mundo, proclamar os mesmos princípios, e reconhecer os mesmos dirigentes. No ano de 1901, o comité de acção para as reformas republicanas convocou um congresso do partido republicano-radical, com o objectivo de congregar as forças dispersadas do partido radical, com vista às eleições de 1902. Daquela nebulosa radical resultou o primeiro partido político francês moderno – Partido Republicano, Radical e Radical-socialista –, que reunia todos os republicanos em torno do núcleo radical. O programa do partido reconhecia a individualidade e independência dos grupos que o integravam, sob a tríptica: “acção laica contra o clericalismo, acção democrática contra a ditadura, acção social contra a miséria”.

⁸⁸ *Ibidem*: p. 8.

⁸⁹ Louis-Émile Morlot (1859-1907) nasceu em Charly-sur-Marne, tendo frequentado os estudos clássicos em Paris e, em seguida, o curso de ciências políticas. Doutor em direito (1882), foi admitido no mesmo ano ao concurso para procurador do Conselho de Estado. Subchefe do serviço local no Ministério do Interior, em 1888, e nomeado chefe, em 1896. A sua carreira política teve início em 1886, como conselheiro geral de Aisne. Mandatos exercidos na Assembleia Nacional / Câmara de Deputados: 1896-1898 (republicano radical); 1898-1902 (republicano radical); 1902-1906 (radical-socialista); 1906-1907 (esquerda radical-socialista). Em 1888 foi eleito presidente da câmara municipal da sua terra-natal, cargo que veio a ocupar até falecer. Autor das publicações *Régime et Législation de l'Assistance Publique* (1885), e *Précis des Institutions Politiques de Rome* (1886) (cf. Herdhuin, 1985: 156-157; www.assemblee-nationale.fr).

O programa social preconizado pelo partido assentava em dois eixos. O primeiro consistia na luta contra o capitalismo, visto enquanto ameaça à liberdade individual, como “feudalidade exploradora dos trabalhadores e consumidores”, já que a centralização do capital colidia com a visão de sociedade ideal, tida pelos radicais. Estes preconizavam a retoma pela nação do património público alienado, a implementação de serviços de âmbito nacional, e o combate aos monopólios industriais. O segundo eixo compreendia a intervenção do Estado, com vista à reforma das estruturas sociais. A curto prazo, o Estado devia criar organizações de assistência, liquidando assim a dívida da sociedade para com as crianças, os doentes, os reformados, os idosos, e outros grupos vulneráveis. Devia ainda realizar melhorias na legislação do trabalho, como sendo, a regulamentação do emprego para mulheres e crianças, a incumbência de responsabilidade patronal em caso de acidentes de trabalho, a criação de um sistema de seguros, a instauração de um regime obrigatório de mediação de conflitos no trabalho, ou a entrada em vigor de contratos colectivos. Porém, o essencial residia no longo termo. O objecto da política social dos radicais era a abolição do salário e o acesso de todos à propriedade. O ideal a alcançar seria a implementação, graças à intervenção do Estado, de uma democracia de pequenos e médios proprietários⁹⁰.

O poder alcançado pelo partido radical não pode ser entendido à margem da adesão massiva da população francesa àquela nova estrutura política. O partido teve a faculdade de constituir uma maioria de governo, que não teria sido possível sem uma maioria de votos efectivos. No seguimento da vitória radical nas eleições de 1902, em que 219 deputados passaram a constituir o centro de gravidade do Bloco das Esquerdas, o radicalismo ascendeu ao poder. Foi então que o radicalismo assumiu como marca distintiva o anticlericalismo militante, que marcou a sua acção entre 1902 e 1905, e que conduziu à ruptura das relações diplomáticas com o Vaticano, à separação entre a Igreja e o Estado, e à depuração dos quadros superiores de pessoal administrativo, diplomático, judiciário e militar (cf. Berstein, 2005: 11-16; Berstein, 1992: 192-195).

⁹⁰ Enquanto estratégias conducentes à reforma das estruturas sociais, o partido radical previa: «[...] la voie fiscale qui passe par l’institution de l’impôt sur le revenu par lequel l’État se donne, en taxant les riches, le moyen d’aider les pauvres dans le cadre du “quasi-contrat” solidariste; la voie de l’éducation qui consiste à donner à tous les moyens intellectuels d’envisager et de réaliser un progrès social en valorisant leur talent et leur intelligence; la voie législative par laquelle il est possible d’encourager la constitution de nouvelles propriétés individuelles» (Berstein, 1992: 195).

Se há elemento que caracteriza a sociedade francesa no período de transição para o século XX, é incontestavelmente a predominância das classes médias. Estas constituíam não uma classe, no sentido marxista do termo, mas um conjunto de grupos sociais intermediários que iam desde o mundo operário ou o campesinato, até às franjas da burguesia. De facto, apesar das diversas e contrastantes condições sociais, fruto das inquietudes e inseguranças ligadas à precariedade de vida nos meios populares de então, a sociedade francesa surge essencialmente como uma sociedade burguesa. Este mundo das classes médias tinha como traço distintivo a heterogeneidade: ao nível de estatuto, devido à coexistência de pequenos patrões, trabalhadores independentes, e também de assalariados; ao nível dos rendimentos, uma vez que artesãos ou pequenos lojistas com frequência auferiam de salários superiores aos de um operário qualificado, médico ou advogado em vias de integração na burguesia; e ao nível dos modos de vida, muito distintos consoante se tratasse, por exemplo, de um profissional liberal ou de um pequeno proprietário agrícola.

As classes médias distinguem-se tradicionalmente entre independentes (pequenos patrões, membros de profissões liberais) e assalariados. No primeiro caso inserem-se artesãos, pequenos comerciantes e industriais, proprietários-exploradores agrícolas, advogados, médicos e, como no caso concreto do pai de Marie-Thérèse Lévêque, farmacêuticos. No segundo caso temos funcionários, quadros do sector privado e empregados. A existir um critério transversal à pluralidade das classes médias, é o da aspiração à promoção social, ao modo de vida burguês, que se pretende atingir numa ou em várias gerações. Na concretização desse ideal, os estudos e o trabalho surgem como pedra angular (cf. Daumard, 1993: 50-52; Berstein, 1992: 202-205; Berstein & Milza, 1986: 34-35). Também Florian Lévêque desejava que os seus filhos, rapazes e raparigas, tivessem a oportunidade de ascender na escala social: «Il rêvait de faire de tous ses enfants des êtres instruits et distingués»⁹¹. Maurice Lévêque, o filho mais velho, narra inclusive um episódio em que o pai recorreu a Louis-Émile Morlot, amigo e presidente da câmara, para que lhe fosse atribuída uma bolsa de estudos secundários, sendo assim possível dar continuidade ao seu percurso de instrução⁹².

⁹¹ “Histoire résumée de la famille Lévêque et consorts” (escritos de Maurice Lévêque), [s.d.]. Documento manuscrito com oito páginas: p. 8. L.d.: Frédérique Anorga (Paris), bisneta de Léon Marcel Lévêque (1893-1965), irmão de Marie-Thérèse Lévêque.

⁹² Cf. *ibidem*.

Na viragem do século XIX, as classes médias consideravam que a promoção social que haviam iniciado as distinguia dos grupos da base da sociedade. Por comparação ao proletariado vulnerável, possuíam um património, característica fundamental da burguesia. Todavia, as classes médias sentiam-se relativamente frágeis e naturalmente inquietas face às evoluções económicas ou às atitudes políticas que arriscavam colocar em causa a sua recente ascensão social, motivo pelo qual recebiam o capitalismo e o socialismo. Enquanto o primeiro sistema político-económico constituía uma ameaça para o património recém-instituído, o segundo, ao preconizar uma doutrina de nivelamento social, limitava a aspiração das classes médias ao seu ideal: a promoção social. Contra este duplo perigo, a tendência era manifestar apoio para com o Estado republicano. A análise das fontes documentais permite situar a família Lévêque no grupo das classes médias independentes e, designadamente, na pequena burguesia. Não admira, portanto, a simpatia que Florian Lévêque nutria pela política radical-socialista. A política social preconizada pelo Partido Republicano, Radical e Radical-socialista dava resposta às aspirações das classes médias, ao considerar que a evolução da sociedade residia na promoção social, ao fazer do acesso à propriedade a tónica do progresso, e ao proteger pela lei ou pela fiscalidade a pequena e a média empresa, contra os riscos que a ameaçavam.

O indivíduo pertencente às classes médias, que iniciava a sua ascensão no seio do corpo social e desejava para os filhos um futuro mais próspero que o seu, e que tivesse atingido segurança financeira num nível modesto, mas progressivamente favorável, constituía, tanto no discurso oficial como nas representações, o cidadão-tipo da Terceira República Francesa (1870-1940), mais concretamente até ao início da década de 1930 (cf. *ibidem*). O trajecto biográfico dos irmãos de Marie-Thérèse Lévêque não foi tomado como objecto de pesquisa. Não obstante, a documentação coligida revela que pelo menos dois filhos de Florian Lévêque concretizaram o sonho paterno, ao se tornarem cidadãos instruídos e ilustres: um que obteve o diploma de engenheiro⁹³; e Marie-Thérèse Lévêque, com um percurso formativo e profissional deveras significativo na área de estudos médico-sociais, em particular, no campo emergente do serviço social.

⁹³ Cf. “Sociale de Surintendants d’Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico). O documento não revela o nome do irmão de Marie-Thérèse Lévêque que se tornou engenheiro de profissão.

2.2 A formação elementar e o ensino primário superior:

«se former pratiquement et trouver toutes garanties morales pendant leurs études»

Em França, desde longa data e até ao segundo terço do século XIX, a Igreja Católica detinha a responsabilidade de educar as raparigas, com base numa instrução diferenciada, de estrita separação entre sexos, cuja especificidade eram os “trabalhos de agulha”. A partir do final do Segundo Império (1852-1870), teve início uma política de secularização das escolas primárias, em municipalidades com ideais liberais e anticlericais. Entre as medidas implementadas, contou-se a abertura de escolas laicas, sobretudo para raparigas, e a exigência do *brevet de capacité* (diploma) para ensinar, que naquele período era ostentado por apenas 10% das instrutoras congregacionistas. Em 1871, 75% das raparigas eram formadas por religiosas, com vista ao seu papel de mãe e de cristã, através de um saber-fazer doméstico e de uma profunda educação religiosa. Nas escolas católicas, a formação centrava-se na moral, na disciplina e nas boas maneiras, ao passo que nas laicas dava-se particular atenção ao saber, à instrução e à formação profissional. Não são de estranhar, pois, as críticas lançadas por republicanos e inspectores primários à qualidade do ensino ministrado por congregacionistas.

Em 1879, com a Terceira República já consolidada, Jules Ferry⁹⁴ torna-se ministro da Instrução Pública, tendo ficado conhecido pelas reformas significativas que introduziu no sistema educativo francês. Àquela data, 76% dos rapazes estavam inscritos em escolas públicas laicas, ao passo que 56% das raparigas eram educadas por congregacionistas, em estabelecimentos privados ou públicos. A primeira das grandes leis republicanas sobre a escola foi promulgada em Outubro de 1879, tornando obrigatória a criação de uma escola normal para raparigas, em cada departamento, a fim de formar professoras primárias que viessem a constituir um “corpo de ensino” devoto ao Estado. Mas se as escolas normais se

⁹⁴Jules François Camille Ferry (1832-1893), advogado, herdou o anticlericalismo dos Iluministas, sobretudo de Condorcet. Nomeado ministro da Instrução Pública em 1879, começou por alterar a composição do Conselho Superior de Instrução Pública, excluindo os eclesiásticos que nele se encontravam e criando uma espécie de Senado Universitário, sob a divisa “*le gouvernement des études aux hommes d’études*”. Seguiram-se as reformas consecutivas no ensino primário e nos planos de estudos secundários (1880-81), as medidas de reforço das faculdades “intelectuais” (1880), a criação dos liceus para raparigas (1881), e a grande lei sobre a obrigatoriedade e a laicidade do ensino primário (1882). Após deixar o Ministério da Instrução Pública, em 1883, apenas se sucederam medidas de aplicação das leis precedentes (cf. Albertini, 2006: 62-63).

multiplicaram na década seguinte, já o recrutamento de professoras primárias permaneceu inconstante, tendo-se verificado um lento decréscimo da influência congregacionista. Em 1881 foi aprovada a lei que estabeleceu a gratuidade do ensino primário nas escolas públicas⁹⁵ e, em 1882, a lei sobre o ensino primário obrigatório⁹⁶. As escolas de raparigas eram sistematicamente construídas junto às escolas dos rapazes, numa simetria arquitectural, que testemunha a vontade de igualdade de instrução entre os sexos, mas também a sua necessária separação. Em 1883, as comunas francesas ficaram obrigadas a construir escolas públicas nos seus povoados. Estas podiam ser mistas, devido ao número reduzido de alunos inscritos, ainda que raparigas e rapazes permanecessem separados na sala de aula (cf. Blöss & Frickey, 2006: 18-30; Zancarini-Fournel, 2005: 91-111).

Num estudo monográfico sobre Charly-sur-Marne, publicado em 1881, o autor escreve, em tom de crítica, «Comme dans toutes les campagnes, l'instruction publique à Charly laissait beaucoup à désirer» (Corlieu, 1989: 207). Durante vários anos após a Revolução Francesa, existiu naquela comuna uma única escola, pública, e destinada a rapazes. Ao professor que nela ensinava não era exigido certificado de estudos, nem diploma⁹⁷. A essa escola vieram juntar-se outras duas, privadas, de natureza católica: uma para raparigas, fundada pela Congrégation de Notre Dame de Bon Secours (1806); e outra para rapazes, instituída pelos Frères des Écoles Chrétiennes (1846). Foi preciso aguardar até 1888 pela abertura da primeira escola pública para raparigas em Charly-sur-Marne, sob o desígnio do radical-socialista Louis-Émile Morlot, recém-eleito presidente da câmara municipal (cf. Corlieu, 1989: 207-216, 281-282; Herdhuin, 1985: 101).

No século XIX, a educação das raparigas das elites burguesas e aristocratas compreendia, antes de mais, uma preparação para as funções de esposa e de mãe. A educação materna,

⁹⁵ Loi du 16 juin 1881 établissant la gratuité absolue de l'enseignement primaire dans les écoles publiques, Art. 1^{er}: «Il ne sera plus perçu de rétribution scolaire dans les écoles primaires publiques, ni dans les salles d'asile publiques. Le prix de pension dans les écoles normales est supprimé».

⁹⁶ Loi du 28 mars 1882 sur l'enseignement primaire obligatoire, Art. 4^{ème}: «L'instruction primaire est obligatoire pour les enfants des deux sexes âgés de six ans révolus à treize ans révolus; elle peut être donnée soit dans les établissements d'instruction primaire ou secondaire, soit dans les écoles publiques ou libres, soit dans les familles, par le père de famille lui-même ou par toute personne qu'il aura choisie».

⁹⁷ Sobre os requisitos subjacentes à escolha e nomeação do professor: «Il devait être agréé par le curé et nommé par lui en présence des notables habitants de la paroisse. On lui demandait une belle voix pour chanter au lutrin et une *belle main* pour enseigner l'écriture, car c'était lui qui traçait les modèles à la première ligne de chaque page du cahier de l'élève. Quant à la grammaire et à l'orthographe, il n'en était pas question; on laissait deviner aux élèves le mot et la chose» (Corlieu, 1989: 207).

essencialmente moral, era completada pela intervenção do confessor e por lições particulares. Tradicionalmente, antes do casamento, algumas raparigas eram enviadas para um convento, onde a sua educação era assegurada por religiosas. As instituições de ensino laicas também eram uma opção, existindo em grande número, sobretudo em Paris. Em 1840, uma corrente reformadora criticava a educação secundária das jovens raparigas, que passavam dez anos da sua vida, entre os 8 e os 18 anos, em internatos. Com o avançar do século XIX, as famílias burguesas tornaram-se cada vez mais refractárias ao regime de internato. Por iniciativa das municipalidades, uma inovação institucional permitiu satisfazer as novas concepções educativas: a abertura de cursos secundários pagos, com horários flexíveis e adaptados às ocupações das famílias burguesas. Aulas de literatura, ciências, línguas “vivas”, desenho e história eram dispensadas às raparigas. Não havia controlo de assiduidade, nem realização de exames, mas com a moda do *brevet* lançada no Segundo Império (1852-1870), os cursos conferiam acesso ao diploma e, conseqüentemente, ao título de professora primária. Foram, até à II Guerra Mundial, uma forma flexível de educação das raparigas da “boa sociedade”, sobretudo da média burguesia, pois as elites aristocratas e a alta burguesia não se deixaram cativar. Já a resistência católica àquela nova modalidade de formação foi imediata e ampla, visto tratar-se de concorrência para os estabelecimentos congregacionistas e para a educação cristã (cf. Blöss & Frickey, 2006: 18-30; Zancarini-Fournel, 2005: 91-111).

Até 1910, Marie-Thérèse Lévêque recebeu instrução na sua casa de família⁹⁸. A lei de 28 de Março de 1882, sobre a obrigatoriedade do ensino primário, previa que o próprio pai, ou outra pessoa por ele designada, assumisse o papel de professor, quando a opção da família fosse a instrução dos filhos em casa⁹⁹. Nesta situação, todos os anos a criança era submetida a exame diante de um júri, sobre as disciplinas de ensino correspondentes à sua idade nas escolas públicas. Se o resultado do exame fosse considerado insatisfatório, os pais eram notificados para inscrever a criança numa escola pública ou privada. Talvez por este motivo, ou simplesmente porque a família Lévêque procurava maior exigência na instrução dos filhos, facto é que, com nove anos de idade, Marie-Thérèse Lévêque

⁹⁸ Vide Anexo C: “Bedford College for Women (University of London). Social Studies Department. Form of Entrance. Marie-Thérèse Cécile Lévêque [1932]”. Documento dactilografado e manuscrito com uma página. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72, file 5682.

⁹⁹ As fontes históricas consultadas não elucidam sobre a pessoa que assumiu o papel de professor, durante os períodos em que Marie-Thérèse Lévêque recebeu instrução na sua casa de família.

ingressou num internato a cerca de 60 km de Charly-sur-Marne: o Pensionnat de la Croix, em Soissons¹⁰⁰. São desconhecidas as razões para a escolha deste estabelecimento de ensino, mas não deixa de ser surpreendente a opção por um internato católico, distante da família. Para além de Charly-sur-Marne ter, desde 1888, uma escola pública para raparigas, há muito que Florian Lévêque se havia distanciado dos caminhos da fé, simpatizando inclusive com a política radical-socialista, cuja marca distintiva era o anticlericalismo.

Em Soissons, o Pensionnat de la Croix foi fundado em 1849, pela Congrégation des Religieuses de la Croix (Filles de la Croix), e provia estudos secundários em regime de internato a jovens raparigas, aliando o objectivo de instrução ao de evangelização. Em 1904, França viu ser aprovada uma lei que interditava o ensino a todas as congregações¹⁰¹ e, em 1905, foi retirado aos congregacionistas o privilégio de ensinar. Para manter abertas as portas do pensionato, as suas antigas alunas, munidas da graduação exigida, improvisaram-se professoras, em memória daquelas que as haviam instruído. A esta estratégia seguiu-se outra: várias religiosas renunciaram aos seus votos de consagração e revestiram-se dos costumes seculares, ainda que mantendo o seu espírito e a sua vida religiosa, para que as jovens pudessem continuar a receber a educação cristã desejada pelas suas famílias (cf. Vacherand, 1991: 83-91; Jacquemin, 1950: 13-17).

As fontes históricas consultadas não elucidam sobre o plano de estudos ou o corpo docente do Pensionnat de la Croix, entre 1910 e 1914, período em que foi frequentado por Marie-Thérèse Lévêque. A única informação encontrada diz respeito ao capelão, cónego Eusèbe Hanoteaux¹⁰², que assumiu aquelas funções entre 1887 e 1915. No boletim da associação das antigas alunas do pensionato pode ler-se, sobre a sua pessoa:

«Tout ce qu'il faut de prudence et de sagesse, de science de tact pour former à la vie chrétienne les jeunes filles des familles les plus distingués de la région et préparer, par

¹⁰⁰ Vide Anexo C.

¹⁰¹ Loi du 7 juillet 1904 sur l'interdiction de l'enseignement congréganiste, Art. 1^{er}: «L'enseignement de tout ordre et de toute nature est interdit en France aux congrégations. Les congrégations autorisées à titre de congrégations exclusivement enseignantes seront supprimées dans un délai maximum de dix ans».

¹⁰² Eusèbe Armand Marcellin Hanoteaux (1843-1918), nasceu no seio de uma família profundamente cristã. Ordenado padre em 1867, foi enviado como vigário para a populosa paróquia de Notre Dame de Chauny. Em 1887, foi nomeado capelão do Pensionnat de la Croix, em Soissons, cargo que ocupou até ao início da I Guerra Mundial, quando as instalações do pensionato foram utilizadas como hospital de campanha. Deixou o Pensionnat de la Croix em Janeiro de 1915, quando um bombardeamento o tornou inabitável (cf. Clairambeaux, 1930: 20-24).

une instruction religieuse exacte, d'excellentes futures mères de famille, se trouva heureusement réuni chez M. Hanoteaux» (Clairambeaux, 1930: 22).

No início do século XX, no seio das classes sociais superiores, continuavam a persistir as antigas práticas de educação das raparigas em conventos ou pensionatos, onde se fazia a aprendizagem das boas maneiras e da caridade cristã. Os resultados escolares não eram, porém, negligenciados, uma vez que 80% das alunas obtinham o grau de bacharelato e, com frequência, vinham a exercer uma profissão a tempo parcial, após darem continuidade aos seus estudos nas ditas “fileiras femininas” (escolas de línguas, escolas de relações públicas, escolas privadas de comércio, entre outras). Praticavam também o benevolato, em muito influenciadas pela formação que haviam recebido, numa tentativa de conciliar o ideal religioso e a vida no mundo (cf. Blöss & Frickey, 2006: 18-30; Zancarini-Fournel, 2005: 91-111). Estando a família Lévêque situada no grupo das classes médias independentes, designadamente na pequena burguesia, e considerando que no começo do século XX a formação de raparigas em pensionatos estava reservada às classes sociais superiores, pode depreender-se que foi necessário um elevado esforço financeiro para que Marie-Thérèse Lévêque pudesse frequentar o Pensionnat de la Croix, talvez explicado pelo sonho paterno de transformar os filhos em cidadãos instruídos e ilustres.

Presume-se que o Pensionnat de la Croix também exortasse as suas alunas para a prática da caridade cristã e, inclusive, a fazê-lo de forma profissional. Há elementos que corroboram esta hipótese, embora se refiram a uma fase posterior àquela em que Marie-Thérèse Lévêque o frequentou. No início da década de 1930 o pensionato, através do seu boletim, deu a conhecer o serviço social, numa tentativa de cativar antigas alunas que tivessem a ambição de “fazer qualquer coisa”, para além de constituir uma vida familiar:

«La formation morale qu'on donne aux élèves de la Croix aurait été bien vaine, si, le jour où elles disent adieu à leurs maîtresses, elles n'avaient au cœur que la satisfaction (pourtant très légitime) de rentrer au foyer familial et le désir de vivre 'une bonne petite vie', si elles ne sentaient leur jeune âme vibrer de l'ambition de 'faire quelque chose'. La partie est belle aujourd'hui ou jamais, et notre monde en désordre a besoin d'ouvriers à la fois réfléchis et enthousiastes» (J.V., 1932: 8).

O boletim esclarece que o serviço social é um trabalho de educação, cujo objectivo é formar a personalidade dos indivíduos, para que estes se tornem auto-suficientes e

assumam convenientemente o seu papel familiar e social. Refere ainda que o serviço social é exercido sobretudo por mulheres, fruto de alguns traços de personalidade tradicionalmente femininos, como sendo a doçura, o tacto, a sensibilidade, a persuasão e a paciência, indispensáveis ao exercício daquela *mission de charité*. Acautela, porém, que a prática do serviço social não pode ser improvisada, sendo necessária formação especializada, e informa sobre algumas escolas que, àquela data, permitiam aceder ao título de assistente de serviço social¹⁰³.

O boletim esclarece que as funções de assistente de serviço social eram suficientemente remuneradas, possibilitando às jovens com pouca fortuna a concretização da sua vocação. Por outro lado, continua, é uma ocupação que está aberta a todas aquelas que não necessitam de salário para sobreviver, e cujo trabalho gratuito permitirá aliviar os escassos orçamentos das obras sociais. No final, o texto lança um desafio às antigas alunas: «Cet lignes, un peu arides, éveilleront-elles dans certaines âmes l'enthousiasme qui entraîne vers une vocation sociale?» (J.V., 1932: 14), e enquadra a existência do serviço social na questão operária e nos desígnios da doutrina social da Igreja Católica:

«On ne peut fréquenter d'une façon suivie notre population ouvrière, sans que vous monte du cœur aux lèvres les paroles du Christ: 'J'ai pitié de ce peuple.' – 'Qu'il va peu d'ouvriers pour cette mission!'. C'est vrai dans le domaine spirituel, c'est vrai aussi dans le domaine naturel. Et s'il faut des prêtres pour faire connaître Dieu, il faut aussi des laïques pour leur préparer la voie et mettre les gens dans les conditions favorables à la réception et à l'éclosion de la vie surnaturelle, comme le recommande si instamment de Pape actuel» (*ibidem*).

Não será despropositado supor que a vocação social de Marie-Thérèse Lévêque tenha sido alimentada durante a sua permanência no Pensionat de la Croix. Isto, apesar de ter

¹⁰³ «Écoles de Service Social. Cette formation est donnée dans différentes écoles parmi lesquelles nous citerons: L'École normale sociale, 56, rue du Docteur-Blanche, à Auteuil, dont l'enseignement s'inspire des principes sociaux de l'Église Catholique. L'École de préparation sociale et l'École des Surintendantes, 19, rue Dureau, Paris. L'École de formation sociale de Strasbourg. L'École d'action familiale, 92, rue du Moulin-Vert, Paris. La durée des études dans ces différentes écoles est généralement de deux ans. Il y a une partie d'enseignement théorique, comprenant la psychologie, l'hygiène, la puériculture, le droit, l'économie politique et sociale; la lutte contre les fléaux sociaux; le problème du logement ouvrier, le problème du chômage, la législation du travail, les lois d'assistance, la psychologie des normaux et des anormaux, etc., etc... Cet enseignement est complété par des stages pratiques, dans différentes œuvres: dispensaires de puériculture ou d'hygiène sociale; pouponnières; offices d'habitations à bon marché; résidences sociales; œuvre de l'enfance en danger moral, etc., etc... Jusqu'ici les études étaient sanctionnées par un diplôme décerné par chaque école aux élèves avant satisfait à l'examen de fin d'année. Un diplôme d'Etat vient d'être institué pour remplacer ces diplômes privés. Il sera nécessaire pour qu'on puisse prendre officiellement le titre d'assistante de Service Social» (J. V., 1932: 12-13).

frequentado a École des Surintendantes d'Usines entre 1925 e 1926, ou seja, num período anterior à publicação do boletim da associação das antigas alunas que apelava a uma carreira no serviço social.

Em 1914, Marie-Thérèse Lévêque deixou de frequentar o Pensionnat de la Croix e voltou a receber instrução na casa de morada da família, em Charly-sur-Marne, situação que manteve até 1916¹⁰⁴. Os motivos que subjazem a esta mudança são evidentes: a eclosão da I Guerra Mundial. Tanto a comuna de Soissons, como a de Charly-sur-Marne, integram o departamento de Aisne, situado no nordeste francês. Com a deflagração da Grande Guerra, o exército alemão abriu a frente ocidental, invadindo inicialmente o Luxemburgo e a Bélgica, e ganhando o controlo militar de importantes regiões industriais no nordeste da França. Com a primeira batalha do Marne, em Setembro de 1914, o avanço alemão sofreu uma reviravolta e, com ela, ambas as frentes cavaram longitudinalmente uma linha sinuosa de trincheiras, que permaneceu essencialmente sem mudanças durante a maior parte da guerra. Entre 1915 e 1917 ocorreram fortes ofensivas ao longo da frente de combate. Os ataques empregaram bombardeios de artilharia e avanços de infantaria, infringindo severas baixas nas forças agressoras e nas defensivas contra-atacantes. França sofreu grandes perdas humanas, entre elas, a de Hippolyte Jean Paul Lévêque (1898-1916), irmão de Marie-Thérèse Lévêque, com apenas dezassete anos¹⁰⁵. Na região nordeste, o parque industrial ficou completamente devastado (cf. Berstein & Milza, 1986: 61-72)¹⁰⁶. Após a deflagração do conflito mundial, a comuna de Soissons foi ocupada e continuamente bombardeada, tendo permanecido durante três meses na linha de batalha. Em Agosto de 1914, um hospital de campanha foi organizado nas instalações do Pensionnat de la Croix, por iniciativa da Société de Secours aux Blessés Militaires, Croix Rouge Française. Duas antigas alunas do pensionato e três religiosas da Compagnie des Filles de la Charité

¹⁰⁴ Vide Anexo C.

¹⁰⁵ Na ficha de candidatura de Marie-Thérèse Lévêque à École des Surintendantes d'Usines pode ler-se: «Un [frère] tué à la guerre à 17 ans». Cf. “Sociale de Surintendantes d'Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico). Em Charly-sur-Marne, uma placa comemorativa junto à igreja matriz, em memória dos mortos e das vítimas de guerra, lembra Hippolyte Jean Paul Lévêque, falecido em combate a 21/06/1916, em Damloup (Meuse). Mais informação sobre este irmão de Mlle. Lévêque pode ser encontrada em www.genaisne.odns.fr/old_genealogie/newmam/soldats.php. Vide Anexo C.

¹⁰⁶ Para mais informação sobre a ocupação do nordeste francês, mais concretamente do Aisne, durante a I Guerra Mundial, consultar a obra de Salson, Philippe (2015), *L'Aisne Occupée. Les Civils dans la Grande Guerre*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

juntaram-se para prestar cuidados aos feridos franceses, hospitalizados no antigo salão de festas. Pouco depois, em Janeiro de 1915, um bombardeamento deixou o Pensionnat de la Croix inabitável (cf. Clairambeaux, 1930: 20-24).

Em 1916, no decorrer da I Guerra Mundial, Marie-Thérèse Lévêque passou a frequentar uma escola católica nas proximidades de Paris: o Institut Jeanne d'Arc, na comuna de Gagny, a cerca de 80 km de Charly-sur-Marne¹⁰⁷. Em 1883, constituiu-se a Société Civile Paroissiale de Gagny, proprietária dos terrenos onde veio a ser construída uma escola paroquial para raparigas. Até ao início da Grande Guerra, em 1914, a escola funcionava apenas em regime de internato (cf. Delecourt, 1986: 105-112). As fontes históricas não elucidam sobre o tipo de frequência de Marie-Thérèse Lévêque, mas é provável que tenha sido aluna interna, a menos que a devastação causada pela guerra em Charly-sur-Marne, associada à trágica morte em combate de Hippolyte Lévêque, tenha conduzido temporariamente a família Lévêque, ou alguns familiares, até Gagny. Em 1918, num anúncio publicado no jornal *La Croix*, intitulado “L’Avenir de vos Filles”, o Institut Jeanne d’Arc dá-se a conhecer como uma escola comercial, criada por personalidades católicas preocupadas com o futuro das raparigas, que ali teriam oportunidade de «[...] se former pratiquement et trouver toutes garanties morales pendant leurs études»¹⁰⁸. As professoras, devidamente diplomadas, ensinavam «[...] le Commerce, la Comptabilité, la Sténodactylographie, les Langues, la Coupe, la Mode, etc...»¹⁰⁹.

Até à II Guerra Mundial, o Institut Jeanne d’Arc ministrava o ensino primário, conferindo o *certificat d’études*, e primário superior, dando acesso, numa primeira fase, ao *brevet élémentaire*, e posteriormente ao *brevet d’enseignement primaire supérieur* (cf. Delecourt, 1986: 105-112). As fontes permitem induzir que Marie-Thérèse Lévêque terá frequentado o ensino primário superior naquela escola, uma vez que lá obteve, em 1917 e 1918, os três diplomas anteriormente mencionados. O *brevet d’enseignement primaire supérieur* permitiu-lhe aceder, inclusive, à primeira parte do grau de bacharelato¹¹⁰. Durante muito tempo, o ensino secundário feminino foi concebido com traços distintivos, em virtude das

¹⁰⁷ Vide Anexo C.

¹⁰⁸ *La Croix*, 39^{ème} année, n.º 10.878 (mercredi, 21 août 1918): p. 8.

¹⁰⁹ *Ibidem*.

¹¹⁰ Vide Anexo C.

características atribuídas às jovens raparigas. No final do século XIX, o horário semanal escolar não ultrapassava as vinte horas, para preservar o período delicado da puberdade feminina. Os estudos, organizados em dois ciclos, concluíam com um “diploma de fim de estudos secundários”, não equivalente ao *brevet* (diploma) – com finalidade profissional –, nem ao bacharelato – que exigia esforços desproporcionais face às finalidades do ensino feminino. Com efeito, prevaleciam os estudos ditos “desinteressados”. Porém, sob pressão da “procura social”, e da vontade das raparigas que frequentavam os liceus, sobretudo da pequena burguesia, em obter aprovação nos exames de Estado para exercer uma profissão, o bacharelato substituiu progressivamente o *brevet* no início do século XX. Nas vésperas da guerra de 1914, as estruturas educativas francesas caminhavam para uma equiparação dos cursos e, em 1924, com o Decreto de 25 de Março, o ensino secundário feminino foi igualado ao masculino, ao nível de programas e horários de estudos (cf. Blöss & Frickey, 2006: 18-30; Zancarini-Fournel, 2005: 91-111).

2.3 Os estudos médico-sociais e a experiência profissional:

«*sa vocation sociale semble certaine*»

Porventura fruto das tribulações vividas no seio familiar durante a I Guerra Mundial, Marie-Thérèse Lévêque veio a frequentar um curso de enfermagem em Paris, entre 1924 e 1925, na Union des Femmes de France, uma sociedade de assistência militar que integrava a Croix Rouge Française¹¹¹. A organização internacional, existente desde a Convenção de Genebra de 1864, compreendia sociedades nacionais de todo o mundo, incluindo a francesa, e tinha como objectivo «[...] adoucir les souffrances dues à la guerre, [et] apporter un peu d’humanité et de charité au milieu du fracas des armes [...]» (D’Haussonville, 1939: 7). A Société de Secours aux Blessés Militaires foi a única sociedade francesa existente na Cruz Vermelha até 1879, data em que foi instituída uma outra, predominantemente feminina, com o nome Association des Dames Françaises. Uma cisão nesta, em 1881, levou à criação de uma terceira sociedade, com direcção exclusivamente feminina: a Union des Femmes de France. Os seus objectivos passavam, essencialmente, por criar hospitais auxiliares destinados a receber doentes e feridos da

¹¹¹ *Ibidem*.

armada que, devido à inexistência de vaga, não podiam ser admitidos nos hospitais militares; e por fazer chegar aos doentes e feridos militares os donativos recebidos através da generosidade pública. Em tempos de paz, geriam remessas para as colónias francesas e bibliotecas militares, e para os asilos militares que acolhiam soldados em convalescença, repatriados das colónias (cf. D’Haussonville, 1939: 7-8; Croix-Rouge Française, 1917).

A fim de assegurar pessoal instruído e suficientemente numeroso, a Union des Femmes de France passou a organizar cursos de enfermagem, em colaboração com médicos e farmacêuticos. Consoante o nível teórico e prático de aprofundamento, os cursos habilitavam ao certificado de estudos de enfermeira auxiliar¹¹², ao certificado de estudos de enfermeira hospitalar¹¹³, ou ao diploma de enfermeira hospitalar¹¹⁴. As fontes documentais não esclarecem sobre o curso frequentado por Marie-Thérèse Lévêque. Se a sua ficha de candidatura à École des Surintendantes d’Usines (1925) faz referência a um “diplôme simple d’infirmière”¹¹⁵, já no seu formulário de entrada no Bedford College for Women (1932) consta a obtenção, em 1917, do “diplôme de la Croix-Rouge”¹¹⁶.

Após concluir a sua formação em enfermagem, Marie-Thérèse Lévêque ingressou na École des Surintendantes d’Usines et des Services Sociaux, em Paris, tendo frequentado o 16.º curso, entre 1925 e 1926¹¹⁷, juntamente com outras dez alunas. A criação daquela escola,

¹¹² «I. Certificat d’études d’aide-infirmière. Les élèves qui ne peuvent faire les stages dans les Dispensaires-École de l’Union et dans les hôpitaux doivent: 1º Suivre tous les cours théoriques professés au siège social ou dans les sections des arrondissements; 2º Suivre les leçons pratiques professées au siège social et dans les centres où se font les leçons pratiques; 3º Passer avec succès l’examen de fin d’année» (Croix-Rouge Française, 1917: [n.p.]).

¹¹³ «II. Certificat d’études d’infirmière-hospitalière. Les élèves désireuses d’obtenir ce certificat d’études doivent: 1º Suivre tous les cours théoriques professés au siège social ou dans les sections d’arrondissements; 2º Suivre les leçons pratiques professées au siège social et dans les centres où se font les leçons pratiques; 3º Faire un stage de trois mois au Dispensaire-École de la Société, dans un des quatre trimestres précédant la session d’examens; 4º Passer avec succès l’examen de première année» (*ibidem*).

¹¹⁴ «III. Diplôme d’infirmière-hospitalière. Pour obtenir le diplôme d’infirmière-hospitalière de l’Union des Femmes de France après l’examen de première année, il faut: 1º Faire un stage à l’Hôpital-École de la rue de La Jonquière, 32; 2º Faire un stage trimestriel dans un hôpital de l’Assistance publique ou dans un hôpital militaire; 3º Faire un stage de massage au Dispensaire-École de la rue de La Jonquière (3 mois); 4º Suivre les cours d’administration militaire; 5º Passer l’examen avec des notes satisfaisantes» (*ibidem*).

¹¹⁵ Cf. “Sociale de Surintendantes d’Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹¹⁶ Vide Anexo C.

¹¹⁷ *Ibidem*; Vide Anexo C; Cf. “Sociale de Surintendantes d’Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

em 1917, esteve na origem das primeiras profissionais do serviço social do trabalho, e inscreve-se no movimento de profissionalização da assistência social em França, encetado no princípio do século XX. A sua singularidade está no facto da profissão para a qual preparava não ser exercida “ao domicílio”, mas no local de trabalho. Por outro lado, enquanto as primeiras escolas de serviço social francesas eram todas de obediência confessional, na sua maioria católicas, a *École des Surintendants d’Usine* assumia-se como laica. Nascida em contexto de guerra, foi uma resposta aos movimentos sociais que afectavam as fábricas de armamento, onde as mulheres substituíram os homens que haviam partido para a frente de batalha. Nas fábricas, as condições de trabalho eram difíceis: longas distâncias até ao local de trabalho ocasionavam acampamentos em redor dos arsenais; jornadas de trabalho de doze a catorze horas; inexistência de condições de higiene; entre outros. Em 1916, a greve das mulheres que trabalhavam nas fábricas de munições, ou das *munitionnettes*, como ficaram conhecidas, foi o rastilho para uma série de conflitos que perdurou até 1917. As reivindicações giravam em torno do aumento salarial e da melhoria das condições de trabalho.

Albert Thomas (1878-1932), ministro socialista francês e subsecretário de Estado da artilharia e das munições desde 1915, foi quem organizou a mobilização das mulheres nas fábricas. Preocupado com as condições de trabalho, encorajou os industriais a adaptar os meios de produção à mão-de-obra feminina, através da mecanização e da racionalização. Para ele, os problemas que afectavam as fábricas deviam-se às mulheres não estarem a conseguir responder simultaneamente às exigências da produção, e às necessidades das suas famílias. Tomou então a iniciativa de criar um corpo de especialistas, constituído exclusivamente por mulheres, que se ocupasse das operárias e as ajudasse a fazer face à sua dupla condição de mãe e de trabalhadora. Em Julho de 1916, uma delegação inglesa foi convidada a visitar as fábricas de armamento francês para compreender a forma como era feita a gestão do trabalho feminino e, pouco depois, uma delegação francesa deslocou-se até Inglaterra. No regresso, Cécile Brunshvicg¹¹⁸, então presidente da Section du Travail

¹¹⁸ Cécile Brunshvicg (1887-1946) foi uma militante feminista comprometida com a esquerda laica e radical. O seu marido, Léon Brunshvicg, foi professor de filosofia na Sorbonne e deputado radical. Veio a ser um pensador influente, sobretudo a partir de 1932, quando assumiu a presidência da Académie des Sciences Morales et Politiques. Cécile Brunshvicg foi presidente da Union Française pour le Suffrage des Femmes, associação criada em 1909, e directora do jornal semanário *La Française*, entre 1924 e 1939. Foi igualmente presidente da Section du Travail Féminin, secção do Conseil National des Femmes Françaises

Féminin, uma das secções do Conseil National des Femmes Françaises, redigiu um relatório sobre as condições de trabalho e de vida das mulheres nas fábricas inglesas de armamento. A 1 de Maio de 1917, uma circular assinada por Louis Loncheur (1872-1931), ministro no gabinete de guerra, definiu as disposições pelas quais se haviam de reger as *surintendantes*: as suas funções consistiam no cuidado com o bem-estar físico e moral das operárias, ficando fora do seu domínio as questões técnicas relativas ao trabalho.

A criação da escola para formar correctamente o novo pessoal ficou à responsabilidade de Cécile Brunschvicg, e de outras quatro mulheres que partilhavam preocupações sociais: Marie Diemer¹¹⁹ e Renée de Montmort¹²⁰, sensibilizadas com o destino das operárias e integradas na direcção de obras sociais; Marie Routier¹²¹, que veio a assegurar o secretariado social no governo de Raymond Poincaré (Julho de 1926 a Novembro de 1928); e Henriette Viollet¹²². Todas elas defendiam o seu compromisso com dois valores que consideravam elementares: a laicidade e a promoção da condição feminina. Integrando a alta burguesia e a aristocracia, pretendiam que a função de *surintendante* fosse assumida por mulheres com essas mesmas origens sociais, na tentativa de criar uma elite

fundada em 1902. No quadro dos seus compromissos feministas, reivindicava para as mulheres o direito de igualdade ao trabalho, o direito à sindicalização, e os mesmos direitos políticos que os homens. Foi militante do partido radical e uma das primeiras mulheres a ser subsecretária de Estado, sob o governo da Frente Popular, que lhe confiou a pasta da Éducation Nationale, entre Junho de 1936 e Junho de 1937. No exercício destas funções, ficou responsável pelas relações externas (cf. Paturol, 2010: 55-57).

¹¹⁹ Marie Diémer (1877-1938) colaborou na fraternidade franco-americana com a American Red Cross. Foi cofundadora, em 1914, da Association des Infirmières Visiteuses de France. Convertida do protestantismo ao catolicismo, esteve na origem do movimento das Guides de France, ramo católico do escutismo feminino criado no início dos anos 1920. Após ter cofundado a École des Surintendantes d'Usines, foi também cofundadora, em 1919, da escola de acção social Pro-Gallia (cf. *ibidem*).

¹²⁰ Renée Loppin de Montmort (1880-1961), protestante, foi a outra cofundadora da Association des Infirmières Visiteuses de France. Particularmente sensível à condição de vida operária, lançou uma organização internacional do serviço social do trabalho que se transformou, na segunda metade dos anos 1920, numa associação internacional para o estudo e o desenvolvimento das relações humanas na indústria, e de que veio a ser uma das vice-presidentes. O seu castelo de Argonne, em Eure, foi local de encontro e de reflexão no domínio social, onde foi criada a base de uma formação em serviço social rural, ministrado na escola Pro-Gallia. Juntamente com Marie Diemer, encarregou-se da organização daquela escola (cf. *ibidem*).

¹²¹ Marie Routier assumiu a direcção da fundação Mamoz, uma obra de assistência para o trabalho, a partir de 1904. Durante a I Guerra Mundial, e nos anos seguintes, foi *surintendante* na Compagnie Générale d'Electricité. Na École des Surintendantes d'Usines, encarregou-se de ensinar a moral profissional (marcada por noções inovadoras para a época, como sendo o segredo profissional, e a imparcialidade e neutralidade nas relações com o patrão ou o assalariado). Assegurou o secretariado social durante a presidência de Raymond Poincaré (cf. *ibidem*).

¹²² Henriette Viollet (1872-1960), durante a I Guerra Mundial, organizou e coordenou vários *ouvriers* (casas onde as pessoas benevolentes se juntavam para realizar acções em prol dos indigentes). Em 1920 fundou a Association Aide aux Mères de Famille, tornando-se sua presidente. Foi também tesoureira da Fédération d'Organismes du Travail. Casou-se com Edouard Viollet, advogado e primo do abade Jean Viollet, de quem veio a ser uma colaboradora activa nas Œuvres du Moulin Vert (cf. *ibidem*).

comprometida e militante. Em 1917, fundaram a Association des Surintendantes de France, que tinha por objectivos preparar mulheres aptas para dirigir a organização social da fábrica, deixando aos homens a preocupação com o sistema produtivo, e auxiliar as *surintendantes* na sua missão, mediante todos os meios existentes na associação¹²³. Em Maio de 1917, a abertura da École des Surintendantes d'Usines veio dar resposta àqueles desígnios (cf. Paturel, 2010: 43-59; Aballéa & Simon, 2004: 9-34).

A associação de *surintendantes* ficou responsável pela gestão da nova escola, e as suas fundadoras conservaram o domínio sobre a elaboração do plano de formação. Durante os primeiros anos, o recrutamento de alunas fez-se através das redes de amizade. Em 1917, o anúncio de abertura da École des Surintendantes d'Usines conseguiu reunir seiscentas candidaturas, para apenas dezoito vagas¹²⁴. As alunas tinham em média 31 anos, e eram sobretudo solteiras, embora algumas fossem casadas ou divorciadas, uma vez que a laicidade da escola permitiu a abertura a estes diferentes estatutos matrimoniais. A formação tinha início com um estágio fabril, que mergulhava aquelas mulheres oriundas de meios burgueses em plena vida quotidiana do operariado feminino. O estágio era vivido como uma prova de fogo. Na maioria das alunas, a experiência de contacto com a condição operária provocava um choque, que permanecia como referência ao longo do curso. O programa de formação baseava-se nos conhecimentos de higiene industrial, toxicologia, e legislação do trabalho. Incluía também uma introdução à sociologia, que à data dava os seus primeiros passos, e à economia política. Duas outras áreas importantes caracterizavam o ensino: a organização do trabalho, a partir dos avanços realizados pelas ciências do trabalho (orientação profissional e psicotécnica); e o trabalho de gestão administrativa e elaboração de estatísticas.

No final da Grande Guerra, ao contrário das suas colegas inglesas, as *surintendantes* continuaram no activo. As fábricas de armamento foram desmanteladas ou reconvertidas, e despediu-se grande parte das operárias. Em França, os governadores civis recrutaram as

¹²³ Para mais informação sobre a criação e os primeiros anos da Association des Surintendantes de France, consultar o artigo de Gradwohl, Paul (1986), "Les premières années de l'Association des Surintendantes (1917-1939)". *Vie Sociale*, n.º 8-9, pp. 375-453.

¹²⁴ Número de alunas que iniciaram a sua formação na École des Surintendantes d'Usines, entre 1917 e 1932: 1917 – 18; 1918 – 8; 1919 – 26; 1920 – 16; 1921 – 12; 1922 – 17; 1923 – 16; 1924 – 17; 1925 – 11; 1926 – 18; 1927 – 13; 1928 – 15; 1929 – 17; 1930 – 52; 1931 – 14; 1932 – 27 (Paturel: 2010: 58).

surintendantes para coordenar o repatriamento dos refugiados, e organizar os serviços de assistência nas regiões devastadas. Estes inseriam-se na administração social pública ou privada, tais como ministérios, prefeituras, hospitais, caixas de previdência, ou apoio à infância. Assiste-se, então, à entrada do serviço social do trabalho na função pública e, para fazer face a esta mudança, a associação que gere a escola de *surintendantes* altera a sua designação, em 1922, para Association des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux. Esta estrutura profissional posicionava-se como um grupo de pressão, procurando obter dos diferentes tipos de poder (políticos, económicos, sociais e religiosos) o reconhecimento e o apoio necessários à sobrevivência da escola. Por sua vez, a École des Surintendants d'Usines fazia a sua própria publicidade junto das empresas, elogiando as qualidades de mediação ostentadas pela *surintendente* para manter a paz social (cf. Paturel, 2010: 43-77; Bouquet & Treuil, 1995: 59-71).

Em meados da década de 1920, a formação ministrada na escola de *surintendantes* estava organizada em torno de ensinamentos práticos sobre a implementação de dispositivos de intervenção sanitária e social, e de ensinamentos teóricos no âmbito da sociologia e da psicologia. No folheto de divulgação da escola publicado em 1925, data em que Marie-Thérèse Lévêque nela ingressou, o programa de curso menciona visitas sociais e estágios práticos em fábricas, escolas de puericultura, creches, vilas operárias, hospitais, institutos profiláticos, escolas *ménagères*, residências femininas, e dispensários de higiene mental. A componente teórica, por sua vez, compreendia as disciplinas de legislação do trabalho e higiene do trabalho, assistência médico-social, assistência, medicina elementar, métodos do trabalho de secretariado, ensino *ménager*, higiene social, direito, economia política, higiene industrial, psicologia operária, direito administrativo, ensino cívico, e diversas conferências proferidas por *surintendantes* e outros especialistas¹²⁵.

A partir de 1923, patrões de várias empresas tomam a iniciativa de recrutar *surintendantes*, mesmo sem existir uma obrigação legal para o efeito, e atribuem-lhes funções próximas à da responsabilidade com o pessoal assalariado. Gradualmente, as suas responsabilidades vão sofrendo uma evolução, até que deixam de estar confinadas à protecção e ao controlo

¹²⁵ Vide Anexo E: “Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux. Programme des Cours et Stages [1925]”. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS (sem tratamento arquivístico).

dos operários. As *surintendantes* estavam sobretudo em empresas com mais de mil assalariados, onde o patronato estava consciente do interesse da dimensão social como meio de gestão do pessoal. Elas permitiam ao chefe de empresa conciliar as exigências económicas e a melhoria das condições de trabalho. Contudo, a dimensão moral da intervenção sobre os operários não foi esquecida (cf. Paturel, 2010: 61-77; Bouquet & Treuil, 1995: 59-71). O folheto de difusão da École des Surintendantes d'Usines datado de 1925, o mesmo que terá passado pelas mãos de Marie-Thérèse quando naquele ano decidiu ingressar na escola, salienta que a função de *surintendante* não está dependente da guerra, dando resposta, em tempo de paz, a necessidades que subsistem há muito: questões de higiene, de moral e de relação entre empregadores e empregados. Acrescenta que os chefes de indústria, os grandes comerciantes e os administradores estão, por força das circunstâncias, afastados do seu pessoal. Absorvidos pela parte técnica ou comercial, não conseguem acompanhar com pormenor as carências dos que empregam, pelo que a presença de uma *surintendante* era garantia de ordem e boa gestão para as obras sociais promovidas pela direcção: «La Surintendante complète leur œuvre; associée morale et sociale du patron, elle le décharge des nombreux soucis qu'entraîne pour lui le bien-être de ses employés»¹²⁶.

Numa peça jornalística publicada em 1924 no *Petit Journal*, intitulada “La femme qui travaille. Le rôle bienfaisant des surintendantes d'usines”, pode ler-se :

«A la surintendante, on peut tout avouer ; c'est une femme, et, si elle sait comprendre sa tâche, c'est une amie. [...] La surintendante doit, en effet, aimer les ouvriers, les comprendre; elle se heurte souvent à leurs indifférence, à leurs hostilité parfois; il arrive même qu'elle se heurte à l'hostilité et à l'indifférence du patron; on doit le gagner en même temps que gagner le personnel»¹²⁷.

O folheto de 1925 concretiza que, na coordenação do serviço social, a *surintendante* podia organizar e dirigir obras edificadas pela própria, entre elas, creche, jardim de infância, maternidade, enfermaria e, inclusive, vila operária. Esclarece também que a acção da *surintendante* vai além da empresa, incluindo a relação com os serviços médicos na luta contra os flagelos que afectavam a população, e com as famílias dos operários: «[...]

¹²⁶ *Ibidem*.

¹²⁷ Bardot, Geneviève, “La femme qui travaille. Le rôle bienfaisant des surintendantes d'usines”. *Petit Journal*, 21 juin 1924: [n.p.].

pendant que l'homme travaille au dehors, elle visite la femme et les enfants, s'enquiert de leurs besoins, de leur état de santé; elle apporte les conseils que lui inspire son expérience, et son action morale peut avoir la plus haute portée»¹²⁸.

De acordo com a associação de *surintendantes*, para desempenhar dignamente aquelas funções eram necessárias mulheres seriamente preparadas, que oferecessem garantias de honorabilidade, dedicação e experiência. Em 1925, a idade de admissão na École des Surintendantes d'Usines estava fixada entre os 25 e os 45 anos. Marie-Thérèse Lévêque terá sido, portanto, uma exceção, pois ingressou com apenas 24 anos. As candidatas deviam apresentar-se na escola munidas do boletim de nascimento, fotografia, registo judicial, declaração médica, diploma do ensino secundário, certificado de estudos em enfermagem, e duas cartas de recomendação. A formação tinha a duração de dez meses e, no final de cada trimestre, era realizado um exame eliminatório. No final do plano de estudos, um exame escrito e oral habilitava as alunas ao certificado de aptidão para as funções de *surintendante* estagiária. O título definitivo só seria obtido após dois anos no exercício daquelas funções, quando comprovada a satisfação dos chefes de serviço e da direcção com o trabalho desempenhado. A escola dava garantias de um valor mínimo de salário, estando este fixado em setecentos francos mensais¹²⁹.

As alunas oriundas da província podiam ficar alojadas na Maison des Surintendantes, situada nas instalações da própria escola. Apesar de Marie-Thérèse Lévêque ter frequentado o Institut Jeanne d'Arc, nos arredores de Paris, entre 1916 e 1918, depreende-se que aquela terá regressado à sua terra-natal, uma vez que a correspondência trocada com a direcção da École des Surintendantes d'Usines, no verão de 1925, situa-a novamente em Charly-sur-Marne¹³⁰. É provável, pois, que durante a frequência do curso de *surintendante*, Mlle. Lévêque tenha ficado alojada na Maison des Surintendantes, ou então em habitação de familiares. De salientar que, entre 22/09/1925 e 04/10/1925, semanas antes de ingressar na escola de *surintendantes*, Marie-Thérèse Lévêque assegurou as funções de *infirmière*

¹²⁸ Vide Anexo E.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ Cf. “Mademoiselle, une malencontreuse fortune [...]. Charly, 31 août 1925” & “Mademoiselle, je vous suis très reconnaissante [...]. Charly, 8 septembre [1925]” (cartas de Marie-Thérèse Lévêque à direcção da École des Surintendantes d'Usines). Documentos manuscrito com uma e duas páginas, respectivamente. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

sociale à l'usine, na Société Lorraine des Anciens Établissements, uma fábrica de automóveis, motores de aviação e materiais de caminhos de ferro situada nos arredores de Paris. Numa carta remetida pela empresa à direcção da École des Surintendantes d'Usines, são tecidos elogios à prestação de Mlle. Lévêque: «Je suis heureuse de signaler que pendant ce temps, elle a rempli son service avec une intelligente activité, et fait preuve de son dévouement. Espérant qu'elle sera cette année une de vos bonnes élèves»¹³¹.

Durante o processo de candidatura à École des Surintendantes d'Usines, Marie-Thérèse Lévêque foi entrevistada por Marie Routier, secretária-geral do conselho de administração da escola. Sobre a personalidade da candidata, ficou registada a sua inteligência e simpatia, bem como a acesa motivação para o curso: «[...] sa vocation sociale semble certaine». Segundo os apontamentos da entrevista, a situação financeira da família estava fragilizada, embora não ao ponto de exigir que Mlle. Lévêque procurasse trabalho. Um dos seus irmãos tornou-se engenheiro. Durante a primeira Grande Guerra, para além do falecimento em combate de Hippolyte Lévêque, um outro irmão mais velho ficou ferido na frente de batalha, tendo depois se dedicado a ajudar o pai na farmácia, em Charly-sur-Marne. O desejo de prosseguir uma carreira na área social, manifesto por Marie-Thérèse Lévêque, não era, contudo, bem acolhido pela família: «Les siens sont très opposés à sa vocation, lui voudraient une vie paisible»¹³². Essa contrariedade não a impediu, contudo, de trilhar os caminhos do serviço social, o que demonstra traços de uma personalidade determinada.

As cartas de recomendação entregues por Mlle. Lévêque na escola de *surintendantes* foram escritas pelo pároco de Charly-sur-Marne, e por Marcel Vérut, o médico daquela comuna que, na década de 1880, havia apresentado Florian Lévêque à sua futura esposa. Através da primeira missiva, percebe-se que Marie-Thérèse Lévêque assumia um papel importante nas iniciativas da paróquia, tendo-se dedicando de forma entusiástica às obras sociais. O pároco destaca, em particular, a capacidade de liderança e a dinamização de círculos de estudos para raparigas no núcleo local da Ligue Patriotique des Françaises, por ela

¹³¹ Cf. “Chère Mademoiselle, Mademoiselle Marie Thérèse Lévêque a assuré [...]. Argenteuil, 6/10/1925” (carta da Société Lorraine des Anciens Établissements à direcção da École des Surintendantes d'Usines). Documento dactilografado e manuscrito com uma página. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹³² Cf. “Sociale de Surintendantes d'Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

presidido. Recorrendo às suas palavras, «Son autorité et son influence se sont exercées de la façon la plus heureuse sur ses compagnes. Elle est pieuse, intelligente et dévouée»¹³³. Por volta de 1900, as obras paroquiais tornaram-se locais de refúgio para os católicos, em reacção aos ataques da política anticlerical do governo da época. No seio dessas obras paroquiais nasceram importantes associações de acção social, criadas por mulheres de grande originalidade, entre as quais, a Ligue des Femmes Françaises e a Ligue Patriotique des Françaises. A primeira, fundada em Lyon em 1901, contava com setenta e três comités departamentais em Maio de 1902, e concentrava os seus esforços em obras de carácter religioso. A segunda, nascida de uma cisão com a precedente, orientava-se para um campo de competências mais sociais. Em 1914, contava com quinhentos mil membros, inseridos na maior parte das dioceses francesas. A sua capacidade de recrutamento explica-se, em parte, pelas *dizainières*, mulheres que tinham a responsabilidade de angariar e de permanecer em contacto permanente com outros dez membros¹³⁴. A descrição feita pelo padre de Charly-sur-Marne sobre a acção entusiasta de Marie-Thérèse Lévêque, na Ligue des Femmes Françaises, leva a crer que também ela fosse uma *dizinairière*.

Em 1902, a recém-criada Ligue des Femmes Françaises manifestou-se na Place de la Concorde, lançando uma subscrição para ajudar as religiosas. Mais tarde, por ocasião do inventário dos estabelecimentos públicos de culto (paróquias, seminários e episcopados), estipulado pela lei de 1905, sobre a separação das Igrejas e do Estado, foram muitas as mulheres que tomaram parte nos subsequentes enfrentamentos. A partir de 1907, passaram a orientar-se para acções mais sociais, e menos politizadas, sem que se tivessem tornado menos activas. Eco da tendência reformadora do patronato católico, a Ligue des Femmes Françaises adoptou como mote *servir en créant*, prestando apoio e favorecendo as organizações caritativas e sociais que, nas classes operárias e entre as comunidades rurais, *rassemblent les hommes, leur apprennent à s'aider les uns les autres, et par conséquent à s'aimer les uns les autres*. No campo de acção, a liga orientou os seus esforços para a educação social e a educação popular, tendo a família como foco privilegiado. Em 1907, já

¹³³ Vide Anexo D.

¹³⁴ Em 1933, Roma arbitrou o diferendo entre a Ligue des Femmes Françaises e a Ligue Patriotique des Françaises, sugerindo que ambas se fusionassem numa liga feminina de acção católica. A fusão ocorreu em 1945, com a criação da Action Catholique Générale Féminine, que à data conseguia alcançar dois milhões de mulheres com o seu boletim mensal *L'Écho des Françaises* (cf. Diébolt, 2000: 223-226).

havia assegurado a criação de dez escolas *ménagères*, oitenta bibliotecas, e dois sindicatos (cf. Diébolt, 2000: 220-238).

Marcel Vérut, médico de Charly-sur-Marne, foi quem assegurou que Marie-Thérèse Lévêque reunia todas as condições, em termos médicos e psicológicos, para integrar a École des Surintendantes d'Usines. Em 1922, fruto de um acidente, a jovem sofreu uma ruptura na articulação do joelho e, apesar da completa recuperação da lesão, passou a cambalear ligeiramente de uma perna. O médico salienta a importante colaboração prestada por Mlle. Lévêque, a título benévolo, na consulta oficial de puericultura daquela comuna. Menciona também que ela própria havia sofrido muito, física e moralmente – provavelmente devido às consequências da primeira Grande Guerra no seio familiar –, e que esse facto a tornara particularmente sensível ao sofrimento humano. Na perspectiva de Marcel Vérut, a escola de *surintandantes* podia estar certa da vocação social da candidata, a quem considerava «[...] une jeune fille d'un fond absolument hors du commun, une nature d'élite exactement prédestinée à l'apostolat auquel elle se destine»¹³⁵.

Na École des Surintendantes d'Usines, a primeira experiência de estágio de Marie-Thérèse Lévêque ocorreu em contexto fabril, mais precisamente na Société Industrielle des Téléphones, onde teve oportunidade de imergir no quotidiano do operariado. Entre Novembro e Dezembro de 1925, os estágios fizeram-se nas obras sociais da rue du Moulin-Vert, fundadas pelo abade Jean Viollet (1857-1956). A família era uma das maiores preocupações daquele clérigo, sobretudo após a I Guerra Mundial, pelo que fundou várias associações a ela dedicadas, inclusive, a Confédération Générale des Familles et des Associations Familiales de France. A ideia matriz da sua acção social passava pela distinção entre obra caritativa, associada à esmola e à ajuda paliativa, e obra social, caracterizada pela ajuda educativa e preventiva. Em pouco tempo, as obras sociais do abade Viollet, na paróquia de Notre-Dame du Rosaire (Plaisance), mais concretamente na rue du Moulin-Vert, passaram a ser conhecidas como “Les Œuvres du Moulin-Vert” (cf. Bouquet, 1995: 25-26). Os restantes estágios práticos, realizados entre Janeiro e Junho de

¹³⁵ Vide Anexo D; Cf. “Sociale de Surintendantes d'Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Dépósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico); Cf. “Madame, j'ai reçu lundi la visite de [...]. Paris, le 25 janvier 1935” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com duas páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

1926, foram na sua maioria realizados em hospitais, embora também contemplassem uma creche, uma escola de puericultura, uma residência feminina, um instituto profilático, e um dispensário de higiene mental. Enquanto estagiária, a prestação de Mlle. Lévêque reuniu sempre as melhores apreciações, por parte dos chefes de serviço¹³⁶.

Em Julho de 1926, no final de uma formação de dez meses, Marie-Thérèse Lévêque foi submetida a um exame escrito e oral, cujos resultados lhe concederam o certificado de aptidão para as funções de *surintendente* estagiária¹³⁷. Funções, essas, que a partir de Setembro foram exercidas na Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris, onde implementou e veio a coordenar o serviço social, auferindo um salário mensal de oitocentos francos. Presume-se que durante esse tempo tenha merecido comprovada satisfação dos chefes de serviço e da direção com o trabalho desempenhado, uma vez que em 1927 obteve o título definitivo de *surintendente*¹³⁸. As fontes documentais revelam que Mlle. Lévêque manteve o vínculo profissional com a Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris até 1929, embora não tenha sido possível apurar em que moldes se deu a criação e o desenvolvimento do serviço social naquela sociedade de previdência¹³⁹. Aliás, sobre esta, sabe-se apenas que foi fundada em 1842, com o objectivo de assegurar serviços e uma pensão vitalícia aos sócios que, por motivos de idade, ou devido a enfermidades prematuras, fossem incapazes de auto-subsistir através do trabalho. Os benefícios eram extensíveis às viúvas e aos órfãos dos membros associados¹⁴⁰.

Em 1927, decorridos dez anos da sua fundação, a École des Surintendentes d'Usines contava com 156 diplomadas, distribuídas por diversos ramos industriais, e por instituições

¹³⁶ Vide Anexo D; Cf. “Nom: Lévêque Marie-Thérèse. N.º de la session: 16^{ème}. Adresse à l'époque [...] [1927]”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹³⁷ Classificações obtidas no exame escrito: Assistência – 15; Higiene do Trabalho – 17; Legislação do Trabalho – 14; Medicina – 12; Moral Profissional – 20. Classificações obtidas no exame oral: Assistência – 17; Direito – 15; Higiene do Trabalho – 18; Legislação do Trabalho – 12; Medicina – 15; Questões Profissionais – 18 (*ibidem*).

¹³⁸ Cf. “Nom: Lévêque Marie-Thérèse. N.º de la session: 16^{ème}. Adresse à l'époque... [1927]”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹³⁹ Vide Anexo C.

¹⁴⁰ Cf. Doüad, Claude-Laurent (1853), *Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris*, Paris: Imprimerie Boisseau et Compagnie.

da administração pública e privada. Nessa data, o número de *surintendantes* no exercício de funções era 101, sendo que estas ocupavam um total de 172 postos de trabalho. Ou seja, o número de diplomadas era insuficiente para colmatar a procura existente no mercado de trabalho, vendo-se as *surintendantes* compelidas a ocupar vários postos em simultâneo¹⁴¹. Não há indícios de que Marie-Thérèse Lévêque tenha exercido funções de *surintendente*, de forma simultânea, em vários locais. Porém, durante o tempo em que trabalhou na Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris, aproveitou para enriquecer o seu percurso formativo no Hôpital Henri Rousselle (1928), e também na École du Louvre (1929)¹⁴².

A medicina mental foi uma das primeiras especialidades médicas. Surgiu em França no final do século XVIII, quando os cuidados aos doentes mentais ficavam à responsabilidade da medicina generalista, a única que então existia. Com o irromper da era industrial e dos fenómenos de urbanização foram criados estabelecimentos especiais para acolher os doentes mentais, e publicada regulamentação específica para fixar as condições da sua hospitalização, geralmente associadas a práticas alienadoras. Mais tarde, na transição para o século XX, com os avanços significativos na medicina e na cirurgia, impôs-se também a necessidade de expandir o campo da psiquiatria para além dos métodos da alienação. Foi a criação em Paris, no ano de 1922, do Centre de Prophylaxie et d'Hygiène Mentale, mais tarde designado por Hôpital Henri Rousselle, que consagrou aquela evolução, e que teve como incontestável artesão o médico psiquiatra Édouard Toulouse.

Enquanto frequentou o curso de medicina, Édouard Toulouse (1865-1947) fez o internato nos Asiles de la Seine, tornando-se depois chefe de serviço no Asile de Villejuif, em 1898, onde implementou um laboratório de psicologia experimental. A sua intensa actividade científica, focada no estudo objectivo dos fenómenos psicológicos, fez com que fosse

¹⁴¹ Distribuição das 101 diplomadas pelos 172 postos de trabalho. a) Fábricas (78): minas e metalurgia – 42; têxteis – 9; electricidade – 8; alimentação – 8; indústrias diversas – 11; b) Costura e Grandes Armazéns (4); c) Administração Pública e Privada (90): caixas de compensação – 16; regiões liberadas – 14; obras de infância – 13; hospitais e asilos – 10; caminhos de ferro – 9; centros de assistência – 9; ministérios e prefeituras – 6; lares e residências sociais – 6; centros de higiene social – 3; escolas sociais – 2; mutualidades – 2. Cf. “Association des Surintendantes d’Usines et de Services Sociaux. Assemblée Générale du 21 février 1928”. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS (sem tratamento arquivístico).

¹⁴² Vide Anexo C. Apesar do formulário de entrada de Marie-Thérèse Lévêque no Bedford College for Women mencionar a frequência de estudos na Clinique Henri Rousselle, a bibliografia e as fontes documentais consultadas vieram mostrar que a correcta designação daquela instituição é Hôpital [e não Clinique] Henri Rousselle.

nomeado coordenador de investigação na École Pratique des Hautes-Études. Por ocasião da Exposição Universal de 1900, realizada em Paris, conseguiu obter do Congresso Internacional de Medicina, Secção de Psiquiatria, a concordância sobre a hospitalização dos doentes mentais, ao invés do internamento. Foi o fundador, em 1920, da Ligue d'Hygiène Mentale, cuja finalidade era o estudo e a implementação de medidas promotoras da profilaxia dos problemas mentais, no sentido de favorecer as condições de tratamento naquele domínio da saúde. Em 1922, sob proposta do conselho de administração da Ligue d'Hygiène Mentale, foi fundado em Paris um serviço de profilaxia mental, mais tarde designado Hôpital Henri Rousselle, e que ficou à responsabilidade de Édouard Toulouse.

Aquando da sua fundação, o Hôpital Henri Rousselle era o único organismo departamental qualificado para exercer intervenção pública na aglomeração parisiense, em matéria de profilaxia das doenças mentais. Este comportava dois organismos distintos: o dispensário, que assegurava a consulta, a triagem e o tratamento externo aos doentes; e o serviço de hospitalização, onde era feita a observação e o tratamento dos doentes admitidos após consulta no dispensário. Entre os seus objectivos, o Hôpital Henri Rousselle propunha-se formar enfermeiras e assistente sociais especializadas em profilaxia mental. De acordo com uma proposta de Édouard Toulouse, deviam ser criadas unidades psiquiátricas em todos os bairros de Paris, com médicos e assistentes psiquiátricas especializadas. Não admira, pois, que em 1933 existisse no organismo por ele dirigido uma equipa constituída por oito assistente sociais (cf. Daumezon, 1973: 8-13).

Em 1926, num artigo do boletim da Ligue d'Hygiène Mentale, *La Prophylaxie Mentale*, com o título “Le caractère social de l'hygiène et de la prophylaxie mentales”, Édouard Toulouse explica que, sob influência de práticas existentes noutros países, designadamente nos Estados Unidos da América¹⁴³, foi criado o serviço social no Hôpital Henri Rousselle, adaptado às necessidades específicas da população parisiense. Segundo o médico, a finalidade do serviço social no domínio da saúde mental era a profilaxia, ou seja, o despiste das doenças no meio escolar, profissional e familiar, e reencaminhamento para a consulta

¹⁴³ No artigo, Édouard Toulouse menciona a implementação do serviço social psiquiátrico no Boston Psychopathic Hospital pelo psiquiatra norte-americano Elmer Ernest Southard (1876-1920), e mostra-se familiarizado com o processo de intervenção do serviço social na secção de doenças mentais do hospital estatal de Manhattan, nos Estados Unidos da América.

de dispensário, a fim de assegurar o tratamento ou a hospitalização. O serviço social no Hôpital Henri Rousselle era assegurado por um grupo de assistentes sociais com formação profissional especializada que, sob a coordenação de um médico, contribuíam para:

«1° En dépistant les aliénés ou les psychopathes qui pourraient être dangereux et qui, sans son intervention, demeureraient libres de commettre des actes antisociaux; 2° En suivant les psychopathes améliorés ou guéris à la sortie du service pour leur éviter les rechutes. Un *service médical à domicile* a été institué; son fonctionnement est étroitement lié à celui du service social et du dispensaire; 3° En s'intéressant aux malades et à leurs familles (malades du dispensaire ou des services), plus spécialement au moment délicat où ces malades rentrent dans la vie sociale» (Toulouse & Mourgue, 1926: 158).

A actividade quotidiana das assistentes sociais tinha lugar no dispensário, no serviço de hospitalização, e no próprio domicílio dos doentes mentais¹⁴⁴. Para Édouard Toulouse, o serviço social praticado no Hôpital Henri Rousselle podia, portanto, traduzir-se na «[...] *psychiatrie s'extériorisant dans le milieu social*» (*ibidem*: 160). A higiene mental não era entendida por ele como um novo modo de assistência aos psicopatas, conforme a ideia que havia sido difundida na sociedade. Ela podia traduzir-se pela substituição da velha fórmula jurídica de alienação social, por uma de «[...] *efficience sociale de la fonction bio-psychique*» (*ibidem*), centrada no maior interesse do indivíduo e da sociedade, na qual o serviço social surge como um dos seus principais instrumentos.

Em 1928, ano em que Marie-Thérèse Lévêque recebeu formação no Hôpital Henri Rousselle¹⁴⁵, a Ligue d'Higiène Mentale divulgou no seu boletim a abertura de vários cursos de curta duração naquele hospital, dois dos quais atribuíam certificado de estudos. O primeiro, promovido pelo Institut de Psychiatrie et de Psychologie Appliquée, unidade inserida na Université de Paris (Faculté de Lettres et de Médecine), compreendia um programa de estudos orientado para a psiquiatria geral, a psicologia, a psicologia patológica, e a profilaxia mental. O segundo curso era da responsabilidade do recém-criado Institut National d'Orientation Professionnelle, entidade direcionada para a investigação das aplicações da psicologia às questões da orientação e da selecção, e pretendia formar conselheiros técnicos de orientação. As fontes documentais não esclarecem qual dos cursos

¹⁴⁴ Para mais informações sobre o serviço social exercido no Hôpital Henri Rousselle na década de 1920, consultar o artigo de Targowla, R. & Bernheim, G. (1927), "Le service social à l'hôpital psychiatrique". *La Prophylaxie Mentale. Bulletin Trimestriel de la Ligue d'Hygiène Mentale*, n.º 9, pp. 254-258.

¹⁴⁵ Vide Anexo C.

terá frequentado Mlle. Lévêque, indicando apenas que, em 1928, recebeu um “certificat d’études de Psycho-technique”¹⁴⁶. Convém salientar que o Hôpital Henri Rousselle lhe era conhecido, pelo menos, desde 1926, quando aí realizou um estágio na área da profilaxia mental, enquanto aluna da École des Surintendantes d’Usines¹⁴⁷.

A École du Louvre foi fundada em 1882 por Antonin Proust, deputado republicano, e então ministro das Artes. A escola propunha-se utilizar, no ensino da arqueologia e da história da arte, os monumentos reunidos nos museus franceses. Pretendia também formar, mediante um plano de estudos teórico e prático, administradores, conservadores, e outros funcionários ligados às colecções de arte nacionais ou provincianas. Em 1921, uma atriz e mecenas das artes, Rachel Boyer (1864-1935), instituiu na École du Louvre uma fundação com o seu nome, dando origem ao Cours Publique d’Histoire Générale de l’Art. Gratuito e destinado ao público em geral, o novo curso compreendia um ciclo de trinta conferencias proferidas por professores da escola, consoante a sua especialidade, e estava organizado em duas áreas: Arqueologia Antiga; e Arte da Idade Média, do Renascimento e dos Tempos Modernos. As aulas ocorriam nas noites de quinta-feira e repetiam nas manhãs de Domingo, em horários que permitiam a frequência por auditores trabalhadores (cf. Verne, 1932: 35-38). Presume-se que, enquanto desempenhava as funções de *surintendente* na Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris, tenha sido aquele o curso que Marie-Thérèse Lévêque frequentou na École do Louvre, fazendo com que obtivesse, em 1929, um “certificat d’études en Histoire de l’Art”¹⁴⁸.

Entre 1929 e 1934, Marie-Thérèse Lévêque desempenhou funções de *surintendente* nas Usines Citroën, indústria automóvel fundada em 1919 por André Citroën (1878-1935)¹⁴⁹. Este engenheiro politécnico francês integrou o grupo dos primeiros industriais a apoiar a inserção de *surintendantes* em contexto fabril, em 1917, aquando da criação da Association des Surintendantes de France (cf. Paturel, 2010: 43-59). Em Novembro de 1929, numa entrevista de recrutamento com a directora do serviço social das Usines Citroën, Mlle. Lévêque mostrou reunir os requisitos para integrar aquele grupo industrial. Levantou-se,

¹⁴⁶ *Ibidem*.

¹⁴⁷ *Vide* Anexo D.

¹⁴⁸ *Vide* Anexo C.

¹⁴⁹ *Ibidem*. Cf. “Association des Surintendantes d’Usines et de Services Sociaux. Assemblée Générale du 12 mars 1929”. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS (sem tratamento arquivístico).

porém, uma dúvida quanto a sua capacidade para trabalhar em grupo: «Je l'ai également questionnée au sujet de son caractère; elle a l'air extrêmement vive, peut être un peu autoritaire»¹⁵⁰. Durante a entrevista, foi acentuado que ela faria parte de um grupo de seis assistentes sociais, e que todas as suas iniciativas seriam previamente avaliadas pela direcção. Numa carta depois dirigida à École des Surintendants d'Usines, foi inclusive solicitado um parecer sobre a personalidade da antiga aluna¹⁵¹. A missiva de resposta não consta das fontes documentais coligidas, mas o facto é que a candidata foi efectivamente recrutada pelas Usines Citroën. Enquanto lá trabalhou, o seu percurso formativo foi novamente enriquecido, desta vez na Université de Paris, Sorbonne, onde cursou Filosofia, entre 1930 e 1931. Pouco mais se apurou sobre o curso em questão, a não ser que Marie-Thérèse Lévêque o frequentou com recurso a uma bolsa, e que obteve, em 1931, o certificado de estudos em Filosofia Geral¹⁵². Mas a sua valorização curricular extravasou, inclusive, as fronteiras francesas. Entre Outubro de 1932 e Junho de 1933, mediante uma licença concedida pelas Usines Citroën, estudou em Londres, no Sociology, Social Studies and Economics Department, inserido no Bedford College for Women.

O Bedford College for Women, fundado em 1849, Londres, pela reformadora social Elisabeth Reid¹⁵³, foi a primeira instituição do Reino Unido a organizar estudos superiores para mulheres. No ano de 1900, tornou-se parte constituinte da University of London. Em 1913, para além da Faculdade de Artes e da Faculdade de Ciências, de natureza puramente académica, o Bedford College for Women viu nascer o Departamento de Educação, cuja finalidade era formar professoras do ensino secundário. A sua existência foi passageira e em 1922 foi descontinuado, numa fase de significativa importância para outro departamento, também ele orientado para a formação profissional: o de estudos sociais.

¹⁵⁰ “Chère Mademoiselle, Je pars demain à LYON pour [...]. Paris, le 17 novembre 192[9]” (carta da directora do serviço social das Usines Citroën à Mlle. Geoffroy). Documento dactilografado e manuscrito com uma página: p. 1. L.d.: ETSUP (Paris), Dépósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹⁵¹ Cf. *ibidem*.

¹⁵² Vide Anexo C.

¹⁵³ Elisabeth Jesser Sturch [Reid] (1789-1866), reformadora social, nasceu em Londres no seio de uma família abastada e simpatizante do Unitarismo (ideologia política). Casou-se em 1921 com o físico John Reid (1776-1822), herdeiro de terrenos nas margens do rio Clyde, Glasgow, tornados valiosos com o crescimento portuário. Após o falecimento do marido, empregou a fortuna em várias causas filantrópicas, sendo a mais conhecida a fundação, em 1849, do Bedford College for Women. Integrou os círculos Unitários liberais, e foi uma activista contra a escravatura, tendo estado presente na World Anti-Slavery Convention, que se realizou em Londres, no ano de 1840 (cf. Tuke, 1939: 3-17).

Durante a I Guerra Mundial, mais concretamente em 1916, a Charity Organisation Society (COS) de Londres solicitou ao Bedford College for Women a estruturação de um conjunto de palestras sobre economia social e ética social. Constituída uma comissão de estudos sociais, organizaram-se as ditas sessões, que passaram a integrar o plano de formação da COS dirigido às candidatas ao certificado de assistente social. O sucesso alcançado pelas palestras revelou-se de tal ordem que, em 1918, foi instituído o Social Studies Department.

No ano lectivo de 1921/22, a pedido da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, com sede em Paris, o Social Studies Department organizou um curso especial em Saúde Pública destinado a enfermeiras de todo o mundo, a quem a Liga apoiou com bolsas de estudo. O curso envolvia palestras de higiene, psicologia elementar, economia social e ética social, proferidas pelo corpo de professores do Bedford College for Women, e sessões sobre temas práticos e profissionais, realizadas por especialistas externos. Incluía ainda visitas a instituições prestadoras de cuidados de saúde, situadas sobretudo em Londres. Dele fizeram parte doze alunas, provenientes dos seguintes países: Áustria, Bulgária, Canadá, Checoslováquia, Estónia, Finlândia, Inglaterra, Hungria, Japão, Letónia, México e Nova Zelândia. A pedido da Liga o curso foi replicado e, todos os anos, um grupo de novas *internationals*, como passaram a ser conhecidas as enfermeiras estudantes, dava entrada no Bedford College for Women, constituindo um importante estímulo para o Social Studies Department. Durante os primeiros seis anos, o curso foi organizado pela Ligue des Sociétés de la Croix Rouge. A partir de 1927/28, essa incumbência passou para o Bedford College for Women, nomeadamente para o recém-designado Sociology, Social Studies and Economics Department, a quem a Liga garantia um avultado subsídio anual para custear os professores e outras despesas (cf. Tuke, 1932: 3-17, 259-264).

Em Abril de 1933, o boletim mensal da Union des Femmes de France, sociedade da Croix Rouge Française onde Marie-Thérèse Lévêque fez os seus estudos de enfermagem (1924-25), anunciava uma nova edição do curso internacional para enfermeiras no Bedford College for Women¹⁵⁴. Uma carta enviada pela Ligue des Sociétés de la Croix Rouge à

¹⁵⁴ Aquando da publicação deste boletim da Union des Femmes de France, Marie-Thérèse Lévêque já estava a frequentar o Bedford College for Women (Outubro de 1932 a Junho de 1933). Não havendo, entre as fontes documentais coligidas, informação sobre a divulgação do curso de 1932/33, tomar-se-á como referência a publicação feita no ano seguinte (curso de 1933/34).

Union des Femmes de France, e publicada naquele periódico, incitava a candidatura de uma enfermeira francesa ao curso (1933/34), e fazia saber que a Liga dispunha de um número limitado de bolsas de estudo. A candidata devia ter entre 21 e 41 anos, e comprovar a sua boa saúde através de um certificado médico. Seria também necessário apresentar uma declaração da sociedade da Cruz Vermelha do seu país, atestando: o bom carácter, a boa educação e uma instrução geral ao nível dos melhores ensinamentos de enfermagem; e o conhecimento suficiente da língua inglesa em termos do diálogo, da leitura e da escrita. Após a conclusão do curso internacional, a Liga assegurava a colocação da enfermeira numa obra da Cruz Vermelha, ou noutra organização privada por ela aprovada, para que os conhecimentos adquiridos fossem colocados ao serviço do bem público¹⁵⁵. Presume-se que a informação sobre as edições do curso internacional em Saúde Pública fosse divulgada pela Ligue des Sociétés de la Croix Rouge junto dos países em que existia, pelo menos, uma sociedade da Cruz Vermelha, como era o caso de Portugal¹⁵⁶.

Em 1932, a Union des Femmes de France fez chegar ao Bedford College for Women uma só candidatura, como era habitual, ao curso internacional de Saúde Pública: a de Marie-Thérèse Lévêque. A sua admissão naquela instituição de ensino não foi, porém, consensual ou imediata. Em Julho desse ano, numa reunião do comité de organização do curso, fica explícito o motivo para a não elegibilidade da candidata: o seu percurso formativo e a sua experiência profissional fizeram-se no serviço social, e não em enfermagem, pelo que o seu perfil não correspondia ao requisito básico de admissão. Segundo o próprio comité, foi reportado que «[...] this candidate has been trained primarily for social work and that her experience had been all along this line; that she did not hold the French State Diploma in Hospital or in Public Health Nursing [...]»¹⁵⁷. Apesar daquele órgão admitir que Mlle. Lévêque era uma candidata de primeira categoria, facto é que ela era considerada uma assistente social, e não uma enfermeira, e aceitá-la no curso podia abrir um precedente,

¹⁵⁵ Cf. *Union des Femmes de France. Bulletin Mensuel*, 14^{ème} année, n.º 4, avril 1933. L.d.: Croix-Rouge Française / Département des Archives Historiques (Paris).

¹⁵⁶ Na Biblioteca e Arquivo Histórico da CVP (Lisboa) é possível encontrar missivas da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge à Cruz Vermelha Portuguesa, ao longo de vários anos, onde é feita a divulgação do curso internacional em Saúde Pública, realizado no Bedford College for Women. Cf. Correspondência da LSCV com a CVP – Dossier LSCV II (1928-1931) & Dossier LSCV III (1932-1936). L.d.: Cruz Vermelha Portuguesa – Biblioteca e Arquivo Histórico (Lisboa).

¹⁵⁷ “Minutes of the Committee for the Organisation of Courses for International Students, 4th July 1932”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 4. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 333/5.

causador de futuros problemas. A decisão tomada mostrou-se unânime, visto que para o comité a fronteira entre ambas as profissões estava bem delimitada: «[...] it was a Public Health Course established for Nurses and it would be difficult to admit a social worker which in other countries was regarded as quite a different profession»¹⁵⁸.

Devidamente informada sobre a resolução tomada, Maynard Carter, a então chefe da divisão de enfermagem da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, sugeriu a Geraldine Jebb, directora do Bedford College for Women, duas hipóteses para viabilizar a admissão de Marie-Thérèse Lévêque. Na primeira delas, considerou que Mlle. Lévêque pudesse obter, no espaço de algumas semanas, o diploma de Estado de enfermeira visitadora, a fim de ser admitida no curso internacional em Saúde Pública. Caso a obtenção daquele diploma não fosse viável, propôs que a candidata frequentasse um ano de estudos sociais, pois era possível que governo francês lhe atribuísse uma bolsa para esse efeito. Qualquer que fosse a resolução, não haveria lugar à inscrição como aluna regular no curso de Saúde Pública ou no curso de Estudos Sociais do Bedford College for Women, mas sim à frequência de um plano de estudos especificamente projectado para aquela situação. Segundo Maynard Carter, Mlle. Lévêque havia sido informada sobre as condições atípicas de uma possível inscrição, tendo ainda assim mantido o entusiasmo em estudar naquela escola: «It appears to be immaterial for her whether she has a certificate or not; it is the opportunity to study that she is desirous of having [...]»¹⁵⁹. A direcção do Bedford College for Women mostrou-se concordante, porém, advertiu que se a candidata viesse a ser admitida no curso de Estudos Sociais, não lhe seria possível realizar estágios práticos em contexto fabril, no domínio do bem-estar social: «We cannot obtain facilities of this kind, except for students who ultimately propose to take up welfare work in this country»¹⁶⁰.

A informação constante no acervo documental não esclarece se Marie-Thérèse Lévêque obteve, efectivamente, o diploma de Estado de enfermeira visitadora. Se, por um lado, a candidata veio a ser atipicamente inscrita no curso internacional de Saúde Pública, por

¹⁵⁸ *Ibidem*.

¹⁵⁹ “Dear Principal, since returning to Paris I find [...]. 13 July 1932” (carta de Maynard Carter a Geraldine Jebb). Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

¹⁶⁰ “Dear Mrs. Carter, thank you for your letter about [...]. July 15th, 1932” (carta de Geraldine Jebb a Maynard Carter). Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

outro, a documentação também revela que a mesma frequentou um ano de estudos sociais. Certo é que a decisão de admissão no Bedford College for Women apenas chegou a Mlle. Lévêque em meados de Setembro de 1932, durante uma estadia em Charly-sur-Marne para prestar cuidados a dois irmãos em situação de doença. Durante o processo de candidatura, as Usines Citroën, onde era *surintendente* desde Fevereiro de 1929, já tinham consentido a sua ausência prolongada por motivos de estudo: «Nous ne voyons aucune objection à formuler relativement à sa spécialisation sociale à Londres»¹⁶¹, tendo ficado Mlle. Lévêque com a incumbência de conseguir uma substituta para, provisoriamente, ocupar o seu posto de trabalho. Tendo regressado a Paris, segundo as palavras da própria, «à grande vitesse», encontrou na sua rede de amigas a pessoa para a substituir na fábrica, trabalhou até 29 de Setembro, e no dia seguinte prosseguiu viagem até Londres¹⁶². Durante o tempo em que permaneceu naquela cidade, foi acolhida em Manchester Square, numa residência providenciada pela British Red Cross Society para as estudantes do curso internacional em Saúde Pública.

Poucos dias após ingressar no Bedford College for Women, o fraco domínio da língua inglesa colocou em causa a permanência de Mlle. Léveque naquela instituição. De acordo com Geraldine Jebb, «[...] her knowledge of English makes it impossible for her to profit by attendance at lectures. We therefore propose that Mademoiselle Lévêque should continue with her private tuition in English and be allowed to attend lectures [...]»¹⁶³. Foi com surpresa que a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge tomou conhecimento daquela situação, pois durante a entrevista de candidatura Mlle. Lévêque havia mencionado que falava fluentemente a língua inglesa, e também dominava a sua escrita¹⁶⁴. Em Dezembro de 1932, no final do primeiro trimestre de aulas, os progressos não foram significativos: «[...] Mademoiselle Lévêque is not getting very much value from the course and her English does not seem to improve rapidly. I should have thought that the continuance of her

¹⁶¹ *Vide* Anexo C.

¹⁶² Cf. “Chère Mademoiselle, vous devez être en possession d’un [...]. Paris, 19 septembre [1932]” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] École des Surintendantes d’Usines). Documento manuscrito com cinco páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

¹⁶³ “Dear Mrs. Carter, with further reference to my [...]. October 4th, 1932” (carta de Geraldine Jebb a Maynard Carter). Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

¹⁶⁴ Cf. “Dear Principal, I have just received your [...]. 8 October 1932” (carta de Maynard Carter a Geraldine Jebb). Documento dactilografado e manuscrito com uma página. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

scholarship was not justified in these circumstances»¹⁶⁵. Parte significativa da bolsa de estudo atribuída a Mlle. Lévêque tinha sido conseguida pela Union des Femmes de France, e provinha do ministério dos assuntos estrangeiros, pelo que abandonar o curso podia ser motivo de constrangimentos entre aquela sociedade da Croix Rouge Française e o governo francês. Por motivos diplomáticos, a aluna foi mantida no Bedford College for Women, na esperança de uma melhoria no seu desempenho¹⁶⁶.

No final do ano lectivo, a decisão tomada em relação a Marie-Thérèse Lévêque veio a revelar-se a mais acertada, pois os seus professores atestaram que ela conseguiu realizar um excelente trabalho, com notáveis progressos nos últimos dois semestres. Nas palavras que a directora do Bedford College for Woman lhe dirigiu, «I think it is a remarkable achievement on your part to have overcome your language difficulties and to have made such excellent use of the opportunities afforded you»¹⁶⁷. Uma vez que Mlle. Lévêque não estava inscrita de forma regular no curso internacional em Saúde Pública, não lhe foi atribuído o habitual certificado de estudos. Em seu lugar, foi emitida uma declaração que atestava a frequência de um ano de estudos no Sociology, Social Studies and Economics Department. O documento evidencia o trabalho desenvolvido, sendo perceptível um enfoque nas áreas da economia social, sociologia e psicologia:

«She has studied Economics and Industrial Conditions, with detailed work in connection with Factory Welfare; Social Conditions, particularly in connection with the Public Health Services; Psychology, including a general course and special courses on the development of infancy and adolescence»¹⁶⁸.

Em Junho de 1933, na cerimónia anual de entrega dos certificados do curso internacional em Saúde Pública, conduzida por Sir. Arthur Stanley (1869-1947), então presidente da British Red Cross Society, Marie-Thérèse Lévêque recebeu o seu diploma. Na qualidade

¹⁶⁵ “Dear Mrs. Carter, I enclose a copy of a report [...]. December 19th, 1932” (carta de Geraldine Jebb a Maynard Carter). Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

¹⁶⁶ Cf. “Dear Principal, very many thanks for [...]. 22 December 1932” (carta de Maynard Carter a Geraldine Jebb). Documento dactilografado e manuscrito com uma página. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

¹⁶⁷ “Dear Mademoiselle Lévêque, at the examiner’s meeting to-day [...]. 21st June, 1933” (carta de Geraldine Jebb a Marie-Thérèse Lévêque). Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72 file 5682.

¹⁶⁸ Vide Anexo F: “This is to certify that Mlle. Marie T. C. Lévêque [...]. 23rd June, 1933”. Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Archives, Royal Holloway, University of London. BC AL 200/72, file 5682.

de aluna atípica, foi a última das suas colegas a pisar o palco, tendo ficado o acto assim registado no boletim das *internationals*: «One other student, Miss Lévêque, not formally belonging to the Course but sent by the League of Red Cross Societies, came to the platform, having successfully completed a year of social studies»¹⁶⁹. À cerimónia seguiu-se um jantar de gala, que juntou os representantes de algumas instituições mecenas do fundo de apoio ao curso internacional. O relato desse jantar vem revelar os dotes vocais de Mlle. Lévêque, qualidade muito apreciada por todos os presentes: «Mademoiselle's lovely voice had never seemed so beautiful as that evening, and her own individual charm and beauty captivated the Dinner party»¹⁷⁰. Após interpretar algumas músicas, foi agraciada com um ramo de flores pela turma de 1932/33, que apesar de estar ao corrente da atipicidade da sua condição de aluna, «[...] has always considered her one of them throughout the year»¹⁷¹.

A vivência experienciada no Bedford College for Woman por Marie-Thérèse Lévêque é narrada, pela própria, numa edição do boletim da Union des Femmes de France. Sendo uma publicação destinada aos círculos de enfermagem, Mlle. Lévêque viu-se impelida a acautelar, na qualidade de assistente social: «Cet article étant écrit par une travailleuse sociale, elle s'excuse près des infirmières qui le liront de ce qu'il a de volontairement général»¹⁷². Em 1932/33, a turma do curso internacional em Saúde Pública era constituída por catorze raparigas, todas enfermeiras, à excepção de Mlle. Lévêque, também ela a única de nacionalidade francesa: «Il est émouvant de penser que, pour chacune et toutes, on personnifiera tout au long de l'an, non pas une Française, mais 'La Française'»¹⁷³. Durante aquele ano de estudos, marcou-a particularmente a convivência e a permuta de ideias com pessoas de diferentes de nacionalidades, culturas e mentalidades: «Comme elle est passionnante, cette expérience analytique ou synthétique faite en toute loyauté, par laquelle on sent qu'en dépit de toutes les divergences saillantes, souvent importantes, tous les humains son si proches les uns des autres [...]»¹⁷⁴. Todas as novas aprendizagens em sala de aula, todas as informações recolhidas nas visitas sociais, todos os acontecimentos

¹⁶⁹ “*Internationals*”. *News Letter*, Summer 1933: p. 12. L.d.: Fédération International des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge, Bibliothèque et Archives (Genebra) / Boîte #A0853/3.

¹⁷⁰ *Ibidem*: p. 16.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² Vide Anexo G: "Relation du séjour de Mlle. Lévêque à Londres". *Union des Femmes de France. Bulletin Mensuel*, 14^{ème} année, n.º 4, avril 1933: p. 447. L.d.: Croix-Rouge Française / Département des Archives Historiques (Paris).

¹⁷³ *Ibidem*: p. 437.

¹⁷⁴ *Ibidem*: p. 439.

mundiais, tiveram profundas repercussões naquela “Sociedade das Nações em miniatura”, conforme ela própria designava.

Através da narrativa feita por Marie-Thérèse Lévêque é possível perceber, com mais pormenor, a estrutura organizativa e as dinâmicas de funcionamento dos estudos por ela empreendidos no Bedford College for Woman. As alunas deviam assistir às palestras especiais do grupo das *internationals* e, se assim tivessem vontade, às de outros cursos. As reuniões privadas com os professores, designadas *coaching*, eram frequentes, permitindo a cada aluna discutir, esclarecer ou aprofundar os temas que, ao nível individual, haviam suscitado maior interesse durante as aulas. Esta modalidade de ensino e aprendizagem era vista por Mlle. Lévêque de forma muito positiva: «Au cours des ‘coachings’, nous avons trouvé les professeurs toujours prêts à entendre nos propres arguments, à écouter avec bienveillance nos suggestions»¹⁷⁵. As visitas de estudo eram realizadas a instituições com interesse médico ou médico-social, como por exemplo, hospitais, sanatórios, centros de educação para pessoas cegas ou surdas-mudas, jardins de infância, bairros operários, ou fábricas. Uma ou duas vezes por semana, durante o serão, uma figura inglesa de renome era convidada a apresentar o serviço médico ou médico-social por ela coordenado. Fizeram-no também várias personalidades estrangeiras.

As *internationals* tinham que apresentar vários trabalhos por trimestre, sobre os principais temas abordados no curso, como sendo a psicologia geral, a psicologia da infância e da adolescência, a psicologia dos anormais, a ciência política, a administração dos hospitais, a legislação social inglesa, a higiene social, ou os métodos de ensino. No final do ano lectivo, era necessário apresentar uma tese de estudos. Ao nível do trabalho escrito, Mlle. Lévêque salienta as dificuldades sentidas no domínio língua inglesa, que tão presentes estiveram início do seu percurso como aluna: «Il n’est pas toujours aisé de dire ou écrire clairement ce que l’on pense en langue maternelle. Mais, en langue étrangère, la difficulté est singulièrement accrue. Chaque composition était donc l’occasion de longues heures de travail et de recherches»¹⁷⁶. Na sua perspectiva, para a maioria das *internationals*, já familiarizadas com parte do programa do curso, a grande mais-valia era poder aprofundar e acompanhar de perto a evolução das novas teorias, fazer o balanço das concepções

¹⁷⁵ *Ibidem*: 442.

¹⁷⁶ *Ibidem*: 443.

peçoais após vários anos de trabalho prático assente nos primeiros estudos, e realizar toda uma revisão nas directrizes de intervenção. Em suma, e fazendo uso das palavras de Mlle. Lévêque, «L'un des résultats fondamentaux d'une année d'études faites ainsi, loin du cadre habituel [...] est donc, certainement, la possibilité d'une réelle stimulation intellectuelle, de pensées approfondies par lesquelles l'action future sera plus sûre et plus féconde»¹⁷⁷. Certamente marcada pela experiência de permuta intelectual e cultural vivida em Londres, Marie-Thérèse Lévêque desafia as escolas de enfermagem e de serviço social em França a acolher alunas estrangeiras, e a enviar além-fronteiras muitas mais francesas, alegando nesse sentido que «Notre enseignement est souvent excellent et nous avons à montrer des réalisations remarquables»¹⁷⁸.

Após regressar a Paris, no Verão de 1933, Marie-Thérèse Lévêque retomou as funções de *surintendante* nas Usines Citroën, porém, por pouco tempo. Em 1929, com a queda do mercado de acções, a crise financeira abateu-se sobre França. André Citroën, adoptando uma estratégia de contraciclo, continuou a investir massivamente, num momento em que o mercado francês se contraía de forma significativa. Subestimando a crise dos anos trinta, reconstruiu totalmente um complexo fabril, lançou um modelo automóvel revolucionário, e fez apelo excessivo ao crédito bancário. O resultado foi a liquidação judicial da Société Anonyme André Citroën, decretada a 21 de Dezembro de 1934 pelo Tribunal de Comércio de Paris (cf. Loubet, 1996: 281-286). A saída de Mlle. Lévêque das Usines Citroën associa-se, portanto, aos despedimentos em massa que tiveram lugar naquela empresa, fruto da Grande Depressão. É Marie d'Airolles, fundadora e dirigente da Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), em Paris, quem faz referência à situação insolvente das Usines Citroën, numa carta enviada no final de 1934 à condessa de Rilvas, aquando da negociação entre a UCSS e o Patriarcado de Lisboa: «[...] cette firme si importante vient de faire un krach qui oblige à fermer au moins momentanément les œuvres sociales»¹⁷⁹. Acrescenta também, numa outra missiva: «Mademoiselle Lévêque

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ *Ibidem*: 446.

¹⁷⁹ “Madame, vous avez bien fait [...]. Paris, le janvier 1935” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com cinco páginas e dois apensos: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

[...] a créé le service social d'une importante usine qui, hélas bien de fermer ses portes, c'est pourquoi Mademoiselle Lévêque se trouve libre»¹⁸⁰.

A jornada de estudos em Londres, para além de provar a capacidade de integração de Mlle. Lévêque num país estrangeiro, também é particularmente reveladora da sua personalidade: com um trabalho assalariado nas Usines Citroën, em Paris, optou deliberadamente por abandonar durante um ano a sua confortável situação profissional para valorizar o percurso formativo, num país desconhecido, mesmo sem dominar a língua inglesa. Esta decisão revela um carácter inquieto, curioso, receptivo a novos desafios, e uma necessidade de crescimento, enquanto pessoa e como profissional. Características, estas, que fizeram com que o exercício profissional nunca fosse um impedimento para se enriquecer em novos domínios do saber, como foram os da história da arte, ou da filosofia. Com um trajecto de formação significativo, detentora de independência financeira graças ao próprio trabalho, e escolhida para coordenar um novo projecto de ensino em Portugal, pode dizer-se que, aos 34 anos, Marie-Thérèse Lévêque conseguiu corresponder às expectativas paternas: «Il rêvait de faire de tous ses enfants des êtres instruits et distingués»¹⁸¹.

¹⁸⁰ “Mlle. d’Airoles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. O tema da negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS será tratado mais adiante, no subcapítulo 4.2, pp. 170-202.

¹⁸¹ “Histoire résumée de la famille Lévêque et consorts” (escritos de Maurice Lévêque), [s.d.]. Documento manuscrito com oito páginas: p. 8. L.d.: Frédérique Anorga (Paris), bisneta de Léon Marcel Lévêque (1893-1965), irmão de Marie-Thérèse Lévêque.

PARTE II

O projecto de construção do ensino do serviço social em Portugal

CAPÍTULO 3 O PANORAMA INTERNACIONAL EM RETROSPECTIVA

3.1 O surgimento das primeiras escolas de serviço social:

«variété et hétérogénéité, telles sont les caractéristiques»

A emergência da formação em serviço social no mundo ocidental situa-se na viragem do século XIX para o século XX, num período histórico em que a questão social marcava presença nas sociedades industrializadas, as ciências sociais viam o seu desenvolvimento, e os reformadores sociais se empenhavam em transformar a acção caritativa em filantropia científica. Esta nova forma de intervir, que se desejava mais metódica e teoricamente fundamentada, despontou a necessidade de uma formação especializada para aqueles que lidavam directamente com os pobres e outros grupos vulneráveis da sociedade. A literatura sobre a história do serviço social revela consenso, quando atribui ao movimento das Charity Organization Societies a criação dos primeiros cursos de formação de assistentes sociais, em Londres e Nova Iorque, durante a década de 1890 (cf. Hokenstad, 2012: 165-166; Agnew, 2004: 134-143; Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 101-102; Kendall, 2000: 25-59; Popple & Leighninger, 1999: 60-63; Popple, 1995: 2282-2285; Caparrós & Soto, 1994: 43-50). Já o mérito pela fundação da primeira escola de serviço social é atribuído à cidade de Amesterdão, com a abertura em 1899 do Opleidingsinrichting voor Sociale Arbeid (Instituto de Formação em Serviço Social) (cf. Hokenstad, 2012: 165-166; Mayer, 2002: 130-131; Kendall, 2000: 61-64; Caparrós & Soto, 1994: 43-50).

O movimento de organização da caridade teve a sua origem em Londres, na segunda metade do século XIX, como resposta às críticas sobre a ineficiência e desordem na distribuição de recursos aos necessitados, de que foram alvo as iniciativas caritativas e filantrópicas daquela cidade. Num contexto em que proliferavam discursos sobre os efeitos negativos de uma ajuda descontrolada, o reformador social Henry Solly¹⁸² recomendou, em

¹⁸² Henry Solly (1810-1903), reformador social inglês, foi defensor de várias causas consideradas radicais para o seu tempo: sufrágio universal; educação universal; abolição da escravatura; entre outras. Embora defensor da estratificação social, esteve envolvido em inúmeras iniciativas em prol da classe trabalhadora,

1868, a fundação de um conselho que coordenasse todas as obras de beneficência. No ano seguinte foi criada a Society for Organising Charitable Relief and Repressing Mendicity, cuja designação foi depois alterada para Charity Organization Society (COS). O exemplo da COS de Londres foi seguido noutras cidades de Inglaterra e também na Escócia. Em 1877, o pastor anglicano Stephen Humphreys Gurteen, formado em Oxford, emigra para a cidade de Búfalo e aí implementa a primeira COS dos Estados Unidos da América (cf. Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 101-102; Agnew, 2000: 67-68). Em pouco tempo, o movimento expande-se por todo o país e atinge, inclusive, o território canadiano¹⁸³.

Entre as figuras que tiveram um papel de relevo na COS de Londres, Charles Stewart Loch¹⁸⁴ é a que mais se destaca, podendo ler-se a seu respeito «For almost forty years, 1875-1914, Loch served as secretary and the guiding spirit of the COS. Living and breathing its mission, he exemplified not only its virtues, but its failings as well. Loch, in fact, seemed to have been universally perceived as *the COS*» (Kendall, 2000: 32). Charles Loch mostrava-se relutante aos direitos dos pobres, e a qualquer tipo de ajuda pública, já que entendia que o tecido social, devidamente organizado e solidário, conseguia dar resposta às necessidades emergidas no seu seio, ocasionando uma sociedade mais justa, solidária e digna. A ajuda estatal, pelo contrário, punha fim à dignidade do pobre, favorecia a sua situação de dependência económica e material, e esmorecia o seu espírito de iniciativa (cf. Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 101-103). No seu entender, o propósito da COS era a regeneração nacional, «[...] in particular regeneration of the *'body [of persons] which sifts down slowly to the bottom'*. These persons were doomed to become *'uncivilized'*, having lost the restraints of family life and social interaction, which *'tend to*

entre as quais, a fundação em 1862 (Londres) do Working Men's Club and Institute Union, uma associação recreativa para homens trabalhadores, que em pouco tempo se expandiu por toda a Inglaterra. A 22 de Junho de 1868, durante um encontro da Royal Society of Arts presidido pelo bispo de Londres, Henry Solly profere o discurso "How to deal with the unemployed poor of London, and with its 'rough' and criminal classes", de reconhecida importância para a planificação da primeira Charity Organisation Society (cf. Ruston, 2004).

¹⁸³ Quinze anos após a criação da COS de Búfalo, em 1877, já outras noventa e duas cidades espalhadas pelos Estados Unidos da América e pelo Canadá tinham seguido o mesmo exemplo (cf. Agnew, 2004: 5).

¹⁸⁴ Charles Stewart Loch (1849-1923) estudou em Oxford, tendo desistido de uma carreira em direito para se juntar à Charity Organization Society de Londres (1869), onde exerceu funções de secretário-geral entre 1875 e 1924. Homem religioso mas, fundamentalmente, humanista e com um grande espírito de serviço, projectou os seus princípios sobre as COS. Foi uma figura conhecida e influente na sociedade inglesa, tendo integrado a Royal Commission on the Aged Poor, a Royal Commission on the Care and Control of the Feeble-Minded, e a Royal Commission on the Poor Laws and Relief of Distress. Publicou várias obras sobre a intervenção junto dos pobres, entre as quais, *Aspects of the Social Problem* (1895), *Methods of Social Advance. Short Studies in Social Practice* (1904), e *Charity and Social Life. A Short Study of Religious and Social Thought in relation to Charitable Methods and Institutions* (1910) (cf. Matthew, 2004).

keep us in place and brace us into goodness» (Loch cit. in Agnew, 2004: 66). A ela competia, através de uma caridade racional e com discernimento «[...] to keep the *‘uncivilized’* from falling into a desperate and hopeless condition» (*ibidem*)¹⁸⁵.

As COS coordenavam o trabalho de todas as obras de beneficência de uma determinada localidade, a fim de evitar a duplicação do auxílio prestado aos pobres. Cada COS empregava um secretário-geral, que supervisionava o registo e a investigação dos pedidos de ajuda, e coordenava a prestação de assistência material. Para além dos procedimentos administrativos, um grupo de voluntários, com a designação *friendly visitors*¹⁸⁶, fazia o acompanhamento das famílias que lhes eram confiadas, ajudando-as a cultivar as virtudes do trabalho duro, da poupança e da sobriedade. Ao desempenhar esse papel, as COS esperavam que os *friendly visitors* corrigissem as falhas de carácter nos pobres, persuadindo-os a prosseguir uma vida moral e economicamente independente (cf. Agnew, 2004: 78-83; Kendall, 2000: 27-28; Popple & Leighninger, 1999: 61-63).

«The COS shared, in no uncertain terms, the belief that pauperism, not poverty, was the disease to be treated. [...] ‘Not alms but a friend’ was their rallying cry and the slogan most often associated with the COS. They believed that alms or any gift of money, unless wisely provided, destroyed self-respect and ambition» (Kendall, 2000: 27).

Numa fase anterior ao reconhecimento da necessidade de reformas estruturais, os pioneiros das COS, entre eles, Charles Loch, partilhavam uma perspectiva moralista de pobreza, que enfatizava a regeneração do carácter do pobre através da simpatia, repreensão e conselho dos *friendly visitors*. Essa interpretação inspirava-se, sobretudo, no pensamento do reformador social Thomas Chalmers¹⁸⁷, no qual o indivíduo era responsável pelo seu

¹⁸⁵ Elizabeth N. Agnew cita a obra *Charity Organization*, de Charles Loch, publicada pela Swan Sonnenschein & Co., Londres, em 1890 (excertos de Charles Loch assinalados em “itálico”).

¹⁸⁶ Na tradução literal para a língua portuguesa, a expressão *friendly visitor* corresponde a “visitador amigável”. Ao longo da tese será mantida a designação original, na língua inglesa.

¹⁸⁷ Thomas Chalmers (1780-1847), pastor presbiteriano escocês, foi um conhecido teólogo e reformador social. Em 1819 ficou responsável pela paróquia de Saint John, a mais pobre de Glasgow, e teve permissão para administrar os donativos feitos às igrejas da cidade. Cedo constatou a necessidade de criar um novo sistema de ajuda aos pobres. Como tal, dividiu a sua paróquia em unidades, cada uma com um máximo de cinquenta famílias, que foram entregues ao cuidado e supervisão de um diácono. Quem quer que solicitasse ajuda ao diácono era submetido a uma investigação aprofundada, para determinar a melhor forma de responder à necessidade apresentada. O apoio monetário não era uma opção. Para Chalmers, a solução consistia em mobilizar o que ele chamava de “recursos naturais”. O primeiro e melhor recurso natural seria o

estado de pobreza, e qualquer tipo de esmola ou assistência pública apenas traria obstáculos a uma possível reabilitação (cf. Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 101-102; Kendall, 2000: 27-30). Josephine Shaw Lowell¹⁸⁸, uma das líderes do movimento de organização da caridade nos Estados Unidos da América, espelha nitidamente esta perspectiva, ao conceber a dependência financeira e a falta de iniciativa do indivíduo como os maiores males da vida industrial moderna. Ao pobre competia, portanto, colocar em exercício todas as suas capacidades para garantir o próprio sustento, adquirir autonomia financeira e superar a situação de pobreza (cf. Popple & Leighninger, 1999: 60-63).

Com o passar do tempo, e em muito devido à observação e discussão da realidade concreta em que viviam os pobres, as COS foram alterando o seu pensamento, ao reconhecer que outros factores, inclusive de ordem social e estrutural, estavam na origem das situações de pobreza, tais como a doença, o endividamento, a insalubridade das habitações ou o desemprego. Como resultado, encetaram uma segunda linha de intervenção, orientada para a organização de respostas sociais concretas, tais como, casas de acolhimento para crianças, parques infantis, centros de acolhimento para mendigos e vagabundos, serviços de orientação jurídica, cursos de educação doméstica (cf. Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 101-102; Mayer, 2002: 122-123).

Os *friendly visitors* eram sobretudo mulheres, oriundas das classes média e alta, que desempenhavam aquele papel de forma voluntária. Cedo se constatou que existiam em número escasso para responder às necessidades das COS, embora o maior problema fosse a sua falta de experiência e a ausência de conhecimentos específicos sobre as realidades em que actuavam. Contrariamente ao previsto, a natureza amistosa, a dedicação e o bom exemplo moral não eram qualidades suficientes para resolver os problemas com que os voluntários se deparavam. Na década de 1880, perante a necessidade de constituir um

fomento da auto-confiança e da auto-ajuda, para que a pessoa em situação de pobreza pudesse de alguma maneira se tornar economicamente independente (cf. Brown, 2007; Kendall, 2000: 28-30).

¹⁸⁸ Josephine Shaw Lowell (1843-1905) nasceu em Boston, numa família comprometida com a reforma social. Em 1872, na presidência de uma comissão da New York State Charities Aid, orientou um estudo sobre a pobreza naquele Estado. Como reconhecimento pelo trabalho realizado, foi nomeada delegada do State Board of Charities, tendo sido a primeira mulher a assumir tal cargo. Em 1882 ajudou a organizar a COS de Nova Iorque, tendo assumido a sua coordenação nas duas décadas seguintes. Embora seja retratada como detentora de uma atitude moralista e punitiva para com os pobres, exibiu um misto de valores e crenças sobre as causas da pobreza e as medidas mais adequadas para combatê-la. Na sua essência, acreditava que o tipo de vida de cada um dependia, sobretudo, do seu carácter pessoal (cf. Bernal & Sánchez-Serrano, 2004: 103-104; Popple & Leighninger, 1999: 62).

grupo permanente e devidamente preparado de *friendly visitors*, as COS começaram a substituir os voluntários por pessoal remunerado, na sua maioria mulheres, e a responsabilizar o respectivo secretário-geral pela sua formação e supervisão (cf. Kendall, 2000: 41-47; Popple & Leighninger, 1999: 60-63; Popple, 1995: 2282-2283).

Em Inglaterra, Charles Loch foi uma das figuras que mais apelou à formação de todos os envolvidos na actividade filantrópica:

«If charitable work is an art, those who undertake it must needs be trained both in practice and method and in judgment. It requires, too, that self-discipline which blends intelligence with emotion, and so endows emotion with strength and purpose. At all times they do more and produce socially, better results; [...] Also trained workers make the most useful poorlaw guardians, trustees of charities, secretaries of charitable societies and district visitors» (Loch *cit. in* Kendall, 2000: 42)¹⁸⁹.

As primeiras iniciativas de formação das COS, palestras e cursos de curta duração, orientavam os *friendly visitors* na recolha de factos sobre os que procuravam ajuda, na análise do seu carácter, na procura das causas para o seu sofrimento, e no conhecimento das várias possibilidades de assistência caritativa. Esta ênfase na informação detalhada como base para a intervenção vai ter influência, anos mais tarde, no desenvolvimento do método de serviço social de caso (*social casework*), sistematizado pela primeira vez nos Estados Unidos da América, no princípio do século XX (Kendall, 2000: 44-46).

O trabalho nas COS proporcionou uma oportunidade a muitas mulheres, numa época em que o seu papel na sociedade era o de esposa e mãe, e onde as possibilidades de uma carreira eram escassas. Com o acesso praticamente vedado às profissões tradicionais, era aceitável que uma rapariga se envolvesse numa causa altruísta, mesmo que a situação financeira dos pais fosse suficiente para satisfazer as suas necessidades, já que iria colocar em prática uma das características tipicamente femininas: o “cuidado com o outro”. Na década de 1890, os *friendly visitors*, maioritariamente mulheres da classe média, desejavam que o seu trabalho fosse reconhecido como profissão, para assim auferirem de um salário regular. Um passo determinante foi dado nesse sentido em 1902, quando o comité de formação da COS de Londres propôs a formalização de um programa de ensino

¹⁸⁹ Katherine A. Kendall cita um excerto do texto “Charity and charities”, de Charles Loch, publicado em 1910 na 11.ª edição da *Encyclopedia Britannica*, volume 5, pp. 880-891.

em filantropia científica que levou, um ano mais tarde, à abertura da primeira escola de serviço social em Inglaterra, e à segunda em todo o mundo: a London School of Sociology (cf. Kendall, 2000: 51-59; Popple, 1995: 2283-2285).

Enquanto o comité de formação da COS de Londres congeminava a criação de uma escola, já o ensino do serviço social havia sido antecipado em Amesterdão, com a fundação nessa cidade, em 1899, do Opleidingsinrichting voor Sociale Arbeid (Instituto de Formação em Serviço Social). Segundo Kendall (2000: 61-64), a literatura existente sobre a história do serviço social é praticamente omissa, no que se refere aos fundadores desta escola, ou ao seu programa pioneiro de ensino¹⁹⁰. Charles Henderson, numa pesquisa sobre os sistemas de assistência pública e privada nos países ocidentais, publicada em 1904, faz a seguinte menção à escola de Amesterdão:

«In view of the movements in London and in America cities it is interesting to note that they were anticipated in Holland. Mr. Janssen has established in Amsterdam 'Ons Huis' (Our House) whose purpose is general 'extension' of school work for the people without regard to religion and political differences. Here also is a course of study for social workers, somewhat similar to that given in Berlin for women engaged in public service. The Amsterdam school has in view a systematic, theoretical and practical education of persons of both sexes who intend to give themselves to earnest labors» (Henderson *cit. in* Kendall, 2000: 63-64)¹⁹¹.

A London School of Sociology abriu ao público em Outubro de 1903, com um curso de formação de dois anos, aprovado pelo Conselho da COS de Londres. Os estudos teóricos incluíam uma abordagem às teorias e métodos da assistência, à teoria da estrutura da sociedade, e aos princípios económicos. A componente prática do programa, especialmente valorizada pela COS, previa a observação e intervenção supervisionada dos alunos em instituições de assistência, entre as quais, as Charity Organization Societies. A escola permaneceu um estabelecimento de ensino independente até 1912, quando problemas

¹⁹⁰ A bibliografia consultada no âmbito desta tese atribui à cidade de Amesterdão o mérito pela criação da primeira escola de serviço social, sem adiantar outro tipo de informação. Foi apenas encontrada uma referência vaga sobre os conteúdos programáticos e as alunas do Opleidingsinrichting voor Sociale Arbeid: «[...] le souci de la formation professionnelle des travailleurs sociaux est assez précoce aux Pays-Bas, puisque c'est à Amsterdam qu'est fondée la première institution de formation au travail social en 1899. Dans un premier temps, le contenu des enseignements est très général et vise surtout à préparer des jeunes filles de bonne famille à apporter pain et bonnes manières dans les quartiers populaires» (Baillergeau, 2008: 46).

¹⁹¹ Katherine A. Kendall cita um excerto da obra *Modern Method of Charity: An Account of the Systems of Relief, Public and Private, in the Principal Countries Having Modern Methods*, de Charles R. Henderson, publicada pela Macmillan, Nova Iorque, em 1904, p. 346. De salientar que Henderson (1904: 346) contradiz Baillergeau (2008: 46), pois afirma que na escola de Amesterdão eram admitidos alunos de ambos os sexos.

financeiros a separaram da COS, reaparecendo depois sob o auspício da London School of Economics (cf. Kendall, 2000: 64-71). Bernard Bosanquet, professor na London School of Sociology, exprime aquela que foi a reacção de muitas COS perante esta situação, numa carta que escreve ao sobrinho:

«We – that is really the C.O.S., invented and started the thing, and have made it popular and efficient (of course it doesn't fly the C.O.S. flag) for nine or ten years, but we have no money, and the School of Economics, which is rich, comes along and says 'We are going to compete, or will you co-operate?'. Of course, they could undersell us to any extent, and if they started without us we couldn't come in later, as their staff would be made up. So we have made the best terms we could (*i.e.* as to keeping up the standard of work), and are putting up the shutters with a heavy heart» (Bosanquet *cit. in* Kendall, 2000: 71)¹⁹².

O ensino universitário ministrado na London School of Economics, com ênfase na dimensão teórica, permaneceu uma preocupação para as COS, que sempre recearam a depreciação do trabalho prático pelos cientistas sociais.

Existem algumas semelhanças na emergência de escolas de serviço social em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, fenómeno que é praticamente simultâneo em ambos os países. Em 1893, na cidade de Chicago, a formação para a actividade caritativa foi objecto de discussão no International Congress of Charities, Corrections and Philanthropy, em Chicago, numa tentativa de definir a natureza dos princípios e métodos subjacentes à filantropia científica. O discurso “The need for training schools for a new profession”, proferido no congresso por Anna L. Dawes, secretária distrital de uma COS norte-americana, é por muitos considerado o primeiro apelo à formação profissional no trabalho caritativo¹⁹³. Quatro anos mais tarde, em 1897, Mary Ellen Richmond¹⁹⁴, a então

¹⁹² Katherine A. Kendall cita um excerto de uma carta de Bernard Bosanquet escrita a um sobrinho, publicada na obra *Bernard Bosanquet. A Short History of His Life*, de Helen Bosanquet, editada pela Macmillan, Londres, em 1924, p. 55.

¹⁹³ Ao finalizar o seu discurso, Anna L. Dawes lança várias possibilidades de enquadramento institucional para uma formação profissional em trabalho caritativo: «It seems to me that the time has come when either through a course in some established institution, or in an institution by itself, or by the old-fashioned method never yet improved upon actual development – the method of experimental training as the personal assistant of some skilled worker – it ought to be possible for those who would take up this work to find some place for studying it as a profession. And it is because I have felt that this must be a problem common to all countries, and urgent in all localities, that I have ventured to bring this body to-day and to ask for your views on it» (Dawes *cit. in* Kendall, 2000: 41). Katherine A. Kendall cita um excerto do discurso publicado na obra *Sociology in Institutions of Learning*, editada pela Johns Hopkins Press (Baltimore), em 1894, p. 20.

¹⁹⁴ Mary Ellen Richmond (1861-1928) nasceu no Estado de Illinois, numa família da classe média. Após ter frequentado o ensino superior e realizado vários trabalhos administrativos, associa-se ao movimento de

secretária-geral da COS de Baltimore, apresenta uma comunicação intitulada “The need for a training school in applied philanthropy” na National Conference of Charities and Correction, em Toronto, apelando a uma formação de índole profissional. Nas suas publicações, Mary Richmond refere com frequência os líderes do movimento de organização da caridade de Londres e, num tributo à memória de Charles Loch, descreve as visitas que ambos fizeram a Baltimore (1896) e a Londres (1903). Como tal, presume-se que ela conhecesse e acompanhasse o trabalho desenvolvido na COS londrina (Kendall, 2000: 37-41, 76-78; Popple & Leighninger, 1999: 60-63; Popple, 1995: 2283-2285).

«Mary Richmond became an important leader, teacher, and practical theorist in the charity organization movement and in the transition from nineteenth-century practices of voluntary charity to twentieth-century professional social work» (Agnew, 2004: 5). Quem o afirma é Elizabeth Agnew, a mais recente biógrafa desta pioneira do serviço social. Para Mary Richmond, a formação era necessária à profissionalização do trabalho caritativo. Se, por um lado, via esse trabalho enriquecido pelas competências adquiridas no contacto com os pobres, por outro, estava consciente que para desempenhá-lo bem seria necessário mais do que disciplina mental, coragem, humor ou imaginação. A formação profissional muniria os *friendly visitors* de conhecimentos teóricos e práticos sobre vários aspectos da caridade. Continuar a exercer o trabalho caritativo só com base no juízo pessoal, e nas aprendizagens feitas no terreno, seria injusto para com o público auxiliado. Através da formação profissional, Mary Richmond esperava que a filantropia adquirisse mais importância na sociedade, bem como o respeito atribuído às outras profissões (cf. Agnew, 2004: 134-143).

Em 1898, a New York Summer School of Applied Philanthropy marca o início do ensino do serviço social nos Estados Unidos da América. O programa de formação, com a duração de seis semanas, foi inspirado por Mary Richmond e organizado pela COS de Nova Iorque,

organização da caridade, em 1889, quando é contratada como tesoureira-assistente da COS de Baltimore. A competência com que desempenhou as suas funções fez com que fosse a primeira mulher a assumir o cargo de secretária-geral (administrador-chefe) numa COS, em 1891. Em 1900 deixa Baltimore para assumir a mesma posição de liderança na COS de Filadélfia. M. E. Richmond fez a última mudança na sua carreira em 1909, quando aceitou um convite para dirigir a Charity Organization Society da recém-criada Russell Sage Foundation, em Nova Iorque. Nos quase vinte anos em que aí trabalhou, tornou-se a principal porta-voz do movimento de organização da caridade, e uma das figuras centrais na implementação de programas de formação profissional em novas escolas de serviço social. Entre a sua extensa obra publicada destacam-se dois livros, pioneiros na introdução à teoria e prática do *social casework* (serviço social de caso): *Social Diagnosis* (1917); e *What is Social Case Work?* (1922) (cf. Agnew, 2004: 1-8).

e consistia em aulas teóricas, visitas a organizações de caridade públicas e privadas, e trabalho de campo supervisionado. Em 1904 passou a ter a duração de um ano e foi integrado na New York School of Philanthropy, cuja designação foi alterada em 1919 para New York School of Social Work. Em pouco tempo, outras cidades norte-americanas seguiram o exemplo de Nova Iorque, e instituíram escolas de formação profissional para assistentes sociais, entre as quais, o Chicago Institute for Social Science (1903), a School for Social Workers, em Boston (1904), a Missouri School of Social Economy (1907), e a Philadelphia Training School for Social Work (1908) (cf. Agnew, 2004: 134-143; Kendall, 2000: 76-78; Popple, 1995: 2283-2285).

Importa mencionar que, na sua génese, nem todas as escolas anglófonas de serviço social contemplavam a expressão *social work* na sua designação:

«The term *social work* has been credited to Jeffery Brackett, who was a Charity Organization Society volunteer in the early 1900s. He argued for the adoption of the term to differentiate between professionals doing social work and the volunteers who helped at various societies as a recreational or volunteer activity»¹⁹⁵ (Hick, 2006: 15).

Nestes termos, a introdução da palavra *work* teve como objectivo enfatizar a distinção entre o *trabalho* profissional dos assistentes sociais e outro tipo de actividades, desempenhadas por voluntários sem formação específica.

Ao mesmo tempo que, no início do século XX, o ensino do serviço social predominava nas universidades inglesas, e em escolas profissionais independentes nos Estados Unidos da América, na Europa continental, a Alemanha desenvolvia um modelo formativo diferente, e exclusivamente feminino. Em 1899, a pedagoga social alemã Alice Salomon¹⁹⁶ é nomeada presidente da Vereins der Mädchen- und Frauengruppen für Soziale Hilfsarbeit

¹⁹⁵ Excertos em “itálico” conforme o texto.

¹⁹⁶ Alice Salomon (1872-1948) doutorou-se em filosofia em 1906, com a tese *Die Ursachen der ungleichen Entlohnung von Männer- und Frauenarbeit (Causas das Desigualdades Salariais entre Homens e Mulheres)*. Foi uma das administradoras da Bund Deutscher Frauenvereine (Federação das Associações de Mulheres Alemãs), entre 1900 e 1920. Em 1899 foi nomeada presidente da Vereins der Mädchen- und Frauengruppen für Soziale Hilfsarbeit (Associação de Grupos de Mulheres e Jovens para o Trabalho de Assistência Social) e, nesse mesmo ano, organizou aquele que é considerado o primeiro curso de serviço social da Alemanha. Fundou em 1908 a Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina), em Berlim, tendo assumido a sua direcção até 1925. Teve um papel significativo, juntamente com René Sand, na fundação do International Committee of Schools of Social Work, com sede em Berlim, cuja presidência assumiu entre 1929 e 1933 (cf. Keymolen, 2001: 476-477; Labonté-Roset, 2000: 63-77).

(Associação de Grupos de Mulheres e Jovens para o Trabalho de Assistência Social), e ali organiza, nesse mesmo ano, um curso de formação específica para o trabalho com os pobres. Para além de preparar as jovens para o exercício do serviço social, Alice Salomon pretendia oferecer-lhes um ensino equiparável aos estudos secundários, para que tivessem oportunidade de ingressar na universidade (cf. Kruse, 2009: 89-91; Kendall, 2000: 78-81; Labonté-Roset, 2000: 68-71).

Do curso organizado por Alice Salomon nasce, em 1908, a Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina), primeira escola de serviço social na Alemanha. O programa de estudos, com a duração de dois anos, combinava disciplinas teóricas de pedagogia, higiene, economia política e doméstica, ética social, problemas do serviço social, e história e teoria da assistência pública, com o trabalho prático em jardins-de-infância. Em poucos anos, a Soziale Frauenschule serviu de modelo a várias escolas alemãs de serviço social, fundadas na sua maioria por associações cívicas femininas, e pelas Igrejas Protestante e Católica. A filosofia e os *curricula* destas primeiras instituições de ensino reflectem tanto os esforços para qualificar um campo profissional emergente, como a reivindicação emancipatória de mais opções educacionais e profissionais para as mulheres (cf. Kruse, 2009: 89-91).

As primeiras escolas de serviço social alemãs preparavam as alunas para desenvolver uma actividade não remunerada, o que demonstra uma atitude ambígua face à questão da profissionalização. Alice Salomon, por exemplo, ao falar de serviço social profissional, subentende uma vocação feminina assente numa formação sólida: «[...] à partir du moment où il est possible, pour un nombre grandissant de femmes, d'accéder à une éducation approfondie, celles-ci devraient se consacrer à la misère sociale et mettre leurs connaissances scientifiques au service du travail social» (Labonté-Roset, 2000 : 69). Porém, segundo ela, esse trabalho devia ser exercido por mulheres da burguesia, movidas pelo dever cívico, e permanecer benévolo. Esta perspectiva, causadora de discórdia entre as diferentes gerações do movimento feminino, perdurou até a I Guerra Mundial, quando profundas alterações no tecido social fizeram expandir o trabalho remunerado entre as mulheres. Foi também nesse período da história, mais concretamente de 1916 a 1918, que treze novas escolas de serviço social foram criadas na Alemanha (cf. Kruse, 2009: 89-91; Labonté-Roset, 2000: 68-74). Alice Salomon nunca procurou estabelecer uma ligação entre

o ensino do serviço social e a universidade, o que é compreensível, considerando a oposição das universidades alemãs à admissão de mulheres, e ao seu desapareço por qualquer tipo de formação de índole prática ou vocacional (cf. Kendall, 2000: 78-81).

No caso francês, o serviço social nasce do cruzamento entre caridade e filantropia, embora a sua génese diferenciada explique a grande variedade de escolas. Além disso, dá-se uma inflexão dos valores tradicionais, num reformismo social caracterizado pela vontade de melhorar as condições de vida da classe operária e, em simultâneo, acautelar possíveis revoltas sociais e participar na paz social. A estas concepções, junta-se a vontade de promover a condição feminina pelo acesso a uma carreira, o que implicava a criação e o reconhecimento social de uma formação profissional. Do contexto histórico que determinou a criação das escolas de serviço social em França, no início do século XX, sobressai ainda a secularização dos ideais e das práticas sociais, o surgimento de uma política social decretada pelo Estado, e a racionalização científica dos modos de assistência, com o simultâneo desenvolvimento das ciências sociais e humanas (cf. Rater-Garcette, 1996: 25-87; Bouquet [et al.], 1995: 6-10).

Na tentativa de identificar as primeiras escolas de serviço social em França verifica-se, na literatura, a ausência de consenso sobre o tema. Uma das causas prende-se com o facto de, no início do século XX, a noção “serviço social” não ter a mesma significação que a atribuída na actualidade. Se, por um lado, o serviço social era associado a uma qualquer forma de ajuda colectiva para com a sociedade, por outro, possuía um significado mais restrito, quando era atribuído a actividades sociais bem determinadas, praticadas por obras sociais (cf. Bouquet [et al.], 1995: 4-6). A ambiguidade era tal que, durante a primeira conferência internacional de serviço social, realizada na cidade de Paris em 1928, levantou-se um problema com a definição de serviço social que não ficou resolvido de forma satisfatória¹⁹⁷ (cf. Bouquet, 1988: 195-196). Com o passar do tempo, a expressão foi

¹⁹⁷ A conferência internacional de 1928 ocasionou um espaço de encontro, mas também de confronto, entre profissionais e representantes de escolas de serviço social de todo o mundo. Em vários momentos da conferência instalou-se a discussão sobre a noção de serviço social, na tentativa de estabelecer uma definição comum, o que acabou por não acontecer de forma satisfatória. Ainda assim, gerou-se algum consenso em torno de um ideal partilhado: o de servir. Segundo a definição proposta pela Bélgica, e que não foi contestada, «Cette action prend le nom de service social, lorsque la charité est organisée méthodiquement et scientifiquement, utilisant tous les perfectionnements modernes, de manière à répondre aux conditions sociales actuelles» (Bouquet, 1988: 195).

sendo circunscrita, até se cingir à acção praticada pelo assistente social com formação profissional.

A maioria das primeiras escolas francesas situa-se numa concepção mais abrangente de serviço social. O estudo de Bouquet [et al.] (1995: 3-24), no entanto, recorre à significação restrita de serviço social, contemplando na identificação das escolas pioneiras um outro critério: o reconhecimento pelo Ministère de la Santé Publique, em 1932, das escolas conducentes ao *brevet de capacité professionnelle permettant de porter le titre d'assistant ou assistante de service social diplômé de l'État français*. O período que os autores denominam “primeira profissionalização da intervenção social” compreende a criação de sete escolas¹⁹⁸, e vai da primeira década do século XX até 1932, ano em que o Estado francês decreta o diploma de capacidade profissional, e respectivos requisitos de acesso, o que conduz à uniformização progressiva dos programas de estudos, embora com a salvaguarda da especificidade de cada escola.

Uma característica partilhada pelas primeiras escolas francesas de serviço social é a diversidade das experiências sociais que estiveram na sua origem. Por exemplo, a École Libre d'Assistance Privée, fundada em 1908 pelo abade Jean Viollet¹⁹⁹, e a École Normale Sociale, fundada em 1911 por Andrée Butillard e Aimée Novo²⁰⁰, são de inspiração

¹⁹⁸ Primeiras escolas de serviço social fundadas em França: École Libre d'Assistance Privée (1908); École Normale Sociale (1911); École Pratique de Service Social (1913); École des Surintendantes d'Usines (1917); École d'Action Sociale “Pro Gallia” (1919); École de Formation Sociale de Strasbourg (1921); École d'Application de Service Social (1927) (cf. Bouquet [et al.], 1995: 4-6). Serão feita uma breve abordagem às duas primeiras escolas, a título exemplificativo, no presente subcapítulo. Por ter sido frequentada por Marie-Thérèse Lévêque entre 1925 e 1926, a École des Surintendantes d'Usines foi tratada no subcapítulo 2.3, Os estudos médico-sociais e a experiência profissional: «*sa vocation sociale semble certaine*», pp. 74-100.

¹⁹⁹ Jean Viollet (1875-1956) foi ordenado sacerdote em 1901, tendo sido designado para a paróquia de Notre-Dame du Rosaire, em Plaisance (Paris). No ano seguinte funda na sua paróquia a Société du Logement Ouvrier, que em 1911 adquire o estatuto de utilidade pública, com a designação Amélioration du Logement Ouvrier. A família era uma das suas maiores preocupações, sobretudo após a I Guerra Mundial, quando funda várias associações a ela dedicadas e, inclusive, a Confédération Générale des Familles et des Associations Familiales de France. A ideia matriz da sua acção social é a distinção entre obra caritativa, associada à esmola e à ajuda paliativa; e obra social, caracterizada pela ajuda educativa e preventiva. Em pouco tempo, as obras sociais com sede na paróquia de Notre-Dame du Rosaire (Plaisance), mais concretamente na rue du Moulin-Vert, passam a ser conhecidas por “Les Œuvres du Moulin-Vert” (cf. Bouquet, 1995: 25-26).

²⁰⁰ Andrée Butillard (1881-1955) e Aimée Novo (1874-1968) conheceram-se no Pensionnat Notre-Dame de Nazareth, onde estudavam, onde iniciaram uma longa amizade. Em 1904 assistem a uma conferência sobre a acção sindical, proferida por Marie-Louise Rochebillard, fundadora dos primeiros sindicatos católicos femininos em Lyon. A partir de então, tornam-se militantes do sindicalismo católico em França. Em 1909 instalam-se no bairro parisiense de Plaisance, onde incentivam operários e outros trabalhadores a constituir sindicatos. Frequentaram a 8.ª edição da Semaine Sociale de France, organizada em Saint-Étienne (1911),

católica, embora a segunda se distinga pelos princípios de ecumenismo, neutralidade e apolitismo. Os fundadores das escolas tinham todos personalidade marcante e um grande carisma, o que explica as rivalidades que entre eles se geraram. Com um elevado nível de cultura, adquirido no seu meio social, esses pioneiros distinguem-se pela sua trajectória e pela sua concepção do social. O abade Viollet, por exemplo, estabelecia uma nítida separação entre o apostolado religioso e a acção social, procurando através desta última «[...] se dévouer utilement à des œuvres sociales, aider la classe ouvrière à s'organiser et améliorer les conditions de son existence morale et matérielle» (Bouquet [et al.], 1995: 11). Já Andrée Butillard e Aimée Novo não escondem as suas referências à encíclica *Rerum Novarum*, quando descrevem a formação sindical que pretendem implementar. Apesar das escolas que fundaram terem concepções diferentes, os três fundadores haviam partilhado, anos antes, uma experiência de trabalho no bairro parisiense de Plaisance (cf. Rater-Garcette, 1996: 74-82, 148-149; Bouquet, 1995: 25-26; Bouquet [et al.], 1995: 10-12).

Os objectivos enunciados pelas escolas de serviço social francesas reflectem ideologias diferentes. No caso da *École Libre d'Assistance Privée*, a finalidade era qualificar o pessoal benévolo das obras sociais coordenadas pelo abade Viollet no “Moulin-Vert”. O recrutamento de alunos, de ambos os sexos, era feito junto de famílias modestas pois «[...] les membres les moins riches d'une œuvre sociale, souvent mieux informés et parfois plus proches de la vie ouvrière, lui fournissent un concours particulièrement précieux» (Deroy, *cit. in* Bouquet, 1995: 27)²⁰¹. Já a *École Normale Social* formava activistas e promotoras da acção sindical católica feminina. A angariação de alunas era feita, sobretudo, nos meios operários: «[...] Il s'agit de découvrir 'des ouvrières d'élite' et de les former sur le plan économique, intellectuel et moral, afin qu'elles puissent à leur tour, susciter dans leur milieu professionnel, un esprit syndical» (cf. Rater-Garcette, 1995: 40). Apesar das divergências, todas as escolas foram criadas para responder a uma necessidade comum: formar para a acção social, conjugando o ensino teórico com o trabalho prático.

onde foi abordada a questão do trabalho feminino e da preparação social da mulher. O evento propôs que fosse criada uma escola social feminina, sendo a ambas confiada a sua concretização (cf. Keymolen, 2001: 460, 474; Rater-Garcette, 1996: 139-142; Rater-Garcette, 1995: 37-39).

²⁰¹ Brigitte Bouquet cita um excerto da obra *Les Œuvres du Moulin Vert. De l'Assistance Éducative à l'Organisation Familiale*, de Henry Deroy, publicada pela Œuvres du Moulin Vert, Paris, em 1927, p. 139.

Os professores leccionavam quase sempre em regime de gratuidade, pela convicção da utilidade da formação social. O ensino do serviço social propriamente dito era apanágio dos próprios fundadores ou de mulheres por eles escolhidas, carismáticas e determinadas, que marcaram profundamente as primeiras gerações de assistentes sociais. Foram vários os fundadores que escreveram textos basilares à formação ministrada nas escolas. O abade Viollet, por exemplo, editou em 1931 o livro *Petit Guide du Travailleur Social. Formation Morale et Méthodes d'Action*. Por sua vez, a École Normale Sociale expôs a sua pedagogia de ensino na introdução da obra *Commentaire Pratique de l'Encyclique Rerum Novarum sur la Condition des Ouvrières. Questions & Réponse*, publicada no mesmo ano. Já os trabalhos solicitados aos alunos consistiam, na sua maioria, em relatórios de estágio, questionários sobre uma família, ou monografias sobre um problema ou uma obra social (cf. Bouquet, 1995: 30-32; Bouquet [et al.], 1995: 13-15; Rater-Garcette, 1995: 39-43).

Nos primeiros tempos, o público destas escolas não pretendia seguir uma carreira social. O objectivo era formar as pessoas que actuavam benevolamente em obras sociais, ou então preparar mulheres para a liderança de movimentos católicos. A I Guerra Mundial mostrou-se decisiva no processo de profissionalização do serviço social em França, à semelhança do que aconteceu noutros países. As mulheres da burguesia depararam-se com a miséria e o sofrimento social, fazendo despertar nelas o desejo por uma carreira social. Noutros casos, o acesso a um trabalho remunerado passou a ser condição essencial para garantir a subsistência. Progressivamente, as escolas francesas passaram a distinguir entre a preparação de benévolas para o seu “dever social”, e a de mulheres interessadas em prosseguir uma carreira social remunerada. As primeiras eram auditoras livres ou então assistiam a conferências generalizadas, enquanto as segundas prosseguiram uma formação mais extensa e pautada por várias exigências, tais como, horários lectivos, controlo de assiduidade e momentos de avaliação (cf. Bouquet [et al.], 1995: 12-15).

O primeiro mapeamento geral do ensino em serviço social foi realizado em 1928, durante a primeira edição da International Conference of Social Work, em Paris²⁰², em que estiveram

²⁰² A caracterização das escolas feita em seguida baseia-se em dois estudos (cf. Bouquet, 2000: 5-16; Bouquet, 1988: 195-202), elaborados a partir das actas da conferência internacional de serviço social de 1928.

presentes cento e onze escolas de serviço social²⁰³. Todas as escolas presentes elaboraram um relatório a partir do mesmo esquema orientador, o que facilitou e enriqueceu as discussões, pois o referencial propiciou elementos de comparação internacional.

«Variété et hétérogénéité, telles sont les caractéristiques de l'organisation des écoles de service social» (Bouquet, 1988: 200). A organização das escolas era muito diversificada, o que se explica pela natureza e estruturação dos diferentes países em termos de sociedade, cultura, sistemas de ensino, e problemas sociais e económicos existentes. Foram identificados três grupos distintos de escolas, a partir do seu enquadramento legal: as que dependiam de obras confessionais (situação recorrente em muitos países) e de iniciativas do movimento operário (sobretudo em países socialistas); as integradas no ensino universitário (a maioria, em países anglo-saxónicos); e as de natureza autónoma (sobretudo na Europa, designadamente em França, Bélgica, Holanda e Suíça). Alguns países admitiam vários tipos de enquadramento legal, existindo ainda as situações de subvenção pública.

A duração média dos estudos situava-se nos dois anos, variando consoante o país e a formação prévia de cada aluno. Em certos casos, como no caso da Alemanha, podia atingir os três anos. Pelo contrário, países como a Polónia, no caso das “elites”, ou a Grã-Bretanha, para estudantes com diploma universitário, havia lugar à dispensa de disciplinas ou à redução da duração do curso. A discussão gerada na conferência revela, pela generalidade das escolas, o desejo de estender a duração dos estudos, devido ao número de disciplinas que seria desejável leccionar, e à complexidade das aprendizagens a adquirir.

No processo de selecção dos candidatos, eram poucos os critérios comuns às escolas, à excepção da idade mínima requerida, situada em média nos dezoito anos. Incluíam-se no conjunto variável de critérios: exame médico para verificar as apetências físicas e a integridade psíquica; nível de instrução; qualidades pessoais; abertura de espírito; maturidade, muitas vezes avaliada por testes ou sustentada por cartas de recomendação; e ainda experiência prática anterior. O debate ocasionado, em 1928, mostra a preocupação na procura de um equilíbrio entre laxismo e condições de admissão demasiado exigentes.

²⁰³ As 111 escolas estavam distribuídas da seguinte maneira: Alemanha (36); Estados Unidos da América (23); Grã-Bretanha (11); Bélgica (8); França e Áustria (6); Holanda (4); Suécia e Suíça (3); Canadá, Checoslováquia e Hungria (2); Chile, China, Índia, Noruega e Polónia (1) (cf. Bouquet, 2000: 7).

A questão dos cursos “mistos” esteve sempre na ordem do dia. O serviço social era unanimemente reconhecido como um domínio feminino. Os homens candidatos a esta profissão eram poucos, atingindo no máximo 9% do total de alunos em algumas escolas. A única razão para tal, oficialmente evocada, era a ligação próxima de certas escolas ao ensino *ménager* (doméstico), ou à formação de enfermeiras e educadoras de infância, o que tinha contribuído para afastar os homens, visto serem campos de acção tradicionalmente reservados às mulheres. Bouquet (2000: 9-10; 1988: 199-200) salienta que outras interpretações podem ser consideradas, como o facto do ensino misto não ser um objectivo realmente pretendido. Se em certos países, como na Alemanha, foram criadas escolas distintas para homens e mulheres, segundo uma divisão sexista de funções no seio do serviço social, na maioria dos países havia o desejo feminista implícito de salvaguardar para as mulheres a conquista de um trabalho que lhes concedia alguma autonomia. Solitário na conferência, os Estados Unidos da América foi o único que argumentou verdadeiramente a favor da coeducação dos sexos.

«Le service social est-il seulement un métier se caractérisant alors essentiellement par ses techniques ou une profession comportant en outre tout un savoir, une éthique, un statut, le tout au service d'une noble cause, de bien de l'humanité?» (Bouquet, 2000: 10; 1988: 200). A maioria das escolas concordou tratar-se de uma profissão, ainda que em processo de construção. Mais tumultuoso foi o debate sobre a existência de um saber específico do serviço social. «Faut-il construire un savoir spécifique ou l'extraire des sciences sociales? Et même, dans ce dernier cas, un autre choix resterait à opérer: ces sciences sociales seraient-elles au bénéfice du service social ou constitueraient-elles, par elles-mêmes, la trame essentielle de la formation?» (Bouquet, 2000: 10; 1988: 202). A maior parte das intervenções manifestou vontade de construir um saber autónomo, por duas razões: se o serviço social se limitasse a extrair conhecimento das ciências sociais teria que as dominar a todas, o que seria impossível; por outro lado, as teorias sociais propunham-se mais à abstracção, do que propriamente à intervenção nas realidades complexas e dinâmicas com que lidava o serviço social. Porém, havia consciência que a sistematização de um conhecimento próprio seria projectada no tempo, pois o ensino do serviço social estava já muito dependente das recém-emergidas ciências sociais e humanas.

O ensino teórico era muito diversificado, indo desde as noções introdutórias até ao aprofundamento metuculoso de algumas áreas do saber. As disciplinas comuns a todas as escolas de serviço social eram a economia política, a administração económica e social, a legislação social, a psicologia e a higiene. Algumas matérias mais peculiares eram leccionadas em alguns países, como era o caso da Bélgica e da Holanda: ensino *ménager* (doméstico); trabalhos manuais; ou ainda técnicas de arquivística. Os países anglo-saxónicos, com serviços de saúde e também escolas de enfermagem mais desenvolvidas, e onde a distinção entre profissões médicas e sociais era mais incisiva, eram os que atribuíam menos peso aos ensinamentos médicos e de higiene.

Sobre o ensino do serviço social propriamente dito, as escolas atribuíam maior ênfase ao serviço social de caso, em detrimento do serviço social colectivo, o que não é de estranhar, já que o segundo era uma realidade ainda em vias de desenvolvimento e sistematização. Da conferência internacional de 1928 resultou, inclusive, uma definição de serviço social de caso: «[...] un mouvement basé sur la compréhension des relations et des réactions humaines [...]», que tinha por objectivo «[...] favoriser la vie sociale de la collectivité en donnant à l'individu, comme membre d'une famille, l'occasion de développer sa personnalité par des adaptations consciemment effectuées entre lui-même, ses semblables et leur milieu social commun» (Bouquet, 1988: 204).

No âmbito da organização teórica e prática dos cursos, foram várias as questões que se levantaram: a repartição dos horários; o perfil dos professores; os locais de exercício da prática; entre outros. O tempo consagrado ao trabalho prático ia desde um terço, até metade do total dos estudos, consoante as escolas. Para além dos momentos privilegiados de estágio, em que os alunos se confrontavam com a realidade social e profissional, o trabalho prático também comportava visitas a instituições sociais, e palestras proferidas por assistentes sociais com reconhecida experiência de trabalho.

A questão das especializações também foi debatida: «[...] sont-elles souhaitables et dans l'affirmative, lesquelles et quand?» (Bouquet, 2000: 14). O mais comum era as escolas proporcionarem uma formação geral no primeiro ano de estudos, e abordarem as especializações no segundo ano. Aquelas eram consideradas uma extensão do serviço

social, como resposta ao surgimento de instituições sociais em novos domínios da vida moderna. Os conferencistas anuíram na criação de especializações para o serviço social consoante as necessidades específicas de cada país, por exemplo, no meio rural (França), no sector da indústria e na área da infância (Bélgica), na educação de adultos e da juventude operária (Polónia), e na higiene mental (Estados Unidos da América).

O emprego e a remuneração não foram temas ignorados pela conferência. Na década de 1920, encontrar um emprego não parecia difícil aos assistentes sociais dos diferentes países, embora a remuneração estivesse longe de ser equiparada. Dois motivos explicam a situação de disparidade salarial: a concepção idealista de alguns assistentes sociais; e as possibilidades económicas e financeiras das entidades empregadoras. Algumas antigas alunas tinham escolhido exercer o serviço social de forma benévola, numa proporção que as escolas avaliavam, em média, entre 5 a 10%, embora a percentagem estivesse a diminuir. Quanto ao salário, variava consoante o empregador. Em alguns países, o sector público atribuía os melhores salários, enquanto as obras particulares ofereciam uma remuneração inferior, em função dos seus modestos recursos e/ou porque não acreditavam na utilidade da formação profissional dos seus colaboradores. Uma outra interpretação, que não foi enunciada pelos participantes na conferência, é adiantada por Bouquet (2000: 16; 1988: 212): «[...] la féminisation du service social expliquerait également le faible salaire».

3.2 A Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS) e as conferências internacionais «*neutres*» de serviço social (ICSW)

A primeira conferência internacional de Serviço Social, ICSW²⁰⁴, realizada em Paris no ano de 1928, ocorre no contexto posterior à I Guerra Mundial, não sendo, porém, a primeira conferência internacional sobre os problemas sociais. De certa maneira, ela

²⁰⁴ A designação original da conferência é, em língua inglesa, International Conference of Social Work, pelo que a sua menção ao longo deste trabalho será feita pela sigla ICSW. Em 1967, a ICSW alterou o nome para International Council on Social Welfare, conservando a mesma sigla. Actualmente, o ICSW promove regularmente conferências internacionais sobre bem-estar social e desenvolvimento social, em parceria com a International Association of Schools of Social Work (IASSW) e a International Federation of Social Workers (IFSW). Mais informação sobre a ICSW pode ser encontrada em www.icsw.org.

inscreve-se na tradição dos congressos internacionais sobre caridade e assistência, mas também de economia social. É provável que o primeiro encontro internacional focado no “social/assistencial” tenha sido, segundo Vieira (1982: 17-19), o Erste Internationale Gefängnis-Kongress (I Congresso Internacional sobre as Prisões), realizado na cidade de Frankfurt, em 1846. Já em 1889 ocorre em Paris o I Congrès International d’Assistance Publique et de Bienfaisance Privée. Em 1925, na cidade de Flessingue, Holanda, tem lugar o Congrès International du Service Social du Travail, e no mesmo ano, em Milão, realiza-se uma conferência internacional católica de serviço social. Mas só em 1928, com a I ICSW, assiste-se à primeira conferência internacional “neutra”²⁰⁵ sobre o serviço social.

A conferência internacional de serviço social marca uma etapa singular na história da cooperação técnica entre as nações:

«Les experts y prennent leur première revanche sur les diplomates. A la différence des conférences internationales sanitaires, où les Etats demeuraient seuls maîtres des objectifs et des méthodes de travail, les conférenciers de 1928 se refusent à confondre le cadre *national* avec les *structures gouvernementales*; on ne cherche pas à négocier, mais à faire travailler en commun experts et spécialistes de terrain de tous pays. La coopération internationale, sociale et technique, s’est voulue en 1928 émancipée de la coopération interétatique» (Zylberman, 1988: 256).

Nos estatutos da conferência fica explícito, inclusive, que esta não assume qualquer carácter governamental, político ou religioso, e que a sua finalidade é facilitar o estabelecimento de relações pessoais, contribuir para a difusão de informações, e permitir a troca de perspectivas entre assistentes sociais e organizações de serviço social de todo o mundo (cf. *Vie Sociale*, 1988: 237-239).

As actas da primeira ICSW narram como surgiu a iniciativa de organizar uma conferência desta natureza²⁰⁶. A ideia partiu de um grupo de assistentes sociais europeus e japoneses que foram convidados a participar na National Conference of Social Work norte-

²⁰⁵ A problemática em torno da expressão “neutra”, atribuída pela Union Catholique Internationale de Travail Social à primeira ICSW, e seguintes, será objecto de discussão mais adiante, neste subcapítulo.

²⁰⁶ Cf. (1928) *Première Conférence Internationale du Service Social. Paris, 8-13 juillet 1928*, volume I, Paris: 2, Avenue Velasquez, pp. 7-9 (L’organisation de la conférence internationale du service social et de la quinzaine sociale internationale). L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

americana, em 1919 (Atlantic City) e em 1923 (Washington)²⁰⁷. Na primeira dessas conferências, é realizada uma proposta pela médica francesa Clotilde Mulon, membro do Conseil Supérieur de Protection de l'Enfance, que é depois retomada pelo médico belga René Sand, numa carta enviada em 1923 à norte-americana Julia Lathrop, directora do United States Children's Bureau. Fruto dessa carta, Homer Folks, presidente da 50th National Conference of Social Work (1923, Washington), convida René Sand a expor o seu projecto diante dos conferencistas, tendo este sido aprovado pelo comité executivo da conferência, com o apoio da American Association of Social Workers²⁰⁸. Em 1924, o comité executivo da 51st National Conference of Social Work (Toronto) decide cooperar na organização de uma conferência internacional de serviço social, e nomeou uma comissão provisória para esse fim, presidida por René Sand. O mesmo projecto foi apresentado pelo médico belga à Ligue des Sociétés de la Croix Rouge²⁰⁹, onde assumia funções de secretário-geral, tendo obtido o seu apoio em meados de 1925.

Em Setembro de 1926 tem lugar em Paris, na sede da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, uma reunião da comissão provisória da conferência internacional de serviço social, que contou com o apoio financeiro da Russell Sage Foundation. Dezassete países, distribuídos pela Europa, Ásia e América, fizeram-se representar na reunião, bem como o secretariado da Société des Nations (secção das questões sociais), o Bureau International

²⁰⁷ Realizada pela primeira vez em 1874, nos Estados Unidos da América, a National Conference for Charities and Correction viu a sua designação alterada em 1917 para National Conference of Social Work. Foi neste mesmo evento que em 1897, na cidade de Toronto, Mary Ellen Richmond fez a sua célebre comunicação "The need for a training school in applied philanthropy".

²⁰⁸ A National Social Workers' Exchange, fundada em 1917, viu a sua designação alterada para American Association of Social Workers em 1921. Foi uma de sete organizações que, em 1955, convergiram para formar a National Association of Social Workers (NASW). Mais informação sobre a história desta associação norte-americana pode ser encontrada em www.socialworkers.org.

²⁰⁹ A Cruz Vermelha nasceu em 1863, em Genebra, com a criação do Comité International de Secours aux Militaires Blessés, que mais tarde originou o Comité International de la Croix-Rouge (1876). A federação internacional foi fundada em 1919, em Paris, logo após a I Guerra Mundial. A guerra mostrara a necessidade de uma estrita colaboração entre as sociedades da Cruz Vermelha que, através das suas intervenções humanitárias em favor dos prisioneiros de guerra e dos combatentes, tinham recrutado milhões de voluntários e adquirido um *savoir-faire* considerável. A Europa, devastada, não se podia permitir a perder tal recurso. Foi Henry Davison, presidente do American Red Cross War Council, quem primeiro propôs o reagrupamento das várias sociedades nacionais numa federação. Em 1919 é criada a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, com sede em Paris, tendo como países fundadores os Estados Unidos da América, a França, a Inglaterra, a Itália e o Japão. O seu objectivo era agrupar as sociedades da Cruz Vermelha que já existiam e promover a criação de novas sociedades, a fim de empreender acções de melhoria das condições de saúde, sobretudo das populações mais atingidas pelos quatro anos de guerra. Em 1983 a sua designação é alterada para Ligue des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge, sendo conhecida desde 1991 como Fédération Internationale des Sociétés de la Croix-Rouge et du Croissant-Rouge. Mais informação sobre a história desta organização internacional pode ser encontrada em www.ifrc.org.

du Travail, o Institut International de Coopération Intellectuelle, a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, o comité permanente do Congrès International d'Assistance Publique et Privée, a Union International de Secours aux Enfants, o International Migration Service, o Commonwealth Fund, o Laura Spelman Rockefeller Fund, o Milbank Memorial Fund, e a Rockefeller Foundation. A comissão provisória deu lugar a um comité, presidido pela socióloga checoslovaca Alice Masaryková, e com René Sand no cargo de secretário-geral. O comité incentivou a criação de comissões nacionais, tendo em vista a organização e participação dos diversos países, e elaborou o regulamento e o programa da conferência, decidindo que esta se realizaria simultaneamente ao Congrès International d'Assistance Publique et Privée.

A Association Internationale pour la Protection de l'Enfance, a Union Internationale pour la Protection de l'Enfance du Premier Âge, a Union Internationale de Secours aux Enfants e a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge decidem, por sua vez, organizar em conjunto um congresso internacional de protecção à infância. Em Novembro de 1926 fica acordado a realização em Paris, na primeira metade do mês de Julho de 1928, de uma Quinzaine Social Internationale, contemplando o Congrès International de la Protection de l'Enfance, o Congrès International d'Assistance Publique et Privée, e a International Conference of Social Work. Por fim, em Junho de 1927, o comité de organização da conferência decidiu associar ao evento o Congrès International de l'Habitation et de l'Aménagement des Villes, e ainda uma exposição internacional de habitação e de progresso social²¹⁰.

A primeira ICSW foi organizada em cinco secções: organisation générale du service social; enseignement du service social; méthodes du service social des cas individuels; service social et industrie; e service social et hygiène sociale. Os conferencistas inscreviam-se numa única secção, podendo partilhar a sua perspectiva sobre os temas que aí fossem

²¹⁰ O Congrès International de l'Habitation et de l'Aménagement des Villes viu a sua 11.ª edição decorrer entre 2 e 8 de Julho de 1928. As sessões anteriores tiveram lugar em Paris (1913), Londres (1914), Bruxelas (1919), Londres (1920 e 1922), Gotemburgo (1923), Amesterdão (1924), Nova Iorque (1925) e Viena (1926). Por sua vez, o Congrès International d'Assistance Publique et Privée teve a sua 6.ª edição de 5 a 7 de Julho de 1928, tendo as sessões anteriores sido realizadas em Paris (1889), Genebra (1896), Paris (1900), Milão (1906) e Copenhaga (1910). Já o Congrès International de la Protection de l'Enfance e a International Conference of Social Work tiveram a sua primeira edição na Quinzaine Sociale Internationale de 1928, entre 8 e 12 de Julho, e de 8 a 13 de Julho, respectivamente. Cf. (1928) *Première Conférence Internationale du Service Social. Paris, 8-13 juillet 1928*, volume I, Paris: 2, Avenue Velasquez, pp. 10-12. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

apresentados. Cada secção comportava ainda uma sessão plenária, aberta a todos os participantes na conferência, cujo figurino não contemplava espaço para o debate²¹¹.

Para além da França, os Governos de trinta e nove países nomearam uma delegação oficial para se fazerem representar na Quinzaine Sociale Internationale. Apenas dois países estiveram presentes no evento sem uma delegação oficial: Lituânia e Portugal. A Société des Nations, o Bureau International du Travail, o Institut International de Coopération Intellectuelle, e a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge também enviaram uma delegação, bem como as sociedades da Cruz Vermelha de vinte e oito países. A International Conference of Social Work contou com 2.481 participantes, vindos de quarenta e dois países²¹², sendo apenas dois os portugueses presentes: o Marques de Faria, delegado pela Cruz Vermelha Portuguesa; e o médico José Pereira Amado.

António de Portugal de Faria (1868-1937), mais conhecido pelo título de Marquês de Faria, foi segundo visconde de Faria. Assumiu o cargo de cônsul de Portugal em vários países, e desempenhou funções de delegado na Alliance Scientifique Universelle, em Paris. Pertenceu a numerosas colectividades científicas, entre as quais o Instituto de Coimbra, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, e o

²¹¹ Palestras proferidas nas sessões plenárias da conferência: 1.ª Secção – Organisation Générale du Service Social: Définition et progrès du service social; Le service social international; Sociologie descriptive et service social. 2.ª Secção – Enseignement du Service Social: Les systèmes d’enseignement du service social; La contribution des diverses sciences au service social; Comment alimenter chez les travailleurs sociaux l’idéal que la transformation du service social en une tend à affaiblir?; L’enseignement d’une morale professionnelle aux assistants du service social. 3.ª Secção – Méthodes du service social des cas individuels: Lé développement du service social des cas individuels; La famille et le service social des cas individuels; Les relations du service social des cas individuels avec l’assurance publique contre le chômage; Action sociale en masse et action sociale individuelle. 4.ª Secção – social et industrie: Les relations du service social public et du service social privé dans l’industrie; Les relations de l’inspection du travail et du service social; Le service social dans l’industrie; Les recherches sociales et l’industrie. 5.ª Secção – Service social et hygiène sociale: Les démonstrations d’hygiène et les progrès sociaux; L’enseignement populaire de l’hygiène; L’apport des organisations sociales à l’hygiène. Cf. (1928) *Première Conférence Internationale du Service Social. Paris, 8-13 juillet 1928*, volumes I, II, III, Paris: 2, Avenue Velasquez. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

²¹² Número de participantes na Conférence Internationale de Service Social, por ordem decrescente de importância: França (1.084); Estados Unidos da América (279); Alemanha (225); Polónia (138); Bélgica (130); Grã-Bretanha (106); Itália (65); Suíça (60); Chile (53); Checoslováquia (39); Uruguai (33); Hungria (27); Argentina (24); Áustria (23); Japão (21); Holanda (20); Canadá (16); Suécia (15); Finlândia (13); Dinamarca (10); Bulgária, Espanha e URSS (9); Grécia (8); Estónia e Luxemburgo (7); Letónia (6); Egipto e Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos (5); Peru e Turquia (4); Brasil, Lituânia, Noruega, Roménia e Venezuela (2); África do Sul e Portugal (2); Austrália, Equador e São (1). Cf. (1928) *Première Conférence Internationale du Service Social. Paris, 8-13 juillet 1928*, volume I, Paris: 2, Avenue Velasquez, pp. 12-13, 16-17 (Patronages officiels), 140. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

Conselho Heráldico de Portugal²¹³. Foi ainda sócio e benemérito da Cruz Vermelha Portuguesa, tendo sido por várias vezes convidado a representar aquela organização em conferências internacionais²¹⁴. O facto do Marquês de Faria ter residência permanente em Paris é significativo, já que a proximidade geográfica a várias capitais europeias influenciou certamente na sua recorrente escolha para o papel de embaixador português²¹⁵.

Em Fevereiro de 1928, o comité de organização da primeira International Conference of Social Work endereça à Cruz Vermelha Portuguesa uma carta assinada por René Sand, dando a conhecer o programa da conferência. Informa ainda sobre as comissões nacionais que já se haviam criado, com o objectivo de organizar a participação dos vários países na Quinzaine Sociale Internationale, e exorta a Cruz Vermelha Portuguesa a seguir o mesmo caminho:

«J'espère que ces considérations vous paraîtront de nature à justifier une intervention de votre société nationale de la Croix-Rouge, qui pourrait soit prendre l'initiative de créer un comité semblable dans votre pays, soit participer à cette création. [...] En s'associant à d'autres organisations publiques et privées pour préparer votre participation nationale, votre Croix-Rouge rehausserait encore le prestige dont elle jouit et rendrait un nouveau service au progrès social»²¹⁶.

Talvez pela escassez de tempo que mediou entre a recepção desta carta e a realização da Quinzaine Sociale Internationale, o facto é que a Cruz Vermelha Portuguesa não chegou a

²¹³ Nota biográfica elaborada a partir da “história administrativa/biográfica/familiar” do Fundo “Marquês de Faria”, em depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com o código de referência PT/TT/MFR. Este fundo não se encontra organizado arquivisticamente. Pesquisa efectuada em <https://digitarq.arquivos.pt>.

²¹⁴ Em sessão ordinária da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa foi aprovada por unanimidade a proposta de convidar o Marquês de Faria para representar aquela organização: na conferência internacional especial da Cruz Vermelha, em Novembro de 1926, Berna (sessão de 9/8/1926); numa reunião da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, em Julho de 1927, Genebra (sessão de 14/3/1927); na XIII.^a conferência internacional da Cruz Vermelha, em Outubro de 1928, Haia (sessão de 13/2/1928); entre outros. Cf. Actas da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa, 11/1/1926 a Dezembro 1929, pp. 18-19, 39-40, 63-64; Copiador de Cartas-Geral, Livro n.º 49 (1926), p. 477 / Livro n.º 50 (1926), pp. 99, 149 e 373 / Livro n.º 52 (1927), pp. 141 e 356. L.d.: Cruz Vermelha Portuguesa – Biblioteca e Arquivo Histórico (Lisboa). A Cruz Vermelha Portuguesa foi fundada em 1865, pelo médico e também representante de Portugal na assinatura da primeira Convenção de Genebra (1864), José António Marques (cf. Marques, 2000: 23-25).

²¹⁵ Entre 1926 e 1928, a correspondência remetida pela Cruz Vermelha Portuguesa ao Marquês de Faria é endereçada à 59, avenue Victor-Hugo, situada numa zona nobre de Paris.

²¹⁶ Correspondência da LSCV com a CVP – Dossier LSCV II (1928-1931), ofício com entrada n.º 2.957, de 18/2/1928. L.d.: Cruz Vermelha Portuguesa – Biblioteca e Arquivo Histórico (Lisboa).

constituir uma comissão nacional em parceria com outras organizações, fazendo-se representar unicamente pelo seu habitual delegado no estrangeiro, o Marquês de Faria²¹⁷.

Sobre José Pereira Amado, não foram encontradas fontes documentais capazes de sustentar os motivos da sua presença na International Conference of Social Work. Presume-se que as motivações fossem pessoais, pois na lista de participantes da conferência o seu nome não surge associado a qualquer organização. À semelhança de outros médicos seus contemporâneos, talvez fosse um simpatizante da corrente higienista e de medicina social, que emergiu em Portugal na transição do século XIX para o século XX. Os únicos elementos biográficos recolhidos indicam que, em 1909, José Pereira Amado detinha o cargo de subdelegado de saúde de Lisboa, tendo sido nesse ano incumbido por D. Manuel II, através da Direcção Geral de Saúde e Beneficência Pública, a «[...] ir ao estrangeiro, em comissão extraordinária e gratuita de serviço público, fazer estudos e observações de hygiene fabril [...]»²¹⁸. Em Setembro de 1913, já após a Implantação da República, conservava ainda as mesmas funções²¹⁹.

A II International Conference of Social Work reuniu em Frankfurt, de 11 a 14 de Julho de 1932, e contou com mais de 1.200 participantes, oriundos de trinta e quatro países. A diminuição do número de participantes para metade, em relação à I ICSW, é justificada nas actas do evento pela depressão económica com início em 1929, e que persistiu ao longo da década de 1930. Sob o tema central “Le Service Social et la Famille”, as apresentações e os debates da segunda conferência evidenciaram os efeitos que as transformações e as perturbações do mundo moderno exerciam sobre a família, em particular o desemprego, e também os novos desafios colocados ao serviço social²²⁰. Nas conclusões da II ICSW é exigido «[...] aux pouvoirs publics une politique sociale qui, basée sur des données scientifiques, ne se contenterait pas de soulager la détresse, mais préviendrait les maux

²¹⁷ Na Biblioteca e Arquivo Histórico da CVP (Lisboa) não existe nenhum documento que explique o motivo pelo qual o Marquês de Faria foi escolhido para representar a Cruz Vermelha Portuguesa na Quinzaine Sociale Internationale. Presume-se, porém, que a escolha foi feita por ser o representante habitual daquela organização no estrangeiro, pelo menos entre 1926 e 1928.

²¹⁸ Cf. Diário do Governo n.º 161, Série I, de 22/07/1909, p. 486.

²¹⁹ Cf. Diário do Governo n.º 225, Série I, de 25/09/1913, p. 3617.

²²⁰ Cf. (1933) *Seconde Conférence Internationale du Service Social. Frankfurt am Main, 10-14 juli 1932*, Karlsruhe (Baden): Verlag G. Braun, pp. XI-XVI (Préface). L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

menaçant la famille, et assurerait à celle-ci un développement normal et harmonieux»²²¹. Em 1932, Portugal esteve representado na conferência apenas pelo Marquês de Faria, novamente mandatário da Cruz Vermelha Portuguesa²²².

A III ICSW contou com uma interpelação de Marie-Thérèse Lévêque, então directora técnica do Instituto de Serviço Social, e única representante de Portugal naquele evento, episódio a abordar mais adiante, na tese²²³. De momento, fica a informação que esta edição da conferência teve lugar em Londres, no ano de 1936²²⁴. A realização da IV ICSW esteve prevista para 1940, em Bruxelas, mas a II Guerra Mundial veio protelar o evento para 1948, por ocasião da 75th National Conference of Social Work norte-americana, nas cidades de Atlantic City e Nova Iorque²²⁵.

Em 1925, na Bélgica, nasce um projecto para agregar todas as escolas católicas de serviço social numa federação. A iniciativa parte de Victoire Cappe, fundadora do movimento social católico feminino belga, e de Maria Baers, sua colaboradora²²⁶, em concertação com Isidore Maus, o então presidente do Conseil des Écoles de Service Social, e director-geral do Ministério da Justiça, em Bruxelas. O projecto surge como reacção às tentativas para promover uma reunião com assistentes sociais de todas as nações, que vinham sendo feitas na National Conference of Social Work norte-americana desde 1919, e que culminaram,

²²¹ *Ibidem*: p. XIV.

²²² Cf. *ibidem*, p. 760.

²²³ Matéria a ser tratada no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado», pp. 240-264.

²²⁴ Cf. (1938) *Troisième Conférence Internationale du Service Social. Londres, 12-18 juillet 1936*, London: Le Play House Press, p. 663. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

²²⁵ Cf. [s.d.] *Proceedings. Fourth International Conference of Social Work. Atlantic City, N.J., April 17-21 1948. New York, N.Y., April 24-25 1948*, não editado. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

²²⁶ Victoire Cappe (1886-1927) foi marcada pelo pensamento do democrata cristão Antoine Pottier e seus sucessores, e pelas iniciativas sindicais femininas de Marie-Louise Rochebillard, em Lyon. Em 1907 fundou em Liège um sindicato autónomo das trabalhadoras da costura que, nos anos seguintes, se tornou o núcleo de toda uma rede de obras femininas de carácter social e profissional. Em 1912 torna-se a primeira directora do Secrétariat Général des Unions Professionnelles Féminines Chrétiennes, fundada sob a sua iniciativa, a partir do modelo do Secrétariat Général des Unions Professionnelles Chrétiennes do padre Georges-Ceslas Rutten. Pouco tempo depois, vem a partilhar a direcção com Maria Baers (1883-1959), responsável pela parte flamenga do país. Em colaboração com Maria Baers, e com o apoio de Victor Brants (1856-1917), professor da faculdade de direito na Université Catholique de Louvain, Victoire Cappe promoveu cursos temporários de formação social e religiosa para mulheres, entre 1916 e 1919. Estes deram lugar, em 1920, à fundação de uma instituição permanente, a École Normale Sociale Catholique, cuja designação foi alterada em 1922 para École Social Catholique e, após 1930, para École Catholique de Service Social (cf. Keymolen, 2001: 11, 457; Zelis, 2000: 52-55).

em 1924, na decisão de organizar a primeira conferência internacional de serviço social, conforme anteriormente abordado.

Em Abril de 1925, Victoire Cappe e Maria Baers enviam uma carta circular às escolas, associações profissionais e organizações femininas católicas, convidando-as para uma primeira reunião da Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS), a ter lugar em Milão, de 17 a 19 de Outubro²²⁷. A criação de uma associação internacional católica, afirmavam, não devia ser adiada por mais tempo, caso contrário, escolas e profissionais católicas podiam, no entanto, aderir à organização “neutra”. Assumem então como missão «[...] montrer que le véritable service social est basé sur la doctrine catholique et la charité chrétienne: l’amour du Christ et de tous les hommes dans le Christ»²²⁸.

A conferência de Milão, presidida por Isidore Maus, prestou-se a estudar as questões de ordem científica e prática sobre o serviço social à luz dos princípios católicos, a coordenar os programas das escolas sociais católicas mediante directivas gerais, e a promover a fundação de novas escolas sociais católicas²²⁹. Vinte escolas, de oito países, fizeram-se representar por um delegado e/ou enviaram um relatório sobre o seu funcionamento²³⁰. A Union Internationale des Ligues Féminines Catholiques, a Association Catholique Internationale des Œuvres de Protection de la Jeune Fille, e várias organizações católicas italianas, suíças, belgas, francesas, espanholas, polacas, húngaras, checoslovas, norte-americanas e chinesas, também se fizeram representar. O cardeal arcebispo de Milão

²²⁷ Foi efectuada pesquisa documental no Fundo UCISS, depositado no Centre d’Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire (CARHOP), em Bruxelas. Esse fundo não integra, porém, documentação anterior à primeira reunião da UCISS, realizada em Outubro de 1925. Para o efeito, recorreu-se a uma fonte secundária, designadamente, o estudo biográfico de Victoire Cappe elaborado por Keymolen (2001).

²²⁸ Keymolen (2001: 354), a partir de “KADOC, Fond CSVW, n.º 309: les lettres réponses à l’invitation imprimée; *Ibidem*, lettre d’I. Maus au prêtre Francis Lebuff (*Fordham University, School of Social Service, New-York*), datée du 22/07/1925”, em que as abreviaturas KADOC e CSVW correspondem, respectivamente, a Katholiek Documentatie- en Onderzoekscentrum, e Christelijke Sociale Vrouwenwerken.

²²⁹ Cf. UCITS (1925), *Les Écoles Sociales Catholiques. Première conférence de l’Union Catholique Internationale de Travail Social à Milan, les 17, 18 et 19 octobre 1925*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot, p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288. Salvo indicação em contrário, a descrição da conferência de Milão (1925), realizada em seguida, é feita com base nesta fonte documental.

²³⁰ Cf. *ibidem*, pp. 13-14 (Délégués des Différentes Écoles Sociales). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288 & *Vide* Anexo H: “Union Catholique Internationale de Service Social. 1^{re} conférence. Milan 17-19 octobre 1925” – quadro comparativo das escolas sociais católicas, por país. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 289. Neste último documento constam as escolas que enviaram um relatório sobre o seu funcionamento. Número de escolas que se fizeram representar na conferência (presencialmente e/ou através de um relatório), por país: Alemanha (6); Bélgica (4); Estados Unidos da América, França e Holanda (2); Áustria, Canadá e Suíça (1).

também enviou um delegado, assim como a Société des Nations (secção das questões sociais) e o Bureau International du Travail.

A par da apresentação dos relatórios sobre o funcionamento das diferentes escolas, que ocasionou um concorrido debate, Aimée Novo, directora da École Normale Sociale, Paris, fez uma exposição sobre o ensino teórico. Por sua vez, Maria Offenberg, directora da Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina) de Aix-la-Chapelle, e o padre Jules Perquy, director da École Centrale Supérieure pour Ouvriers Chrétiens, em Lovaina, discursaram sobre os aspectos práticos da formação. A disparidade verificada na duração dos estudos, nos conteúdos e na metodologia de ensino, fez com que a hipótese de criar um programa geral de ensino, aplicável a todas as escolas, deixasse de fazer sentido²³¹.

Os relatórios das escolas, discutidos na conferência, mostram que a intervenção do auxiliar social²³² podia ser mais dirigida ao indivíduo, ou então à própria sociedade:

«Quand elle s'adresse à l'individu, c'est pour le secourir et le soulager et le pourvoir de ce qui lui est nécessaire. C'est aussi pour accomplir auprès de lui une œuvre morale en essayant de le corriger, de l'éduquer ou de le perfectionner. Elle vise des cas particuliers et accorde un secours immédiat. Elle atteint aussi une fin sociale éloignée en poursuivant l'amélioration des individus et leur reclassement dans la société. Quand elle tend à agir directement sur la société, c'est par les causes sociales qu'elle agit pour corriger les désordres sociaux, source de misères individuelles, et prévenir celles-ci; pour améliorer les conditions sociales générales; pour établir enfin un ordre social conforme à l'ordre naturel et chrétien et favorable à la prospérité humaine»²³³.

A assembleia conclui que o objectivo das escolas sociais católicas é formar auxiliares sociais competentes para intervir junto do indivíduo e da sociedade, já que os dois tipos de acção se complementam. Na maioria das escolas, porém, a formação permanecia centrada na assistência individual. Poucas eram as que preparavam os alunos para o envolvimento em projectos de reconstrução social, tão necessários, sustenta a audiência, na organização do movimento operário católico. Entre as dezassete escolas que elaboraram relatório sobre

²³¹ Vide Anexo H.

²³² À luz da conferência, a designação “auxiliar social” é atribuída às assistentes sociais diplomadas por uma escola social, ou outra instituição que confira uma formação equivalente.

²³³ UCITS (1925), *Les Écoles Sociales Catholiques. Première conférence de l'Union Catholique Internationale de Travail Social à Milan, les 17, 18 et 19 octobre 1925*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: pp. 2-3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288.

o seu funcionamento, apenas uma se comprometia com ambas as vertentes de formação: a École Social Catholique, em Bruxelas, sob a direcção de Victoire Cappe e Maria Baers.

As escolas sociais católicas eram, na sua maioria, destinadas ao público feminino, sendo poucas as que ministravam cursos só para homens, ou em regime misto. A idade de admissão nunca era inferior a dezoito anos, sendo consensual entre os dirigentes das escolas que, por uma questão de maturidade pessoal e acumulação de experiência de vida, retardar a idade de entrada do aluno traria vantagens para a sua formação e desempenho no mundo do trabalho. O recrutamento fazia-se em meios sociais muito diferenciados, indo desde as classes operárias até aos círculos intelectuais, já que a partilha de vivências entre alunos era considerada uma mais-valia na sua formação social.

A duração média dos estudos era dois anos. O ensino comportava uma vertente teórica e outra prática, distribuídas de maneira diferente pelos cursos, consoante as escolas. A situação mais recorrente era a primeira parte dos estudos conferir uma formação teórica geral, como base da acção social, e a segunda parte, um ensino aplicado aos vários ramos da intervenção social, ou então a uma área específica. Em algumas escolas, como no caso da Fordham Graduate School of Social Service, Estados Unidos da América, a formação prática tinha início logo no primeiro ano. Outras havia, em que teoria e prática andavam lado-a-lado durante todo o percurso formativo, como na École Normale Sociale, em Paris, ou na Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina), em Aix-la-Chapelle.

A formação teórica compreendia o ensino da doutrina católica e das “sciences spéciales” com aplicação na acção social. O ensino doutrinal focava o dogma e a moral da teologia católica. Os conteúdos desta disciplina diferiam consoante a escola: algumas completavam a formação religiosa dos seus alunos com uma disciplina genérica de religião; outras insistiam em verdades dogmáticas, como a origem, a natureza e o fim do homem – noções que consideravam essenciais à verdadeira acção social; por fim, havia as que desenvolviam o estudo de documentos pontifícios sobre a doutrina social católica, em particular as cartas encíclicas dos Papas Leão XIII e Pio X. Não obstante o figurino adoptado, todas as escolas presentes na conferência consideravam o ensino doutrinal fundamental e «[...] indépendant d’un autre enseignement doctrinal que nous pourrions appeler particulier ou ‘de tendance’,

et qui correspondrait à un système économique, politique ou social que telle école croirait devoir mettre à la base de la formation sociale de ses élèves»²³⁴.

A discussão gerada entre conferencistas não permitiu concluir quais as vertentes doutrinárias comuns a ensinar nas escolas sociais católicas. Ainda assim, gerou-se acordo a respeito de uma orientação geral:

«[...] nous devons compléter l’instruction religieuse et morale des élèves par un cours de religion, afin qu’ils connaissent bien tout ce que l’Église enseigne concernant Dieu [...]. Il faudra également pour qu’ils connaissent la loi divine un cours de morale, comprenant, entre les principes de morale générale, la morale spéciale, individuelle et sociale, surtout dans ses applications moins connues ou méconnues dans les divers milieux où ils devront vivre et travailler. A ce cours général, devront être adjoints des cours spéciaux de déontologie professionnelle des diverses professions qu’ils devront exercer et qu’exercent les personnes là où ils feront de l’apostolat»²³⁵.

O ensino da doutrina católica é essencial na formação dos alunos, tendo em vista um plano para restaurar a ordem social. Esta ideia, que várias vezes despontou na conferência, foi reforçada por Isidore Maus no seu discurso de encerramento²³⁶: a ordem social supõe um princípio de unidade, não sendo suficiente criar obras sociais isoladas, por mero acaso, sem perceber o lugar ocupado por cada uma, as relações estabelecidas entre todas, e qual o seu objectivo comum. As escolas sociais deviam, portanto, facultar aos trabalhadores sociais os conhecimentos necessários para a compreensão dessa ordem social, o que pressupunha uma doutrina sobre o fim da sociedade. As escolas sociais católicas tinham nesse domínio um guia seguro, pois a doutrina católica considerava a natureza total do homem: material, intelectual, moral e religiosa. Ao conhecer a hierarquia das faculdades humanas e dos fins a atingir, o seu plano de restauração social conduziria, segundo era entendido, ao pleno desenvolvimento das faculdades do homem.

As “sciences spéciales” figuravam repetidas nos programas das várias escolas, destacando-se a história económica e social, a economia política, o direito, a legislação, a estatística, a psicologia e a pedagogia, a higiene, a ginástica, as técnicas administrativas, e a

²³⁴ *Ibidem*: p. 4.

²³⁵ *Ibidem*: p. 6.

²³⁶ Cf. UCITS (1925), *Discours de Clôture de la Première Conférence Internationale de Travail Social. Milan, octobre 1925*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288.

deontologia. Ainda sobre o ensino teórico, a assembleia insiste na sua estruturação tendo em vista uma aplicação prática, através de professores de alta cultura que estivessem em contacto directo com as realidades sociais.

Sobre a formação prática, em particular os estágios, a pedagogia das escolas sociais era demasiado recente para a conferência avançar com normas obrigatórias. Os participantes concordaram que os alunos com algum tipo de experiência em acção social antes do curso se destacavam dos restantes, em termos de maturidade e agilidade. Tendo em conta as possibilidades de recrutamento de cada país seria desejável, enquanto requisito de admissão no curso, a existência de um contacto prévio com a «pleine vie réelle», embora houvesse consciência que nem todos os alunos podiam satisfazer tal condição. Por último, a assembleia conclui:

«Comme nos écoles doivent former au travail social il faut apprendre aux élèves à observer les faits, à les juger dans leurs causes et dans leurs conséquences, à être objectif et d'un sens critique. Il faut surtout leur donner du sens pratique afin que dans les diverses œuvres, organisations ou emplois, ils puissent accomplir un travail utile et fécond: utile pour le but spécial poursuivi, utile à la diffusion du règne du Christ dans les âmes et dans la société, utile à l'ordre sociale chrétien»²³⁷.

Durante a conferência de Milão, em 1925, a Union Catholique Internationale de Travail Social (UCITS), a mais antiga organização internacional de serviço social, foi oficialmente criada pelos representantes das escolas sociais católicas. Os seus estatutos foram discutidos e aprovados à experiência por um ano²³⁸. Importa mencionar que durante a conferência, a expressão “service social”, proposta inicialmente para figurar na denominação da organização, foi substituída por “travail social”²³⁹. A UCITS, com sede em Bruxelas, propunha-se a: 1) desenvolver o serviço social com base na doutrina católica e na caridade cristã; 2) estudar, à luz dos princípios católicos, as questões de doutrina, e as questões científicas e práticas sobre o serviço social; 3) facilitar as relações entre as escolas sociais católicas; 4) unir os auxiliares sociais católicos de todos os países, com vista a padronizar e

²³⁷ UCITS (1925), *Les Écoles Sociales Catholiques. Première conférence de l'Union Catholique Internationale de Travail Social à Milan, les 17, 18 et 19 octobre 1925*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: p. 10. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288.

²³⁸ Cf. *ibidem*, pp. 11-13 (Procès verbal des réunions du 19 octobre; Statuts de l'Union Internationale de Travail Social).

²³⁹ Os motivos inerentes a esta alteração serão referidos adiante, a respeito do retorno à designação inicialmente proposta, Union Catholique Internationale de Service Social, que ocorreu em Abril de 1927.

apoiar a sua acção; e 5) promover a criação de escolas sociais católicas nos diferentes países. Aimée Novo, directora da École Normale Sociale, em Paris, e Maria Offenberg e Sarah Weadick, membros da National Catholic Welfare Conference²⁴⁰, com sede em Washington, formaram o primeiro núcleo da direcção da UCITS, com Victoire Cappe no cargo de secretária-geral.

A UCITS compreendia a secção de escolas sociais e a secção de associações de auxiliares sociais diplomados. Só eram admitidas escolas cujos cursos tivessem a duração mínima de um ano e exame final, que formassem técnica e moralmente os alunos para a acção social, e que tivessem sido aprovadas pela autoridade episcopal. O ensino da doutrina católica era um requisito essencial, em conformidade com os objectivos da organização. Em caso algum, as escolas de ensino “neutro” podiam afiliar-se à UCITS, mesmo quando dirigidas por figuras assumidamente católicas. Já os católicos diplomados pelas escolas “neutras” podiam ser admitidos numa associação de auxiliares sociais, caso a acção social por eles praticada fosse inspirada pela doutrina católica. As duas secções teriam reuniões e conferências simultâneas, de preferência em países onde existissem escolas católicas de serviço social.

Os estatutos definitivos foram aprovados em Novembro de 1927, com duas alterações significativas face ao documento provisório: as recém-criadas escolas sociais católicas e associações de auxiliares sociais passam a ser admitidas como membros aderentes, até reunirem todas as condições para se afiliarem como membros efectivos; e é regulamentada a secção de associações de auxiliares sociais²⁴¹. A esta última secção podiam pertencer as associações com estatutos aprovados, que agrupassem auxiliares sociais católicos, diplomados numa escola social católica ou noutra instituição com formação equivalente.

²⁴⁰ O National Catholic War Council foi a primeira organização de bispos católicos dos Estados Unidos da América, fundada em 1917, com o objectivo de recolher donativos para o cuidado espiritual dos militares durante a I Guerra Mundial. Em 1919, o Papa Benedito XV pediu aos bispos de todo o mundo para o coadjuvarem nas reformas laborais, encetadas pelo Papa Leão XII com a carta encíclica *Rerum Novarum*, em 1891. Como resposta, o episcopado norte-americano instituiu o National Catholic Welfare Council, com sede em Washington. Em 1922, o conselho de administração altera a designação para National Catholic Welfare Conference, evocando a promoção de reformas na educação, nas leis da imigração e na acção social. Actualmente, a organização existe com a denominação United States Conference of Catholic Bishops. Mais informação sobre a história desta organização norte-americana pode ser encontrada em www.usccb.org.

²⁴¹ Cf. UCISS (1927), *Statuts. Adoptés à la réunion du Comité du 25 novembre 1927 à Aix-la-Chapelle*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 1.

Orientadas pelos objectivos da UCISS²⁴², competia às associações o estudo das carreiras sociais nos respectivos países e, sobre os auxiliares sociais, a análise da sua situação económica e social, a troca de documentação e informação, e a concessão de facilidades em viagens de estudo ao estrangeiro.

A UCISS era administrada por um comité e por uma direcção. Todas as escolas sociais católicas e associações de auxiliares sociais filiadas faziam-se representar por um delegado no comité de administração, a quem competia o estudo dos programas de formação e dos métodos de intervenção relativos ao serviço social católico. O comité designava uma direcção, constituída por seis dos seus membros, que era liderada por um secretário-geral, e assistida por um conselheiro moral e um conselheiro técnico.

Após o falecimento de Victoire Cappe, em Outubro de 1927, o cargo de secretário-geral foi assumido por Maria Baers, sua amiga e colaboradora de longa data. Ao secretariado da UCISS competia todo o trabalho quotidiano daquela organização, inclusive a concretização das decisões tomadas nas conferências. Era da sua responsabilidade a elaboração e envio de questionários às escolas, que depois serviam de base aos relatórios apresentados nas conferências e em reuniões do comité de administração. O secretariado também recolhia documentação sobre as escolas sociais e os auxiliares sociais, promovia a criação de novas escolas, publicava os relatórios das conferências, as actas das reuniões e o boletim de informação, e dava a conhecer as actividades da UCISS na imprensa²⁴³.

Para a UCISS era indispensável acompanhar a actividade dos organismos internacionais, tanto católicos, como “neutros”, que com ela partilhassem objectivos semelhantes. Como tal, mantinha contacto permanente com a Société des Nations e o Bureau International du Travail, colaborando activamente em várias das suas iniciativas²⁴⁴. A UCISS estava representada no comité da Caritas Catholica, um organismo internacional de estudos e de ligação entre as organizações católicas de caridade de diversos países, fundado em 1924,

²⁴² À data da aprovação dos estatutos definitivos, 25 de Novembro de 1927, já havia sido retomada a designação inicialmente proposta: Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS).

²⁴³ Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier Documentaire. 1933”, pp. 19-20 (Le travail du secrétariat). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

²⁴⁴ Cf. *ibidem*, pp. 25-27 (Ses rapports avec la Société des Nations et le Bureau International du Travail). O documento relata vários episódios de colaboração entre a UCISS e aquelas duas organizações internacionais, de 1925 a 1932.

sendo responsável pelo secretariado permanente da secção *formatio* (formação para a acção caritativa e social). Mantinha também relações com a Union Internationale des Ligues Féminines Catholiques, fundada em 1910, com o objectivo de estabelecer a união entre as associações femininas católicas de todo o mundo²⁴⁵.

Em 1925, após a conferência de Milão, a ainda designada UCITS e a Union Internationale des Ligues Féminines Catholiques uniram esforços na criação de escolas sociais católicas, numa resolução elucidativa do papel atribuído à mulher católica na sociedade:

«Considérant qu'il est souhaitable que la paix sociale soit assurée par une organisation de la société basée sur les principes de la doctrine catholique; que la femme catholique est de plus en plus appelée à remplir un rôle dans la réorganisation chrétienne de la société et qu'elle ne peut le remplir sans une préparation théorique et pratique appropriée; que le maintien de la foi dans les masses populaires dépend dans une très large mesure de l'organisation chrétienne plus scientifique et plus sociale de la bienfaisance publique et prive et plus encore de l'organisation d'institutions sociales ouvrières catholiques; le Conseil International des Ligues Féminines forme le vœu: 1) Que les union affiliées à l'Union des Ligues Féminines mettent à l'étude de la question de la formation sociale des femmes catholiques des différentes classes de la société [...]; 2) Qu'en vue d'assurer cette formation les ligues catholiques féminines fassent tous leurs efforts pour promouvoir la création d'écoles sociales catholiques et delà en collaboration avec les œuvres sociales de leur pays et avec l'Union Catholique Internationale de Travail Social»²⁴⁶.

As reuniões do comité de administração e, sobretudo, da direcção da UCITS/UCISS, ocorriam com regularidade, tendo-se realizado em número de vinte, entre Janeiro de 1926 e Junho de 1933²⁴⁷. As primeiras reuniões versaram sobre a regulamentação da secção de associações de auxiliares sociais, elaboração de programas de formação – doutrina social, religião, filosofia moral católica, psicologia –, e discussão sobre métodos de formação. Em suma, recaíam na troca de perspectivas sobre as linhas e estratégias gerais de ensino nas escolas sociais católicas. Os assuntos de natureza administrativa também ocupavam parte das reuniões, nomeadamente, a divulgação da UCITS, os pedidos de afiliação, o orçamento, a constituição do comité de administração, entre os mais relevantes. A partir de

²⁴⁵ Cf. *ibidem*, pp. 22-25 (Ses rapports avec les autres organisations internationales). O documento também refere as seguintes organizações internacionais com quem a UCISS manteve contacto, embora com menor incidência, entre 1925 e 1932: Union Catholique d'Études Internationales; Association Catholique Internationale des Œuvres de Protection de la Jeune Fille; Ligue Internationale Catholique; Comité International des Écoles de Service Social.

²⁴⁶ *Ibidem*: pp. 23. Resolução tomada no 6.º Conselho Internacional da Union Internationale des Ligues Féminines Catholiques, realizado em Roma, de 22 a 27 de Outubro de 1925.

²⁴⁷ Cf. *ibidem*, pp. 16-18 (Les réunions du Bureau & du Comité).

1927, novos temas passam a estar na ordem do dia. Dois deles merecem aqui particular atenção: a instituição do diploma de assistente social, pela preocupação demonstrada com a questão da profissionalização; e a posição a adoptar pelos católicos na International Conference of Social Work de 1928, enquanto reacção ao serviço social “neutro” e estratégia para salvaguardar a união e a identidade das escolas sociais católicas.

Em Fevereiro de 1927, a direcção da UCITS debate a seguinte questão: «Est-il désirable que les Écoles de Service Social demandent l’institution d’un diplôme officiel?»²⁴⁸. Os presentes na reunião começam por precisar o que entendem por assistência social: é uma actividade de natureza profissional; uma função que exige grande responsabilidade; e uma missão de recristianização da sociedade. O seu exercício implica uma preparação em estudos técnicos especializados, uma formação moral e religiosa, e ainda uma garantia quanto a capacidade, as aptidões e o valor moral dos sujeitos. A solução seria, segundo a direcção, um diploma concedido pelo Estado, por uma corporação, ou por um organismo privado de reconhecida opinião pública. Munida de um diploma oficial, a auxiliar social teria maior autoridade, e o poder público e as obras particulares dariam preferência ao recrutamento de candidatos diplomados.

Não obstante as vantagens, fica expressa a preocupação com os inconvenientes de um diploma oficial, como por exemplo, a intromissão excessiva do Estado na direcção das escolas, e a imposição de requisitos de acesso inaceitáveis, sob o ponto de vista cristão. A direcção da UCITS conclui:

«La question de savoir s’il est utile pour les Écoles de chercher à obtenir l’institution du diplôme de capacité officiel de Service Social est une question qui diffère de pays à pays. Elle dépend principalement: 1) de l’esprit des autorités publiques; 2) du prestige du diplôme aux yeux du public; 3) du programme exigé pour le conquérir; 4) de l’importance des subsides de l’État octroyés aux Écoles; 5) de la liberté laissée aux Écoles de pourvoir à leurs besoins spéciaux: cours de Religion, Morale, etc...»²⁴⁹.

²⁴⁸ “Union Catholique Internationale de Travail Social. Réunion du Bureau. Paris, 2-3 février 1927” (acta). Documento dactilografado com quatro páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 33.

²⁴⁹ *Ibidem*.

Em todo o caso, o diploma era considerado um meio para melhor realizar a missão do auxiliar social, sendo útil para controlar o seu valor profissional e garantir que o mesmo estava à altura das suas responsabilidades.

A reunião de Fevereiro de 1927 faz assomar outra questão, mais controversa, e que veio alimentar um debate por vários meses: «Les catholiques peuvent-ils adhérer à la Conférence Internationale neutre de Service Social organisée par la Croix Rouge?»²⁵⁰. Num primeiro momento, a UCITS adopta uma atitude extrema, quando se recusa a aderir à I ICSW, e exige a mesma postura às escolas suas filiadas, bem como às pessoas a elas associadas. A direcção da UCITS começa por lembrar que o objectivo da acção social dos católicos é restaurar a ordem social cristã, e que todas as suas obras devem ser baseadas na doutrina católica, inclusive o serviço social. A concepção “neutra” de serviço social, porém, opõe-se a esta concepção:

«Systématiquement et par principe elle supprime l'élément religieux. Le service social est à lui-même son propre but. Au lieu de la charité chrétienne pour inspirer et soutenir les œuvres, on préconise la solidarité et l'humanitarisme. Faisant abstraction, on a une tendance à ne plus voir dans l'homme que la partie corporelle; on remplace la morale par l'hygiène, qui occupe une place prépondérante dans les œuvres neutres. On aboutit à remplacer le culte de Dieu para le culte de l'Homme. C'est l'humanitarisme ou le naturalisme condamné par l'Église»²⁵¹.

A UCITS entendia que haviam sido tomadas medidas para coibir os católicos de ocupar lugares de destaque na ICSW, e para impedir que a doutrina católica ali fosse exposta e defendida²⁵². Mais, realça que o facto da ICSW se realizar em simultâneo ao Congrès

²⁵⁰ *Ibidem*: p. 2.

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² «Le comité d'organisation [de la I ICSW] est déjà nommé et deviendra, comme toujours, le comité effectif du congrès. Les présidents des sections sont aussi déjà nommés; ce sont eux qui désigneront, pour chaque question, un rapporteur de chaque pays. Une lettre ayant été adressée au secrétaire général [René Sand], demandant quelle place serait réservée éventuellement aux catholiques. Il a été répondu que le comité est déjà nommé, mais que des catholiques pourront être désignées comme rapporteurs à raison de leur compétence. Cette réponse ne donne aucune garantie; il sera toujours possible de trouver des personnes soit disant plus compétentes que des catholiques pour telle ou telle question. [...] Le règlement ajoute: 'un rapporteur général extraira l'essentiel des rapports nationaux et présentera un exposé d'ensemble.' Si même il y a un catholique parmi les rapporteurs, son opinion isolée ne sera pas considérée comme 'essentielle'; le rapport général n'en fera pas nécessairement mention. On ne pourra discuter en sections que des questions désignées d'avance. [...] 'La conférence n'émettra pas de résolutions doctrinales et ne formulera pas de programme d'action. Toute proposition émanant d'un membre ou d'un groupe de membres sera soumise à l'examen préalable du bureau.' [...] Aux assemblées générales les orateurs désignés d'avance pourront seuls prendre la parole: il n'y aura pas de discussion» (*ibidem*: p. 2-3, sublinhados conforme o documento).

International d'Assistance Publique et Privée era uma estratégia para criar uma federação de todas as obras de caridade e assistência, e colocá-las sob a direcção “neutra” e laica da Cruz Vermelha internacional. Uma tal federação, apoiada por fundos norte-americanos, constituiria uma força importante na sociedade, e um perigo para o catolicismo²⁵³.

Feitas as considerações prévias, a direcção da UCITS conclui que apoiar uma iniciativa que se baseia no laicismo e que persegue um ideal de neutralidade, seria contrário aos princípios católicos. Se as escolas sociais católicas aderissem à conferência “neutra”, o objectivo último pelo qual a UCITS foi erigida – afirmar a doutrina católica e edificar um plano de reconstrução social católica – ficaria comprometido. Se, por sua vez, as pessoas associadas às escolas sociais católicas participassem a título individual, o comité de organização da ICSW faria questão de assinalar a sua proveniência, o que, aos olhos dos católicos, podia conferir credibilidade àquela iniciativa “neutra”. A reunião encerra com as seguintes directivas:

«1) L'Union catholique internationale n'adhérera pas à la Conférence neutre; 2) Les écoles affiliées à l'Union Catholique internationale sont priées de ne pas adhérer; 3) Les personnes privées appartenant aux écoles catholiques sont priées de ne pas adhérer à titre individuel, par question de dignité»²⁵⁴.

Dois meses mais tarde, a UCITS solicita a presença do abade Jörger, secretário da Caritas Verband alemã, numa reunião de direcção, para discutir «Quelle est l'attitude que doivent adopter les catholiques pour réagir contre les influences neutres dans le domaine du service social?»²⁵⁵, ainda a propósito da ICSW. A Caritas Verband alemã havia reunido na cidade de Fulda, e decidido que os católicos deviam colaborar na conferência internacional de Paris, devido ao papel relevante da caridade católica²⁵⁶. O abade Belpaire, conselheiro

²⁵³ Segundo a direcção da UCISS: «Les catholiques qui font partie de groupements neutres sont réduits à n'invoquer que des considérations d'ordre général et humanitaire. On s'habitue ainsi à supprimer la doctrine et la charité chrétiennes dans toute la vie officielle et publique, à la réserver pour la conduite privée, à lui dénier tout droit d'intervention et toute influence dans les affaires publiques. C'est l'essence même du laïcisme condamné par le Saint Père et qui a, dit-il, empoisonné l'esprit public» (*ibidem*: p. 2).

²⁵⁴ *Ibidem*: pp. 3-4.

²⁵⁵ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Fribourg, 4 avril 1927” (acta). Documento dactilografado com catorze páginas: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 291.

²⁵⁶ Resoluções tomadas na reunião Caritas Verband alemã, em Fulda: «1) Le congrès neutre de service social à Paris en 1928 aura une très grande influence sur les gouvernements, la législation et l'assistance des divers pays: il faudra donc tâcher d'y avoir une part légitime; 2) Les catholiques doivent être représentés dans les sections nationales créées à cet effet – leur influence, minime au début, pourra grandir, car ils ont beaucoup d'œuvres d'assistance; 3) Ceci requiert d'autre part, que nous nous renforçons le plus possible entre

moral da UCITS, dá então a conhecer que a possibilidade de abstenção à conferência está afastada, já que vários grupos católicos, inclusive escolas francesas, tinham resolvido participar. Assim sendo, propõe que fosse adoptada a mesma posição da Caritas Verband, desde que a Union Catholique Internationale de Travail Social, enquanto organização, não se fizesse representar. Ciente que a conferência “neutra” de serviço social teria grande influência nos Governos, na legislação e na assistência dos diversos países, e tomando em consideração as palavras do abade Belpaire, a direcção da UCITS decide alterar a sua estratégia: «Il faut donc tâcher de pénétrer le congrès de Paris, de nos éléments catholiques»²⁵⁷.

A infiltração na International Conference of Social Work far-se-ia pelas comissões nacionais, criadas para organizar a participação dos vários países, e pelas secções da conferência, em particular a que dizia respeito ao ensino do serviço social. Os membros da UCITS seriam incentivados a integrar as comissões nacionais, sempre a título pessoal. Por sua vez, a composição das secções da ICSW seria estudada com vista à identificação de católicos que, pelas suas competências, se pudessem destacar na conferência. A todos seria pedido que, por uma questão de princípios, fizessem valer o ponto de vista católico sobre os temas em debate.

A reunião de direcção de Abril de 1927 culmina com outra decisão significativa, enquanto tomada de posição face ao serviço social “neutro”: a mudança de nome da UCITS. O autor da proposta, Isidore Maus, começa por lembrar aos presentes que o comité organizador da conferência de Milão, em 1925, tinha sugerido inicialmente o título Union Catholique Internationale de Service Social, acabando por ser adoptado o de Union Catholique Internationale de Travail Social. Continua, argumentando que:

«les partisans du service social neutre semblent avoir inventé le service social, or celui-ci n’est qu’une forme moderne de la charité chrétienne. [...] La parole évangélique [...] ‘Je suis venu sur la terre non pour être servi, mais pour servir’ devrait devenir notre devise et notre union devrait reprendre son titre primitif. Le

catholiques et sur le terrain international; 4) D’accord avec les groupes confessionnels protestants il faudra renforcer l’influence de l’assistance charitable confessionnelle, contre les tentatives de monopole de l’assistance purement humanitaire; 5) La préparation du congrès de Paris sera l’œuvre presque exclusive de la Croix-Rouge, mais à l’avenir il faut veiller que cette influence ne soit pas prépondérante, mais partagé entre les diverses œuvres d’assistance sociale et charitable» (*ibidem*: pp. 3-4).

²⁵⁷ *Ibidem*: p. 13.

service social neutre n'est qu'une décalque du service social catholique; nous sommes d'ailleurs les seuls à donner une doctrine capable d'animer ce 'service'»²⁵⁸.

Maria Baers e Andrée Butillard, fundadora da École Normale Sociale, em Paris, tinham sido as responsáveis pela designação que então vigorava. Na conferência de Milão, em 1925, argumentaram que a palavra *service social* transmitia a imagem de invenção recente, já que encontrava equivalência na expressão norte-americana *social work*, criada na passagem ao século XX. A palavra *travail social* parecia-lhes mais acreditada, pois era utilizada há mais tempo na Europa. Maria Baers, presente na reunião de Abril de 1927, mantém a sua opinião, mas predispõe-se a aceitar a vontade da direcção, que acaba por adoptar a proposta de Isidore Maus. Há porém o receio que, devido à ICSW, o novo nome possa confundir o público. É o abade Belpaire, conselheiro moral da UCITS, quem põe fim à discussão, assegurando que o termo *catholique*, no título Union Catholique Internationale de Service Social, seria suficiente para diferenciar aquela organização das iniciativas levadas a cabo pelo serviço social “neutro”.

Após a I ICSW, que decorreu em Julho de 1928, a UCISS decide que a sua quarta conferência internacional teria lugar em Paris, 1929, sob o seguinte argumento: «Une manifestation catholique du service social s'impose dans cette ville après la Conférence internationale neutre de Service Social»²⁵⁹. Durante a I ICSW, havia sido lançada a ideia de criar uma associação internacional de escolas de serviço social. Em Junho de 1929 nasce o International Committee of Schools of Social Work²⁶⁰ (ICSSW), com sede em Berlim, tendo como presidente Alice Salomon, fundadora da Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina) naquela mesma cidade. Nos meses que precederam à criação do ICSSW, escolas de serviço social de todo o mundo foram convidadas a aderir a esta nova organização internacional. O assunto foi abordado numa reunião de direcção da UCISS,

²⁵⁸ *Ibidem*: p. 13 (sublinhados conforme o documento).

²⁵⁹ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Aix-la-Chapelle, 17 décembre 1928” (acta). Documento dactilografado com oito páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 37.

²⁶⁰ A organização existe actualmente com a designação International Association of Schools of Social Work. Mais informação sobre a sua história pode ser encontrada em www.iassw-aiets.org.

em Dezembro de 1928²⁶¹. As escolas sociais católicas alemãs já tinham recebido, e recusado, o convite de afiliação ao ICSSW. A direcção legítima a posição adoptada:

«[...] le refus de s'affilier à l'Association neutre des écoles de Mlle. Salomon est une décision définitive. [...] l'UCISS fera pression sur les autres écoles pour qu'elles prennent la même attitude. S'il y a encore d'autres circonstances, elles ne devraient pas prendre de décisions sans en parler au Bureau»²⁶².

Em Março de 1931, através do seu boletim de informação²⁶³, a UCISS divulga o programa da II International Conference of Social Work, a ter lugar na cidade de Frankfurt, em Julho de 1932, sob o tema “Le Service Social et la Famille”. Faz ainda uma advertência, a propósito da conferência: «[...] nous devons faire valoir le travail et les idées catholiques. Pensez-y dès maintenant»²⁶⁴. Um ano mais tarde, a direcção da UCISS adopta a seguinte estratégia de participação: «[...] les catholiques doivent agir dans les Comités nationaux, veiller à la nomination des personnes qui prendront la parole dans les cinq commissions – et contrôler les rapports qui seront présentés»²⁶⁵. As escolas filiadas seriam incentivadas a analisar detalhadamente o programa da II ICSW, para situar os temas numa perspectiva católica. Em simultâneo, far-se-ia uma série de publicações em revistas nacionais, fazendo valer a perspectiva católica sobre a família.

Nos três dias que antecederam a II ICSW, o comité de administração da UCISS reúne, tendo como principal objectivo estudar o serviço social enquanto forma de ajuda à família, e preparar, do ponto de vista doutrinal e técnico, a contribuição dos membros do comité que iam participar a título pessoal na conferência “neutra” de Frankfurt²⁶⁶. A partir das

²⁶¹ Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Aix-la-Chapelle, 17 décembre 1928” (acta). Documento dactilografado com oito páginas, pp. 6-7. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 37.

²⁶² *Ibidem*: p. 6.

²⁶³ O boletim de informação da UCISS, lançado em Dezembro de 1930, pretendia ser «[...] un lien entre les Écoles Catholiques de Service Social et les Groupements d'Auxiliaires Sociaux: il se propose aussi d'être un instrument d'informations utiles sur les grands problèmes qui intéressent le service social». In *Bulletin d'Information*, n.º 1, décembre 1930: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449. A primeira série do boletim contou com apenas dois números: Dezembro de 1930 e Março de 1931. Após um intervalo de cinco anos, em Outubro de 1936 o boletim é reeditado numa nova série.

²⁶⁴ *Bulletin d'Information*, n.º 2, mars 1931: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

²⁶⁵ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Bruxelles, 23 mars” (acta). Documento dactilografado com três páginas: p. 2. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 44.

²⁶⁶ Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Comité. Heidelberg, 8-9-10 juillet 1932” (convite e programa da reunião). Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 80. A reunião contou com três sessões de trabalho, sob os temas: “Les

sessões de trabalho, fica estabelecido que a ideia de família será defendida na II ICSW à partir do direito natural, completado e enriquecido pelos ensinamentos da doutrina católica:

«[...] nous devons poursuivre notre idéal de la famille, même si la famille saine se faisait de plus en plus rare. Dans beaucoup d'esprits, les notions du droit naturel s'obscurcissent devant des tendances pragmatiques et d'observations sociologiques; dans les Encycliques, au contraire, le Pape fait souvent appel au droit naturel ; nous devons nous baser sur ces arguments»²⁶⁷.

Por fim, um resumo sobre a tese fundamental do direito natural é elaborado e distribuído aos presentes, para servir de orientação às discussões sobre a família que se ocasionassem na II ICSW²⁶⁸.

Durante a I International Conference of Social Work, em 1928, foi sugerida a criação de uma associação internacional de assistentes sociais. A ideia veio a ser concretizada em 1932, durante a II ICSW, em Frankfurt, com a aprovação dos estatutos provisórios do International Permanent Secretariat of Social Workers (IPSSW) por oito países fundadores – Bélgica, Checoslováquia, Estados Unidos da América França, Inglaterra, Suécia e Suíça. Ao IPSSW, com sede em Berlim, podiam afiliar-se associações de assistentes sociais de todo o mundo, a fim de promover a cooperação entre os seus membros²⁶⁹. No início de 1931, as associações belgas de auxiliares sociais filiadas à UCISS tinham sido convocadas para uma reunião com o comité organizador da II ICSW. O assunto foi discutido numa

méthodes, les possibilités et les limites du service social individuel et collectif comme aide à la famille”; “L’aide du service social aux familles désagrégées pour le maintien de l’unité biologique: mère-enfant”; e “L’assistance médicale préventive et curative dans la vie familiale”.

²⁶⁷ “Compte-rendu de la Réunion du Comité de l’Union Catholique Internationale de Service Social. Heidelberg, les 8-9-10 juillet 1932”. Documento dactilografado com dez páginas: p. 4. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 80.

²⁶⁸ Resumo elaborado pelo comité de administração da UCISS: «L’homme a des forces physiques et morales; il est être individuel et être social. L’exercice de ces forces doit réaliser la prospérité matérielle et la culture morale au profit de l’individu et de la Société. La forme de coopération humaine la plus favorable au développement de toutes les forces humaines est la société familiale. Elle crée la vie par sa fécondité. Elle développe les valeurs humaines par l’éducation. Elle utilise la richesse produite par le travail. Pour réaliser cette mission de prospérité, la société familiale a besoin de stabilité et de prospérité. La législation doit favoriser le développement de l’activité familiale. Le service social doit aider les individus en restaurant la vitalité de la société familiale» (*ibidem*).

²⁶⁹ O International Permanent Secretariat of Social Workers manteve a sua actividade até ao início de II Guerra Mundial, sendo dissolvido em 1939. Em 1950, durante a V International Conference of Social Work, em Paris, é celebrado um acordo para relançar uma nova organização e, em 1956, é fundada a International Federation of Social Workers (IFSW), com sede em Nova Iorque. A IFSW existe actualmente, mantendo a mesma designação. Mais informação sobre a história desta organização internacional pode ser encontrada em www.ifsw.org.

reunião de direcção da UCISS, em Abril de 1931²⁷⁰. Maria Baers, tomando a palavra, começou por acautelar: «Tout fait prévoir que c'est là une manœuvre dont le but est d'aboutir à la fondation d'un lien international neutre entre les groupements d'auxiliaires sociales de tous les pays»²⁷¹. A direcção acabou por aceitar que uma comissão integrasse a organização do encontro, na condição de que nenhum posicionamento fosse tomado sem antes consultar a UCISS, sobretudo no que respeitava à criação de uma federação. A discussão retoma em Janeiro de 1933, depois do recém-criado IPSSW ter iniciado as diligências nos seus países-membros, para obter a adesão das associações de assistentes sociais²⁷². Numa estratégia de cooperação, e de simultânea salvaguarda da sua identidade, a direcção da UCISS aconselha as associações católicas a colaborar no plano nacional com as associações “neutras”, mantendo, porém, outra afiliação ao nível internacional: «[...] les groupes catholiques étant affiliées à l'UCISS»²⁷³.

A segunda conferência internacional da ainda designada UCITS teve lugar em Bruxelas, em Outubro de 1926, e versou sobre o ensino da doutrina social católica, tendo também sido discutida e constituída a secção de associações de auxiliares sociais²⁷⁴. O discurso de encerramento, sobre a preparação da acção social católica, foi proferido pelo Monsenhor Van Cauwenbergh, vigário geral do arcebispado de Malines, na Bélgica²⁷⁵. Durante a conferência foi discutida a necessidade de uma formação sólida em doutrina católica, para fazer compreender aos auxiliares sociais o plano de reconstrução da sociedade, segundo os princípios da ordem social cristã²⁷⁶. O ensino ministrado nas escolas sociais católicas devia assentar numa base religiosa e filosófica, devidamente sistematizada e lecionada de forma permanente. Seria também indispensável aplicar os grandes princípios filosóficos e

²⁷⁰ Cf. “Réunion du Bureau de l'Union Catholique Internationale de Service Social. Bruxelles. 23 avril 1931” (acta). Documento dactilografado com cinco páginas, pp. 2-4 (Conférence internationale de Service Social de Frankfort. Participation des Auxiliaires Sociales). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 42.

²⁷¹ *Ibidem*: p. 2.

²⁷² Cf. “Réunion du Bureau de l'Union Catholique Internationale de Service Social. Aix-la-Chapelle, 4-5 janvier 1933” (acta). Documento dactilografado com seis páginas, p. 4 (Associations d'Auxiliaires Sociales). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 82.

²⁷³ *Ibidem*: p. 4.

²⁷⁴ Cf. “Union Catholique Internationale de Travail Social. Deuxième Réunion. Bruxelles, 16, 17 & 18 octobre 1926” (convite e programa da conferência). Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 291.

²⁷⁵ Cf. UCITS [s.d.], *La préparation à l'action sociale catholique*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288.

²⁷⁶ Cf. UCITS [s.d.], *La préparation à l'action internationale de travail social*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288. Salvo indicação em contrário, a alusão à conferência de Bruxelas (1926), realizada em seguida, é feita com base nesta fonte documental.

religiosos, considerados essenciais à formação do espírito, às realidades sociais, recorrendo para isso aos seminários e círculos de estudos. À direcção da UCITS foi atribuída a responsabilidade de elaborar um programa-tipo de ensino, em matéria de filosofia moral católica e de religião, que foi depois aconselhado às escolas sociais católicas²⁷⁷.

A conferência conclui, justificando sobre a necessidade de se criarem associações de auxiliares sociais:

«Le propre de l'action sociale catholique est d'atteindre les individus par leurs cadres sociaux; de restaurer ses cadres: famille, profession, cité; de préparer ainsi, par l'ordre social d'ici-bas, le retour des âmes vers Dieu. Or, il est essentiel que les diverses activités appliquées à ce travail, soient très cohérentes, il ne pourrait y avoir autrement qu'un émiettement des forces sans résultat d'ensemble pleinement efficace. Il fallait donc que les Auxiliaires du travail s'associent. Groupées, elles saisissent mieux, quelle que soit leur tâche propre, la beauté de l'œuvre commune, et elles accordent plus facilement au mouvement général. Elles peuvent aussi s'entraider, se soutenir les unes les autres au double point de vue professionnel et moral»²⁷⁸.

O ensino da psicologia nas escolas sociais católicas foi o tema da terceira conferência internacional da UCISS, que ocorreu em Novembro de 1927, na cidade alemã de Aix-la-Chapelle, onde foram também discutidas as actividades das associações de auxiliares sociais nos diferentes países²⁷⁹. Após um concorrido debate, a assembleia conclui que o ensino da psicologia deve ter um duplo objectivo: «1) La formation personnelle des futurs assistants et assistantes sociaux au point de vue intellectuel, moral et religieux ; 2) Leur

²⁷⁷ O programa-tipo de filosofia moral católica, elaborado pela direcção da UCISS, compreendia os seguintes conteúdos gerais: Moral Générale (Le bien de la personne humaine ou la fin de l'homme; Les actes volontaires; La Règle morale; Les Effets de l'Acte Moral; Les Vertus et les Vices; Quelques faux systèmes de Morale); Morale Spéciale (Devoirs envers Dieu; Les devoirs envers soi-même; Devoirs envers le prochain). Cf. "Programme type pour le cours de Philosophie morale catholique à donner dans les Écoles Sociales Catholiques", [s.d.]. Documento dactilografado com cinco páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 25. Por sua vez, o programa-tipo de religião incluía: Notions Fondamentales (Religion naturelle et religion surnaturelle; La Révélation; La révélation chrétienne; La propagation de la révélation chrétienne par l'Église); Le Contenu de la Révélation (Dieu; Dieu et le monde). Cf. "Programme type pour le cours de Religion à donner dans les Écoles Sociales Catholiques", [s.d.]. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 25.

²⁷⁸ UCITS [s.d.], *La II^e conférence catholique internationale de travail social*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: p. 14. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288.

²⁷⁹ Cf. "Union Catholique Internationale de Service Social. Troisième Conférence. Aix-la-Chapelle, 25, 26 & 27 novembre 1927" (convite e programa da conferência). Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 290.

préparation au rôle d'assistants et à l'apostolat qu'ils auront à remplir dans la société»²⁸⁰. Recomenda, por isso, o ensino da psicologia empírica nas escolas sociais católicas, designadamente, a psicologia genética – estudo da evolução psíquica da primeira infância até à idade adulta –, a psicologia anormal, a psicologia pedagógica e, em particular, a psicologia individual e a psicologia social²⁸¹. A psicologia racional, inspirada nos princípios e na doutrina essencial do tomismo, também devia figurar no programa da disciplina.

Em Abril de 1929, no ano seguinte à I ICSW, tem lugar a quarta conferência internacional da UCISS, na cidade de Paris. Os conferencistas estudaram os problemas económicos da família, sobretudo as suas causas e soluções, o papel do auxiliar social na intervenção junto da família, e o programa de ensino familiar nas escolas sociais católicas²⁸². A troca de perspectivas faz concluir que, nos vários países, as dificuldades económicas da família têm origens comuns: salários insuficientes; utilização indevida dos recursos; e desemprego²⁸³. Outro motivo importante e generalizado é a crise do alojamento, que impede a vida familiar de se desenvolver plenamente. Aos auxiliares sociais é atribuído um papel importante na intervenção familiar, devendo esta ser completada com uma acção mais alargada: «Il s'agit, en effet, de travailler à une véritable transformation de notre société et de notre système économique, afin que la famille s'inscrive dans un état social qui, loin de la déformer, de la dissocier, lui permette d'être un élément primordial de notre vie sociale»²⁸⁴. Nas conclusões da conferência fica a recomendação às escolas sociais católicas para que, durante os cursos de formação, se esforçassem por transmitir aos alunos o valor

²⁸⁰ UCISS [s.d.], *La III^e conférence catholique internationale de Service Social*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: p. 21. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288. A alusão à conferência de Aix-la-Chapelle (1927), realizada em seguida, é feita com base nesta fonte documental.

²⁸¹ Fica especificado, nas conclusões da conferência: «Que l'on s'attache particulièrement à développer et à faire progresser la psychologie des types individuels (étude psychologique de l'ouvrier et de l'ouvrière industriel, de l'adolescence salariée, de l'ouvrier agricole, du citadin, de l'habitat des grandes villes, etc...) et la psychologie sociale (étude psychologique des rapports de l'individu avec divers groupes dont il fait partie et l'influence de ces groupes sur sa vie psychique et sociale)» (*ibidem*).

²⁸² Cf. "Union Catholique Internationale de Service Social. Quatrième Conférence. Paris, 26, 27 & 28 avril 1929" (convite e programa da conferência). Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 290.

²⁸³ Cf. UCISS [s.d.], *La IV^e Conférence Catholique Internationale de Service Social*, Bruxelles: Marcel Hayez, Imprimeur. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 288. A alusão à conferência de Paris (1929), realizada em seguida, é feita com base nesta fonte documental.

²⁸⁴ *Ibidem*: p. 13.

primordial da família. Dessa forma, os futuros auxiliares sociais fariam convergir as suas actividades especializadas com a defesa e a restauração do grupo familiar.

A quinta conferência internacional tem lugar em Bruxelas, em 1935, seis anos após a anterior edição, ficando este interregno justificado nas actas pela crise económica sem precedentes, iniciada em 1929. Foi no ano de 1935 que, pela primeira vez, Portugal se fez representar num evento da UCISS, numa comitiva que contou com a presença de Marie-Thérèse Lévêque, directora técnica do Instituto de Serviço Social²⁸⁵. Foi também ela quem, representando aquela escola, proferiu uma controversa palestra nas Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, em 1937, Paris, intitulada "Le Service social est-il une profession?"²⁸⁶. Esta alocução, pela sua particular relevância, será desenvolvida mais adiante, na tese²⁸⁷. Organizadas pela UCISS, as jornadas de estudo debruçaram-se sobre o segredo profissional no serviço social, e o estatuto profissional dos auxiliares sociais. Como resultado da II Guerra Mundial, a sexta conferência internacional católica de serviço social foi sendo protelada até estarem reunidas condições para a sua realização, em 1947, na cidade suíça de Lucerna²⁸⁸.

²⁸⁵ Cf. UCISS [s.d.], *5^e Conférence Internationale Catholique de Service Social*, 2^{ème} édition, Antwerpen: S.M. Lux Drukk, p. 190 (II). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 324.

²⁸⁶ Cf. UCISS (1937), *Compte Rendu des Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie, pp. 58-79. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304. Nas actas das jornadas de estudo não consta uma lista geral de participantes, pelo que não é possível aferir se Portugal esteve representado por mais alguém, além de Marie-Thérèse Lévêque.

²⁸⁷ Matéria a ser tratada no subcapítulo 6.3, «*Le service social est-il une profession?*»: a perspectiva determinada da directora francesa, pp. 321-344.

²⁸⁸ Cf. UCISS [s.d.], *Service Social et Grands Problèmes de l'Heure Présente. Compte-rendu, rapports et communications de la 6^e Conférence Catholique Internationale de Service Social. Lucerne, 4-10 septembre 1947*, Belgique: Publications de l'UCISS. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

CAPÍTULO 4 O BERÇO DA PRIMEIRA ESCOLA PORTUGUESA DE SERVIÇO SOCIAL

4.1 Tentativas para implementar o ensino do serviço social em Portugal: incursões nacionais e «*démarches*» além-fronteiras, pela UCISS

Em meados da década de 1920, ainda durante a Primeira República, são realizadas as primeiras tentativas para instituir a formação de assistentes sociais em Portugal. As propostas partem de figuras portuguesas ligadas ao movimento higienista e de medicina social, e a obras públicas e particulares de assistência, conhecedoras dos mais recentes avanços internacionais em matéria de serviço social. Já durante a fase de construção do Estado Novo, mais concretamente em 1932 e 1933, a Union Catholique Internationale de Service Social faz uma incursão para fundar uma escola social católica em território português. No entanto, foi necessário aguardar até ao primeiro congresso da União Nacional, em 1934, para que fosse forjada uma proposta decisiva, fruto da nova conjuntura nas relações entre o Estado, a Igreja Católica e os movimentos intelectuais.

No final do século XIX, à semelhança do que ocorrera noutros países, Portugal deu os primeiros passos no movimento higienista e de medicina social, e passou a reconhecer a influência das condições socioeconómicas no desenvolvimento da doença. Os estudos que então se realizaram sobre as doenças infecciosas, e os progressos alcançados na difusão das noções e práticas de higiene²⁸⁹, não deixaram de ser uma resposta ao ambiente de miséria e insalubridade em que vivia a população mais desfavorecida, sobretudo nos meios urbanos.

²⁸⁹ Na emergência do movimento higienista e de medicina social em Portugal destacam-se os seguintes médicos, e respectivos estudos: Câmara Pestana, sobre a peste bubónica, o tétano e a febre-tifóide; Sousa Martins, sobre a febre-amarela (1880); Maximino Lemos, sobre a tuberculose e sua profilaxia (1883); e Ricardo Jorge, sobre a higiene nacional e o problema dos cemitérios, a peste bubónica e a difteria (1884). São ainda de realçar os médicos Augusto Rocha, promotor do I Congresso Médico Português (1895); e Zeferino Falcão, secretário-geral do I Congresso Nacional de Medicina (1898) (cf. Martins, 2010: 79).

No primeiro terço do século XX, a emigração portuguesa representava a válvula de escape, por excelência, para as tensões sociais de um crescimento populacional cujo ritmo não era acompanhado pela geração de riqueza. Portugal também conhece um surto de migração interna para áreas onde se verificava algum crescimento económico, mais acentuado entre 1914 e 1918, quando a guerra limitou drasticamente os quantitativos da emigração. À semelhança do que ocorrera nas últimas décadas do período monárquico, a origem deste fenómeno estava, na sua maioria, nos distritos a norte do Mondego. Como resultado, Lisboa quase duplicou a sua população, entre o final do século XIX e 1930 (cf. Guinote, 1996: 180-183; Miranda, 1991: 13-14). Parte da população lisboeta, ligada a gente sem profissão e a elementos marginalizados da pequena burguesia, vivia em condições de indigência e até vagabundagem, carecendo da assistência para subsistir. O número de pessoas nestas condições aumentou durante toda a Primeira República, primeiro em situação transitória, devido à participação portuguesa na guerra e à carestia da vida, e depois com permanência, devido aos fluxos migratórios com origem na província (cf. Marques & Rodrigues, 1991: 217-218).

Para fazer face ao aumento da classe laboriosa, novos bairros foram acrescentados a Lisboa, por vezes, mercê da acção das companhias urbanizadoras. Mas as camadas mais pobres das classes trabalhadoras, em particular o operariado, não tinham capacidade económica para os habitar. Os estratos mais desfavorecidos da população lisboeta viam-se, assim, perante condições de alojamento deprimentes, albergados em palácios arruinados ou conventos desafectados e, na maioria das vezes, em pátios insalubres²⁹⁰. Os pátios de Lisboa formaram-se por toda a extensão da cidade, com maior concentração nos bairros antigos e nos da periferia. Desprovidos quase sempre de instalações sanitárias ou de abastecimento de águas, os pátios não dispunham de condições de salubridade mínimas, ao que acrescia a sua localização térrea, exposta às humidades, e a ausência de radiação solar,

²⁹⁰ Sem ninguém que velasse pela habitação da classe laboriosa, «Institucionaliza-se uma nova forma de alojamento e um novo processo de exploração. Senhorios dinâmicos fazem construir, eles próprios, nas traseiras dos seus prédios, casas abarracadas para alugar a operários; são aproveitadas caves insalubres para o mesmo efeito, sempre com acesso pelas traseiras; conventos das recém-extintas ordens religiosas, adquiridos em hasta pública, ou palácios arruinados são meticulosamente alugados quarto a quarto. E começa a haver quem, com espírito empreendedor, adquira terrenos para aí construir pátios. Com o desenvolvimento do processo, provocado pelo aumento de uma procura cada vez mais intensa, é esta última modalidade que virá a institucionalizar-se nas últimas décadas de Oitocentos, com a construção das vilas operárias» (Pereira, 1994: 511).

por se encontrarem ensombradas, muitas vezes em caves atrás dos prédios (cf. Pereira, 1994: 510-511; Marques & Rodrigues, 1991: 211-214).

A década de 1910 foi abalada por vários surtos epidémicos que, em vagas sucessivas, dizimaram a população portuguesa e fizeram elevar a taxa de mortalidade. Consequência da I Guerra Mundial, a extrema virulência das epidemias e os seus efeitos sobre as populações, depauperadas pelas crises de escassez de géneros que assolaram o país durante a conflagração mundial, tiveram resultados catastróficos. A mais mortífera foi a gripe pneumónica que, entre Agosto de 1918 e Junho de 1919, se espalhou por todo o país. Foi nas grandes aglomerações urbanas de Lisboa e do Porto que a doença se propagou com maior rapidez e que a mortandade foi maior, vitimando sobretudo adultos jovens (cf. Miranda, 1991: 20-21). Neste quadro, a precariedade das condições de habitação e higiene veio contribuir para uma degradação generalizada da saúde pública.

As reuniões científicas de médicos portugueses tiveram início em 1895, com o I Congresso Médico Português, subordinado ao tema da tuberculose, seguindo-se outras iniciativas que originaram campanhas pela moderna profilaxia social. Em 1898 é fundada a Associação de Médicos Portugueses²⁹¹, sendo um dos seus objectivos a reforma dos serviços de medicina, higiene e assistência pública. Da estreita relação que se estabeleceu entre a medicina social e os serviços de assistência resultou, entre outras iniciativas, a criação da Assistência Nacional aos Tuberculosos, em 1899, e dos respectivos dispensários antituberculose. Para além da assistência médica, as actividades desenvolvidas pelos dispensários apontavam para a difusão dos princípios e preceitos higiénicos às famílias, o que exigia a adopção de novas técnicas, como por exemplo, as visitas domiciliárias e os inquéritos aos doentes. Inicialmente, os próprios médicos estendiam a sua acção às habitações dos pacientes, mas com o aumento do número de utentes e serviços, foi necessário que outras pessoas os coadjuvassem nessas funções. Assume aqui importância a participação de mulheres ligadas a ordens religiosas, e de algumas católicas aristocratas, empenhadas numa acção voluntária e norteadas por valores caritativos. Esta resposta foi efémera, devido ao processo de laicização e expulsão das ordens religiosas na Primeira República, e ineficaz, pela

²⁹¹ A Associação de Médicos de Lisboa deu origem à Ordem dos Médicos, instituída pelo Decreto-Lei n.º 29.171, de 24 de Novembro de 1938.

exigência de um saber específico que era desconhecido das voluntárias, e pelo número reduzido de mulheres comprometidas com este tipo de acção (cf. Martins, 2010: 59-62).

É neste contexto que têm lugar as primeiras tentativas para profissionalizar os agentes de assistência na área médico-social, sobretudo por parte dos republicanos, que recusavam a benevolência assente na esmola e na caridade cristã²⁹². De acordo com Martins (2010: 75):

«As relações dos médicos com a organização da assistência leva alguns deles a propor, na vigência do regime republicano e posteriormente no período da Ditadura Militar e do Estado Novo, a organização de uma nova profissão e formação, que à luz das realizações que conheciam, noutros países, no âmbito da assistência e do Serviço Social, pudesse contribuir para o desenvolvimento da Medicina Social e de um Estado mais interventor do ponto de vista social. Essa profissão é o Serviço Social»²⁹³.

Em meados da década de 1920, no decorrer de uma viagem de estudos, a médica Branca Rumina visita os serviços hospitalares do Institut Pasteur, em Paris, e aí conhece uma «[...] admirável obra de piedade que um grupo de criaturas de valor, sob o impulso de um grande coração, tentavam realizar em França, á semelhança do que se iniciara há algum tempo na América [...]»²⁹⁴: o serviço social hospitalar. Em 1925, numa conferência realizada na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, apresenta o que considera ser um

²⁹² Alcina Martins, na sua obra *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português*, faz uma análise cuidada das propostas lançadas no início do regime republicano para criar novos serviços de higiene e especializar a enfermagem, que não lograram ser concretizadas (cf. Martins, 2010: 67-71). Refira-se, a título exemplificativo: a sugestão do médico escolar Costa Sacadura, por ocasião da reorganização dos serviços de sanidade escolar, para criar serviços de higiene escolar nos liceus e formar enfermeiras escolares (1911); a defesa em prol da enfermagem social e da enfermagem escolar, por João da Conceição Camoesas, também ele médico escolar, na revista *Seara Nova* (1922) e no *Boletim da Inspeção Geral de Sanidade Escolar* (1923); ou ainda, a proposta para formar enfermeiras escolares nos Hospitais Cívicos de Lisboa, protagonizada pelo médico José Guilherme Pacheco de Miranda (1922). É na conjuntura do final da década de 1920 e início dos anos 30, com a implantação da Ditadura Militar, que se concretizam algumas daquelas iniciativas, embora com novas orientações (cf. Branco, 2015: 48-59; Martins, 2010: 71-75). Em Outubro de 1926, o higienista Ricardo Jorge procede à reorganização geral dos serviços de saúde pública. Sendo a luta contra a mortalidade infantil uma prioridade, são criados dispensários de higiene social e postos de protecção à infância em Lisboa e no Porto, com a inclusão de visitadoras sanitárias. A sua formação ficou a cargo da Direcção Geral de Saúde e os primeiros cursos, de carácter experimental, datam de 1929 e 1930. Em 1931, é criado o curso de enfermeiras visitadoras de higiene junto das faculdades de medicina (Lisboa, Porto e Coimbra), cuja actividade tinha iniciado em 1929, sob os auspícios da Assistência Nacional aos Tuberculosos. Já em plena fase de institucionalização do Estado Novo, aquando da estruturação da Direcção Geral de Saúde Escolar, em 1933, são criados lugares de visitadoras escolares nos liceus.

²⁹³ Alcina Martins (2010: 75-79) disserta sobre as primeiras propostas para instituir o serviço social, enquanto profissão, nos serviços de saúde portugueses. Duas dessas propostas serão abordadas em seguida, já que uma pesquisa documental permitiu recolher fontes históricas que as sustentam.

²⁹⁴ Rumina, Branca (1925), *Serviço Social no Hospital. Um Processo Moderno de Assistência*, Lisboa: Tipografia da “União Gráfica”: pp. 3-4. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa). As referências à proposta de Branca Rumina, realizadas em seguida, são feitas com base nesta fonte documental.

processo moderno de assistência, e apela à direcção dos hospitais, à municipalidade, às Misericórdias e à iniciativa individual, para a sua implementação em Portugal²⁹⁵.

Branca Rumina faz compreender que o serviço social hospitalar é fundamental para satisfazer a nova orientação e as exigências da moderna medicina preventiva. Em contexto hospitalar, a assistente social completa e torna viável a obra do médico, sendo responsável por realizar o diagnóstico social e velar pela boa execução das prescrições clínicas. «Nêste sistêma de protecção do indivíduo tenta-se por todos os modos considerá-lo, não como um ser isolado, mas como um ser solidário com a sua *entourage* [...]»²⁹⁶, pelo que é necessário conhecer os recursos disponíveis na sociedade, designadamente, as instituições públicas e privadas de assistência, para «[...] *ajudar o indivíduo a levantar-se a si próprio*»²⁹⁷. Nesta perspectiva, «[...] o Serviço Social Hospitalar é por assim dizer um agente de ligação, não é simplesmente mais uma instituição de beneficência, mas sim um organismo que pretende tirar das instituições já estabelecidas o máximo de rendimento prático [...]»²⁹⁸, já que aquelas se afiguram, com frequência, desconhecidas do indivíduo doente.

Para o bom desempenho das suas funções, a assistente social deve ter, segundo Branca Rumina, noções de higiene, medicina e enfermagem, alguma experiência do que seja a miséria social, e uma provada dedicação. Estes requisitos tornam difícil o recrutamento de assistentes sociais pois nem todos têm uma preparação adequada, e justificam que o exercício do serviço social não seja benévolo, o que «[...] não tem inconvenientes para o êxito da obra, porquanto o facto de ser remunerada não exclue a possibilidade da pessoa se dedicar ao seu serviço, sobretudo quando êle é de índole a apaixonar como êste [...]»²⁹⁹.

Branca Rumina refere ainda as condições necessárias para instituir um serviço social hospitalar vantajoso: «Atmosféra de simpatia das diferentes instituições de beneficência e

²⁹⁵ A convite da direcção da Liga da Acção Social Cristã, Branca Rumina esteve para apresentar o tema do serviço social hospitalar em Janeiro de 1924, numa conferência amplamente noticiada pelos jornais da época, mas motivos de doença impediram-na de discursar. Um ano mais tarde, em Janeiro de 1925, o presidente da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa, Costa Sacadura, incitou a médica a fazer naquela sociedade uma comunicação que chamasse a atenção sobre o serviço social hospitalar (cf. *ibidem*, p. 24).

²⁹⁶ *Ibidem*: p. 8 (excerto em “itálico” conforme o documento).

²⁹⁷ *Ibidem* (excerto em “itálico” conforme o documento).

²⁹⁸ *Ibidem*: p. 18.

²⁹⁹ *Ibidem*: p. 19.

do público; Um médico desejoso de iniciar a linda obra; [e] uma pessoa dedicada»³⁰⁰. Em pouco tempo, o médico faria da “pessoa dedicada” uma assistente social muito aceitável. O discurso encerra com um apelo à comunidade médica que assiste à conferência: «[...] não nos resignemos a trabalhar mais tempo sem o precioso, direi mesmo, indispensável auxiliar, que se chama o Serviço Social Hospitalar»³⁰¹.

Em 1932, numa conferência proferida no teatro da Covilhã, a convite da Associação Mutualista Covilhanense, o pediatra e então director do dispensário de puericultura de Castelo Branco, José Lopes Dias, defende o serviço social vinculado a uma política de assistência, com direitos sociais reconhecidos:

«Na imensa complexidade da vida moderna, [...] Serviço Social é todo o esforço tendente a elevar a dignidade humana, quer promovendo a expansão de suas regalias materiais e espirituais, quer opondo-se a todas as causas que atingiram ou venham a atingir o bem-estar dos indivíduos. [...] Os anglo-saxões chamaram Serviço Social ao que nós chamamos Assistência, se englobarmos nesta designação a chamada Política Social»³⁰².

Conhecedor do trabalho do médico belga René Sand, relata que o serviço social adquiriu uma importância significativa no mundo devido à industrialização dos centros urbanos, e às tentativas feitas para implementar uma legislação de protecção e de assistência social aos trabalhadores.

Em 1934, na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, José Lopes Dias profere um discurso em que critica «[...] o alheamento da Política [portuguesa] pelos assuntos da Assistência, dada a míngua das ideias mestras e dos estudos técnicos subsidiários [...]»³⁰³. A previdência, a higiene, o trabalho, a protecção à maternidade e infância, aos doentes e desamparados, são por ele consideradas dimensões da defesa social, que dispõem argumentos para justificar a sua importância. No caso de Portugal, acrescenta o pediatra, «Dispomos, é certo, de alguns serviços modelares em quasi todos os ramos da Assistência

³⁰⁰ *Ibidem*: p. 22.

³⁰¹ *Ibidem*: p. 23.

³⁰² Dias, José Lopes (1932), *Em Redor do Serviço Social*, Vila-Nova de Famalicão: Tipografia “Minerva”, de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão: pp. 7-8. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

³⁰³ Dias, José Lopes (1936), “As criancinhas portuguesas na política da assistência”. *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social* (3.ª série), Pôrto: Imprensa Social: p. 78.

Pública e Particular, mas são insuficientes, mal coordenados, apresentando-se também situações lastimosas a que ninguém consegue dar remédio»³⁰⁴.

Num país em que a industrialização é incipiente, o cooperativismo é embrionário, e o investimento financeiro é avesso às iniciativas filantrópicas, José Lopes Dias advoga que compete à política da assistência, «[...] promover a melhoria da habitação popular urbana e rural, a regulamentação das Bôlsas de Trabalho e de Mutualismo a favor da doença, da invalidez, da velhice e da sobrevivência»³⁰⁵. Acrescenta ainda que, ao ser humano, «[...] quanto mais fraco, mais desprotegido e mais infeliz, tantos maiores os seus direitos e os deveres da sociedade, a-fim-de se readaptar e reajustar, na medida do possível, à sua personalidade normal, ou de se amparar na sua fragilidade ou inutilidade sem remédio»³⁰⁶. O facto de maior parte da população portuguesa viver da exploração da terra, em condições de trabalho muito precárias, não seria impedimento para a implementação da assistência pública, já que o pediatra refere a existência de países agrícolas onde se desenvolveu uma eficiente protecção às populações rurais.

Para desenvolver uma política de assistência seria necessário «[...] estudar o país nas suas realidades próprias, elaborando o relato dos factos observados, verificados»³⁰⁷. Nesse processo, os serviços de protecção à infância deviam merecer particular atenção, fazendo-se o levantamento de todas as obras de puericultura existentes, e subordinando-as a «[...] um novo departamento do Estado com a missão exclusiva de organizar uma verdadeira Obra Nacional da Maternidade e da Infância»³⁰⁸. Outra proposta, tida como tão evidente que dispensava qualquer tipo de argumentação, era «[...] a criação de Escolas de Serviço Social junto de cada uma das três Faculdades de Medicina Portuguesas [...]»³⁰⁹, embora José Lopes Dias nada especifique sobre a natureza da formação a ser ministrada.

Na passagem ao século XX, os serviços de assistência em Portugal careciam de legislação que os fizesse convergir e colaborar. Embora algumas obras de caridade fossem

³⁰⁴ *Ibidem*: p. 80.

³⁰⁵ *Ibidem*: p. 82.

³⁰⁶ *Ibidem*: p. 84.

³⁰⁷ *Ibidem*: p. 85.

³⁰⁸ *Ibidem*: p. 92.

³⁰⁹ *Ibidem*.

propriedade do Estado, e por ele dirigidas e sustentadas, a maioria dependia de fundos próprios ou de iniciativas particulares, com eventuais subsídios concedidos pelo Governo. Com a instauração da República, preconizava-se uma profunda reforma na assistência e na sua administração, em muito devido ao anticlericalismo dos republicanos, que ocasionou a expulsão dos Jesuítas e a extinção das ordens religiosas em Portugal. Esta última medida colocou problemas de premente resolução, já que muitas congregações religiosas tinham a seu cargo instituições privadas de beneficência, sobretudo creches, asilos e hospitais, o que lhes conferia um papel significativo no combate à pobreza (cf. Teixeira, 2000: 149-152; Marques & Rodrigues, 1991: 233-234).

Tendo em vista reorganizar os serviços de assistência pública, a 25 de Maio de 1911 é promulgada nova legislação pelo Ministério do Interior, destinada a «[...] iniciar, sobretudo na capital da Republica, a experiencia de um systema de assistencia publica capaz de tornar desnecessaria a quem quer que seja a esmola»³¹⁰. O diploma legal refere, em tom de crítica social, que:

«Constitue triste diathese economica do povo portugûes acudir pela esmola ao que pela criação do trabalho tem de se resolver. Ou prove uma inibição da vontade, ou indique a sobrevivencia do vicio ancestral da subsistencia fornecida pelas casas religiosas, o certo é que causa pasmo a estrangeiros e humilhação a nacionaes o espectáculo da nossa mendicidade. O pedinte portugûes atesta atraso, passividade e inercia dos poderes publicos, imprevidencia e falta de solidariedade social»³¹¹.

A obra legislativa da Primeira República corporiza a preocupação de distinguir entre o falso e o verdadeiro pobre, e consagra o valor social do trabalho como meio fundamental de combate à pobreza:

«Acudindo a todos os verdadeiros indigentes, a sociedade adquire o direito de punir a mendicidade, volvida, então, em importuna exploração da sentimentalidade publica. Organizada a assistencia em condições de effectivo e sufficiente amparo dos pobres sem outro recurso, reprima-se severamente a mendicidade»³¹².

A concessão de socorros pretendia, acima de tudo, colocar os assistidos em condições de, por si próprios, suprirem as suas necessidades: só seria socorrido pela assistência pública

³¹⁰ Diário do Governo n.º 122, Série I, de 26/05/1911: p. 2130.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*.

quem não conseguisse prover ao seu sustento, por falta de trabalho, incapacidade ou doença; ou ainda quem, embora tendo trabalho, não dispusesse de rendimentos suficientes para garantir a sua sobrevivência (cf. Teixeira, 2000: 149-152).

A legislação de 1911 atribui maior responsabilidade social ao Estado na protecção aos necessitados. É criada a Direcção Geral de Assistência, a que ficam subordinados todos os organismos oficiais de beneficência, incluindo as Misericórdias. Institui-se o Fundo Nacional de Assistência, administrado pelo Conselho Nacional de Assistência Pública, a que cabiam ainda funções consultivas e de estudo de problemas. Em Lisboa é estabelecida a Provedoria Central da Assistência, para dirigir os serviços de beneficência na capital, incluindo os hospitais civis, a Casa Pia e a Misericórdia. Ao nível local são instituídas comissões distritais e municipais de assistência, com funções de fiscalização e distribuição de socorros públicos, e regulamentados novos esquemas de protecção social³¹³ (cf. Teixeira, 2000: 149-152; Marques & Rodrigues, 1991: 235-236).

A experiência centralizadora não trouxe, porém, os resultados esperados, nem o Fundo Nacional de Assistência permitiu, pela sua exiguidade, extinguir a caridade pública. No final da década de 1920, a reacção sidonista insistiu na reforma da assistência pública e sua administração, numa resposta ao descontentamento que as novas estruturas haviam lançado na sociedade portuguesa. Em 1918, sob a égide de Sidónio Pais, e em atenção à onda de miséria provocada pela I Guerra Mundial, é criada em Lisboa a Obra de Assistência 5 de Dezembro³¹⁴, multiplicando o número de sopas económicas distribuídas aos pobres, a preços reduzidos ou de forma gratuita. No mesmo ano, os hospitais civis de Lisboa são integrados numa direcção-geral própria, e vêem a sua autonomia ser restituída³¹⁵. Em 1919, na continuidade da via descentralizadora, as reformas concedem autonomia técnica, financeira e administrativa à Casa Pia e à Misericórdia de Lisboa³¹⁶, que continuam subordinadas à Direcção Geral de Assistência (cf. *ibidem*).

³¹³ Entre os novos esquemas de protecção social é de salientar, pela sua inovação, a criação da “obra dos dez”: «Dez individuos amparam um indigente. Associados a junta de parochia, que lhes entrega o infeliz retirado da mendicidade. Cada um d’esses dez individuos, que nunca mais dão uma esmola, conta o seu novo commensal tres dias por mês, contribue com a decima parte da sua renda de casa e dá-lhe roupa usada» (Diário do Governo n.º 122, Série I, de 26/05/1911: p. 2130).

³¹⁴ Cf. Decreto n.º 4.031, de 30/03/1918 (Diário do Governo n.º 67, Série I, p. 335).

³¹⁵ Cf. Decreto n.º 4.563, de 12/07/1918 (Diário do Governo n.º 155, Série I, pp. 1149-1165).

³¹⁶ Cf. Decreto n.º 5.621, de 10/05/1919 (Diário do Governo n.º 98, 5.º Suplemento, Série I, p. 977).

Foi também em 1919 que, em Portugal, ocorreu a primeira experiência de implementação de um sistema de seguros sociais obrigatórios, inspirado no movimento em matéria de política social que se desencadeou pela Europa, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Aplicável à população activa de ambos os sexos, no exercício de uma profissão digna e honesta, e com rendimentos não superiores a 900\$00 anuais, o modelo português previa medidas de protecção social na doença, nos desastres de trabalho, na invalidez, na velhice e na morte³¹⁷. As contribuições estavam a cargo das entidades patronais e dos segurados, e a gestão dos seguros competia geralmente a mutualidades de base concelhia. Foram também criadas bolsas sociais de trabalho³¹⁸, para organizar o recenseamento dos assalariados, e estabelecer a relação entre patrões e empregados, a fim de facilitar as colocações e promover a contratação de desocupados. A administração deste vasto programa ficou a cargo do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral³¹⁹, um organismo criado para o efeito e integrado no Ministério do Trabalho (cf. Cardoso & Rocha, 2009: 447-453; Carreira, 1999: 184-187).

Excessivamente ambicioso, instituído num período de grande instabilidade política, e desligado da conjuntura inflacionista que sucedeu à I Guerra Mundial, o sistema de seguros sociais obrigatórios produziu escassos resultados em Portugal. O insucesso também teve origem na fraca mobilização da população carenciada em torno das propostas do Estado para garantir a sua protecção social, e nas dificuldades associadas à construção da máquina burocrática e administrativa que a execução dos seguros sociais exigia. Em 1925, dá-se a extinção do Ministério do Trabalho, cuja existência de quase uma década o Governo considera ter sido «[...] atribulada, desordenada e estéril»³²⁰ e, com ela, tem início a derradeira fase da experiência republicana em matéria de seguros obrigatórios (cf. Cardoso & Rocha, 2009: 467-469).

No final de 1924, o Governo reconhece publicamente que «O estado financeiro da maior parte das instituições de assistência privada, e sobretudo o das misericórdias, que tradicionalmente mantêm a assistência hospitalar, é verdadeiramente angustioso desde

³¹⁷ Cf. Decretos n.º 5.636, n.º 5.637 e n.º 5.638, de 10/05/1919 (Diário do Governo n.º 98, 8.º Suplemento, Série I, pp. 1025-1044).

³¹⁸ Cf. Decreto n.º 5.639, de 10/05/1919 (Diário do Governo n.º 98, 8.º Suplemento, Série I, pp. 1044-1047).

³¹⁹ Cf. Decreto n.º 5.640, de 10/05/1919 (Diário do Governo n.º 98, 8.º Suplemento, Série I, pp. 1047-1060).

³²⁰ Decreto n.º 11.267, de 25/11/1925 (Diário do Governo n.º 255, Série I, pp. 1619-1627): p. 1620.

1916, e que se não fossem os auxílios do Estado [...] e o auxílio inexgotável do concurso particular, a assistência aos indigentes e pobres teria quasi desaparecido em muitos pontos do país, por ausência absoluta de recursos privativos que pudessem afrontar os efeitos terríveis da crise económica»³²¹. Mercê da legislação aprovada nesse mesmo ano, as Misericórdias e outros organismos de assistência privada passam a receber um auxílio financeiro por parte do Estado, cabendo a gestão dos recursos disponíveis às comissões municipais de assistência.

Às Misericórdias é reservado «[...] um lugar privilegiado nos domínios da assistência concelhia, lugar êsse a que têm direito pela tradição secular do exercício da caridade e da beneficência junto dos desventurados, mitigando-lhes as suas dores e os seus infortúnios»³²², ficando responsáveis pela prestação de assistência, ao nível concelhio, «[...] sob as formas de socorro aos doentes em hospitais e domicílios; da protecção às grávidas e recém-nascidos; da assistência à primeira infância desvalida; [...] [e] aos velhos e inválidos do trabalho, caídos na indigência»³²³. Ficam também obrigadas a submeter à apreciação do Governo, no prazo de um ano, o projecto de remodelação dos seus estatutos ou compromissos, consignando, entre outras disposições, os «[...] quadros do pessoal, [e sua] remodelação, melhorias e honorários»³²⁴. Diante deste quadro legislativo, «As Misericórdias vêem-se confrontadas com a preparação do seu pessoal, quer para fazer face à prestação de assistência, quer como justificação da aplicação dos auxílios financeiros obtidos» (Martins, 2010: 104).

Em 1928, durante a fase de Ditadura Militar, o Governo procede à reorganização dos serviços de assistência e, com ela, reforça a acção fiscalizadora e de tutela:

«A concessão de subsídio implica para a entidade que o recebe o dever indeclinável de justificar perante a Direcção Geral de Assistência a aplicação que lhe foi dada, podendo a mesma Direcção reaver a quantia concedida, quando a entidade contemplada não cumprir aquele preceito ou o subsídio não tenha sido aplicado ao fim para que foi pedido»³²⁵.

³²¹ Decreto n.º 10.242, de 01/11/1924 (Diário do Governo n.º 246, Série I, pp. 1589-1600): p. 1589.

³²² *Ibidem*: p. 1590.

³²³ *Ibidem*.

³²⁴ *Ibidem*: p. 1593.

³²⁵ Decreto n.º 14.813, de 03/01/1928 (Diário do Governo n.º 1, Série I, pp. 4-8): p. 4.

Aos inspectores da Direcção Geral de Assistência fica então atribuída a responsabilidade de:

«Visitar diàriamente, quando outra cousa lhes não haja sido determinado, os asilos e demais estabelecimentos dependentes; [e] Dar semanalmente conta [...], por meio de relatório quanto possível circunstanciado, do estado em que se encontram os respectivos serviços, tanto no que toca à higiene, disciplina e aproveitamento moral e físico dos protegidos, como no que respeita à administração, competência e procedimento do pessoal [...]»³²⁶.

A legislação então decretada pelo Governo em matéria de assistência veio questionar a qualificação dos prestadores de ajuda, que exerciam funções em instituições públicas e privadas de beneficência³²⁷. O assunto foi abordado no II Congresso das Misericórdias, em Maio de 1929, por Branca Rumina, que quatro anos antes havia proposto a criação do serviço social hospitalar. Na qualidade de médica e delegada da Misericórdia de Oeiras sugere no congresso que, junto da cada Misericórdia, actue um grupo de senhoras a fazer o que modernamente se designava por assistência social³²⁸. Branca Rumina salienta que:

«[...] por muita boa vontade que se tenha, para se ser uma razoável Assistente Social, são indispensáveis pequenas noções de higiene, puericultura, *tenue du ménage*, um certo sangue frio e uma paciência especial que se adquire com uma pequena aprendizagem e vendo trabalhar pessoas especializadas»³²⁹.

Como tal, defende a preparação de assistentes sociais profissionais nas Misericórdias de Lisboa e do Porto, destinadas a irem às outras Misericórdias trabalhar «[...] com as senhoras Assistentes Benévolas de cada região, orientando-as, ensinando-as a fazer o diagnóstico do caso social que se lhes apresenta e quais os meios mais eficazes a empregar para os remediar»³³⁰. Contudo, não refere que “pessoas especializadas” ficariam responsáveis pela formação dos núcleos de assistentes sociais. Meses mais tarde, numa

³²⁶ *Ibidem*: p. 6.

³²⁷ Neste sentido, Alcina Martins (2010: 100-113) disserta sobre o movimento para instituir o serviço social na assistência pública e particular, desde a Primeira República até ao Estado Novo. Para além de outras propostas nesse sentido, a autora menciona as que foram protagonizadas por Branca Rumina, José Ferraz e Beleza dos Santos, que serão aqui referidas, já que foi possível aceder às fontes documentais que elucidam sobre tais propostas.

³²⁸ Cf. Rumina, Branca (1930), “Assistentes sociais”, *Segundo Congresso das Misericórdias. Realizado no Porto. De 19 a 22 de Maio de 1929*, Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, pp. 147-153.

³²⁹ *Ibidem*: p. 152.

³³⁰ *Ibidem*.

conferência promovida pela Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, Branca Rumina retoma a sua tese, e apela:

«[...] que à semelhança do que acontece em países de notável civilização, a senhora Portuguesa vença a sua natural timidez, em sair do recato do seu lar e destine algumas horas por semana a obras de beneficência, fazendo voluntariamente, e por consequência com mais valor moral, o que já se pensou em fazer imposto por lei»³³¹.

No III Congresso das Misericórdias, realizado em Maio de 1932, José Maria Pereira Ferraz, presidente da Associação de Caridade de Sintra, uma instituição auxiliar da Misericórdia daquela vila, conhecedor do movimento de organização da caridade nos Estados Unidos da América, e da fundação da New York Summer School of Applied Philanthropy em 1898, afirma que em todos os países civilizados a caridade e a filantropia têm juntado os seus esforços num serviço social organizado³³². Ao corrente da primeira International Conference of Social Work, realizada em Paris, em 1928, dá a conhecer aos presentes uma definição que resultou daquele evento:

«O serviço social é o conjunto dos esforços tendo por fim: *aliviar os sofrimentos provenientes da miséria* (assistência paliativa); *repor os indivíduos e as famílias em condições normais de existência* (assistência curativa); *prevenir os flagelos sociais* (assistência preventiva); *melhorar as condições sociais e elevar a situação da existência* (assistência construtiva)»³³³.

A obra do médico belga René Sand, *Le Service Social à travers le Monde. Assistance, Prévoyance, Hygiène*, publicada em 1931, é para José Ferraz elucidativa do progressivo movimento de renovação mundial, em matéria de serviço social organizado, a que Portugal se devia associar, acautelando porém que «[...] a acção social está ligada, na sua forma e extensão, aos recursos, às necessidades e às tradições de cada país»³³⁴. A técnica e a preparação metódica seriam condições indispensáveis para iniciar um programa moderno de assistência no país, pelo que propõe a criação de centros regionais de divulgação sobre

³³¹ Rumina, Branca (1929), *A Mulher e as Misericórdias*, Lisboa: Oficinas de São José: p. 28. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa). A conferência que precedeu esta publicação foi realizada na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oeiras, por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras, a 11 de Agosto de 1929.

³³² Cf. Ferraz, José Maria Pereira (1935), “Serviço social organizado. As Misericórdias e a organização e orientação da assistência concelhia, regional e nacional”, *Terceiro Congresso das Misericórdias. Realizado em Setúbal. De 22 a 25 de Maio de 1932*, Setúbal: Tipografia da Escola do Orfanato Setubalense, pp. 95-126. As referências à proposta de José Ferraz, realizadas em seguida, são feitas com base nesta fonte documental.

³³³ *Ibidem*: p. 104 (excertos em “itálico” conforme o documento).

³³⁴ *Ibidem*: p. 123 (excerto em “itálico” conforme o documento).

higiene, assistência e previdência, o que seria, «[...] além de um elemento de propaganda, ensino e educação, o início da criação de escolas higiênistas, de enfermeiras e de pessoal benévolo, tanto feminino como masculino, de escolas de serviço social»³³⁵.

Fora do contexto das Misericórdias, mais concretamente na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, em 1931, José Beleza dos Santos, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, profere um discurso elucidativo sobre o serviço social, justificando assim o seu interesse pelo tema:

«O estudo do assunto de que vou ocupar-me foi uma verdadeira imposição feita ao meu espírito pelas funções que exerço como juiz dum tribunal de infância. A necessidade dum *serviço social* bem organizado que possa colaborar com o tribunal e lhe dê a necessária amplitude, segurança e continuidade de acção, tem-se-me revelado cada vez mais viva [...]. Por isso, procurei estudá-lo e esclarecer-me em viagens que fiz por diversos países»³³⁶.

Familiarizado com autores estrangeiros que escreveram sobre o serviço social, entre os quais, a norte-americana Mary Richmond e o belga René Sand³³⁷, Beleza dos Santos define aquela modalidade de intervenção social como «[...] um serviço, baseado na observação da personalidade daqueles que se socorrem, da sua conduta e do seu ambiente, e que procura, na medida do possível, a sua readaptação social, apoiando-se, tanto quanto possível, no próprio esforço do socorrido»³³⁸. Considera vantajosa a intervenção de assistentes sociais em serviços clínicos, sobretudo nos hospitais, dispensários e institutos psiquiátricos, e ainda junto das escolas e dos meios industriais. Porém, no seu discurso, é nos tribunais de infância que confere mais importância à existência de assistentes sociais, considerando-os elementos de acção indispensáveis:

³³⁵ *Ibidem*.

³³⁶ Santos, José Beleza dos (1932), *Algumas Considerações sobre o Serviço Social*, Coimbra: Coimbra Editora, Lda.: pp. 5-6. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) (excerto em “itálico” conforme o documento).

³³⁷ No seu discurso, Beleza dos Santos faz várias referências ao livro *Les Méthodes Nouvelles d'Assistance. Le Service Social des Cas Individuels* (1926), tradução francesa de *What is Social Case Work?*, da autoria de Mary Richmond, publicado pela primeira vez em 1922, nos Estados Unidos da América. É ainda mencionada a obra *Le Service Social à travers le Monde. Assistance, Prévoyance, Hygiène* (1931), de René Sand, publicada em França.

³³⁸ Santos, José Beleza dos (1932), *Algumas Considerações sobre o Serviço Social*, Coimbra: Coimbra Editora, Lda.: p. 17. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

«Concorrem com subsídios de grande valor para a *observação* dos menores, no seu meio familiar, escolar e social, fazendo os necessários inquéritos. Depois, se os menores são colocados em liberdade vigiada ou semi-internato, [...] vigiam-nos e aconselham-nos. [...] Sem um serviço de assistentes sociais bem organizado um tribunal de infância verá muitas vezes frustrada a sua acção»³³⁹.

Beleza dos Santos considera que, em Portugal, há uma espécie de assistentes sociais nos tribunais de menores: os delegados de vigilância, equivalentes aos *probation officers* norte-americanos³⁴⁰. Existiam, porém, em número reduzido e, embora tivessem qualidades pessoais e trabalhassem com interesse e dedicação, faltava-lhes uma preparação técnica adequada. Por outro lado, a sua acção era circunscrita ao menor, quando muitas vezes é também preciso exercer:

«[...] uma acção de saneamento do seu ambiente familiar para onde, tanta vez, êle terá de voltar mais tarde. [...] Por isso, ao lado dos Delegados de Vigilância dos *Tribunais de Infância* e em estreita colaboração com êles, convem que trabalhem outros *assistentes sociais* para actuarem especialmente sôbre as famílias dos menores»³⁴¹.

Segundo entende, aliás, todos os serviços de assistência, públicos e particulares, deviam incluir assistentes sociais com preparação técnica, para uma acção mais completa e fundamentada. A propósito da formação em serviço social, refere que em diversos países têm sido criadas escolas especializadas, onde os assistentes sociais adquirem os conhecimentos e a experiência prática necessários ao seu ofício, ao que conclui:

«Como eu desejaria ver estas escolas a funcionar em Portugal! Elas forneceriam elementos devidamente preparados para se poderem organizar *centros de serviço*

³³⁹ *Ibidem*: pp. 18-19 (excerto em “itálico” conforme o documento).

³⁴⁰ Segundo Alcina Martins (2010: 106), «Nos Estados Unidos a organização dos tribunais de infância de 1899 teve a participação de novos profissionais, os *probation officers*, que realizam inquéritos minuciosos destinados a conhecer a criança antes desta ser apresentada a julgamento. Instruem o processo, comparecem na audiência para defender os interesses do menor e fornecer ao juiz os esclarecimentos de que precisa. Além disso, vigiam as crianças, que lhe são confiadas, antes ou depois da audiência, devendo adquirir sobre elas uma grande influência moral que lhes permita guiá-las e aconselhá-las eficazmente. A sua selecção é feita pelo juiz que escolhe de uma lista de candidatos organizada pelas associações de caridade, sendo preparados em escolas especiais». Em Portugal, a figura do *probation officer* surge no início do regime republicano, com a designação “delegado de vigilância”, aquando da promulgação do Diário do Governo n.º 137, Série I, de 14/06/1911 (pp. 2530-2537), que institui a Tutoria da Infância e a Federação Nacional dos Amigos e Defensores das Crianças.

³⁴¹ Santos, José Beleza dos (1932), *Algumas Considerações sobre o Serviço Social*, Coimbra: Coimbra Editora, Lda.: p. 20. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) (excerto em “itálico” conforme o documento).

social que agissem de per si ou colaborassem, na forma indicada, com os hospitais, as escolas, a polícia, os institutos de assistência, de reforma ou de correcção»³⁴².

Seria preferível, segundo Beza dos Santos, que a abertura de escolas de assistentes sociais partisse da iniciativa particular ou de instituições públicas com ampla autonomia, porque «[...] a acção do Estado é mais complicada e cheia de embaraços e podem infiltrar-se nela prejudicialmente o favor pessoal ou as preocupações políticas»³⁴³. Formado o pessoal necessário, propõe a criação de «[...] grupos de assistentes voluntárias devidamente instruídas, trabalhando sob a direcção de assistentes retribuídas com boa preparação técnica e largo tirocínio»³⁴⁴.

Fica ainda esclarecido que o serviço social não substitui, enjeita ou exclui a caridade. Pelo contrário, «[...] perfilha-a, exige-a mesmo e apenas procura discipliná-la, esclarecê-la e iluminá-la»³⁴⁵. Em alguns países estrangeiros, exemplifica, há associações religiosas que passaram a exercer a caridade através de métodos novos e que, inclusive, criaram escolas privadas para a preparação técnica do serviço social. O discurso encerra com a exaltação do carácter feminino, que tão naturalmente se adequa à grande obra que há por realizar em Portugal: «Ninguém melhor do que a mulher, adivinha, sente e suavisa a dôr alheia: não há quem melhor saiba dar-lhe consolação e esperança. Não há quem melhor a compreenda e a conforte, e a ninguém ela se confia com mais segurança»³⁴⁶.

Não obstante as propostas feitas por diferentes sectores da sociedade portuguesa, desde a Primeira República, para instituir escolas de serviço social, a verdade é que nenhuma delas se concretizou, e a formação de assistentes sociais em Portugal foi sendo protelada no tempo. Merece ainda destaque uma tentativa realizada no início da década de 1930, cuja origem, ao contrário das propostas até agora enunciadas, vai além do contexto nacional. Trata-se de um conjunto de diligências para instituir uma escola católica de serviço social em Portugal, conduzidas pela Union Catholique Internationale de Service Social.

³⁴² *Ibidem*: p. 33 (excerto em “itálico” conforme o documento).

³⁴³ *Ibidem*: p. 36.

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ *Ibidem*: p. 37.

³⁴⁶ *Ibidem*: p. 38.

Nos seus estatutos, cuja versão definitiva foi aprovada em 1927, a UCISS propunha-se incentivar a fundação de escolas sociais católicas «[...] qui, par des cours théoriques et pratiques d'un an au moins, aboutissent à un examen, donnent une formation technique et morale en vue de préparer à l'action sociale. Elles doivent être approuvées par l'autorité diocésaine»³⁴⁷. No início de 1933, eram já trinta e cinco as escolas afiliadas à UCISS, na sua maioria, femininas, e concentradas na Europa ocidental³⁴⁸. Numa reunião de direcção da UCISS, em Março de 1932, em que se discutiu a propaganda a adoptar na fundação de novas escolas católicas de serviço social, ficou registado em acta o seguinte: «Le secrétariat expose les démarches faites pour la fondation d'une École Sociale au Portugal et la possibilité de charger Mlle. Loneux (Belgique) si elle y consent, à passer au Portugal au retour du Brésil»³⁴⁹. Porém, o documento não especifica que diligências haviam sido tomadas por aquela organização, nem identifica os seus protagonistas.

Adèle de Loneux foi uma protagonista do feminismo católico na Bélgica³⁵⁰, tendo assumido, entre 1928 e 1932, a direcção de *La Femme Belge* (cf. Maerckx, 2009: 38-44; Gérin, 1969: 261-263). Fundada por Victoire Cappe em 1913, a revista pretendia difundir a ideologia do movimento social católico feminino, e assim participar na «[...] restauration de la jeune fille catholique par l'instauration d'une éducation chrétienne qui embrasserait la vie sous toutes ses formes: sensible et spirituelle, individuelle, domestique et sociale» (Maerckx, 2009: 41). Em 1932, na qualidade de professora da École Catholique de Service Social, Bruxelas, e por indicação da UCISS, Adèle de Loneux viaja até à cidade de São Paulo, no Brasil, para aí ministrar um “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” (cf. Schpun, 2002: 175; Yamamoto & Carvalho, 2000: 168-179).

³⁴⁷ UCISS (1927), *Statuts. Adoptés à la réunion du Comité du 25 novembre 1927 à Aix-la-Chapelle*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 1.

³⁴⁸ Escolas sociais católicas afiliadas à UCISS, por país, no início de 1933: Alemanha (10); Estados Unidos da América (5); Bélgica e França (4); Holanda (3); Espanha e Polónia (2); Áustria, Canadá, Chile, Grã-Bretanha, Hungria e Suíça (1). Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier Documentaire. 1933”, pp. 1-27 (Les écoles catholiques de service social). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

³⁴⁹ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau, 23 mars, 1932 à Bruxelles. Compte-rendu”. Documento dactilografado com três páginas: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 44.

³⁵⁰ Adèle de Loneux (1886-1969) colaborou assiduamente em *Le Féminisme Chrétien de Belgique*, uma revista que, durante o seu período de publicação (1905-1940), foi o órgão oficial do feminismo católico na Bélgica. Este mesmo movimento organizou, a partir de 1912, uma série de conferências mensais sobre temas de interesse para as mulheres, em que Adèle de Loneux participou como animadora. Revista e conferências contribuíram para a expansão progressiva do feminismo católico na Bélgica (cf. Gérin, 1969: 261-263).

O curso, com duração de seis semanas, foi promovido pelas Cónegas de Santo Agostinho, da Congregação de Nossa Senhora, e decorreu no colégio feminino “Des Oiseaux”, fundado em 1907 por aquela mesma congregação. A iniciativa encontrou grande adesão por parte de jovens formadas em estabelecimentos religiosos, e entre as que se ocupavam de obras de beneficência. Após o curso, e para responder ao interesse que as participantes manifestaram em prosseguir os seus estudos, e em colocar em prática a moderna assistência social, foi fundado o Centro de Estudos e de Acção Social (CEAS). Sob o patrocínio da Igreja Católica, que à época estava interessada em dinamizar o laicado, o CEAS tinha como objectivos a formação técnica especializada de quadros para a acção social, e a difusão da doutrina social da igreja (cf. *ibidem*).

Ainda em 1932, o CEAS concede uma bolsa de estudos a duas das suas fundadoras, Albertina Ferreira Ramos e a Maria Ferraz Kiehl, que se deslocam à Europa para estudar a organização e o ensino de serviço social. Segundo a própria Maria Kiehl (*cit. in* Iamamoto & Carvalho, 2000: 173)³⁵¹:

«Pareceu-nos, entretanto, insuficiente nosso preparo para garantir a boa organização de uma escola de serviço social, pois se as escolas dessa natureza têm por principal finalidade sanar os inconvenientes da improvisação de dirigentes de obras sociais, é claro que a primeira condição de eficiência das escolas de serviço social é não serem elas próprias uma improvisação. À vista disto, duas sócias do Centro [de Estudos e de Acção Social], Albertina Ferreira Ramos e eu, seguimos para a Europa, a fim de fazer estudos completos na Escola de Serviço Social de Bruxelas».

Depois do seu regresso, em 1936, é fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira do género a existir no Brasil (cf. Iamamoto & Carvalho, 2000: 168-179).

Em Julho de 1932, Maria Baers, então secretária-geral da UCISS, refere numa reunião os progressos alcançados no colégio “Des Oiseaux” e no CEAS, tendo em vista a criação de uma escola católica de serviço social no Brasil: «[...] cours intensifs de formation sociale avec examens – continuation par des cercles d’études sociales – envoi en Europe de trois jeunes filles brésiliennes venant se former à l’École Sociale de Bruxelles pour diriger

³⁵¹ Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho citam uma entrevista realizada a Maria Kiehl, em 1942, com a designação “O ensino do serviço social no Brasil”, em depósito no arquivo da Escola de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Convém salientar que a Escola de Serviço Social de São Paulo passou a integrar a PUC-SP em 1947, um ano após a fundação daquela universidade.

l'action sociale à leur retour»³⁵². Expõe ainda «[...] les démarches faites au Portugal, où Mlle. Loneux ira donner des conférences à Lisbonne, Coïmbre, et Porto»³⁵³. No entanto, a vinda de Adèle de Loneux a Portugal ocorre somente em 1933, tendo sido deliberado pela UCISS, em Janeiro desse ano: «On est d'accord pour consacrer 2.000 francs du budget au voyage au Portugal pour y susciter la création d'une École sociale»³⁵⁴. As fontes recolhidas não permitem reconstituir o percurso de Adèle de Loneux em Portugal: apenas comprovam a sua passagem por Lisboa, em 1933³⁵⁵.

É durante a fase de instauração do Estado Novo, com a configuração de uma nova conjuntura nas relações entre o Estado, a Igreja Católica e os movimentos intelectuais, que se concretiza, enfim, o projecto há tanto adiado para instituir o ensino do serviço social em Portugal. No início da década de 1930 tem lugar a edificação dos alicerces fundamentais do novo regime político, numa tentativa de romper com a República democrática, implantada em Outubro de 1910, e de suceder à Ditadura Militar vigente. Esse processo de profunda mudança na organização da sociedade portuguesa veio a revelar-se profícuo, ao nível da implementação de novas práticas políticas e administrativas.

O mês de Janeiro de 1930 foi, desde logo, marcado pela posse de um novo Governo, presidido pelo general Domingos de Oliveira, e pela recondução de Oliveira Salazar no cargo de ministro das Finanças, posição que ocupava desde 1928. No mês seguinte, Gonçalves Cerejeira, um amigo dos tempos da juventude coimbrã de Oliveira Salazar, foi entronizado como cardeal patriarca de Lisboa. A este respeito, pode afirmar-se que com a subida de Cerejeira ao topo hierárquico da Igreja Católica Portuguesa a mesma matriz ideológica e política presidia, quer aos destinos do poder que buscava construir um Estado em ruptura com a República democrática quer aos desígnios perseguidos pela Igreja (cf.

³⁵² “Compte-rendu de la Réunion du Comité de l'Union Catholique Internationale de Service Social. Heidelberg, les 8-9-10 juillet 1932”. Documento dactilografado com dez páginas: p. 9. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 80. Embora Maria Baers faça referência a “trois jeunes filles brésiliennes”, apenas duas acabaram efectivamente por se deslocar à École Catholique de Service Social, em Bruxelas (Albertina Ferreira Ramos e Maria Ferraz Kiehl).

³⁵³ *Ibidem* (sublinhado conforme o documento).

³⁵⁴ “Réunion du Bureau de l'Union Catholique Internationale de Service Social. Aix-la-Chapelle, 4-5 janvier 1933” (acta). Documento dactilografado com seis páginas: p. 5. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 82.

³⁵⁵ As fontes documentais em causa serão referenciadas no subcapítulo 4.2, A negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS): «*nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait*», pp. 170-202.

Oliveira, 1992: 22-28). Isto após um período de duros confrontos entre republicanos e organizações da Igreja Católica, que vinham a ser mitigados desde o final da I Guerra Mundial.

Em Julho de 1930, na sala do Conselho de Estado, em Lisboa, Oliveira Salazar pronuncia o célebre discurso “Princípios fundamentais da revolução política”, onde expõe a doutrina e o programa de construção do regime que havia de suceder à Ditadura Militar, e dá a conhecer a União Nacional. Ao invés de um novo partido, a União Nacional pretendia ser uma estrutura cívica, sob a dependência do poder político, que servia como sua extensão noutros domínios da sociedade portuguesa. Nela se fazia a apresentação de candidaturas governamentais para as eleições, e dela dependia, em grande parte, a selecção de quadros superiores para a administração local (cf. Cruz, 2000c: 545-546; Oliveira, 1992: 22-28).

Entre 1930 e 1933, para além da União Nacional, foram criadas outras traves mestras do Estado Novo: o Acto Colonial (em Julho de 1930, ainda sob o Governo presidido pelo general Domingos de Oliveira); a Constituição Política de 1933 (aprovada por plebiscito em Março de 1933, já durante o Governo presidido por Oliveira Salazar); e o Estatuto do Trabalho Nacional, que institucionalizou o Estado corporativo. Estes instrumentos propunham-se fundar uma nova ordem jurídico-política baseada na autoridade do Estado e na supremacia do poder executivo, definir um novo quadro nas relações da metrópole colonizadora com o império colonial, e institucionalizar uma nova organização económica e novas relações de trabalho, tuteladas pelo poder executivo (cf. Oliveira, 1992: 22-28). Em suma, pretendiam criar condições favoráveis à implantação, consolidação e durabilidade do Estado Novo na sociedade portuguesa.

Realizado em Maio de 1934, o primeiro congresso da União Nacional admitiu, na sua maioria, contributos de carácter técnico. «Foi um ‘congresso de técnicos’ que pretendiam concorrer para uma afirmação doutrinária da organização em domínios diversos, como via para a concretização de um projecto político global, específico e com respostas concretas aos problemas do novo regime»³⁵⁶ (Oliveira, 1992: 41). Para o efeito da execução dos

³⁵⁶ O congresso propôs-se aos seguintes fins: «1) Estudo dos problemas fundamentais suscitados na fase actual da vida da União Nacional; 2) Estudo dos assuntos de interesse nacional que se relacionem com os objectivos e consolidação do Estado Novo; 3) Conhecimento da Obra nacional já realizada pelos Governos

trabalhos, o congresso estava organizado em quatro secções: política geral e de vida interna da União Nacional; Administração Pública; Educação Nacional e Acção Social; e Exposição Documental³⁵⁷. Foi no âmbito da secção “Administração Pública”, mais concretamente na 5.ª subsecção (Saúde e Assistência)³⁵⁸, que Fernando Bissaya Barreto e a condessa de Rilvas apresentaram as suas teses, cujo conteúdo, e contexto em que foram proferidas, se revelaram decisivos para a abertura de escolas de serviço social em Portugal.

Médico e professor universitário, Bissaya Barreto³⁵⁹ desenvolveu em Coimbra uma importante obra assistencial de apoio aos tuberculosos e às crianças. Numa das teses que apresenta no congresso, com o título “Medicina social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal”, menciona as exigências da vida moderna, sobretudo na grande indústria, que obrigam a trabalhos excessivos e exaustivos, muitas vezes em más condições higiénicas³⁶⁰. Perante essa realidade, considera:

«[...] indispensável a organização dum armamento completo médico-higiénico, que coordene e dê método aos esforços dos poderes públicos, dos médicos, das obras particulares e doutras entidades, no sentido de se conseguir uma melhor realização dos preceitos da Higiene, um melhor rendimento da Medicina Preventiva e um maior aproveitamento do dispêndio enorme que a Assistência oficial e a Assistência privada estão fazendo em Portugal»³⁶¹.

saidos do patriótico movimento de 28 de Maio». In União Nacional (1935), *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV*, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia: p. 3 (Regulamento do Congresso, art.º n.º 3). L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

³⁵⁷ Cf. *ibidem*, p. 6 (Regulamento do Congresso, art.º n.º 15).

³⁵⁸ A secção “Administração Pública” compreendia ainda as subsecções: Administração Política e Civil; Justiça; Finanças; Defesa Nacional; Relações Internacionais; Obras Públicas (melhoramentos rurais); Colónias; Comércio; Indústria; e Agricultura. Cf. *ibidem*, p. 7 (Regulamento do Congresso, art.º n.º 17).

³⁵⁹ Fernando Baeta Bissaya Barreto Rosa (1886-1974) formou-se em medicina pela Universidade de Coimbra, onde também completou o curso de filosofia. Desenvolveu vasta acção filantrópica na área da saúde, criando dispensários anti-tuberculose, obras de apoio aos leprosos, e ainda dispensários de assistência materno-infantil. Como medidas de protecção à infância, fundou o Ninho dos Pequenitos e um parque infantil anexo, o Preventório de Penacova, e a Escola Profissional de Semide. Em 1958 criou a Fundação Bissaya Barreto, para garantir a continuidade da sua obra social. Em termos do percurso político, começou por ser republicano militante (Partido Evolucionista), passou pela Maçonaria, e até pela Carbonaria de Coimbra, para acabar nas fileiras da União Nacional, a que aderiu em 1930 e da qual, pouco tempo depois, foi membro da Comissão Central. Desenvolveu amizade próxima com Oliveira Salazar, de quem, além de médico pessoal, veio a ser confidante e conselheiro. Durante o Estado Novo evitou sempre os cargos de índole política, preferindo influenciar escolhas e indicar nomes da sua confiança para os mais altos cargos do Estado, embora tenha aceite a presidência da Junta Geral do Distrito de Coimbra e, mais tarde, da Junta Provincial da Beira Litoral (cf. Silva, 2005: 496-497; Alexandre, 2000: 277).

³⁶⁰ Cf. Barreto, Bissaya (1935), “Medicina social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal”, União Nacional, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV*, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, pp. 133-142. As referências ao discurso de Bissaya Barreto, realizadas em seguida, são feitas com base nesta fonte documental.

³⁶¹ *Ibidem*: p. 137.

Só assim, entende, seria possível diminuir a morbidade e a mortalidade, melhorar as condições sociais de existência, e defender na íntegra a saúde do povo português.

No seu discurso, Bissaya Barreto apela à organização da medicina social em Portugal, e enfatiza a necessidade de um movimento nacional de educação profilática, a fim de “higienizar os costumes”:

«[...] da mesma maneira que nas primeiras idades se faz nascer a crença religiosa, também é nas crianças e principalmente na idade escolar que se deve dispendir o maior esforço para tornar estruturais e inconscientes, até, a prática dos princípios basilares duma boa higiene. Sem esse trabalho de instrução e educação, todos os esforços serão perdidos»³⁶².

Por outras palavras, a incorporação na consciência popular das noções básicas de higiene traria os progressos necessários à saúde e ao bem-estar social. No domínio da medicina social, atribui particular importância ao papel da mulher:

«Quem ignora a sua função, nas consultas, nos Dispensários, nos Hospitais, nas organizações de Medicina Preventiva? Quem ignora a variedade e multiplicidade de funções que ela cumpre nas complicadas organizações dos armamentos contra as chamadas doenças sociais? Quem ignora o seu papel educador em assuntos de Higiene e Profilaxia?»³⁶³.

Argumenta ainda que o espírito e as qualidades femininas permitem «[...] reunir boas vontades, congregar valores, sistematizar esforços, angariar donativos e organizar instituições que vivem do seu método, da sua tenacidade, do seu desisterêse, do seu coração»³⁶⁴. Ao concluir a sua intervenção, Bissaya Barreto propõe várias medidas para organizar os serviços de medicina social em Portugal, entre as quais, a criação do serviço social, tomando como base a acção da mulher portuguesa.

Belga de nascimento, Elisabeth Marie Caroline d'Albignac³⁶⁵ casou-se em Paris, em 1898, com o então secretário da Legação de Portugal na capital francesa, Simão Hipólito de

³⁶² *Ibidem*: pp. 138-139.

³⁶³ *Ibidem*: p. 140.

³⁶⁴ *Ibidem*: pp. 140-141.

³⁶⁵ Elisabeth Marie Caroline d'Albignac Bandeira de Melo, condessa de Rilvas (1871-1945), nascida em Gand, Bélgica, era filha do aristocrata francês Fernand Honoré François Aymar, marquês d'Albignac. Após se instalar em Portugal, dedicou-se a obras de assistência infantil, tendo fundado as Florinhas da Rua (1917),

Oliveira Calça e Pina Bandeira de Melo, 4.º conde de Rilvas, adquirindo o título de condessa de Rilvas. O casal veio a instalar-se em Portugal, onde esta aristocrata católica se dedicou à acção assistencial. Por ocasião do seu falecimento, em 1945, o jornal *Novidades*, órgão do Episcopado Português, publicou a seu respeito: «[...] distinta senhora, que tanto se nobilitou pela sua obra de caridade social à qual se devotou de há muito numa actividade de zelo de verdadeiro apostolado cristão. Espírito muito culto, para o qual nenhum problema da moderna acção social era estranho [...]»³⁶⁶. Foi expressamente convidada por Oliveira Salazar para intervir no primeiro congresso da União Nacional, tendo apresentado uma tese intitulada “A assistência técnica”³⁶⁷.

Por assistência técnica, a condessa de Rilvas entende «[...] tôda a assistência que luta com meios científicos para o tratamento, melhoramento ou cura de várias taras, físicas, psíquicas e sociais»³⁶⁸. Após elencar as várias modalidades de assistência técnica em Portugal³⁶⁹, detém-se sobre a assistência social, realçando a fase inicial em que a mesma se encontra, contando apenas com enfermeiras visitadoras e visitadoras sociais, sob orientação da Direcção Geral de Saúde. Sobre aquela modalidade (assistência social), acrescenta ainda, «[...] a ela pertence o futuro. A ela, o intuito especial de reintegrar os infelizes em situação de dispersar os socorros, substituindo a passividade habitual do assistido pela actividade suficiênte para o libertar do quási vexame da assistência»³⁷⁰.

Para que as obras de assistência, públicas e particulares, possam desempenhar bem a missão para que foram criadas, realça ser necessário «[...] que sejam guiadas por competências e que o seu pessoal receba uma formação técnica e moral sem a qual a sua

e o Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas (1926). Foi a principal dirigente da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), criada em 1936 pelo então ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco. Entre 1936 e 1945 foi vice-presidente da Junta Central da OMEN e presidente da sua direcção executiva. Durante o mesmo período, foi também a dirigente máxima, embora só honorariamente, da Mocidade Portuguesa Feminina (cf. Pimentel, 2011: 150, 214-218; www.geneall.net/F).

³⁶⁶ *Novidades*, 1945, Ano LX, n.º 16.018, 25 de Maio (6.ª feira): p. 1.

³⁶⁷ Cf. Rilvas, Condessa de (1935), “A assistência técnica”, União Nacional, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV*, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, pp. 169-183. As referências ao discurso da condessa de Rilvas, realizadas em seguida, são feitas com base nesta fonte documental.

³⁶⁸ *Ibidem*: p 169.

³⁶⁹ A condessa de Rilvas faz referência às seguintes modalidades de assistência técnica, existentes em Portugal: assistência médica; assistência a anormais físicos; assistência a anormais psíquicos; assistência a anormais sociais; assistência educativa; e assistência social (cf. *ibidem*, pp. 170-173).

³⁷⁰ *Ibidem*: pp. 181-182.

acção seria ineficaz»³⁷¹. Aqui reside, segundo a condessa de Rilvas, uma das maiores deficiências em matéria de assistência em Portugal: a falta de organização. Mais grave ainda, considera, é a falta de preparação dos dirigentes e do pessoal, sendo a solução necessária a criação de uma escola de serviço social: «É êsse, o remédio ambicionado por tôdos os que se interessam e conhecem alguma cousa dos problemas da Acção Social, complexos em profundidade e em extensão. [...] O *Serviço Social* [...] abrange todos os ramos de uma vasta acção social moderna e profícua»³⁷². Por outro lado, salienta a necessidade de educar moralmente os assistidos:

«Para a luta contra o pauperismo, a miséria, a desmoralização mãe da miséria, não basta sómente mover as fôrças materiais e científicas, deve apelar-se para tôdas as fôrças morais e espirituais – que só elas pôdem sêr as alavancas da renovação moral, base do progresso material. E a grande fôrça moral é a religião»³⁷³.

Ao concluir a sua tese, faz a seguinte proposta: «Deve desenvolver-se a assistência social, favorecer a criação de uma Escola de Serviço Social e colocar à frente dos serviços sociais pessoas com vocação, de espírito afeiçoado às obras sociais e com formação técnica para os diferentes ramos»³⁷⁴. Sobre as pessoas que ganham a vida a prestar assistência, a condessa de Rilvas adianta que o seu ofício deve ser exercido «[...] com espírito de caridade cristã»³⁷⁵, perspectiva que deixa antever uma concepção de formação em serviço social orientada pelos princípios e valores da Igreja Católica.

Do estudo e discussão das teses apresentadas pela 5.^a subsecção, Saúde e Assistência, resultaram várias conclusões, sujeitas à apreciação do congresso. Todas mereceram a aprovação, tendo ficado bem expressa a intencionalidade do Governo, relativamente às propostas de Bissaya Barreto e da condessa de Rilvas: «Que se criem em Coimbra, Porto e Lisboa escolas de *serviço social*»³⁷⁶. No caso de Coimbra, o processo que conduziu à criação da Escola Normal Social, em 1937, e o seu funcionamento até 1945, foram objecto

³⁷¹ *Ibidem*: p. 176.

³⁷² *Ibidem* (excerto em “itálico” conforme o documento).

³⁷³ *Ibidem*: p. 177.

³⁷⁴ *Ibidem*: p. 183.

³⁷⁵ *Ibidem*: p. 182.

³⁷⁶ União Nacional, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV*, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia: p. 397 (excerto em “itálico” conforme o documento).

de um estudo realizado pela assistente social Alcina Martins³⁷⁷. Fundada pela congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, aquela escola teve a aquiescência da Junta da Província da Beira Litoral, presidida por Bissaya Barreto³⁷⁸ (cf. Martins, 2010: 187-189). A cidade do Porto teria que esperar até 1956 para ver criada a sua escola, o Instituto de Serviço Social. Este tinha como suporte jurídico a Associação de Cultura e Serviço Social, ligada à Igreja Católica, e contou com grande empenho pessoal do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, no seu processo de abertura³⁷⁹ (cf. Silva, 2006: 50-52). Mas foi

³⁷⁷ Alcina Martins concluiu o doutoramento em serviço social em 1993, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com a tese *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português. Escola Normal Social de Coimbra*.

³⁷⁸ Desde 1927, a Junta Geral do Distrito de Coimbra, sob a presidência de Bissaya Barreto, havia criado os sanatórios de Celas e dos Covões, a Obra de Protecção à Grávida e Defesa da Criança, e várias obras sociais no campo da assistência infantil, com destaque para o Ninho dos Pequenitos, o Preventório de Penacova, e a Escola Profissional de Semide. «O pessoal que se encontrava nestes serviços não possuía as habilitações apropriadas [...]. Atendendo a que as congregações portuguesas não tinham ninguém preparado para assumir este tipo de serviços, em consequência da luta anticlerical e congregacionista promovida pelos governos liberais e pela República, é entregue essa função à congregação francesa das Franciscanas Missionárias de Maria. A pedido do professor Bissaya Barreto e do Bispo da Diocese, a vigaria provincial da Congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, Isabelle de France, substituindo a Madre Provincial, visita em 1935 as obras sociais da Junta Distrital [...]. Em Maio e Agosto de 1936 vem para Coimbra um grupo de francesas, Isabelle de France, Marie Constance Davon, Madeleine Jamot, Raymond Trouvay e a portuguesa Ester de Jesus Fernandes, da Congregação, para assumirem a direcção da Obra de Protecção à Grávida e à Criança (OPGC) que lhes fora confiada. Constance Davon vem propositadamente de França para abrir o ‘Ninho’. É puericultora formada pela Escola de Puericultura da Faculdade de Medicina de Paris e assistente de Psicologia e Higiene Mental pela Universidade da Sorbonne. Madeleine Jamot tem uma formação que lhe permite trabalhar em escolas, jardins de infância e creches. Raymond Trouvay é enfermeira visitadora formada pela Escola do Comité Nacional de Luta Contra a Tuberculose de Paris, possuindo o diploma de Estado de assistente social de 1932. O pessoal do ‘Ninho dos Pequenitos’ e do Parque Infantil é deste modo substituído por pessoas especializadas em puericultura e serviço social. A Congregação, através da madre geral, Marguerite du Sacré-Cœur, designa para directora da OPGC Marie Constance Davon que, passados alguns meses de trabalho, esboça um plano de reorganização dos serviços existentes. [...] Contudo, o desenvolvimento deste plano levantava questões relativamente à formação dos quadros [...]. Fazendo uso da sua formação e experiência nestes primeiros anos em Portugal, Constance Davon [...] organiza um programa de estudos, estágios e regulamentos. Com base no ensino da puericultura, o programa-higiene, saúde e educação reúne os ramos do curso que se repartiam por três anos de estudos teóricos e práticos, completados por um estágio de especialização. Através deste ensino forma-se a assistente social polivalente, que, consoante as necessidades, poderia desenvolver actividades de enfermagem, de educadora, de visitadora ou de conselheira. Constance Davon observou que raparigas ‘da mais alta sociedade de Coimbra’ não tinham nenhuma ocupação e gostariam de trabalhar como voluntárias para as ajudar; faz por isso um apelo às noelistas de Coimbra [...] e propõe-lhes um curso de puericultura e formação social em 10 de Janeiro de 1937» (Martins, 2010: 204-205).

³⁷⁹ A Associação de Cultura e Serviço Social, entidade de suporte jurídico do Instituto de Serviço Social do Porto, foi constituída em 1956 sob o patrocínio da Igreja Católica. «A iniciativa da criação da Associação e, paralelamente, do Instituto de Serviço Social, cabe ao Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, apoiado por um grupo de individualidades de relevo na vida económica, social e cultural da cidade, maioritariamente constituído por professores universitários, católicos e com ligações mais ou menos explícitas ao poder instituído. O empenho da Igreja no processo de institucionalização do serviço social no norte, deve ser ainda entendido à luz das movimentações que na época se verificaram no interior da própria Igreja e à diversidade do próprio movimento católico. Na década de 50, assiste-se a um processo de mobilização sem precedentes deste movimento, concretamente da sua juventude universitária, unido em torno do debate da problemática religiosa e social. [...] Desta forma, o empenho pessoal do Bispo do Porto na criação da associação e na

na capital portuguesa que, em 1935, abriu portas o Instituto de Serviço Social, a primeira escola do género em território nacional. Logo após o primeiro congresso da União Nacional, o seu projecto de organização foi confiado pelo Patriarcado de Lisboa à condessa de Rilvas, que recebeu conselho e orientação de uma organização francesa, com sede em Paris: a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux.

4.2 A negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS): «nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait»

Uma semana após o congresso da União Nacional, a condessa de Rilvas redige uma carta, onde expõe que o Governo português havia reconhecido a necessidade de formar os dirigentes e o pessoal da assistência, e de criar escolas de serviço social em Lisboa, Porto e Coimbra³⁸⁰. No texto, é manifesta a pretensão de imprimir àquele novo projecto um cunho católico, não tivesse sido a condessa de Rilvas incumbida, pelo Patriarcado de Lisboa, de tomar a dianteira na organização de uma escola de serviço social: «A nous catholiques de savoir profiter de l'occasion et de prendre les devants dans ces organisations»³⁸¹. Embora se desconheça o destinatário e o paradeiro da referida carta, foi possível apurar que um resumo da mesma esteve na posse do padre jesuíta Henri du Passage³⁸², então director da

abertura do instituto, não pode ser desvinculado do potencial que estes encerram para a divulgação do ideário católico e para a afirmação provável deste sector mais 'progressista' e seriamente empenhado na questão social. [...] [Podemos então] antever o propósito da Igreja de desempenhar um papel mais activo no estudo e solução dos problemas sociais, investindo na qualificação de profissionais destinados ao enfrentamento desses problemas e à criação de serviços para o melhoramento da vida social» (Silva, 2006: 50-51).

³⁸⁰ Vide Anexo I: "Extraits d'une lettre de Madame da Comtesse de Rilvas. 5 juin 1934". Documento dactilografado com uma página. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

³⁸¹ *Ibidem*: p. 1.

³⁸² Henri du Passage (1874-1963), padre jesuíta francês, ingressou em 1897 na École Supérieure des Mines, tendo aí adquirido o título de engenheiro. Em 1900 integra a Compagnie de Jésus, em Laval (França), indo concluir a sua formação religiosa em Jersey (Inglaterra), onde também cursou filosofia e teologia. Ordenado padre em 1907, regressa a Paris como adjunto do capelão nacional da Association Catholique de la Jeunesse Française (1910-1912), e director espiritual da École Sainte-Genève, na rue des Postes. Em 1912 é nomeado redactor da *Études*, revista fundada em 1856 pela Compagnie de Jésus, tendo a ela ficado vinculado até ao final da sua vida. Durante a I Guerra Mundial foi mobilizado como capelão militar. Foi ainda capelão da Fédération Nationale Catholique (1935-1948), e superior na casa dos jesuitas da rue de Grenelle, em Paris (1939-1945). Durante os primeiros anos na *Études*, e devido à sua formação em engenharia, ficou responsável pela rubrica das questões sociais. Ao assumir a direcção da revista (1919-1935), atribuiu-lhe o subtítulo *revue catholique d'intérêt général*, e fez dela um órgão de cultura religiosa, dirigido a um público mais amplo. Entre as suas obras mais conhecidas, destacam-se: *L'Anticléricalisme Français. Hier et Demain*

Études, uma revista francesa de cultura religiosa. Resumo, esse, que chegou às mãos de Marie de Liron d'Airolles³⁸³, fundadora e dirigente da Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux.

Em Dezembro de 1920, Marie d'Airolles é admitida como enfermeira no sanatório Belle Alliance de Groslay (Seine-et-Oise). Confrontada com a falta de formação profissional e religiosa das suas colegas, e preocupada com a banalização daquilo que considerava um apostolado, toma a iniciativa de fundar uma associação de enfermeiras católicas. Em Julho de 1921 consegue juntar uma vintena de enfermeiras, oriundas de várias organizações, em torno do nome e da fé de Geneviève Hennet de Goutel (1886-1917), uma enfermeira falecida heroicamente na Roménia durante a I Guerra Mundial. Esse círculo de estudos conduziu, no ano seguinte, à criação da Union Catholique du Personnel des Services de Santé (UCSS), uma associação profissional de inspiração católica que reunia enfermeiras e visitadoras. Em 1923, Marie d'Airolles assume a presidência da UCSS, e a ela consagra o resto da sua vida. Sob a divisa “*les âmes s'allument les unes les autres comme des flambeaux*”, a UCSS procurava mobilizar e reorganizar as forças católicas, incentivar a vida cristã dos seus membros e, em simultâneo, prestar-lhes orientação profissional (escolas, especializações, carreiras), e atribuir-lhes ajuda material (seguros, alojamento,

(1924); *Morale et Capitalisme* (1935); e *Leçons Familières de Sociologie* (1946) (cf. Beylard, 2001: 1154; D'Ouince, 1964: 120-123).

³⁸³ Marie de Liron d'Airolles (1884-1945) nasceu na comuna francesa de Saint-Hilaire-sur-Benaize, num ambiente familiar profundamente católico. Em 1902, com apenas dezoito anos, participa ao lado do pai na resistência organizada contra a expulsão das congregações religiosas em Dinard. Entre 1906 e 1911 organiza várias obras rurais no município de Douadic (cuidados aos doentes no domicílio; salas de aulas para crianças; biblioteca popular; e conferências educativas), que era presidido pelo seu pai. Em 1912 adere à Ligue Patriotique des Françaises, uma organização de mulheres militantes e católicas, tendo fundado grupos locais e discursado, na sua região, sobre a neutralidade, o anticlericalismo, e a necessária renovação do catolicismo, temas que a acompanharam ao longo da vida. Com a eclosão da I Guerra Mundial voluntaria-se como enfermeira auxiliar num hospital e, em 1917, parte para a frente de batalha, em Amiens, ao serviço da Croix-Rouge. No final de 1920 é admitida no sanatório Belle Alliance de Groslay. Aí toma consciência da fraca formação profissional e religiosa das colegas e, temendo a banalização do que considera um apostolado, resolve fundar uma associação de enfermeiras católicas. Em 1921 cria um círculo de estudos com a designação Hennet de Goutel, em memória de uma enfermeira falecida na Roménia durante a Grande Guerra. Essa iniciativa conduz, em 1922, à Union Catholique du Personnel des Services de Santé (UCSS), uma associação profissional de inspiração católica, que junta enfermeiras e visitadoras. A partir de então, a vida de Marie d'Airolles confunde-se com a da UCSS, cuja presidência assume em 1923. Teve ainda um papel activo na criação do Secrétariat Catholique des Œuvres Charitables et Sociales d'Hygiène et de Santé, em 1930, e na fundação do Comité International Catholique des Infirmières et Assistantes Médico-sociales (CICIAMS), em 1933. Em 1939, num dos últimos gestos do Papa Pio XI, foi distinguida com a cruz *Pro Ecclesia et Pontífice*, ordem honorífica da Igreja Católica Romana raramente atribuída a uma mulher. É ainda de salientar que, em 1933, Marie d'Airolles fez votos de consagração religiosa na Société des Filles du Cœur de Marie (cf. Diebolt, 1999: 19, 25-26; Collantier, 1993: 47-62; Duhamel, 1948: 123-139, 186-198, 223-230).

casa de recobro em caso de acidente ou doença) (cf. Diebolt, 1999: 19; Collantier, 1993: 49-52).

Em 1928 realiza-se a primeira edição da International Conference of Social Work, sob a iniciativa da Ligue des Sociétés de la Croix Rouge. Os representantes das associações médico-sociais católicas não foram convidados a integrar o comité de organização, uma vez que os estatutos da conferência anunciavam neutralidade política e religiosa. Esta situação veio, por um lado, acentuar a necessidade de afirmar a identidade católica no campo da acção médico-social e, por outro, aumentar o confronto entre duas correntes de pensamento e acção que vinham dividindo as forças católicas: «[...] celui favorable au médico-social et celui favorable au ‘social’» (Diebolt, 1999: 20). Aliás, o grande tema de discussão que à época agitava o mundo médico-social era manifestamente o da estruturação das profissões, sendo esta considerada a única forma de tornar visível a realidade e a necessidade do trabalho social: «C’est au fur et à mesure que les professions sont reconnues, que de nouvelles branches d’action sociale naissent et qu’elles seront prises financièrement en charge par les institutions» (*ibidem*: 20-21).

A ICSW de 1928, e o rumo a partir daí tomado pelo serviço social, tornaram-se objecto de preocupação e reflexão para Marie d’Airolles, sobretudo as questões da neutralidade e da laicização da caridade, e o problema da delimitação do serviço social face ao campo da saúde. A UCSS, e a sua fundadora, nunca se posicionaram categoricamente perante as correntes médico-social e do “social puro”, preferindo sustentar a complementaridade de ambas. Não é, pois, de estranhar, a sua oposição à Union Catholique Internationale de Service Social, pela cisão provocada entre enfermeiras e assistentes sociais, ficando as primeiras desprovidas de uma associação profissional católica no plano internacional³⁸⁴. Como resposta, em 1933 a UCSS funda o Comité International Catholique des Infirmières

³⁸⁴ A Union Catholique Internationale de Service Social compreendia a secção de escolas sociais e a secção de associações de auxiliares sociais diplomados. Segundo os estatutos da UCISS, «Par groupement d’Auxiliaires Sociaux on entend une association ayant des statuts et groupant, comme membres effectifs, les auxiliaires sociales catholiques ayant acquis un diplôme de capacité dans une école sociale catholique ou une institution donnant une formation équivalente [...]». In UCISS (1927), *Statuts. Adoptés à la réunion du Comité du 25 novembre 1927 à Aix-la-Chapelle*, Gembloux: Imprimerie J. Duculot: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 1. Ainda que a UCSS reunisse todas as condições para se afiliar à UCISS, em 1933 não constava como membro, o que vem sustentar a existência de uma relação distanciada entre ambas as organizações católicas. Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier Documentaire. 1933”, pp. 28-34 (Les groupements d’auxiliaires du service social). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

et Assistantes Médico-sociales, tendo Marie d'Airolles assumido o cargo de secretária-geral. É também de realçar o distanciamento entre a UCSS e a Association Nationale des Infirmières Diplômées de l'État Français³⁸⁵, pelos motivos antes enunciados, e devido ao requisito de neutralidade religiosa exigido na afiliação dos profissionais de enfermagem (cf. Diebolt, 1999: 20-22, 25-26; Collantier, 1993: 49-52; Duhamel, 1948: 186-198).

A École Normale Sociale, fundada em 1911, era de inspiração católica, e orientava-se pela corrente do “social puro”. O seu papel foi decisivo para o reconhecimento oficial do diploma de assistente social em França, no ano de 1932. O diploma fundiu três títulos profissionais – *résidente sociale*³⁸⁶, *surintendante d'usine*³⁸⁷, e *assistante sociale*³⁸⁸ – numa única categoria profissional, a que se contrapunha a carreira de *infirmière visiteuse*³⁸⁹, mais

³⁸⁵ A Association Nationale des Infirmières Diplômées de l'État Français (ANIDEF) foi criada em 1924 pela enfermeira Léonie Chaptal (1873-1937), membro do Conseil Supérieur de l'Assistance Publique, e uma das responsáveis pelo reconhecimento oficial do diploma de enfermeira visitadora, em 1922. Fundou em 1904 uma escola de formação: a Maison-École d'Infirmières Privées. A ANIDEF defendia a qualificação da profissão de enfermagem, e o seu reconhecimento oficial através de um diploma. Exigia que a profissão fosse exercida apenas por enfermeiros diplomados (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 26-28; Diebolt, 1999: 20).

³⁸⁶ Inspiradas no modelo anglo-saxónico dos *settlements*, com início em Inglaterra na década de 1880, as *maisons sociales* podem ser consideradas a primeira forma de serviço social em França. O seu objectivo era a melhoria de vida da população, através da comunicação e relação entre classes sociais. As mulheres que prosseguiram este ideal, denominadas *résidentes sociales*, mudavam-se para os bairros populares e aí promoviam actividades de educação popular e educação social. Da acção desenvolvida nas *maisons sociales* resultaram vários pressupostos, que marcaram posteriormente o serviço social: a proximidade geográfica dos recursos sociais; o carácter permanente do acompanhamento social; e a intervenção simultânea em todos os aspectos da vida quotidiana (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 28-29).

³⁸⁷ A I Guerra Mundial fez aumentar o número de operárias em contexto fabril, sobretudo na indústria do armamento. As condições de trabalho e de higiene nas fábricas eram lamentáveis, a que acrescia o problema da guarda das crianças, enquanto as mães laboravam. Sob influência do modelo inglês da *lady superintendent* é fundada em Paris, em 1917, a École des Surintendantes d'Usines, com o objectivo de formar “auxiliares” do patronato e do operariado, numa lógica de prosperidade e de bem-estar comum. As *surintendantes d'usines* desenvolviam actividades e estruturas para melhorar as condições de trabalho dos operários: creches; salas de repouso e de aleitamento materno; cantinas; bibliotecas; colónias de férias para as crianças; entre outras. Finda a Grande Guerra, continuaram a trabalhar no sector industrial, sobretudo nas metalúrgicas e na construção mecânica (cf. *ibidem*: 29-30).

³⁸⁸ O serviço social geral ou “familiar”, desempenhado pela *assistante sociale*, difere consoante o contexto específico em que é exercido. Por exemplo, a noção de escola como lugar de prevenção e de educação para a saúde levou a que em França, por volta de 1910, as primeiras assistentes sociais escolares fossem recrutadas. Tinham como funções assistir o médico inspector durante as suas visitas às escolas, e acompanhar as crianças no seio familiar através de visitas domiciliárias. No hospital, a assistente social auxiliava o médico no exercício das suas funções. Era da sua responsabilidade assegurar a ligação entre o doente hospitalizado e a respectiva família, e organizar actividades para ocupar o tempo dos pacientes durante a fase de internamento. Por fim, nos tribunais de infância, instituídos em França em 1912, o relatório social era confiado à assistente social. Relatório, esse, que era reportado ao juiz, permitindo uma escolha informada das medidas a aplicar, tendo em conta o ambiente familiar da criança (cf. *ibidem*: 29).

³⁸⁹ Ao nível da criação de cursos de enfermagem, a França revelou algum atraso por comparação aos países anglo-saxónicos, sobretudo a Inglaterra, onde o modelo instituído por Florence Nightingale (1820-1910) serviu de referência. As primeiras escolas de enfermagem francesas foram criadas por iniciativa privada: a escola de enfermeiras da Association pour le Développement de l'Assistance aux Malades, fundada em 1900

vinculada à vertente médico-social. Os requisitos de acesso ao diploma de assistente social levaram à progressiva uniformização dos programas de formação nas várias escolas, embora tenham sido salvaguardadas as respectivas especificidades (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 24-31; Diebolt, 1999: 20-22; Rater-Garcette, 1995: 39-43).

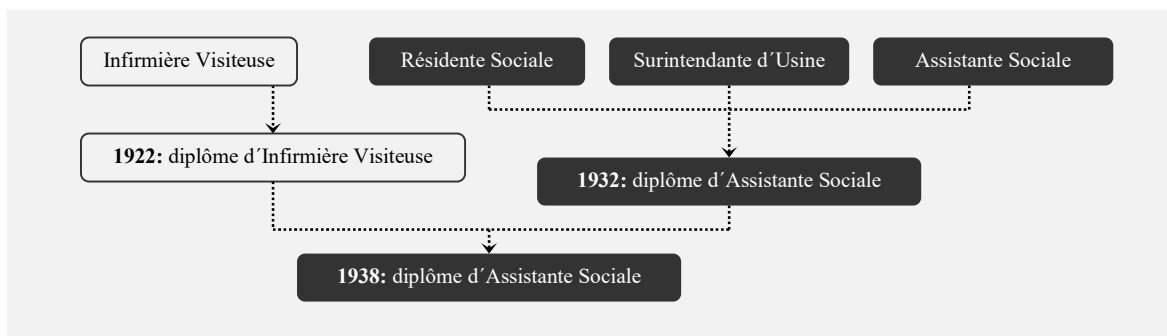


Diagrama 1: Itinerário da profissão de serviço social em França³⁹⁰

A UCSS opôs-se determinadamente à existência do diploma de assistente social, embora o seu reconhecimento oficial tenha sido apoiado por uma escola católica. As divergências com a École Normale Sociale faziam-se sentir desde 1923, quando Andrée Butillard e Aimée Novo constituíram a Union des Auxiliaires Sociales³⁹¹, uma associação profissional que excluía a participação de enfermeiras. A convicção da UCSS na indivisibilidade do papel da enfermagem e do serviço social era tal que, em 1933, a sua designação foi alterada para Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 31-35; Diebolt, 1999: 19-22; Rater-Garcette, 1995: 45-46).

No extracto de carta entregue a Marie d'Airolles, fica confirmada a passagem de Adèle de Loneux por Lisboa, em 1933. Esta professora da École Catholique de Service Social, Bruxelas, tinha sido enviada pela UCISS a Portugal para incentivar a fundação de uma

por Gabrielle Alphen-Salvador (1856-1920); a École de Gardes-malades, na Maison de Santé Protestante, dirigida a partir de 1901 pela médica Anna Hamilton (1964-1935); e a Maison-École d'Infirmières Privées, fundada em 1904 por Léonie Chaptal (1873-1937). Enquanto membro do Conseil Supérieur de l'Assistance Publique, Léonie Chaptal apresentou em 1921 um relatório sobre a necessidade de regulamentar a profissão de enfermagem em França. Como resultado, no ano seguinte dá-se o reconhecimento oficial dos diplomas de *infirmière hospitalière*, e de *infirmière visiteuse d'hygiène sociale* (cf. *ibidem*: 26-28).

³⁹⁰ Adaptação de Bouquet & Rater-Garcette (2005, 31-39).

³⁹¹ Em 1933, e contrariamente à UCSS, a Union des Auxiliaires Sociales era uma das associações profissionais que estava afiliada à Union Catholique Internationale de Service Social. Cf. "Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier Documentaire. 1933", pp. 28-34 (Les groupements d'auxiliaires du service social). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

escola social católica: «[...] elle a traité ce sujet avec le Ministère de l'Instruction et divers éléments officiels»³⁹². No ano de 1933, o Ministério da Instrução Pública foi liderado por Gustavo Cordeiro Ramos³⁹³, até 24 de Julho, e a partir dessa data por Alexandre Alberto de Sousa Pinto³⁹⁴. Desconhece-se qual terá sido a legislatura anfitriã de Adèle de Loneux, mas segundo a condessa de Rilvas, a incursão da UCISS acabou subvertida, mercê de uma frente franco-maçónica que não fica especificada na carta:

«Malheureusement je n'étais pas à Lisbonne à ce moment là et n'ai pu la voir, ni la mettre en garde contre certains dangers dans lesquels il est facile de tomber pour qui ne connaît pas bien le milieu. A ce moment là, rien n'était possible et on n'a pas donné de suite à ses démarches. [...] mais les éléments avec lesquels s'est entendu Melle Loneux [...] font déjà un filet franc-maçonnique qui neutralisera complètement l'influence qu'elle pourrait avoir»³⁹⁵.

Vendo nos recentes acontecimentos do congresso da União Nacional uma oportunidade para os católicos tomarem a dianteira na criação de escolas de serviço social em Portugal, a condessa de Rilvas solicita ajuda nesse sentido: «Pourriez-vous m'indiquer livres ou programmes qui traitent de l'assistance sous ces diverses formes et en particulier de l'assistance sociale, et pourriez-vous m'éclairer un peu sur la question, très grave ici, économique?»³⁹⁶. Após coligir os programas de estudo das escolas de serviço social belgas, esta aristocrata católica admite: «[...] pour déclencher le mouvement j'ai besoin d'être plus à la page»³⁹⁷.

Como resposta, Marie d'Airolles escreve uma carta à condessa de Rilvas, onde faz várias considerações sobre a formação ministrada em França às enfermeiras visitadoras e às assistentes sociais, e cujo conteúdo ilustra bem o seu desacordo face a cisão das duas categorias profissionais: «Elles correspondent à deux diplômes créés en France par l'État

³⁹² Vide Anexo I: p. 1.

³⁹³ Gustavo Cordeiro Ramos (1888-1974) foi ministro da Instrução Pública entre 1928 e 1933: no governo de Vicente de Freitas, de 10/11/1928 a 07/07/1929; no governo do general Domingos de Freitas, de 21/01/1930 a 05/07/1932; e no gabinete de Oliveira Salazar, de 05/07/1932 a 24/07/1933. A filiação no corporativismo e o conceito de Estado nacional de feição cristã foram as ideias nucleares que marcaram a sua actuação. Segundo defendia, o ensino não podia ser independente dos valores morais e religiosos, ou dos valores políticos (cf. Rias, 2005: 422-424).

³⁹⁴ Alexandre Alberto de Sousa Pinto (1880-1982) assumiu a pasta da Instrução Pública nos primórdios do Estado Novo, concretamente entre 24/07/1933 e 29/07/1934 (cf. Carvalho, 2005: 353-356).

³⁹⁵ Vide Anexo I: p. 1.

³⁹⁶ *Ibidem*.

³⁹⁷ *Ibidem*.

avec programme très distinct. Pour l'un et pour l'autre diplôme il faut deux ans d'études. Mais dans la pratique les fonctions se rejoignent»³⁹⁸. Segundo relata, as instituições sociais francesas davam preferência ao recrutamento de enfermeiras visitadoras, em detrimento das assistentes sociais, devido à componente médica muito sucinta e aos estudos teóricos demasiado generalizados que caracterizavam as escolas de serviço social. Situação, esta, que é exemplificada:

«[...] des principes de droit, voir même de droit international, assez inutilisables par les assistantes sociales et, par contre, avec connaissances insuffisantes des lois d'assistance dont on a perpétuellement besoin pour secourir les familles. Autre exemple sont les idées générales sur le chômage et ses conséquences. L'assistante sociale [...] manque de pratique pour créer et diriger les œuvres à organiser pour les chômeurs»³⁹⁹.

O ideal seria, segundo Marie d'Airolles, que os programas de formação das duas escolas se aproximassem, numa lógica complementar:

«École de S. Social avec un peu moins de philosophie et sociologie théorique et plus de stages pratiques, et surtout une formation médicale et médico-sociale plus poussée. École de Visiteuses avec un peu plus de principes généraux, et un peu plus de sociologie et philosophie donnant une culture générale plus poussée»⁴⁰⁰.

À luz desta perspectiva, a presidente da UCSS acaba por sugerir a criação, em Portugal, de uma escola com duas vertentes de formação: assistentes sociais e enfermeiras visitadoras. O primeiro ano compreendendo uma base de estudos comum, e o segundo ano com duas áreas de especialização, de carácter optativo.

Após enviar a primeira carta à condessa de Rilvas, Marie d'Airolles terá contactado Yvonne de Robien⁴⁰¹, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris, a quem

³⁹⁸ “Madame, Le R.P. du Passage me communique un extrait [...]. [s.d.]” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado e manuscrito, com quatro páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

³⁹⁹ *Ibidem*: pp. 2-3.

⁴⁰⁰ *Ibidem*: p. 4.

⁴⁰¹ São escassas as referências ao percurso biográfico de Yvonne de Robien. Tudo indica que tenha nascido em França, no final do século XIX. Fez votos de consagração religiosa na Société des Filles du Cœur de Marie, e veio a dirigir o Institut Social Familial Ménager, em Paris, fundado por iniciativa daquela mesma congregação. Em 1939 fazia parte da direcção da Union Internationale des Ligues Féminines Catholiques. Publicou o artigo “Une carrière de service social. Les centres d'éducation familiale” na *Études. Revue Catholique d'Intérêt Général*, em 1934, quando a revista tinha como director o padre Henri du Passage. Escreveu “La femme et ses responsabilités”, capítulo que consta da obra *La Femme Catholique dans le*

solicitou informações mais detalhadas sobre a organização de uma escola de serviço social⁴⁰². Em 1934, existiam dez escolas francesas de serviço social reconhecidas pelo Ministère de la Santé Publique, que habilitavam ao diploma oficial de assistente social⁴⁰³. As fontes documentais coligidas não revelam explicitamente o porquê da presidente da UCSS ter procurado aconselhamento no Institut Social Familial et Ménager. Certamente, porque Marie d'Airolles considerava aquela escola uma referência, não apenas na formação profissional, como também moral, de assistentes sociais. É que, dificilmente por acaso, partilhava com Yvonne de Robien o voto de consagração à Société des Filles du Cœur de Marie⁴⁰⁴, uma congregação religiosa liberta de sinais exteriores distintivos de existência, com vasto historial na fundação de obras sociais.

Monde Contemporain (1939). O livro *Les Centres Sociaux. L'Enseignement Ménager* (1927), escrito em co-autoria, é a sua obra mais conhecida (cf. Droulers, 1981: 210-211; Robien, 1939: 157).

⁴⁰² A carta remetida por Marie d'Airolles a Yvonne de Robien não consta do Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287, consultado no CNAEF (Paris). Porém, o Fundo conserva a carta de resposta de Yvonne de Robien, escrita à presidente da UCSS no dia 1 de Julho de 1934.

⁴⁰³ Escolas francesas de serviço social que, em 1934, habilitavam ao diploma oficial de assistente social (e respectivo ano de fundação): École Libre d'Assistance Privée (1908); École Normale Sociale (1911); École Pratique de Service Social (1913); École des Surintendantes d'Usines (1917); École d'Action Sociale "Pro Gallia" (1919); École de Formation Sociale de Strasbourg (1921); École d'Application de Service Social (1927); École de Service Social de Lille (1932); e École de Service Social du Sud-est, Lyon (1933); e Institut Social Familial et Ménager de Paris (19??) (cf. Bouquet [et al.], 1995: 4-6).

⁴⁰⁴ A Société des Filles du Cœur de Marie (SFCM) é uma congregação religiosa de direito pontifício, também conhecida por *Filles de Marie*. A congregação, nascida em França em 1790, resultou de um projecto da aristocrata bretã Marie-Adélaïde de Cicé (1749-1818), e de uma inspiração do padre jesuíta Pierre-Joseph de Clorivière (1735-1820). A história da Revolução Francesa teve grande repercussão na história da fundação da SFCM. A França atravessava uma profunda crise política, económica e social quando, em Fevereiro de 1790, as ordens religiosas foram suprimidas, os votos solenes proibidos e os bens da Igreja confiscados. Foi neste contexto que, em Julho de 1790, o padre Clorivière concebeu o plano de uma vida religiosa para homens, a Sociedade do Coração de Jesus, adaptada às circunstâncias em que a Igreja se encontrava. Pouco depois, redigiu um plano idêntico para jovens raparigas e viúvas, que veio dar origem à SFCM. Em 1785, já Marie-Adélaïde de Cicé havia esboçado o projecto de uma associação piedosa, onde expunha o estilo de vida a que se sentia chamada, em muito semelhante à filosofia da SFCM. Marie-Adélaïde de Cicé e o padre Clorivière, sensíveis aos desafios impostos à Igreja pela sociedade do seu tempo, procuraram recriar institucionalmente a vida religiosa tradicional em novas modalidades, capazes de responder às expectativas espirituais dos seus contemporâneos: liberta de sinais exteriores distintivos, sem hábito nem clausura, escondida aos olhos do poder civil. A SFCM congregou, desde logo, candidatas de vários estratos sociais. Foram muitas as obras sociais criadas sob a sua tutela, entre as quais: a Œuvre des Enfants Délaissés (1803), uma escola para crianças cujos pais haviam falecido durante a Revolução Francesa; o Asile du Saint Cœur de Marie (1840), destinado a acolher doentes da província que recorriam aos hospitais de Paris e precisavam de um período de convalescença; e a Œuvre de Protection de la Jeune Fille (final do século XIX), que apoiava raparigas da província à procura de emprego, e que veio a ter projecção internacional, com a criação da Association Catholique Internationale des Œuvres de Protection de la Jeune Fille (1897). Quando as leis anti-clericais expulsaram as congregações religiosas das escolas, as *Filles de Marie* assumiram o ensino em mais de sessenta cidades francesas, fruto do seu "anonimato". À SFCM se deve, também, a fundação do Centre Catholique des Intellectuels Français (1941) (cf. Santos & Deusdado, 2010: 408-409; Guyot, 2001: 155-166; SFCM, 1989: 17-30).

A história da congregação das Filles du Cœur de Marie cruza-se, a determinado momento, com a do ensino *ménager*⁴⁰⁵ em França. Orientado para raparigas cujo futuro era a lavoura da terra, ou o trabalho operário, o ensino *ménager* contemplava, desde meados do século XIX, conhecimentos em matéria de higiene, cuidados preventivos de saúde, alimentação, e governo do lar:

«Il fallait compenser l'infériorité du statut de la femme au travail par une valorisation d'autant plus grande de ce qui était appelé son rôle naturel. Aussi peut-on voir dans l'enseignement ménager une fonction compensatrice à masquer les problèmes de statut professionnel de la femme et à susciter chez cette dernière, par les vertus de la bonne mère de famille, un certain conservatisme social» (Marquart *cit. in* Jovelin & Bouquet, 2005 : 54-55)⁴⁰⁶.

Este tipo de ensino comportava, assim, uma dupla finalidade: o progresso social, em virtude da educação e da instrução; e a difusão de uma moral, que confortava a família e garantia a paz social (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 54-56).

Os centros de formação *ménager* figuravam entre as medidas sociais implementadas pelo patronato industrial, em prol do operariado. Dirigidos às operárias, mães de família, os cursos eram usualmente confiados às congregações religiosas locais, e decorriam à noite, ou até mesmo durante o horário laboral. A partir de 1880, os programas das escolas e dos liceus franceses passaram a contemplar o ensino *ménager*, para raparigas, e surgiram várias escolas especializadas naquela área de formação, sobretudo no sector privado. É neste contexto que, no início do século XX, surge o Institut Social Familial et Ménager, em Paris, tutelado pela Société des Filles du Cœur de Marie. Na literatura existente, são escassas as referências à fundação e aos primeiros anos de funcionamento desta escola⁴⁰⁷. Os poucos elementos encontrados fazem referência a um episódio ocorrido na década de 1920, quando o Institut Social Familial et Ménager de Paris enviou um grupo de educadoras familiares para as regiões siderúrgicas e mineiras do norte de França, tendo aí

⁴⁰⁵ Na tradução para a língua portuguesa, a expressão *ménager* corresponde a “caseiro”, ou “doméstico”. Ao longo da tese será mantida a designação original, na língua francesa.

⁴⁰⁶ Emmanuel Jovelin e Brigitte Bouquet citam um excerto da obra *L'Action Sociale et l'Économie Sociale Familiale*, de François Marquart, publicada pela Caisse Nationale des Allocations Familiales, Paris, em 1974, p. 83.

⁴⁰⁷ Após uma cuidada pesquisa bibliográfica, tudo indica que a história do Institut Social Familial et Ménager de Paris ainda não foi estudada, ou, pelo menos, publicada. É possível que o motivo seja a falta de fontes históricas sobre aquela escola, conforme salienta Bouquet [et al.] (1995: 3-24), num dos seus artigos publicados.

organizado centros de formação *ménager* para o operariado feminino (cf. Jovelin & Bouquet, 2005: 54-58; Droulers, 1981: 210-211; Fritsch & Montlibert, 1972: 80-84).

Em Abril de 1934, Yvonne de Robien publica na *Études*, revista dirigida pelo padre Henri du Passage, um artigo intitulado “Une carrière de service social. Les centres d’éducation familiale”⁴⁰⁸, em que salienta a necessidade de restaurar a família, pela preparação da mulher para os seus deveres familiares. No seu entender, essa preparação pressupunha duas condições, em parte já realizadas: centros de educação familiar, «[...] ouverts dans les différentes régions de France aux populations laborieuses, où se succéderaient des sessions de formation pour l’ouvrière, l’employée, la rurale: sessions où elles viendraient apprendre et aimer leur ‘métier de femme’»⁴⁰⁹; e quadros especializados de educadoras familiares, «[...] prévus spécialement en vue de cette œuvre d’éducation: donc, un Institut normal qui les forme et qui, au terme des études, assure une carrière suffisante aux éducatrices qui veulent s’y adonner»⁴¹⁰.

Os centros de educação familiar, também conhecidos por centros de formação *ménager*, recorriam a um método de ensino eminentemente concreto e, segundo Yvonne de Robien, «[...] adapté à la psychologie féminine, qui, malgré tout réagit plus profondément aux raisons du cœur qu’à celles de l’intelligence pure»⁴¹¹. Às jovens mães de família eram inculcados valores morais, e transmitidos conhecimentos práticos para tirar o maior proveito do humilde orçamento familiar. Este trabalho estava a cargo das educadoras familiares:

«A elles de faire très vite le départ entre l’essentiel et l’accessoire, dans l’apostolat qui les sollicite, et de se défendre d’une générosité mal réglée qui s’exercerait au détriment d’un équilibre physique et moral. A elles aussi [...] de pratiquer largement une *collaboration* cordiale et sincère avec les autres organisations, évitant les doubles emplois, qui sont perte de forces et diminution de charité [...]»⁴¹².

⁴⁰⁸ Cf. Robien, Yvonne de (1934), “Une carrière de service social. Les centres d’éducation familiale”. *Études. Revue Catholique d’Intérêt General*, n.º 219, pp. 26-34. L.d.: Bibliothèque Nationale de France (gallica.bnf.fr).

⁴⁰⁹ *Ibidem*: p. 27.

⁴¹⁰ *Ibidem*.

⁴¹¹ *Ibidem*: p. 29.

⁴¹² *Ibidem*: p. 31 (excerto em “itálico” conforme o documento).

Para evitar a solidão, que tantas vezes assolava as jovens dedicadas às carreiras sociais, a autora instiga cada centro de formação *ménager* a empregar duas ou três educadoras familiares.

Na perspectiva de Yvonne de Robien, o apostolado das educadoras familiares exigia qualidades pessoais de bom senso, integridade moral e entusiasmo apostólico, mas também competência profissional, para o trabalho ser desempenhado conscienciosamente: «Que cette valeur professionnelle soit vivifiée d'une âme d'apôtre, alors la 'formule' sera complète, et l'instrument prêt dans la mais du grand Ouvrier»⁴¹³. Para assegurar esse perfil, a autora dá como referência a formação ministrada no Institut Social Familial et Ménager, de que era directora. Os cursos ministrados naquela escola, situada na Rue Monsieur, em Paris, tinham a duração de dois anos. O programa de estudos previa disciplinas teóricas (fundamentos e princípios de sociologia, direito, economia política, moral, educação, psicologia e pedagogia), conteúdos práticos familiares e *ménagers*, e ainda estágios de educação popular no âmbito dos dispensários, da assistência, e do serviço social. A par do ensino propriamente dito, a escola também se dedicava à formação do “espírito”, «[...] celui qui assurera plus tard dans l'action les réactions saines, les dévouements robustes, le 'bon esprit' [...] et la charité rayonnante»⁴¹⁴. Ao fim do primeiro ano de curso, as alunas optavam por uma vertente de especialização: familiar e *ménager*, mais relacionada com as funções educativas, exercidas em centros de educação popular; ou serviço social, que habilitava ao diploma instituído em 1932, e correspondia a funções mais “sociais”.

Após a formação no Institut Social Familial et Ménager, cada educadora familiar ficava responsável pelo acompanhamento anual de duzentas a trezentas famílias. Este esforço, à primeira vista, podia parecer insignificante perante a missão de regenerar a família, «[...] de lui fournir les réserves de vie morale qui devaient la défendre contre sa propre désagrégation»⁴¹⁵. Yvonne de Robien realça, porém, que a acção da assistente familiar não devia ser olhada isoladamente: ela enquadrava-se e ganhava amplitude na corrente apostólica da Igreja católica, onde, «[...] enrichie par des travaux et des mérites des autres, elle confond son effort avec le leur, disciplinée dans la hiérarchie, pour le plus grand

⁴¹³ *Ibidem*: p. 32.

⁴¹⁴ *Ibidem*: p. 33.

⁴¹⁵ *Ibidem*: p. 26.

service des âmes qui attendent»⁴¹⁶. Esta perspectiva, que o Institut Social Familial et Ménager Paris partilhava com a UCSS, e inclusive com a UCISS, procurava conciliar a dimensão profissional do trabalho social, com o projecto católico de recristianização da sociedade⁴¹⁷.

Em Julho de 1934, Yvonne de Robien envia uma carta a Marie d’Airoilles, onde esclarece sobre os custos implicados na abertura de uma escola de serviço social em Lisboa⁴¹⁸. Segundo a directora do Institut Social Familial et Ménager, qualquer previsão orçamental estava dependente dos seguintes factores: a escola ter instalações alugadas ou doadas; o ensino funcionar em regime de internato ou externato; os professores serem remunerados ou leccionarem gratuitamente; a escola assegurar, ou não, o alojamento e a alimentação das pessoas enviadas de França; e, sobretudo, «[...] selon que ces assistantes sociales ont quitté ou non une belle carrière en France, pour aller à Lisbonne»⁴¹⁹. Para facilitar a questão financeira e, por outro lado, assegurar a vocação pessoal, sugere que a direcção da escola portuguesa seja entregue a duas religiosas da Société des Filles du Cœur de Marie.

A carta de Yvonne de Robien fazia-se acompanhar de uma listagem com títulos de obras, a maioria nas áreas da medicina, enfermagem, e profilaxia social, que deviam constar na biblioteca-tipo de uma escola de serviço social⁴²⁰. Também mencionava que, em Junho de 1934, fora enviado a Marie d’Airoilles o «[...] programme officiel de service social [...] ramené aux principales têtes de chapitre»⁴²¹. Quando o diploma de Estado de assistente social foi instituído, em 1932, o Governo francês decretou os respectivos requisitos de acesso. Entre eles, um exame oral sobre as seguintes matérias teóricas, que foram fixadas

⁴¹⁶ *Ibidem*: p. 34.

⁴¹⁷ Não obstante a perspectiva comum, em 1933 o Institut Social Familial et Ménager de Paris não estava afiliado à Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS). O mesmo acontecia com a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), pelos motivos já atrás enunciados. Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier Documentaire. 1933”, pp. 1-27 (Les écoles catholiques de service social). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

⁴¹⁸ Cf. “Chère amie, il y a 5 jours je vous ai fait envoyer [...]. Le 1^{er} juillet [1934]” (carta de Yvonne de Robien a Marie d’Airoilles). Documento manuscrito com duas páginas, e apenso dactilografado. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴¹⁹ *Ibidem*: p. 2.

⁴²⁰ *Vide* Anexo J: “Chère amie, il y a 5 jours je vous ai fait envoyer [...]. Le 1^{er} juillet [1934]”. Apenso dactilografado, com uma página (Bibliothèque-type). L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴²¹ *Ibidem*: p. 1. Documentação, essa, que não consta do Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287, consultado no CNAEF (Paris).

num programa oficial: 1) Le cadre de la vie sociale; 2) La vie économique et ses troubles; 3) La vie physique et ses troubles; 4) La vie mentale et morale et ses troubles; e 5) Le service social et son fonctionnement⁴²². Foram estes elementos, provavelmente com maior nível de detalhe⁴²³, que chegaram às mãos da presidente da UCSS.

Quando se tentam perceber os motivos que levaram Marie d'Airolles a procurar orientação e aconselhamento junto de Yvonne de Robien, há outro factor que deve ser considerado: a então directora do Institut Social Familial et Ménager Paris não só conhecia pessoalmente a condessa de Rilvas, como já tinha contactado directamente com a realidade portuguesa. Em 1930, a pedido de D. Manuel Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa, a Société des Filles du Cœur de Marie enviou a Portugal Marie Rascol, madre superiora de Toulouse, e Yvonne de Robien, secretária-geral da congregação, para que tomassem contacto com o meio sócio-religioso do país. Segundo o histórico da SFCM, existente em Portugal:

«Chegaram a 20 de Setembro de 1930; ficaram no Hotel Europa, na Praça Luís de Camões. Cumprimentaram o Cardeal; visitaram algumas obras, acompanhadas pela [...] Condessa de Rilvas que estava à frente das 'Florinhas da rua'. O Cardeal, o Arcebispo de Mitilene, D. Ernesto Sena de Oliveira e [...] apresentaram-lhes algumas raparigas. As FCM falaram-lhes das obrigações da Soc., possibilidade de vida

⁴²² Cf. ASUSS (1933), *Bulletin de L'Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux. Assemblée Générale. 28 février 1933*, Paris: Imprimerie Rossel, pp. 54-56 (Diplôme d'Etat de service social). L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS (sem tratamento arquivístico).

⁴²³ Conteúdos programáticos detalhados do programa oficial de serviço social: «1. *Le cadre de la vie sociale*. Démographie, sociologie et droit, dans leurs rapports avec le Service Social, notamment: Notions de démographie (particulièrement eu égard au milieu français et urbain). Notions de sociologie (individu, groupe, famille, association, ville et campagne, vie internationale). Notions de droit constitutionnel et administratif. Notions de droit civil et de droit pénal. 2. *La vie économique et ses troubles*. Notions d'économie politique et sociale, dans ces rapports avec le Service Social, notamment: a) les conditions techniques et économiques de la production, le salaire et les autres revenus, l'action syndicale, la législation du travail. b) la consommation (niveau de vie, budgets, alimentation, habitation, etc.), l'action coopérative. c) la prévoyance (épargne, crédit, assurance). 3. *La vie physique et ses troubles*. Notions d'hygiène dans ses rapports avec le Service Social, notamment: a) Hygiène industrielle, hygiène de la famille, hygiène des divers milieux, hygiène du travail. Pratique des soins médicaux élémentaires. b) Lutte contre les fléaux. La législation sanitaire. 4. *La vie mentale et morale et ses troubles*. Notions de psychologie, de psychiatrie et d'éducation dans leurs rapports avec le Service Social. 5. *Le Service Social et son fonctionnement*. Notamment: a) Notions historiques du Service Social. La conception actuelle du Service Social. Morale professionnelle. Législation et réglementation (notamment: lois et règlements sur l'assistance, et la coordination avec les diverses mesures légales et réglementaires visées aux chapitres 1 et 4). b) Méthode générale des interventions (prestations) à domicile ou en institutions; en espèces ou en nature; ou en éducation et rééducation; familiale ou spécialisée, etc. Organisation du régime de gestion: services publics ou privés et leur coordination; locaux ou nationaux ou internationaux. Régime financier, responsabilité des charges, emploi des ressources. c) Méthodes pratiques de travail: correspondance et comptabilité; enquêtes; fichiers, rapports; statistiques, documentations, bibliothèque et bibliographie, propagande et publicité». (*ibidem*: pp. 54-55, excertos em "itálico" conforme o documento).

religiosa verdadeira no mundo; encorajavam-nas a vencer todos os obstáculos, a terem desejo firme de seguir N.S.»⁴²⁴.

O percurso que antecedeu a fundação da SFCM em Portugal, em 1932, foi seguido de perto pela condessa de Rilvas que, inclusive, auxiliou na procura e financiamento da primeira casa da congregação, situada na Avenida Fontes Pereira de Melo⁴²⁵.

Munida de informações mais precisas sobre a organização de uma escola de serviço social, e da documentação que lhe fora remetida por Yvonne de Robien, a presidente de UCSS escreveu, em Agosto de 1934, uma carta que se revelou essencial para estruturar o projecto do Instituto de Serviço Social. Quem o afirma, é a própria condessa de Rilvas: «Votre dernière lettre, avec l'exposé si clair et si bien pense qu'elle contient, sert de base à l'organisation de l'École Catholique de Service Social de Lisbonne»⁴²⁶. É importante salientar que D. Manuel Cerejeira⁴²⁷ confiara as decisões sobre a futura escola a D. Ernesto

⁴²⁴ “Histórico. Sociedade das Filhas do Coração de Maria em Portugal. 1932 a 1985”, Tomo I, documento dactilografado: p. 34. L.d.: SFCM – Arquivo Histórico (Lisboa).

⁴²⁵ Cf. *ibidem*, pp. 34-37.

⁴²⁶ “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. A carta remetida por Marie d’Airoles à condessa de Rilvas, a 16 de Agosto de 1934, não consta do Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287, consultado no CNAEF (Paris). Porém, é possível ler um excerto da mesma numa noutra missiva, no mesmo Fundo, enviada pela condessa de Rilvas a Marie d’Airoles, em Dezembro de 1934: «1.º Laisser votre œuvre actuelle entre les mains de F. de M. [Filles de Marie]. 2.º Créer l’école indépendante appuyée, au moins au début, sur vous seulement, mais avec le concours de Mlle. Rascol. [...] 3.º De créer cette école avec le seul secours momentané d’une monitrice française aux appointements d’environ 15.000 Fr. par an, vous la logeriez et la nourririez dans une communauté religieuse quelconque ou de toute autre façon. Ceci représentant les seuls frais de l’école». In “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoles. Lisbonne, 30 décembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas: p. 2.

⁴²⁷ D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1888-1977), quinquagésimo sexto bispo e 14.º patriarca de Lisboa, foi a figura mais marcante da Igreja em Portugal no século XX, devido à sua obra de reestruturação eclesial e de reforma das relações entre a Igreja e o Estado. O seu pontificado (1929-1971), o mais longo da diocese lisboeta, teve o auge na década de quarenta e o nadir na segunda metade dos anos sessenta, uma época marcada pela interação entre a crise da Igreja e a fase terminal do Estado Novo. A sua formação intelectual foi marcada pela evolução do catolicismo em França, desde o final do século XIX. Na adaptação da Igreja à sociedade laicizada europeia, saída das Revoluções Francesa e Industrial, desenharam-se duas correntes: uma acentuava a dimensão social e política do cristianismo, e dela veio a sair a democracia-cristã; a outra pretendia renovar a experiência pessoal da religião. Este último veio, que o informava, propunha um catolicismo exigente quanto a vida interior, mas sem dispensa da devoção ou do ritual, e desvalorizava as modalidades de intervenção social da Igreja. A sua vida eclesiástica, a de universitário e a de intelectual católico militante estiveram imbricadas até Março de 1928, quando foi nomeado auxiliar do então cardeal patriarca, D. António Mendes Belo, com o título de arcebispo de Mitilene. A classe dirigente recebeu-o bem, e imediatamente se destacou um apoio particular e que perdurou no tempo: o feminino. Em Abril de 1928, Oliveira Salazar é nomeado ministro das finanças. Os dois homens eram amigos desde a Universidade de Coimbra, camaradas do Centro Académico de Democracia Cristã e da residência dos Grilos. Após o falecimento de D. António Mendes Belo, é eleito cardeal patriarca de Lisboa, em Novembro de 1929. Usará como instrumentos principais deste poder a sua forte presença mediática, o domínio dos meios de informação nacionais da Igreja – o diário Novidades, e a Rádio Renascença –, o seu prestígio na Cúria romana, a Acção

Sena de Oliveira⁴²⁸, arcebispo de Mitilene, auxiliar do cardeal patriarca de Lisboa, e presidente da Junta Central da Acção Católica Portuguesa⁴²⁹. As orientações que chegavam de Paris, mais concretamente de Marie d’Airoilles, eram então transmitidas pela condessa de Rilvas a D. Ernesto Sena de Oliveira, e com ele concertadas. Desta tríade resultaram as primeiras resoluções sobre o Instituto de Serviço Social, desde a sua natureza confessional, passando pela constituição do conselho de administração, até à escolha da directora francesa e definição dos respectivos termos de contratação, assunto este, gerador de alguma controvérsia.

Na correspondência trocada entre Lisboa e Paris, fica explícito que a nova escola vem pugnar pela afirmação do universo católico no ensino do serviço social em Portugal: «Elle vient tout à fait à son heure et elle donne aux catholiques les prémices de ces organisations»⁴³⁰; ou «Nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait»⁴³¹. Com a queda da República anticlerical, e o advento do Estado Novo, a Igreja

Católica, e o monopólio episcopal das relações com o Estado Novo. O seu programa, enquanto cardeal patriarca, tinha por objectivo a restauração, e propunha a recristianização de um Portugal por essência cristão. É possível distinguir dois eixos nesse programa: o da estabilização das relações entre a Igreja e o Estado; e a reorganização da Igreja. Neste eixo eclesial, avultou sempre a primazia concedida ao clero diocesano, a organização do laicado, o renascimento e a generalização da espiritualidade, e a ligação da Igreja com a sociedade, então designada por “Nação” (cf. Matos, 1999: 296-313).

⁴²⁸ D. Ernesto Sena de Oliveira (1892-1972), natural do Funchal, estudou em Roma, onde foi ordenado sacerdote. Professor no Seminário de Santarém (1918) e pároco em Lisboa (1928), foi eleito arcebispo de Mitilene e auxiliar do cardeal patriarca de Lisboa, funções que desempenhou entre 1931 e 1944. O episcopado português atribuiu-lhe a responsabilidade de organizar a Acção Católica Portuguesa (1932), tendo sido o primeiro presidente da Junta Central (1934). Foi transferido para a sé de Lamego, em Junho de 1948, e para a sé de Coimbra, em Outubro de 1948. Resignou em 1967, em virtude da idade e por motivos de saúde (cf. Oliveira, 1973: 575).

⁴²⁹ Nas cartas que a condessa de Rilvas escreve a Marie d’Airoilles, é possível perceber a importância de D. Ernesto Sena de Oliveira nas decisões relativas à organização da futura escola de serviço social. Seguem-se, a título exemplificativo, alguns excertos das mesmas: «Votre lettre est entrée les mains de S.E. et il ne me l’a pas encore rendue. Jusqu’à présent je n’ai pu avoir de lui la réponse définitive et il me demande d’attendre le retour de l’Archevêque coadjuteur de Mytilène avec lequel Mlle. Rascol avait commencé à traiter la question. Il nous faut donc attendre la fin du mois. Mgr. De Mytilène est allé à la Terre Sainte, revient par Rome et ne sera ici qu’à la fin du mois 1ers jours d’octobre». In “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Sintra, 12 septembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas: p. 1. «Le retour de S.E. Mgr. l’Archevêque Auxiliaire vient apporter des précisions à nos projets». In “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado, com três páginas: p. 1. Ou ainda, «Son Excellence, Mgr. l’Archevêque, réunit le Jeudi 6 [décembre] toutes les Présidentes des Œuvres Catholiques féminines et il veut que j’annonce la prochaine ouverture de l’École de Service Social et que je dise quelques paroles d’explications». In “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Lisbonne, 28 novembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³⁰ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Lisbonne, 28 novembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³¹ “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

Católica viu serem abolidos e eliminados muitos dos factores de perseguição e limitação da sua acção, e criadas condições particularmente vantajosas para a sua acção. A ocupação da chefia do governo por Oliveira Salazar, um dos mais proeminentes membros do partido católico do Centro, dava garantias de respeito Igreja, e pelo seu projecto de recristianização da vida social. A Igreja ganhava, assim, crescente reconhecimento público, prestígio e capacidade de influência, tanto ao nível da sociedade, como no âmbito do Estado, onde muitos católicos adquiriram progressivamente um papel de relevo político e ideológico. Mas as preocupações dos católicos com o contencioso entre o Estado e a Igreja, e o próprio estatuto público da Igreja, permaneceram durante a década de 1930. A questão religiosa só ficou resolvida em 1940, com a assinatura da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, quando a Igreja Católica adquiriu personalidade jurídica, e entre ela e o Estado ficou instituída uma mútua colaboração moral, na independência, porém, das respectivas esferas (cf. Cruz, 1999: 233-236).

Em meados da década de 1930, enquanto ocorria a negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux, a Igreja Católica, em Portugal, atravessava um período de indefinição no plano jurídico, a que não eram indiferentes os membros do clero e os leigos católicos, cujas memórias da perseguição ao catolicismo eram ainda muito recentes. É provável que esta conjuntura histórica tenha contribuído para a cautelosa decisão de imprimir ao Instituto de Serviço Social um carácter não confessional, embora com assumida “simpatia” pelo catolicismo⁴³². Numa das cartas enviadas a Marie d’Airoilles, as palavras da condessa de Rilvas tornam evidente o esforço para omitir publicamente a influência católica, mais concretamente da Société des Filles du Cœur de Marie, na organização da nova escola: «Il est de toute importance que les relations qui existent avec la Rue Monsieur et l’Avenue Duque de Loulé soient tout à fait ignorées pour le succès de l’entreprise, surtout pour un début, et je fais et ferai tout mon possible pour éloigner tous soupçons»⁴³³. Por outro lado, é preciso

⁴³² Cf. “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Sintra, 12 septembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³³ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoilles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. Na Rue Monsieur, em Paris, estava sediado o Institut Social Familial et Ménager, dirigido por Yvonne de Robien, uma *Fille de Marie*. Por sua vez, na Avenida Duque de Loulé situava-se a casa da SFCM em Portugal: «Como a Casa [na Av. Fontes Pereira de Melo] é pequena para acolher também o secretariado da Catequese, alugou-se o 3.º andar da Av. Duque de Loulé, n.º 83 [...]. Fez-se a mudança em Agosto/Setembro de 1932 [...]». *In*

não esquecer que aquela congregação vivia escondida aos olhos do poder civil desde 1790, sem qualquer sinal exterior de vida religiosa. Também em Portugal, onde a SFCM se instalara em 1932, seria importante assegurar que a sua presença, e eventual influência, continuassem a passar despercebidas.

A divulgação da futura escola fez-se, desde cedo, nos círculos sociais católicos. O primeiro passo nesse sentido foi dado por D. Ernesto Sena de Oliveira, com o apoio da condessa de Rilvas, durante uma reunião das obras católicas femininas, em Dezembro de 1934: «[...] Mgr. l'Archevêque réunit toutes les Présidentes d'Œuvres et on leur annoncera la proche création de l'École. Je suis chargée de donner quelques explications, je chercherai surtout à créer la sympathie»⁴³⁴. Antes disso, já o Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria⁴³⁵ se tinha disposto a receber alunas estagiárias nas suas obras sociais, e a alojar a assistente social francesa que em breve chegaria a Portugal para assegurar a direcção da escola⁴³⁶. Este último aspecto, acautela Marie d'Airolles, podia fazer questionar o semblante de neutralidade confessional do Instituto de Serviço Social e, inclusive, limitar o universo de potenciais alunas. O mesmo acontecia com as instalações da escola, que se previam anexas ao Patriarcado de Lisboa:

“Histórico. Sociedade das Filhas do Coração de Maria em Portugal. 1932 a 1985”, Tomo I, documento dactilografado: pp. 38-39. L.d.: SFCM – Arquivo Histórico (Lisboa).

⁴³⁴ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³⁵ O Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria (FMM) é uma congregação religiosa feminina, fundada por Hélène Marie Philippine de Chappotin (1839-1904), na Índia, em 1877. A congregação teve o aval da Santa Sé em 1890, e a aprovação definitiva das suas constituições em 1896. As FMM estão junto dos pobres e dedicam-se à missão em comunidades organizadas, onde Irmãs de várias nacionalidades vivem em fraternidade, numa atitude de acolhimento aos mais carentes. A sua acção fez-se sentir fundamentalmente na questão social, tão premente na época em que o Papa Leão XIII publicou a carta encíclica *Rerum Novarum*. Utilizando os recursos e as tradições locais, a congregação colaborou com os católicos sociais na formação profissional e moral das jovens operárias, através de ateliers e escolas técnicas agrícolas, que se expandiram na Europa e nos territórios ultramarinos. Em 1895, as FMM estabeleceram-se em Portugal. No contexto das preocupações sociais que o operariado urbano despertava, as Irmãs foram chamadas a dirigir a Villa de Santo António, em Lisboa, construída pelo Conde de Burnay para albergar cinquenta famílias de operários da Companhia dos Eléctricos. Por todo o país, dedicaram-se à educação de meninas órfãs, em colégios e ateliers de formação, e asseguraram casas para operários, hospitais, dispensários, e asilos para idosos. Em 1910, com a Implantação da República, as FMM ausentaram-se do país, devido à dispersão compulsiva da vida religiosa. O seu retorno foi discretamente iniciado em 1917, com o Asilo D. Pedro V, em Braga. Durante a fase de estruturação do Estado Novo, em que a Igreja procurava uma efectiva recristianização da sociedade, o Instituto das FMM associou-se à fundação de duas importantes escolas sociais: a Escola Normal Social, em Coimbra (1937); e a Escola de Enfermagem, em Lisboa (1949) (cf. Paula, 2010: 429-434).

⁴³⁶ Cf. “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Sintra, 12 septembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas; & “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

«Vous dites que la Directrice sera reçue chez les Franciscaines de Marie et que les cours auront lieu au patriarcat; mais n'avez-vous pas proposé que l'École ait une allure neutre? [...] N'étions nous pas d'accord que cette École soit une fondation de quelques individualités: elle n'en sera pas ainsi si les cours ont lieu au patriarcat»⁴³⁷.

Sensível a estas questões, a condessa de Rilvas admite que a solução passaria pela aquisição de instalações próprias, porém, «[...] la question économique est si grave que nous ne pouvons pas actuellement nous imposer de nouvelles charges»⁴³⁸.

Ainda a propósito da confessionalidade da escola, o Patriarcado de Lisboa solicitou conselho à UCSS, sobre a possibilidade de admitir alunas “não crentes”⁴³⁹. As orientações de Paris recomendaram extrema prudência a esse respeito. Segundo Marie d'Airolles, a escola conseguiria conquistar a confiança do poder político português se dela saíssem mulheres católicas bem formadas, competentes, dedicadas, e cuja intervenção viesse a produzir verdadeiros resultados nas organizações de assistência. O mesmo não aconteceria, se na escola houvesse elementos não católicos que criticassem publicamente o ensino ministrado, ou que, admitindo qualidade no ensino, o aclamassem demasiado confessional. Em suma, «[...] certains éléments faisant partie du Gouvernement pourront en être plus alarmés que s'il n'y avait que des catholiques dans votre École»⁴⁴⁰. A presidente da UCSS fez também salientar que a grande parte das questões sociais e médico-sociais subjaziam graves problemas de moral. Abordar tais assuntos a partir da doutrina cristã, conforme seria expectável pelo Instituto de Serviço Social, seria consensual perante um auditório exclusivamente católico, mas melindroso diante de um público menos “homogéneo”. É que, acrescenta, ao contrário do que muitos pensavam, «[...] il n'est pas possible de donner d'une part un enseignement de morale, et, d'autre part, un enseignement purement technique; c'est en traitant toutes les questions techniques que l'enseignement de morale doit être donné», motivo pelo qual a escolha da directora e dos professores da escola devia ser feita «[...] très judicieusement et avec une grande prudence»⁴⁴¹.

⁴³⁷ “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 4. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³⁸ “Lettre de Mme. De Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴³⁹ Cf. “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁴⁰ “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁴¹ *Ibidem*.

A pretensão inicial do Patriarcado de Lisboa era entregar a direcção do Instituto de Serviço Social unicamente nas mãos da condessa de Rilvas. Contudo, Marie d'Airolles sugeriu a criação de um conselho de administração, constituído por figuras de reconhecida influência na sociedade portuguesa, sendo essencial a presença de um teólogo, um sociólogo, e um médico⁴⁴². Com esta indicação, e a anuência de D. Ernesto Sena de Oliveira, a condessa de Rilvas ficou responsável pela constituição do conselho de administração, «[...] dans un milieu très catholique évidemment, mais plus intellectuel que ne l'est généralement le milieu des directions d'ouvres»⁴⁴³. A aristocrata católica tentou, desde logo, evitar o contexto das obras sociais portuguesas, que considerava rotineiro e estagnante, e rodear-se de elementos jovens e activos, embora incluindo «[...] un ou deux éléments décoratifs pour ménager toutes les susceptibilités»⁴⁴⁴. Uma das primeiras personalidades a integrar o novo órgão social foi Regina Quintanilha⁴⁴⁵, primeira mulher a exercer advocacia na Península Ibérica. Após a quadra natalícia de 1934, aquela terá supostamente viajado até Paris e visitado várias escolas de serviço social, sob orientação de Marie d'Airolles⁴⁴⁶. Outro nome que

⁴⁴² Cf. *ibidem*; & “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. [décembre] du 34”. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. Para além do médico, do teólogo, e do sociólogo, elementos que considera essenciais, Marie d'Airolles sugere que o conselho de administração também incluía um professor universitário, um proprietário industrial, e um comerciante.

⁴⁴³ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁴⁵ Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha de Sousa e Vasconcelos (1893-1967), natural de Miranda do Douro, nasceu e foi educada num meio social elevado. Frequentou escolas públicas e privadas em Bragança e no Porto durante a infância e a adolescência. Licenciou-se em direito na Universidade de Coimbra, onde também frequentou a Faculdade de Letras. Foi a primeira mulher a exercer advocacia na Península Ibérica, tendo iniciado a sua carreira em Novembro de 1913, no tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, antes mesmo de completar o curso de direito. Esteve ligada à Cruzada das Mulheres Portuguesas e ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, tendo sido eleita presidente da mesa da assembleia-geral em 1917. Nesse mesmo ano, casou com o juiz Vicente Ribeiro Leite de Sousa e Vasconcelos, com quem teve dois filhos. Integrou a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), tendo sido uma das cinquenta vogais nomeadas, em 1936, para a Junta Central daquele movimento. Foi notária em Albergaria-a-Velha, conservadora em Mação, e notária e conservadora do Registo Predial em Lisboa. Trabalhou com os melhores advogados do Brasil, França, Bélgica, Espanha, entre outros, tendo escritório aberto no Rio de Janeiro e em Nova Iorque. Em 1945, decidiu afastar-se da advocacia, para se dedicar à família e à administração de empresas, nomeadamente, do Hotel da Torre das Termas, em Entre-os-Rios (cf. Mariano, 2011: 272; Pimentel, 2011: 361-362).

⁴⁴⁶ Numa carta enviada pela condessa de Rilvas a Marie d'Airolles, é mencionada a viagem que Regina de Quintanilha iria realizar a Paris: «Une des dames du conseil d'administration ira a Paris après Noel et je lui dit d'aller vous voir. C'est Mme. l'avocate Regina Quintanilha de Vasconcellos. Elle pourra tirer grand profit de la visite a différentes écoles de service social. Je vous serais milles fois reconnaissante de lui montrer ce qui pourra lui être utile». In “Mademoiselle, mes affaires avancent [...]. Lisbonne, 19 décembre 1934” (carta da condessa de Rilvas a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com quatro páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. A efectiva concretização daquela viagem fica por apurar, já que não volta a ser mencionada nas fontes documentais consultadas.

cedo passou a constar do conselho de administração foi o de Maria Baptista Guardiola⁴⁴⁷, reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, e recém-eleita deputada para a primeira legislatura da Assembleia Nacional.

A escolha da directora da escola portuguesa de serviço social, e os termos da sua contratação, são temas que se destacam na correspondência trocada entre a condessa de Rilvas e Marie d'Airolles, não só pela amplitude com que foram abordados, como também pela discussão ocasionada em determinado momento da negociação. Da chegada da directora a Portugal estavam pendentes várias resoluções sobre o Instituto de Serviço Social, entre as mais importantes, a estruturação do programa de estudos, a escolha dos professores, e a selecção das instituições onde se fariam os estágios. Não admira, por isso, a insistência da condessa de Rilvas para que fosse enviada de Paris, o quanto antes, a pessoa que partilharia o poder de decisão sobre aquelas questões:

«Son Eminence est d'accord avec nos plans et je viens vous prier de mettre en route la personne que vous nous destinez. [...] Quand pourrez-vous envoyer notre monitrice? [...] J'ai en vue plusieurs excellents professeurs, mais je ne puis, ni ne veux faire un programme définitif sans que notre organisatrice soit ici et que nous puissions tout combiner avec l'Autorité Ecclésiastique»⁴⁴⁸.

⁴⁴⁷ Maria Baptista dos Santos Guardiola (1895-1987), natural de Bragança, frequentou o curso de magistério primário, e licenciou-se em ciências matemáticas pela Universidade de Coimbra. Começou por ser professora liceal, a partir de 1920 e até 1946, nos liceus femininos Infanta D. Maria (Coimbra), Garrett (Lisboa), Carolina Michaëlis (Porto), e Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa), onde também assumiu, de 1928 a 1946, o cargo de reitora. Em 1930, foi nomeada vogal do Conselho Superior de Instrução Pública e, em 1936 (até 1940), vice-presidente da 3.^a secção da Junta Nacional da Educação. No campo da educação, foi ainda inspectora do Ensino Liceal, membro da Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares do Ensino Superior, e reitora e presidente do conselho administrativo do Liceu Rainha D. Leonor, aquando da sua fundação, em 1949. Em 1937, foi nomeada vogal da Junta Central, e vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN), cargo que ocupou até à extinção da organização, em 1974. Em Setembro de 1937, a convite de Carneiro Pacheco, chefiou uma missão de estudo da OMEN a Itália, com a finalidade de estudar as organizações oficiais para a juventude feminina. No regresso, foi nomeada comissária nacional da recém-criada Mocidade Portuguesa Feminina (MPF), organização que dirigiu de forma carismática até Dezembro de 1968, quando foi exonerada a seu pedido. Pertenceu, juntamente com Domitila de Carvalho (1871-1966) e Maria Cândida Parreira (1877-1942), ao primeiro grupo de mulheres deputadas, que integraram a Assembleia Nacional, mantendo o cargo na I, II, III (1935-1945) e V (1949-1953) legislaturas. As suas intervenções na Assembleia Nacional circunscreveram-se, praticamente, a questões de educação e ensino, não se desviando do seu campo de competência. Foi uma das personalidades que mais influência exerceu na educação de toda uma geração de raparigas, através dos cargos que desempenhou durante décadas na OMEN e, sobretudo, enquanto comissária nacional da MPF, organização de filiação obrigatória, que orientou durante trinta anos (cf. Sousa, 2004: 741-746; Vicente, 1999: 144-145; Pimentel, 1996: 409).

⁴⁴⁸ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 28 novembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

Assuntos pendentes, esses, que ainda assim mereceram uma concertação prévia entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS.

Ao nível do programa de estudos, e segundo a condessa de Rilvas, seria prudente não o sobrecarregar em demasia: «Tout cela est de la nouveauté pour Lisbonne et on n'est pas préparé à toutes ces questions... Il faut, pour le moment quelque chose d'assez élémentaire pour ne pas décourager et faire bien accepter»⁴⁴⁹. Já a preocupação de Marie d'Airolles era assegurar que o ensino teórico ministrado na nova escola não relegasse os estágios práticos para segundo plano: «C'est l'enseignement pas des stages pratiques dans des Œuvres et institutions sociales et d'hygiène sociale, éclairé par un enseignement théorique, que je vous ai toujours conseillé et pour lequel j'insiste encore aujourd'hui à la veille du jour où va s'ouvrir votre École»⁴⁵⁰. De acordo com a presidente da UCSS, havia em França uma plêiade de sociólogos católicos, eruditos, dedicados ao ensino doutrinal em universidades, mas com escassa influência no domínio da legislação social e das realizações práticas. O problema estava no tipo de conhecimento transmitido aos alunos, eminentemente teórico, que deixava à filantropia laica e a outras confissões religiosas, o campo aberto em matéria prática de intervenção social.

Nos últimos anos, continua Marie d'Airolles, as mulheres francesas tinham criado uma rede importante de instituições sociais, e prepararam nas escolas de visitadoras um pessoal admiravelmente bem formado, com experiência em inquéritos sociais, e munido de um reconhecido método de trabalho junto das famílias: «Tout cela s'est fait sans bruit, sans discours, sans grande théorie en apparence, mais a bouleversé et transformé nos coutumes et nos lois»⁴⁵¹. Com base nestas considerações, a escola portuguesa foi incitada a investir prioritariamente na formação prática das suas alunas, ao que o Patriarcado de Lisboa assentiu, na pessoa da condessa de Rilvas: «Je suis tout à fait d'accord pour donner un caractère essentiellement pratique aux cours qui se réaliseront»⁴⁵². O primeiro

⁴⁴⁹ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: pp. 2-3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁵⁰ “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. [décembre] du 34”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁵¹ *Ibidem*.

⁴⁵² “Mademoiselle, mes affaires avancent [...]. Lisbonne, 19 décembre 1934” (carta da condessa de Rilvas a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com quatro páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

levantamento de possíveis organizações para acolher estagiárias do Instituto de Serviço Social foi realizado, precisamente, pela condessa de Rilvas. Entre as elencadas, a maioria na área da saúde, contam-se os tribunais de menores, os estabelecimentos para crianças delinquentes, os dispensários, sanatórios e hospitais da Assistência Nacional aos Tuberculosos, a Maternidade Magalhães Coutinho, a Maternidade Alfredo da Costa, e o Instituto Português de Oncologia⁴⁵³.

Sobre a escolha dos professores, pouco foi adiantado antes da chegada da directora francesa, pois dela dependia a estruturação do plano de estudos: «Il faut savoir quelles matières feront l'objet des études et seulement alors nous inviterons les professeurs [...]»⁴⁵⁴. Ficou apenas acordado que, em matéria doutrinal, o ensino seria estritamente católico. No caso das disciplinas jurídicas e técnicas, contudo, a competência intelectual e profissional, e o estatuto social dos professores, teriam mais peso no momento de constituir o corpo docente, do que propriamente o critério de confissão católica: «[...] pour les lois de protection de l'enfance, l'enfance abandonnée et coupable, les anormaux, etc..., j'ai en vue d'excellents professeurs qui ne sont pas des catholiques pratiquants, mais qui seront très compétents et très respectueux du milieu auquel ils s'adresseront»⁴⁵⁵.

Outro assunto que mereceu uma discussão prévia entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS foi a admissão de alunos do sexo masculino no Instituto de Serviço Social. A proposta partiu da condessa de Rilvas, com o apoio de D. Ernesto Sena de Oliveira: «Peut-être aurons-nous des cours mixtes. L'Archevêque n'y voit pas d'inconvénients, et je crois que des hommes ou jeunes gens seront désireux d'en profiter»⁴⁵⁶. Mas a ideia de existirem cursos mistos não encontrou aceitação em Marie d'Airolles, conforme revela a sua extensa argumentação. Começa por alegar que, no domínio da beneficência, a actividade reservada aos homens e às mulheres era distinta, e que vários ramos do serviço social eram exclusivamente apanágio das mulheres⁴⁵⁷, e como tal, impossíveis de tratar num auditório

⁴⁵³ Cf. *ibidem*.

⁴⁵⁴ *Ibidem*: p. 1.

⁴⁵⁵ “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Sintra, 12 septembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁵⁶ “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁵⁷ «[...] tout ce qui regarde par exemple la protection maternelle et infantile, la protection de la femme, la protection du foyer par la femme, l'éducation de la femme au foyer, la protection de la femme enceinte et

misto. Já a convivência nas organizações de estágio, e durante os inquéritos ao domicílio, podia provocar indignação aos olhos do conservadorismo português: «A supposer que les intentions fussent absolument pures chez les jeunes gens et les jeunes filles [...] qui se rencontreraient dans les pauvres foyers: que penserait le peuple de ‘ces couples’ venant vers lui?»⁴⁵⁸. Por último sustém que, para além de instruir, a missão da futura escola passa por oferecer uma formação especificamente orientada para o público feminino.

Na proposta de Marie d’Aiolles, o ensino no Instituto de Serviço Social ficaria reservado às raparigas, ainda que os homens pudessem frequentar algumas disciplinas, ou ciclos de conferências, realizados à margem da actividade regular da escola. Recomendou, porém, que a decisão final a esse respeito fosse tomada com a directora francesa: «[...] je crois qu’il vaudrait infiniment mieux que ces questions soient réglées une fois l’École ouverte, un peu plus tard lorsque votre Directrice aura acquis l’expérience du milieu»⁴⁵⁹. Embora D. Ernesto Sena de Oliveira tenha considerado as objecções aos cursos mistos algo severas, o Patriarcado de Lisboa acabou por concordar com as directivas vindas de Paris⁴⁶⁰.

Conforme decisão tomada pela autoridade eclesiástica⁴⁶¹, a escolha da directora da escola foi totalmente remetida para Marie d’Aiolles: «Je vous prierai de bien vouloir désigner la monitrice qui nous conviendrait»⁴⁶². Ficou estabelecido que a pessoa em questão devia reunir dois requisitos essenciais: «[...] [être] une bonne professionnelle mais sans être religieuse»⁴⁶³. Para dirigir a nova obra, e fazê-la ser compreendida e acolhida pela sociedade portuguesa, devia ainda ser alguém «[...] qui soit très sure de son affaire et qui

celles des couches, la protection du nouveau-né [...]». In “Mlle. d’Aiolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

⁴⁵⁹ *Ibidem*.

⁴⁶⁰ Cf. “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d’Aiolles. Lisbonne, 2 décembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁶¹ Cf. “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Aiolles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. A carta não faz nenhuma referência em concreto sobre a “autoridade eclesiástica” em questão.

⁴⁶² *Ibidem*: p. 1.

⁴⁶³ “Madame, vous avez bien fait [...]. Paris, le janvier 1935” (carta de Marie d’Aiolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com cinco páginas e dois apensos: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287 (sublinhado conforme o documento).

inspire la sympathie et la confiance. Et surtout dans ce pays-ci, tout dépend beaucoup de la façon dont une chose est lancée»⁴⁶⁴.

Ao referir-se à assistente social francesa que viria assumir a direcção do Instituto de Serviço Social, a condessa de Rilvas utilizava a expressão “monitora”. Com isto, pretendia acentuar a distinção entre aquele cargo, e o de principal responsável pela escola, que lhe fora confiado pelo cardeal patriarca de Lisboa: «Malgré ma mauvaise santé, Son Eminence tient à ce que ce soit moi qui prenne la responsabilité de l’entreprise»⁴⁶⁵. Mas a designação “monitora” foi contestada, e rectificada, por Marie d’Airoles: «[...] je vous demande de faire de la personne que je vous envoie une Directrice et non pas de lui donner le titre de Monitrice, [...] vous-même aurez le titre de Président do Conseil d’Administration composé de personnalités de votre pays»⁴⁶⁶. O propósito da presidente da UCSS era acautelar a autonomia e o poder profissional da futura directora, a quem deviam competir «[...] toutes les responsabilités des programmes, de l’enseignement qui sera donné, de la tenue des élèves, etc... Il faut lui laisser l’initiative et indépendance»⁴⁶⁷. Ela devia integrar o conselho de administração da escola, sendo uma espécie de administradora-delegada, «[...] réglant après entente avec le Conseil toutes les questions qui concernent l’École»⁴⁶⁸. Ao fim de algum tempo, seria ainda expectável que a própria directora escolhesse uma ou duas monitoras, de entre as primeiras alunas formadas, para a coadjuvarem na sua missão, especialmente na supervisão dos estágios e dos inquéritos feitos ao domicílio.

No final de Novembro de 1934, Marie d’Airoles informou a condessa de Rilvas que a assistente social em quem tinha pensado para assumir a direcção do Instituto de Serviço Social já não estava disponível, devido a outra proposta contratual⁴⁶⁹. Desde então, acrescenta, tinha conversado com várias das melhores assistentes sociais francesas, e acreditava ter encontrado uma outra profissional notável, que recomendava com toda a

⁴⁶⁴ “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoles. Lisbonne, 3 novembre 1934”. Documento dactilografado com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁶⁵ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d’Airoles. Lisbonne, 28 novembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁶⁶ “Mlle. d’Airoles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287 (sublinhado conforme o documento).

⁴⁶⁷ *Ibidem*.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

⁴⁶⁹ Cf. *ibidem*. Na carta, Marie d’Airoles não avança quem era a assistente social em quem tinha pensado inicialmente para assumir a direcção da escola portuguesa.

confiança: Marie-Thérèse Lévêque. A presidente da UCSS refere-se à pessoa em questão como sendo uma excelente assistente social, com muita experiência em obras sociais, mesmo antes de prosseguir os estudos na École des Surintendantes d'Usines, «[...] où elle a été admirablement notée et a passé le diplôme d'État dans d'excellentes conditions»⁴⁷⁰. Acrescenta que, após findar o curso, Mlle. Lévêque criou o serviço social numa importante fábrica francesa da Société Anonyme André Citroën, que havia recentemente sofrido uma situação de insolvência, o que explicava a disponibilidade para aquela assistente social abraçar um novo projecto profissional. Para além das qualidades técnicas, a presidente da UCSS realça outros atributos que influenciaram a sua escolha: «[...] elle est non seulement une compétente mais à une conscience et foncièrement chrétienne; par ailleurs, Mademoiselle Lévêque est fine est distinguée [...]»⁴⁷¹. Mas Marie-Thérèse Lévêque não partiria de imediato para Lisboa. Antes disso, esperavam-na várias reuniões com Marie d'Airolles e com Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager, para juntas esboçarem o plano de estudos a implementar no Instituto de Serviço Social⁴⁷².

A disponibilidade imediata de Marie-Thérèse Lévêque para iniciar um novo trabalho não foi certamente o único motivo, nem tão-pouco o principal motivo, que a fez ser escolhida por Marie d'Airolles para dirigir um projecto de ensino emergente em Portugal. Aquela *surintendante d'usine* reunia um conjunto de características, em termos da sua formação e experiência profissional, que certamente mereceram a simpatia e a confiança da fundadora UCSS. Com apenas 33 anos, Mlle. Lévêque contava com um percurso de formação significativo, que conseguia congrega as vertentes de intervenção médico-social e do “social puro”. Recorde-se os seus estudos em enfermagem, as dimensões médica e social da formação recebida na École des Surintendantes d'Usines, os estudos psicotécnicos no Hôpital Henri Rousselle e, por fim, a frequência de um programa de estudos sociais no curso internacional em Saúde Pública. A UCSS, e a sua fundadora, nunca se posicionaram categoricamente diante das correntes médico-social e do “social puro”, preferindo sustentar a complementaridade de ambas. Marie d'Airolles mostrava-se, inclusive, em desacordo com a distinção que em França se fazia entre a formação ministrada às enfermeiras visitantes e às assistentes sociais. Percebe-se, portanto, que tenha visto em Mlle. Lévêque

⁴⁷⁰ *Ibidem*: p. 2.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² Cf. *ibidem*.

uma aliada, solidamente formada, para erguer um novo projecto de ensino na confluência daquelas duas correntes de intervenção.

Marie-Thérèse Lévêque foi socializada no universo católico, e embora o pai e pelo menos um irmão, Maurice Lévêque, se tivessem apartado dos caminhos da fé católica, há indícios de que a sua mãe tenha permanecido naquela doutrina. Durante a infância e juventude de Mlle. Lévêque, a formação elementar e os estudos primários superiores foram realizados em instituições de ensino católicas. Já com 24 anos, em entrevista durante o processo de candidatura à École des Surintendantes d'Usines, foi a própria quem mencionou professar a fé católica⁴⁷³. Não o teria afirmado sem verdade, pois aquela escola assumia-se como laica, pelo que a identificação das candidatas com a esfera católica não traria vantagens em termos de recrutamento. Certamente, a dimensão religiosa também terá pesado na escolha feita por Marie d'Airolles, cujo trajecto de vida fora marcado pela militância católica, e para quem o catolicismo era visto como quadro moral e de pensamento para a intervenção social. Além do mais, a líder da UCSS e Mlle. Lévêque integravam ambas a Ligue Patriotique des Françaises, tendo a última presidido o núcleo de Charly-sur-Marne, onde assumiu um papel catalisador na dinamização de círculos de estudos para raparigas. Por fim, o facto de Marie-Thérèse Lévêque ter vivenciado um período de formação em Londres não terá passado despercebido a Marie d'Airolles, que deve ter entendido aquela jornada como prova da sua capacidade de integração num país estrangeiro.

Os termos em que seria contratada a directora da escola foram sendo abordados, de forma sucinta e pouco formalizada, na correspondência trocada entre Lisboa e Paris⁴⁷⁴. Numa atitude prudente, a condessa de Rilvas propôs que o contrato de trabalho fosse celebrado por um ano, com eventual renovação ao fim desse período, pois «[...] malgré toutes les excellentes qualités de Mlle. Lévêque nous ne savons pas si elle se plaira ici et si elle

⁴⁷³ Cf. “Sociale de Surintendantes d'Usines. Fiche de candidate. Le 22 juin 1925”. Documento dactilografado e manuscrito com duas páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁴⁷⁴ Na carta em que o assunto mereceu mais atenção, enviada por Marie d'Airolles à condessa de Rilvas, pode ler-se: «Quant aux questions matérielles, il est bien entendu que Mademoiselle Lévêque recevra 15.000 frs par an d'appointements, plus le logement, la nourriture, le chauffage et l'éclairage; elle me demande, et cela me semble également justice, qu'un voyage par an lui soit payé pour ses vacances d'été; elle juge nécessaire de revenir deux fois par an dans sa famille et prendra un des voyages à sa charge» (*ibidem*: p. 2).

s'adaptera bien au milieu nouveau dans lequel elle aura à travailler»⁴⁷⁵. Em Dezembro de 1934, conforme ficara acordado, Marie d'Airolles enviou à condessa de Rilvas o projecto inicial de regulamento do Instituto de Serviço Social, e o texto de um contrato de trabalho, a ser celebrado entre Marie-Thérèse Lévêque e a entidade jurídica de suporte à escola, ainda incerta. O conteúdo dos dois documentos foi recebido com perplexidade, colocando em causa a contratação de Marie-Thérèse Lévêque e, inclusive, a cooperação que até então se desenvolvera entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS: «Je ne puis vous cacher la surprise et la mauvaise impression qu'a fait au Patriarcat la lecture du contrat que vous m'avez envoyé. Tant de choses y figurent dont nous n'avions jamais parlé que nous désistons et rendons la liberté à Mlle. Lévêque»⁴⁷⁶.

Na perspectiva de D. Ernesto Sena de Oliveira, o contrato de trabalho⁴⁷⁷ trazia um aumento considerável de custos financeiros, face aos previstos, para além de fazer referência a aspectos nunca antes conversados: suplemento de bagagem para transporte de materiais pedagógicos, entre Paris e Lisboa; despesas de deslocação por motivos profissionais; seguro social contra doença e acidentes de trabalho; e ainda, indemnização, em caso de ruptura do contrato de trabalho pela entidade jurídica de suporte à escola. Por outro lado, não ficando mencionado no contrato que a directora seria acolhida pelas Franciscanas Missionárias de Maria, nada garantia que ela se contentasse com o alojamento que lhe fora destinado. As palavras da condessa de Rilvas são ilustrativas do impacto que provocou aquele documento: «Je suis d'autant plus perplexe sur toutes les exigences qu'elle peut avoir que la lettre du contrat est fort élastique et prête à toutes les interprétations. [...] elle peut tout demander sans que nous puissions mettre une limite à ses exigences»⁴⁷⁸.

⁴⁷⁵ In “Mademoiselle, mes affaires avancent [...]. Lisbonne, 19 décembre 1934” (carta da condessa de Rilvas a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com quatro páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁷⁶ “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 30 décembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁷⁷ Vide Anexo K: “[Projet de contrat]. Monsieur X. représentant le Patriarcat et Mlle. Lévêque ou Le Comité d'organisation [...]. [Paris, décembre 1934]”. Documento dactilografado com uma página. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁷⁸ “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 30 décembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

Por sua vez, o regulamento do Instituto de Serviço Social⁴⁷⁹, muito sucinto, limitava-se a elencar as funções a exercer por Marie-Thérèse Lévêque: assegurar a direcção e a organização da escola; fixar o programa de estudos; participar na escolha dos professores e colaboradores; tomar parte no ensino teórico e prático; assegurar a supervisão dos estágios práticos; e assumir a responsabilidade moral das alunas durante as aulas e os estágios, reservando-se ao direito de as excluir do curso por motivos de imoralidade ou de incapacidade intelectual. O Patriarcado de Lisboa reagiu de igual forma a este segundo documento, com Marie-Thérèse Lévêque a ser considerada uma figura autoritária e passível de causar discórdia no meio social em que seria integrada: «Ce sont toutes ces réflexions qui m'ont été faites hier par Mgr. l'Archevêque et qui rendent la venue de Mlle. Lévêque peu désirable»⁴⁸⁰.

Perante toda a situação desencadeada, a condessa de Rilvas expressa o seu pesar, também partilhado por D. Ernesto Sena de Oliveira: «Vous ne sauriez croire, Mademoiselle, quelle grosse épreuve cela représente pour moi. Hier, Mgr. l'Archevêque me témoignait sa peine de voir échouer un si beau projet au moment où il arrivait au port»⁴⁸¹. Desilusão, essa, que se estende a Marie Rascol, Yvonne de Robien, e outras *Filles de Marie* que tinham participado no erguer do Instituto de Serviço Social, já que o Institut Social Familial et Ménager, tutelado pela Société des Filles du Cœur de Marie, tinha encontrado na escola portuguesa «[...] un excellent moyen de développement sans attirer l'attention, et c'était important»⁴⁸². Na iminência do Patriarcado de Lisboa abandonar a negociação com a UCSS, D. Ernesto Sena de Oliveira propôs, inclusive, que fosse contactada a Union Catholique Internationale de Service Social, mais concretamente «[...] Mlle. de Loneux et autres qui insistent constamment pour venir ici»⁴⁸³, para retomar o projecto de instalar uma escola de serviço social em Lisboa. Lembre-se que Adèle de Loneux, professora da École Catholique de Service Social, em Bruxelas, já havia feito uma passagem por Portugal em 1933, a pedido da UCISS, para incentivar a fundação de uma escola social católica.

⁴⁷⁹ Vide Anexo L: “Début de projet d'un règlement de l'école de service social. [Paris, décembre 1934]”. Documento dactilografado com uma página. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁸⁰ “Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 30 décembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁸¹ *Ibidem*.

⁴⁸² *Ibidem*.

⁴⁸³ *Ibidem*.

Foi com surpresa que Marie d'Airolles tomou conhecimento da reacção do Patriarcado de Lisboa face ao conteúdo dos documentos: «[...] je croix à un malentendu, car le contrat rappelle seulement toutes les conditions sur lesquelles nous nous étions mises d'accord par les lettres échangées [...]»⁴⁸⁴. Segundo a mesma, apenas tinham sido acrescentados alguns detalhes para salvaguardar os interesses do próprio Patriarcado de Lisboa, e não para impor novas exigências, conforme fora interpretado⁴⁸⁵. Questiona ainda se o mal-entendido não teve origem na forma jurídica dos documentos, pois o que era um procedimento contratual habitual em França podia ser encarado como um discurso arrogante pela cultura portuguesa. Mesmo que assim tivesse acontecido, o carácter de Marie-Thérèse Lévêque não merecia ser julgado pela estilística: «[...] elle a pris le texte qui lui a été remis par un de ses amis avocat habitué à rédiger les pièces de ce genre; à nos yeux une simple formalité, mais qui ailleurs peut produire évidemment un effet différent, au premier abord»⁴⁸⁶.

Sobre os custos inerentes à instalação da escola, Marie d'Airolles esclarece que eles pouco excedem o orçamento inicialmente previsto⁴⁸⁷. A questão do seguro social contra doença e acidentes de trabalho, e ainda a indemnização em caso de ruptura do contrato de trabalho, mereceram especial argumentação. Para a presidente da UCSS, uma rapariga dedicada a uma profissão tinha o dever de se auto-sustentar e, com frequência, de sustentar alguns familiares, o que não impedia que o seu trabalho fosse feito com entusiasmo e dedicação. Entendia ainda que a devoção das assistentes sociais profissionais não seria plena, se

⁴⁸⁴ “Madame, vous avez bien fait [...]”. Paris, le janvier 1935” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com cinco páginas e dois apensos: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁸⁵ Pormenores, essas, que Marie d'Airolles acabou por submeter a uma cuidada interpretação, num conjunto de notas explicativas ao projecto de regulamento do Instituto de Serviço Social, e à proposta de contrato de trabalho de Marie-Thérèse Lévêque. Vide Anexo M: “Madame, vous avez bien fait [...]”. Paris, le janvier 1935”. Apenso dactilografado, com três páginas (Projet de contrat – notas explicativas); & Anexo N: “Madame, vous avez bien fait [...]”. Paris, le janvier 1935”. Apenso dactilografado, com uma página (Début de projet d'un règlement de l'école de service social – notas explicativas). L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁸⁶ “Madame, vous avez bien fait [...]”. Paris, le janvier 1935” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com cinco páginas e dois apensos: pp. 1-2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁸⁷ No início da negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS, foi estimado um orçamento anual de 15.000 francos. A proposta de contrato de trabalho de Marie-Thérèse Lévêque reflectia, por sua vez, os seguintes custos anuais, na moeda francesa: salário (15.000), viagem entre Lisboa e Paris, de ida e volta, em segunda classe (1.800); seguro social contra doença e acidentes de trabalho (500); e alojamento na casa das Franciscanas Missionárias de Maria (4.500); num total de 22.700, mais despesas de deslocação em Lisboa, por motivos profissionais. Cf. *ibidem*.

existissem preocupações materiais e de subsistência pessoal. Aludindo ao caso particular de Marie-Thérèse Lévêque:

«Si une jeune fille quitte son pays, s'en va vers l'inconnu, sous un climat qu'elle ne connaît pas, sans être assurée qu'elle ne sera pas renvoyé du jour au lendemain, qu'elle sera soignée en cas de maladie, elle n'est pas à l'abri des soucis matériels. [...] Vous êtes trop chrétienne, Madame, pour ne pas comprendre qu'il y a même un devoir pour nous, à prévoir ces cas pour ceux que nous employons»⁴⁸⁸.

A principal preocupação de Marie d'Airolles, porém, residia na imagem com que o Patriarcado de Lisboa ficara da pessoa que ela mesma escolhera para assumir a direcção do Instituto de Serviço Social: «Mlle. Lévêque n'est pas du tout la femme d'autorité que vous pensez; c'est bien plutôt une idéaliste que le cœur guide»⁴⁸⁹. Esta afirmação foi sustentada por alguns episódios do passado profissional de Marie-Thérèse Lévêque, ilustrativos da sua capacidade de escuta, flexibilidade e negociação. A presidente da UCSS assevera também: «Cette petite Lévêque n'est pas non plus une femme d'argent [...]»⁴⁹⁰. Durante semanas, havia se empenhado em arrumar cuidadosamente os materiais pedagógicos a transportar para Lisboa, a fim de reduzir os custos com o suplemento de bagagem. Ficou feliz por saber que seria acolhida pelas Franciscanas Missionárias de Maria, o que seria de ter em consideração, visto que «[...] les Français sont autrement moins exigeantes au point de vue du confort que les Belges et les Anglaises»⁴⁹¹. Por último, fez saber que Marie-Thérèse Lévêque, de temperamento delicado, tinha ficado desgostosa com as notícias trazidas pela última carta da condessa de Rilvas. Ainda assim, após se recompor, aceitou rumar à capital portuguesa por um período experimental de três meses, sem qualquer compromisso para o Patriarcado de Lisboa, a não ser o pagamento da sua viagem de comboio.

As palavras de Marie d'Airolles surtiram o efeito pretendido pois, dias mais tarde, chegou de Lisboa a notícia que as autoridades eclesiásticas iam manter a cooperação com a UCSS, e aceitar a pessoa que fora escolhida para dirigir a escola portuguesa⁴⁹². Os preparativos e a

⁴⁸⁸ *Ibidem*: pp. 3-4.

⁴⁸⁹ *Ibidem*: p. 3.

⁴⁹⁰ *Ibidem*.

⁴⁹¹ *Ibidem*.

⁴⁹² Cf. “Madame, j'ai reçu lundi la visite de [...]. Paris, le 25 janvier 1935” (carta de Marie d'Airolles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com duas páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. A carta que informa sobre a alteração de decisão pelo Patriarcado de Lisboa foi enviada pela condessa de Rilvas a Marie d'Airolles, em Janeiro de 1935, e não consta do fundo UCSS. Como tal, não

marcação da viagem de Marie-Thérèse Lévêque fizeram-se de imediato, conforme solicitado pela condessa de Rilvas. Finalmente, a 2 de Fevereiro de 1935, num Sábado, o comboio *sud-express* deixou Paris em direcção à estação de Santa Apolónia, trazendo consigo a primeira directora do Instituto de Serviço Social⁴⁹³: «[...] une grande femme, mince, qui portera un manteau de fourrure brun clair (manteau de poulain); elle aura une cravate de drap bleu pastel; un accident au genou lui a rendu la jambe raide ce qui la fait boiter légèrement [...]»⁴⁹⁴.

é possível apurar se Marie-Thérèse Lévêque foi convocada a exercer funções no Instituto de Serviço Social por um período probatório.

⁴⁹³ Cf. “Chère Madame, il y a juste un mois [...] [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d’Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁴⁹⁴ “Madame, j’ai reçu lundi la visite de [...]. Paris, le 25 janvier 1935” (carta de Marie d’Airoles à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com duas páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

PARTE III

O Instituto de Serviço Social sob a direcção técnica de Marie-Thérèse Lévêque (1935-1944)

CAPÍTULO 5 O ERGUER DOS PILARES DO INSTITUTO DE SERVIÇO SOCIAL

5.1 Os primeiros passos da directora francesa: caminhar firme numa «*petite comédie diplomatique*»

Marie-Thérèse Lévêque chegou a território português num Sábado, dia 2 de Fevereiro de 1935. Segundo narra, numa carta que enviou a Marie d'Airolles, o comboio *sud-express* que saiu de Paris com destino a Lisboa trazia apenas três passageiros, o que lhe permitiu, única mulher em viagem, ter momentos de oração e reflexão sobre a missão que estava prestes a empreender: «J'ai donc eu la vraie joie d'être bien solitaire dans mon tour et de pouvoir prier et réfléchir tout mis saoul»⁴⁹⁵. Ao chegar à estação de Santa Apolónia, aguardavam-na a condessa de Rilvas e também Regina de Quintanilha, advogada e uma das primeiras figuras escolhidas para integrar o conselho de administração da nova escola, durante a recente negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux, em Paris.

Contrariamente ao previsto, Mlle. Lévêque não ficou alojada na casa das Franciscanas Missionárias de Maria, visto que as instalações distavam do centro da cidade. Ao chegar a Lisboa foi encaminhada para uma recatada pensão na Rua das Flores, alternativa que considerou prudente, a fim de manter o semblante de neutralidade confessional da futura escola, aconselhado por Marie d'Airolles:

«Cette pension est dirigée par deux anglaises, reçoit peu demande, et surtout des ecclésiastiques: elle est très cotée ici, moralement. [...] J'ai deux églises toutes proches, le bureau qu'on me destine est à cinq minutes, Madame de Rilvas à dix, et je suis sur un terrain complètement indépendant, ce qui a, ici, une immense importance. En logement chez les Franciscaines j'aurais été tout de suite 'cataloguée' [...]»⁴⁹⁶.

⁴⁹⁵ “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁴⁹⁶ *Ibidem*: pp. 3-4 (sublinhado conforme o documento).

Os diálogos, esses, eram mantidos em francês e inglês, sendo que findos três dias Mlle. Lévêque já balbuciava algumas palavras em português.

Logo após a chegada de Marie-Thérèse Lévêque a Portugal, a condessa de Rilvas sucumbiu a uma pulmonia que a manteve em repouso absoluto durante várias semanas:

«Le lendemain de mon arrivée, la dame qui devait m'aider ici, (où elle possède une grande influence) est devenue gravement malade; elle est très mal en ce moment. J'ai donc dû me débrouiller seule presque entièrement. Il a fallu ouvrir les yeux bien grands, beaucoup écouter, parler peu et firme»⁴⁹⁷.

Este imprevisto conferiu a Mlle. Lévêque maior autonomia na estruturação dos pilares da nova escola, sempre em concertação directa com o Patriarcado de Lisboa e procurando apoio, mediante correspondência escrita, junto à Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS) e à Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS).

A nova escola, que se pretendia inaugurada ao fim de dois meses, configurou um desafio para Marie-Thérèse Lévêque, em termos de trabalho árduo e escassez de tempo: «[...] à moins d'anicroches graves et imprévisibles, l'Institut de Service Social s'ouvrira au plus tard le premier avril. La tâche est très difficile, mais passionnante»⁴⁹⁸. A 5 de Fevereiro de 1935, recém-chegada a Lisboa, Mlle. Lévêque escreve a Marie d'Airolles, dirigente da UCSS, e pede que a missiva seja partilhada com Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris. É compreensível que Mlle. Lévêque tenha confiado em ambas para narrar o desenrolar dos primeiros acontecimentos em Portugal. Recorde-se que, em Junho de 1934, Mlle. d'Airolles tinha pedido aconselhamento sobre a organização de uma escola de serviço social a Mlle. de Robien, transmitindo depois as informações à condessa de Rilvas. Yvonne de Robien, que partilhava com a dirigente da UCSS o mesmo voto de consagração à Société des Filles du Cœur de Marie (SFCM), estava familiarizada com a realidade portuguesa, tendo em 1930 se deslocado a Lisboa para encetar um

⁴⁹⁷ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 1. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁴⁹⁸ *Ibidem*: pp. 1-2.

percurso que culminou, em 1932, com a fundação da SFCM em Portugal. Foi também com as destinatárias daquela carta que Mlle. Lévêque reuniu várias vezes, antes de partir para Lisboa, para juntas esboçarem o plano de estudos da nova escola⁴⁹⁹.

A condessa de Rilvas, restringida ao leito por motivo de doença, depositou a confiança em Regina de Quintanilha para conduzir Mlle. Lévêque a D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo de Mitilene. Este auxiliar do cardeal patriarca de Lisboa, então presidente da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, teve um papel de relevo nas primeiras resoluções sobre o Instituto de Serviço Social. Lembre-se que, nos meses anteriores, as orientações recebidas de Paris, mais concretamente de Marie d'Airolles (UCSS), eram transmitidas pela condessa de Rilvas a D. Ernesto Sena de Oliveira, e com ele concertadas. Naquele primeiro encontro, a 4 de Fevereiro de 1935, Mlle. Lévêque foi observada ao detalhe pelo Arcebispo de Mitilene, ao que se seguiu uma demorada reunião, conforme relata a própria: «L'archevêque m'a d'abord observé très attentivement, nous avons parlé longuement, et ensuite il a été aimable»⁵⁰⁰.

No dia seguinte, 5 de Fevereiro, Mlle. Lévêque reuniu com a condessa de Rilvas, para discutir e estruturar uma proposta de curso preparatório em serviço social, a iniciar com brevidade. O projecto final⁵⁰¹ foi depois submetido à aprovação do Arcebispo de Mitilene, seguindo-se uma reunião entre Mlle. Lévêque e o cardeal patriarca de Lisboa, para juntos identificarem os vultos da sociedade portuguesa com competência e perfil adequados à leccionação: «[...] je verrais le patriarche au début de la semaine prochaine et nous choisissons très vite les professeurs»⁵⁰². Sobre a duração dos estudos, ficou determinado que o Instituto de Serviço Social arrancaria com um curso preparatório de quatro meses e, posteriormente, um ciclo de estudos com dois anos, segundo narra em missiva a condessa de Rilvas à dirigente da UCSS, Marie d'Airolles: «Elle [Mlle. Lévêque] commencerait en

⁴⁹⁹ Matéria tratada no subcapítulo 4.2, A negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS): «nous [catholiques] devançons les autres, mais il faut que ce soit très bien fait», pp. 172-202.

⁵⁰⁰ “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 5. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁰¹ O projecto do curso preparatório não consta das fontes documentais coligidas para a tese de doutoramento.

⁵⁰² “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 6. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

mars un cours de 4 mois d'initiation, se réservant de ne commencer qu'en octobre les vrais cours [avec deux années entières d'études]»⁵⁰³.

O plano de estudos do Instituto de Serviço Social outrora esboçado em Paris veio a ser finalizado em Portugal, em Fevereiro de 1935, conforme narra a condessa de Rilvas em carta remetida à dirigente da UCSS: «Mlle. Lévêque et venue tous les jours travailler un peu près de moi et elle a mis debout son programme qui a été remis Samedi [9 février] au Patriarcat»⁵⁰⁴. Enquanto elemento matricial da nova escola, o programa de estudos foi repensado a partir da realidade portuguesa, tendo a proposta merecido aprovação integral pelo Patriarcado de Lisboa, segundo Mlle. Lévêque: «J'ai du présenter un programme d'études adapté un peu à la Constitution Portugaise, étudiée dans ce but, et tout un rapport qui a été entièrement approuvé par le Patriarcat»⁵⁰⁵.

Ao fim de um mês submersa na realidade portuguesa, Mlle. Lévêque considerou pertinente incluir uma vertente de ensino *ménager* no programa de estudos do Instituto de Serviço Social: «Je m'occupe tout de suite d'essayer de constituer toute une filiale d'enseignement ménager qui serait extrêmement appréciée ici, et nous amènerait un recrutement social certain»⁵⁰⁶. Este desdobramento nos estudos é consonante com a organização do ensino no Institut Social Familial et Ménager de Paris, tendo presumivelmente nele a sua influência. A partir de 1880, quando surgiram em França várias escolas especializadas em ensino *ménager*, destinado a raparigas, ergueu-se o Institut Social Familial et Ménager de Paris, tutelado pela Société des Filles du Cœur de Marie. Em Abril de 1934, a directora daquela escola, Yvonne de Robien, salientava no artigo “Une carrière de service social. Les centres d'éducation familiale”, a necessidade de restaurar a família, pela preparação da mulher para os seus deveres familiares. Esse propósito, no seu entender, passava pela abertura de centros de educação familiar/*ménager* dirigidos a jovens mães de família, sendo-lhes assim inculcados valores morais, e transmitidos conhecimentos práticos para melhor proveito dos

⁵⁰³ “Mademoiselle, veuillez m'excuser [...]. Lisbonne, 12 février 1935” (carta da condessa de Rilvas a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com três páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁰⁴ *Ibidem*: pp. 1-2.

⁵⁰⁵ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁵⁰⁶ *Ibidem*: p. 3.

humildes orçamentos familiares. Para que o ensino fosse ministrado com bom senso, integridade moral, entusiasmo apostólico e competência profissional devia, por sua vez, ficar a cargo de quadros especializados de educadoras familiares⁵⁰⁷.

Fizeram voto de consagração à Société des Filles du Cœur de Marie, entidade que tutelava o Institut Social Familial et Ménager de Paris, tanto a sua directora, Yvonne de Robien, como Marie d'Airolles, dirigente da UCSS. Em 1934, os cursos ministrados naquele Instituto tinham a duração de dois anos. O programa de estudos previa disciplinas teóricas (fundamentos e princípios de sociologia, direito, economia, política, moral, educação, psicologia e pedagogia), conteúdos práticos familiares e *ménagers*, e estágios de educação popular no âmbito de dispensários, da assistência, e do serviço social. Ao fim do primeiro ano de curso, as alunas optavam por uma vertente de especialização: familiar e *ménager*, mais relacionada com as funções educativas, e exercida em centros de educação popular; ou serviço social, que habilitava ao diploma instituído em França em 1932, e correspondia a funções mais “sociais”⁵⁰⁸. Não admira, portanto, que possa ter havido influência daquela estrutura formativa na nova escola portuguesa, não tivesse sido o plano de estudos do Instituto de Serviço Social pensado e esboçado em conjunto, ainda em Paris, por Marie-Thérèse Lévêque, Mlle. d'Airolles e Mlle. de Robien. O facto de Mlle. Lévêque só referir o ensino familiar/*ménager* um mês após a sua chegada a Lisboa, faz ainda questionar se a necessidade daquela vertente de formação não terá resultado do seu diagnóstico *in loco* sobre a realidade portuguesa, fazendo-a constatar, ou confirmar, a necessidade de difundir nas camadas populares os conhecimentos básicos em matéria de higiene, cuidados preventivos de saúde, alimentação e governo do lar, e, para tal, a premência de formar um corpo especializado de profissionais naquela área da educação social.

A escolha dos locais para acolher os estágios do Instituto de Serviço Social foi perpetrada por Mlle. Lévêque, dando primazia às organizações que, de alguma forma, desenvolviam uma assistência considerada “social”. Sob esta condição as hipóteses eram poucas, tendo a directora francesa priorizado às obras sociais fundadas e dirigidas pela condessa de Rilvas já que, segundo esclarece, asseguravam o requisito de inspiração católica e a racionalidade

⁵⁰⁷ Cf. Robien, Yvonne de (1934), “Une carrière de service social. Les centres d'éducation familiale”. *Études. Revue Catholique d'Intérêt General*, n.º 219, pp. 26-34. L.d.: Bibliothèque Nationale de France (gallica.bnf.fr).

⁵⁰⁸ Cf. *ibidem*.

enquanto método de intervenção: «Il faut aussi commencer à visiter les organisations pour combiner les stages. Certaines sont déjà à tendance nettement sociale; celles conçues par la comtesse de Rilvas, sont très pies, et d'esprit intelligent»⁵⁰⁹. É presumível que Mlle. Lévêque se referisse às duas obras de assistência infantil que, em Portugal, ficaram historicamente associadas à condessa de Rilvas: as Florinhas da Rua (1917) e o Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas (1926). De salientar que, por convite de Oliveira Salazar, aquela aristocrata católica teve uma intervenção no primeiro congresso da União Nacional, em 1934, em que evidenciou a insipiência da assistência social em Portugal e delatou as suas maiores deficiências: falta de organização e ausência de preparação por parte de dirigentes e pessoal. Foram estes, aliás, os principais argumentos utilizados na sua tese para sugerir a criação de uma escola de serviço social em Portugal, que pudesse colocar na dianteira das obras de assistência «[...] pessoas com vocação, de espírito afeiçoado às obras sociais e com formação técnica para os diferentes ramos»⁵¹⁰. Compreende-se, portanto, as dificuldades sentidas por Mlle. Lévêque durante a procura por locais de estágio devidamente qualificados, num território em que a assistência social era ainda insipiente e num momento em que a condessa de Rilvas, única pessoa que lhe havia demonstrado conhecimento de causa sobre esse “moderno intervir”, estava fisicamente debilitada: «Malheureusement, c'est elle qui est si malade, et comme elle est française de naissance, je ne vois guère qui, ici, aura son esprit net et organisateur»⁵¹¹.

Em Novembro de 1934, a pretensão inicial do Patriarcado de Lisboa era, recorde-se, entregar a direcção do Instituto de Serviço Social nas mãos da condessa de Rilvas. Contudo, Marie d'Airolles (UCSS) sugeriu a criação de um conselho de administração, constituído por figuras de reconhecida influência na sociedade portuguesa, no qual considerava essencial a presença de um teólogo, um sociólogo e um médico e, se possível,

⁵⁰⁹ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directrice de l' ?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 3. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico) (sublinhado conforme o documento).

⁵¹⁰ Rilvas, Condessa de (1935), “A assistência técnica”, União Nacional, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia: p. 183.

⁵¹¹ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: pp. 3-4. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

de um professor universitário, um proprietário industrial e um comerciante⁵¹². Com a anuência de D. Ernesto Sena de Oliveira, a condessa de Rilvas ficou responsável pela constituição do conselho de administração, tendo optado por procurar «[...] dans un milieu très catholique évidemment, mais plus intellectuel que ne l'est généralement le milieu des directions d'ouvres»⁵¹³. A aristocrata católica tentou, desde logo, evitar o contexto das obras sociais portuguesas, que considerava rotineiro e estagnante, e rodear-se de elementos jovens e activos, embora incluindo «[...] un ou deux éléments décoratifs pour ménager toutes les susceptibilités»⁵¹⁴. Um dos primeiros vultos escolhidos foi precisamente Regina de Quintanilha, licenciada em direito pela Universidade de Coimbra, primeira mulher a exercer advocacia na Península Ibérica, com historial de ligação à Cruzada das Mulheres Portuguesas e ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. A este nome logo se associou o de Maria Baptista Guardiola, professora liceal, à data reitora do liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa, vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, e uma das primeiras mulheres a integrar a Assembleia Nacional, em 1934.

A composição do conselho de administração estava em andamento quando, em Fevereiro de 1935, Mlle. Lévêque chegou a Portugal: «J'ai déjà longuement parlé avec Mme. de Rilvas au sujet du Conseil d'Administration dont plusieurs personnes sont déjà choisis»⁵¹⁵. Nas semanas seguintes, a estrutura de administração da nova escola complexificou-se e passou a incluir cinco órgãos: comissão de honra; conselho de direcção; conselho de administração; conselho técnico; e assistência jurídica. Marie-Thérèse Lévêque, ausente dos órgãos instituídos, ocupava naquela estrutura uma posição de destaque, já que a integrava de forma isolada, com o título de directora técnica do Instituto⁵¹⁶. Ficou assim assegurada a sua autonomia profissional que, estrategicamente, Marie d'Airolles tentou acautelar desde o início da negociação entre a UCSS e o Patriarcado de Lisboa:

⁵¹² Cf. "Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934". Documento dactilografado com quatro páginas; & "Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. [décembre] du 34". Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵¹³ "Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 2 décembre 1934". Documento dactilografado com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵¹⁴ *Ibidem*.

⁵¹⁵ "Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935" (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 6. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵¹⁶ *Vide* Anexo O: [s.a.] (1935), *Instituto de Serviço Social*, Lisboa: Imprensa Lucas e C.^a, p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

«[...] la personne que je vous envoie doit être la Directrice de l'École, avoir toutes les responsabilités des programmes, de l'enseignement qui sera donné, de la tenue des élèves, etc... Il faut lui laisser l'initiative et indépendance ; la Directrice devait faire partie du Conseil; elle est pour ainsi dire l'Administrateur-Délégué du Conseil réglant après entente avec le Conseil toutes les questions qui concernent l'École [...]»⁵¹⁷.

Mlle. Lévêque encontrou, nos órgãos de administração recém-constituídos, apoio para aportar, atempadamente, o exigente projecto do Instituto de Serviço Social: «Les Comités d'honneur, de direction et d'administration sont constitués et vont commencer à m'aider»⁵¹⁸. Entre os seus constituintes contavam-se jovens intelectuais e de espírito empreendedor, mas também algumas figuras com atitude menos cooperante: «Nous avons trouvé des gens fort intelligents (comme le recteur de la Faculté de Droit⁵¹⁹) qui nous seront certainement très utiles. Il y en a d'autres assez difficiles à tenir de côté»⁵²⁰. Da comissão de honra faziam parte D. Manuel Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa, e D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo de Mitilene e presidente da Junta Central da Acção Católica Portuguesa, ambos envolvidos desde o início nas decisões relativas à organização nova escola, em concertação com as orientações da UCSS, vindas de Paris. Integravam-no também duas figuras de relevo no quadro da Instrução em Portugal: Eusébio Barbosa Tamagnini⁵²¹, professor universitário e, à data, ministro responsável pela pasta da Instrução Pública; e Pedro José da Cunha⁵²², prestigiado matemático e antigo reitor da Universidade

⁵¹⁷ “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287 (sublinhado conforme o documento).

⁵¹⁸ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁵¹⁹ Marie-Thérèse Levêque refere-se, conforme é possível constatar mais adiante, a Abel Pereira de Andrade, advogado e professor universitário, à data director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

⁵²⁰ *Ibidem*.

⁵²¹ Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos Encarnação (1880-1972) doutorado em Filosofia pela Universidade de Coimbra, em 1904, integrou nesse ano o corpo docente da Faculdade de Filosofia. Pertenceu, entre 1915 e 1930, aos corpos docentes da Escola Normal Superior, de que foi director (1925-1927). Na Faculdade de Letras, foi o iniciador dos estudos de Etnologia, sendo o primeiro professor dessa matéria. Ocupou ainda as funções de vice-reitor da Universidade de Coimbra. Foi convidado a integrar o Conselho Nacional de Instrução Pública. Daqui passaria a Ministro da Instrução Pública, tomando posse a 23-10-1934 e permanecendo à frente dos destinos do Ministério até 18-1-1936, data em que a seu pedido foi substituído, sucedendo-lhe Carneiro Pacheco (cf. Pimentel, 2011: 171; Alexandre, 1999: 622).

⁵²² Pedro José da Cunha (1867-1945), prestigiado matemático, foi o primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática (1941-42). Formou-se em 1888 na Escola Politécnica de Lisboa, onde iniciou funções docentes. Assumiu o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa (1916-1928), mantendo durante o seu mandato uma visão influenciada pelo modelo americano, centrado na preparação para a vida prática. Defendia a existência de uma única universidade em Lisboa, que conciliasse as vertentes humanística e técnica, e considerava útil a integração, na Universidade de Lisboa, do Instituto Superior Técnico, do

de Lisboa, cargo que exerceu entre 1916 e 1928. A comissão de honra contava ainda com duas dirigentes de organizações da Acção Católica Portuguesa (ACP): Maria Luísa van Zeller⁵²³, jovem licenciada em medicina pela Universidade de Lisboa e presidente nacional da Liga de Acção Católica Feminina, e Maria Amélia Macedo dos Santos⁵²⁴, presidente nacional da Juventude Católica Feminina. Por fim, compunham este órgão as aristocratas e benfeitoras Helena Maria Domingas de Sousa Holstein⁵²⁵, Duquesa de Palmela, e Mariana das Dores de Melo Palha Vasconcelos Guedes⁵²⁶, condessa de Sabugosa e Murça, ambas

Instituto Superior de Comércio, do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária (cf. Perez, 2013: 137-139; www.ulisboa.pt/bio/pedro-jose-da-cunha).

⁵²³ Maria Luísa de Saldanha da Gama van Zeller (1906-1983), licenciada em medicina pela Universidade de Lisboa (1932), foi assistente da Faculdade de Medicina de Paris, assistente voluntária da Faculdade de Medicina de Lisboa e directora adjunta do dispensário de Alcântara. Foi dirigente de diversas associações femininas da Acção Católica Portuguesa (Liga de Acção Católica Feminina, Liga Universitária Católica Feminina, Juventude Católica Feminina, e Juventude Universitária Católica Feminina), até 1937, quando foi nomeada directora técnica da Obra das Mães para a Educação Nacional. Ocupou, desde a criação da Mocidade Portuguesa Feminina (1936), e até 1945, o cargo de comissária adjunta daquela organização. Foi deputada durante três legislaturas, entre 1938 e 1945, ano em que foi nomeada subdirectora do recém-criado Instituto Maternal. Na Assembleia Nacional debruçou-se sobre assistência materno-infantil, prostituição e aborto. Em 1963 foi nomeada directora-geral da Saúde. Foi ainda presidente da Comissão para a Acção Assistencial da Secção Auxiliar Feminina da Cruz Vermelha Portuguesa. Recebeu a Ordem da Instrução Pública e a Grã-Cruz da Benemerência (cf. Pimentel, 2011: 144-145).

⁵²⁴ Maria Amélia de Lemos Macedo dos Santos (1885-1950), foi uma militante e dirigente da Acção Católica Portuguesa, tendo sido presidente nacional da Juventude Católica Feminina. Aquando da fundação da Obra das Mães para a Educação Nacional, em 1936, foi uma das cinquenta vogais nomeadas para integrar a Junta Central daquela organização (cf. Pimentel, 2011: 214-218, 361-362).

⁵²⁵ Helena Maria Domingas de Sousa Holstein (1864-1941) deu continuidade à tradicional prática assistencial dos Palmela. Eugénia Francisca Xavier Teles da Gama, sua bisavó paterna, integrou as comissões de inspecção da Sociedade de Instrução Primária, fez parte da Associação para as Casas de Asilo da Primeira Infância Desvalida, e foi uma das responsáveis pela instalação do Instituto de São Vicente de Paula em Portugal. Domingos António Maria Pedro de Sousa Holstein, seu avô materno, foi presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e do Hospital Real de São José, tendo ainda assumido funções de tesoureiro no Conselho Geral de Beneficência. António de Sampaio e Pina de Brederode, seu pai, foi presidente da Cruz Vermelha Portuguesa entre 1890 e 1905. Maria Luísa de Sousa Holstein, sua mãe, foi benfeitora de várias concretizações de beneficência datadas do final do século XIX, como sendo o Instituto de Socorro a Náufragos (1892), e a Assistência Nacional aos Tuberculosos (1899), contudo, a sua grande obra foi a fundação da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa (1893). Entre 1893 e 1906 foram instaladas seis cozinhas económicas em diferentes pontos da capital, que distribuíam refeições a baixo custo à população menos abastada, à semelhança do que já acontecia em centros fabris e núcleos operários de Londres e Paris. Helena Holstein assumiu, durante vários anos, o cargo de inspectora da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa (SPCEL), zelando pelo bom funcionamento diário das cozinhas. Com o falecimento da sua mãe, em 1909, sucedeu-a na presidência da SPCEL, demitindo-se cerca de um ano mais tarde devido à mudança de regime político (cf. Cordeiro, 2012: 27-39, 42).

⁵²⁶ Mariana das Dores de Melo Palha Vasconcelos Guedes (1856-1952) foi dama camarista das rainhas D. Maria Pia e D. Amélia. Em 1909, vendo a falta que faziam os institutos onde se ministrava ensino religioso, na sua maioria abandonados por motivos de perseguição, várias aristocratas católicas residentes em Lisboa, entre as quais Mariana Guedes, lançaram a Associação Protectora das Escolas para Crianças Pobres (APECP), uma obra destinada à fundação de escolas católicas, com o intuito de incutir nas crianças princípios sólidos da religião e moral. Numa época em que se pretendia o ensino laico, ali educava-se com um ideal cristão. O número de escolas aumentou mesmo após a Implantação da República, o que só foi possível por Mariana Guedes se apresentar como rosto daquela obra, tida como uma associação filantrópica, vulgarmente conhecida por Escolas da Condessa de Sabugosa. Em 1931, e para ajudar raparigas pobres que

com historial de ligação a obras de caridade, com particular destaque, respectivamente, à Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa, e à Associação Protectora das Escolas para Crianças Pobres.

Do conselho de direcção, e juntamente com a condessa de Rilvas, faziam parte o cónego Manuel Anaquim⁵²⁷, vigário-geral do Patriarcado de Lisboa, Maria Baptista Guardiola e, por fim, Domitila de Carvalho⁵²⁸, médica em funções na Assistência Nacional aos Tuberculosos e no Centro Materno-Infantil, cofundadora da secção feminista da Liga Portuguesa da Paz, e eleita recentemente deputada para a I legislatura da Assembleia Nacional. Quanto ao conselho de administração, compunham-no o cónego António Maria de Figueiredo, Maria Angélica da Silva Pereira, viscondessa de Pernes, e Lídia Maia Cabeça⁵²⁹, esposa do prestigiado médico cirurgião Custódio Cabeça, e patrona das novas instalações do Instituto de Serviço Social, a partir de 1942, no Palácio Mitelo, edifício de que se tornou proprietária em 1941. Por fim, integravam-no Isabel Maria Villa-Franca Gentil, e Ana Maria de Sainte Marie de Morais.

não podiam frequentar o curso dos liceus, a APECP contava com quatorze casas de trabalho, onde as jovens aprendiam trabalhos domésticos e manuais, sendo remuneradas pelo seu trabalho. Também aí se distribuía material escolar às estudantes e sopa às crianças. Mariana Guedes, à semelhança de Helena Holstein, também assumiu, durante vários anos, o cargo de inspectora da Sociedade Protectora das Cozinhas Económicas de Lisboa (cf. Henriques, 2016: 34-71; Cordeiro, 2012: 42; Matos, 2012: 15-27; Tomé, 2012: 254-255).

⁵²⁷ Manuel Anaquim (1871-1939) foi uma figura destacada do clero do Patriarcado de Lisboa, tendo sido cónego e desempenhado funções de vigário-geral. Clérigo respeitado entre republicanos, teve um papel respeitado como teólogo e consultor no Concílio Plenário Português, realizado em 1926, em Lisboa (cf. Ferreira, 2007: 128).

⁵²⁸ Domitila Hormizinda de Carvalho (1871-1966), natural de Aveiro, terminou o liceu em 1891 e foi a primeira mulher a frequentar um curso universitário em Portugal. Frequentou as faculdades de Matemática e de Filosofia na Universidade de Coimbra, cujos cursos terminou em 1894 e 1895. Licenciou-se depois em medicina, em 1904, trabalhando a partir de então, a convite da rainha D. Amélia, como médica na Assistência Nacional aos Tuberculosos e no Centro Materno-Infantil. Em 1906, esteve presente na sessão que formou a secção da Liga Portuguesa da Paz, sendo ainda vogal do Comité Português da associação francesa La Paix et le Désarmement par les Femmes. Ingressou como professora efectiva no Liceu de Maria Pia, primeiro liceu feminino do país, do qual foi reitora desde a sua fundação, em 1906, até 1912. Enquanto uma das representantes da elite feminista do Estado Novo, pertenceu ao Conselho Superior da Instrução Pública e foi nomeada vogal da Obra das Mães para a Educação Nacional em 1936, além de ter sido membro da organização dos Médicos Católicos Portugueses e da Academia de Ciências de Lisboa. Primeira deputada portuguesa à Assembleia Nacional, juntamente com Maria Baptista Guardiola (1895-1987) e Maria Cândida Parreira (1877-1942), cargo que exerceu durante duas legislaturas (1935-1941). Naquele contexto, interveio sobre a mortalidade infantil e esteve na origem da criação, nos liceus e nas escolas do ensino secundário femininos, de cursos de frequência obrigatória de higiene oral e de puericultura. Foi condecorada pelo Governo com a Ordem da Instrução Pública, em 1931 (cf. Mariano, 2011: 265; Pimentel, 2011: 138-140).

⁵²⁹ Lídia Maia Cabeça, figura com escassos elementos biográficos, casou-se com Custódio Maria de Almeida Cabeça (1866-1936), médico, especialista em cancerologia e reputado cirurgião. Em 1941 torna-se proprietária do Palácio Mitelo, onde de instala em 1942, após um período de obras de adaptação, o Instituto de Serviço Social (cf. Oliveira, 2009: 110; Araújo, 1942: 31-32).

Ao conselho técnico pertencia Abel Pereira de Andrade⁵³⁰, advogado e professor universitário, com formação em teologia, então director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, e procurador à Câmara Corporativa. Também o incluía Serras e Silva⁵³¹, médico especializado em higiene social e professor da Universidade de Coimbra, à data encarregado da remodelação dos Serviços de Sanidade Escolar, director-geral da Saúde Escolar, e igualmente procurador à Câmara Corporativa, assim como António Pereira Forjaz⁵³², doutor em ciências físico-químicas e professor catedrático na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, com reconhecido prestígio na Academia das Ciências de Lisboa. O último órgão de administração, dedicado à assistência jurídica, contava com o cônego Carneiro de Mesquita⁵³³, doutorado em direito e procurador à Câmara Corporativa por designação do episcopado português, acompanhado por Regina de Quintanilha e Maria Cândida Parreira⁵³⁴, advogadas e deputadas à Assembleia Nacional.

Segundo palavras de Marie-Thérèse Lévêque que remontam a Março de 1935, os órgãos do Instituto de Serviço Social haviam se constituído tão amplamente quanto o desejado.

⁵³⁰ Abel Pereira de Andrade (1866-1958) frequentou o Seminário de Braga e formou-se em teologia (1891) na Universidade de Coimbra, onde também concluiu a licenciatura e o doutoramento em direito, em 1895 e 1898, respectivamente. Advogado e professor universitário, assumiu a direcção da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa entre 1931 e 1936. No decorrer da sua carreira político-administrativa, entre outros, assumiu a presidência da Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância, e foi nomeado vogal do Conselho Superior de Instrução Pública (1931). Designado procurador à Câmara Corporativa pelo Conselho Corporativo, exerceu funções na I e II legislaturas (1935-1942), com pareceres nas secções de Justiça, Interesses espirituais e morais, e Política e administração geral (cf. Castilho, 2010: [n.p.]).

⁵³¹ João Serras e Silva (1868-1956) formou-se em medicina pela Universidade de Coimbra (1897), onde depois concluiu o Doutoramento (1897). Desenvolveu grande parte da sua actividade docente naquela universidade, tendo-se especializado em higiene social. Era membro das Conferências de São Vicente de Paula, e sócio de honra do Centro Académico de Democracia Cristã. Em 1908 integrou a Comissão de Estudos Sociais da delegação de Coimbra da Liga da Educação Nacional. Em 1933 foi nomeado encarregado da remodelação dos Serviços de Sanidade Escolar e assumiu a direcção-geral da Saúde Escolar entre 1933 e 1938. Enquanto procurador à Câmara Corporativa, designado pelo Conselho Corporativo, exerceu funções da I à IV legislaturas (1935-1949), com pareceres nas secções de Educação física e desportos, e Política e administração geral (cf. Castilho, 2010: [n.p.]).

⁵³² António Augusto Álvares Pereira de Sampaio Forjaz Pimentel (1893-1972) licenciou-se em ciências físico-químicas (1914), sendo o primeiro doutorado pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (1917). Aí toma, a partir de 1922, o lugar de catedrático de química, assumindo a direcção daquela faculdade entre 1944 e 1960. Em 1956 foi eleito secretário-geral (perpétuo) da Academia das Ciências de Lisboa, cargo de considerado prestígio (cf. Homem, 2018: 79).

⁵³³ Alberto Carneiro de Mesquita (1880-1962), licenciado em teologia e doutor em direito pela Universidade de Coimbra, foi pároco e professor no Seminário de Lamego. Cônego arcediogo da Sé de Lisboa, assumiu o cargo de secretário do Patriarcado de Lisboa, por nomeação de D. Manuel Cerejeira. Designado procurador à Câmara Corporativa pelo episcopado português, em representação da Igreja Católica, exerceu funções na I e II legislaturas (1935-1942), com pareceres na secção Interesses espirituais e morais (cf. Castilho, 2010: [n.p.]).

⁵³⁴ Maria Cândida Parreira (1877-1942), licenciada em direito pela Universidade de Lisboa (1919), exerceu advocacia e foi eleita deputada à Assembleia Nacional (1934), exercendo o cargo durante a I legislatura (1935-1942) (cf. Pimentel, 2011: 140).

Vivia-se, por fim, um ambiente de colaboração entre vultos com percursos biográficos, formativos e profissionais muito distintos, entre os quais vários jovens intelectuais, elementos que via como essenciais para o desenvolvimento do serviço social em Portugal:

«Les ‘conseils’ de l’Institut se sont constitués aussi largement que je l’avais souhaité et que j’avais poussé à le faire. C’est la première fois, paraît-il, qu’on obtient enfin une union réelle entre des milieux différents; tant mieux, par Dieu; si nous ne commençons pas à collaborer avec des gens intelligents, même d’un autre bord [...] nous ne ferons jamais rien en service social»⁵³⁵.

Na missiva remetida por Mlle. Lévêque a Marie d’Airoles, dirigente da UCSS, é perceptível que a tão desejada atitude cooperante não foi imediata, por um lado, pela resistência do Patriarcado de Lisboa em integrar leigos intelectuais nos órgãos da escola, por outro, devido à relutância de alguns eruditos em aderir a um projecto que tinha na Igreja Católica o seu patrono. Ao adoptar, progressivamente, uma atitude de maior abertura, o Patriarcado veio a permitir que várias notoriedades nas áreas da medicina e do direito se deixassem cativar pelo novo projecto, o que ocasionou maior equilíbrio de clérigos e leigos na estrutura de administração: «[...] des notoriétés médicales et juridiques sont ‘venus à nous’ et j’ai la joie de sentir de fort entre le Patriarcat (qui en est sorti) et certains hommes de valeur – jusqu’ici hostiles a tout contact religieux et intelligents»⁵³⁶. Submersa numa arena diplomática, Mlle. Lévêque descreve a sua cautelosa estratégia: «[...] il faut aller très, très doucement et sagement. [...] Je tâte prudemment tous les terrains [...]. C’est une petite comédie diplomatique que je n’aime pas beaucoup»⁵³⁷.

Ao analisar a composição dos órgãos de administração da escola, percebe-se que estão em consonância com a maioria das orientações de Marie d’Airoles⁵³⁸. Entre clérigos e leigos, fazem-se amplamente representar os teólogos e os médicos, destacando-se ainda os que têm na advocacia a sua profissão. Em contraposição, a existência de um sociólogo, tida como essencial pela dirigente da UCSS, é omissa. Esta lacuna parece ficar mitigada pela

⁵³⁵ “Chère Mademoiselle, comme j’ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d’Airoles). Documento manuscrito com dez páginas: pp. 2-3. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵³⁶ *Ibidem*: p. 3.

⁵³⁷ *Ibidem*: p. 4.

⁵³⁸ Marie d’Airoles havia sugerido, em Novembro e Dezembro de 1934, a constituição de um conselho de administração com figuras ilustres da sociedade portuguesa, sendo essencial um teólogo, um sociólogo e um médico e, se possível, também um professor universitário, um proprietário industrial e um comerciante.

presença de Marie-Thérèse Lévêque, que recebeu noções de sociologia durante a frequência, em Paris, da École des Surintendantes d'Usines (1925-1926), e que cursou, em Londres, um ano de estudos sociais no Bedford College for Woman (1932-1933). Convém realçar que em Portugal, nos anos 1930, a sociologia não tinha autonomia enquanto campo disciplinar, estatuto que só veio a adquirir em 1955, quando entrou no Instituto Superior de Agronomia sob a designação “História da agricultura. Sociologia rural”⁵³⁹. Ainda assim, alguns académicos portugueses, sobretudo na Universidade de Coimbra, importavam conceitos e métodos, na esteira da sociologia experimental de Le Play, para depois os aplicar ao estudo das condições de vida das populações (cf. Cruz, 2000b: 466-467). Integram também a estrutura de administração da escola vários professores universitários, contudo, nenhum proprietário industrial ou comerciante, conforme fora sugerido.

Em Portugal, Mlle. Lévêque mantém correspondência com a Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS), a que estava afiliada desde que obtivera o diploma de *surintendante*, em 1926. Numa das primeiras missivas, dá a conhecer Maria Luísa van Zeller e F. Marques⁵⁴⁰, duas médicas portuguesas, e informa que estavam a frequentar um curso de especialização na área do cancro, em Paris, sendo consideradas uma mais-valia para o ensino de higiene social no Instituto de Serviço Social. Transmite que lhes cedeu a morada da Caisse de Compensation, do Hôpital de la Croix Saint-Simon, e de várias obras sociais parisienses, e pede colaboração à ASSUSS, designadamente, que alguns dos seus membros possa conduzir as jovens médicas no contacto com a realidade social francesa e respectivas respostas médico-sociais, já que «Leur susceptibilité nationale est assez grande, mais j'aimeais qu'elles se rendent compte de l'organisation social française; ce serait très instructif pour elles... et bien utile pour moi!»⁵⁴¹.

⁵³⁹ A sociologia entrou em Portugal em meados do século XIX, como filosofia positivista, de matriz comteana. Subsidiária da formação jurídica, penetrou nos programas de cadeiras da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e acabou por figurar, entre 1901 e 1911, nos títulos de algumas, até serem banidos pela Reforma de 1911. Em seu lugar, introduziu-se a estatística e a economia social, dando aso à Escola da Ciência Social de Frederic Le Play. Em 1930, Paul Deschamps desloca-se à Faculdade de Direito de Coimbra, e também à de Lisboa, para proferir lições sobre o método experimental da ciência social, e realizar um estudo que veio a ser publicado em 1935, *Le Portugal, la vie sociale actuelle* (cf. Cruz, 2010b: 466-467).

⁵⁴⁰ Não foi possível apurar a identidade da médica portuguesa que Mlle. Lévêque designa por F. Marques.

⁵⁴¹ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: pp. 5-6. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASSUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

Em Janeiro de 1935, durante as ultimas negociações contratuais de Mlle. Lévêque, a sua vinda para Portugal chegou a ficar comprometida. A proposta de contrato de trabalho, remetida pela UCSS ao Patriarcado de Lisboa, foi interpretada como um discurso autoritário e arrogante da própria contratada, quando na verdade apenas espelhava a forma jurídica tida nos procedimentos contratuais em França. O equívoco foi ultrapassado, por intersecção de Marie d'Airolles, mas aquela não deixou de ser a primeira impressão sobre Marie-Thérèse Lévêque, e que parecia prevalecer aquando da sua chegada a Portugal: «J'ai l'impression que quelques préventions contre moi sont déjà ébranlées. Si le Bon Dieu m'aide, j'espère qui elles tomberont tout à fait [...]»⁵⁴². Um mês depois, o preconceito havia desvanecido, certamente por força da personalidade e do profissionalismo revelados pela directora francesa: «Je crois que tout le monde est rassuré, et commence à se rendre compte que je ne suis pas l'ogresse qu'on avait croix tout d'abord»⁵⁴³.

A condessa de Rilvas, figura-chave na interlocução com o Patriarcado de Lisboa e com vários círculos sociais católicos, deixou-se convencer pelo carácter e pelas qualidades de Mlle. Lévêque no decurso dos primeiros diálogos. Ainda em convalescença, escreve à dirigente da UCSS para, sentidamente, agradecer a pessoa escolhida para assumir a direcção técnica do Instituto de Serviço Social: «La première chose à vous dire c'est l'excellente impression produite par Mlle. Lévêque. Elle est tout à fois charmante et on voit de suite que c'est une personne de grande valeur»⁵⁴⁴. Nasce, desde logo, a confiança entre ambas, condição essencial para se avançar num projecto comum: «Entre nous, la confiance est absolue et c'est bien consolant pour l'une et pour l'autre»⁵⁴⁵. Ainda assim, é em Deus que Marie-Thérèse Lévêque parece ter o maior aliado, a avaliar pelas recorrentes

⁵⁴² “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 6. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁴³ “Chère Mademoiselle, comme j'ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 10. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁴⁴ “Mademoiselle, veuillez m'excuser [...]. Lisbonne, 12 février 1935” (carta da condessa de Rilvas a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com três páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁴⁵ *Ibidem*: p. 3

alusões que faz ao longo das suas cartas: «C'est le Bon Dieu qui mène tout [...]. Donc quand j'écris 'Je', c'est 'Lui' qu'il faut lire»⁵⁴⁶.

5.2 A nova escola no espaço público:

«ninguém sabia o que era o serviço social a não ser Mlle. Lévêque»

A divulgação do Instituto de Serviço Social na esfera pública foi uma das preocupações inerentes à sua edificação, visto ter implicações na afirmação daquele novo projecto educativo e, não menos importante, no sucesso da angariação de alunos. No final de 1934, aquando da negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS, ficara decidido que o ensino seria reservado às raparigas, ainda que os homens pudessem frequentar algumas disciplinas, ou ciclos de conferências, realizados à margem da actividade regular da escola. A possibilidade de admitir alunos do sexo masculino partiu do Patriarcado de Lisboa, mas não encontrou aceitação em Marie d'Airolles, que argumentou veemente com o facto de, no domínio da beneficência, a actividade reservada aos homens e às mulheres ser distinta, e por isso impossível de tratar num auditório misto, ou ainda com a provável indignação causada, aos olhos do conservadorismo português, pela convivência entre ambos os sexos nas organizações de estágio e durante os inquéritos aos domicílio. Apesar de considerar aquelas objecções algo severas, D. Ernesto Sena de Oliveira acabou por anuir.

Sobre o ingresso de alunas “não crentes”, hipótese também levantada pelo Patriarcado de Lisboa, a UCSS recomendara extrema prudência, alegando que a escola conquistaria a tão desejada confiança do poder político se dela saíssem mulheres católicas bem formadas, competentes, dedicadas e cuja intervenção viesse a produzir resultados tangíveis nas organizações de assistência. O mesmo não aconteceria, se na escola houvesse alunas não católicas que criticassem abertamente o ensino ministrado, ou que, admitindo qualidade no ensino, o aclamassem demasiado confessional. Marie d'Airolles alegara também que os problemas de moral, subjacentes às questões sociais e médico-sociais, seriam abordados a

⁵⁴⁶ “Chère Mademoiselle, comme j'ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 8. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

partir da doutrina cristã, perspectiva consensual perante um auditório exclusivamente católico, mas melindrosa diante de um público menos “homogéneo”.

A divulgação do Instituto de Serviço Social arrancara, desde cedo, nos círculos sociais católicos. O primeiro passo fora dado por D. Ernesto Sena de Oliveira, com a colaboração da condessa de Rilvas, que em Dezembro de 1934 reuniu todas as dirigentes das obras católicas femininas para anunciar a criação da escola, na tentativa de gerar a simpatia do público pelo projecto. Recém-chegada a Lisboa, na sua primeira reunião com o Arcebispo de Mitilene, Marie-Thérèse Lévêque ficou incumbida de estruturar três conferências assim que finalizasse a elaboração do programa de estudos⁵⁴⁷. Proferidas no início de Março de 1935, tiveram como temas “Nos responsabilités et le service social”, “Le service social dans le monde”, e “Les spécialisations du service social”, tendo Mlle. Lévêque procurado enfatizar o trabalho social rural, no seguimento das realidades e necessidades sociais com que se deparou em Portugal: «[...] elle insistera beaucoup sur le service social rural auquel elle voudrait donner une grande extension, vu le caractère essentiel du pays»⁵⁴⁸.

Na sociedade portuguesa da década de 1930, ao considerar a estrutura da população activa, a maneira de viver e de habitar, a ruralidade ainda prevalecia. Só os distritos de Lisboa, Porto e Setúbal registavam percentagens abaixo dos 50% para a população activa agrícola e, mesmo assim, é preciso atentar que na indústria transformadora sobressaía o artesanato familiar, cujas fronteiras com o mundo rural eram pouco nítidas, e que entre o operariado fabril predominava, nas indústrias tradicionais, um proletariado que encontrava na agricultura e na pesca um complemento para os salários auferidos nas fábricas. Em consonância com esta realidade, as taxas de urbanização eram muito baixas, sendo que 80% da população vivia fora dos centros urbanos, isto é, dos aglomerados com cinco mil ou mais habitantes. Num país em lento processo de transição para a modernidade, a urbanização, tal como a industrialização, eram, portanto, o resultado de uma arrastada erosão e metamorfose do mundo rural (cf. Rosas, 1994: 24-29; Martins, 1992: 275-305).

⁵⁴⁷ Cf. “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d’Airolles). Documento manuscrito com dez páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁴⁸ “Mademoiselle, veuillez m’excuser [...]. Lisbonne, 12 février 1935” (carta da condessa de Rilvas a Marie d’Airolles). Documento manuscrito com três páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. Não foram identificadas fontes históricas que permitam aferir, com mais pormenor, aos conteúdos daquelas três conferências proferidas por Marie-Thérèse Lévêque.

As conferências preliminares realizadas por Mlle. Lévêque destinavam-se à juventude estudante e, para além de esclarecerem sobre o serviço social, pretendiam despertar o interesse pelos estudos na nova escola: «Je fais, dans la semaine prochaine, trois conférences à toute da jeunesse étudiante. Elles m'ont demandé beaucoup de travail. Si Dieu le permet, elles déclencheront peut-être quelques vocations sociales intéressantes»⁵⁴⁹. As fontes históricas coligidas não permitem aferir a composição da audiência, mas sabe-se que aquela não era homogénea. Por sugestão do Arcebispo de Mitilene, públicos distintos deviam poder assistir conjuntamente às conferências, no intuito de quebrar barreiras existentes e suscitar maior união entre os presentes, estratégia que mereceu a concordância de Marie-Thérèse Lévêque:

«Je suis tout à fait d'accord avec l'archevêque pour ne pas le faire devant des publics différents et dépars, mais d'essayer tout de suite de parler pratiquement et simplement devant tout le monde. Si cela pouvait commencer à faire une union plus grande ici, et mettre par terre quelques barrières bien inutiles et invisibles [...]»⁵⁵⁰.

Pela mesma ocasião das conferências, Mlle. Lévêque também discursou para um público-alvo estratégico já que, além de feminino, era assumidamente católico: a Juventude Escolar Católica Feminina (JECF). Porém, salienta a palestrante, foi nessa ocasião que sentiu maior dificuldade em cativar o auditório. É que, justifica, aquele organismo da Acção Católica Portuguesa ainda estava numa fase de consolidação, integrando-o jovens entusiastas e com potencial, mas, como acontece aos que iniciam um novo movimento, mais interessadas em crescer a partir da experiência recíproca, do que propriamente pelo conhecimento científico: «J'avais parlé, (un speech très court) dans le courant de la semaine, devant la Jeunesse Étudiante Catholique. C'est là (avec les jeunes catholiques) que je rencontre le plus de difficultés. [...] Là encore il faut attendre patiemment»⁵⁵¹.

⁵⁴⁹ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Dépósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁵⁵⁰ “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 7. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁵¹ “Chère Mademoiselle, comme j'ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d'Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: pp. 5-6. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

A instituição da Acção Católica Portuguesa remonta a 16 de Novembro de 1933, com a publicação das suas Bases Orgânicas, e surge num contexto de restauração católica e de reforço da autoridade episcopal, enquanto resposta à dita “descristianização” da sociedade. Criada por iniciativa do episcopado português, correspondeu a uma vontade de revitalizar o catolicismo português e a um esforço de reorientar o movimento católico no país, com um grande projecto de mobilização dos católicos no terreno social e religioso. A ideia de realizar uma “acção católica”, com o objectivo de “regeneração” ou “restauração cristã” da própria sociedade não era nova, inscrevendo-se no quadro do catolicismo integral, em renovada afirmação com o catolicismo social desde o final de 1800. A novidade radicava, por um lado, na perspectiva combativa que lhe estava subjacente, assente no pressuposto de que era possível refazer uma sociedade cristã, a partir da recristianização de indivíduos e instituições e, por outro lado, na assimilação da ideia de acção católica a uma forma de apostolado capaz de o conseguir (cf. Fontes, 2011: 320-328; Ferreira, 1999: 26-28).

Sem personalidade jurídica própria, a Acção Católica Portuguesa encontrava legitimidade para a sua actuação na articulação directa com a hierarquia católica, através dos seus mais altos dirigentes e dos assistentes eclesiásticos, do nível nacional ao local. No órgão de cúpula encontrava-se a Junta Central que, até 1965, era presidida por um bispo, e tinha como secretário-geral também um eclesiástico. Enquanto existiu, até 1971, o cargo de director-geral foi exercido pelo cardeal D. Manuel Cerejeira, pela inerência das suas funções de presidência do episcopado português. Em 1933, D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo de Mitilene, inaugurou a presidência da Junta Central, e nela se manteve até 1941. Partindo de um modelo de formação integral, isto é, que visava todas as dimensões do ser humano nas suas múltiplas expressões de vida em sociedade, a Acção Católica Portuguesa radicava o seu projecto numa visão eminentemente social do catolicismo, em contraponto às perspectivas que reduziam o lugar da religião à vida privada dos indivíduos. A sua dinâmica estava assente, por um lado, na formação militante dos seus membros, para que através de uma vivência e testemunho pessoal participassem na tarefa de “recristianização” da sociedade e, por outro, na doutrinação e intervenção na sociedade, procurando não descurar um trabalho de influência mental e comportamento da população (cf. Fontes, 2008: 181-183).

Em meados de 1934, após o primeiro congresso da União Nacional, numa carta redigida pela condessa de Rilvas cujo resumo chegou às mãos de Marie d'Airolles, dirigente da UCSS, é dado a conhecer que o Governo português reconhecera a necessidade de formar os dirigentes e o pessoal da assistência, e de criar escolas de serviço social em Lisboa, Porto e Coimbra. A missiva revela a pretensão de imprimir àquele novo projecto um cunho católico, e adianta que a condessa de Rilvas fora incumbida, pelo Patriarcado de Lisboa, de tomar a dianteira na organização de uma escola de serviço social: «A nous catholiques de savoir profiter de l'occasion et de prendre les devants dans ces organisations»⁵⁵². Por essa data, e durante o processo que conduziu à abertura do Instituto de Serviço Social, tanto o cardeal patriarca de Lisboa, como o Arcebispo de Mitilene, já detinham os cargos de topo na estrutura orgânica da Acção Católica Portuguesa. Tendo em conta o interesse, o papel e o envolvimento de ambos na abertura da nova escola, não será precipitado supor que perspectivassem o serviço social moderno, inexistente em Portugal, como um promissor campo de conhecimento e acção, a integrar no projecto católico de recristianização da sociedade antes que fosse apropriado por alguma frente anti-religiosa.

A determinação do modelo de organização da Acção Católica Portuguesa foi uma questão importante e controversa, não tendo ficado resolvida pelo episcopado português durante a aprovação das Bases Orgânicas, em Novembro de 1933, o que fez protelar a definição dos estatutos e regulamentos. Com base nos princípios de unidade e especialização, pretendia-se convergir numa única organização formas diversas de apostolado realizado por leigos para, desta forma, conter e canalizar as mais diferentes perspectivas no seio do catolicismo. Porém, a ideia de Acção Católica como movimento total, capaz de unir e unificar numa única direcção o movimento católico, suscitou reacções e resistências por parte de organizações católicas pré-existentes com dinâmicas apostólicas distintas, e ao nível das dinâmicas locais da própria Acção Católica, para além de que na ideia de especialização figuravam questões que, embora remontando ao século XIX, não tinham um entendimento unívoco no seio do catolicismo⁵⁵³. O modelo a ser adoptado, inspirado no movimento católico belga, significou a vontade de compaginar a perspectiva totalizante do apostolado

⁵⁵² Vide Anexo I: p.1.

⁵⁵³ Entre essas questões, Fontes (2011: 346-347) destaca: a valorização da actividade feminina no plano da família, da actividade profissional e da sociedade em geral; a questão social operária, para qual o catolicismo procurara respostas diversas; e a problemática da socialização da juventude, entendida como uma nova idade da vida, a que o catolicismo dera grande atenção nos novos ambientes urbanos.

com a necessidade prática de especialização por idade e sexo, e também meio social, conforme a profissão (Fontes, 2011: 343-353).

Ao nível da Acção Católica em geral, foram criadas quatro grandes organizações: Liga dos Homens da Acção Católica (LHAC); Liga de Acção Católica Feminina (LACF); Juventude Católica (JC); e Juventude Católica Feminina (JCF). Às Ligas filiavam-se os adultos, depois dos 30 anos, e às Juventudes os jovens entre os 14 e os 30 anos. Ao combinar este modelo com a ideia de diferenciação segundo o meio social e profissional, cada uma das organizações supraditas passou a incorporar cinco organismos especializados: agrários (A); escolares (E); independentes (I); operários (O); e universitários (U). No caso das Juventudes Escolares, a tónica colocava-se na formação integral dos seus membros através do estudo, da piedade e da acção, sobretudo no meio escolar, designadamente, nos estabelecimentos oficiais ou particulares de ensino secundário (a partir do 4.º ano dos liceus), nas escolas do magistério primário, e no curso médio do Conservatório Nacional (cf. Fontes, 2011: 343-353; Fontes, 1999: 341-345).

As jovens para quem Marie-Thérèse Lévêque discursou, no início de Março de 1935, pertenciam à Juventude Escolar Católica Feminina (JECF), organismo da Juventude Católica Feminina que viu os seus estatutos publicados a 25 de Maio de 1934⁵⁵⁴, ou seja, há menos de um ano. Ao fim de uma década, fruto de uma implantação diocesana irregular e heterogénea, deu-se um renovado esforço de organização na JECF e procurou-se o seu relançamento. À data daquele discurso, portanto, Mlle. Lévêque ter-se-á deparado com uma plateia ainda muito centrada na apropriação e consolidação da recém-criada JECF e, conseqüentemente, com pouca receptividade para projectos de outra natureza, o que não obstava a que algumas jovens já se tivessem inscrito no Instituto de Serviço Social: «Il y a d'ailleurs déjà quelques inscriptions parmi les meilleurs»⁵⁵⁵.

Desde o início, e exceptuando o cargo de secretário-geral, a direcção executiva das várias organizações e respectivos organismos da Acção Católica Portuguesa foi entregue aos

⁵⁵⁴ Cf. *Boletim Oficial da Acção Católica Portuguesa* (1934), n.º 2.

⁵⁵⁵ “Chère Mademoiselle, comme j’ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d’Airoilles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 6. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

leigos. No caso dos responsáveis máximos dos diversos órgãos directivos, regra geral, os presidentes das direcções (nacionais, gerais e diocesanos), a escolha dos dirigentes era assegurada por nomeação directa. Da comissão de honra do Instituto de Serviço Social, recorde-se, faziam parte as dirigentes nacionais das duas organizações femininas da Acção Católica Portuguesa: Maria Luísa van Zeller, presidente da Liga de Acção Católica Feminina; e Maria Amélia Macedo dos Santos, presidente da Juventude Católica Feminina. De novo, figuras com cargos de topo na estrutura orgânica da ACP surgem entrosadas nos órgãos de administração do Instituto de Serviço Social, o que parece reforçar a hipótese da nova escola ser perspectivada, pelas elites católicas, como um projecto que era necessário vincular ao então desejado processo de recristianização da sociedade portuguesa.

Entre os vários momentos de divulgação da nova escola protagonizados por Marie-Thérèse Lévêque destaca-se, em termos de projecção, a sessão inaugural do Instituto de Serviço Social, que decorreu a 17 de Março de 1935. Esse evento marcante é descrito pela própria Mlle. Lévêque, numa carta remetida à Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS), acompanhada por dois recortes de imprensa: «Les événements ont marché vite depuis mon dernier mot. Dimanche dernier il a eu lieu l'inauguration solennelle de l'Institut de Service Social. Je vous envoie quelques coupons de journaux qui vous amuseront»⁵⁵⁶. Perante um distinto auditório com cerca de quinhentas pessoas, Mlle. Lévêque iniciou o seu discurso em francês com algum nervosismo, mas o entusiasmo que nutria pelo tema e o interesse demonstrado pelo público fizeram-na ganhar confiança. Segundo narra, a assistência deixou-se conquistar, tendo sido várias as solicitações, no final da sessão, para que realizasse outras conferências:

«J'ai fait la conférence annoncée par les journaux. Le Bon Dieu m'a aidée comme d'habitude. J'ai commencé terriblement émue, et très vite. À la fin je me suis complètement emballé, et j'ai sent le public me suivre (il y avait au moins 500? Personnes), ce qui est une curieuse impression. [...] Je crois m'on a été content puisque on me demande plusieurs autres conférences»⁵⁵⁷.

Os recortes de imprensa recolhidos por Mlle. Lévêque pertenciam ao diário *Novidades*, órgão officioso da Igreja Católica, e ao jornal *A Voz*, de feição católica e monárquica,

⁵⁵⁶ *Ibidem*: p. 2.

⁵⁵⁷ *Ibidem*: p. 5.

embora independente perante a autoridade eclesiástica e a causa monárquica⁵⁵⁸. Ambos os periódicos atribuíram particular destaque à conferência inaugural, que figurava na primeira página sob os títulos “Estudo e Acção. Sob a presidência do Senhor Cardial Patriarca inaugurou-se ontem solenemente o Instituto de Serviço Social. Fez a conferência inaugural a directora técnica do Instituto sr.^a D. Maria Teresa Levêque” (*Novidades*), e “Instituto de Serviço Social. O sr. Cardial Patriarca presidiu ontem à sessão inaugural, em que foi conferente mademoiselle Levêque” (*A Voz*). Os dois artigos, que incluem registos fotográficos, permitem reconstituir aquele evento com algum detalhe no que diz respeito à composição da assistência e também ao teor dos discursos que foram proferidos⁵⁵⁹.

A sessão inaugural teve lugar na sede da Acção Católica Portuguesa, ao Campo Mártires da Pátria n.º 43, primeiras instalações do Instituto de Serviço Social, e contou com uma assistência numerosa e selecta, onde se destacavam representantes de vários organismos da Acção Católica, dirigentes de instituições católicas, estudantes universitários e sacerdotes. Presidiu à sessão o cardeal patriarca, ladeado à direita por Eusébio Barbosa Tamagnini, ministro da Instrução Pública, e Pedro José da Cunha, professor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, e à esquerda por D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo de Mítilene, Manuel Anaquim, vigário-geral do Patriarcado de Lisboa, e Abel Pereira de Andrade, director da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e procurador à Câmara Corporativa, todos integrados nos órgãos de administração da nova escola.

Abriu a sessão o Arcebispo de Mítilene, que explicou fazer uso da palavra por lhe ter sido confiado o estudo e a organização do Instituto de Serviço Social, e enalteceu o papel que a condessa de Rilvas tivera naquela missão. Afirmou depois a sua fé no futuro daquela obra catalisadora da renovação social, e nela depositou esperança, já que conseguira reunir a protecção dos poderes públicos e organismos culturais, ali representados pelo ministro da instrução pública e pelos professores da Universidade de Lisboa. Por último, dirigiu palavras de agradecimento às várias entidades que cooperaram na organização do Instituto

⁵⁵⁸ Vide Anexo P: *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.377, 18 de Março (2.ª feira); *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 2.901, 18 de Março (2.ª feira). L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁵⁵⁹ Segue-se uma reconstituição da sessão inaugural do Instituto de Serviço Social, realizada inteiramente a partir daquelas duas fontes documentais.

de Serviço Social, e apresentou a palestrante, colocando em evidência o seu percurso formativo e profissional em França e Inglaterra.

Marie-Thérèse Lévêque, discursando em francês, começou por salientar que a plenitude da vivência humana só é tangível com a vivência em sociedade, e que esta só se organiza e desenvolve no seio da justiça e da caridade. Depois de discorrer sobre as manifestações de caridade individual que antecederam a Cristo, realçou que foi preciso nascer o Filho de Deus para que o verdadeiro sentido da piedade humana fosse revelado, e a noção do “nosso próximo” pudesse ser estendida a toda a humanidade, sem distinção de raça, sexo ou crença. Naquela universalidade da caridade cristã, o cuidado do corpo e a compaixão pelas misérias físicas faziam-se acompanhar pela preocupação, e o dever, de elevar as almas, pelo que o seu exercício exigia responsabilidade espiritual. Caridade, essa, que para ser total e social devia penetrar as instituições e completar a justiça, traduzindo-se em palavras e realizando-se em actos concretos, pois “não fazer mal ao próximo é uma obrigação de justiça, mas não obriga a levar-lhe o nosso socorro”.

No seguimento do seu discurso, Mlle. Lévêque abordou as necessidades contemporâneas da sociedade, cujas conjunturas diferiam muito de outrora, por via do desenvolvimento da indústria, das descobertas científicas, da velocidade dos meios de transporte, e do aumento significativo da população urbana, elementos que concorriam para uma modificação dos meios de apostolado social. Mencionou ainda ao papel do Estado no campo da assistência pública, cuja intervenção considerava necessária, tanto na vida social, como familiar. A forma como a caridade cristã podia ser colocada ao serviço da moderna acção social foi também motivo de algumas considerações. Sobre o serviço social, esclareceu ser um termo anglo-saxão, e que veio marcar uma nova etapa na história da assistência, tendo aludido à primeira conferência internacional “neutra” de serviço social (ICSW), ocorrida em 1928, em Paris, para o definir como:

«[...] a união de esforços tendo por fim: consolar os sofrimentos provenientes da miséria (assistência paliativa); repor os indivíduos e as famílias nas condições normais da existência (assistência curativa); melhorar as condições sociais e elevar o nível da existência (assistência construtiva)»⁵⁶⁰.

⁵⁶⁰ A primeira ICSW, em 1928, e o rumo a partir daí tomado pelo serviço social, tornaram-se motivo de preocupação e reflexão para Marie d’Aïrolles, pois os estatutos daquela conferência anunciavam neutralidade

Depois de se alongar na exposição das bases jurídicas, administrativas e morais em que assentava a organização do Instituto de Serviço Social, e de expor o programa de estudos, Mlle. Lévêque apelou ao sacrifício dos católicos, sobretudo os jovens, em benefício da nova instituição, e concluiu com profunda satisfação por aquela obra merecer o alto patrocínio do cardeal patriarca.

Coube a D. Manuel Cerejeira proferir as palavras finais. Sem querer, conforme acautelou, quebrar o encanto espiritual da eloquente conferência de Mlle. Lévêque, nem o vibrante apelo à mocidade que a escutara, venceu que o programa do Instituto de Serviço Social pretendia tornar eficientes os meios de exercer a acção católica no campo da assistência social. Com o intuito de contestar a velha máxima comumente aceite de que “basta ser bom para fazer o bem”, o Patriarca de Lisboa elucidou que a nova escola ensinaria a “fazer bem o bem”, através da utilização científica dos meios de acção social que, quando mal administrados, resultavam ineficazes, contraproducentes e anárquicos. Inclusive, fazendo uma alusão à epopeia dos navegadores portugueses, com frequência associada ao espírito de aventura, salientou que aqueles feitos heroicos só tinham sido possíveis devido à ciência daquele tempo, e ao impulso dos que então governavam. Expressando a sua esperança nos frutos que o Instituto de Serviço Social traria a Portugal, D. Manuel Cerejeira agradeceu ao Arcebispo de Mitilene os esforços depositados naquela obra, e dirigiu os seus últimos agradecimentos ao ministro da Instrução Pública e demais individualidades presentes.

Durante a sessão inaugural foi distribuído pela assistência um folheto informativo sobre o Instituto de Serviço Social⁵⁶¹, da autoria de Marie-Thérèse Lévêque e cuja impressão, de elevada qualidade, foi custeada pelo Patriarcado de Lisboa: «Le programme ci-joint a été composé entièrement, textes, couverture, et le reste, par celle que vous écrit et elle est très fière de sa couverture en papier d’une balle [...], qui, avec divers arrangements, lui a fait

política e religiosa. É que a dirigente da UCSS, principal referência além-fonteiras para o Patriarcado de Lisboa durante o processo de criação do Instituto de Serviço Social, procurava conciliar a dimensão profissional do serviço social com o projecto católico de recristianização da sociedade. Ainda assim, Marie-Thérèse Lévêque parece ter na primeira conferência internacional “neutra” um marco de referência, já que tomou a decisão de abordar na sessão inaugural, colocando em evidência as várias “tendências” que nela participaram, e transmitindo à assistência a definição de serviço social que dela resultou.

⁵⁶¹ Vide Anexo O.

250 escudos d'économies sur le prix fixé par l'Archevêché»⁵⁶². Na capa da brochura, Mlle. Lévêque colocara a Cruz da Ordem de Cristo, símbolo dos descobrimentos portugueses, para assim recordar os feitos heroicos e missionários de Portugal, a que aludiu durante o seu discurso, para astutamente estabelecer uma analogia com as conquistas que podiam ser empreendidas no campo do serviço social:

«[...] disse mademoiselle Levêque, que fez em seguida um apêlo às nossas virtudes ráticas, que nos tornaram os mais audazes navegadores da história e que podem ainda impulsionar-nos em muitas conquistas da civilização, que mais uma vez poderíamos empreender»⁵⁶³.

O folheto estreia com uma mensagem de D. Manuel Cerejeira, acompanhada do brasão episcopal, o que expõe de forma evidente o patrocínio da hierarquia da Igreja Católica ao Instituto de Serviço Social. As palavras do cardeal patriarca justificam a existência da nova escola com a necessidade de dispor os recursos modernos ao serviço da caridade, e lançam um apelo público à colaboração com aquele projecto, para que o mesmo consolide e produza os resultados desejados na sociedade:

«Nós pedimos instantemente a todas as almas de boa vontade que lhe dêem o concurso da sua cooperação pessoal e, pelo menos, o do seu auxílio económico, a fim de que esta bela e larga iniciativa cresça, floresça, e frutifique nos mais apreciáveis resultados de reconstituição social»⁵⁶⁴.

Naquele documento, o serviço social é descrito como uma forma de acção social prática, cuja finalidade é a instauração e a restauração da ordem social, tanto pela adaptação dos indivíduos à sociedade, como pela adaptação das condições económicas e sociais às necessidades do indivíduo. A ele competiria, em concreto, a criação e desenvolvimento de instituições de acção social de natureza preventiva, educativa e curativa, aptas a ajudar os indivíduos «[...] a reabilitar-se, a levar uma vida normal, a aumentar a soma dos seus valores individuais e sociais»⁵⁶⁵. Sob este enquadramento, a nova escola propunha-se, a

⁵⁶² “Chère Mademoiselle, comme j’ai reçu les [...]. Dimanche, 24 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d’Airoilles). Documento manuscrito com dez páginas: p. 7. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁵⁶³ Vide Anexo P: *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 2.901, 18 de Março (2.ª feira): p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁵⁶⁴ *Ibidem*: p. 2.

⁵⁶⁵ *Ibidem*.

«[...] formar um grupo de pessoas competentes para todas as organizações e criações de serviço social [...] [e a] ser um centro de informações, de documentação e de realizações sociais»⁵⁶⁶. O texto procura ainda explicar que o Instituto de Serviço Social visa realizar o encontro de organizações diversas, públicas e privadas, carecidas de uma organização mais metódica e social, com as pessoas que procuram um local de trabalho bem remunerado, onde possam empregar utilmente a sua cultura e as suas aspirações de bem-fazer.

O folheto deixa explícito que o ensino a ministrar no Instituto de Serviço Social destina-se em particular aos indivíduos do sexo feminino, o que revela uma efectiva cedência do Patriarcado de Lisboa às obstinadas incursões de Marie d'Airolles, presidente da UCSS, no sentido de aos homens reservar apenas a frequência de algumas disciplinas, ou ciclos de conferências, realizados a margem da actividade regular da escola. Fica ainda esclarecido que a escola, para além de formar raparigas que quisessem exercer profissionalmente o trabalho social, também podia ser frequentada por aquelas que:

«[...] tencionam ajudar na sua missão os trabalhadores sociais; que desejam preparar-se eficazmente para o papel de animadores e educadores no seu próprio lar; cuja profissão ou vida os põe em contacto com “meios” sociais diferentes do respectivo “meio” e finalmente a todas as pessoas desejosas de adquirir um complemento de cultura ou ainda, de compreender a evolução e necessidades da sua época»⁵⁶⁷.

No caso das alunas regulares, ou seja, das candidatas a um diploma profissional, o documento elenca um conjunto de critérios de admissão:

«[...] ter mais de 19 anos e menos de 38; poder apresentar provas duma boa cultura geral; dar muito boas referências; apresentar cartão de identidade; apresentar um atestado médico recente do qual conste que o candidato não sofre de nenhuma doença grave e goza de boa resistência física»⁵⁶⁸.

Convém realçar que, entre as provas de cultura geral necessárias prestar, constaria certamente o nível de fluência na língua francesa, visto ser aquele o idioma em que seriam lecionadas, ao menos numa fase inicial, as aulas de Marie-Thérèse Lévêque.

⁵⁶⁶ *Ibidem*.

⁵⁶⁷ *Ibidem*: p. 4.

⁵⁶⁸ *Ibidem*: p. 15.

Entre a distinta audiência da sessão inaugural figurava uma jovem rapariga, que em 1935 ingressou no Instituto de Serviço Social, e que pertenceu ao primeiro grupo de alunas formadas por aquela escola, sendo que tivemos o privilégio de a conhecer pessoalmente e de recolher o seu testemunho sobre aqueles acontecimentos. Maria Helena de Medeiros de Medeiros e Albuquerque Teixeira Beltrão (1914-2012) foi entrevistada em 2005, no decorrer do projecto “Ao encontro da memória”, integrado no Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa)⁵⁶⁹, e novamente em 2011, já durante a investigação de doutoramento que conduziu à presente tese⁵⁷⁰.

Maria Helena Beltrão tinha frequentado a Escola Madame Péchenard, em Lisboa, com ensino ministrado em francês, tendo depois prosseguido os estudos liceais na Suíça, onde realizou um exame de aptidão que a habilitou a ser professora de língua francesa. Pertencia à União Noelista Portuguesa, um movimento católico trazido de França no início do século XX, e que agrupava sobretudo jovens e senhoras dos meios sociais da média e alta burguesia urbana. Com enfoque na valorização e responsabilização da mulher, através do seu papel educativo e social, o Noelismo desenvolveu múltiplas actividades de carácter formativo e social, com assinalável impacto na sociedade e no catolicismo português contemporâneo⁵⁷¹. A informação sobre a sessão inaugural chegou-lhe através de Maria Ulrich⁵⁷², figura carismática do catolicismo português que em 1938 assumiu a presidência

⁵⁶⁹ Vide Apêndices D e E.

⁵⁷⁰ Vide Apêndices F e G.

⁵⁷¹ O movimento Noelista teve início nas primeiras décadas do século XX, em França, a partir do trabalho realizado em torno da chamada “Bonne Presse” ou Boa Imprensa. Terá chegado a Portugal em 1908, mas a sua actividade viu-se interrompida entre 1917 e 1925. Em 1926, o movimento organizou-se a nível nacional, com o apoio do cardeal patriarca de Lisboa, tendo a realização do seu congresso de 1930, o primeiro congresso católico feminino em Portugal, constituído um marco na sua história. A sua mística enraíza-se no mistério do Natal, visando uma exigente formação intelectual traduzida em obras, conforme o seu lema “Piedade, Caridade, Apostolado, Esforço Intelectual”. Várias instituições socioeducativas foram criadas em articulação com a União Noelista Portuguesa, tais como a Obra do Ardina, fundada em Lisboa e em Coimbra, em 1942, por iniciativa da assistente social Maria Luísa Ressano Garcia, ou a Obra das Maternidades, cuja acção foi prolongada pela Casa de Santa Maria do Resgate (cf. Fontes, 2011: 256).

⁵⁷² Maria de Lima Mayer Ulrich (1908-1988), de ascendência francesa e alemã, filha do embaixador Rui Ulrich (1883-1966), acompanhou as sucessivas estadias da sua família no estrangeiro, onde estudou e também contactou com o Bureau International Catholique de l’Enfance, em particular o Mouvement Chrétien de l’Enfance, em Paris. Em Portugal, foi na Acção Católica que encontrou espaço para um envolvimento pessoal ao serviço do ideal colectivo cristão, nomeadamente na Juventude Independente Católica Feminina, que presidiu entre 1938 e 1950. Após deixar a Acção Católica, contactou com as escolas Montessori, em Londres, e as Escolas Activas, em Paris, tendo então elaborado as bases do projecto da Escola de Educadoras de Infância, posteriormente inaugurada em Lisboa, em 1954. A Escola, de grande pioneirismo em Portugal, foi sempre declaradamente e substancialmente cristã (cf. Fontes, 2011: 606).

da Juventude Independente Católica Feminina, e que em 1954 inaugurou em Lisboa a Escola de Educadoras de Infância, pioneira em Portugal:

«[...] Já ouviu falar, com certeza, na Maria Ulrich, a fundadora, foi a primeira que criou uma escola de educadoras de infância. E ela também fazia parte da Acção Católica [...] e ela mandou-me um convite bastante vago, que eu não sabia para que era [...]. Sabia que era uma reunião destinada a raparigas solteiras [...]. E depois disseram que era uma senhora francesa que vinha falar sobre uma coisa... sobre um curso que em França estava a ter muito, enfim, muito sucesso, que era o curso de serviço social»⁵⁷³.

No auge da juventude, à data com vinte anos, Maria Helena Beltrão narra como o serviço social lhe era inteiramente desconhecido, e de como a curiosidade a impeliu a assistir à sessão inaugural, causando estranheza entre o seu círculo de amizades:

«Não fazia ideia do que seria o serviço social. A minha primeira reacção foi a de não ir à conferência. Lembro-me que, num Domingo, [...] fui para uma festa e disse aos meus amigos que as nossas conversas eram sempre idênticas, que falávamos sempre do mesmo, e que então ia a uma conferência de serviço social. Caíram-me todos em cima, riram imenso e perguntaram o que era isso. [...] Quando decidi ir à conferência, aceitei-a como um desafio. Era ao lado do Patriarcado de Lisboa, no número 43, que pertencia à mesma ao Patriarcado, nos Mártires da Pátria»⁵⁷⁴.

Segundo testemunha, o evento conseguiu reunir um público significativo, resultado da ampla divulgação feita pelos vários organismos de juventude da Acção Católica, e por ter sido uma iniciativa promovida pelo Patriarcado de Lisboa, o que afixava credibilidade:

«Estava à pinha, estava imensa gente! Foi organizado pelo Patriarcado, mas foi também muito difundido pela Acção Católica, por toda a Acção Católica, tanto a JEC, como a JOC, a JIC, a JAC, a JUC e, portanto, isso fez com que muita gente ouvisse falar no assunto e era uma coisa organizada pelo Patriarca, nesse tempo ainda o senhor D. Manuel Gonçalves Cerejeira. E... e muita gente, portanto, quis ir à conferência»⁵⁷⁵.

Aquando da entrevista, inclusive, ainda guardava memória do elegante folheto distribuído pela assistência, e de como nele se explicava a acção do serviço social a partir do binómio indivíduo e meio social:

⁵⁷³ Vide Apêndice G: pp. 1-2.

⁵⁷⁴ Vide Apêndice E: p. 2.

⁵⁷⁵ Vide Apêndice G: p. 2.

«Nessa altura até fizeram umas brochuras com muito boa apresentação, em que dizia: 'O serviço social procura a adaptação do indivíduo à sociedade, e colaborar com o desenvolvimento das condições económicas e sociais, para ir ao encontro das necessidades do indivíduo...'. Era esta a ideia»⁵⁷⁶.

Sobre os critérios de admissão ao Instituto de Serviço Social, Maria Helena Beltrão elucida porque não era exigido às candidatas o curso completo dos liceus, sendo aquele um critério habitual para quem pretendia prosseguir os estudos superiores: «O que era exigido para entrar no curso de serviço social, como havia muitas raparigas sem o Liceu, era uma cultura que se equiparasse ao Liceu, alguém que tivesse um certo credencial para dizer que éramos uma pessoa com cultura semelhante à do Liceu [...]»⁵⁷⁷. A entrevista confirma que à sessão inaugural se sucederam outras palestras, igualmente proferidas por Marie-Thérèse Lévêque, e também explica como aquelas ocasiões propiciavam o contacto pessoal com a conferencista:

«O objectivo dessas divulgações e depois o das palestras era o de informar acerca do que era o serviço social e acerca do curso de serviço social. [...] No fim de cada palestra, que eram todas proferidas por Mlle. Lévêque em francês, [...] havia duas pessoas que tomavam nota, inscreviam pessoas do público que queriam falar pessoalmente e individualmente com ela. Deste modo, qualquer pessoa que estivesse presente na palestra e quisesse saber mais informações para ingressar no curso, ou se tivesse apenas interesse pelo assunto, podia inscrever-se e depois recebia a confirmação do dia para falar com Mlle. Lévêque»⁵⁷⁸.

Deslumbrada com tudo o que ouvira, foi o que fez Maria Helena Beltrão, e embora houvesse membros da administração do Instituto de Serviço Social disponíveis para prestar esclarecimentos, era com a assistente social francesa que pretendia conversar: «Fiquei com muita vontade de saber mais e marquei um dia para falar com Mlle. Lévêque. Também havia a Direcção, mas ela era a pessoa que sabia. Os outros não estavam tão por dentro do espírito do serviço social»⁵⁷⁹.

Aquando da aguardada reunião, Maria Helena Beltrão revelou o que mais gostara de ouvir sobre o serviço social durante as conferências, mas precaveu que não pretendia ingressar no Instituto de Serviço Social como aluna regular, e que tão somente estava interessada em

⁵⁷⁶ Vide Apêndice E: p. 3.

⁵⁷⁷ *Ibidem*.

⁵⁷⁸ *Ibidem*.

⁵⁷⁹ *Ibidem*.

assistir a algumas cadeiras, pois o curso parecia-lhe muito absorvente e exigente: «Eu queria psicologia infantil, puericultura... no fundo, queria aquilo que preparasse o meu futuro de mãe e de mulher, pois não tinha intenção de trabalhar»⁵⁸⁰. Foi então que Mlle. Lévêque lhe propôs frequentar o curso, durante um mês, como aluna regular:

«Pedi-me para fazer esse sacrifício. Tinha de estar às 8h30 no estágio. [...] Disse-me também que só tinha de pagar a inscrição daquelas cadeiras a que no início eu disse que queria assistir, não pagava mais nada, e depois ao fim de um mês dizia-lhe se queria, ou não, continuar no curso»⁵⁸¹.

Há muito que a medicina se revelara a vocação de Maria Helena Beltrão, mas numa época e numa sociedade em que o papel da mulher estava intrinsecamente associado ao de esposa, mãe e dona de casa, o acesso às profissões tradicionais estava praticamente vedado: «Querida ir para medicina e o meu pai não me deixou. Mas pronto, naquela altura... as meninas tiravam poucos cursos superiores, e então medicina, muito menos! [...] e esse desejo manteve-se durante muito tempo»⁵⁸². Porém, quando Marie-Thérèse Lévêque discursou, identificou-se com o serviço social, em particular com um dos seus princípios, e sentiu-se impelida a experimentar:

«Mas quando ouvi a Mlle. Lévêque falar, como ela dizia uma coisa que eu nunca esqueci e que está na base do serviço social, ‘O nosso trabalho não é ajudar os outros: é ajudar os outros a eles próprios saberem se ajudar’. É muito diferente. [...] É ajudá-lo a ele próprio encontrar solução para a sua situação. [...] E eu gostei disto, achei bonita esta ideia»⁵⁸³.

Naquele contexto histórico, era socialmente bem-acolhido que uma rapariga se envolvesse numa causa altruísta, mesmo que a situação financeira da família permitisse satisfazer as suas necessidades, já que o “cuidar do outro” integrava as características consideradas tipicamente femininas, quanto mais se tratando de uma iniciativa com o cunho moral da Igreja Católica. O serviço social revelou-se, portanto, uma válida oportunidade: «[...] mas quando [o meu pai] soube que eu queria ser assistente social, soube que era um curso

⁵⁸⁰ *Ibidem.*

⁵⁸¹ *Ibidem.*

⁵⁸² *Vide* Apêndice G: p. 4.

⁵⁸³ *Ibidem.*

criado pelo senhor cardeal patriarca... então nessa altura disse que sim: 'Para assistente social podes ir!>'⁵⁸⁴.

No primeiro mês em que Maria Helena Beltrão frequentou o Instituto de Serviço Social, as aprendizagens foram muitas e entusiasmantes, desde os estudos mais teóricos até às experiências de observação em contexto real, em que o mais instigante era o facto do serviço social ser ainda um campo de possibilidades nas organizações portuguesas, e em cujo processo de construção se sentia a participar:

«Nesse mês tivemos aulas com Mlle. Lévêque e falámos sobre o que era o serviço social. Tivemos ainda aulas com o professor Marcelo Caetano, de direito administrativo, e o professor Paulo Cunha, de direito civil. Tivemos filosofia moral e fizemos um estágio de observação logo a partir do primeiro mês. [...] Era tudo completamente diferente, estava tudo a nascer, ninguém sabia o que era o serviço social a não ser Mlle. Lévêque. Nessa observação nós, enquanto alunas e em conjunto com Mlle. Lévêque, reflectíamos sobre o que podia vir a ser trabalhado, tentávamos delimitar o nosso campo de actuação. Mlle. Lévêque ajudava-nos a perceber e a descobrir isso»⁵⁸⁵.

Certo é, que ao fim de um mês, Maria Helena Beltrão havia se rendido ao serviço social, não fosse esse o propósito da astuta Marie-Thérèse Lévêque, desde o início, que terá percebido o potencial daquela jovem rapariga: «Escusado será dizer que ao fim de um mês estava tão interessada que me inscrevi mesmo! Isto só mostra a inteligência que era Mlle. Lévêque. Percebeu que eu procurava qualquer coisa e que talvez viesse a ser uma assistente social, como depois se veio a confirmar»⁵⁸⁶.

Os artigos do *Novidades*⁵⁸⁷ e *A Voz*⁵⁸⁸, incluídos por Mlle. Lévêque na sua missiva, não foram as únicas notícias sobre o Instituto de Serviço Social veiculadas na imprensa

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ *Vide* Apêndice E: p. 4.

⁵⁸⁶ *Ibidem*.

⁵⁸⁷ O *Novidades*, diário matutino fundado em 1885, em Lisboa, ocupou um dos primeiros lugares entre os jornais políticos da sua época, embora no primeiro editorial se anunciasse ao público como equidistante das lutas partidárias. Tal como os jornais católicos e, em particular, os que se apresentavam como defensores da religião tradicional portuguesa, sofreu perseguições após a implantação da República: em 1923 foi suspenso e reapareceu em 1923, como diário católico da manhã. Teve como colaboradores figuras destacadas do pensamento católico, como Mendes dos Remédios, D. Manuel Cerejeira, Oliveira Salazar, Trindade Salgueiro, entre outros. Como órgão oficioso da Igreja, tinha uma linha muito conservadora, inteiramente adstrita à ordem estabelecida antes do 25 de Abril. Não dando qualquer eco aos chamados “católicos progressistas” ou à hierarquia da Igreja crítica do salazarismo, chegou mesmo a ocultar posições e afirmações da Santa Sé, malquistas do regime vigente (cf. Tengarrinha, 1999c: 620).

periódica portuguesa. Na Hemeroteca Municipal de Lisboa, uma pesquisa conduzida naqueles dois títulos de imprensa católica, entre 1935 e 1945, permitiu coligir um conjunto de artigos sobre a nova escola e/ou sobre a figura de Marie-Thérèse Lévêque. A pesquisa foi ainda estendida a outros dois títulos, *Diário de Notícias*⁵⁸⁹ e *Diário de Lisboa*⁵⁹⁰, para perceber se o Instituto de Serviço Social também fora tratado na imprensa não católica, designadamente, num jornal de aparente independência perante as correntes políticas e noutro com atitude moderadamente oposicionista em face do Estado Novo. Importa realçar que o acervo documental coligido⁵⁹¹ não foi objecto de uma análise aprofundada nesta tese, contudo, constitui uma hipótese de investigação futura, no âmbito das representações sociais sobre o serviço social em Portugal, a partir da imprensa periódica portuguesa.

A abordagem à sessão inaugural do Instituto de Serviço Social foi mais expressiva nos dois títulos de imprensa católica, em particular no *Novidades*, não deixando, porém, de figurar no *Diário de Notícias* e no *Diário de Lisboa*⁵⁹². Em todos os periódicos, a dita sessão foi antecipadamente divulgada, à excepção do vespertino *Diário de Lisboa*, cuja informação, deveras sucinta, se veiculou *a posteriori*, o que indicia a fraca relevância atribuída àquele acontecimento. Nos órgãos de imprensa que difundiram previamente a sessão inaugural, os elementos transmitidos ao público leitor sobre o Instituto de Serviço Social são muito

⁵⁸⁸ O jornal *A Voz*, datado de 1927, foi um diário político e noticioso com lugar de destaque entre a imprensa conservadora, durante o Estado Novo. Apresentava uma feição simultaneamente católica e monárquica, embora independente perante a autoridade eclesiástica e a Causa Monárquica. Apoiante entusiasta do Estado Novo, fez permanentes e calorosos elogios à acção governativa de Salazar e, depois, de Marcelo Caetano (cf. Tengarrinha, 2000: 604).

⁵⁸⁹ Fundado em 1865, o *Diário de Notícias* é considerado o mais antigo diário da imprensa portuguesa, tendo operado uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional. O seu êxito resultou da combinação do baixo preço e da aparente independência perante as correntes políticas, com as elevadas tiragens e os rendimentos com a publicidade. A objectividade e imparcialidade que aparentou ao longo da sua existência veio a camuflar uma habitual posição conservadora de apoio ao poder estabelecido. Durante o Estado Novo, a mais longa permanência na Direcção foi assegurada por Augusto de Castro que, sendo um editorialista de inegáveis méritos, derivou das antigas convicções republicanas e democráticas para o campo do salazarismo, transformando o jornal num órgão oficioso do regime (cf. Tengarrinha, 1999b: 524).

⁵⁹⁰ Entre os jornais com a designação *Diário de Lisboa*, o que teve vida mais longa e exerceu maior influência, até aos nossos dias, foi o vespertino fundado em Lisboa, em 1921. Destacou-se na imprensa portuguesa, desde o princípio, pelo seu nível literário, a qualidade dos seus redactores e colaboradores, e a atenção que dedicava a temas culturais. Manteve em face do Estado Novo uma atitude moderadamente oposicionista, excepto na política colonial, que normalmente apoiava. Uma certa coloração de “esquerda democrática” viria mais dos nomes dos seus colaboradores e redactores, do que do posicionamento político da sua Direcção (cf. Tengarrinha, 1999a: 523-524).

⁵⁹¹ Vide Apêndice C.

⁵⁹² A sessão inaugural do Instituto de Serviço Social teve lugar a 17/03/1935. Entre 14 e 18 de Março o número de notícias publicadas sobre aquele tema, nos periódicos analisados, foi o seguinte: *Novidades* (6); *A Voz* (3); *Dário de Notícias* (3); *Diário de Lisboa* (1). Vide Apêndice C.

semelhantes: o âmbito dos estudos a ministrar, que compreendia «[...] uma formação elementar de enfermagem, puericultura, educação física, etc.»; o enaltecimento da figura da directora, Marie Thérèse-Lévêque, tida como «[...] espírito cultíssimo e profundamente experimentado nas grandes obras de apostolado social», e revelação do tema da sua conferência na sessão inaugural, “Evolução da Caridade – Necessidade duma forma actual de acção social – Explicação do Programa do Instituto, terminando com um apêlo à mocidade”; e, por fim, o patrocínio do cardeal patriarca àquela nova obra⁵⁹³. Os artigos do *Novidades* destacam-se, todavia, pela extensão e aprofundamento dos temas abordados, e pela preocupação em retratar o Instituto de Serviço Social como coadjuvante da Acção Católica, no seu propósito de restauração cristã da ordem social:

«A obra, que é, entre nós, uma curiosa experiência, tem dado, lá fora, na Bélgica, na França e na Inglaterra, verdadeiros resultados de maravilha, sobretudo naqueles meios em que ha necessidade de prevenir e amparar a consciência católica contra as investidas protestantes. Entre nós, surge na hora própria, quando os paladinos portugueses da mais pura e nobre das causas [...] se aprestam mais que nunca, para uma luta organizada e decisiva no campo da Acção Católica. Por isso a patrocina S. Eminência o Senhor Cardial Patriarca de Lisboa com todo o carinho e solicitude do seu grande coração de apóstolo»⁵⁹⁴.

O *Novidades*, num dos artigos que precederam a sessão inaugural, apresenta o Instituto de Serviço Social como uma «obra admirável e oportuniíssima», trazida pela «visão inteligente e moderna das necessidades do tempo». A sua acção surge alinhada com a justiça social, em prol do bem-estar social, sendo tida como uma nova forma de aplicação da caridade. Sobre as competências a adquirir naquela escola, é veiculado que as jovens seriam:

«[...] capazes de ajudar eficazmente aqueles que terão necessidade do seu apoio ou dos seus conselhos, quer agindo individualmente, quer servindo de intermediários entre os indivíduos e as organizações públicas e privadas de assistência, de prevenção, de educação, quer ainda criando estas organizações onde se revelem necessárias, visto que a acção dos trabalhadores sociais, quer seja coletiva, quer pessoal, é sempre baseada sôbre a psicologia e as faculdades de reabilitação e de elevação de cada sêr».

O programa de estudos, esse, capacitaria as alunas no «conhecimento físico e moral dos indivíduos e no do meio em que vivem», através de uma formação em enfermagem de puericultura, em técnicas do trabalho social, e ainda noutras áreas, como «a moral, a

⁵⁹³ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.372, 13 de Março (4.ª feira): p. 1.

⁵⁹⁴ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.373, 14 de Março (5.ª feira): p. 1.

psicologia geral, o direito usual, a legislação da assistência, economia política, a sociologia, as encíclicas sociais, a higiene, a Assistência, a Psiquiatria etc., etc. [...]». Os estágios de formação prática da acção social, em estrita articulação com os estudos teóricos, seriam «[...] efectuados pelas alunas nos hospitais, nos consultórios especializados, nas creches, na Tutoria da Infância, nas obras de reeducação de anormais, estágios de orientação profissional, de educação popular etc., etc.». No mesmo artigo, o *Novidades* apregoa o Instituto de Serviço Social como uma oportunidade de carreira para um «[...] grande número de pessoas que procuram exercer uma profissão bem remunerada e na qual empregarão a sua cultura geral e os seus desejos de bemfazer». Por fim, numa correlação implícita com os propósitos da Acção Católica, o Instituto de Serviço Social é saudado como «[...] um capítulo da grande obra da restauração do Espírito na hora em que vencem os últimos festins da ilusão materialista, do laicismo social, arido e desorganizador...»⁵⁹⁵. De realçar que, à excepção deste último conteúdo, todos os outros foram tratados pelo *Diário de Notícias*, numa publicação com data análoga⁵⁹⁶.

Um dia antes da sessão inaugural, em entrevista ao *Novidades*, Marie-Thérèse Lévêque revela-se expectante face ao desenvolvimento do serviço social em Portugal, o que explica pela avidez de progresso que sentia existir no país, sendo esse um ambiente propício a novas realizações:

«Há neste belo país [...] uma ânsia de progresso e de realizações que surpreende e encanta. Sente-se que se vive aqui essa hora de renovação intensa e fecunda em todos os sectores. Creio que faremos obra de verdadeiro embelezamento social: criar e espalhar felicidade e bem-estar social é encher de beleza o mundo. No somatório das realizações do Serviço Social há aumento para a colectividade de amor e de solidariedade»⁵⁹⁷.

Para além de ter sido retratada no *Novidades* e em *A Voz*, a sessão inaugural, propriamente dita, também constou das páginas do *Diário de Notícias*, com um relato muito similar ao que havia sido escrito nos dois títulos de imprensa católica⁵⁹⁸, e do *Diário de Lisboa*, desta feita, num artigo de modesta dimensão⁵⁹⁹.

⁵⁹⁵ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.374, 15 de Março (6.ª feira): p. 6.

⁵⁹⁶ *Diário de Notícias*, 1935, Ano 71.º, n.º 24.823, 15 de Março (6.ª feira): p. 1.

⁵⁹⁷ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.375, 16 de Março (Sábado): p. 1.

⁵⁹⁸ *Diário de Notícias*, 1935, Ano 71.º, n.º 24.826, 18 de Março (2.ª feira): p. 2.

⁵⁹⁹ *Diário de Lisboa*, 1935, Ano 14.º, n.º 4.427, 17 de Março (Domingo): p. 3.

Após a conferência de Mlle. Lévêque, a 17 de Março de 1935, seguiram-se outras duas, igualmente dirigidas ao público em geral, com o objectivo de introduzir os interessados no conhecimento sobre o serviço social: «Para a vulgarização do pensamento que determina essa criação [Instituto de Serviço Social], serão feitas três conferências de iniciação por Mlle Levèque [...] cujo profundo conhecimento do assunto é garantia sobeja do esplendor dos seus ensinamentos»⁶⁰⁰. Sobre as últimas prelecções, intituladas “O Serviço social pelo mundo fora”, e “As principais manifestações do Serviço Social. O que não deve ser. As suas especializações práticas. Conclusões”, não foram encontradas fontes históricas que permitam reconstituir os conteúdos abordados.

Entre 1935 e 1945, os títulos de imprensa analisados difundiram informação sobre o Instituto de Serviço Social no espaço público, destacando-se o *Novidades*, órgão oficioso da Igreja Católica, em número e extensão dos artigos⁶⁰¹. Entre as notícias mais recorrentes, contam-se as que anunciavam conferências públicas naquela escola, e cujos prelectores se destacavam, na sociedade portuguesa, em domínios como o médico ou o socio-religioso. A título exemplificativo refiram-se, em 1935, os discursos da médica Branca Rumina sobre “O papel social e educativo da mulher em matéria de higiene”⁶⁰², e “O papel do assistente social”⁶⁰³, ou as conferências do cônego Avelino Gonçalves, fundador do Corpo Nacional de Escutas, relativas à “Origem, acção e finalidade do Escutismo”⁶⁰⁴. Os momentos solenes do Instituto de Serviço Social também mereciam uma ampla divulgação, quando neles participava o cardeal patriarca⁶⁰⁵, ou quando contavam com a visita de figuras

⁶⁰⁰ *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 2.900, 17 de Março (Domingo): p. 1.

⁶⁰¹ Vide Apêndice C. Como já ficou referido, o acervo documental coligido não foi objecto de uma análise aprofundada na presente tese, embora tal constitua uma hipótese de investigação futura. Ainda assim, alguns recortes de imprensa do acervo serão utilizados, ao logo da tese, para ilustrar episódios do Instituto de Serviço Social considerados significativos.

⁶⁰² *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.446, 28 de Maio (3.ª feira): p. 1.

⁶⁰³ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.474, 25 de Junho (3.ª feira): p. 2.

⁶⁰⁴ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.468, 19 de Junho (4.ª feira): p. 6; *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.471, 22 de Junho (Sábado): p. 6.

⁶⁰⁵ A título exemplificativo: *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 3.153, 29 de Novembro (6.ª feira): p. 1 (“Instituto de Serviço Social. Os professores deste organismo cumprimentam o Sr. Cardial Patriarca”; *Novidades*, 1936, Ano LI, n.º 12.718, 1 de Março (Sábado): p. 1 (“Instituto de Serviço Social. Sua Eminência assistiu à abertura da nova secção de ensino familiar e doméstico”); *Novidades*, 1937, Ano LII, n.º 13.175, 11 de Junho (6.ª feira): pp. 1, 3 (“Acção e Cultura. S. Eminência o Senhor cardial patriarca presidiu à sessão de encerramento do ano lectivo do Instituto de Serviço Social”); *Novidades*, 1945, Ano LX, n.º 16.171, 26 de Outubro (6.ª feira): p. 6 (“Última Hora. O Senhor Cardial Patriarca presidiu à inauguração do novo ano de trabalhos do Instituto de Serviço Social”).

relevantes do panorama político português⁶⁰⁶. Tinha ainda destaque, todos os anos, a abertura de matrículas no Instituto de Serviço Social, sendo o apelo mais reforçado nos títulos de imprensa católica, que recorriam a um maior número de publicações, e mais esclarecedoras, sobre a oferta educativa naquela escola. São também o *Novidade* e *A Voz* que, entre 1935 e 1944, atribuem um lugar de destaque às publicações sobre o Instituto de Serviço Social, reservando para esse efeito, não raras vezes, a primeira página do jornal.

Por último, de referir um traço evidente em todos os órgãos de imprensa analisados, sobretudo no que se refere às publicações sobre o Instituto de Serviço Social datadas de 1935. O serviço social, pedra basilar daquela escola, era perspectivado como uma forma de acção social moderna, ainda por implementar em Portugal, e cujo conhecimento aprofundado, em território nacional, era do domínio exclusivo de Marie-Thérèse Lévêque:

«Mademoiselle Levêque resolveu consagrar a sua vida á Acção Social [...], adquiriu então, solida cultura completada por especializações ligadas á sua missão futura. [...] Por toda a parte a sua inteligencia viva e o seu labor infatigavel mereceram os maiores elogios. As suas qualidades de organizadora, de inspiradora duma disciplina feita da confluencia coordenada de esforços e boas-vontades, vão ser postas á prova na Direcção do Instituto de Serviço Social [...]»⁶⁰⁷.

5.3 A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia:

«o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado»

Com o advento do Estado Novo, a Igreja Católica viu serem abolidos muitos dos factores de perseguição e limitação que a acometiam desde a República anticlerical, e criadas condições particularmente vantajosas para a sua acção. Com garantias de respeito pela sua actuação, e pelo seu projecto de recristianização da vida social, a Igreja ganhou crescente reconhecimento público, prestígio e capacidade de influência, tanto ao nível da sociedade, como no âmbito do Estado, onde muitos católicos adquiriam progressivamente um papel de relevo político e ideológico. Mas as preocupações dos católicos com o contencioso entre

⁶⁰⁶ A título exemplificativo: *Novidades*, 1937, Ano LII, n.º 13.067, 21 de Fevereiro (Domingo): pp. 1, 6 (“Acção Social Católica. O sr. Ministro do Interior visitou ontem o Instituto de Serviço Social”); *A Voz*, 1940, Ano XIV, n.º 4.806, 16 de Julho (3.ª feira): p. 2 (“Acção Católica. O sr. Ministro da Educação Nacional visitou ontem a Exposição de trabalhos do Instituto de Serviço Social da A. C.”).

⁶⁰⁷ *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 2.900, 17 de Março (Domingo): p. 1.

o Estado e a Igreja, e o próprio estatuto público da Igreja, perduraram durante a década de 1930. A questão religiosa só ficou resolvida em 1940, com a assinatura da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa, quando a Igreja Católica adquiriu personalidade jurídica, e entre ela e o Estado ficou instituída uma mútua colaboração moral, na independência das respectivas esferas (cf. Cruz, 1999: 233-236).

Em meados da década de 1930, durante a negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS e, posteriormente, aquando da abertura do Instituto de Serviço Social, a Igreja Católica, em Portugal, atravessava um período de indefinição no plano jurídico, a que não eram indiferentes os membros do clero e os leigos católicos, cujas memórias da “perseguição” ao catolicismo eram ainda muito recentes. Esta conjuntura histórica terá, provavelmente, contribuído para a cautelosa decisão de imprimir ao Instituto de Serviço Social um carácter não confessional, embora com assumida “simpatia” pelo catolicismo⁶⁰⁸. Para manter o prudente semblante e, simultaneamente, garantir o suporte legal à nova escola, foi criada em 1935, com sede em Lisboa, uma associação de cultura e formação social denominada Associação de Serviço Social. Esta tinha por fins, de acordo com os seus estatutos:

«1) promover o estudo e vulgarização do serviço social à luz da doutrina católica e da caridade cristã; 2) facilitar e desenvolver o estudo de tôdas as questões e problemas sociais em que o serviço social possa exercer a sua actividade; 3) promover a organização de um Instituto de Serviço Social, com sede em Lisboa, destinado a centro de cultura e formação técnica e profissional de todos os que queiram dedicar-se ao exercício da acção social nas suas diversas modalidades; 4) promover a organização de centros e instituições de serviço social que sejam úteis ao melhoramento da vida social e facilitem a formação de peritos no serviço social; 5) alcançar o melhor entendimento e colaboração dos diferentes organismos de acção social, entre si e com os serviços públicos que, sob qualquer aspecto, se relacionem com aquela acção; 6) conceder ou obter a concessão de bolsas de estudo destinadas a facilitar a formação de peritos no serviço social»⁶⁰⁹.

Os sócios organizadores da Associação de Serviço Social, em número de quinze, acumulavam funções nos órgãos de administração do Instituto de Serviço Social⁶¹⁰. A maioria veio a ser nomeada para assumir os cargos constantes nos estatutos da Associação,

⁶⁰⁸ Cf. “Mme. de Rilvas à Mlle. d’Aïrolles. Sintra, 12 septembre 1934”. Documento dactilografado, com duas páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁶⁰⁹ Vide Anexo Q: Estatutos da Associação de Serviço Social, 1935: pp. 1-2. L.d.: UCP (Lisboa), CRC-W / Centro de Documentação Margarida Abreu, PT/UCP/CRCW/CDMA/E/013.

⁶¹⁰ Vide Anexo O: p. 2 & Anexo Q: p. 2.

no triénio 1935-38, designadamente, na mesa da assembleia geral, presidida por Manuel Anaquim e vice presidida por Abel Pereira de Andrade, no conselho fiscal, liderado por Carneiro de Mesquita, e, por fim, no conselho de direcção e administração, encabeçado pela condessa de Rilvas⁶¹¹. Para além dos sócios organizadores, a Associação de Serviço Social contava ainda com sócios ordinários ou subscritores, que pagavam uma cota anual mínima de 20 escudos, e sócios benfeitores. Estes últimos podiam ser: benfeitores, propriamente ditos, quando prestassem à associação um serviço relevante e fossem declarados como tais pela assembleia geral; beneméritos, se angariassem dez sócios subscritores; ou fundadores, se contribuissem com uma cota única no valor mínimo de 1.000 escudos. A Associação contava ainda com um consultor assistente, nomeado pela autoridade eclesiástica, reforçando assim a sua “simpatia” pelo catolicismo.

A Associação de Serviço Social contava, em termos financeiros, com «[...] o produto das quotas dos sócios, donativos, legados e subsídios de qualquer natureza e quaisquer outras receitas», podendo ainda «[...] adquirir a título oneroso ou gratuito os bens imóveis indispensáveis à realização dos seus fins sociais»⁶¹². Cedo, porém, estas fontes de receita se revelaram insuficientes para colmatar as despesas de funcionamento do Instituto de Serviço Social. Em 1936, num relatório com os resultados do primeiro ano de acção daquela escola, Marie-Thérèse Lévêque apela, nas conclusões, à indispensável obtenção de «[...] ajuda financeira e mural do Estado», já que a escola não podia assegurar a formação «sem recursos financeiros suficientes para as realizações que tem em vista, e o alargamento da sua acção educativa», mas salvaguardando que «o Instituto deve continuar a ficar ‘autónomo’ e de estar à propriedade do Patriarcado»⁶¹³. O relatório em questão está depositado no Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, o que indicia tratar-se de uma exposição dirigida ao Patriarcado de Lisboa. De realçar que o documento não identifica explicitamente o seu autor, contudo, a caligrafia revela ser indubitavelmente a de Mlle. Lévêque, por comparação a outras missivas da sua autoria, encontradas nos arquivos do Centre d’Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire (CARHOP), em Bruxelas, e do Centre National des Archives de l’Église de France, em Paris. Ainda de

⁶¹¹ Vide Anexo Q: p. 8.

⁶¹² *Ibidem*: p. 7.

⁶¹³ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: pp. 7-9. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025.

salientar que o relatório está escrito em português, embora com alguns erros gramaticais, revelando que, ao fim de um ano em Portugal, a directora francesa já se expressava na língua de Camões.

O posicionamento de Marie-Thérèse Lévêque sobre os limites da intervenção do Estado nas obras privadas de assistência, e na esfera de acção dos trabalhadores sociais, fica bem patente em Julho de 1936, durante uma sua intervenção na III International Conference of Social Work (ICSW), em Londres. Sob o tema “O serviço social e a colectividade”, a conferência internacional juntou quatrocentos participantes, provenientes de trinta países, tendo sido Mlle. Lévêque a única representante de Portugal. Na secção “Higiene”, o ministro francês com a pasta da Saúde Pública, Henri Sellier, e o chefe de gabinete do respectivo Ministério, Robert-Henri Hazemann, discursaram sob o tema “La santé publique et la collectivité (hygiène et service social)”⁶¹⁴. Ao partir do pressuposto que as questões de saúde e higiene tinham efeitos na segurança pública, os oradores alegaram a criação de um serviço central, tutelado pelo Estado, para administrar todos os organismos locais de assistência, especializados na protecção da saúde individual e colectiva. Um tal «service central technique d’hygiène» teria por objectivos a coordenação e inspecção dos serviços públicos e obras privadas naquele domínio, e a atribuição de subvenções financeiras mediante a verificação de determinados requisitos. Competir-lhe-ia, ainda, fixar as normas de funcionamento dos serviços de higiene, e estabelecer programas de acção concertada, devendo as entidades sob a sua jurisdição, periodicamente, elaborar relatórios técnicos e financeiros, e receber vistorias de um corpo de inspectores qualificados. Em suma, a tese apresentada incitava à instauração de um «[...] organisme coordinateur muni d’autorité et de technicité, capable ou de diriger ou de contrôler selon que l’application est exercée par des services locaux subordonnés ou autonomes, par des œuvres privées ou par une combinaison de ces différents systèmes»⁶¹⁵.

A III ICSW previa um momento de discussão após cada conferência, podendo os presente no público intervir com um comentário ou breve discurso. Foi neste contexto que, findo o

⁶¹⁴ Cf. Sellier, Henri; Hazemann, Robert-Henri (1938), “La santé publique et la collectivité (hygiène et service social)”. *Troisième Conférence Internationale du Service Social: Londres, 12-18 juillet 1936. Compte Rendu de la Conférence*, London: Le Play House Press, pp. 323-350. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

⁶¹⁵ *Ibidem*: p. 333.

discurso de Henri Sellier e Hazemann, Marie-Thérèse Lévêque se fez ouvir⁶¹⁶. Segundo argumentou, maior organização, coordenação e simplificação podiam não ser factores de progresso num domínio humano tão complexo como o serviço social, já que o tornariam refém de estruturas demasiado estáticas, inflexíveis e administrativas: «[...] elles risquent, au contraire, de rendre immuable ce qui doit rester essentiellement vivant, d'appauvrir l'action en paralysant beaucoup d'efforts et d'initiatives indispensables»⁶¹⁷. Entende ainda que a proposta apresentada requer um controlo rígido por parte do Estado, o que seria facilmente aceite em países acostumados a um regime político autoritário, mas dificilmente assimilado em nações mais permissivas à liberdade de acção individual.

No seu discurso, Mlle. Lévêque tentou demonstrar que as obras privadas, ao integrar um programa de acção concertado, sob a coordenação do Estado, ficariam alienadas da sua identidade:

«Intégration de l'œuvre par l'État dans un plan d'ensemble. Contrôle du fonctionnement technique et financier par des inspecteurs qualifiés. Contrôle par le centre technico-administratif régional [...]. L'œuvre sera, obligatoirement, rattachée au centre de santé régional, et partagera avec celui-ci et les autres œuvres également intégrées, souvent le même local et toujours le même service technique, le même secrétariat, le même fichier social, le même service social»⁶¹⁸.

Por outro lado, restrições à autonomia das obras privadas seriam uma obstrução à sua acção experimental, tantas vezes potenciadora de progresso social:

«Nous croyons donc que ce serait une politique dangereuse, pour un État, de tarir une telle source d'enrichissement et d'idées: et d'absorber les initiatives privées en supprimant ainsi leur liberté, et leurs possibilités de naissance, d'épanouissement, ou de renouvellement»⁶¹⁹.

Por último, a directora técnica do Instituto de Serviço Social alerta para a importância de reservar alguma autonomia ao trabalhador social, no seu campo profissional, já que uma

⁶¹⁶ Cf. Lévêque, Marie-Thérèse (1938), "Discussion: Tuesday, 14th July". *Troisième Conférence Internationale du Service Social: Londres, 12-18 juillet 1936. Compte Rendu de la Conférence*, London: Le Play House Press, pp. 358-360. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

⁶¹⁷ *Ibidem*: p. 359.

⁶¹⁸ *Ibidem*.

⁶¹⁹ *Ibidem*.

acção demasiado restritiva, controlada ou burocrática podia ocasionar desmotivação e, consequentemente, conduzir à demissão ou resignação ao funcionalismo:

«[...] le jour où les travailleurs sociaux se trouveront en face de directives de travail, de pensée, de propagande, émanant de cet État, et ne correspondant peut-être nullement à leurs directives personnelles – quel épanouissement et quelle joie leur restera-t-il, à eux à qui on demande d’être agents d’épanouissement pour les autres?»⁶²⁰.

No final de 1936, o conselho de direcção do Instituto de Serviço Social fez chegar ao gabinete do Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa⁶²¹, um relatório sobre o primeiro ano e meio de funcionamento da escola. No documento, fica novamente expressa a vontade de manter a autonomia do Instituto de Serviço Social face ao poder político instituído, isto, apesar da disponibilidade para colaborar com as estruturas oficiais: «Obra que pela sua estrutura se quer manter autónoma e independente de todas as flutuações políticas, o Instituto não hesita em colaborar com organizações oficiais, insuflando-lhes o seu espírito e a sua actividade social»⁶²². O relatório também faz saber que o Instituto tinha sido «[...] designado pelo Governo como futuro centro de formação das dirigentes e trabalhadores sociais adjuntas à Obra das mães para a Educação Nacional»⁶²³. Alguns meses depois, em Fevereiro de 1937, um artigo publicado no jornal *A Voz* faz saber que o Instituto de Serviço Social recebeu apoio financeiro por parte do Governo, tendo a condessa de Rilvas agradecido publicamente «[...] o subsídio concedido pelo Estado àquela obra, solicitando, entretanto, que o interesse oficial não afrouxasse em relação a ela, pois que bem precisa de ser ampliada, de maneira a que os seus serviços venham a ter desenvolvimento adequado [...]»⁶²⁴. Na ausência de dados que clarifiquem a exacta proveniência daquela subvenção, fica a informação de que o agradecimento foi dirigido ao Ministro de Interior, Mário Pais de Sousa, durante uma sua visita às instalações do Instituto de Serviço Social.

⁶²⁰ *Ibidem*: p. 360.

⁶²¹ Mário Pais de Sousa (1891-1949), licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, desempenhou vários cargos político-administrativos de relevo durante o Estado Novo, tendo sido Governador Civil de Lisboa (1931), vogal do Conselho Político Nacional (1931), vogal da Comissão Executiva e da Comissão Central da União Nacional (1934-1935), vogal da Comissão Consultiva da União Nacional (1935), e Ministro do Interior (1931-1932 e 1936-1944). Assumiu ainda, em 1944, a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (cf. Castilho, 2009: [n.p.]).

⁶²² *Vide* Anexo R: “Instituto de Serviço Social. Sob a égide de Sua Eminência [...]. [1936]”. Documento dactilografado com sete páginas: p. 5. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo do Ministério do Interior / Gabinete do Ministro, Mç. 483, [pt. 3/1] (NP 355), ANTT//PT/TT/MI-GM/4-3/99.

⁶²³ *Ibidem*.

⁶²⁴ *A Voz*, 1937, Ano XI, n.º 3.590, 21 de Fevereiro (Domingo): p. 1.

Apesar do apoio concedido pelo Estado, a condição financeira da escola não logrou uma melhoria substantiva. A situação é exposta numa missiva da condessa de Rilvas, em Julho de 1937, dirigida ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, que lhe chegou pelas mãos do Pe. Abel Varzim⁶²⁵, recém-doutorado em ciências político-sociais pela Universidade de Lovaina, e então professor no Instituto de Serviço Social. Após um breve relato sobre o funcionamento da escola em 1935-36, a condessa de Rilvas faz saber que os poucos recursos financeiros tinham esgotado. Segundo a mesma, «por falta de compreensão da urgência desta organização desconhecida entre nós até agora, não fomos ajudadas como deveria ser ao princípio e somente agora, se começa a perceber a importância do Instituto e a necessidade dos estudos que ali se praticam»⁶²⁶. Apesar de prever o aumento no número de alunas inscritas, e respectivo incremento nas receitas, a condessa de Rilvas sugere a atribuição de uma subvenção pelo Estado, em concreto «[...] que os diferentes ministérios que a nós recorrem a pedir alunas inscrevam um pequeno subsídio no seu orçamento»⁶²⁷. Mais urgente, porém, era a situação presente, havendo necessidade de «[...] 100 contos para pagar uma parte das nossas dívidas, enviar ao estrangeiro em missão de estudo as assistentes que completaram o seu curso e que já têm colocação, e instalar a nossa biblioteca de estudo»⁶²⁸. O apelo foi reforçado pelo Pe. Abel Varzim, que considerava «justa a pretensão», e apesar das fontes encontradas omitirem a decisão de Oliveira

⁶²⁵ Abel Varzim da Cunha e Silva (1902-1964), sacerdote católico, liderou uma corrente de opinião pública social-católica que apoiou inicialmente o salazarismo, e dele se veio a afastar progressivamente. Ordenado em 1925, começou a actividade sacerdotal na diocese de Beja, como professor do seminário de Serpa, onde permaneceu cinco anos. Em 1930 foi para a Universidade de Lovaina, Bélgica, estudar ciências político-sociais, onde se doutorou em 1934. Aí teve por discípulo o Pe. Manuel Rocha, com quem redigiu o projecto de bases da Acção Católica Portuguesa, que viria a ser adoptado em 1933. Regressado a Portugal, integrou os serviços centrais da Acção Católica, em Lisboa, onde colaborou com Monsenhor Lopes da Cruz na redacção do jornal *Novidades*, e no lançamento da Rádio Renascença. A 1 de Maio de 1934 lança o quinzenário *O Trabalhador*, que funcionou como órgão da Liga Operária Católica (LOC) e da Juventude Operária Católica (JOC), e de que foi o principal animador e redactor. Preocupado em moldar e influenciar o corporativismo português pela doutrina social da Igreja, aceitou ser deputado à Assembleia Nacional na II legislatura (1938-1942). Em 1941, fundou o Centro de Estudos e Acção Social, que envolvia estudantes universitários na promoção social do Bairro da Curraleira. *O Trabalhador* viria a ser suspenso pelas autoridades em 1948, sob a acusação de usar “estilo marxista”, e o Pe. Abel Varzim afastado, por pressão governamental, das funções de director no Secretariado Económico Social da ACP, de professor no Instituto de Serviço Social, e de assistente geral na LOC. Em 1951 foi nomeado pároco da Encarnação, no Bairro Alto, onde desenvolveu uma importante obra social, em particular na reinserção social de prostitutas, tendo criado a Liga Nacional contra a Prostituição. Veio a ser condecorado, a título póstumo, pelo presidente Mário Soares, com a Ordem da Liberdade, em 1980 (cf. Castilho, 2009: [n.p.]; Cruz, 2000a: 423-424).

⁶²⁶ “Ex.mo Senhor presidente do Conselho. Renovando o meu [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento dactilografado com seis páginas: p. 6. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15.

⁶²⁷ *Ibidem*.

⁶²⁸ *Ibidem*.

Salazar, presume-se que a terá comunicado àquele professor: «Se V. Excelência se dignar conceder o subsídio pedido, era favor dizer-mo talvez a mim [...]»⁶²⁹.

Ainda na carta ao presidente do Conselho de Ministros, a condessa de Rilvas explica que a ausência de alguém, em Portugal, com competência comprovada e qualidades morais para assumir a direcção técnica do Instituto de Serviço Social, obrigou a «[...] recorrer a uma técnica estrangeira que ficará o tempo necessário para formar uma boa directora portuguesa». Sobre a escolha de Marie-Thérèse Lévêque para o cargo, confirma ter sido a pessoa acertada, pois «[...] com a sua inteligência e savoir faire soube adaptar os estudos ao meio, modificando o programa conforme lhe parecia necessário com a melhor compreensão da mentalidade portuguesa»⁶³⁰. Esclarece, também, que em 1937 haviam concluído a formação no Instituto de Serviço Social as primeiras alunas, mas nenhuma mostrara maturidade suficiente para substituir Mlle. Lévêque em funções, o que não seria de admirar, «[...] pois é necessária uma grande experiência antes de tomar uma responsabilidade dessa ordem. Somente a experiência social de cada dia juntamente com as qualidades duma boa assistente social pode conseguir obter uma técnica digna de assumir a direcção»⁶³¹. A escolha da próxima directora técnica requeria, portanto, enorme cautela e responsabilidade, «[...] porque dada a profunda influência que adquirem as assistentes sociais em todos os meios onde exercem a sua missão, a sua acção pode ser um perigo em vez dum auxílio, um elemento destrutor em vez de construtor»⁶³², o que fez protelar no tempo a substituição da directora francesa. Mas as fontes históricas também indiciam outros motivos para o adiamento daquela decisão, designadamente, as sucessivas crises financeiras e a instabilidade interna na gestão no Instituto de Serviço Social.

Corria o mês de Agosto de 1941 quando a condessa de Rilvas, presidente da Associação de Serviço Social e directora do Instituto de Serviço Social, convidou verbalmente uma jovem

⁶²⁹ “Ex.mo Senhor Presidente: A carta que vai junta já a tenho [...]. Lisboa, 10/8/1937” (carta do Pe. Abel Varzim a Oliveira Salazar). Documento manuscrito com uma página: p. 1. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fl. 9.

⁶³⁰ “Ex.mo Senhor presidente do Conselho. Renovando o meu [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento dactilografado com seis páginas: p. 2. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15.

⁶³¹ *Ibidem*: p. 3.

⁶³² *Ibidem*.

de 26 anos, recém-formada naquela escola, «[...] para, no [...] ano lectivo 1941-42 trabalhar no Instituto de Serviço Social, junto da Directora Técnica do mesmo Instituto, Mademoiselle Lévêque [...]»⁶³³. Tratava-se de Maria Leonor Corrêa Botelho⁶³⁴, uma pioneira do serviço social em Portugal, responsável pela estruturação, em 1939, do segundo centro social da Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), em Cascais, onde desempenhava funções de assistente social. A jovem mostrou-se resolvida em aceitar o convite, na intenção de «assim melhor servir o Serviço Social», contudo, pediu à condessa de Rilvas, também presidente de direcção da OMEN, para manter o cargo no Centro Social de Cascais já que, no ano lectivo de 1941/42, a sua missão no Instituto de Serviço Social ainda não seria oficial⁶³⁵. O pedido mereceu a aprovação superior, tendo a OMEN concedido uma licença temporária para Maria Leonor Botelho exercer a actividade profissional ao serviço de outro organismo: «Com maior prazer a receberá de novo a Obra das Mães, que só tem a louvar e a agradecer toda a competência e dedicação com que V. Ex.^a sempre desempenhou junto dela as funções da sua especialidade»⁶³⁶. No mês seguinte, o conselho de direcção do Instituto de Serviço Social endereçou o convite formal a Maria Leonor Botelho, ficando explícito que a coadjuvação a Marie-Thérèse Lévêque precedia a sua substituição em funções, ao fim de um ano. O documento revela ainda que a escolha daquela jovem para o cargo de directora técnica foi da responsabilidade da própria Mlle.

⁶³³ Vide Anexo S: “Ex.ma Senhora Condessa de Rilvas [...]. Cascaes, 30 de Agosto de 1941” (carta de Maria Leonor Botelho à condessa de Rilvas). Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁶³⁴ Maria Leonor Corrêa Botelho (1915-1996), nasceu em Escalos de Cima, Castelo Branco, tendo sido uma das primeiras assistentes sociais formadas pelo Instituto de Serviço Social, em 1939. Começou por dirigir, entre 1939 e 1941, o primeiro centro social da OMEN, em Cascais. Foi presidente da Associação de Serviço Social, exerceu os cargos de directora adjunta do Centro de Inquérito Assistencial e de chefe do serviço social do Instituto de Assistência à Família, superintendeu a Junta Central das Casas dos Pescadores, e trabalhou como assistente social no Banco Nacional Ultramarino. Pelo seu trabalho no campo da assistência social, recebeu a medalha de Benemerência da Cruz Vermelha Portuguesa. No campo do ensino, foi docente no Instituto de Serviço Social, no Instituto de Higiene Ricardo Jorge, na Escola Técnica de Enfermagem do Instituto Português de Oncologia, e nas escolas de auxiliares sociais de São Vicente de Paulo e de São Pedro de Alcântara. Além de ter sido vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa, pertenceu ao Bureau da UCISS, tendo, nessa qualidade, participado em vários congressos internacionais. Foi deputada à Assembleia Nacional na V e VI Legislaturas (1949-1957), tendo na última integrado a comissão “Trabalho, Previdência e Assistência Social”. Colaborou nas revistas *Natal* e *Cadernos Sociais*, e escreveu vários textos sobre o serviço social, entre os quais editou *Serviço Social Comunitário nos Meios Piscatórios – Comunicação ao I Colóquio Nacional de Trabalho da Organização Corporativa e da Previdência Social* (1961) (cf. Pimentel, 2011: 214-215; Castilho, 2009: [n.p.]).

⁶³⁵ Vide Anexo S: p. 1.

⁶³⁶ Vide Anexo T: “Ex.ma Senhora D. Maria Leonor Correia Botelho [...]. Lisboa, 1 de Setembro de 1941”. Documento dactilografado com uma página: p. 1. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

Lévêque, sugestão que mereceu a concordância do conselho de direcção da escola⁶³⁷. Leonor Corrêa Botelho mostrou-se receptiva ao desafio e aceitou-o com elevado espírito de compromisso, não obstante a assumida inexperiência: «É com o maior prazer que vou servir no Instituto, na certeza que, para de alguma maneira poder suprir a minha inexperiência, darei ao meu trabalho o melhor do meu esforço e boa vontade»⁶³⁸.

A passagem do cargo de directora técnica não ocorreu, porém, nos trâmites previstos. Em 1942, ano em que Maria Leonor Botelho assumiria aquele cargo, o então assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social, Avelino Gonçalves⁶³⁹, fez chegar ao cardeal patriarca um parecer sobre o Instituto de Serviço Social, onde expõe a situação crítica em que se encontrava a escola⁶⁴⁰. Entre as causas apontadas pelo cónego, a primeira refere-se aos conflitos na gestão interna do Instituto, havendo «falta de entendimento e de união entre as pessoas que dele se ocupam». Sobre as entidades oficiais, acusa-as de «falta de simpatia», por não recrutarem as jovens formadas pela escola. Mais uma vez, a questão da escassez financeira está presente, pois o Instituto «tem dívidas e não possui receitas suficientes para as despesas». Na sua perspectiva, o programa de estudos e a orientação pedagógica tinham, por um lado, demasiada «preocupação intelectualista», o que «[...] cansa e desanima as alunas e é desfavoravelmente apreciada por pessoas categorizadas», e, por outro, eram deficientes na «[...] preparação espiritual e moral das raparigas para a missão a que se destinam», ainda que visse esta situação compensada pelo facto das alunas integrarem movimentos católicos, como a Juventude Católica Feminina e a União Noelista. Por último, salienta a falta de interesse das raparigas pelos cursos ministrados no Instituto

⁶³⁷ Vide Anexo U: “Ex.ma Senhora D. Maria Leonor Correia Botelho [...]. Lisboa, 13 de Setembro de 1941”. Documento dactilografado com uma página. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁶³⁸ Vide Anexo V: “Ex.ma Senhora Condessa de Almoester [...]. Escalos de Cima, 3/X/1941”. Documento manuscrito com uma página: p. 1. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico (sublinhado conforme o documento).

⁶³⁹ António Avelino Gonçalves (1895-1981), sacerdote, formou-se em filosofia e teologia em Roma, onde foi ordenado em 1918. Foi cónego da Sé de Braga e arcediogo do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa. Foi o primeiro secretário-geral da Acção Católica Portuguesa, entre 1934 e 1947, e fundador do *Boletim da Acção Católica*. Assumiu ainda a direcção de outras publicações católicas, entre elas, o *Diário do Minho*, o jornal *Novidades* e a revista *Lúmen*. Enquanto importante impulsor do escutismo católico português, veio a fundar o Corpo Nacional de Escutas. Designado procurador à Câmara Corporativa pelo episcopado português, em representação da Igreja Católica, exerceu funções da V à VII Legislaturas (1949-1961), com pareceres na secção Interesses de ordem espiritual e moral (cf. Fontes, 2011: 353-361; Castilho, 2010: [n.p.]).

⁶⁴⁰ “Parecer sôbre o Instituto de Serviço Social. [1942]”. Documento dactilografado com duas páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/048.

de Serviço Social: «Êste ano só três raparigas requereram matrícula e uma delas não estava nas condições exigidas pela Directora Técnica». Falta de interesse, essa, que atribui aos conflitos internos na escola, à natureza do programa de estudos e da orientação pedagógica, à incerteza quanto a efectiva colocação laboral das alunas, e ainda à exigência de 21 anos como idade mínima para admissão aos cursos, já que «[...] as raparigas, concluído o liceu aos 18 ou 19 anos, não se resignam a ficar sem fazer nada até aos 21 anos completos e derivam, portanto, para outros destinos»⁶⁴¹.

Para Avelino Gonçalves, a situação crítica do Instituto de Serviço Social exigia do cardeal patriarca uma difícil resolução, com implicações directas na orgânica da escola. A primeira hipótese seria «manter o Instituto como obra da Igreja e procurar salvá-lo como tal», sendo para isso necessário: garantir condições financeiras à escola; reformar o programa de estudos e a orientação pedagógica, «[...] adaptando-os melhor ao fim que se tem em vista e ao condicionalismo português»; substituir a direcção da Associação de Serviço Social, a direcção do Instituto de Serviço Social, e a directora técnica, Marie-Thérèse Lévêque; e procurar um entendimento com as entidades oficiais, em particular com «[...] o Ministério da Educação Nacional, o Sub-Secretariado da Assistência Social e o Sub-Secretariado das Corporações, para garantir protecção ao Instituto e colocação do pessoal por ele formado». Caso não fosse possível adoptar aquelas medidas, o cónego via como preferível «deixar que o Instituto passe para a Obra das Mães e portanto para o Estado, ficando a Igreja a dedicar-lhe apenas os cuidados que tem, por exemplo, com a ‘Obra das Mães’, a ‘Mocidade Portuguesa’, etc...»⁶⁴². Este documento da autoria de Avelino Gonçalves, além de elucidar sobre um período de grande instabilidade interna e financeira no Instituto de Serviço Social, vem revelar uma discrepância de visões sobre a orientação pedagógica da escola, e respectivo programa de estudos, ambos à responsabilidade de Mlle. Lévêque. Em questão, a tónica atribuída à componente intelectual e técnica da formação, em detrimento de uma maior preparação moral e espiritual das alunas, o que terá impellido o assistente eclesiástico a sugerir a substituição da directora francesa.

As fontes históricas coligidas não exibem expressamente quais as decisões tomadas pelo cardeal patriarca, diante do parecer do cónego Avelino Gonçalves. No entanto, revelam o

⁶⁴¹ *Ibidem*: p. 1.

⁶⁴² *Ibidem*: p. 2 (sublinhados conforme o documento).

desânimo causado à condessa de Rilvas, quando delas tomou conhecimento, em reunião com D. Manuel Cerejeira:

«Depois da nossa última conversa fiquei c'um desalento tão profundo que chegou a revolta. Parece-me notar em V. Eminência uma tão grande falta de interesse pelo Instituto apesar de 7 anos de trabalho debaixo do mesmo telhado que fiquei magoadíssima até o fundo do coração»⁶⁴³.

A condessa de Rilvas reaviva que «quis dar á Igreja um meio d'acção de valor para o trabalho social», sendo que tal exigia «almas profundamente cristãs e dedicadas e espíritos superiormente formados», e assevera que as entidades que acolheram jovens formadas pelo Instituto de Serviço Social estavam de plena satisfação com a sua prestação, «sejam elas crentes ou não crentes». O intuito deste, e de outros argumentos, parece ter sido evitar uma decisão que, em Março de 1942, esteve na iminência de acontecer: o encerramento do Instituto de Serviço Social. Na sua missiva, a condessa de Rilvas procura explicar as consequências daquele desfecho, desde logo, o facto várias entidades estarem a aguardar por assistentes sociais e educadoras familiares, parecendo-lhe impossível «[...] cortar agora o ano lectivo, tendo justamente algumas alunas de valor a acabar o curso»⁶⁴⁴. No caso da OMEN, salienta que «[...] o encerramento do Instituto seria tremendo, privando-a de pessoal competente e portanto impossibilitando de levar por diante a criação dos seus centros sociais»⁶⁴⁵. Por último, faz referência à obrigação moral para com as alunas diplomadas, que veriam os seus diplomas inutilizados.

Resolvida a levar por diante o Instituto de Serviço Social, a condessa de Rilvas apresentou ao cardeal patriarca uma ampla proposta de reorganização da escola: «O Instituto ficaria autónomo, mas ligado á Obra das Mães e por ela subsidiado. A posição da Igreja Católica seria a mesma. A ela competiria a formação moral e religiosa (filosofia, moral, doutrina, encíclicas, etc) e tudo o que relaciona com os problemas moraes actuaes»⁶⁴⁶. O intuito seria, portanto, conservar a autonomia do Instituto de Serviço Social em relação ao Estado,

⁶⁴³ “Eminentíssimo Senhor Patriarca, antes de tudo [...]. Lisboa, 6 de Março de 1942” (carta da condessa de Rilvas ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com sete páginas: p. 1. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/006.

⁶⁴⁴ *Ibidem*: p. 6.

⁶⁴⁵ *Ibidem*: p. 4.

⁶⁴⁶ *Ibidem*: p. 5.

assegurar uma fonte de financiamento, e manter a dependência moral da Igreja. A direcção técnica da escola, até então assegurada por Marie-Thérèse Lévêque, passaria a compreender uma directora-geral, Maria Carlota Lobato Guerra⁶⁴⁷, duas directoras técnicas (Maria Leonor Botelho, para as assistentes sociais, e Adriana Antónia de Paiva Rodrigues, para as educadoras familiares), uma secretária-geral, Maria da Nazareth Palhinha, assistente social, e duas vogais, Maria Onélia de Aguiar Levy Fernandes e Yvonne Maria dos Reis Arruda Furtado, ambas educadoras familiares. A direcção técnica, constituída em exclusivo por antigas alunas do Instituto de Serviço Social, seria assistida de um conselho de direcção e administração, confiado a professores da escola e a um representante do Patriarcado de Lisboa, do Ministério da Educação, e da OMEN. Esta proposta surge, recorde-se, enquanto Maria Leonor Botelho coadjuvava Mlle. Lévêque em funções, a fim de a substituir no ano lectivo 1942/43. Trata-se, portanto, de uma reorganização interna que veio inviabilizar o que fora formalmente acordado com Maria Leonor Botelho⁶⁴⁸, isto, apesar daquela ter sido a jovem escolhida por Marie-Thérèse Lévêque para assumir o cargo de directora técnica, com a concordância do conselho de direcção da escola. De facto, na proposta da condessa de Rilvas, Maria Leonor Botelho, formada em 1939, estava contemplada na direcção técnica da escola, mas o cargo de directora-geral estava reservado a Maria Carlota Lobato Guerra, que só veio a concluir o curso em 1943. Ou seja, apesar de Maria Leonor Botelho ter sido a primeira opção para suceder a Mlle. Lévêque, circunstâncias externas à escola vieram a determinar o seu afastamento do topo da direcção técnica do Instituto de Serviço Social. Circunstâncias, essas, que podem ter sido motivadas ou sustentadas pelo parecer de Avelino Gonçalves, pois ao sugerir a substituição da direcção e da directora técnica da escola veio, de certa forma, descredibilizar as opções estratégicas e pedagógicas tidas por ambas.

Em Junho de 1942, a condessa de Rilvas reitera a sua proposta junto do cardeal patriarca, e informa que tinha como prioridade garantir os recursos financeiros para o ano lectivo em curso, já que estaria assegurado o subsídio da OMEN para 1942/43⁶⁴⁹. Todavia,

⁶⁴⁷ Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra (1907-2004), nascida em Lisboa, era filha do general José Augusto Lobato Guerra, chefe do Estado-Maior do Exército. Foi a 27.ª diplomada pelo Instituto de Serviço Social, tendo frequentado o curso de Serviço Social entre 1938 e 1943 (cf. Silva, 2017: 181-182).

⁶⁴⁸ Vide Anexo U.

⁶⁴⁹ Cf. “Eminentíssimo Senhor Patriarca, recebi a comunicação [...]. Lisboa, 16 de Junho de 1942” (carta da condessa de Rilvas ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com cinco páginas e apenso com

contrariando o parecer do assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social, e a pretensa vontade do próprio D. Manuel Cerejeira, comunica que vai manter Marie-Thérèse Lévêque no cargo de directora técnica durante o ano lectivo 1942/43, «[...] dando assim plena satisfação aos professores e, garantindo depois de um ano inteiro de trabalho com as técnicas que devem ficar no Instituto, uma sucessão capaz e bem aceite»⁶⁵⁰. Para inviabilizar, aliás, uma qualquer tentativa de objecção por parte do cardeal patriarca, a condessa de Rilvas adianta já ter celebrado contrato com Mlle. Lévêque, ficando esta «[...] prevenida e já está assente que a sua missão finda em Julho ou Agosto 1943»⁶⁵¹. Por último, acautela a necessidade de reconstituir a assembleia geral da Associação de Serviço Social, substituindo alguns elementos por outros «[...] mais conhecedores do assunto»⁶⁵².

As reestruturações de 1942 não trouxeram, porém, a estabilidade financeira desejada, nem conseguiram preservar a plena autonomia do Instituto de Serviço Social. Em Novembro de 1943, Maria Carlota Lobato Guerra, então directora-geral técnica da escola, fez chegar ao Patriarcado de Lisboa um texto elucidativo daquela problemática, a que intitula “Inconvenientes graves da subvenção solicitada para o I.S.S. ser dada pela O.M.E.N.”⁶⁵³. O documento faz referência a uma subvenção atribuída ao Instituto de Serviço Social pelo Ministério da Educação Nacional, através da OMEN, situação que havia propiciado um conjunto de interferências nos assuntos internos da escola:

«O facto da verba solicitada ao Ministério da Educação Nacional ser entregue ao I.S.S. – instituição particular – pela O.M.E.N. – instituição oficial – implica necessariamente uma dependência da primeira para com a segunda, dependência inevitável mesmo que fossem estabelecidas disposições regulamentares para a autonomia do Instituto»⁶⁵⁴.

sete páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/008.

⁶⁵⁰ *Ibidem*: p. 3. Esta “pretensa vontade” do cardeal patriarca fica subentendida por uma anotação gráfica (X) feita pelo próprio na missiva da condessa de Rilvas, junto ao excerto que informa sobre a manutenção de Marie-Thérèse Lévêque na direcção técnica, e que parece indicar a sua discordância sobre aquela matéria.

⁶⁵¹ *Ibidem* (apenso: p. 2).

⁶⁵² *Ibidem*: p. 4.

⁶⁵³ “Eminentíssimo Senhor, com os nossos mais [...]. [Lisboa], 9/XI/43” (texto de Maria Carlota Lobato Guerra ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com duas páginas e apenso com três páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/010.

⁶⁵⁴ *Ibidem* (apenso: p. 2).

Criada em 1936, ou seja, um ano após a abertura do Instituto de Serviço Social, a OMEN começou por ter objectivos muito vagos, que só gradualmente se viram definidos. Embora o responsável pela criação da OMEN, António Carneiro Pacheco⁶⁵⁵, então ministro da Educação Nacional, tivesse deixado a concretização do programa daquela organização feminina à livre iniciativa das suas dirigentes, não deixou de o marcar ideológica e politicamente. Segundo os seus estatutos⁶⁵⁶, cabia à OMEN estimular a acção educativa da família, assegurar a cooperação entre a família e a escola, e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais. A OMEN propunha-se actuar directamente nos seus centros, em reuniões públicas de propaganda, na imprensa, no teatro, no cinema e na rádio através de fundos provenientes das quotizações das associadas, de subvenções particulares ou públicas, e de subsídios do Ministério da Educação Nacional. Organização de filiação voluntária, a OMEN era constituída por comissões distritais que obedeciam à direcção e à Junta Central, e que tinham como hierarquia descendente as comissões municipais e as comissões paroquiais. A Junta Central, constituída por uma presidente, uma vice-presidente e vogais, era nomeada pelo presidente do Conselho, sob proposta do ministro da Educação Nacional. Por sua vez, a acção permanente da Junta Central era assegurada pela direcção, ou comissão executiva, junto da qual funcionavam ainda uma secretária-geral, uma comissão administrativa e o Centro de Estudos Educativos, competindo-lhes preparar as dirigentes para a acção educativa, manter uma biblioteca e publicar um boletim (cf. Pimentel, 2011: 205-214).

Na primeira reunião da OMEN, realizada em Julho de 1936, foi nomeada a Junta Central da organização, constituída por Maria do Carmo Fragoso Carmona, presidente de honra,

⁶⁵⁵ António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957), formou-se em direito na Universidade de Coimbra, tendo aí ocupado, em 1913, o lugar de professor catedrático. Profundamente católico, era monárquico e sidonista. Foi membro do conselho geral do Banco de Portugal (1922-1934), vice-reitor da Universidade de Lisboa (1931-1936), vogal e depois presidente da comissão executiva da União Nacional (1934). Foi como ministro da Instrução Pública e, mais tarde, da Educação Nacional (1936-1940), que a sua personalidade mais se fez sentir, com a remodelação das estruturas de ensino, que se mantiveram quase intactas até à reforma de Veiga Simão. A ele se deve a criação da disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação nos liceus e o restabelecimento do ensino da doutrina cristã em todas as escolas. São também do seu tempo o Conselho Permanente da Acção Educativa, a Junta Nacional de Educação, o Instituto de Alta Cultura, a Academia Portuguesa de História, e o Instituto Nacional de Educação Física. Criou, em 1936, a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN), e a Mocidade Portuguesa Feminina (MPF). O Governo concedeu-lhe, por fim, duas missões delicadas: embaixador extraordinário e plenipotenciário junto da Santa Sé (1940-1945); e, logo a seguir, embaixador de Madrid (1945-1953). Foi deputado à Assembleia Nacional na I e II legislaturas (1935-1942) e procurador à Câmara Corporativa por designação do Conselho Corporativo (cf. Castilho, 2010: [n.p.]; Castilho, 2009: [n.p.]; Vicente, 2000: 17-18).

⁶⁵⁶ Decreto-Lei n.º 26.893, de 15 de Agosto de 1936.

Laura Diogo da Silva de Melo e Faro, presidente efectiva, e Eugénia Soares de Oliveira e a condessa de Rilvas, ambas vice-presidentes. Até falecer, em 1945, a condessa de Rilvas foi a principal dirigente da OMEN, tendo influenciado muito os primórdios daquela organização e presidido à sua direcção executiva inicial. A esta última também pertencia a médica Maria Luísa van Zeller, que integrava a comissão de honra do Instituto de Serviço Social. A Junta Central da OMEN era ainda constituída por cinquenta vogais, entre as quais Maria Amélia Macedo dos Santos, Regina de Quintanilha e Maria Cândida Parreira, que constavam dos órgãos de administração do Instituto de Serviço Social.

Embora a OMEN tenha sido criada em 1936, a natureza das suas actividades não conseguiu, tão cedo, reunir um consenso. Se a OMEN, com o apoio inicial do Ministério da Educação Nacional, considerava ter uma função educativa, havia muitos que, no seio do regime, lhe atribuíam um carácter assistencial. Foi preciso chegar a 1943 para Maria Baptista Guardiola, então deputada e vice-presidente da OMEN, esclarecer na Assembleia Nacional que aquela organização feminina só prestava assistência na medida em que isso servia os seus fins educativos. Na sua argumentação, apresentou o balanço das actividades da OMEN para esclarecer que aquela organização desempenhava uma missão educativa, a partir de quatro âmbitos de intervenção: acção social; acção maternal; cantinas escolares; e famílias numerosas. Sobre a acção social, esta era desenvolvida nos postos de puericultura, nos lactários, nas creches e nos centros sociais, onde, para além da prestação de assistência, se fazia a educação moral e familiar da mulher. A abertura do primeiro centro social da OMEN ocorreu em 1940, no Bairro das Minhocas, em Lisboa. Nesse mesmo ano foi inaugurado em Cascais, sob orientação da assistente social Maria Leonor Botelho, um centro social com lactário e posto de puericultura, permanência com consultas médicas, e escola de ensino familiar e doméstico. Mantinha ainda cursos de formação de visitadoras familiares e outros de carácter ambulante, para reeducar as mães nas localidades rurais e piscatórias em redor da vila. Mais tarde, os centros “sociais” da OMEN passaram a ser designados de “educação familiar”, num período em que a assistência, que foi sempre escassamente exercida, cedeu lugar à missão “educativa” (cf. Pimentel, 2011: 277-281).

No texto remetido ao cardeal patriarca, em Novembro de 1943, Maria Carlota Lobato Guerra explica que a OMEN, embora sendo um organismo oficial, era estatutariamente

dirigida por elementos voluntários, na sua maioria com escassez de formação técnica e de experiência de trabalho social organizado. Nessas condições, argumenta que o Instituto de Serviço Social, enquanto centro de informações, de documentação e de realizações sociais, não podia «[...] submeter-se á intromissão e vigilância dum organismo tecnicamente inferior, incapaz de julgar das razões determinantes da sua actuação»⁶⁵⁷. A directora-geral técnica da escola elenca, inclusive, vários inconvenientes da subvenção atribuída à escola ser realizada por intermédio da OMEN: pressões exercidas pela direcção da OMEN sobre o Instituto de Serviço Social, para que membros e alunas participem nas suas atividades orgânicas, «[...] sem interesse para o Serviço Social, e com notório prejuízo do trabalho da Direcção do Instituto e da actividade escolar e profissional das alunas»; escolha arbitrária de alunas formadas para organizações da OMEN, sem consulta ao Instituto de Serviço Social, «[...] sob pretexto de que este, recebendo dinheiro da O.M.E.N. tem de aceder a todos os seus desejos sem direito de se pronunciar»; recusa sistemática, por parte da OMEN, em colaborar com o serviço de orientação e inspecção do Instituto de Serviço Social, «[...] tornando este, a-pezar-disso e mais uma vez, responsável pela pouca eficiência de certas das suas iniciativas sociais»; e, por fim, a inexistência de garantias na concessão do subsídio por intermédio da OMEN, visto o Ministério da Educação Nacional «[...] não poder obrigar oficialmente a O.M.E.N. a dispor duma verba a favor do I.S.S., mas apenas incitá-la a fazê-lo», sendo que o último subsídio só foi concedido «[...] depois de meses de atraso, á custa da ameaça de demissão da presidente da O.M.E.N. [...]»⁶⁵⁸. Maria Carlota Lobato Guerra conclui ser «[...] insustentável a situação de dependencia da O.M.E.N., atendendo a que isso representaria, em última análise, dependência directa do Estado», sendo vontade firme da direcção do Instituto de Serviço Social «[...] trabalhar só pela Igreja e para os seus fins [...]»⁶⁵⁹. Daqui se depreende que, no início da década de 1940, e apesar das graves dificuldades financeiras vividas pelo Instituto de Serviço Social, a sua direcção técnica não abdicou do espaço de autonomia em matéria de assuntos internos à escola, tendo se insurgido contra tentativas de interferência externa e admitindo, tão-somente, o aconselhamento moral por parte da Igreja Católica.

⁶⁵⁷ “Eminentíssimo Senhor, com os nossos mais [...]. [Lisboa], 9/XI/43” (texto de Maria Carlota Lobato Guerra ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com duas páginas e apenso com três páginas (apenso: p. 2). L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/010.

⁶⁵⁸ *Ibidem* (apenso: pp. 2-3).

⁶⁵⁹ *Ibidem* (apenso: p. 3).

Findo um ano, em Outubro de 1944, uma exposição sobre o Instituto de Serviço Social, assinada por membros da Associação de Serviço Social⁶⁶⁰, é dirigida ao recém-empossado ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata⁶⁶¹. O documento apresenta, com relativo pormenor, os primeiros dez anos de funcionamento do Instituto de Serviço Social (1935-1944), e respectivos resultados, para fundamentar um pedido de auxílio financeiro urgente aos poderes públicos: «A situação económica que foi sempre má, está a tornar-se desesperada, e o Instituto terá de cerrar as suas portas se aquele auxílio financeiro não fôr dado»⁶⁶². Entre os argumentos apresentados, a utilidade daquela obra, enquanto factor de progresso da vida social portuguesa, pois milhares de pessoas já haviam beneficiado com a acção das assistentes sociais e educadoras familiares. Sob uma perspectiva estritamente económica, é evocado o valor reduzido da verba solicitada, comparativamente aos custos para o Estado associados à manutenção de um estabelecimento de ensino oficial que realizasse obra educativa semelhante à do Instituto de Serviço Social. Seria então «[...] preferível auxiliar o que já está feito, em vez de deixar tudo perder para amanhã ser o Estado, com despesas imensamente superiores, a procurar por si estabelecer uma nova organização desde as raízes»⁶⁶³. Despesas, essas, que sofreriam um particular incremento ao ter em consideração os vencimentos do corpo de professores, que no Instituto de Serviço Social prestavam a sua dedicada colaboração em regime de total gratuidade.

A escola encontrava-se, segundo o documento, «[...] na mais crítica situação económica, tendo 159.050\$00 escudos de dívidas algumas das quais remontam á sua fundação

⁶⁶⁰ Signatários do documento, pela ordem elencada: condessa de Rilvas; Maria Leonor Corrêa Botelho; Lídia Maia Cabeça; Marcelo Caetano; Paulo Cunha; Isabel Maria Villa-Franca Gentil; Maria Baptista Guardiola; Maria Carlota de Magalhães Lobato Guerra; Maria de Jesus Ribeiro Lamego; Maria de Nazareth Telles da Silva Palhinha; Maria Angélica da Silva Pereira, viscondessa de Pernes; José Toscano Rico; Adriana Antónia de Paiva Rodrigues; Domingos Fezas Vital.

⁶⁶¹ José Caeiro da Mata (1883-1963), professor universitário, jurista, diplomata e político, licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra em 1905. Em 1922 foi nomeado administrador do Banco de Portugal, tendo desde então exercido importantes cargos públicos e políticos. Foi reitor da Universidade de Lisboa (1929-1933), ministro dos Negócios Estrangeiros (1933-1935), presidente da delegação portuguesa à Sociedade das Nações (1935-1938), embaixador de Portugal junto do governador de Vichy (1941-1944), ministro da Educação Nacional (1944-1947), novamente ministro dos Negócios Estrangeiros (1947-1950), presidente da Academia Portuguesa de História (1945-1963), e procurador à Câmara Corporativa (1957-1963). Publicou uma extensa bibliografia no domínio da jurisprudência e da história (cf. Castilho, 2010: [n.p.]; Castelo, 1999: 433-434).

⁶⁶² “Exposição acerca do Instituto de Serviço Social entregue ao Ministro da Educação Nacional em Outubro de 1944”. Documento dactilografado com sessenta páginas: p. 305. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Oficial / Educação / Educação-diversos (1928-1968), AOS/CO/ED-1G, Pasta 7, Fls. 303-362.

⁶⁶³ *Ibidem*: p. 306.

(despesas de instalação etc.) e que todos os anos aumentam mercê de um orçamento por natureza deficitária»⁶⁶⁴. Sobre o orçamento anual, e em termos de receitas, o Instituto de Serviço Social contava com a mensalidade das alunas dos cursos profissionais, sempre em número reduzido atendendo aos exigentes critérios de admissão, explicados pela «[...] própria natureza do Serviço Social cristão – baseado na vocação e dedicação total de quem a ele se dá – e conseqüentemente á necessária e severa escolha das aulas, exigida pelas suas graves responsabilidades futuras»⁶⁶⁵. De salientar que, sempre que uma aluna de escassos recursos possuía as qualidades consideradas necessárias a uma boa trabalhadora social, a escola isentava do pagamento das mensalidades. As receitas contavam ainda com as mensalidades das alunas dos cursos livres, cuja frequência era muito irregular. Retomando o texto “Inconvenientes graves da subvenção solicitada para o I.S.S. ser dada pela O.M.E.N.”, que Maria Carlota Lobato Guerra, directora-geral técnica da escola, fez chegar um ano antes ao cardeal patriarca, aquele não terá ocasionado o efeito desejado, visto que em 1944 ainda era receita da escola um subsídio atribuído pela OMEN, «[...] em virtude desse Organismo recrutar as técnicas dos seus Centros de educação entre as diplomadas do I.S.S.»⁶⁶⁶. Na ausência de fontes históricas, ficam por esclarecer quais as implicações da continuidade dessa subvenção para a preservação da autonomia do Instituto de Serviço Social, em matéria de assuntos internos, face às tentativas de interferência externa, por parte da OMEN, que ficaram anteriormente descritas. Por último, também constituía receita da escola os donativos dos sócios da Associação de Serviço Social.

As despesas tidas pelo Instituto de Serviço Social compreendiam a renda e despesas gerais do Palácio Mitelo, no Campo Mártires da Pátria, onde estava instalada a escola, os ordenados das técnicas e do pessoal “menor”, as despesas gerais e de material do Centro Social da Bempostinha, sediado em instalações anexas à escola e destinado à aplicação prática do ensino e, por fim, os custos com inspecção de serviços sociais, transportes, biblioteca e secretaria⁶⁶⁷. Fica ainda sublinhado que, anualmente, nos três ou quatro meses

⁶⁶⁴ *Ibidem*: p. 315.

⁶⁶⁵ *Ibidem*: p. 315.

⁶⁶⁶ *Ibidem*: p. 316.

⁶⁶⁷ Orçamento anual do Instituto de Serviço Social (1944/45). Fontes de receita (88.250\$00): mensalidades 56.250\$00; subsídio OMEN 30.000\$00; donativos dos sócios da Associação de Serviço Social 2.000\$00. Despesas (200.000\$00): renda e despesas gerais 32.000\$00; ordenados de onze técnicas 132.000\$00; ordenados de pessoal “menor” 12.000\$00; despesas gerais e material de ensino do Centro Social da

de férias das alunas não havia o recebimento de mensalidades, contudo, a escola tinha a obrigação de assegurar os honorários das técnicas e do pessoal “menor”, assim como as rendas e despesas gerais do Palácio Mitelo, já que a direcção técnica, a secretaria e o Centro Social da Bempostinha trabalhavam em permanência. Com três cursos ministrados e um centro social, os signatários do documento não hesitam em afirmar que o Instituto de Serviço Social era um estabelecimento de ensino modelar, e que o orçamento apresentado era modesto, face ao da maioria das escolas congéneres no estrangeiro:

«Comparando o valor deste Centro de cultura e de formação social com o da maioria das escolas de S.S. estrangeiras que, formando apenas Assistentes Sociais, [...] apresentam orçamentos muito superiores ao nosso, vê-se que são modestas as pretensões do I.S.S., em comparação com os grandes serviços por ele já prestados à cultura e à vida social portuguesa»⁶⁶⁸.

O sucessivo desequilíbrio financeiro, revela o documento, viu-se agravado no ano lectivo 1942/43, aquando da instalação do Instituto de Serviço Social no Palácio Mitelo. Por essa ocasião, a escola recorreu ao Ministério da Educação Nacional, do qual dependia para a concessão dos seus diplomas, tendo dele recebido 62.000\$00, através da OMEN. No ano lectivo seguinte, porém, o Ministério da Educação Nacional não pôde, por falta de verbas, auxiliar o Instituto de Serviço Social, cuja situação económica se tornou crítica ao ponto de, em Outubro de 1944, se conjecturar o seu encerramento: «[...] ver-se-à obrigado, apesar-do aumento de número de pedidos de admissão e do valor crescente das candidatas, a cessar toda a sua actividade se não lhe fôr assegurada sob o ponto de vista económico a sua situação futura»⁶⁶⁹.

Diante da fragilidade financeira que acompanhava o Instituto de Serviço Social desde a sua fundação, em 1935, coloca-se indubitavelmente a questão: como perdurou a escola, por uma década, naquelas condições? A resposta consta de um relatório encontrado no Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, desprovido de autor e datado de 1945⁶⁷⁰. Relata o documento que o Instituto de Serviço Social se terá mantido à custa do sacrifício

Bempostinha 12.000\$00; inspecção de serviços sociais, transportes, biblioteca e secretaria 12.000\$00. Défice orçamental = 200.000\$00 – 88.250\$00 = 111.750\$00. Cf. *ibidem*, p. 318.

⁶⁶⁸ *Ibidem*: p. 319.

⁶⁶⁹ *Ibidem*: p. 317.

⁶⁷⁰ Cf. “O Instituto de Serviço Social [...]. Lisboa, 9 de Julho de 1945”. Documento dactilografado com dezanove páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/014.

da direcção geral e técnica da escola, de um trabalho exaustivo das suas técnicas, de um tal restrito regime de economia que chegou a prejudicar a eficiência da acção desenvolvida, e ainda da generosidade de alguns benfeitores, entre os quais se destacam o Patriarcado de Lisboa e a condessa de Rilvas, recentemente falecida. Fica ainda patente que, em meados de 1945, o Ministério da Educação Nacional prometeu a concessão de uma verba ao Instituto de Serviço Social, para «[...] cobrir o deficit do orçamento apresentado, [...] que apenas permite garantir a sua existência sem admitir o desenvolvimento das várias actividades»⁶⁷¹. Sobre a generosidade dos benfeitores apurou-se, por exemplo, a existência de um empréstimo no valor de 40.000\$00, em 1944, feito por D. Ernesto Sena de Oliveira⁶⁷², e a doação de 34.000\$00, em 1945, pelo próprio D. Manuel Cerejeira⁶⁷³. Testemunho de outro gesto benevolente são as palavras de Maria Helena Beltrão, uma das primeiras alunas do Instituto de Serviço Social, entrevistada em 2005, e que salientam a figura de Lídia Maia Cabeça no auxílio financeiro àquela escola, designadamente, pelas facilidades concedidas no pagamento da renda do Palácio Mitelo: «Era uma grande protectora, e proprietária do edifício do Largo do Mitelo, onde hoje funciona o Instituto de Serviço Social. [...] Era ela que conseguia todas as facilidades ao Instituto, uma vez que este não tinha muitos meios económicos»⁶⁷⁴.

Durante o período em estudo na tese (1935-1946), se é verdade que a dependência financeira caracteriza o Instituto de Serviço Social, também há indícios de uma contenda da escola pela preservação da autonomia, entre outros, em matéria de vínculo legal. Em 1945, uma publicação apresenta o Instituto de Serviço Social como um estabelecimento de ensino particular, autorizado pelo alvará n.º 263, de 24 de Junho de 1937, e reconhecido pelo decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, e cujo suporte jurídico assentava na Associação de Serviço Social, aprovada primeiro como associação de beneficência, pelo alvará n.º 545, de 1935, e depois como associação cultural, pelo alvará n.º 227, de 20 de Dezembro de 1941. E, para elucidar eventuais dúvidas quanto à autonomia da escola face

⁶⁷¹ *Ibidem*: p. 18.

⁶⁷² Cf. “Declaro de recebi, por empréstimo [...]. Lisboa – 5 de Agosto de 1944”. Documento manuscrito com uma página. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/003.

⁶⁷³ Cf. “Recebi de Sua Eminência [...]. Lisboa – 9 de Agosto de 1945”. Documento manuscrito com uma página. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/006.

⁶⁷⁴ *Vide* Apêndice E: p. 2.

poder político instituído, fica explícito que «O Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado, mas sim uma instituição particular, pertencente à Associação de Serviço Social»⁶⁷⁵, isto, apesar de admitir conexões com vários organismos estatais.



Diagrama 2: Conexões entre o ISS e diversas entidades (1945)⁶⁷⁶

O relatório de 1945, encontrado no Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, de 1945, elucida sobre as diferentes conexões. Sob o ponto de vista legal, o Instituto de Serviço Social dependia da Associação de Serviço Social, sua legítima proprietária. Fundado por iniciativa da Igreja, a formação nele ministrada era inspirada e orientada pelos princípios sociais cristãos, havendo uma:

«[...] dependência directa da Igreja, [...] porém, meramente moral, para as questões de princípios, religiosos ou outros». Havendo ainda, junto da Associação de Serviço Social, um consultor assistente nomeado pela Autoridade Eclesiástica, a Igreja tinha sob aquela forma uma «[...] interferência indirecta no Instituto de Serviço Social, a qual se verificava também para as questões de ordem moral»⁶⁷⁷.

Entre os organismos estatais, o Ministério da Educação Nacional era o que tinha uma interferência mais expressiva nos assuntos internos do Instituto de Serviço Social, por via do decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, que estabeleceu os princípios gerais

⁶⁷⁵ [s.a.] (1945), *Instituto de Serviço Social*, Lisboa: Imprensa Lucas & C.ª: p. 5. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

⁶⁷⁶ Adaptação a partir de “O Instituto de Serviço Social [...]”. Lisboa, 9 de Julho de 1945”. Documento dactilografado com dezanove páginas; p. 15A. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/014.

⁶⁷⁷ *Ibidem*: p. 12.

de orientação e coordenação a que se submeteram os estabelecimentos de educação para o serviço social. Por via daquele diploma legal, o Ministério da Educação Nacional autorizou o funcionamento dos institutos destinados à formação de assistentes de serviço social, oficializou os planos de estudo e os programas, e autorizou a criação de cursos de especialização técnica, sob parecer da Junta Nacional de Educação. Também oficializou o diploma de assistente de serviço social, cuja atribuição dependia da prestação de provas perante um júri «[...] de três a cinco membros, nomeado pelo Ministério da Educação Nacional, com intervenção de professores dos institutos e uma delegada da Obra das Mães pela Educação Nacional»⁶⁷⁸. Determinou ainda que o título de assistente de serviço social seria circunscrito às diplomadas nos termos daquele decreto-lei.

As restantes conexões estabelecidas com organismos estatais tinham a sua justificação em cursos de especialização técnica. Com um curso de especialização rural estruturado desde 1944, o Instituto de Serviço Social contou com a colaboração de professores do Instituto Superior de Agronomia e com técnicos da Estação Agronómica Nacional, ambos na dependência do Sub-Secretariado de Estado da Agricultura, para ministrar o ensino. Com o Ministério das Colónias, e por incumbência do ministro das Colónias, a escola havia recentemente delineado um curso de especialização colonial, «[...] destinado a proporcionar mais adaptada preparação profissional às Assistentes Sociais e Educadoras Familiares que se proponham trabalhar no Ultramar»⁶⁷⁹. Por fim, semelhante ao que fizera com o sector rural, e ao que se propunha realizar no campo colonial, o Instituto de Serviço Social pretendia criar um curso de especialização no âmbito do trabalho social junto dos organismos corporativos, através do Sub-Secretariado de Estado das Corporações.

Ao longo desta tese, várias passagens têm mostrado que as principais entidades envolvidas na fundação do Instituto de Serviço Social, nomeadamente, o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux, pretendiam afastar daquele novo projecto quaisquer influências anti-religiosas. Em Fevereiro de 1935, recém-chegada a Lisboa, quando Marie-Thérèse Lévêque escreve a Marie d'Airolles, dirigente da UCSS, as suas palavras são disso testemunho: «L'idée du patriarce est que cette école devienne le point de départ d'une université catholique, désirée par tous les intellectuels

⁶⁷⁸ *Ibidem*: p. 14.

⁶⁷⁹ *Ibidem*: p. 15.

catholiques d'ici pour contrebalancer l'influence très grande des franc-maçonniques»⁶⁸⁰. Compreende-se, pois, a indignação do Pe. Abel Varzim, então professor no Instituto de Serviço Social, na carta particular que escreve a Oliveira Salazar, em finais de 1937, a propósito da abertura da Escola Normal Social, em Coimbra:

«Não serve [...] qualquer assistente social formada por qualquer escola que a si se apelide de escola de formação de Assistentes Sociais. Seria um erro gravíssimo. Falo nisso, porque me consta ter-se fundado em Coimbra, por iniciativa do Dr. Bissaia Barreto, uma escola dirigida por umas religiosas que S. Eminência se viu forçado a desautorar... sem competência intelectual nem moral que se pode esperar de tais escolas?»⁶⁸¹.

Médico, professor universitário e filantropo, Bissaya Barreto veio a cruzar-se com a Maçonaria nos seus tempos de estudante na Universidade de Coimbra. No primeiro congresso da União Nacional, em 1934, havia apresentado uma das teses decisivas para a abertura de escolas de serviço social em Portugal. Foi com a aquiescência da Junta da Província da Beira Litoral, por ele presidida, que a congregação Franciscanas Missionárias de Maria veio a fundar, em 1937, a Escola Normal Social. Sobre esta nova escola de serviço social, o Pe. Abel Varzim lança ainda o apelo a Oliveira Salazar: «Julgo dever chamar a atenção para este problema, a fim de ser convenientemente resolvido, pois não falta quem ande a baralhar o jogo para pôr cartas maçónicas na mesa»⁶⁸². Recorde-se o interesse, o papel e o envolvimento do cardeal patriarca de Lisboa e de D. Ernesto Sena de Oliveira, na abertura da primeira escola de serviço social em território nacional. Parece, pois, que na década de 1930, o serviço social moderno conseguiu captar o interesse da hierarquia da Igreja Católica em Portugal, enquanto campo de conhecimento e acção, na medida em que a sua apropriação podia, entre outros, beneficiar o projecto em curso de recristianização da sociedade portuguesa.

⁶⁸⁰ “Chère Mademoiselle, Madame de Rilvas étant [...]. Lisboa, 5 février 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque a Marie d’Airolles). Documento manuscrito com dez páginas: pp. 7-8. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁶⁸¹ “Ex.mo Senhor Presidente do Conselho [...]. 6/11/1937”. Documento dactilografado e manuscrito com seis páginas: pp. 5-6. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 16-21.

⁶⁸² *Ibidem*: p. 6.

Em nota final, refira-se um estudo sobre a fundação da Universidade Católica Portuguesa onde é revelado que, em 1964, o cardeal D. Manuel Cerejeira indicou à Congregação dos Seminários e Universidades, através de memorando,

«[...] três Institutos da Igreja em Lisboa, com mais de 600 alunos, que poderiam vir a ser integrados na futura Universidade: o Instituto de Serviço Social, fundado em 1935; o Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA), aberto pelos Institutos Religiosos em 1962; e o Instituto de Cultura Superior Católica, inaugurado pelo Patriarcado em Janeiro de 1964 com os cursos de Teologia, Filosofia e Ciências Religiosas. [...] estas instituições eram consideradas como núcleo embrionário da futura Universidade Católica» (Moreira, 1990: 206).

A missiva de Marie-Thérèse Lévêque vem, contudo, antecipar em três décadas os desígnios do cardeal patriarca de Lisboa e colocar o Instituto de Serviço Social, desde 1935, data da sua fundação, como potencial núcleo embrionário de uma universidade católica portuguesa.

CAPÍTULO 6 O DELINEAR DO CAMPO DO SERVIÇO SOCIAL

6.1 Organização do ensino e primeiros planos de estudos:

«o programa do Instituto será portanto de vida social»

Na segunda metade de 1934, a negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), em Paris, revelou-se determinante para a criação da primeira escola portuguesa de serviço social. Contudo, as decisões de natureza eminentemente pedagógica, como sendo a organização do ensino e o plano de estudos, ficaram pendentes da chegada de Marie-Thérèse Lévêque a Portugal. Compreende-se, pois, a insistência da condessa de Rilvas para que fosse enviada de Paris, o quanto antes, a futura directora técnica do Instituto de Serviço Social:

«Son Eminence est d'accord avec nos plans et je viens vous prier de mettre en route la personne que vous nous destinez. [...] Quand pourrez-vous envoyer notre monitrice? [...] je ne puis, ni ne veux faire un programme définitif sans que notre organisatrice soit ici et que nous puissions tout combiner avec l'Autorité Ecclésiastique»⁶⁸³.

A tão aguardada chegada só veio a ocorrer em Fevereiro de 1935, depois de Marie-Thérèse Lévêque reunir em Paris com Marie d'Airolles e com Yvonne de Robien, a experiente directora do Institut Familial et Ménager, para juntas esboçarem o plano de estudos a implementar no Instituto de Serviço Social⁶⁸⁴. Já em Lisboa, a directora francesa tê-lo-á redefinido, para que melhor se ajustasse à realidade portuguesa. Segundo a própria, a sua proposta terá merecido a aprovação integral pelo Patriarcado de Lisboa: «J'ai du présenter un programme d'études adapté un peu à la Constitution Portugaise, étudiée dans ce but, et tout un rapport qui a été entièrement approuvé par le Patriarcat»⁶⁸⁵. Por sua vez, as

⁶⁸³ “Lettre de Mme. de Rilvas à Mlle. d'Airolles. Lisbonne, 28 novembre 1934”. Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁶⁸⁴ Cf. “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁶⁸⁵ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com

disciplinas sob a regência de Marie-Thérèse Lévêque terão sido pensadas e estruturadas a partir do diagnóstico de realidades sociais concretas, sendo disso prova o testemunho de Maria Helena Beltrão, uma das primeiras alunas do Instituto de Serviço Social, entrevistada em 2005: «Penso que isso é que foi a inteligência de Mlle. Lévêque: estudou o meio. Ela passava a vida a visitar sítios para saber como é que as coisas se passavam cá, e a partir daí fazer as cadeiras... não sei como é que ela conseguia»⁶⁸⁶.

No final de 1936, o conselho de direcção do Instituto de Serviço Social fez chegar ao gabinete do Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, um relatório sobre o primeiro ano e meio de funcionamento da escola, onde é elogiada a prestação da directora francesa:

«Em boa hora foi efectuada essa escolha. Mlle. Lévêque, tendo ocupado cargos de alta responsabilidade em instituições sociais de França e Inglaterra, tem exercido o seu papel com uma segurança, uma maestria, uma competência e uma dedicação exemplares. Aproveitemos o ensejo para lhe render aqui as homenagens públicas que merece»⁶⁸⁷.

O relatório dá conta que, em 1935/36, o ensino estava organizado num ano de curso preparatório e dois de curso complementar. Estes últimos preparavam para o exercício de funções como assistente social⁶⁸⁸ (secção A), ou para o professorado do ensino familiar e doméstico (secção B). O relatório também remete para o folheto informativo do Instituto de Serviço Social, da autoria de Marie-Thérèse Lévêque, e que fora difundido na sessão inaugural de 17 de Março de 1935⁶⁸⁹, para fazer referência ao plano de estudos da escola. Plano esse que, segundo o conselho de direcção, omitia «[...] o lado prático, de aplicação, de ensino visual e de realização com que é dada a [...] Instrução», já que a formação das alunas transcendia os «conhecimentos livrescos»: «[...] a sua formação equilibrada e completa exige que todos os dias elas façam visitas, estágios, assistência, que entrem nos casebres dos pobres, que sondem as suas necessidades materiais e morais, que acompanhem as obras de ensino e de protecção social»⁶⁹⁰.

seis páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁶⁸⁶ Vide Apêndice E: p. 7.

⁶⁸⁷ Vide Anexo R: p. 2.

⁶⁸⁸ Em termos de nomenclatura, as fontes documentais acedidas sobre o Instituto de Serviço Social utilizam indiferenciadamente as expressões “assistente social” e “assistente de serviço social”.

⁶⁸⁹ Vide Anexo O.

⁶⁹⁰ Vide Anexo R: p. 1.

Da análise do folheto do Instituto de Serviço Social, distribuído em Março de 1935, e do relatório remetido ao Ministério do Interior em finais de 1936, foi possível elaborar um diagrama com a organização inicial do ensino naquela escola.

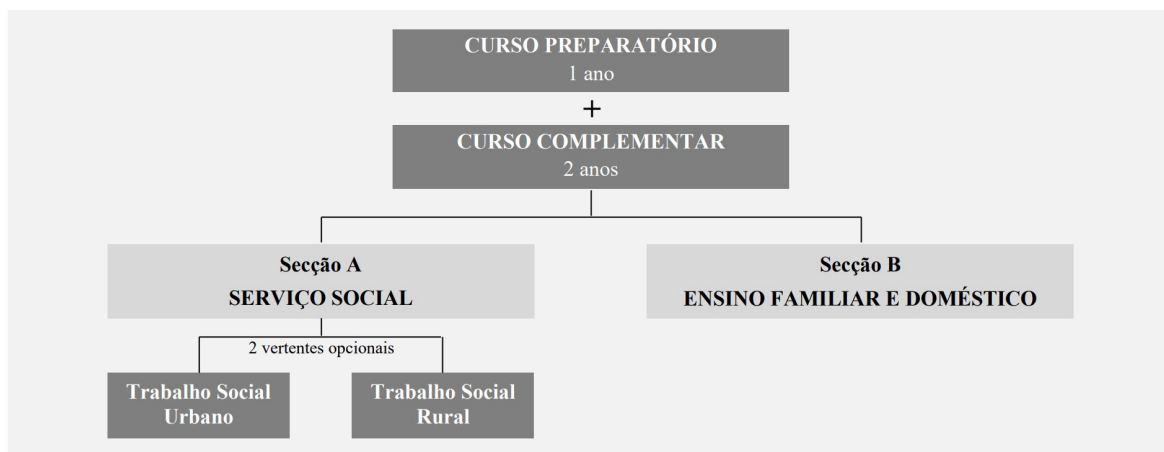


Diagrama 3: Organização do ensino no ISS (1935-36)

Em 1935, para as designadas alunas regulares, e que pretendiam desenvolver um trabalho profissional, o Instituto de Serviço Social exigia a «vocação primordial de servir» e a frequência de três anos de estudos completos, que conferiam o título de «profissional de serviço social». A escola prometia uma formação sólida, com a finalidade de «[...] desenvolver o sentido social das alunas e a sua personalidade, numa atmosfera viva de observações, de opiniões, de colaboração, pondo-as assim em condições de realizar plenamente o seu valor profissional»⁶⁹¹. Podiam ainda frequentar a escola, na qualidade de alunas ouvintes, as raparigas que desejassem «[...] obter sob o aspecto familiar e social uma formação susceptível de as ajudar na sua orientação ulterior»⁶⁹².

O curso preparatório, com a duração de um ano⁶⁹³, era obrigatório para as alunas regulares que pretendiam cursar os estudos completos, e que não tinham o diploma de enfermeira. Esta condição é reflexo do percurso formativo Marie-Thérèse Lévêque, que, previamente ao ingresso na École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux, obteve o diploma de enfermeira na Union des Femmes de France, uma sociedade de assistência

⁶⁹¹ Vide Anexo O: pp. 5-6.

⁶⁹² *Ibidem*: p. 7.

⁶⁹³ Excepcionalmente, o primeiro curso preparatório leccionado no Instituto de Serviço Social teve a duração de 6 meses (02/04/1935 a Outubro de 1935).

militar da Croix Rouge Française. Recorde-se que o certificado de estudos em enfermagem era uma exigência para as jovens que pretendiam candidatar-se à única escola de *surintendants d'usines* em França. Não menos significativo é o facto da UCSS e a sua fundadora, junto de quem a condessa de Rilvas procurou aconselhamento e orientação para a abertura de uma escola de serviço social em Portugal, terem sempre sustentado a complementaridade entre as correntes médico-social e do “social puro”, ao invés de assumir um posicionamento mais categórico. Marie d’Airoles mostrava-se, inclusive, em desacordo com a formação diferenciada que, em França, era ministrada a enfermeiras visitantes e a assistente sociais. De referir que, segundo o relatório de finais de 1936⁶⁹⁴, e durante o primeiro ano e meio de funcionamento da escola, nenhuma aluna regular foi dispensada do curso preparatório por ser detentora de um diploma de enfermagem.

No final do curso preparatório, as alunas regulares ingressavam no curso complementar, com a duração de dois anos. Podiam então optar pela secção A, se desejassem exercer funções como assistente social, ou pela secção B, inaugurada em Fevereiro de 1936, caso preferissem a via do ensino familiar e doméstico.

No final de 1935, o jornal *Novidades* anuncia que o Instituto de Serviço Social, tendo em vista preparar a mulher para a direcção de obras sociais, ou somente esclarecê-la quanto ao seu papel na família:

«[...] proporcionará às suas alunas uma *secção familiar* com cursos de puericultura, de psicologia da infância, de pedagogia e educação, de moral familiar e social, de enfermagem, etc. – que já estão sendo seguidos com bastante fruto pelas alunas da secção social, matriculadas e ouvintes»⁶⁹⁵.

Os cursos livres, que foram uma realidade desde a abertura do Instituto de Serviço Social, não só existiam para «[...] aperfeiçoar a sua educação doméstica em ordem a ser inteligentemente, no seu lar, uma boa dona de casa ou mãe de família»⁶⁹⁶, como também garantiam à escola uma fonte de receita adicional. Maria Helena Beltrão explica que, como o serviço social estava a emergir em Portugal, sendo ainda praticamente desconhecido, às

⁶⁹⁴ Vide Anexo R.

⁶⁹⁵ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.644, 14 de Dezembro (Sábado): p. 1 (excerto em “itálico” conforme o documento).

⁶⁹⁶ *Ibidem*.

alunas regulares não era exigida uma mensalidade muito elevada, vendo-se a escola na necessidade de encontrar formas alternativas de financiamento:

«Facilitava-se a frequência de aulas a pessoas que não tinham intenção de seguir o curso. [...] vieram mais duas francesas, Mlle. Rouver e Mlle. Huille, que davam cursos de cozinha, de costura, de corte, e isso ajudava na manutenção do Instituto, porque às alunas do curso de serviço social não se pedia uma participação económica muito grande, pois era um curso completamente desconhecido, ninguém sabia o que ia fazer»⁶⁹⁷.

De facto, da análise do preçário do Instituto de Serviço Social, em 1936, verifica-se que o valor da mensalidade para os estudos completos era significativamente inferior, quando comparado aos valores estipulados para a frequência de cursos avulsos, sobretudo os de índole prática, orientados para o ensino familiar e doméstico⁶⁹⁸.

A secção B, inaugurada em 1936, ficou sob a coordenação de Mlle. Marie Huille, diplomada pelo Institut Social Familial et Ménager de Paris, e vinda expressamente de França⁶⁹⁹. Recorde-se que, no início de 1935, antes de rumar a Lisboa, Marie-Thérèse Lévêque reuniu com Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris, e com Marie d'Airolles, presidente da UCSS, para esboçar o plano de estudos da futura escola portuguesa. Não admira, portanto, a semelhança entre ambas as escolas, no que se refere à organização do ensino: um ano de estudos generalistas, findo o qual as alunas optavam por cursar serviço social ou a vertente de ensino familiar e doméstico. Segundo Bouquet [et al.] (1995: 3-24), em 1932, quando o Estado francês passou a exigir o diploma de aptidão profissional para exercer o serviço social, assistiu-se a uma uniformização progressiva dos programas de estudos nas escolas, sem que se anulassem as respectivas especificidades. Neste sentido, é impreciso afirmar que, em 1935, a organização do ensino no Instituto de Serviço Social recebeu influência das escolas francesas de serviço social, tendo em conta a diversidade que as caracteriza (Bouquet [et al.], 1995: 3-24). Essa influência deve ser antes situada em duas escolas concretas: o

⁶⁹⁷ Vide Apêndice E: p. 4.

⁶⁹⁸ Cursos completos, teóricos e práticos: 100\$00/mês. Cursos teóricos, a escolher: 1 curso, 100\$00/ano; 2 cursos, 150\$00/ano; 3 cursos, 200\$00/ano. Cursos práticos, de ensino familiar e doméstico, a escolher: Cozinha, 1.º ano – 50\$00/mês, 2.º ano – 40\$00/mês; Corte, 1.º e 2.º ano – 50\$00/mês; Engomar, passar e remendar, 5 meses, 40\$00/mês; Ornamentação do lar, 5 meses, 40\$00/mês; Chapéus e flores, 4 meses, 40\$00/mês; Economia doméstica, 5 meses, 40\$00/mês. Cf. *Novidades*, 1936, Ano LI, n.º 12.983, 24 de Novembro (3.ª feira).

⁶⁹⁹ Cf. *A Voz*, 1936, Ano X, n.º 3.240, 29 de Fevereiro (Sábado).

Institut Social Familial et Ménager de Paris, e a École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux.

À semelhança dos dias que precederam a abertura do Instituto de Serviço Social, a secção B foi amplamente divulgada na imprensa católica, designadamente nos jornais *A Voz* e *Novidades*⁷⁰⁰. A este último, durante uma entrevista, Mlle. Huille explica que a criação da nova secção surge pela necessidade de «[...] preencher uma grande lacuna e completar habilmente o quadro da formação intelectual, moral e social da mulher portuguesa nos tempos modernos»⁷⁰¹. Segundo esclarece:

«Com o aumento das dificuldades da vida, aumentaram também as responsabilidades da dona de casa. Tem ela de cuidar do arranjo do lar e da educação dos filhos não à trouxe-mouxe, *à la diable*, como se costuma dizer, mas com arte, com critério, com inteligência. O próprio orçamento da casa deve merecer-lhe tóda a atenção, adaptando as despesas à receita, sem desequilíbrio, sem desastre para as necessidades da mesa e o aformoseamento do ninho familiar»⁷⁰².

Desenvolver tais competências parecia exigir «[...] uma certa formação, que não se adquire sem escola e sem tirocínio», pelo que «[...] a alta mentalidade que actualmente dirige os destinos espirituais deste Patriarcado, vai inaugurar [...] mais um curso no seu querido Instituto de Serviço Social – o curso de *'Ensino Familiar e Doméstico'*»⁷⁰³.

O programa de estudos da secção B fora cuidadosamente preparado e, de acordo com Mlle. Huille, continha os conhecimentos intelectuais necessários às mulheres do seu tempo:

«Há cursos de formação geral e especial e, enquanto uns a porão em contacto com a vida social, outros, tais como: psicologia, pedagogia, educação, moral familiar e social, lhes farão compreender melhor a extensão e a importância dos seus deveres, preparando-as para virem a ser excelentes mães de família de quem depende a formação dos homens de amanhã»⁷⁰⁴.

Para além do ensino teórico, o programa previa a realização de estágios, ministrados «[...] de maneira moderna e racional, com métodos concretos e práticos que tornarão o ensino

⁷⁰⁰ Vide Apêndice C.

⁷⁰¹ *Novidades*, 1936, Ano LI, n.º 12.715, 27 de Fevereiro (5.ª feira): p. 1.

⁷⁰² *Ibidem*.

⁷⁰³ *Ibidem* (excerto em "itálico" conforme o documento).

⁷⁰⁴ *Ibidem*: p. 2.

essencialmente vivo e interessante»⁷⁰⁵, onde as alunas, entre outros, desempenhavam as funções de donas de casa, organizavam e dirigiam as compras, e preparavam as refeições e os vestuários.

As alunas que frequentassem os estudos completos da secção B recebiam um diploma de ensino familiar e doméstico, que lhes podia «[...] abrir uma carreira nova e bem feminina de professoras de ensino familiar e doméstico», enquanto as que não desejassem o curso na íntegra, podiam escolher, entre as disciplinas teóricas e práticas, «[...] aquelas que mais lhes conviessem para completar a sua formação familiar e intelectual»⁷⁰⁶. Certo é que, ainda antes da sua inauguração, a mais recente secção do Instituto de Serviço Social conseguiu despertar o interesse das jovens portuguesas, inclusive das que residiam fora de Lisboa, conforme fez saber Mlle. Huille ao jornalista do *Novidades*: «Vê aquela aluvião de correspondência sobre aquela secretária? São cartas da província, pedindo informações e matrículas. Tem sido tal a afluência, que pensámos já em fundar um Pensionato Escolar feminino para as alunas vindas de fora da capital»⁷⁰⁷.

A secção de ensino familiar e doméstico veio a ser inaugurada a 29 de Fevereiro de 1936, numa sessão solene presidida pelo cardeal patriarca, ladeado por D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo de Mitilene, e por um representante de António Carneiro Pacheco, que havia recebido recentemente a pasta da Educação Nacional. A cerimónia contou com uma assistência numerosa e distinta. A sua principal oradora, Mlle. Huille, tomou a palavra para apresentar a nova secção da escola e revelar a sua dupla finalidade: «[...] para a formação de quadros, verdadeira *élite*, e no futuro, para a constituição de centros de educação familiar nas diferentes regiões de Portugal, destinadas às classes trabalhadoras»⁷⁰⁸. A ocasião foi aproveitada para esclarecer que os centros de educação familiar não pretendiam substituir a família, mas antes secundá-la, e ainda para vincar a necessária complementaridade entre as duas secções do Instituto de Serviço Social: «[...] a assistência social e o ensino doméstico devem complementar-se e não destruir-se»⁷⁰⁹. Uma segunda

⁷⁰⁵ *Ibidem*.

⁷⁰⁶ *Ibidem*.

⁷⁰⁷ *Ibidem*: p. 1.

⁷⁰⁸ *Novidades*, 1936, Ano LI, n.º 12.718, 1 de Março (Sábado): p. 1 (excerto em “*itálico*” conforme documento).

⁷⁰⁹ *Ibidem*.

figura francesa, Mlle. Geneviève Rouyer, veio depois juntar-se a Mlle. Huille, em Outubro de 1936, ficando ambas encarregues da leccionação na secção B: «A fim de retomarem os seus trabalhos já regressaram das suas férias as sr.as directora M.elle Leveque e a professora da secção doméstica M.elle Huille, que trouxeram de Paris uma nova professora auxiliar»⁷¹⁰.

O folheto informativo do Instituto de Serviço Social, difundido em Março de 1935, revela que a secção A, destinada à formação de assistentes sociais, compreendia duas vertentes opcionais: trabalho social urbano ou trabalho social rural⁷¹¹. A necessidade de criar uma especialização em trabalho social rural espelha a realidade com que se deparou Marie-Thérèse Lévêque ao chegar a Portugal, em meados da década de 1930, ou seja, um país francamente marcado pela ruralidade. A este propósito, escreve a condessa de Rilvas a Marie d’Airolles, sobre aquela decisão da directora francesa, semanas antes da abertura da escola: «[...] elle insistera beaucoup sur le service social rural auquel elle voudrait donner une grande extension, vu le caractère essentiel du pays»⁷¹². Por sua vez, Maria Helena Beltrão, aluna da secção A, é testemunho da sensibilização durante as aulas para o serviço social rural:

«Importa dizer que Mlle. Lévêque tinha uma grande simpatia pelo serviço social rural e puxava-nos muito para esta área e para nós vermos os problemas relacionados com o meio rural, pois nós não tínhamos esse contacto. [...] Mlle. Lévêque tinha muita esperança no serviço social de grupo e comunidade em trabalho rural. [...] andou por Portugal, foi à província e constatou a necessidade de actuar nessa área»⁷¹³.

Não obstante a diferenciação entre trabalho social urbano e rural, Marie-Thérèse Lévêque esclarece, em entrevista ao *Novidades*, que o Instituto de Serviço Social pretendia ser, tanto na cidade, como no campo, «[...] o promotor da criação *seriamente estudada* desses centros de assistência e de formação social popular, desejadas por todos os dirigentes actuais», com o simples desígnio de «melhorar o nível de vida»⁷¹⁴.

⁷¹⁰ *A Voz*, 1936, Ano X, n.º 3.478, 27 de Outubro (3.ª feira): p. 2.

⁷¹¹ Vide Anexo O.

⁷¹² “Mademoiselle, veuillez m’excuser [...]”. Lisbonne, 12 février 1935” (carta da condessa de Rilvas a Marie d’Airolles). Documento manuscrito com três páginas: p. 2. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁷¹³ Vide Apêndice E: p. 9.

⁷¹⁴ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.449, 31 de Maio (6.ª feira): p. 2 (excerto em “itálico” conforme o documento).

De acordo com o folheto informativo de 1935, as alunas regulares do Instituto de Serviço Social eram submetidas a vários momentos de avaliação⁷¹⁵. Havia lugar a exame no fim do curso preparatório, e no término de cada trimestre do primeiro e segundo anos do curso complementar. Todos os exames, até ao final do primeiro ano do curso complementar, eram de carácter eliminatório. Findo o curso preparatório, e caso a aluna obtivesse uma média suficiente, recebia um atestado de estudos preparatórios. O mesmo acontecia com as alunas que concluíssem os estudos de formação familiar e doméstica, na secção B. Por sua vez, as alunas com os estudos completos da secção A, e que realizassem com sucesso um exame final e geral, tinham direito a um diploma profissional de assistente social.

O relatório entregue ao Ministro do Interior, no final de 1936⁷¹⁶, apresenta o movimento de matrículas no Instituto de Serviço Social durante o primeiro ano e meio de funcionamento, ao que se optou por sistematizar essa informação num quadro para facilitar a leitura.

			Data de início	Alunas matriculadas	
				Regulares	Ouvintes
Curso Preparatório			02/04/1935	13	34 ⁷¹⁷
			02/12/1935	11	19
			02/12/1936	12	-----
Curso Complementar	Secção A: Serviço Social	1.º ano	15/10/1935	6	-----
			03/11/1936	5	-----
		2.º ano	03/11/1936	6	-----
	Secção B: Ensino Familiar e Doméstico	Inauguração	09/03/1936	-----	15
1.º ano		02/12/1936	4	30	

Quadro 1: Alunas matriculadas no ISS (Mar. 1935 – Dez. 1936)

Entre Março de 1935 e Dezembro de 1936, o Instituto de Serviço Social contou com 134 alunas, entre as quais, 36⁷¹⁸ matriculadas em regime regular e 98⁷¹⁹ matriculadas como ouvintes. Verifica-se, portanto, que apenas um quarto das alunas matriculadas naquele período pretendia cursar os estudos completos e obter habilitações para o exercício de um

⁷¹⁵ Vide Anexo O.

⁷¹⁶ Vide Anexo R.

⁷¹⁷ 20 das quais, inscritas somente para assistir a conferências.

⁷¹⁸ 13 + 11 + 12 alunas matriculadas.

⁷¹⁹ 39 + 19 + 15 + 30 alunas matriculadas.

trabalho profissional. Mais do que exercer ulteriormente uma profissão, a maioria das jovens procurava um complemento à sua formação pessoal, e uma melhor preparação para a vida familiar e social. Nesse sentido, as alunas ouvintes optaram por frequentar o curso preparatório e/ou a secção B, orientada para a formação familiar e doméstica, ao invés de cursarem na secção A, que preparava para o exercício de funções como assistente social.

Ao observar o quadro verifica-se que, na transição do primeiro curso preparatório para o curso complementar, o número de alunas regulares fica reduzido pela metade⁷²⁰. Situação, esta, que pode ser explicada pela reprovação no exame, de carácter eliminatório, a que se submetiam as alunas no término do curso preparatório. Maria Helena Beltrão, aluna regular do primeiro curso preparatório, revela ainda que as exigências do ensino propiciaram um número elevado de desistências:

«O primeiro ano foi muito duro e prova disso foi o facto de haver tantas desistências. Começámos dezasseis, três desistiram logo, por isso conto treze. Dessas, só seis é que continuámos, uma desistiu no último ano, foi para fora, era francesa. [...] só terminámos cinco. [...] Todas as outras raparigas que se inscreveram desistiram porque achavam o curso muito difícil, porque tinham dificuldades no estudo, porque o curso era muito exigente, tínhamos que nos levantar muito cedo [...]»⁷²¹.

No início de 1935, a organização do ensino no Instituto de Serviço Social, e respectivo programa de estudos, haviam merecido a aprovação do Patriarcado de Lisboa, conforme narra Marie-Thérèse Lévêque: «J'ai du présenter un programme d'études adapté un peu à la Constitution Portugaise, étudiée dans ce but, et tout un rapport qui a été entièrement approuvé par le Patriarcat»⁷²². Aliás, o primeiro folheto de divulgação da escola, custeado pelo Patriarcado de Lisboa, estreia com uma mensagem de D. Manuel Cerejeira, acompanhada pelo brasão episcopal, tornando evidente o patrocínio da Igreja Católica. Contudo, o ensino ministrado na escola só veio a ser reconhecido oficialmente quatro anos depois, com o decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, quando o Ministério da Educação Nacional estabeleceu os princípios gerais a que se deviam submeter os

⁷²⁰ Eram 13 as alunas regulares matriculadas no primeiro curso preparatório do Instituto de Serviço Social, sendo que apenas 6 transitaram para o primeiro ano do curso complementar (secção A).

⁷²¹ Vide Apêndice E: pp. 6, 8.

⁷²² “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

estabelecimentos de educação para o serviço social, a saber, o Instituto de Serviço Social, em Lisboa, e a Escola Normal Social, fundada em 1937, em Coimbra. Naquela data, foram então aprovados o plano geral de estudos de ambas as escolas, sendo regulada «[...] a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional»⁷²³.

O diploma oficial manifesta apreço por todos os esforços empreendidos para elevar o nível de vida da população portuguesa, desde que apoiados em «sãs doutrinas» e «verdadeiro espírito social», e enaltece a:

«[...] criação de escolas de formação social onde se habilitem raparigas, até da melhor condição social, para exercerem junto das fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva e de obras similares uma acção persistente e metódica de múltiplos objectivos – higiénicos, morais e intelectuais –, em contacto directo com famílias de todas as condições»⁷²⁴.

Para além de elencar o campo de acção das assistentes sociais, o decreto-lei também veio afirmar a jurisdição profissional do serviço social, ao exigir a quem nele trabalhasse, «a par de vocação natural», também uma «mentalidade especialmente formada e firme sentido social», apenas adquirida numa escola oficialmente reconhecida.

Por considerar que as «obreiras do serviço social» tinham uma influência decisiva nos meios em que actuavam, «designadamente entre as famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis», o Governo decidiu regulamentar o ensino conducente à formação de assistentes de serviço social, para que o mesmo «jamais possa desviar-se do sentido humano, corporativo e cristão». Pelo Ministério da Educação Nacional, e dentro do quadro dos estabelecimentos do ensino particular, foi autorizado o funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes de serviço social, para «[...] assegurar-se a satisfação das necessidades de pessoal técnico, tanto para os serviços públicos como para as instituições particulares que, em qualquer forma da sua actividade, se proponham fins de educação e auxílio social»⁷²⁵. O diploma previa ainda que as escolas de formação social tivessem organização diferenciada e autónoma, e que a sua direcção fosse constituída por

⁷²³ Vide Anexo W: Decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, p. 1404.

⁷²⁴ *Ibidem*: p. 1403.

⁷²⁵ *Ibidem*: p. 1404.

peças de nacionalidade portuguesa, sem embargo de se autorizar a contratação de professores estrangeiros, quando o ensino assim o exigisse, e podendo aqueles integrar um conselho técnico, o que, aliás, já acontecia com Marie-Thérèse Lévêque, que desde 1935 vinha assumindo a direcção técnica do Instituto de Serviço Social.

O diploma legal de 1939 previa a revisão bienal dos planos de estudos e programas das escolas de formação social, mas a primeira emenda oficial só ocorreu em 1956, com o decreto-lei n.º 40.678, de 10 de Julho, quando o Ministério da Educação Nacional inseriu «[...] disposições pertinentes ao funcionamento de escolas destinadas à formação de assistentes sociais, de assistentes familiares e de monitoras familiares»⁷²⁶. É então que o curso de serviço social passa a compreender quatro anos, são realizadas modificações no seu plano de estudos, e é fixada a orgânica dos cursos de educação familiar, até então sem aprovação oficial, mas que tinham sido «[...] cuidadosamente estudados e experimentados desde 1936, o que permite adoptá-los com segurança, como sendo os mais adequados às necessidades e possibilidades da actual situação portuguesa, bem como às do previsível futuro mais próximo»⁷²⁷.

Apesar da primeira revisão oficial ao plano de estudos de serviço social ter ocorrido em 1956, uma fonte documental revela a existência de alterações anteriores a essa data, no que se refere ao Instituto de Serviço Social. Trata-se da exposição sobre aquela escola, assinada por membros da Associação de Serviço Social, que em Outubro de 1944 foi dirigida ao ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata⁷²⁸. Comparativamente à organização do ensino que vigorava no Instituto de Serviço Social em 1935-36, a exposição de 1944 mantém o primeiro ano comum, de preparação geral, seguindo-se a opção pela vertente de assistente de serviço social, «[...] cuja acção consiste na educação ou reeducação integral das famílias de que se ocupam e no melhoramento económico e social das suas condições de vida», ou pela vertente de educadoras familiares, «[...] que ministram o ensino familiar e doméstico formando os diversos meios moral e tecnicamente, preparando sobretudo a

⁷²⁶ Decreto-lei n.º 40.678, de 10 de Julho de 1956: p. 1083.

⁷²⁷ *Ibidem*.

⁷²⁸ Cf. “Exposição acerca do Instituto de Serviço Social entregue ao Ministro da Educação Nacional em Outubro de 1944”. Documento dactilografado com sessenta páginas. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Oficial / Educação / Educação-diversos (1928-1968), AOS/CO/ED-1G, Pasta 7, Fls. 303-362.

mulher para a sua missão de mãe de família e dona de casa»⁷²⁹. Porém, ao invés dos três anos previstos no programa de estudos de 1935-36, e inclusive no decreto-lei 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, os cursos completos tinham em 1944 a duração de três anos e meio. Por último, constata-se a presença de um curso de donas de casa, com a duração de um ano, que veio a substituir a frequência livre de disciplinas por raparigas que procuravam uma melhor preparação para os papéis de esposa e mãe:

«[...] Tendo-se verificado que o aproveitamento e a formação das alunas podia melhorar muito com um programa adequado, em vez da sua composição ser deixada à livre vontade das alunas, resolveu o I.S.S., tendo em vista o máximo rendimento do seu ensino organizar a partir do ano lectivo de 1941-42 um curso muito especialmente estudado para Donas de Casa [...]»⁷³⁰.

As fontes documentais coligidas mostram ter havido no Instituto de Serviço Social, pelo menos, três planos de estudos entre 1935 e 1944: o inaugural, que figura no primeiro folheto de divulgação da escola⁷³¹; o que em 1939 foi reconhecido oficialmente⁷³²; e o que consta da exposição feita ao ministro da Educação Nacional, em 1944⁷³³. O facto de existir um plano de estudos em vigor sem reconhecimento oficial, e um plano de estudos com alterações prévias à primeira revisão oficial, sugere que o Instituto de Serviço Social era dotado de autonomia técnica e pedagógica perante o ministério competente em matéria de educação, a saber, o Ministério da Educação Nacional. Autonomia, essa, que seria apanágio da direcção técnica do Instituto de Serviço Social, cargo assumido por Marie-Thérèse Lévêque desde a fundação da escola até ao Verão de 1944.

Os três planos de estudos antes referidos foram retratados num quadro. Para facilitar a leitura e análise comparativa, as disciplinas dos planos de 1935 e 1944 foram agrupadas segundo os mesmos critérios de categorização presentes no plano de estudos do diploma legal de 1939: vida física e suas perturbações; vida mental e moral; vida social; serviço social e seu funcionamento; e estágios, visitas e outra formação prática⁷³⁴.

⁷²⁹ *Ibidem*: p. 312.

⁷³⁰ *Ibidem*: p. 361.

⁷³¹ *Vide* Anexo O.

⁷³² *Vide* Anexo W.

⁷³³ *Vide* Anexo X: Planos de estudos do Instituto de Serviço Social, 1944.

⁷³⁴ *Vide* Apêndice I: Quadro comparativo dos planos de estudos do Instituto de Serviço Social (1935, 1939, 1944).

Uma primeira leitura do quadro faz realçar, de imediato, a maior expressividade do ensino teórico no plano de estudos de 1935, por comparação aos planos de estudo de 1939 e 1944.

No que concerne ao curso conducente à formação de assistentes sociais, o peso relativo da área disciplinar “vida física e suas perturbações” é semelhante nos três planos de estudos, apesar das diferenças encontradas na nomenclatura. As disciplinas incidem, sobretudo, nos saberes elementares de enfermagem, na puericultura, na educação física, na profilaxia, higiene e assistência social (pré-natal, infantil, escolar, das “doenças sociais”), na profilaxia das doenças e intoxicações profissionais, e ainda na higiene e urbanismo. Já a profilaxia, higiene e assistência social no domínio da saúde mental só surge nos planos de estudos de 1939 e 1944. As alunas deparavam-se com a maioria das disciplinas desta área disciplinar no primeiro ano, para colmatar a ausência de conhecimentos em enfermagem. Recorde-se que, na abertura do Instituto de Serviço Social, era exigida a frequência do curso preparatório a todas as alunas regulares, ou seja, que pretendiam cursar os estudos completos, no caso de não serem detentoras do diploma de enfermeira.

A área disciplinar “vida mental e moral”, ao contrário da “vida física e suas perturbações”, sofre alterações significativas nos planos de estudos de 1939 e 1944. O plano de estudos inaugural compreendia vários domínios da psicologia (geral, experimental, da infância) e da psiquiatria (doenças mentais, anomalias mentais, reeducação de anormais, criminalidade infantil, infância desamparada, toxicomania), pedagogia e educação, moral familiar e social, e ainda o estudo de encíclicas sociais. Já nos planos de estudos de 1939 e 1944, ao invés de várias disciplinas autónomas de psicologia, passa a constar apenas uma, que integra em simultâneo a psicologia, a pedagogia e a educação. O espaço outrora ocupado por aquelas áreas do saber é tomado pela filosofia, pela formação moral, e por uma disciplina de cultura religiosa/religião transversal aos três anos de curso. A psiquiatria, essa, passa a ser inexistente. Uma nova disciplina, orientação profissional, passa a constar do plano de estudos de 1944.

Fenómeno semelhante ocorre na área disciplinar consignada à “vida social”, onde se verifica a redução expressiva, e inclusive supressão, de várias disciplinas no âmbito das ciências sociais, nos planos de estudos de 1939 e 1944. Nestes, mantêm-se as disciplinas

de direito (constitucional, civil, criminal, penal) e de economia política e social, previstas no plano de estudos inaugural. Já a disciplina de demografia, autónoma em 1935, integra a de economia política em 1939, e passa a inexistente em 1944. Situação mais flagrante é aquela verificada numa panóplia de disciplinas relativas à assistência (legislação sanitária e flagelos sociais, história da assistência em Portugal e no estrangeiro, legislação de assistência, regime de gerência e regime financeiro da assistência, realizações de assistência pública e privada, funcionamento dos serviços públicos), reduzida a uma única disciplina (história e legislação da assistência), que é posteriormente ramificada em duas (história da assistência, legislação da assistência), nos planos de estudos de 1939 e 1944, respectivamente. Uma disciplina de âmbito mais abrangente, que reunia uma síntese de vários temas sociais, também deixa de constar dos planos de estudos posteriores a 1935, assim como as conferências dedicadas à protecção da maternidade em Portugal e no estrangeiro, e às relações industriais. A sociologia, disciplina que no plano de estudos de 1935 era leccionada nos dois últimos anos de curso, é omissa em 1939 e 1944. Por sua vez, em 1944, uma disciplina insólita passa a incluir a área disciplinar da “vida social”, estendendo-se aos três anos de curso: cultura musical.

A literatura actual refere que em Portugal, nos anos 1930, a sociologia não tinha autonomia enquanto campo disciplinar, estatuto que só veio adquirir em 1955, quando entrou no Instituto Superior de Agronomia sob a designação “História da agricultura. Sociologia rural”. Antes daquela data, somente é reconhecido que alguns académicos portugueses, sobretudo na Universidade de Coimbra, importaram conceitos e métodos, na esteira da sociologia experimental de Le Play, para depois os aplicar ao estudo das condições de vida das populações (cf. Cruz, 2000b: 466-467). O presente estudo, porém, vem revelar a existência de uma disciplina autónoma de sociologia no plano de estudos do Instituto de Serviço Social, duas décadas antes de 1955, embora as fontes documentais coligidas nada mencionem sobre os respectivos conteúdos programáticos. O único possível de adiantar é a informação veiculada pelo jornal *A Voz*⁷³⁵, que atribui a regência daquela disciplina, em 1935, ao cónego Almeida Correia⁷³⁶, nacionalista e reputado jornalista católico. A própria

⁷³⁵ Vide Anexo Y: *A Voz*, 1935, Ano IX, n.º 3.151, 27 de Novembro (4.ª feira): p. 1.

⁷³⁶ José de Almeida Correia (1881-1957), estudou no Seminário de Nossa Senhora da Esperança, em Viseu, e foi ordenado sacerdote em 1904. Participou activamente na reacção católica, sobretudo enquanto sacerdote, jornalista e político. Figura importante do Nacionalismo Católico, e tenaz defensor dos ideais monárquicos e valores nacionalistas. Enquanto construtor do Centro Católico Português (CCP), foi um dos responsáveis pela

imprensa da época, nomeadamente o jornal *Novidades*, faz menção explícita à disciplina de sociologia, e valoriza a componente de estudos sociais a vigorar no Instituto de Serviço Social:

«O programa do Instituto será portanto de vida social. Preparará as suas alunas no conhecimento físico e moral dos indivíduos e no do meio social em que vivem. [...] A moral, a psicologia geral, o direito usual, a legislação da assistência, economia política, a sociologia, as encíclicas sociais, a higiene, a Assistência, a Psiquiatria etc., etc., serão aí estudadas nas suas relações com a formação geral das alunas e com o trabalho social prático a que esta deve logicamente conduzir»⁷³⁷.

Na década de 1930, e contrariamente ao que acontecia em Portugal, a sociologia existia em França como campo disciplinar reconhecido e, inclusive, figurava nos planos de estudos de escolas de serviço social. A título exemplificativo, remeta-se para um episódio ocorrido durante a negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux, no final de 1934⁷³⁸: Marie d'Airolles sugere à condessa de Rilvas que constitua um conselho de administração na futura escola de serviço social portuguesa, com figuras de reconhecida influência na sociedade, e aponta como essencial a presença de um teólogo, um sociólogo e um médico. Todavia, apesar dos órgãos de administração do Instituto de Serviço Social terem sido constituídos em consonância com as orientações de Marie d'Airolles, a presença de um sociólogo foi omitida.

No início de 1935, Marie-Thérèse Lévêque reuniu em Paris com Marie d'Airolles e com Yvonne de Robien, directora do Institut Familial et Ménager, para trabalhar no primeiro esboço do plano de estudos a implementar no Instituto de Serviço Social⁷³⁹. Sob influência daquela escola francesa, compreende-se que o plano de estudos inaugural do Instituto de Serviço Social tenha atribuído relevo à área das ciências sociais e humanas. Isto, pois em 1934 disciplinas como fundamentos e princípios de sociologia, direito, economia política,

elaboração do seu programa político, tendo sido eleito deputado pelo círculo de Leiria nas listas do Centro Católico, no acto eleitoral de 28 de Abril de 1918. A partir de 1943, assumiu a paróquia de São José, em Lisboa, onde veio a falecer (cf. Alves, 2012: 167; Marques, 2000: 172).

⁷³⁷ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.374, 15 de Março (6.ª feira): p. 6.

⁷³⁸ “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287; & “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. [décembre] du 34”. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

⁷³⁹ Cf. “Mlle. d'Airolles à Mme. Rilvas. Paris, le 27 novembre 1934”. Documento dactilografado com quatro páginas. L.d.: CNAEF (Paris), Fundo UCSS / 5 LA 49, Dossier 287.

psicologia e pedagogia, eram ministradas no Institut Familial et Ménager de Paris⁷⁴⁰. Semanas depois, já em Lisboa, Marie-Thérèse Lévêque ficou responsável pela estruturação final do plano de estudos do Instituto de Serviço Social, sendo natural que tenha havido durante esse processo a influência do seu próprio percurso formativo. No que concerne à área disciplinar das ciências sociais, a directora francesa recebera noções de sociologia durante a frequência, em Paris, da École des Surintendants d'Usines (1925-1926) e, mais importante, cursara um ano de estudos sociais em Londres, no Sociology, Social Studies and Economics Department, do Bedford College for Woman (1932-1933). Facto é que, apesar de figurar expressivamente no plano de estudos de 1935, a área de estudos consignada à “vida social” encontrava-se despojada de disciplinas consideradas nucleares nos dois planos de estudos subsequentes. Se é possível que a explicação para o sucedido esteja em ajustamentos feitos ao plano de estudos, sob a responsabilidade de Marie-Thérèse Lévêque, não menos verosímil é a hipótese de terem sido factores externos à vontade da directora francesa, designadamente políticos e/ou culturais, a desvirtuar o plano de estudos inicialmente concebido para o Instituto de Serviço Social.

No que respeita à área disciplinar “Serviço social e seu funcionamento”, os três planos de estudos apenas contemplam, no primeiro ano do curso, disciplinas dedicadas à formação técnica e administrativa. Disciplinas, essas, cujas matérias distam dos fundamentos do serviço social, à excepção do conteúdo sobre a realização de inquéritos e visitas sociais. As restantes disciplinas do plano de estudos de 1935 são, contudo, basilares para a sustentação da acção de um assistente social, com noções relativas aos métodos tradicionais do serviço social (família, grupo, instituição), e cursos/conferências sobre a organização de centros sociais, os centros de educação familiar, e as conferências internacionais de serviço social. Acresce, ainda, a abordagem deontológica à profissão, com uma disciplina de moral profissional do trabalhador social e, por fim, a realização prática de inquéritos do serviço social. Este conjunto de disciplinas, próprias do serviço social e elementares à formação de futuras profissionais, não consta no plano de estudos de 1939. Em seu lugar, figuram disciplinas no âmbito da organização social corporativa (acção social e corporativismo, sindicatos nacionais, organização social agrícola, casas do povo), e da organização social da indústria, à excepção de duas, orientadas para os centros sociais e as bibliotecas. Por sua

⁷⁴⁰ Cf. Robien, Yvonne de (1934), “Une carrière de service social. Les centres d'éducation familiale”. *Études. Revue Catholique d'Intérêt General*, n.º 219, pp. 26-34. L.d.: Bibliothèque Nationale de France (gallica.bnf.fr).

vez, o plano de estudos de 1944 vem retomar, nos dois últimos anos de curso, a disciplina de serviço social, embora sem discriminar as temáticas abordadas.

Ao comparar os dois primeiros planos de estudos do Instituto de Serviço Social, afigura-se novamente a pergunta: a supressão de disciplinas basilares ao serviço social, que integravam o plano de estudos inaugural, foi uma opção pedagógica de Marie-Thérèse Lévêque, directora técnica da escola, ou factores externos impuseram-se à sua vontade? O parecer que o assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social remeteu ao cardeal patriarca, em 1942, vem evidenciar a segunda hipótese. Na perspectiva de Avelino Gonçalves, o programa de estudos e a orientação pedagógica no Instituto de Serviço Social tinham, por um lado, demasiada «preocupação intelectualista», o que «[...] cansa e desanima as alunas e é desfavoravelmente apreciada por pessoas categorizadas», e, por outro, eram deficientes na «[...] preparação espiritual e moral das raparigas para a missão a que se destinam». Sugere, então, que se reforme o programa de estudos e a orientação pedagógica, «[...] adaptando-os melhor ao fim que se tem em vista e ao condicionalismo português», e se substitua a direcção da Associação de Serviço Social, a direcção do Instituto de Serviço Social, e a sua directora técnica⁷⁴¹. Este documento sugere uma manifesta discrepância de visões sobre a orientação pedagógica da escola, e respectivo programa de estudos, ambos à responsabilidade de Marie-Thérèse Lévêque. Em causa, a tónica atribuída à componente intelectual e técnica da formação, em detrimento de uma maior preparação moral e espiritual das alunas. Não admira, pois, que o Patriarcado de Lisboa possa ter interferido *a posteriori* no plano de estudos inaugural do Instituto de Serviço Social, para o tornar mais consonante com o projecto católico de recristianização da sociedade, e menos orientado para a formação teórica e profissional das alunas.

A vertente prática da formação integrava o programa de estudos das futuras assistentes sociais ao longo de todo o curso, havendo a salientar que as áreas de estágio se mantêm constantes nos três planos de estudo analisados. No primeiro ano de curso prevalecem as áreas da saúde e médico-social, com estágios a decorrer em serviços hospitalares (cirurgia, medicina, pediatria), e em creches e escolas infantis. No segundo ano prosseguem as

⁷⁴¹ “Parecer sôbre o Instituto de Serviço Social. [1942]”. Documento dactilografado com duas páginas, pp. 1-2. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/048.

mesmas áreas de estágio, embora predomine a médico-social (institutos e dispensários de profilaxia e higiene social, maternidades, lactários, creches), e haja uma primeira incursão em instituições orientadas para a acção social (centros sociais, instituições especializadas em ensino familiar e doméstico). No último ano do curso prevalecem os estágios ditos “sociais”, em serviços de protecção à maternidade e à infância (normal e delinquente), em serviços especializados (hospitais, dispensários de higiene social, sanatórios, fábricas, organizações corporativas, obras de educação popular, centros de orientação profissional, bibliotecas), em centros sociais, e em instituições especializadas em ensino familiar e doméstico. De realçar que, no plano de estudos de 1944, e após o terceiro ano do curso, segue-se um estágio final de noventa dias de trabalho social efectivo, com apresentação de relatório, no Centro Social da Bempostinha, anexo ao Instituto de Serviço Social.

A par dos estágios, a formação prática também compreendia visitas de estudo a instituições e outras realizações sociais, nas áreas da saúde, médico-social, social e outras⁷⁴². Por sua vez, os estágios e as visitas sociais faziam-se acompanhar de trabalhos práticos. Em 1935, o plano de estudos previa que as alunas, entre outros, realizassem inquéritos sobre as condições de vida e de trabalho em meios diversos, constituíssem processos familiares, e elaborassem monografias sobre realizações ou instituições sociais. Os trabalhos práticos também figuram no plano de estudos de 1939, embora com menor detalhe, e no de 1944⁷⁴³.

No final de 1936, o relatório entregue pelo conselho de direcção do Instituto de Serviço Social ao Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, é elucidativo da importância que a escola conferia ao ensino prático:

«Queremos focar em separado, porque lhe atribuímos uma importância decisiva, a faceta prática do nosso ensino. As nossas alunas [...] estudam enfermagem nos hospitais, puericultura nas creches, nas escolas e jardins infantis, assistência social nas misericórdias, nas fábricas, nos lares miseráveis. A direcção dos estágios – exercida com superior proficiência – é essencial na educação das nossas raparigas»⁷⁴⁴.

⁷⁴² Vide Anexo X, no que concerne ao plano de estudos de 1944 (coluna “visitas de estudo”, no “curso geral do I.S.S.” e no “curso de assistente social”).

⁷⁴³ Vide Anexo X, no que concerne ao plano de estudos de 1944 (coluna “trabalhos das alunas”).

⁷⁴⁴ Vide Anexo R: p. 3.

O documento também revela quais foram os primeiros locais de estágio e de visitas sociais, organizados pelo Instituto de Serviço Social. O curso preparatório contou com estágios nos serviços de medicina e cirurgia de adultos do Hospital de Santa Marta, e no serviço de puericultura do Hospital Dona Estefânia. Na secção A, reservada à formação de assistentes sociais, foram promovidos estágios em organizações dependentes da Junta Geral do Distrito de Lisboa, em dispensários, na Tutoria da Infância, na Associação Protectora dos Diabéticos Pobres, no Instituto do Cancro, e no Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas. Também se realizaram estágios e visitas sociais nas várias dependências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nos dispensários da Associação Nacional de Protecção aos Tuberculosos, e na maternidade da Fábrica dos Tabacos Lisbonense, em Xabregas. As visitas sociais, em número amplo, estenderam-se ainda ao Instituto de Medicina Legal, à Direcção Geral das Prisões, às Casas Económicas do Estado, à obra de assistência infantil Florinhas da Rua, ao posto de protecção à infância do Museu da Artilharia, às obras sociais da Companhia Nacional dos Fósforos, às cozinhas económicas, sanatórios, preventórios, entre outros. Não faltaram, também, as visitas domiciliárias aos «casebres dos desafortunados».

Maria Helena Beltrão, aluna que inaugurou a secção A, é testemunha do nível de exigência da formação prática no Instituto de Serviço Social, durante o primeiro ano do curso:

«No hospital dividíamo-nos em pequenos grupos e transitávamos por vários serviços. Foi um período muito complicado pois todos os dias, durante o primeiro ano, tínhamos que estar às 8h30 no hospital e lá ficávamos até a hora das aulas, que começavam às 14h. Eu não ia almoçar a casa: levava qualquer coisa para comer e ia a correr para o Instituto. Era um sacrifício muito grande, por isso é que houve tantas desistências»⁷⁴⁵.

No ano seguinte, fizeram-se reajustes na regularidade e na duração dos estágios:

«Os estágios de segundo ano eram muito menos absorventes que os de primeiro ano. Não eram tão frequentes, só tínhamos três vezes por semana e eram mais curtos. Era Mlle. Lévéque quem organizava tudo e a dada altura apercebeu-se que era impossível continuar naquele ritmo, pois chegava ao fim sem alunas... ninguém aguentava»⁷⁴⁶.

⁷⁴⁵ Vide Apêndice E: pp. 4-5.

⁷⁴⁶ *Ibidem*: p. 7.

Os estágios também passaram a ser mais diversificados e, pela sua natureza, principiaram as alunas na intervenção sociofamiliar:

«Também tínhamos estágios em hospitais [...]. No Instituto de Oncologia, os médicos nessa altura já percebiam melhor e sabiam um pouco mais [sobre o serviço social], até porque alguns eram nossos professores e então punham-nos em contacto com as famílias dos doentes. Esse trabalho já era mais do âmbito social. Foi o primeiro sítio onde tivemos contacto e fizemos trabalho com famílias. [...] Fizemos estágio nas tutorias de infância, que eram os tribunais infantis, não só junto das crianças que podiam ter sido presas ou estavam em casas de correcção, mas também com as famílias. Aí já havia um cunho mais social. [...] Nós não tivemos estágios nos internamentos: trabalhávamos com as crianças que já tinham saído do internamento e que viviam com a família, mas que eram vigiadas. Eram-nos atribuídos casos, já havia aqui muito o espírito do serviço social. Íamos à casa das famílias ver como é que as crianças estavam, se estavam integradas, etc.»⁷⁴⁷.

No último ano do curso, para além de abordar os estágios realizados, Maria Helena Beltrão conta como as alunas finalistas do Instituto de Serviço Social sugeriram ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, engenheiro Duarte Pacheco⁷⁴⁸, que fossem criados centros sociais nos aglomerados habitacionais improvisados, conhecidos por “bairros de lata”, que existiam na capital. A narrativa, embora extensa, merece aqui destaque, não só pelo trabalho pioneiro que representa, em termos de diagnóstico social de uma comunidade, mas também por ter resultado na criação do primeiro centro social num bairro camarário, em Portugal:

«Fizemos o estágio final... já era trabalho no campo. Foi num bairro de lata, havia muitos na altura. Era o Bairro das Minhocas, situava-se nos terrenos onde é hoje o IPO e era um bairro enorme! Nessa altura o presidente da câmara era o engenheiro Duarte Pacheco, e queria substituir esses bairros por bairros sociais. Lembro-me que no meu estágio das tutorias tive que ir a esse bairro e fiquei horrorizada, pois não sabia que existia um bairro daqueles em Lisboa e daquele tamanho! Pensei que aquilo não

⁷⁴⁷ *Ibidem*: p. 6.

⁷⁴⁸ Duarte Pacheco (1900-1943) foi o grande impulsionador da política de obras públicas levadas a efeito pelo Estado Novo. Formado com distinção em engenharia electrotécnica, em 1923, no Instituto Superior Técnico, foi ali nomeado professor dois anos mais tarde, e designado seu director interino. Em 1927, passou a director efectivo. Em 1928 foi convidado para ministro da Instrução Pública no governo do general Vicente Freitas, lugar que ocupou por escassos meses devido à instabilidade política que caracterizou aquele período. Em Julho de 1932, no primeiro governo formado por Salazar, aceitou o convite para encabeçar o ministério das Obras Pública e Comunicações. Na sua fulgurante carreira estadista lançou um vasto conjunto de obras públicas, mas, sob influência de muitos apaniguados do regime, foi demitido em Janeiro de 1936. Salazar não prescindiu dos seus serviços e, em Janeiro de 1938, foi nomeado para a presidência da Câmara de Lisboa, e logo em Maio novamente para o governo, tendo acumulado os dois cargos. Morreu tragicamente em 1943, quando o seu carro se despistou perto de Vendas Novas. Pode dizer-se que não era um fiel do Estado Novo: mais do que servir o regime, serviu-se dele para realizar a sua obra (cf. Pereira, 2000: 18-19).

deveria ser assim. Falámos com Mlle. Lévêque, que apoiou a ideia. Falámos com o engenheiro Duarte Pacheco para serem criados centros sociais em todos os bairros. Foi-nos dito que isso não era fácil fazer nos bairros já existentes, mas que estava previsto para os novos bairros que iam ser construídos. O engenheiro Duarte Pacheco pediu-nos estão colaboração para fazer um inquérito, para saber o que se passava no Bairro das Minhocas, primeiro a ser substituído. [...] Nós fomos as cinco... a francesa já não foi... fazer esse inquérito, que foi muito difícil. A minha mãe não soube, se não, não me deixava ir. Mas não tivemos qualquer problema. Contudo era um bairro muito difícil, nem a polícia lá entrava! [...] Trabalhámos muito! Era suposto ser um estágio de seis meses, mas durou mais de um ano. Fizemos vários relatórios e depois construíram outro bairro, para fazer a substituição. O novo bairro chamava-se Bairro da Bela Vista, já com um centro social e com uma assistente social, que foi a Maria Helena Carreira, minha colega de curso. Esse inquérito continuou a ser feito para outros bairros, mas eu já não estava no Instituto de Serviço Social»⁷⁴⁹.

Aquando da inauguração do Instituto de Serviço Social e, presumivelmente, nos primeiros anos de funcionamento da escola, competiria a Marie-Thérèse Lévêque a regência das disciplinas relativas ao “serviço social e seu funcionamento”, e ainda a organização e acompanhamento dos estágios, visitas sociais e demais formação prática das alunas, isto, no que se refere ao primeiro ano de formação comum e ao programa de estudos da secção A⁷⁵⁰. Maria Helena Beltrão recorda-a, saudosamente, como uma professora de excelência: «Como professora era muito boa, muito boa! Porque ela começava sempre por dizer ‘Eu aqui quero ser, não uma professora, mas uma assistente social que tem experiência e quer transmitir a sua experiência a futuras assistentes sociais, para as ajudar praticamente’»⁷⁵¹. Na memória guarda, sobretudo, as aulas de discussão prolongada sobre os estágios, em que Marie-Thérèse Lévêque ouvia atentamente as alunas, para depois enquadrar sabiamente as questões apresentadas a partir do seu conhecimento e da sua experiência profissional:

«[...] quando as aulas... não se pode chamar aulas, eram conversas... eram com Mlle. Lévêque, que eram sempre as últimas do dia, era imprevisível quando terminavam porque ela esquecia-se das horas. Muitas vezes saíamos muito tarde, por volta das 19h. Nessas conversas falávamos sobre as nossas angústias no estágio e Mlle. Lévêque complementava essas conversas com a parte teórica... não é bem teórica, ou melhor, as respostas do serviço social para essas angústias, para os problemas e dificuldades.

⁷⁴⁹ Vide Apêndice E: pp. 7-8.

⁷⁵⁰ Aquando da inauguração do Instituto de Serviço Social, para além de Marie-Thérèse Lévêque ter assumido a direcção técnica da escola, era também a única pessoa que em Portugal reunia as qualificações para leccionar disciplinas relativas ao serviço social, e para organizar/acompanhar estágios, visitas sociais e outro tipo de formação prática da secção A, conducente à formação de assistentes sociais. A exclusiva responsabilidade de Mlle. Lévêque por aqueles domínios do ensino é ainda confirmada por um artigo do jornal *A Voz* – 1935, Ano IX, n.º 3.151, 27 de Novembro (4.ª feira): p. 1 (vide Anexo Y), e é testemunhada por Maria Helena Beltrão, aluna do primeiro grupo de assistentes sociais formadas pelo Instituto de Serviço Social (vide Apêndices G e E).

⁷⁵¹ Vide Apêndice G: p. 9.

[...] Ela era uma pessoa extraordinária, mas não tinha muito método, não tinha as coisas programadas. Como era uma pessoa com muita experiência e muito inteligente, improvisava muito»⁷⁵².

No que concerne ao curso de ensino familiar e doméstico, apenas se dispõe dos planos de estudos de 1935 e 1944⁷⁵³. A secção B, inaugurada no Instituto de Serviço Social em 1936, só viu o seu plano de estudos ser reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional em 1956, com a publicação do decreto-lei n.º 40.678, de 10 de Julho. Ainda assim, pôde contar muito antes com a aprovação da Junta Nacional da Educação, em 1943⁷⁵⁴. A coordenação da secção B, nos primeiros cinco anos, foi deixada à responsabilidade de Mlle. Huille, conforme atesta o próprio cardeal patriarca:

«Mlle Marie Huille est venue de France en janvier 1936 pour donner son concours à l'Institut de Service Social, qui venait d'être fondé à Lisbonne sous mon patronage [...]. Je donne très volontiers témoignage qu'elle a travaillé à l'Institut pendant ces cinq ans avec beaucoup de profit des élèves»⁷⁵⁵.

Nos dois planos de estudos, o peso da área disciplinar “vida física e suas perturbações” é muito semelhante, embora se registem diferenças na terminologia. As disciplinas incidem, sobretudo, nos saberes elementares de enfermagem, na puericultura, na educação física, e na higiene (geral, alimentar, pré-natal e do recém-nascido, infantil, em idade escolar, e com relação ao urbanismo). O plano de estudos de 1935 previa a realização de conferências sobre o papel social e educativo da mulher em matéria de higiene. Em seu lugar, no plano de estudos de 1944, surgem a otorrinolaringologia e a fisioterapia.

A área disciplinar “vida mental e moral”, à semelhança do que acontece no curso de formação de assistentes sociais, sofre alterações significativas entre os planos de estudos de 1935 e 1944. Ao invés de várias disciplinas autónomas de psicologia (geral, da infância, da educação), que constam do plano de estudos inaugural, passa a figurar uma única

⁷⁵² Vide Apêndice E: p. 5.

⁷⁵³ Vide Apêndice I.

⁷⁵⁴ Cf. “Exposição acerca do Instituto de Serviço Social entregue ao Ministro da Educação Nacional em Outubro de 1944”. Documento dactilografado com sessenta páginas. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Oficial / Educação / Educação-diversos (1928-1968), AOS/CO/ED-1G, Pasta 7, Fls. 303-362.

⁷⁵⁵ “Excellence, Mlle Marie Huille [...]. Lisbonne, 15 décembre 1941”. Documento dactilografado com uma página, p. 1. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/A-04/02/012.

disciplina, que compreende em simultâneo a psicologia, a pedagogia e a educação. A formação moral mantém-se, e o estudo das encíclicas sociais é reforçado. Ainda no plano de estudos de 1944, para além de uma disciplina adicional de filosofia (geral), passa a constar uma disciplina de religião, que se estende pelos três anos de curso.

Nos planos de estudos de 1935 e 1944, a área disciplinar consignada à “vida social” é restrita, no que se refere a matérias específicas das ciências sociais. Ambos preveem, além do direito (constitucional, civil, penal), uma disciplina de economia política e social. Já o espaço ocupado no plano de estudos inaugural pela previdência e cooperação, e pelas conferências sobre a protecção da maternidade, é substituído por uma disciplina de cultura musical. A respeito da área disciplinar “Serviço social e seu funcionamento”, os dois planos de estudos limitam-se à formação técnica, administrativa e contabilística.

Na vertente prática da formação das futuras educadoras familiares, as áreas de estágio mantêm-se invariáveis nos dois planos de estudo analisados. No primeiro ano de curso prevalecem os estágios elementares de enfermagem, a decorrer em serviços hospitalares (cirurgia, medicina, pediatria), e em creches e escolas infantis. A partir do segundo ano, tem lugar um conjunto de aulas e formação prática, especificamente orientado para o ensino familiar e doméstico. O plano de estudos de 1935 conta com aulas de economia doméstica, orçamentos familiares, organização racional do lar, higiene da alimentação, valor racional da alimentação, princípios da dietética, e higiene da habitação. Por sua vez, a formação prática doméstica compreende a cozinha (economia, compras, mercados), o corte (vestidos, transformações), a moda (confeção de modelos e transformações), e outros ofícios (pequena carpintaria, encadernação)⁷⁵⁶. O plano de estudos de 1944 apresenta uma configuração semelhante, representada no seguinte quadro.

⁷⁵⁶ Vide Anexo O.

	Aulas	Conferências	Estágios
2.º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Cozinha • Alimentação • Remendar • Corte • Passar a ferro • Metodologia da economia doméstica 	<ul style="list-style-type: none"> • Noções de higiene social de tuberculose • Noções de higiene social de doenças venéreas 	<p>Estágio de dona de casa (centro social do ISS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ordem da casa, dos armários e do vestiário • Compras e fornecimentos • Praça
3.º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Cozinha • Corte • Chapéus e flores • Ornamentação do lar • Moral profissional • Metodologia do ensino familiar 	<ul style="list-style-type: none"> • Higiene social do cancro • Higiene social do alcoolismo • O problema da prostituição • Organização do tempo livre • Bibliotecas 	<p>Estágio de dona de casa (centro social do ISS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ordem da casa, dos armários e do vestiário • Compras e fornecimentos • Praça <p>Estágio social familiar (junto das famílias a educar)</p>

Quadro 2: Ensino familiar e doméstico no ISS (plano de estudos de 1944)

A par dos estágios e da formação prática, o curso de educadoras familiares inclui visitas de estudo a instituições e outras realizações sociais, nas áreas da saúde, médico-social, social e outras⁷⁵⁷. De realçar que, no plano de estudos de 1944, e após o terceiro ano do curso, segue-se um estágio final de noventa dias de trabalho efectivo de educação familiar, com apresentação de relatório, no Centro Social da Bempostinha, anexo ao Instituto de Serviço Social.

As primeiras entidades a receber alunas do Instituto de Serviço Social em contexto de estágio merecem particular atenção, pois nelas se desbravou caminho para o campo de intervenção das assistentes sociais e educadoras familiares, em Portugal. A escolha dos locais de estágio foi perpetrada por Marie-Thérèse Lévêque, após a sua chegada a Lisboa. Numa primeira fase, deu primazia a organizações que, de alguma forma, desenvolviam uma assistência considerada “social”. Perante as escassas hipóteses, a directora francesa priorizou as obras sociais fundadas e dirigidas pela condessa de Rilvas já que, segundo esclarece, conseguiam conciliar a inspiração católica com a racionalidade: «Il faut aussi commencer à visiter les organisations pour combiner les stages. Certaines sont déjà à

⁷⁵⁷ Vide Anexo X, no que concerne ao plano de estudos de 1944 (coluna “visitas de estudo”, no “curso geral do I.S.S.” e no “curso de educadoras familiares”).

tendance nettement sociale; celles conçues par la comtesse de Rilvas, sont très pies, et d'esprit intelligent»⁷⁵⁸. Ao procurar potenciais entidades para implementar uma valência de intervenção social, presume-se que Mlle. Lévêque tenha ponderado as especificidades do contexto socioeconómico, político e cultural português, e recorrido às realidades que lhe eram familiares: o panorama geral do serviço social em França, e a sua própria experiência formativa e profissional. Sobre esta última, recorde-se a presença de Marie-Thérèse Lévêque, já diplomada em enfermagem, na consulta oficial de puericultura de Charly-sur-Marne, ou as funções de *infirmière sociale à l'usine* que assegurou na Société Lorraine des Anciens Établissements. Também de salientar, os estágios realizados ao longo do curso na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux: em contexto fabril, na Société Industriel des Téléphones; nas obras sociais da rue du Moulin-Vert, fundadas pelo abade Jean Viollet; em hospitais, institutos profiláticos, escolas de puericultura, creches, residências femininas e dispensários de higiene mental. Acresce, por fim, o cargo de *surintendante* que assumiu na Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris e, mais tarde, nas Usines Citroën.

Maria Helena Beltrão relata, de forma ímpar, como Mlle. Lévêque se viu confrontada com poucas possibilidades para desenvolver os primeiros estágios do Instituto de Serviço Social, e optou por privilegiar o contexto hospitalar:

«Ela andou em Lisboa a ver onde é que nós poderíamos ir fazer estágio e chegou e disse: 'Não encontrei nenhuma obra propriamente social'. A não ser o que nessa altura se chamava tutoria da infância. [...] ela procurou muito nessa altura e... e encontrou muito pouca coisa. E disse: 'Eu encontrei em Portugal muito poucas instituições sociais, mas vos pôr-vos primeiro a estagiar nos hospitais, porque é onde podem ter contacto com as pessoas. Pessoas que estão absolutamente necessitadas de auxílio. Não é para vocês trabalharem propriamente nos hospitais como enfermeiras. Não é isso! Se bem que, se lá estão, façam também o trabalho que elas fazem. Mas não é propriamente nesse aspecto!'»⁷⁵⁹.

As dificuldades em encontrar os locais de estágio pioneiros encontram explicação no facto do serviço social ser, no Portugal de meados de 1930, um campo de conhecimento e acção

⁷⁵⁸ “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directrice de l'?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: p. 3. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico) (sublinhado conforme o documento).

⁷⁵⁹ Vide Apêndice G: pp. 7-8, 10.

ainda em processo de construção. Processo, esse, no qual Marie-Thérèse Lévêque estava implicada, e em que as alunas do Instituto de Serviço Social haviam sido chamadas a participar:

«Falávamos com Mlle. Lévêque sobre o que observávamos [nos estágios], sobre as nossas constatações, sobre aquilo que nos parecia mais susceptível de ser trabalhado. Era tudo completamente diferente, estava tudo a nascer, ninguém sabia o que era o serviço social a não ser Mlle. Lévêque. Nessa observação nós, enquanto alunas e em conjunto com Mlle. Lévêque, reflectíamos sobre o que podia vir a ser trabalhado, tentávamos delimitar o nosso campo de actuação. Mlle. Lévêque ajudava-nos a perceber e a descobrir isso»⁷⁶⁰.

Tendo integrado aquele processo em curso, Maria Helena Beltrão não hesita em afirmar: «Nós, enquanto alunas, e em conjunto com Mlle. Lévêque, é que fomos delimitando o que era o campo de actuação do serviço social [...]»⁷⁶¹.

Maria Helena Beltrão narra também como a presença das alunas do Instituto de Serviço Social nos primeiros locais de estágio, em contexto hospitalar, veio provocar estranheza entre os doentes e suas famílias, que desconheciam por completo o serviço social ou a figura da assistente social:

«O nosso trabalho não era com as famílias dos doentes, a não ser que os doentes nos pedissem, mas só podíamos fazer isto se o serviço permitisse e se as famílias aceitassem, porque havia uma certa desconfiança relativamente a nós, porque ninguém sabia o que estávamos ali a fazer e ninguém estava habituado àquele tipo de trabalho, porque não havia serviço domiciliário, nem a própria assistência tinha serviço domiciliário. As famílias não estavam habituadas a ser procuradas, e havia sempre a questão: ‘O que será isto?’»⁷⁶².

Já sob a perspectiva das organizações, para a aceitação de estagiárias contribuiu o facto de a Associação de Serviço Social congregar vários vultos da sociedade portuguesa, que ocupavam posições cimeiras em áreas como a medicina ou o direito e que, nalguns casos, também integravam o corpo docente do Instituto de Serviço Social:

«No Instituto de Oncologia, os médicos nessa altura já percebiam melhor e sabiam um pouco mais [sobre o serviço social], até porque alguns eram nossos professores [...].

⁷⁶⁰ Vide Anexo O: p. 4.

⁷⁶¹ *Ibidem*: p. 5.

⁷⁶² *Ibidem*: p. 6.

Estagiávamos onde tínhamos contactos, as coisas eram feitas muito particularmente, através de conhecimentos. A Associação de Serviço Social era constituída por personalidades que tinham muita evidência em determinados sectores, e isso ajudou muito o Instituto, porque facilitava a nossa entrada nos serviços onde íamos estagiar»⁷⁶³.

Em 1936, num relatório sobre os resultados do primeiro ano de acção do Instituto de Serviço Social, Marie-Thérèse Lévêque menciona os primeiros postos de estágio ocupados pelas suas alunas, e relata sucintamente a acção por elas desenvolvida. O Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas acolheu uma assistente social estagiária, «[...] ajudante da Direcção por toda a parte d'organização moral e religiosa». Na Obra das Mães para a Educação Nacional, uma assistente social estagiária principiou o serviço social, e fomentou a articulação com as instituições já existentes, na tentativa de «[...] crear um ambiente educativo e moral nas obras de protecção das mães e da primeira infância». Por último, duas estagiárias de ensino familiar e doméstico deram início à organização de um centro social na Juventude Operária Católica Feminina (JOCF), tendo aí realizado cursos teóricos e práticos de educação familiar, dirigidos às raparigas daquele organismo da Acção Católica Portuguesa. Em curso, naquele centro social, estava ainda a organização de um secretariado social, dirigido por uma assistente social⁷⁶⁴.

No relatório, Marie-Thérèse Lévêque refere que, em breve, o serviço social nas fábricas de conservas de peixe de Setúbal seria implementado por duas assistentes sociais estagiárias, depois do «[...] estudo da acção social a fazer no meio, e do estudo das condições de trabalho», ao cuidado do Instituto de Serviço Social e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência. O documento também revela que várias entidades haviam solicitado postos de estágio à escola, para que fossem realizados inquéritos sociais, seguidos da conceção e implementação de um plano de acção social. A Mocidade Portuguesa Feminina pedira a criação de um curso de ensino familiar e doméstico, numa das suas secções, em Cascais. Duas fábricas, no Entroncamento e em Sacavém, com oitocentos e quatrocentos operários, respectivamente, aguardavam a «[...] criação dum serviço social completo». Marie-Thérèse Lévêque já tinha visitado ambas as fábricas e entregara «[...] à direcção da fábrica

⁷⁶³ *Ibidem*: pp. 6-7.

⁷⁶⁴ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: p. 1. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025.

de 400 operários um plano de acção social que foi inteiramente aprovado». Em relação à unidade fabril do Entroncamento, uma aluna do Instituto de Serviço Social, «[...] que provavelmente vai ser escolhida como assistente social (surintendente de fábrica) deve ir com a directora à fábrica de 800 operários estudar alguns dias o meio e compor um plano de acção social». Por último, a pedido da Câmara Municipal de Lisboa, as alunas finalistas do Instituto de Serviço Social foram chamadas a realizar inquéritos sociais a todas as famílias residentes no bairro das Minhocas⁷⁶⁵. Este trabalho, que a directora francesa adjectivou de «difícil e intenso», tinha por fim:

«[...] conhecer as necessidades reais do meio; permitir a escolha das famílias mais educadas que entrarão as primeiras nas casas económicas [...]; continuar a fortalecer a educação destas famílias para as adaptar à sua nova vida; poder começar já, com dados certos, a educação das outras famílias, uma por uma».

No Bairro da Bela Vista, onde seriam depois realojadas as famílias, estava prevista a criação de um centro social, cujo planeamento fora pensado pelas alunas do Instituto de Serviço Social, e que compreendia as valências de apoio médico-social, apoio moral e social, e apoio educativo e social⁷⁶⁶.

Os pedidos de colaboração ao Instituto de Serviço Social mostram que em 1936, um ano após a sua abertura, já havia entidades que reconheciam no serviço social uma mais-valia, em particular no sector fabril, e na organização comunitária, junto das famílias. No Verão de 1937, contando a escola com as suas primeiras alunas formadas, a condessa de Rilvas fez saber, numa carta a Oliveira Salazar, como o número de solicitações ultrapassava em larga medida o de assistentes sociais disponíveis: «Já de vários lados vieram solicitar uma assistente social: das Corporações, de várias Fábricas e Companhias como os Tabacos, o Gaz e Electricidade, das Tutorias e Prisões, da Assistência, mas são só 6 as assistentes sociais que completaram os seus cursos este ano»⁷⁶⁷. A aristocrata também se apraz pelo facto do ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco, ter reconhecido a

⁷⁶⁵ Terá sido este o inquérito social em que participou Maria Helena Beltrão, durante o seu estágio final.

⁷⁶⁶ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: pp. 2-4. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025.

⁷⁶⁷ “Ex.mo Senhor Presidente do Conselho, Renovando o meu mais [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento manuscrito com seis páginas: pp. 3-4. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15 (sublinhado conforme o documento).

importância da secção B do Instituto de Serviço Social, ao tornar «[...] obrigatório o ensino familiar e doméstico nos liceus e adoptando quasi por inteiro o nosso programa, que será ministrado mais tarde pelas professoras formadas no Instituto»⁷⁶⁸. Em outra fonte documental, designadamente, a exposição sobre o Instituto de Serviço Social que em Outubro de 1944 foi dirigida ao ministro da Educação Nacional, José Caeiro da Mata, são elencados os pedidos dirigidos àquela escola ao longo de dez anos⁷⁶⁹. Os pedidos dizem respeito à colaboração da escola na organização e implementação do serviço social, ou na reorganização da acção social já existente, e veem mostrar como, em pouco tempo, o Instituto de Serviço Social conquistou reconhecimento público em matéria de ensino e acção inovadores, por parte de entidades oficiais e particulares.

No ano lectivo 1941/42, o Instituto de Serviço Social passou a contar com novas instalações, no Palácio Mitelo. O edificio era propriedade de Lídia Maia Cabeça, membro do conselho de administração daquela escola, e figura de destaque pelo auxílio financeiro que lhe vinha prestando. Numa carta de inícios de 1942, a condessa de Rilvas mostra-se reconhecida à benfeitora, e pede que as antigas alunas possam colaborar com a aquisição de mobiliário para a nova casa:

«Todas devem saber que a Senhora D. Lídia Cabeça pôs todo o seu coração e a sua arte para arranjar uma casa digna do nosso Instituto. Nunca será demais [...] agradecer esta prova de uma dedicação sem limites; mas do nosso lado temos obrigação de fazer alguma coisa para mostrar o nosso reconhecimento. A melhor maneira de o fazer é de nos juntarmos todas para ajudar a compra da mobília»⁷⁷⁰.

O desequilíbrio financeiro da escola, que era recorrente, viu-se agravado com a mudança de instalações, o que obrigou à elaboração de um orçamento extraordinário para o ano de 1943⁷⁷¹, tendo em vista as despesas com mobiliário e equipamentos para apetrechar o novo edificio.

⁷⁶⁸ *Ibidem*: pp. 4-5.

⁷⁶⁹ *Vide* Anexo Z: Pedidos de colaboração e de orientação social de entidades oficiais e particulares, 1935-44.

⁷⁷⁰ *Vide* Anexo AA: “Minhas queridas alunas do Instituto [...]. Lisboa, 4 de Fevereiro de 1942”. Documento manuscrito com quatro páginas: pp. 1-2. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁷⁷¹ Cf. “Eminentíssimo Senhor, segundo a indicação [...]. [Lisboa], 28/VI/1943”. Documento manuscrito e dactilografado com sete páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/001.

A mudança do Instituto de Serviço Social para o Palácio Mitelo ocasionou a criação do Centro Social da Bempostinha, um importante local de estágio prático para as alunas. No espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho, a jovem assistente social escolhida por Marie-Thérèse Lévêque para a substituir na direcção técnica da escola, uma missiva revela «os primeiros passos para a criação do Centro da Bempostinha». Datado de Agosto de 1942 e dirigido ao sub-secretário de Estado da Assistência Social, Joaquim Dinis da Fonseca⁷⁷², o documento apresenta o plano de acção do centro social, enquanto local de estágio qualificado e, simultaneamente, núcleo de assistência à população da freguesia dos Anjos. O Instituto de Serviço Social predispõe-se a criar um centro social nas instalações anexas à sua sede para, «[...] a par da formação integral teórica e prática das alunas, exercer acção moral, social e educativa na freguesia dos Anjos, onde ainda não existe obra semelhante [...]». Naquela freguesia, o Centro Social da Bempostinha pretendia coordenar as várias obras, instituições e actividades existentes, procurando «[...] por todos os meios a sua valorização e expansão, colaborando com elas e ajudando-as a realizar os seus fins próprios», e ainda a organizar cursos de ensino familiar e doméstico, «[...] destinados a atingir as diversas camadas sociais da freguesia [...]»⁷⁷³.

Aquando da sua abertura, em 1935, o Instituto de Serviço Social conseguiu congrega, no seu corpo docente, personalidades da mais conceituada intelectualidade portuguesa, sobretudo em áreas como a medicina ou o direito. A este propósito, escreve o jornal *Novidades*, pouco depois da inauguração da escola:

«A cooperação de alguns dos mais belos espíritos da capital tem dado aos trabalhos do *Instituto* condições de maior eficácia no seu papel de formação técnica. Assim, fazem parte do corpo docente clínicos como os drs. Víctor Fontes, Toscano Ricco, Luís Figueira, do corpo docente da Faculdade de Medicina, Ernesto Roma, e Mário Quina e D. Custódia Alves, D. Cristina Cunha, D. Madalena Guerra, e ainda o rev. dr. Manuel Rocha cuja tese de doutoramento em Lovaina tem sido tão apreciada, o dr. Benjamim Calado, professor-metodólogo de educação física no Liceu Normal de Lisboa, o dr.

⁷⁷² Joaquim Dinis da Fonseca (1887-1958) licenciou-se em direito pela Universidade de Coimbra, em 1917. Para além de administrador da Companhia de Diamantes de Angola, foi deputado na VI e VII legislaturas da Primeira República (1922-1926). Primeiro sub-secretário de Estado da Assistência Social (1940-1944), foi também membro da Junta Consultiva da União Nacional (1945-1957), e sub-secretário de Estado das Finanças (1944-1950). Foi militante do Centro Académico de Democracia Cristã, e do Centro Católico, e colaborou nos jornais *Imparcial* e *Novidades* (cf. Castilho, 2009: [n.p.]).

⁷⁷³ Vide Anexo AB: “Exm.º Senhor Sub-Secretário da Assistência Social [...]. Lisboa, de Agosto de 1942”. Documento dactilografado e manuscrito com quatro páginas: p. 1. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

Artur Bívar, espírito inconfundível do jornalismo cultural da nossa terra, e o dr. Francisco Gentil, distinto advogado»⁷⁷⁴.

Alguns professores eram membros fundadores da Associação de Serviço Social, outros, integravam os órgãos de administração da nova escola, e todos eles prestavam a sua colaboração docente em regime de total gratuidade:

«Integrando-se plenamente na ideia inspiradora da criação do Instituto de Serviço Social, correspondeu ao apêlo de Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca uma brilhante plêiade de professores de grande valor, que se prontificaram a ministrar gratuitamente o ensino teórico e prático com generosidade e interesse nunca desmentido»⁷⁷⁵.

Sobre estes professores, presume-se que a sua notoriedade terá dado um importante contributo para a difusão, afirmação e reconhecimento social da nova escola.

Entre médicos, juristas, sacerdotes e outros, os nomes que em 1943/44⁷⁷⁶ integravam o corpo docente do Instituto de Serviço Social são elencados, juntamente com as cadeiras regidas, numa extensa listagem que consta do fundo arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira⁷⁷⁷. O documento permite identificar alguns dos professores que leccionavam na escola desde o ano inaugural, em 1935/36. Recorde-se, porém, que um conjunto de disciplinas do plano de estudos inaugural foi suprimido dos planos de estudos de 1939 e 1944, sobretudo nas áreas disciplinares da “vida mental e moral”, da “vida social”, e até do “serviço social e seu funcionamento”. Sobre esta última, em 1935/36, as disciplinas eram regidas por Marie-Thérèse Lévêque. Já em relação aos professores que, no ano inaugural, leccionaram disciplinas que mais tarde foram suprimidas, apenas foi possível descortinar um nome, por constar de um artigo publicado no jornal *A Voz*, em 1935⁷⁷⁸. Trata-se do cónego Almeida Correia, regente da disciplina de sociologia, e também de demografia.

⁷⁷⁴ *Novidades*, 1935, Ano L, n.º 12.449, 31 de Maio (6.ª feira): p. 1 (excerto em “itálico” conforme o documento).

⁷⁷⁵ “Exposição acerca do Instituto de Serviço Social entregue ao Ministro da Educação Nacional em Outubro de 1944”. Documento dactilografado com sessenta páginas: p. 314. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Oficial / Educação / Educação-diversos (1928-1968), AOS/CO/ED-1G, Pasta 7, Fls. 303-362.

⁷⁷⁶ A listagem apresenta os professores do Instituto de Serviço Social, desde a data em que iniciaram funções docentes naquela escola, até ao ano lectivo de 1943/44. Presume-se, portanto, que o documento tenha sido elaborado em 1943 ou 1944.

⁷⁷⁷ *Vide* Anexo AC: Corpo docente do Instituto de Serviço Social – Professores, [1944]. Documento dactilografado com cinco páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/005.

⁷⁷⁸ *Vide* Anexo Y.

Por último, e no concerne à organização do ensino no Instituto de Serviço Social, importa clarificar que a secção A, conducente à formação de assistentes sociais, e a secção B, que preparava para o ensino familiar e doméstico, não foram as únicas projectadas para aquela escola. Em 1936, o relatório que o conselho de direcção do Instituto de Serviço Social fez chegar ao gabinete do Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, é evidente a esse respeito: «Uma terceira secção encontra-se em estudo»⁷⁷⁹. Também em 1936, um relatório sobre o primeiro ano de funcionamento do Instituto de Serviço Social, da autoria de Marie-Thérèse Lévêque, revela a índole da terceira secção: enfermagem. No documento, e referindo-se à formação ministrada naquela escola, a directora francesa apela ao reconhecimento oficial, por parte do Estado, dos diplomas de enfermeira, assistente social, e professora de ensino familiar e doméstico. Segundo argumenta, «o Instituto não pode chegar a nenhum resultado positivo e nacional sem assegurar a formação séria e completa, com unidade de espírito precisa das enfermeiras, assistentes sociais, [e] professoras de ensino familiar e doméstico»⁷⁸⁰. Sobre os estudos de enfermagem facultados no Instituto de Serviço Social, Marie-Thérèse Lévêque considera serem os mais completos em território nacional, o que justificava, em seu entender, o reconhecimento oficial do diploma: «Enfermagem, tal que está, isto é, o melhor actualmente dado em Portugal. Este diploma poderia estar desenvolvido, e estabelecido um grau superior de ensino, se o Estado o desejava e ajudava o Instituto por esta realização»⁷⁸¹. Possivelmente, a directora francesa teria por comparação o plano de estudos da Escola Profissional de Enfermagem, já que, em meados da década de 1930, era a única escola oficial de enfermagem portuguesa, destinada à habilitação de pessoal para os hospitais civis de Lisboa (cf. Henriques, 2012: 315-319).

A partir da segunda metade da década de 1930, começou a ser projectada uma inovadora instituição educativa de enfermagem em Portugal, a Escola Técnica de Enfermeiras, cuja concretização veio a ocorrer em 1940, com a publicação do decreto-lei n.º 30.447, de 17 de Maio. Na planificação da escola estiveram envolvidas a Fundação Rockefeller, a Direcção Geral de Saúde e o Instituto Português de Oncologia. A Direcção Geral de Saúde contou com aquela instituição filantrópica norte-americana, que financiou e implementou

⁷⁷⁹ Vide Anexo R: p. 1.

⁷⁸⁰ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: p. 7. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025 (sublinhado conforme o documento).

⁷⁸¹ *Ibidem*: p. 9 (sublinhado conforme o documento).

projectos na área da saúde pública, com a finalidade de combater o paludismo e de abrir um centro de saúde modelar, o qual, para além da promoção da saúde, desenvolvia actividades de prevenção e era local de ensino para futuros médicos e enfermeiras. Ao Instituto Português de Oncologia, na pessoa do professor doutor Francisco Gentil⁷⁸², coube conseguir, junto das instâncias governativas, as condições necessárias à edificação de uma escola de enfermeiras capaz de interessar tanto à instituição que dirigia, como à Direção Geral de Saúde. Para erigir a Escola Técnica de Enfermeiras e dotar Portugal com um novo tipo de enfermeira, com competências para trabalhar tanto no hospital, quanto nos centros de saúde e dispensários, junto da comunidade, a Fundação Rockefeller garantiu, entre 1935 e 1942, a preparação de quatro enfermeiras portuguesas nos Estados Unidos da América e no Canadá. Ao regressar a Portugal, competiu-lhes assegurar a direcção de enfermagem do centro de saúde modelo a construir em Lisboa, da nova escola e, nesta, o funcionamento do curso de enfermeiras (cf. Ferreira, 2014: 76-78).

Em 1937, numa carta dirigida ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, a condessa de Rilvas contesta o envio daquelas enfermeiras portuguesas para a América do Norte, porquanto considera que a familiarização com um meio sociocultural distinto ia colocar entraves após o seu regresso a Portugal, obrigando a uma difícil readaptação:

«A imoralidade dos meios hospitalares, a sua falta de competência, às vezes dos mais estrictos deveres de humanidade são bem patentes e não me parece que as enfermeiras enviadas para a América sejam capazes de dar a outras uma sã formação moral que elas mesmas não possuam. A grande liberdade de que gozam, a diferença total de mentalidade, o luxo das organizações americanas, obrigam-nas a trabalhar num meio muito diferente e terão que fazer uma readaptação penosa ou procurarão noutro país a liberdade e as facilidades que cá não podem obter»⁷⁸³.

⁷⁸² Francisco Soares Branco Gentil (1878-1964), concluiu o curso de medicina na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa em 1900, tendo sido depois nomeado chefe de Clínica Cirúrgica (1903), e demonstrador da Secção Cirúrgica (1905), passando a dirigir o Teatro Anatómico. Em 1906 foi designado vogal do Conselho Médico-Legal e tentou instalar no Instituto Bacteriológico Câmara Pestana o primeiro centro oncológico português. Com a criação da Faculdade de Medicina de Lisboa, em 1911, foi designado professor proprietário da disciplina de Medicina Operatória e, a partir de 1915, da disciplina de Patologia Cirúrgica, onde se conservou durante 21 anos. Em simultâneo, assumiu a direcção da primeira Clínica Cirúrgica e do Serviço Clínico do Cancro do Hospital Escolar de Santa Marta. Um ano depois, foi nomeado director do Hospital de São José e, por inerência, assumiu o cargo de enfermeiro-mor dos hospitais civis de Lisboa. Ascendeu ao lugar de professor catedrático em 1926 e jubilou-se em 1948. Exerceu os cargos de director da Faculdade de Medicina de Lisboa e de vogal do Conselho Médico Legal, tendo sido também membro do Conselho Superior da Instrução Pública e do Instituto para a Alta Cultura. No Instituto de Serviço Social assumiu, desde a sua abertura, em 1935, a direcção dos estágios de higiene social do cancro (cf. Amaral, 2011: 58-59; Anexo AC).

⁷⁸³ “Ex.mo Senhor Presidente do Conselho, Renovando o meu mais [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento manuscrito com seis páginas: p. 5. L.d.: ANTT

Aproveitando a ocasião, a aristocrata fez uma nova investida, no sentido de ser criada a secção de enfermagem no Instituto de Serviço Social:

«Era nosso desejo ardente fundar uma 3.^a secção de cuja importância ninguém pode duvidar: A criação duma escola de enfermagem baseada nos princípios da sã moral. [...] Os diplomas de Assistente Social e de professora de ensino familiar e doméstico, dados pelo nosso Instituto vão ser oficializados, e por que não poderíamos juntar o 3.^o diploma de enfermagem?...»⁷⁸⁴.

O apelo não logrou resultados. Passados seis anos, uma acta de reunião da assembleia geral ordinária da Associação de Serviço Social mostra que as «[...] diligências no sentido de serem reconhecidos os estudos do primeiro ano para o exercício da enfermagem»⁷⁸⁵ perduraram no tempo, porém, sem que esse desígnio se tivesse alguma vez concretizado.

6.2 A permeabilidade da escola às influências estrangeiras: «*Mlle. Lévêque é que me encaminhou para lá, para eu conhecer o serviço social francês*»

A revisão bibliográfica e as fontes históricas que informam a presente tese mostram que, uma década antes da abertura do Instituto de Serviço Social, já em Portugal ressoavam ecos do serviço social moderno, tal como estava organizado, em particular, na Europa ocidental e nos Estados Unidos da América. Embora de forma discreta, Portugal marcou presença nas primeiras edições da conferência internacional de serviço social (ICSW), coorganizada, entre outros, pela Société des Nations, o Bureau Internacional du Travail, a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, e a Rockefeller Foundation, e que contou com René Sand, prestigiado médico belga, no cargo de secretário-geral. Por outro lado, várias eram as figuras portuguesas, sobretudo na esfera da medicina, que se mostravam familiarizadas com movimentos, experiências e literatura sobre o serviço social no além-fronteiras.

(Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15.

⁷⁸⁴ *Ibidem*.

⁷⁸⁵ Acta de reunião da assembleia geral ordinária da Associação de Serviço Social, 1/2/1943. Documento dactilografado com quatro páginas: p. 2. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/002.

A primeira ICSW ocorreu em 1928, na capital francesa, e foi organizada em cinco secções: organisation générale du service social; enseignement du service social; méthodes du service social des cas individuels; service social et industrie; e service social et hygiène sociale. Contou com 2.481 participantes, vindos de 42 países, sendo apenas dois os portugueses presentes: o Marques de Faria, cônsul de Portugal a residir em Paris, em representação da Cruz Vermelha Portuguesa; e o médico José Pereira Amado, antigo subdelegado de saúde de Lisboa e, simpatizante da corrente higienista e de medicina social. Lituânia e Portugal foram os únicos países sem uma delegação oficial, ou seja, cuja delegação nacional da Cruz Vermelha não chegou a constituir uma comissão, em parceria com outras organizações, para participar no evento. A II ICSW reuniu na cidade alemã de Frankfurt, em Julho de 1932, e contou com mais de 1.200 participantes, de 34 países. A diminuição da audiência para metade, em relação à primeira edição da conferência, teve a sua justificação na depressão económica de 1929, que se prolongou pela década de 1930. Sob o tema “Le Service Social et la Famille”, as apresentações e os debates da conferência evidenciaram os efeitos que as transformações e as perturbações do mundo moderno exerciam sobre a família, em particular o desemprego, e focaram os novos desafios colocados ao serviço social. Portugal fez-se representar unicamente pelo Marquês de Faria, novamente mandatário da Cruz Vermelha Portuguesa.

Em Portugal, as primeiras tentativas para profissionalizar os agentes de assistência na área médico-social tiveram início na década de 1920, tendo havido inspiração de movimentos e autores estrangeiros no âmbito do serviço social, conforme mostram as propostas já abordadas nesta tese⁷⁸⁶. Em meados de 1920, no decorrer de uma viagem de estudos, a médica Branca Rumina visitou os serviços hospitalares do Institut Pasteur, em Paris, onde conheceu uma «[...] admirável obra de piedade que um grupo de criaturas de valor, sob o impulso de um grande coração, tentavam realizar em França, á semelhança do que se iniciara há algum tempo na América [...]»⁷⁸⁷: o serviço social hospitalar. Em 1925, durante uma conferência realizada na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, apresentou o que considerava ser um processo moderno de assistência, e apelou à direcção dos hospitais,

⁷⁸⁶ Matéria tratada no subcapítulo 4.1, Tentativas para implementar o ensino do serviço social em Portugal: incursões nacionais e «*démarches*» além-fronteiras, pela UCISS, pp. 147-172.

⁷⁸⁷ Rumina, Branca (1925), *Serviço Social no Hospital. Um Processo Moderno de Assistência*, Lisboa: Tipografia da “União Gráfica”: pp. 3-4. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

à municipalidade, às Misericórdias e à iniciativa individual, para a sua implementação em Portugal. Em 1929, no II Congresso das Misericórdias, Branca Rumina também sugeriu que, junto de cada Misericórdia, actuasse um grupo de senhoras a fazer o que modernamente se designava por assistência social, e defendeu a preparação de assistentes sociais profissionais nas Misericórdias de Lisboa e do Porto⁷⁸⁸.

Na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, em 1931, José Beleza dos Santos, professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, proferiu um discurso elucidativo sobre o serviço social, não sem antes revelar: «[...] procurei estudá-lo e esclarecer-me em viagens que fiz por diversos países»⁷⁸⁹. Na sua narrativa, são várias as referências ao livro *Les Méthodes Nouvelles d'Assistance. Le Service Social des Cas Individuels* (1926), tradução francesa de *What is Social Case Work?*, da autoria de Mary Richmond, publicado pela primeira vez em 1922, nos Estados Unidos da América. É ainda mencionada a obra *Le Service Social à travers le Monde. Assistance, Prévoyance, Hygiène* (1931), do médico René Sand, publicada em França. Beleza dos Santos entendia que todos os serviços de assistência, públicos e particulares, deviam incluir assistentes sociais com preparação técnica, para uma acção mais completa e fundamentada. A propósito da formação em serviço social, referiu que em diversos países tinham sido criadas escolas especializadas, onde os assistentes sociais adquiriam os conhecimentos e a experiência prática necessária ao seu ofício, e manifestou o desejo de ver essas escolas a funcionar em Portugal.

Em 1932, no III Congresso das Misericórdias, José Maria Pereira Ferraz, presidente da Associação de Caridade de Sintra, falou sobre o movimento de organização da caridade nos Estados Unidos da América, e a fundação da New York Summer School of Applied Philanthropy, em 1929, e salientou que em todos os “países civilizados” a caridade e a filantropia tinham unido esforços por um serviço social organizado⁷⁹⁰. Ao corrente da I ICSW, realizada em Paris, em 1928, partilhou com o público a definição de serviço social

⁷⁸⁸ Cf. Rumina, Branca (1930), “Assistentes sociais”, *Segundo Congresso das Misericórdias. Realizado no Porto. De 19 a 22 de Maio de 1929*, Porto: Oficina Tipográfica do Hospital de Alienados do Conde de Ferreira, pp. 147-153.

⁷⁸⁹ Santos, José Beleza dos (1932), *Algumas Considerações sobre o Serviço Social*, Coimbra: Coimbra Editora, Lda.: p. 6. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

⁷⁹⁰ Cf. Ferraz, José Maria Pereira (1935), “Serviço social organizado. As Misericórdias e a organização e orientação da assistência concelhia, regional e nacional”, *Terceiro Congresso das Misericórdias. Realizado em Setúbal. De 22 a 25 de Maio de 1932*, Setúbal: Tipografia da Escola do Orfanato Setubalense, pp. 95-126.

que resultou daquele evento. Para José Ferraz, a obra recém-publicada de René Sand, *Le Service Social à travers le Monde. Assistance, Prévoyance, Hygiène*, era elucidativa do progressivo movimento de renovação mundial, em matéria de serviço social, a que Portugal se devia associar. Para que fosse iniciado um programa moderno de assistência no país, propôs a criação de escolas higienistas, para a formação de enfermeiras e de pessoal benévolo, onde seriam indispensáveis o ensino da técnica e a preparação metódica.

Recorde-se, por último, a conferência proferida em 1932, na Covilhã, onde o pediatra José Lopes Dias defendeu a criação e vinculação do serviço social a uma política de assistência, em concordância com o que havia observado em Inglaterra: «Os anglo-saxões chamaram Serviço Social ao que nós chamamos Assistência, se englobarmos nesta designação a chamada Política Social»⁷⁹¹. A partir da obra de René Sand, relatou que o serviço social havia adquirido importância no mundo devido à industrialização dos centros urbanos, e às tentativas feitas para implementar uma legislação de protecção e de assistência social aos trabalhadores. Mais tarde, em 1934, José Lopes Dias veio advogar que, para desenvolver uma política de assistência em Portugal, seria necessário «[...] estudar o país nas suas realidades próprias, elaborando o relato dos factos observados, verificados»⁷⁹², e criar escolas de serviço social junto de cada uma das três faculdades de medicina portuguesas.

No âmbito das propostas que vinham sendo realizadas, desde a Primeira República, para instituir o ensino do serviço social em Portugal, houve ao menos uma, conforme foi possível apurar, que teve a sua origem no estrangeiro. Trata-se do conjunto de diligências para implementar uma escola católica de serviço social em Portugal, tidas no início da década de 1930, e conduzidas por uma organização internacional, com sede em Bruxelas: a Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS). Com a missão de fundar escolas sociais católicas, aquela organização contava, em 1933, com 35 escolas filiadas, na sua maioria, femininas, e concentradas na Europa ocidental⁷⁹³. Numa reunião de direcção

⁷⁹¹ Dias, José Lopes (1932), *Em Redor do Serviço Social*, Vila-Nova de Famalicão: Tipografia “Minerva”, de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão: p. 8. L.d.: Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa).

⁷⁹² Dias, José Lopes (1936), “As criancinhas portuguesas na política da assistência”. *Conferências da Liga Portuguesa de Profilaxia Social* (3.ª série), Pôrto: Imprensa Social: p. 85.

⁷⁹³ Escolas sociais católicas afiliadas à UCISS, por país, no início de 1933: Alemanha (10); Estados Unidos da América (5); Bélgica e França (4); Holanda (3); Espanha e Polónia (2); Áustria, Canadá, Chile, Grã-Bretanha, Hungria e Suíça (1). Cf. “Union Catholique Internationale de Service Social. Dossier

da UCISS, em Março de 1932, onde se discutiu a propaganda a adoptar na fundação de novas escolas católicas de serviço social, ficou registado em acta o seguinte: «Le secrétariat expose les démarches faites pour la fondation d'une École Sociale au Portugal et la possibilité de charger Mlle. Loneux (Belgique) si elle y consent, à passer au Portugal au retour du Brésil»⁷⁹⁴. O documento não especifica que diligências haviam sido tomadas. Sabe-se, porém, que em 1932, Adèle de Loneux, na qualidade de professora da École Catholique de Service Social, Bruxelas, e por indicação da UCISS, viajou até à cidade de São Paulo, no Brasil, para aí ministrar um “Curso Intensivo de Formação Social para Moças” (cf. Schpun, 2002: 175; Iamamoto & Carvalho, 2000: 168-179). Sobre aquela missão, Maria Baers, então secretária-geral da UCISS, expôs em Julho de 1932, durante uma reunião, «[...] les démarches faites au Portugal, où Mlle. Loneux ira donner des conférences à Lisbonne, Coïmbre, et Porto»⁷⁹⁵. As fontes históricas coligidas não permitem reconstituir o percurso de Adèle de Loneux por Portugal, contudo, ficou confirmada a sua passagem por Lisboa, em 1933, numa missiva da condessa de Rilvas⁷⁹⁶. No documento pode ler-se que Adèle de Loneux articulou com o Ministério da Instrução Pública na capital portuguesa, mas, de acordo com a condessa de Rilvas, a incursão da UCISS tinha acabado subvertida, mercê de uma frente franco-maçónica não especificada.

Em Maio de 1934, um ano após a passagem de Adèle de Loneux por Lisboa, teve lugar o primeiro congresso da União Nacional, cujos contributos foram maioritariamente de carácter técnico. Foi então que, no âmbito da secção “Administração Pública”, mais concretamente na 5.^a subsecção (Saúde e Assistência), Fernando Bissaya Barreto e a condessa de Rilvas apresentaram as suas teses, contribuindo de forma decisiva para uma das conclusões oficiais do evento: «Que se criem em Coimbra, Porto e Lisboa escolas de *serviço social*»⁷⁹⁷. Após o congresso, o projecto de organização da escola de serviço social na capital portuguesa foi confiado pelo Patriarcado de Lisboa à condessa de Rilvas. De

Documentaire. 1933”, Documento dactilografado, pp. 1-27 (Les écoles catholiques de service social). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 87.

⁷⁹⁴ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Bruxelles, 23 mars 1932” (acta). Documento dactilografado com três páginas: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 44.

⁷⁹⁵ “Compte-rendu de la Réunion du Comité de l'Union Catholique Internationale de Service Social. Heidelberg, les 8-9-10 juillet 1932”. Documento dactilografado com dez páginas: p. 9. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 80 (sublinhado conforme o documento).

⁷⁹⁶ Vide Anexo I.

⁷⁹⁷ União Nacional, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações. Lisboa, 26 a 28 de Maio MCMXXXIV*, vol. II, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia: p. 397 (excerto em “itálico” conforme o documento).

imediatamente, a aristocrata redigiu uma carta onde expôs que o Governo português havia reconhecido a necessidade de formar os dirigentes e o pessoal da assistência, solicitando auxílio para a criação de uma escola de serviço social em Lisboa, de inspiração católica: «A nous catholiques de savoir profiter de l'occasion et de prendre les devants dans ces organisations»⁷⁹⁸. Embora se desconheça o destinatário e o paradeiro da referida carta, foi apurado que um resumo da mesma esteve na posse de Henri du Passage, padre jesuíta francês. Resumo, esse, que chegou às mãos de Marie d'Airolles, fundadora e dirigente da Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), a organização francesa que aconselhou e orientou na criação do Instituto de Serviço Social.

Fundada em 1922, a UCSS era uma associação profissional de inspiração católica que congregava enfermeiras e visitadoras, procurando incentivar a vida cristã dos seus membros e, em simultâneo, prestar-lhes orientação profissional (escolas, especializações, carreiras) e ajuda material (seguros, alojamento, casa de recobro em caso de acidente ou doença). A primeira ICSW, em 1928, e o rumo que a partir de então tomou o serviço social, tornaram-se objecto de preocupação e reflexão para Marie d'Airolles, sobretudo as questões da neutralidade e da laicização da caridade, e o problema da delimitação do serviço social face ao campo da saúde. É que a UCSS, e a sua fundadora, nunca se posicionaram categoricamente perante as correntes médico-social e do “social puro”, preferindo sustentar a complementaridade de ambas (cf. Diebolt, 1999: 19-22, 25-26; Collantier, 1993: 49-52; Duhomelet, 1948: 186-198). Foi neste quadro de pensamento que ganhou forma a resposta ao pedido de auxílio, feito pela condessa de Rilvas.

No início da correspondência com a condessa de Rilvas, Marie d'Airolles entrou em contacto com Ivonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris, a quem solicitou informações mais detalhadas sobre a organização de uma escola de serviço social. Em 1934, existiam dez escolas francesas de serviço social reconhecidas pelo Ministère de la Santé Publique, que habilitavam ao diploma oficial de assistente social. As fontes documentais coligidas não revelam porquê a presidente da UCSS consultou o Institut Social Familial et Ménager. Provavelmente, porque Marie d'Airolles considerava aquela escola uma referência, não apenas na formação profissional, como também moral,

⁷⁹⁸ Vide Anexo I: p. 1.

de assistentes sociais. Isto, pois partilhava com Yvonne de Robien o voto de consagração à Société des Filles du Cœur de Marie (SFCM), uma congregação religiosa liberta de sinais exteriores distintivos de existência, com vasto historial na fundação de obras sociais. Ainda relevante terá sido o facto de Yvonne de Robien conhecer pessoalmente a condessa de Rilvas, e de já ter contactado directamente com a realidade portuguesa. Em 1930, a pedido de D. Manuel Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa, a SFCM enviou a Portugal Marie Rascol, madre superiora de Toulouse, e Yvonne de Robien, secretária-geral da congregação, para que tomassem contacto com o meio sócio-religioso do país. O percurso que antecedeu a fundação da SFCM em Portugal, em 1932, foi acompanhado de perto pela condessa de Rilvas que, inclusive, auxiliou na procura e financiamento da primeira casa da congregação, situada na Avenida Fontes Pereira de Melo⁷⁹⁹.

A partir de Agosto de 1934, a troca regular de correspondência escrita entre Lisboa e Paris fez erguer os primeiros alicerces do Instituto de Serviço Social, desde as resoluções sobre a sua natureza confessional, passando pela constituição do conselho de administração, até à escolha da directora francesa e respetivos termos de contratação. Alicerces, esses, forjados na negociação entre D. Ernesto Sena de Oliveira, a quem o cardeal patriarca de Lisboa confiou as decisões sobre a futura escola, a condessa de Rilvas, e a UCSS, apoiada pelo Institut Social Familial et Ménager de Paris. Foi também com as dirigentes daquelas duas organizações francesas que Marie-Thérèse Lévêque reuniu pessoalmente em Paris, várias vezes, antes da sua vinda para Portugal, para juntas esboçarem um plano de estudos a ser implementado no Instituto de Serviço Social.

Aquando da chegada de Marie-Thérèse Lévêque a Lisboa, em Fevereiro de 1935, já um conjunto de influências, por via da UCSS e do Institut Social Familial et Ménager de Paris, se tinham feito sentir na primeira escola portuguesa de serviço social. A directora francesa veio, pois, dar continuidade à permeabilidade do Instituto de Serviço Social às influências estrangeiras, por via do seu anterior percurso formativo e profissional. A este propósito, recorde-se o curso de enfermagem na Union des Femmes de France (1924-1925), onde obteve o diploma de enfermagem da Croix Rouge Française, tendo depois integrado a consulta oficial de puericultura de Charly-sur-Marne, e assegurado funções de *infirmière*

⁷⁹⁹ Cf. “Histórico. Sociedade das Filhas do Coração de Maria em Portugal. 1932 a 1985”, Tomo I, documento dactilografado, pp. 34-37. L.d.: SFCM – Arquivo Histórico (Lisboa).

sociale à l'usine na Société Lorraine des Anciens Établissements. Seguiram-se os estudos na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux (1925-1926), onde se diplomou como *surintendante d'usine*, título profissional que em França se fundiu com os de *résidente sociale* e *assistante sociale*, dando origem a uma categoria profissional única, em 1932: a de assistente social. Enquanto *surintendante d'usine*, Marie-Thérèse Lévêque assumiu funções na Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris (1927-1929) e, mais tarde, nas Usines Citroën (1929-1934). Dotada de um intelecto inquieto e ávido de conhecimento, não deixou que o exercício profissional impedisse o enriquecimento em novos domínios do saber. No Hôpital Henri Rousselle, pioneiro na formação de enfermeiras e assistentes sociais especializadas em profilaxia das doenças mentais, obteve um certificado de estudos psicotécnicos (1928). Frequentou ainda a École do Louvre, tendo recebido um certificado de estudos em História da Arte (1929), e a Université de Paris, Sorbonne, onde cursou Filosofia Geral (1930-1931). Por último, e mediante uma licença concedida pelas Usines Citroën, viajou até Londres para cursar um ano de estudos sociais no Sociology, Social Studies and Economics Department, do Bedford College for Woman (1932-1933).

Ao chegar a Lisboa, e no cargo de directora técnica, foi Marie-Thérèse Lévêque quem repensou o programa de estudos do Instituto de Serviço Social a partir da realidade socioeconómica, política, religiosa e cultural com que se deparou em Portugal, tendo a sua proposta merecido a aprovação integral pelo Patriarcado de Lisboa. Participou na escolha dos professores, e também dos membros dos órgãos de administração da escola, tendo neles encontrando apoio para aportar, atempadamente, o exigente projecto que tinha à sua responsabilidade. Nela recaiu a responsabilidade de estruturar e proferir um conjunto de conferências preliminares dirigidas a públicos distintos, entre os quais, a Juventude Escolar Católica Feminina (JECF), com o intuito de esclarecer sobre o serviço social e suscitar o interesse pelos estudos no Instituto de Serviço Social. Tida como especialista numa área ainda desconhecida em Portugal, desdobrou-se em entrevistas para vários órgãos de imprensa nacional, sobretudo de índole católica, como sendo o *Novidades* ou *A Voz*⁸⁰⁰, pelo que o seu discurso teve um papel relevante para divulgar o serviço social na esfera pública. Foi também quem protagonizou a sessão inaugural do Instituto de Serviço Social,

⁸⁰⁰ Vide Apêndice C.

enquanto conferencista, a 15 de Março de 1935, tendo discursado para um auditório com cerca de quinhentos participantes, entre representantes de organismos da Acção Católica, dirigentes de instituições católicas, estudantes universitários e sacerdotes. Durante a sessão inaugural, o folheto informativo distribuído pela assistência, e que fora custeada pelo Patriarcado de Lisboa, teve a autoria da directora francesa. Aquando da abertura do Instituto de Serviço Social, e nos primeiros anos de funcionamento da escola, competiu a Marie-Thérèse Lévêque a regência das disciplinas relativas ao “serviço social e seu funcionamento”, e ainda a organização e acompanhamento dos estágios, visitas sociais e demais formação prática das alunas, em particular na secção A, conducente à formação de assistentes sociais. E, ao escolher as entidades que acolheram os estágios pioneiros do Instituto de Serviço Social, veio inevitavelmente desbravar caminho para o campo de intervenção das primeiras assistentes sociais e educadoras familiares, em Portugal.

Reconhecer o papel de Marie-Thérèse Lévêque nas acções acima elencadas é admitir que, na fase de institucionalização do Instituto de Serviço Social, e durante os seus primeiros anos de funcionamento, algumas das mais importantes resoluções sobre a escola terão sido influenciadas pela experiência de serviço social mais próxima à directora francesa: o seu próprio percurso formativo e profissional. Isto, porém, sem descurar os esforços que foram empreendidos por Marie-Thérèse Lévêque, desde a sua chegada a Lisboa, para se inteirar o melhor possível das realidades e especificidades do contexto socioeconómico, político e cultural português, e assim proceder a reajustes no programa de estudos da escola. Disto é testemunha Maria Helena Beltrão, aluna que ingressou no Instituto de Serviço Social no seu ano inaugural: «Penso que isso é que foi a inteligência de Mlle. Lévêque: estudou o meio. Ela passava a vida a visitar sítios para saber como é que as coisas se passavam cá, e a partir daí fazer as cadeiras... não sei como é que ela conseguia»⁸⁰¹.

Importa também salientar que, já em Portugal, Marie-Thérèse Lévêque manteve durante meses a correspondência com duas organizações francesas de serviço social: a Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), mentora da condessa de Rilvas e do Patriarcado de Lisboa nos procedimentos para organizar uma escola de serviço social; e a Association des Surintendants d’Usines et de Services Sociaux (ASUSS), a que

⁸⁰¹ Vide Apêndice E: p. 7.

a directora francesa estava afiliada desde que obtivera o diploma de *surintendente*, em 1926. Não obstante, o conteúdo das missivas de Marie-Thérèse Lévêque revela-se distinto, conforme se destine a uma, ou outra entidade. O discurso dirigido à UCSS visa, sobretudo, relatar sobre acontecimentos da escola e informar sobre os passos a ter em seguida. Já as cartas endereçadas à ASUSS, para além da função informativa, revelam ter sido naquela organização que a directora francesa procurou, efectivamente, colaboração em termos técnicos e pedagógicos, no âmbito do Instituto de Serviço Social. Refira-se, a título exemplificativo, a carta em que Marie-Thérèse Lévêque dá a conhecer Maria Luísa van Zeller e F. Marques, duas jovens médicas portuguesas a frequentar um curso de especialização em Paris, e pede que a ASUSS as conduza no contacto com a realidade médico-social francesa, por considerar que tal seria uma mais-valia para o ensino da higiene social no Instituto de Serviço Social: «Leur susceptibilité nationale est assez grande, mais j'aimerais qu'elles se rendent compte de l'organisation social française; ce serait très instructif pour elles... et bien utile pour moi!»⁸⁰². Noutra ocasião, em Novembro de 1935, ao iniciar o primeiro ano de formação do curso complementar da secção A, a directora francesa solicitou à ASUSS o envio postal de algumas monografias realizadas na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux, para servirem de referência às alunas portuguesas durante a realização do seu próprio trabalho:

«Je vous renvoie la monographie de Madame Parmentier que votre secrétaire a eu la gentillesse de m'envoyer. Je l'ai lue aux élèves pour leur donner un exemple, et nous en avons fait ensemble la critique. Si vous aviez des monographies d'un autre genre, je serais heureux que vous me le communiquiez. Je m'engage a vous les envoyer assez vite comme celle-ci»⁸⁰³.

Ao consultar o primeiro plano de estudos do Instituto de Serviço Social⁸⁰⁴, é possível verificar que algumas disciplinas remetem para a realidade estrangeira, e para eventos e organizações de âmbito internacional. Logo no ano preparatório, entre os cursos e conferências previstas, consta o tema da protecção da maternidade, em Portugal e no

⁸⁰² “Chère Madame, il y a juste un mois [...]. [Lisbonne], 2 mars 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com seis páginas: pp. 5-6. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁸⁰³ “Chère Madame, vous trouvez ci-jointe [...]. [Lisbonne], 19 novembre 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendantes d'Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com quatro páginas: pp. 2-3. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d'Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁸⁰⁴ Vide Anexo O: pp. 7-14.

estrangeiro. Contudo, é durante o curso complementar da secção A, conducente à formação de assistentes sociais, que há uma maior variedade daquele tipo de disciplinas. A história da assistência, em Portugal e no estrangeiro, figura em ambos os anos do curso. Na abordagem que era feita a alguns assuntos gerais, relacionados com o programa de estudos, figuram temas como a Sociedade das Nações e as relações internacionais, a função social da Sociedade das Nações, o *Bureau* Internacional do Trabalho, as principais instituições nacionais e internacionais públicas e privadas, e as conferências internacionais de protecção à infância. As conferências internacionais de serviço social também eram abordadas. Por último, e no caso da vertente de especialização em trabalho social rural, havia lugar a um conjunto de conferências sobre os centros sociais rurais, designadamente, sobre o que já se conseguira alcançar em Portugal e no estrangeiro. Com isto, fica patente a preocupação de Marie-Thérèse Lévêque, autora do plano de estudos de 1935, em fazer com que as alunas do Instituto de Serviço Social, sobretudo as futuras assistentes sociais, ficassem ao corrente de algumas realidades além-fronteiras, e pudessem acompanhar os mais recentes desenvolvimentos sobre o serviço social, no panorama internacional.

As fontes históricas analisadas na presente investigação mostram que, desde cedo, várias assistentes sociais formadas pelo Instituto de Serviço Social deslocaram-se ao estrangeiro, nomeadamente à Bélgica, França e Suíça, para realizar visitas de estudo. Em 1937, numa carta dirigida ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, a condessa de Rilvas solicita apoio financeiro para que duas assistentes sociais recém-formadas possam deslocar-se a Paris com aquele propósito: «Precisamos de 100 contos para pagar uma parte das nossas dívidas, enviar ao estrangeiro em missão de estudo as assistentes que completaram o seu curso e que já têm colocação, e instalar a nossa biblioteca de estudo»⁸⁰⁵. O pedido mereceu o parecer favorável do Pe. Abel Varzim, na qualidade de professor da escola, que intercedeu junto a Oliveira Salazar: «Como professor da Escola, parece-me justa a pretensão. As duas raparigas que querem mandar a Paris têm facilidade de ir no barco que vai buscar os congressistas para o Congresso da Tuberculose, e que

⁸⁰⁵ “Ex.mo Senhor presidente do Conselho. Renovando o meu [...]. Lisboa, 16 de Julho de 1937” (carta da condessa de Rilvas a Oliveira Salazar). Documento dactilografado com seis páginas: p. 6. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fls. 10-15.

parte no dia 29 [de Agosto de 1937], por preços convidativos»⁸⁰⁶. Na ausência de outras fontes históricas sobre aquele episódio, não é possível confirmar se o pedido da condessa de Rilvas foi atendido, e se a visita de estudos foi concretizada.

Maria Helena Beltrão, assistente social formada pelo Instituto de Serviço Social, em 1937, fez saber que, antes da eclosão da II Guerra Mundial, e incentivada por Marie-Thérèse Lévêque, deslocou-se a Paris juntamente com outra colega, Maria José de Lencastre Viana. Conforme narra, visitaram vários centros sociais, entre os quais, o do hospital da Croix Saint Simon, e outros que lidavam com a problemática da imigração e realojamento social:

«Eu estive num centro social, relacionado com hospitais, em França, no Croix Saint Simon. Era um serviço geral, mas que tinha um hospital e um centro social. Estive lá antes da guerra de 1939... deve ter sido 38... 39. Mlle. Lévêque é que me encaminhou para lá, para eu conhecer o serviço social francês. Também fui ver o serviço de realojamento, porque havia nessa altura em França um bairro de lata muito grande à volta de Paris, a que chamavam 'la zone'. Havia muitos imigrantes em Paris que viviam em condições muito difíceis. Alguns eram franceses e migravam para a cidade de Paris e outros, a grande maioria, eram estrangeiros. O serviço social tinha vários centros que se ocupavam dessa problemática. A Mlle. Lévêque achou que tinha interesse conhecermos essa realidade. Fui eu e a Maria José Lencastre Viana»⁸⁰⁷.

O boletim de informação da UCISS de Outubro de 1938⁸⁰⁸ e de Fevereiro de 1939⁸⁰⁹ faz saber que, meses antes, tinham passado pela sede daquela organização internacional, em Bruxelas, vários visitantes estrangeiros, entre os quais, de nacionalidade portuguesa. Porém, e apesar de ser provável, não fica especificado se os viajantes portugueses tinham, ou não, relação com o Instituto de Serviço Social. Em Julho de 1939, por ocasião das suas férias de verão, o jornal *Novidades* acompanhou a partida de Marie-Thérèse Lévêque na estação ferroviária de Santa Apolónia:

«Em gôzo de férias, saiu ontem para França, 'mademoiselle' Lévêque, ilustre directora do Instituto do Serviço Social. A despedir-se de S. Ex.^a esteve na estação uma

⁸⁰⁶ “Ex.mo Senhor Presidente: A carta que vai junta já a tenho [...]. Lisboa, 10/8/1937” (carta do Pe. Abel Varzim a Oliveira Salazar). Documento manuscrito com uma página: p. 1. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Particular / Varzim, Abel (Pe.), AOS/CP-275, Pasta 7.275-5, Fl. 9 (sublinhado conforme o documento).

⁸⁰⁷ Vide Apêndice E: pp. 10-11.

⁸⁰⁸ Cf. *Bulletin d'Information*, n.º 6, octobre 1938, p. 18. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

⁸⁰⁹ Cf. *Bulletin d'Information*, n.º 7, février 1939, p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 450.

numerosa delegação das alunas dos diversos cursos do Instituto, que lhe ofereceram um lindo ramo de flores, e outras pessoas amigas»⁸¹⁰.

Acompanhou-a a assistente social Maria Leonor Botelho, recém-formada, que mais tarde foi escolhida pela directora francesa para a substituir em funções na direcção técnica do Instituto de Serviço Social: «No mesmo comboio, seguiu também para França a sr. D. Maria Leonor Correia Botelho (Castelo Novo), que, como delegada da O.M.E.N., vai fazer vários estágios na França e na Bélgica»⁸¹¹. Em 1939, o boletim de informação da UCISS menciona a passagem pela Bélgica de várias assistentes sociais formadas no Instituto de Serviço Social, uma das quais permaneceu no país durante três semanas, para conhecer organizações sociais e obras de assistência belgas: «Au Portugal, plusieurs assistantes sociales, anciennes élèves de l'Institut de Service Social de Lisbonne, sont passées par la Belgique. L'une d'elle a fait en juillet-août [1939] un séjour de trois semaines pour visiter les organisations sociales et les œuvres d'assistance belges»⁸¹². É possível que a estadia de maior duração tenha sido, precisamente, a de Maria Leonor Botelho. Ainda no mesmo boletim, fica registada a passagem de várias delegadas da OMEN pela sede da UCISS:

«De plus les déléguées de l'Œuvre des Mères pour l'Éducation Nationale du Portugal, œuvre qui entretient les meilleurs rapports avec l'Institut de Service Social, sont passées par le Secrétariat de Bruxelles: la Comtesse d'Almoester, vice-présidente et Mlle. Von Zeller, conseillère technique, docteur en médecine»⁸¹³.

Ainda em 1939, a UCISS organizou uma viagem de estudos à Bélgica e à Suíça, destinada a uma aluna do Instituto de Serviço Social, mas que acabou por não se concretizar. Segundo relata aquela organização internacional:

«Nous avons fait toutes les démarches pour l'organisation de plusieurs stages et de voyages d'études. Cela ne veut pas dire que nous réussissions toujours: c'est ainsi qu'après avoir réuni tous les renseignements pour une élève de l'Institut de Service Social de Lisbonne qui devait venir en Belgique et en Suisse le voyage n'a pu s'arranger cette année [...]»⁸¹⁴.

⁸¹⁰ *Novidades*, 1939, Ano LIV, n.º 13.918, 11 de Julho (3.ª feira): p. 1.

⁸¹¹ *Ibidem*.

⁸¹² *Bulletin d'Information*, n.º 9, octobre 1939: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

⁸¹³ *Ibidem*.

⁸¹⁴ *Bulletin d'Information*, n.º 7, février 1939: p. 3. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 450.

Por último, refira-se uma viagem de estudos ocorrida entre Agosto e Setembro de 1946, em que participaram quatro elementos da direcção do Instituto de Serviço Social: Custódia Alves do Vale, directora da escola, em substituição da condessa de Rilvas, já falecida; Maria Carlota Lobato Guerra, professora e monitora da escola; Maria José de Lencastre Viana, professora e monitora do Centro Social da Bempostinha, anexo à escola; e Maria de Nazareth Telles da Silva Palhinha, secretária-geral da escola⁸¹⁵. O relatório, posteriormente elaborado, faz saber que a direcção do Instituto de Serviço Social há muito desejava «[...] proporcionar aos seus membros uma viagem ao estrangeiro que lhes permitisse estudar as modernas concepções e realizações do Serviço Social»⁸¹⁶, o que se tornou possível com o cessar da II Guerra Mundial, e com o apoio financeiro do Instituto para a Alta Cultura. No decorrer da viagem, a comitiva tomou parte nas primeiras reuniões internacionais pós-guerra da UCISS e da ICSW, ambas realizadas em Bruxelas. Também conheceram várias escolas sociais e e visitaram obras e organizações sociais para «[...] apreciar possíveis diferenças ou aperfeiçoamentos na técnica do Trabalho Social»⁸¹⁷.

O cruzar das fronteiras portuguesas não foi, porém, unidirecional. O Instituto de Serviço Social conseguiu captar a atenção e o interesse de várias personalidades estrangeiras. Entre aristocratas, detentores de altos cargos políticos, empresários industriais, directores e professores de escolas sociais, e ainda representantes de serviços de assistência médico-social, foram vários os que se deslocaram a Portugal para visitar a escola portuguesa e estudar a «[...] sua orgânica, método de ensino e realizações»⁸¹⁸. A exposição sobre o Instituto de Serviço Social dirigida ao ministro da Educação Nacional, em 1944, elenca as personalidades estrangeiras que visitaram a escola desde 1935, embora esclareça não se tratar de uma listagem exaustiva⁸¹⁹. De acordo com o testemunho de Maria Helena Beltrão, no decorrer das visitas, algumas daquelas figuras terão proferido palestras na escola

⁸¹⁵ Cf. “Relatório da viagem de estudo feita por quatro membros da Direcção do Instituto de Serviço Social. 1946”. Documento dactilografado com setenta e oito páginas. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/007.

⁸¹⁶ *Ibidem*: p. 1.

⁸¹⁷ *Ibidem*.

⁸¹⁸ “Exposição acerca do Instituto de Serviço Social entregue ao Ministro da Educação Nacional em Outubro de 1944”. Documento dactilografado com sessenta páginas: p. 314. L.d.: ANTT (Lisboa), Fundo da Presidência do Conselho de Ministros / Arquivo Salazar / Correspondência Oficial / Educação / Educação-diversos (1928-1968), AOS/CO/ED-1G, Pasta 7, Fls. 303-362.

⁸¹⁹ *Vide* Anexo AD: Personalidades estrangeiras em visita ao Instituto de Serviço Social, 1935-44.

portuguesa: «[...] também vinham cá vários estrangeiros, sobretudo franceses e belgas, fazer pequenos cursos e conferências sobre serviço social»⁸²⁰

Em Fevereiro de 1936, numa reunião do comité de administração da UCISS, em Bruxelas, fez-se saber que, cada vez mais, escolas sociais católicas compreendiam a importância de se filiarem à UCISS, e que esta iria empreender esforços para prosseguir as relações encetadas com determinados países, entre eles, Portugal:

«Certaines écoles existantes ont mieux compris l'importance de l'Union Cath. Int. de Service Social telle l'École de l'Université Catholique de Washington qui semble disposée à l'affiliation. Nous avons continué nos relations avec certains pays: le Portugal, où l'École fonctionne»⁸²¹.

As incursões em Portugal terão surtido o efeito desejado já que, meses depois, o boletim de informação da UCISS noticia que o Instituto de Serviço Social solicitara informações sobre os requisitos e procedimentos necessários para avançar com a sua filiação: «Prochains Membres: L'Institut de Service Social de Lisbonne a demandé les conditions d'affiliation»⁸²². Por aquela ocasião, só eram admitidas na UCISS as escolas sociais cujos cursos tivessem a duração mínima de um ano e exame final, que formassem técnica e moralmente os alunos para a acção social, e que tivessem sido aprovadas pela autoridade episcopal. O ensino da doutrina católica era um requisito essencial, em conformidade com os objectivos daquela organização internacional.

A filiação do Instituto de Serviço Social à UCISS foi efectivada em Março de 1937, juntamente com outras três escolas, durante uma reunião do comité de administração: «Comme nouvelles affiliations citons l'Institut de Service Social de Lisbonne, les écoles de Service Social de Bogota et de Montevideo, la Boston College School of Social Work des États-Unis [...]»⁸²³. Com estas novas adesões, a UCISS passou a contar com 47 membros efectivos, distribuídos por 14 países: 33 escolas de serviço social; 3 centros de formação

⁸²⁰ Vide Apêndice E: p. 9.

⁸²¹ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Bruxelles, 8-9 février 1936” (acta). Documento dactilografado com treze páginas: p. 5. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 45.

⁸²² *Bulletin d'Information*, n.º 1, octobre 1936: p. 4. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

⁸²³ “Union Catholique Internationale de Service Social. Réunion du Bureau. Bruxelles, 8-9 janvier 1938” (acta). Documento dactilografado com nove páginas: p. 1 (confidentiel). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 47 (sublinhado conforme o documento).

social; e 11 associações de auxiliares sociais. De acordo com o regulamento da UCISS, todas as escolas suas filiadas deviam fazer-se representar por um delegado no comité de administração, órgão a quem competia o estudo dos programas de formação e dos métodos de intervenção relativos ao serviço social católico. Importa realçar, porém, que antes mesmo da filiação do Instituto de Serviço Social à UCISS, já Portugal estava representado no comité de administração daquela organização, conforme revelam as actas da quinta conferência internacional da UCISS, realizada em Julho de 1935, escassos meses após a abertura da escola portuguesa. Segundo o documento, eram três as figuras portuguesas que, àquela data, integravam o comité de administração da UCISS: D. Manuel Cerejeira, cardeal patriarca de Lisboa e membro da comissão de honra do Instituto de Serviço Social; a condessa de Rilvas, presidente do conselho de direcção e administração daquela escola; e M. A. de Mello Vaz de Sampayo, presidente da Liga da Acção Católica Feminina, no Porto⁸²⁴.

Em Outubro de 1936, teve início a publicação da segunda série do boletim de informação da UCISS, com o propósito de «[...] rendre service à ses membres et à toutes les personnes qui s'intéressent au Service Social catholique»⁸²⁵. O boletim propunha-se a fortalecer os laços já existentes entre os membros da UCISS dispersos pelo mundo, fossem eles escolas de serviço social, ou associações de auxiliares sociais. Para além de informar os leitores sobre o quotidiano da UCISS, o boletim pretendia divulgar os eventos internacionais mais significativos sobre o serviço social, e dar a conhecer as escolas católicas de serviço social, para que a partilha de iniciativas pudesse ser um estímulo mútuo: «Il veut assurer plus de collaboration, plus de compréhension dans le travail des Auxiliaires du S.S. des différents pays en vue d'une saine émulation dans la tâche commune pour le bien»⁸²⁶.

Entre Outubro de 1936 e Fevereiro de 1940 foram publicados dez números do boletim de informação da UCISS. Suspensa por ocasião da II Guerra Mundial, a sua publicação foi retomada em Março de 1946, quando passou a contar com periodicidade trimestral. O boletim era remetido aos membros do comité de administração da UCISS, às escolas e

⁸²⁴ Cf. UCISS [s.d.], *5^e Conférence Internationale Catholique de Service Social*, 2^{ème} édition, Antwerpen: S.M. Lux Drukk, p. 12 (II). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 324.

⁸²⁵ *Bulletin d'Information*, n.º 1, octobre 1936: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449 (sublinhado conforme o documento).

⁸²⁶ *Ibidem*.

associações suas filiadas, e ainda a correspondentes individuais de vários países. Presume-se, portanto, que a 2.^a série do boletim tenha sido recebida no Instituto de Serviço Social, não fossem o cardeal patriarca de Lisboa e a condessa de Rilvas membros do comité de administração da UCISS, desde 1935. Além do mais, o Instituto de Serviço Social passou a ser membro efectivo daquela organização internacional, em 1937. A ser recebido pela escola portuguesa, o boletim terá possibilitado, a alunas e professores, acompanhar as dinâmicas internas da UCISS e das escolas e associações suas filiadas, estar a par dos principais eventos internacionais de serviço social, e ainda aceder a sínteses de estudos e conferências, que com frequência eram publicados. Em entrevista, a assistente social Maria Helena Beltrão vem corroborar que as alunas do Instituto de Serviço Social estavam familiarizadas com o boletim de informação da UCISS e que, no seu caso particular, aquela publicação veio a ser uma referência no desempenho da sua acção profissional:

«Depois de terminar o curso e começar a trabalhar lia muitas coisas sobre serviço social. Havia a Union Catholique Internationale de Service Social, UCISS, que tinha uma revista que eu assinava, e depois tentava direccionar essa informação para os locais onde trabalhava. Era uma revista que eu já conhecia quando era aluna, porque estava disponível na biblioteca do Instituto»⁸²⁷.

Tendo sido possível aceder ao boletim de informação da UCISS nos arquivos do Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire (CARHOP), em Bruxelas, fez-se o levantamento das sínteses de estudos e conferências que nele foram publicados, entre 1936 e 1946. Essa informação, sistematizada no quadro seguinte, faz ver que, durante a primeira década de funcionamento do Instituto de Serviço Social, o seu corpo discente e docente conseguiu acompanhar alguns temas de particular relevância para o serviço social, tratados não só em países europeus, como também nos Estados Unidos da América.

⁸²⁷ Vide Apêndice E: p. 20.

N.º e data do boletim	Temas (estudos e conferências) ⁸²⁸	Autoria d@ estudo / conferência
1 Out. 1936	Le fondement du secret professionnel (E)	• Escolas sociais católicas e associações de auxiliares sociais filiadas às UCISS
2 Mai. 1937	Le service social et la personne humaine (E) Social work and religion (C)	• Marie-Hélène Gausso, monitora da École Normale Sociale (Paris) • Pe. Langenfeld, na Fordham University School of Social Work (Nova Iorque)
3 Out. 1937	Le secret professionnel dans le service social (C) La profession du service social (C)	• Conclusões das Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social (UCISS, Paris, 1937)
4 Fev. 1938	City-wide meetings for catholic social workers (E)	• Sem autor, publicado em <i>The Catholic Charities Review</i> , Novembro 1937
5 Jun. 1938	Infirmières et auxiliares sociales (E) Le service social inter-entreprises (E) La philosophie du service social (C)	• UCISS, na Sociedade das Nações (órgão consultivo das questões sociais) • Mlle. Rollet, directora técnica da École de Service Social du Sud-Est (Lyon) • Pe. Walter McGuinn, no Boston College School of Social Work
6 Out. 1938	Le mouvement étudiantin des écoles de service social aux États-Unis (E)	• Sem autor, publicado em <i>The Catholic Charities Review</i> , Maio 1938
7 Fev. 1939	La formation à la pratique du service social (E)	• UCISS, na Sociedade das Nações (órgão consultivo das questões sociais)
9 Out. 1939	Le “case work” pour la solution des difficultés familiales aux États-Unis (C)	• Mary L. Sauer, secretária executiva da Catholics Charities, diocese de Pittsburgh, na Catholic Conference of Family Life (Washington, 1939)
10 Fev. 1940	La collaboration du service social à l'œuvre de la paix internationale (E)	• UCISS
11 Mar. 1940	Nos préoccupations pour l'après-guerre (E)	• UCISS, na Sociedade das Nações (órgão consultivo das questões sociais)
12 Jun. 1940	La formation des agents de service social au point de vue des valeurs morales (E)	• Pe. Walter McGuinn, director do Boston College School of Social Work
13 Set. 1940	Le choix qui s'impose entre les diverses conceptions de service social (C) L'enseignement du service social (C)	• Conclusões do Rencontre Internationale d'Études (UCISS, Bruxelas, 1946)
14 Dez. 1940	Avant-projet de plan d'un code morale professionnelle du service social (E) Que sont les “social workers” aux États-Unis (E)	• Heylen, doutor em teologia, no Rencontre Internationale d'Études (UCISS, Bruxelas, 1946) • Sem autor, publicado no <i>The Compass</i> , revista da American Association of Social Workers, Junho 1946

Quadro 3: Tema das sínteses publicadas no *Bulletin d'Information* da UCISS, 2.ª série (1936-1946)⁸²⁹⁸²⁸ E: estudos; C: conferências.⁸²⁹ L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardos 449 e 450.

O tema mais frequentemente veiculado pelo boletim versa sobre os fundamentos morais e os princípios éticos do serviço social, onde se destaca o segredo profissional, a centralidade da pessoa humana e, inclusive, uma proposta para instituir um código de moral profissional. Também recorrente é o tema dos conteúdos do ensino teórico e das estratégias da formação prática nas escolas de serviço social. O serviço social, enquanto profissão, também é matéria abordada no boletim, assim como o *social casework*, ou método de serviço social de caso, a partir da experiência norte-americana.

Se, por um lado, o boletim de informação da UCISS fazia ecoar no Instituto de Serviço Social alguns estudos e conferências sobre o serviço social além-fronteiras, por outro, também propagava, ocasionalmente, informações sobre a escola portuguesa. Para além das notícias já mencionadas, que dão conta do movimento de portugueses ao estrangeiro, ou da filiação do Instituto de Serviço Social à UCISS, refira-se, a título exemplificativo, o breve relato sobre a escola portuguesa, veiculado pelo boletim, em Outubro de 1937. Após informar que havia aberto portas em Abril de 1935, sob a presidência da condessa de Rilvas, a direcção técnica de Marie-Thérèse Lévêque e o alto patrocínio do cardeal patriarca de Lisboa, o boletim faz referência aos objectivos traçados pela escola: «[...] de donner cette éducation à des jeunes filles et de former chez elles un sens social chrétien; de constituer les écoles nécessaires pour la préparation à toutes les activités de service social; de créer des institutions préventives et éducatives»⁸³⁰. Apresenta também a forma como estava organizado o ensino, designadamente, um ano curso preparatório e dois de curso complementar, que podiam preparar para o exercício de funções como assistente social, ou para o professorado do ensino familiar e doméstico, e deixa uma nota sobre a excelência do corpo docente: «D'excellentes professeurs donnent à l'ensemble des cours un niveau intellectuel très élevé»⁸³¹. São ainda assinalados dois momentos significativos da escola, durante o ano de 1937: a visita do Ministro do Interior, Mário Pais de Sousa; e a sessão de encerramento do ano lectivo, que contou com a presença do cardeal patriarca de Lisboa. Ainda no mesmo boletim, fica salientada a palestra proferida por Marie-Thérèse Lévêque, “Le service social est-il une profession?”, durante as Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, realizadas em Julho de 1937, Paris:

⁸³⁰ *Bulletin d'Information*, n.º 3, octobre 1937: p. 12. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

⁸³¹ *Ibidem*.

«Le rapport de Mlle. Lévêque, la vaillante directrice de l'Institut de Service Social de Lisbonne, ne fit que mettre en lumière l'idée que le S.S. remplit un rôle indispensable, une haute mission de charité dans la société d'aujourd'hui, qu'il répond aux conditions d'une véritable profession»⁸³².

Ainda para exemplificar a difusão de notícias sobre o Instituto de Serviço Social, em 1939, o boletim da UCISS elenca os cargos assumidos, e as funções desempenhadas, pelas primeiras alunas diplomadas, fazendo realçar o seu papel pioneiro no serviço social português: «Nous pouvons dire que ce premier contingent d'assistantes sociales doit montrer la voie pour l'organisation du Service Social au Portugal»⁸³³. Já durante o pós-guerra, o boletim faz menção a alguns momentos significativos da escola portuguesa: a mudança de instalações para o Palácio Mitelo, em 1942; a criação do Centro Social da Bempostinha, destinado à formação prática das alunas, também em 1942; a organização de um curso de especialização rural, com vista a familiarizar as alunas com os problemas da ruralidade, em 1944; e a criação de um curso de especialização técnica no âmbito do trabalho social juntos dos organismos corporativos, em 1946⁸³⁴. Naquele mesmo boletim, é feita uma referência à Escola Normal Social, em Coimbra: «En 1937 a été fondée une école pour la préparation des agents féminins du service social, laquelle porte le nom d'École normale sociale. Cette école, organisée par les Franciscaines Missionnaires de Marie, a été reconnue par un décret»⁸³⁵. É significativo que, entre 1936 e 1946, esta tenha sido a única notícia veiculada no boletim sobre a escola conimbricense, o que leva a crer que, relativamente à sua data de fundação, a conexão com a UCISS foi tardia. Por último, um outro boletim faz referência à participação de Maria Leonor Botelho, então presidente da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social⁸³⁶, na qualidade de moderadora, no encontro internacional de estudos da UCISS⁸³⁷. O evento, tido em Agosto de 1946, Bruxelas, contou com 150 participantes, de 17 países, e visou preparar a sequente conferência internacional da UCISS.

⁸³² *Ibidem*: p. 1. Matéria a ser tratada no subcapítulo 6.3, «*Le service social est-il une profession?*»: a perspectiva determinada da directora francesa, pp. 321-344.

⁸³³ *Bulletin d'Information*, n.º 8, juin 1939: p. 12. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 450.

⁸³⁴ Cf. *Bulletin d'Information*, n.º 12, juin 1946, p. 10. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 450.

⁸³⁵ *Ibidem*.

⁸³⁶ O processo de criação da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social será tratado no subcapítulo 6.3, «*Le service social est-il une profession?*»: a perspectiva determinada da directora francesa, pp. 321-344.

⁸³⁷ Cf. *Bulletin d'Information*, n.º 13, septembre 1946, p. 6. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 450.

Desde a sua abertura, a até 1946, o Instituto de Serviço Social fez-se representar em todas as conferências internacionais de serviço social, fossem elas católicas ou “neutras”, o que revela o interesse da escola em acompanhar os temas, estudos e debates sobre o serviço social, tratados além-fronteiras. Portugal fez-se representar numa conferência internacional da UCISS, pela primeira vez, em Julho de 1935. Na quinta edição daquele evento, foram quatro os participantes portugueses: M. A. de Mello Vaz de Sampayo, presidente da Liga da Acção Católica Feminina, no Porto; Artur de Oliveira Ramos, director do Refúgio da Tutoria Central da Infância de Lisboa; Manuel Vicente Moreira, médico assistente na Faculdade de Medicina de Lisboa; e Marie-Thérèse Lévêque, na qualidade de directora técnica do Instituto de Serviço Social⁸³⁸. Numa missiva endereçada à Association des Surintendants d’Usines et de Services Sociaux, em Julho de 1935, Marie-Thérèse Lévêque, há escassos meses nas funções de directora técnica, faz saber que o cardeal patriarca de Lisboa a mandatara para representar a escola portuguesa naquele evento da UCISS, e num outro congresso, também de natureza internacional: «Je traverse Paris le 25 et le 28 et me rends à Bruxelles, où le Patriarche me délègue pour représenter le tout jeune Institut au Congrès International de Service Social Catholique et au Congrès d’Éducation Familiale»⁸³⁹. Devido à II Guerra Mundial, a sexta conferência internacional da UCISS foi sendo protelada no tempo até estarem reunidas condições para a sua realização, em 1947, na cidade suíça de Lucerna⁸⁴⁰.

⁸³⁸ Cf. UCISS [s.d.], *5^e Conférence Internationale Catholique de Service Social*, 2^{ème} édition, Antwerpen: S.M. Lux Drukk, p. 190 (II). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 324. Artur de Oliveira Ramos e Manuel Vicente Moreira vieram a integrar, mais tarde, o corpo docente do Instituto de Serviço Social. *Vide* anexos Y e AC.

⁸³⁹ “Chère Madame, c’est mon tour de [...]. [Lisbonne], 22 juillet 1935” (carta de Marie-Thérèse Lévêque à [directora da?] Association des Surintendants d’Usines et de Services Sociaux). Documento manuscrito com duas páginas: p. 2. L.d.: ETSUP (Paris), Depósito de Arquivo ASUSS / Dossier d’Élève, 16^{ème} cours (sem tratamento arquivístico).

⁸⁴⁰ Cf. UCISS [s.d.], *Service Social et Grands Problèmes de l’Heure Présente. Compte-rendu, rapports et communications de la 6^e Conférence Catholique Internationale de Service Social. Lucerne, 4-10 septembre 1947, Belgique*: Publications de l’UCISS. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris). A conferência contou com a participação de seis portugueses, entre os quais, cinco assistentes sociais: Isabel Maria Athayde, professora e monitora no Instituto de Serviço Social; Maria Leonor Botelho, monitora e membro da direcção do Instituto de Serviço Social, e também delegada oficial do Ministério do Interior; Maria Carlota Lobato Guerra, professora e monitora do Instituto de Serviço Social, e ainda delegada da OMEN; Maria Adozinda de Moraes Alves, delegada oficial das organizações de previdência portuguesa; Suzanna Lagrifa Fernandes, delegada oficial da OMEN; e o Pe. Gustavo de Almeida, pároco da Igreja de São Nicolau, em Lisboa. Marie-Thérèse Lévêque também esteve presente na conferência, porém, na qualidade de participante francesa, uma vez que já havia deixado o Instituto de Serviço Social, em Agosto de 1946 (pp. 184-197).

Embora não se trate de uma conferência, convém mencionar à participação de Marie-Thérèse Lévêque nas Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, em Julho de 1937, promovidas pela UCISS⁸⁴¹. A directora francesa foi uma das conferencistas do evento, tendo proferido uma palestra com o título “Le Service social est-il une profession?”, e cujo conteúdo será abordado mais adiante, na tese⁸⁴². De regresso a Portugal, Marie-Thérèse Lévêque redigiu o relatório das jornadas, que foi lido no Instituto de Serviço Social, durante a cerimónia inaugural do ano lectivo 1937/38. O jornal *A Voz* relata esse momento, tido na sede da Acção Católica Portuguesa, onde foi enaltecido o papel de relevo da directora francesa naquele evento internacional:

«Presidiu [a cerimónia inaugural] o sr. Arcebispo de Mitilene, secretariado pela Sr.^a Condessa de Rilvas, e pelos srs. Drs. Avelino Gonçalves, Secretário Geral da Acção Católica e Abel Varzim. Na sala onde se efectuou a cerimónia, que decorreu num ambiente quasi íntimo, encontrava-se grande número de alunas, acompanhadas das respectivas professoras e directores. [...] Depois de manifestar o desejo de que gostaria que a assistência ouvisse ler o relatório completo dos dias de estudos internacionais realizados em Paris, em Julho passado, dias em que a ilustre directora teve um papel de relêvo, a Sr.^a Condessa de Rilvas pediu para que fosse dada a palavra à secretária do Instituto para ler o referido relatório»⁸⁴³.

Após ser inaugurado, e no concerne às conferências internacionais “neutras”, o Instituto de Serviço Social fez-se representar em Londres, em 1936, na terceira edição da ICSW. Marie-Thérèse Lévêque, única participante de Portugal⁸⁴⁴, fez-se ouvir naquele evento quando, reagindo a uma das prelecções, argumentou a necessidade impor limites à intervenção do Estado nas obras privadas de assistência e no campo de intervenção dos trabalhadores sociais⁸⁴⁵. Quanto à IV ICSW, a sua realização esteve prevista para 1940, em

⁸⁴¹ Cf. UCISS (1937), *Compte Rendu des Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie, pp. 2, 58-79. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304. Nas actas das jornadas de estudo não consta uma lista geral de participantes, pelo que não é possível aferir se Portugal esteve representado por mais alguém, além de Marie-Thérèse Lévêque.

⁸⁴² Matéria a ser tratada no subcapítulo 6.3, «*Le service social est-il une profession?*»: a perspectiva determinada da directora francesa, pp. 321-344.

⁸⁴³ *A Voz*, 1937, Ano XI, n.º 3.847, 7 de Novembro (Domingo): pp. 1-2.

⁸⁴⁴ Cf. (1938) *Troisième Conférence Internationale du Service Social. Londres, 12-18 juillet 1936*, London: Le Play House Press, p. 663. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris).

⁸⁴⁵ Cf. *ibidem*, pp. 358-360. Matéria tratada no subcapítulo 5.3, A dependência financeira e a contenda pela preservação da autonomia: «*o Instituto de Serviço Social não é, pois, um organismo do Estado*», pp. 240-264.

Bruxelas, mas a II Guerra Mundial veio protelar o evento para 1948, por ocasião da 75th National Conference of Social Work norte-americana⁸⁴⁶.

Por último, convém destacar que os locais onde se encontraram as fontes documentais que sustentam a presente investigação são, eles próprios, testemunho da permeabilidade do Instituto de Serviço Social ao estrangeiro. Sobre esta escola portuguesa, e após a sua inauguração, as fontes históricas extravasam as fronteiras nacionais e estendem-se por arquivos de várias organizações em Paris (Centre d'Études, de Documentation; d'Information et d'Action Sociales – Musée Social, Centre National des Archives de l'Église de France; École Supérieure de Travail Social); e também em Bruxelas (Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire). Neste périplo franco-belga, os vestígios históricos da primeira escola portuguesa de serviço social vieram mostrar que o intercâmbio além-fronteiras de saberes, vivências e experiências, foi uma realidade desde 1935, tanto pela comunicação escrita, como pela via presencial.

6.3 «Le service social est-il une profession?»: a perspectiva determinada da directora francesa

O pensamento de Marie-Thérèse Lévêque sobre o serviço social, enquanto profissão, fica bem ilustrado numa prelecção proferida nas Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, em 1937, Paris. As jornadas de estudo, organizadas pela UCISS, contaram com 250 participantes de 14 países⁸⁴⁷, e versaram sobre dois temas: o segredo profissional no serviço social; e o estatuto profissional dos auxiliares sociais. No papel de conferencista principal, coube à directora francesa a distinção de inaugurar o segundo tema, com um discurso que mereceu rogados elogios pela clareza e capacidade argumentativa: «Cet fut Melle. Lévêque, l'infatigable directrice de l'Institut de Service Social de Lisbonne, qui dans un rapport d'une remarquable élévation de pensées, répondit

⁸⁴⁶ Cf. [s.d.] *Proceedings. Fourth International Conference of Social Work. Atlantic City, N.J., April 17-21 1948. New York, N.Y., April 24-25 1948*, não editado. L.d.: CEDIAS-Musée Social / Bibliothèque (Paris). A conferência contou com uma única participante portuguesa, Deborah Levy, sendo que as actas da conferência não especificam a sua formação, o cargo assumido ou as funções desempenhadas em Portugal (pp. 105-109).

⁸⁴⁷ Países que se fizeram representar nas jornadas de estudo: Alemanha, Bélgica, Checoslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, França, Haiti, Hungria, Itália, Jugoslávia, Perú, Polónia, Portugal e Suíça.

à la question soulevée pour cette journée: le service social est-il une profession?»⁸⁴⁸. No seu discurso, Marie-Thérèse Lévêque tece algumas considerações prévias sobre a formação dos auxiliares sociais, para depois desconstruir o termo “profissão”, e argumentar que ao serviço social devia ser atribuída aquela classificação. Considera, porém, que o serviço social não se esgota numa profissão, sendo também uma actividade que promove o bem comum, e que, pela complexidade do seu exercício, deve ficar reservado aos que sejam titulares de um diploma. Por fim, e no que se refere aos auxiliares sociais católicos, entende que o serviço social, para além de profissão, deve ser vivido como um apostolado, integrado no projecto católico de recristianização da sociedade.

Na perspectiva da directora francesa, a prática do serviço social requer o estudo integral do ser humano, nos domínios físico, social, espiritual, psíquico e psicológico. Por sua vez, a acção exercida sobre o indivíduo é indissociável da intervenção no meio social em que o mesmo se insere. Daqui decorre o necessário estudo das ciências sociais e humanas, para um adequado embasar da acção dos trabalhadores sociais: «De ces principes découle l’obligation fondamentale d’unir au travail social pratique la connaissance de la sociologie, de l’économie politique, de la législation, des conditions habituelles, normales ou anormales, de l’existence humaine»⁸⁴⁹. A necessidade de uma formação racional mostra-se então evidente para os que pretendem dedicar-se à prática eficiente do serviço social. Como tal, e à medida que o serviço social evolui em complexidade, fruto de uma formação cada vez mais exigente, Marie-Thérèse Lévêque prevê, e defende, a célere extinção do amadorismo: «La bonne volonté, et même l’attirance, étaient devenues insuffisantes pour l’exercer. Le choix capricieux du bien à faire et des êtres à aider devait en être banni»⁸⁵⁰.

Para Marie-Thérèse Lévêque, foi a progressiva complexificação dos estudos em serviço social que desencadeou o processo de profissionalização dos auxiliares sociais. Os estudos sancionados por diplomas que, em muitos países, eram já oficialmente reconhecidos,

⁸⁴⁸ Vide Anexo AE: Lévêque, Marie-Thérèse (1937), “Le service social est-il une profession?”, UCISS, *Compte Rendu des Journées Internationales d’Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie, pp. 58-79. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304. Nas jornadas de estudo, o tema “Le statut professionnel des auxiliaires sociaux” contou com um segundo conferencista principal: Mr. Theunissen, secretário da École Supérieure pour Ouvriers Chrétiens, em Lovaina, com o discurso “Le statut professionnel des agentes du service social”.

⁸⁴⁹ Vide Anexo AE: p. 64.

⁸⁵⁰ *Ibidem*: p. 65.

abriram aos auxiliares sociais a possibilidade de uma carreira social, e criaram condições para fazer do serviço social «[...] une profession qui, progressivement, fut admise comme telle par la costume»⁸⁵¹. Admite, contudo, que a complexidade do serviço social tinha vindo a dificultar a sua classificação e definição:

«Il est si complexe à définir, touche à tant de problèmes différents, englobe tant de travaux distincts unis par un but commun; il s'enchaîne avec tant d'activités limitrophes, il emploie une diversité telle de moyens, et possède une si grande richesse d'influence humaine, qu'on hésite à donner une classification fixe à l'activité de ceux qui l'exercent»⁸⁵².

Entre as classificações que tinham sido propostas ao longo do tempo, considera que as de “estado”, “cargo”, “emprego” e “função”⁸⁵³ deviam ser descartadas, por não conseguirem expressar uma actividade com conhecimentos e técnicas precisas. Sobejam, em seu entender, os termos “ofício” ou “profissão”, com significado quase similar. Explica, porém, que o uso linguístico passou a associar o termo “ofício” a labores manuais e mecânicos, ou seja, com significado mais instrumental, enquanto que ao termo “profissão” ficou reservado um alcance mais intelectual e social. Como tal, e apesar da sua inegável dimensão material, considera que o serviço social se aproxima mais a uma profissão: «Conformons nous donc à l'usage et admettons que malgré toute la part d'activité matérielle qu'il peut comporter, le service social est beaucoup plus proche d'une profession que d'un métier»⁸⁵⁴.

O que entendia então, Marie-Thérèse Lévêque, por profissão? É preciso realçar que por ocasião do seu discurso, em 1937, o estudo das profissões enquanto tal, designadamente a sociologia das profissões, ainda se encontrava numa fase insipiente. No que se refere à sua história, enquanto disciplina, a primeira fase da sociologia das profissões situa-se entre meados da década de 1930 e o final da década de 1960, período dedicado à definição do seu campo de estudo, ou seja, à identificação dos elementos constitutivos de uma profissão e construção de um modelo teórico-interpretativo (cf. Rodrigues, 2002: 7-33). É preciso, pois, reconhecer a coragem e a audácia de Marie-Thérèse Lévêque, quando nas jornadas de

⁸⁵¹ *Ibidem*: p. 66.

⁸⁵² *Ibidem*.

⁸⁵³ Tradução da língua francesa, referente aos termos “état”, “charge”, “emploi” e “fonction”.

⁸⁵⁴ *Vide* Anexo AE: p. 67.

estudo de 1937, ainda nos primórdios da disciplina suprarreferida, avançou com uma definição de profissão que considerava ser extensível a todas as profissões, isto, apesar de reconhecer as limitações da sua proposta, que reconhecia ser «approximative et incomplète»⁸⁵⁵. No seu entender, uma profissão era uma forma de actividade especializada: que respondia a certas tradições, necessidades ou carências sociais; para cujo exercício se exigiam, e eram necessários, o estudo de determinados conhecimentos e a aquisição de uma técnica específica; e de cujo exercício era possível esperar, legitimamente, uma remuneração. Uma vez que, segundo a directora francesa, o serviço social respondia a todos os requisitos da definição proposta, «[...] peut donc être considéré, logiquement, comme une profession pour ceux qui l'exercent»⁸⁵⁶.

Para Marie-Thérèse Lévêque, a acção visível, controlável, por vezes regulamentada, orientada por técnicas observáveis e até mesmo mensuráveis, é apenas uma das dimensões do serviço social: aquela que mais o aparenta a uma profissão. É, contudo, a dimensão menos relevante para aqueles que procuram compreender o serviço social na sua essência e na sua finalidade. Explica, então, que mesmo partilhando as mesmas técnicas, seguindo as mesmas regras profissionais, e realizando estritamente as mesmas acções replicáveis, um auxiliar social pode ser um importante elemento de organização social, uma engrenagem desnecessária e dispendiosa, ou ainda um perigoso elemento de desordem social. Perante esta constatação, argumenta que a noção simples de profissão consegue ser suplantada pelo exercício do serviço social, pois a sua importância, valor e utilidade real não residem no cumprimento de uma tarefa profissional estrita, mas antes nas directivas internas que orientam a sua finalidade. O serviço social, claramente uma profissão para a directora francesa, diferenciava-se, porém, da maioria das profissões, por exigir de quem o exerce uma vocação comprovada, uma dedicação total e esclarecida ao ser humano, um ideal francamente determinado, e uma atitude de vida profundamente moral.

Ao tomar como referência a definição de serviço social que havia sido enunciada na quinta conferência internacional da UCISS, em 1935, Bruxelas, e a partir de alguns modelos de acção que considera específicos ao serviço social, Marie-Thérèse Lévêque procura

⁸⁵⁵ *Ibidem.*

⁸⁵⁶ *Ibidem.*

demonstrar as profundas repercussões do seu exercício no domínio do bem comum. Segundo entende, o serviço social era, de entre um conjunto de actividades particularmente humanas e sociais, uma das que mais adequadamente respondia à missão da sociedade: promover o bem comum. Na abordagem que faz ao bem comum, apoia-se na doutrina tomista que, com firmes esteios na doutrina aristotélica, sustenta que o poder na sua essência tem origem divina, mas é captado e se realiza por meio da própria natureza humana, capaz do seu exercício e da sua aplicação (cf. Wolkmer, 2003: 54-56)⁸⁵⁷. Segundo argumenta, o homem não possui, por si próprio, um bem privado que permita o seu pleno desenvolvimento, pelo que vive em sociedade para compensar a sua insuficiência pessoal. A sociedade deve, portanto, colocar à disposição do homem um bem comum, permitindo-lhe remediar a pobreza dos seus próprios recursos e realizar, em plenitude, o ideal humano. Este bem comum, este ideal social, é então a razão de ser da sociedade. Fundamentando-se na doutrina tomista, Marie-Thérèse Lévêque enuncia os elementos integrantes do bem comum: as forças morais, que agem directamente sobre as almas e contribuem eficazmente para a formação de mentes e corações; as forças materiais do Estado, com a garantia de condições de higiene e segurança, indispensáveis para assegurar a actividade normal dos cidadãos; e o poder da autoridade pública, colocado ao serviço das forças morais e materiais. É a associação destas três forças que permite: a todos os homens, a possibilidade de praticar os seus deveres essenciais; ao maior número possível de pessoas, o pleno desenvolvimento das suas mentes e corações; e às elites, os meios para realçar os seus dons excepcionais. A coordenação comum de esforços em prol daquele ideal humano resulta, assim, num bem comum real e de valor, «[...] facteur d'équilibre social, combattant l'individualisme déréglé, mais par lequel la personne humaine est ennoblie, fortifiée 'les citoyens y servant la société pour avoir le droit de s'en servir'»⁸⁵⁸.

Como vai então, o serviço social, ao encontro da concepção de bem comum anteriormente enunciada? Para responder a esta questão, Marie-Thérèse Lévêque recupera a definição de serviço social proposta por Maria Baers, secretária-geral da UCISS, durante o Congrès National des Auxiliaires de Service Social, em Anvers, 1930, e cujos ecos se fizeram sentir

⁸⁵⁷ Sobre a abordagem feita ao bem comum, Marie-Thérèse Lévêque menciona ter recorrido, em concreto, às seguintes obras, da autoria de padres dominicanos: R. P. Hugué (1934), *Mélanges thomistes*, Paris: J. Vrin; R. P. Rutten (1932), *La doctrine sociale de l'Église*, Paris: Les Éditions du Cerf; R. P. Gillet (1922), *Conscience chrétienne et justice sociale*, Paris: Éditions de la Revue des Jeunes.

⁸⁵⁸ Vide Anexo AE: p. 70.

em 1935, na quinta conferência internacional da UCISS, num discurso sobre as bases morais e sociológicas do serviço social⁸⁵⁹. Segundo Maria Baers, o serviço social é uma forma de actividade social que, através de meios técnicos adequados, pretende promover a constituição, ou o funcionamento normal, das conjunturas sociais necessárias ou úteis ao homem, quando este seja incapaz de os prover pelos seus próprios meios. Refere-se a todo o trabalho social, quando coordenado e metodicamente realizado por agentes competentes e tecnicamente preparados. Com base nesta definição, Marie-Thérèse Lévêque entende que o serviço social é, portanto, parte das forças morais que constituem o bem comum, pois contribui efectivamente para a formação de espíritos e corações, em particular através do método de serviço social casos, individual e familiar:

«Dans le service social des cas individuels et dans le service social familial, l'auxiliaire social agit par contact direct, d'âme à âme, 'il doit replacer, par tout un travail d'aide et d'éducation, les individus et les familles dans des conditions normales d'existence, en suscitant l'effort personnel d'entr'aide et de réadaptation'»⁸⁶⁰.

O serviço social desenvolve um cuidadoso estudo do indivíduo e trata de conhecer os seus recursos internos, nos quais se apoia, para depois os fortalecer e fazer aumentar o bem individual. Em simultâneo, coordena os recursos externos que podem ser úteis ao indivíduo na sua recuperação, cura ou preservação, através de uma ajuda atenta e prolongada, e sob uma influência profunda. Não se trata, conforme acrescenta Marie-Thérèse Lévêque, de curar feridas morais, ou de erguer os fracassados, mas sim de edificar e salvaguardar a organização familiar, enquanto grupo social fundamental.

No que concerne às forças materiais do Estado, a directora francesa salienta serem bem conhecidas dos auxiliares sociais, pois integram o seu quotidiano, quando a elas recorrem para assegurar aos cidadãos uma actividade normal. Segundo explana, a auxiliar social serve-se diariamente daquelas forças materiais, colocando-as, no seu domínio específico, ao serviço das forças morais:

⁸⁵⁹ Cf. Rubbens, Edmond [s.d.], "Les bases morales et sociologiques du service social", UCISS, 5^e *Conférence Internationale Catholique de Service Social*, 2^{ème} édition, Antwerpen: S.M. Lux Drukk, pp. 3-18 (I). L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 324.

⁸⁶⁰ *Vide* Anexo AE: p. 71. Marie-Thérèse Lévêque cita indirectamente Maria Baers (Anvers, 1930), a partir do discurso sobre as bases morais e sociológicas do serviço social, proferido por Edmond Rubbens em 1935, durante a quinta conferência internacional da UCISS.

«Il augmentera leur valeur en les complétant les unes par les autres, en rendant ces forces plus adéquates à chaque cas, à chaque être; en corrigeant, pour chaque individu, leur dispersion, leurs déficiences, leur systématisation ou schématisation trop grandes; en leur faisant produire pour chacun, en pleine efficacité et utilité, un rendement qui aurait été souvent inconnu, inutilisé, ou diminué sans son intervention»⁸⁶¹.

Ao colaborar no uso das forças materiais do Estado, o serviço social contribui, portanto, em intensidade e em extensão para a construção do bem comum. Por último, e a propósito do poder da autoridade pública, Marie-Thérèse Lévêque faz ver que o auxiliar social age como intermediário entre os indivíduos e a aplicação das leis, e também coordena a acção daquele poder quando necessário, juntamente com as forças morais e materiais.

Marie-Thérèse Lévêque acrescenta ainda que, para além do serviço social colocar os três elementos integrantes do bem comum ao serviço do indivíduo e dos grupos, também contribui para aumentar o potencial e a influência dos mesmos, por via da acção exercida pelos auxiliares sociais. Com esta reflexão, a directora francesa demonstra que o serviço social, ao promover constantes interacções entre as várias forças que constituem o bem comum, e ao potenciá-las no seu domínio específico de acção, pode ser considerado um importante agente do bem comum. Alega, inclusive, que poucos trabalhos concorrem para o bem comum com diversidade e amplitude comparáveis às do serviço social, e que uma tal profissão não se limita a actividades regulares e planeadas: ela é, pelo contrário, de uma perpétua criação. O exercício do serviço social acaba, assim, por suplantam a simples definição de profissão, uma vez quotidianamente se deixa conduzir pelo «[...] respect total de la personne humaine, cette juste notion qu'il en préserve, face à la société; le secret qu'il exige en général, et très particulièrement dans certain cas; l'enrichissement perpétuel des moyens, des effets, et des échanges qu'il procure [...]»⁸⁶².

Tendo em consideração a complexidade e as exigências inerentes ao serviço social, Marie-Thérèse Lévêque não só defende que o exercício do mesmo deve ser exclusivamente reservado aos auxiliares sociais devidamente formados, como também realça a perigosidade de uma situação contrária: «Connaître peu le service social équivaut à le

⁸⁶¹ Vide Anexo AE: pp. 71-72.

⁸⁶² *Ibidem*: p. 74.

connaître mal, ou même à le méconnaître»⁸⁶³. Segundo entende, os inconvenientes, as ignorâncias e as incapacidades são já lamentáveis entre os recém-formados, por mais esclarecidos que estejam. Contudo, são situações que se amplificam gravemente entre os não profissionais, que carecem de uma base de formação teórica e prática para nortear o seu pensamento e a sua acção. O serviço social exige, assim, maturidade de pensamento e conhecimentos sólidos, que não podem ser adquiridos sem ser por via dos estudos e da experiência. Admitir ou permitir o contrário seria, segundo a directora francesa, um retrocesso no longo caminho já percorrido pelo serviço social:

«Si l'on exige une formation de plus en plus étendue et approfondie de ceux qui s'y consacrent, pourquoi donc retournerions nous illogiquement en arrière, et admettrions-nous, pour certains, la suppression de ce qui, partout et pour tous, s'impose comme une nécessité chaque jour plus évidente?»⁸⁶⁴.

Em determinado momento, no seu discurso, Marie-Thérèse Lévêque esclarece não existir distinção, em termos de preparação e competência, entre os auxiliares sociais diplomados, com experiência prática e retribuição salarial, e os auxiliares sociais benévolos, porém, também com diploma e a exercer com regularidade o serviço social. Situação diferente, porém, é a que diz respeito aos *bénévoles pures*, sem quaisquer estudos, ou com uma formação insuficiente. Sobre estes, que desejam dedicar do seu tempo livre ao serviço social, mas não detêm preparação especializada, impõe-se uma escolha criteriosa. De acordo com a directora francesa, a eles se devem requerer os mesmos atributos essenciais que são exigidos aos futuros profissionais, como a humildade, o equilíbrio mental, a seriedade, a sensibilidade e o espírito de entrega. Caso se enquadrem neste perfil, e aceitem desempenhar as tarefas que forem propostas pelos auxiliares sociais profissionais, a sua ajuda pode ser muito prestável. Para Marie-Thérèse Lévêque, qualquer trabalhador social tinha o dever estrito de recorrer, em seu redor, a todas as boas vontades, e junto delas fazer o que Mary Richmond recomenda na obra *What is Social Case Work?*⁸⁶⁵: «leur apprendre le jeu»; ou seja, “ensinar-lhes as regras do jogo”, o que compreendia a «[...] les y faire

⁸⁶³ *Ibidem*: p. 75.

⁸⁶⁴ *Ibidem*.

⁸⁶⁵ Ao referir aquela publicação no seu discurso, Marie-Thérèse Lévêque revela familiaridade com uma obra pioneira na introdução à teoria e prática do *social casework* (serviço social de caso): *What is Social Case Work?*, da autoria de Mary Richmond. A obra, publicada nos Estados Unidos da América em 1922, foi editada em língua francesa em 1926, sob o título *Les Nouvelles Méthodes d'Assistance. Le Service Social des Cas Individuels*. A sua tradução foi assegurada por Mme. P. de Chary e o médico belga René Sand.

participer; de répandre dans sa sphère d'action l'éducation sociale, de resserrer les liens d'entr'aide entre les hommes, et d'augmenter la compréhension sociale générale»⁸⁶⁶. Isto, pois considera que o serviço social, quando adopta uma postura de fechamento ao exterior, impede que as vocações sociais tenham a oportunidade de se revelar.

Ao concluir o seu discurso, Marie-Thérèse Lévêque disserta sobre o significado do serviço social para os profissionais católicos: «Si le service social est riche de tant de substance pour ceux qui l'exercent en toute conscience, loyauté, et volonté tendue vers le bien, que ne doit-il pas signifier pour les travailleurs sociaux, les auxiliaires, les assistants sociaux catholiques?»⁸⁶⁷. Recorda, então, vários documentos papais relativos à Doutrina Social da Igreja Católica, e remete para o movimento de “regeneração cristã” da sociedade, inscrito no quadro do catolicismo integral. Ao conciliar a dimensão profissional do serviço social com o projecto católico de recristianização da sociedade, a directora francesa alega que, para os profissionais católicos, o serviço social deve ser vivido como um apostolado, assente no respeito pelas crenças de cada pessoa: «Il s'agit d'un apostolat de rayonnement, accompagné du respect total des croyances de l'être à aider ou à soutenir; ce respect total des croyances qui est une des parties les plus hautes du respect de la personne humaine»⁸⁶⁸. A prelecção conclui que, para os católicos, mais do que para todos os outros, o termo profissão, no seu significado comum, é demasiado restrito para traduzir o verdadeiro sentido da acção do serviço social. É que, para Marie-Thérèse Lévêque, um católico que tenha o serviço social como actividade habitual, não só se compromete com uma profissão, como também deve contribuir para “fazer profissão”: uma profissão inspirada pela fé, a esperança e o amor.

Finalizadas as conferências sobre o estatuto profissional dos auxiliares sociais, as jornadas de estudo compreenderam um momento de discussão plenária, cuja síntese foi publicada nas actas daquele evento⁸⁶⁹. Através das vozes que participaram no debate, depreende-se que o discurso de Marie-Thérèse Lévêque não foi consensualmente acolhido. Merece aqui

⁸⁶⁶ Vide Anexo AE: p. 76.

⁸⁶⁷ *Ibidem*: p. 77.

⁸⁶⁸ *Ibidem*: p. 78.

⁸⁶⁹ Cf. UCISS (1937), *Compte Rendu des Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie, pp. 114-119. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304.

destaque a intervenção do padre jesuíta Michel Riquet⁸⁷⁰, que veemente se insurgiu quanto a ênfase atribuída ao estatuto profissional do serviço social, e também a propósito da exigência de um diploma para o seu exercício, por considerar que ambos concorriam para desvirtuar a concepção cristã de serviço social. Na sua perspectiva, o rumo que a designada “profissão” dos auxiliares sociais estava a tomar apresentava o perigo do serviço social se tornar num simples meio para garantir o sustento a quem o exercia. Como tal, devia ser abandonada a celebração de contratos de trabalho com auxiliares sociais, e também a tentativa de definir o estatuto jurídico do serviço social, enquanto profissão. De acordo com Michel Riquet, as funções dos auxiliares sociais eram demasiado diversificadas e indefinidas para que uma regulamentação fosse possível. Embora concorde que o serviço social não deve ficar à mercê do improvisado, e que requer o emprego de uma técnica, o padre jesuíta não considerava que esse dever de competência, por parte dos auxiliares sociais, implicasse a necessidade de tornar o serviço social uma profissão regulamentada e assalariada, já que era maioritariamente assegurado por pessoas benévolas: «[...] cela ne veut pas dire incompetence mais héroïque désintéressement comme les religieuses qui depuis longtemps font du service social sans diplôme et sans salaire»⁸⁷¹. Por fim, enfatiza novamente a sua preocupação com o futuro do serviço social e respectiva concepção cristã, ao ver o empenho com que os auxiliares sociais estavam a reivindicar as prerrogativas de uma profissão regulamentada e assalariada, à semelhança de todas as outras.

As actas das jornadas de estudo apenas incluem o resumo da resposta que Marie-Thérèse Lévêque dirigiu a Michel Riquet. Não obstante, uma pesquisa no fundo arquivístico da UCISS, em depósito no Centre d’Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire (CARHOP), Bruxelas, permitiu aceder à resposta integral da directora francesa,

⁸⁷⁰ Michel Riquet (1898-1998), jesuíta ordenado em 1928, era doutorado em teologia, tendo sido um dos discípulos do filósofo francês Jacques Maritain (1882-1973). Por ocasião das jornadas de estudo da UCISS, em 1937, era director da Conférence Laënnec, em Paris, cargo que ocupou entre 1930 e 1944, cabendo-lhe coordenar a formação moral dos estudantes de medicina do Centre Laënnec. A Conférence Laënnec, fundada em 1875, pretendia preparar e educar uma elite médica católica para ocupar os melhores postos em hospitais parisienses, e formar católicos exemplares – a elite católica –, cuja vocação seria participar da “reconquista católica” de um universo médico que se tornou indiferente, desconfiado, e até mesmo hostil à Igreja Católica, em resultado da secularização (cf. Élie, 2021: 37-42).

⁸⁷¹ UCISS (1937), *Compte Rendu des Journées Internationales d’Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie: p. 116. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304.

num documento manuscrito redigido pela própria⁸⁷². A conferencista começa por sublinhar que não teve intenção de menorizar o papel dos benévolos sem diploma especializado, e que, pelo contrário, a esses corajosos precursores se deve o trabalho social moderno: «[...] nous gardons une admiration profonde et fidèle à ces bénévoles au grand cœur et à la grande expérience qui, s'imposant par leur propre valeur, ont admirablement improvisé le travail social, et ont réussi à l'implanter malgré tous les obstacles»⁸⁷³. Porém, questiona a utilidade de se replicarem as experiências praticadas no passado, quando o saber adquirido pelos predecessores mostra que determinados conhecimentos e técnicas são necessários para levar a bom termo o trabalho social, no seu actual estado de desenvolvimento.

Acerca do diploma profissional, e caso a atitude a adoptar seja a sua rejeição, Marie-Thérèse Lévêque questiona como será possível avaliar a preparação dos que pretendem exercer o trabalho social. Tendo exercido benevolamente o trabalho social durante vários anos, a directora francesa acredita poder dar a sua justa opinião sobre aquele assunto. Explica então que, enquanto benévola, sentia frequentemente as próprias limitações e a necessidade de adquirir uma formação consistente. Com esta aspiração, e não podendo, pelas suas circunstâncias de vida, permanecer benévola, decidiu obter o diploma numa escola social e assim se tornar profissional. Aquele diploma revelou-se, em simultâneo, uma garantia para Marie-Thérèse Lévêque e para as suas várias entidades empregadoras: «Ce diplôme était, à la fois, une certitude pour moi, puisqu'il me garantissait l'étude préalable d'un programme théorique et pratique, et pour ceux qui m'emploieraient, puisqu'il leur permettrait de contrôler ma formation»⁸⁷⁴. Acrescenta que, por ocasião da obtenção do seu diploma na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux, em 1927, o diploma de assistente social ainda não tinha sido oficialmente reconhecido em França. Todavia, mesmo quando os diplomas das escolas sociais francesas eram estritamente privados, não deixavam de ser exigidos pela maioria dos empregadores: «[...] je puis vous assurer qu'ils étaient déjà instamment demandés par la grande majorité des

⁸⁷² Vide Anexo AF: “Réponse au R.P. Riquet (séance du 12 juillet matin). Mlle. M. Th. Lévêque: Directrice du Instituto de Serviço Social, Lisbonne - Portugal. [1937]”. Documento manuscrito com nove páginas. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 336.

⁸⁷³ *Ibidem* : p. 1.

⁸⁷⁴ *Ibidem*: p. 3.

employeurs, et qu'ils les guidaient dans le choix des personnes appelées à exercer chez eux un travail social donné»⁸⁷⁵.

Para Marie-Thérèse Lévêque, a existência de um diploma oficial, que garante ou facilita o acesso a uma carreira social, não compromete a vocação e a competência, caso existam: «Le diplôme officiel [...] ne fait donc que consacrer un état de fait, déjà-bien établi par la costume»⁸⁷⁶. Sendo certo que um diploma, *per si*, não garante a existência de uma vocação social, não considera haver qualquer objecção a que um diploma possa ser atribuído nas situações em que aquela vocação seja preexistente. O trabalho de auxiliar social exigia uma tal doação e sacrifício permanentes, que a directora francesa não imaginava como podia uma rapariga, a não ser por uma escolha autêntica e ponderada, exercer quotidianamente o serviço social. Já em termos financeiros, e salvo raras excepções, a situação da auxiliar social era semelhante, ou até inferior, à de numerosas outras carreiras femininas, ao que a directora francesa questiona como podia uma rapariga exercer sem vocação o trabalho social, se estava livre para seguir outro rumo, quiçá, mais vantajoso. Por último, e fazendo uso da realidade que lhe era familiar, o Instituto de Serviço Social, em Lisboa, exemplifica como metade das suas alunas abandonava os estudos ao reconhecer que não tinha vocação, ainda que tivessem sido submetidas a um criterioso processo de selecção:

«C'est un fait que dans l'école dans je m'occupe, dès la première année, dite préparatoire, la moitié des candidates, bien que déjà très triées, abandonnent les études sociales; elles reconnaissent spontanément qu'elles ne sont pas dans leur voie, et qu'une persistance de leur part n'aboutirait qu'à de la souffrance inutile, et à un erreur»⁸⁷⁷.

No que concerne à vocação religiosa, que Michel Riquet desejava ver unificada ao trabalho social para assim se salvaguardar o ideal cristão, Marie-Thérèse Lévêque admite que a hipótese vem simplificar a questão da subsistência financeira dos auxiliares sociais, e permitir a total disponibilidade e doação ao outro. Porém, adverte que é possível existir uma vocação social sem que haja uma vocação religiosa, e vice-versa. Afastar do trabalho social os católicos sem vocação religiosa seria, para a directora francesa, deixar perder um sem-número de jovens generosos e promissores, que apenas desejavam ser úteis no mundo.

⁸⁷⁵ *Ibidem*.

⁸⁷⁶ *Ibidem*: pp. 3-4.

⁸⁷⁷ *Ibidem*: p. 6.

Parece-lhe, inclusive, uma orientação contrária às directivas do então sumo pontífice da Igreja Católica, Pio XI, que desejava ver os leigos intimamente envolvidos na acção social. Por último, lembra que o serviço social e os auxiliares sociais existem em locais do mundo muito distintos, alguns dos quais onde a fé católica não é a única existente, nem tão-pouco a dominante, pelo que ao nível religioso e social, as directrizes emitidas durante aquelas jornadas de estudo não tinham uma extensão ou validade universal: «[...] nous ne pouvons donc émettre ici, sur le plan religieux et social, que des directives adoptables par le plus grand nombre, et selon les possibilités»⁸⁷⁸.

O discurso de Marie-Thérèse Lévêque teve repercussões imediatas, designadamente nas conclusões das jornadas de estudo. Ao encerrar o evento, a UCISS retomou a definição de serviço social proposta por Maria Baers no Congrès National des Auxiliaires de Service Social, em Anvers, 1930, e apoiou-se na definição de profissão avançada pela directora francesa, para sumariar que: na maioria das situações, o serviço social pode ser considerado uma actividade profissional e, portanto, uma verdadeira profissão; o exercício do serviço social está orientado para um fim altamente social, exigindo dos que o praticam tanto um sentido de justiça rigoroso e um ideal elevado de caridade, fonte de dedicação e generosidade, como também aptidões intelectuais e o conhecimento actualizado de teorias e fenómenos de ordem social. Com base nestas premissas, a UCISS conclui que o serviço social requer, por parte de quem o exerce, uma “vocação”, ao ponto que considerem o seu trabalho como um verdadeiro serviço ao próximo e à sociedade, e não como uma actividade meramente lucrativa. Conclui também que, pelas exigências do exercício do serviço social, é aconselhável que o mesmo apresente aos auxiliares sociais as garantias e vantagens de uma profissão organizada e defensável. Por fim, a UCISS recomenda que as associações sua filiadas estudem o estatuto profissional dos auxiliares sociais nos diferentes países, e acompanhem de perto a sua implementação⁸⁷⁹. Convém salientar que, para além da publicação dos livros de actas, os ecos das jornadas de estudo de 1937

⁸⁷⁸ *Ibidem*: p. 9.

⁸⁷⁹ Cf. UCISS (1937), *Compte Rendu des Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social*. Paris, 11-13 juillet 1937, Anvers: S.C. Lux Imprimerie, pp. 119-120. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 304.

também foram veiculados no boletim de informação da UCISS⁸⁸⁰, o que veio exponenciar a projecção internacional daquele evento.

Durante o tempo em que desempenhou funções no Instituto de Serviço Social, Marie-Thérèse Lévêque revelou-se em consonância com o seu pensamento sobre o serviço social, enquanto profissão, e com os direitos profissionais que considerava importantes acautelar àqueles que o exerciam, quando devidamente formados.

Em 1936, num relatório sobre o primeiro ano de acção do Instituto de Serviço Social, defende que sejam oficialmente reconhecidos os diplomas atribuídos naquela escola: «O Instituto não pode realizar o que quer fazer para Portugal sem ter a certeza que as suas alunas, actualmente as mais seriamente e aprofundadamente formadas do país, no campo social, terão a propriedade dos seus diplomas e títulos»⁸⁸¹. Preocupada em salvaguardar o título de assistente social e o exercício do serviço social, em exclusivo, para aqueles que tivessem a devida preparação intelectual, técnica e moral, considera:

«[...] inadmissível que todas as escolas que dizem-se ‘sociais’ (actualmente, em Portugal) têm o direito de dar, por exemplo, o título de ‘assistente social’ a alunas das quais a formação é muitíssimo inferior a qualquer das formações dadas lá fora; e que, durante este tempo, a única escola social que pode ser comparada com as melhores do estrangeiro, esteja sem ajuda oficial, sem programas e diplomas reconhecidos»⁸⁸².

Seria, então:

«[...] absolutamente preciso fazer reconhecer os três diplomas do Instituto: enfermagem, tal que está, isto é, o melhor actualmente dado em Portugal; [...] assistente social, o único diploma completo em Portugal actualmente; professor de ensino familiar e doméstico, também actualmente, a única formação completa e moderna dada em Portugal»⁸⁸³.

⁸⁸⁰ Cf. *Bulletin d'Information*, n.º 3, octobre 1937, pp. 1-4. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 449.

⁸⁸¹ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: p. 8. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025 (sublinhado conforme o documento).

⁸⁸² *Ibidem*.

⁸⁸³ *Ibidem*: p. 9.

Segundo entende, o programa de estudos do Instituto de Serviço Social devia ser oficialmente considerado o mínimo legal para a obtenção de um dos títulos acima indicados, e nenhuma outra escola com um programa inferior devia ser autorizada a atribuí-los às suas alunas.

Os constrangimentos que as alunas do Instituto de Serviço Social encontraram quando, ao completar um plano de estudos não reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional, se viram despojadas de um diploma oficial, são testemunhados pela assistente social Maria Helena Beltrão, formada em 1937:

«Depois de terminarmos o curso não tínhamos diploma oficial, porque era uma escola particular. Passados quatro ou cinco anos depois de eu terminar, o curso foi oficializado, e então nessa altura tivemos que fazer um exame de Estado, para nos podermos oficializar na profissão. [...] todas nós enquanto profissionais sentíamos essa necessidade, pois tínhamos dificuldade em entrar para as instituições ao não sermos reconhecidas. Por exemplo, no [Hospital] Júlio de Matos, que era uma instituição oficial, como era possível uma aluna de serviço social entrar para lá se o curso não era reconhecido? Como é que um director de uma instituição podia requerer o serviço de uma assistente social, se ela não existia oficialmente enquanto profissional?»⁸⁸⁴.

As indefinições resultantes daquela ausência de reconhecimento oficial colocavam-se, sobretudo, no acesso das jovens formadas pelo Instituto de Serviço Social ao emprego em entidades públicas:

«[...] oficialmente as assistentes sociais não existiam, quer dizer, eram desconhecidas. Aconteceu, por exemplo... o professor Barahona Fernandes, que era nosso professor de psiquiatria e que foi o fundador do [Hospital] Júlio de Matos, queria uma assistente social para o seu hospital e o Governo disse: ‘O que é isso, uma assistente social!?’ (risos) Depois teve uma assistente social, mais tarde! Quer dizer, primeiro eu fui, trabalhei lá, mas como voluntária, porque pediu-me o professor particularmente, (risos) visto o Governo ter dito: ‘O que é isso, assistente social!?’ Então ele disse-me: ‘Eu peço-lhe particularmente, se não se importa, de vir aqui dar um apoio durante algum tempo’»⁸⁸⁵.

No Instituto de Serviço Social, a secção A foi a primeira a contar com a aprovação oficial do plano de estudos, por via do decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, sendo então instituído um exame Estado para as alunas que desejassem obter o diploma oficial de

⁸⁸⁴ Vide Apêndice E: pp. 9-10.

⁸⁸⁵ Vide Apêndice G: p. 9.

assistente de serviço social. A secção B, que preparava para o ensino familiar e doméstico, só viu o seu plano de estudos ser reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional em 1956, com a publicação do decreto-lei n.º 40.678, de 10 de Julho, embora contasse com a aprovação da Junta Nacional da Educação desde 1943. No que concerne aos estudos em enfermagem, o reconhecimento oficial da formação ministrada no Instituto de Serviço Social foi um desígnio de Marie-Thérèse Lévêque que nunca logrou ser concretizado.

Ainda em 1936, no relatório sobre o primeiro ano de acção do Instituto de Serviço Social, a directora francesa realça a importância de mobilizar as alunas para a organização de uma associação, e também de se começar a estruturar os alicerces para um sindicato das assistentes sociais e professoras de ensino familiar e doméstico, «[...] para defender os direitos das alunas e assegurar o tempo das suas incapacidades físicas (doença, velhice, etc...)»⁸⁸⁶. Por último, e uma vez que o Instituto de Serviço Social contaria, em breve, com as sua primeiras alunas formadas, sugere a obrigatoriedade de com elas ser celebrado um contrato de trabalho:

«Seria bom e muito útil exigir, desde o princípio, um contrato de trabalho para as alunas que principiam o trabalho social, sobre os moldes daqueles usados no estrangeiro para assistentes sociais católicos; este modelo é fácil de realizar, sendo muito semelhante ao dos contratos feitos para os empregados superiores das corporações portuguesas»⁸⁸⁷.

O relatório que tem vindo a ser citado situa-se em 1936, data anterior às jornadas de estudo promovidas pela UCISS, em que Marie-Thérèse Lévêque participou como conferencista. Emerge, assim, o posicionamento genuíno e vanguardista da directora francesa em prol do serviço social profissional, e dos direitos profissionais dos que o exercem, já que o relatório, da sua autoria, prova antecipação face às orientações emanadas pela UCISS no final das jornadas de estudo de 1937, que impeliram o estudo e implementação do estatuto profissional dos auxiliares sociais, nos diferentes países, tendo em vista a organização do serviço social enquanto profissão.

⁸⁸⁶ “Resultados do 1.º ano de acção prática do Instituto de Serviço Social. [1936]”. Documento manuscrito com onze páginas: p. 11. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/025.

⁸⁸⁷ *Ibidem*.

Os primeiros passos na mobilização associativa parecem situar-se somente em 1943, ou seja, sete anos após Marie-Thérèse Lévêque ter feito aquela recomendação. Em Junho de 1942, numa missiva dirigida ao cardeal patriarca de Lisboa, a condessa de Rilvas sugere a criação de uma associação de antigas alunas, com reuniões mensais, compreendendo uma dimensão espiritual e outra profissional:

«A parte espiritual porque, na vida dura, penosa que elas teem precisam de reconforto, de luz, e de desenvolver cada vez mais a sua vida interior. A parte profissional porque elas teem que estudar constantemente todos os problemas sociaes que se apresentam e estarem ao par de todas as mudanças e leis modernas suscitadas pela reorganização do mundo novo»⁸⁸⁸.

Adianta, também, que a associação podia avançar com um pequeno jornal, a ser remetido às assistentes sociais e educadoras familiares que trabalhassem nas províncias, para que «[...] ficassem em contacto com a Direcção Central e se mantenha o espírito de união e de solidariedade que deve existir entre elas»⁸⁸⁹. As sugestões da condessa de Rilvas terão recebido a anuência de D. Manuel Cerejeira, pois em Janeiro de 1943 iniciam-se reuniões periódicas entre as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, e surge a publicação de um boletim, intitulado *Candeia*. Porém, só ao fim de quase três anos de existência, em Julho de 1946, é que a Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social, e respectivo boletim, vieram a ser definitivamente aprovados pelo Patriarcado de Lisboa.

O boletim *Candeia* contou com dezassete números, publicados entre Janeiro de 1943 e Abril de 1947, e era distribuído pelas antigas alunas do Instituto de Serviço Social que integravam a respectiva Associação. No decorrer da presente investigação, e à exceção de um número⁸⁹⁰, foi possível consultar a colecção completa do boletim, em depósito no fundo documental da UCISS, no Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire (CARHOP), Bruxelas, e também no espólio pessoal da assistente social Maria Leonor Corrêa Botelho, ainda sem tratamento arquivístico. No que se refere às suas várias

⁸⁸⁸ “Eminentíssimo Senhor Patriarca, recebi a comunicação [...]. Lisboa, 16 de Junho de 1942” (carta da condessa de Rilvas ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento manuscrito com cinco páginas e apenso com sete páginas (apenso: p. 6). L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/008.

⁸⁸⁹ *Ibidem* (apenso: pp. 6-7).

⁸⁹⁰ N.º 9, cuja publicação se situa entre Janeiro e Abril de 1944.

secções, o boletim compreende: artigo de fundo sobre a missão do serviço social, redigido por uma assistente social ou educadora familiar; notícias sobre o trabalho das antigas alunas; relatos da participação de associadas em eventos ou missões de estudo no estrangeiro; síntese das reuniões da Associação; legislação social recentemente publicada em Portugal; e resenhas de publicações no domínio social, nacionais e estrangeiras. O boletim também veiculava, numa secção reservada para o efeito, alguns temas tidos como relevantes para o serviço social, abordados em Portugal ou no estrangeiro, e que eram depois sujeitos a debate durante as reuniões de estudo da Associação. O segredo profissional no serviço social, tratado nas jornadas de estudo promovidas pela UCISS, em 1937, foi o tema com maior destaque no boletim, tendo ocupado seis números, entre Março e Dezembro de 1943.

A leitura do boletim *Candeia*, em particular da síntese das reuniões da Associação, revela os principais passos daquele que pode ser considerado, no âmbito do serviço social em Portugal, o primeiro movimento associativo e de defesa dos interesses profissionais. Logo em Janeiro de 1943, durante uma reunião de antigas alunas, foram discutidas as possibilidades de enquadramento jurídico para uma organização profissional de assistentes sociais e educadoras familiares. A pretensão inicial era constituir uma ordem profissional, contudo, limitações legais encaminharam para a criação de uma associação, de carácter transitório, com vista à posterior organização de um sindicato profissional:

«[...] foi comunicada a impossibilidade de nos constituirmos em ‘Ordem’ – averiguamos que não são concedidas mais autorizações para a criação de novas Ordens, e assim só poderemos ingressar no quadro da Organização Corporativa como Sindicato. [...] alvitrou-se, e foi aceite, começar pela organização de uma associação a que todas pudessem pertencer, e que teria entre as suas atribuições a organização do Sindicato»⁸⁹¹.

No mês seguinte, procede-se à leitura, discussão e revisão dos «estatutos da Associação de ‘Antigas’ em tempos redigidos», o que sugere ser já antiga a pretensão de encetar o movimento associativo entre as alunas formadas pelo Instituto de Serviço Social. É possível, inclusive, que remonte a 1936, quando Marie-Thérèse Lévêque sugeriu a organização de uma associação e de um sindicato das assistentes sociais e professoras de

⁸⁹¹ *Candeia*, n.º 2, Fevereiro de 1943: p. 6. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

ensino familiar e doméstico. No Verão de 1943, os estatutos da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social foram preliminarmente aprovados pelo cardeal patriarca de Lisboa, e veiculados na *Candeia*. O boletim incentivou as antigas alunas do Instituto de Serviço Social a aderir à recém-criada Associação, sublinhando a importância de uma organização profissional que pudesse defender os seus interesses profissionais,

«A necessidade de termos uma organização profissional afirma-se dia a dia e só a união e o querer firme de todas poderá torna-la uma realidade. [...] a nossa associação terá entre outros fins a defesa dos interesses profissionais, e especialmente: a defesa dos títulos de Assistente Social e de Educadora Familiar; a fixação dum ordenado mínimo superior ao actual; a organização da previdência. Para a consecução destes fins trabalha-se já na organização do Sindicato»⁸⁹².

Segundo os estatutos, a Associação estava classificada como sendo de cultura e formação social, podendo a ela filiar-se todas as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, assistentes sociais e educadoras sociais, que apresentassem o diploma daquela escola. No que diz respeito aos seus fins, a Associação propunha-se:

«[...] aperfeiçoar moral e profissionalmente as associadas; defender os seus interesses profissionais, morais e materiais; cuidar, em colaboração com a Direcção do Instituto de Serviço Social, da colocação das associadas; auxiliar a organização de novas actividades de carácter técnico, colaborando com o Instituto de Serviço Social na elaboração de planos de Acção Social que ao Instituto ou à Associação, venham a ser pedidos; organizar conferências, reuniões de estudo, viagens e bolsas de estudo, bibliotecas e o intercâmbio com outras associações semelhantes nacionais e estrangeiras; fomentar o espírito de união e de auxílio mútuo entre as associadas, procurando que todas se ajudem no seu trabalho e fora dêle; criar uma publicação destinada a servir de elemento de ligação entre as associadas; cuidar do futuro das associadas tomando as medidas de previdência compatíveis com as possibilidades da Associação, e destinadas a protegê-las na doença, na invalidez e na velhice»⁸⁹³.

Convém realçar que, no que se refere ao aperfeiçoamento moral e profissional, a Associação podia estender a sua acção às assistentes sociais e educadoras familiares de qualquer outra escola, às alunas do Instituto de Serviço Social, e ainda às antigas alunas não diplomadas. No primeiro conselho geral da Associação, realizado em Janeiro de 1944,

⁸⁹² *Candeia*, n.º 7, Novembro de 1943: p. 4. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁸⁹³ Vide Anexo AG: Estatutos da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social, 1943: p. 4.

foi eleita a sua direcção inaugural, presidida pela assistente social Maria Leonor Corrêa Botelho, e que contou, na vice-presidência, com Eugénia de Moura Borges Magalhães, assistente social, e Adriana Antónia de Paiva Rodrigues, educadora familiar⁸⁹⁴.

Previamente à aprovação dos estatutos da Associação pelo Patriarcado de Lisboa, as antigas alunas escreveram uma carta à direcção do Instituto de Serviço Social, pedindo a sua intervenção para que o ordenado base das assistentes sociais e educadoras familiares fosse fixado em 1.000\$00 mensais. Para além da preocupação com a retribuição salarial auferida, a jornada de trabalho diário, tida muitas vezes como excessiva, também foi assunto prioritário⁸⁹⁵. Importa salientar que parece ter sido Marie-Thérèse Lévêque a desencadear a discussão do primeiro tema. Isto, pois antes das antigas alunas dirigirem a dita missiva à direcção do Instituto de Serviço Social, a directora francesa fez saber a Maria Leonor Botelho que estava a diligenciar, «[...] no sentido de conseguir a elevação do ordenado das A.S., e E.F. e a equiparação de umas e outras para este fim». Aquela intenção, posteriormente transmitida às antigas alunas, «[...] foi acolhida com muito agrado, resolvendo-se dirigir á Direcção do I.S.S. uma carta neste sentido»⁸⁹⁶. A resposta da escola partiu da própria Marie-Thérèse Lévêque, já depois de aprovados os estatutos da Associação, e comunicava às antigas alunas que «[...] muito se tem tentado nesse sentido e alguma coisa se tem conseguido, pois tôdas as [alunas] que ultimamente foram colocadas por intermédio do Instituto de Serviço Social teem o ordenado mínimo de Esc. 1.000,00 e teem vantajosas regalias: casa, água, luz, etc.»⁸⁹⁷.

Em matéria de salvaguarda de garantias profissionais, a organização da previdência ocupou uma parte significativa das reuniões da Associação: «Várias ideias foram sugeridas: entrarmos para uma ‘Caixa de Previdência’, para a ‘Liga dos Amigos dos Hospitais’, ou fazer-se um seguro colectivo. [...] decidiu-se estudar a fundo cada sugestão para encontrar

⁸⁹⁴ Vide Anexo AH: “Eminentíssimo Senhor, cumpre-me comunicar [...]. Lisboa, 19 de Janeiro 1944” (texto de Eugénia de Moura Borges Magalhães ao cardeal patriarca de Lisboa). Documento dactilografado com uma página. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/01.

⁸⁹⁵ Cf. *Candeia*, n.º 8, Dezembro de 1943, p. 6. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁸⁹⁶ *Candeia*, n.º 7, Novembro de 1943: p. 8. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁸⁹⁷ *Candeia*, n.º 10, Maio de 1944: p. 10. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

a solução preferível»⁸⁹⁸. A resolução, aprovada em sede de conselho geral, previa que as associadas pudessem integrar uma Caixa Sindical de Previdência, e ocasionou uma alteração nos estatutos da Associação, que passaram a distinguir duas categorias de membros: efectivos, quando se comprometiam a integrar a Caixa Sindical de Previdência com a qual a Associação tivesse o necessário entendimento, e a cumprir as respectivas obrigações; e aderentes, quando abnegavam à instituição de previdência⁸⁹⁹. Em Janeiro de 1948, esteve em projecto a entrada da Associação para a Federação das Caixas de Previdência dos Empregados do Comércio, tendo a decisão ficado «[...] dependente de Sua Exci^a o Senhor Sub-Secretário de Estado das Corporações, que tomou todo o interesse pela nossa Associação e dentro em breve deverá dar solução favorável ao assunto»⁹⁰⁰. As fontes históricas coligidas não confirmam, porém, se foi autorizada a vinculação da Associação naquela instituição de previdência.

Apesar dos estatutos da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social terem recebido a anuência preliminar de D. Manuel Cerejeira em 1943, a sua aprovação oficial só veio a ocorrer em Julho de 1946, seguindo-se a habitual comunicação para o Governo Civil de Lisboa⁹⁰¹. Tal não impediu, todavia, que a dinâmica dos três primeiros anos da Associação fosse similar à das suas congéneres em situação legal, com a realização de reuniões periódicas, a organização de momentos de formação, a prossecução de interesses comuns e, inclusive, a publicação de um boletim destinado às associadas. Logo após a aprovação oficial, a presidente da Associação, Maria Leonor Botelho, dirigiu à secretária-geral da UCISS, Maria Baers, um pedido de afiliação na secção de associações de auxiliares sociais daquela organização internacional: «[...] veuillez, bien Mademoiselle accepter la demande d'inscription que, comme Président de l'Association des Assistantes Sociales et Educatrices Familiales de l'Institut de Service

⁸⁹⁸ *Candeia*, n.º 13, Dezembro de 1945: p. 12. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁸⁹⁹ Cf. *Candeia*, n.º 14, Janeiro-Fevereiro de 1946, p. 10. L.d.: Espólio pessoal de Maria Leonor Corrêa Botelho (Escalos de Cima), sem tratamento arquivístico.

⁹⁰⁰ “Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social de Lisboa. Relatório das actividades de 1946-1947. Lisboa, 10 de Janeiro 1948”. Documento dactilografado com quatro páginas e um apenso: p. 1. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/02/008.

⁹⁰¹ Cf. *ibidem*.

Social, je fais au nom de la même Association»⁹⁰². A resposta não tardou, dando conta que o pedido fora deferido na reunião do comité de administração da UCISS de 4 de Agosto de 1946: «Nous vous considérons donc comme membre effectif de notre Union dans la section des groupements d'Assistants sociaux et d'Assistentes Sociales»⁹⁰³. A partir de então, era esperado da Associação portuguesa uma participação activa no quotidiano da UCISS, cuja prioridade, àquela data, era a elaboração de um código moral profissional para os assistentes sociais: «Nous sommes sûres que votre Association sera un membre très actif de notre Union et que nous pourrons toujours compter sur sa collaboration. Nous souhaitons notamment qu'elle aide beaucoup à l'élaboration d'un Code morale professionnelle pour les Assistentes Sociales»⁹⁰⁴. À Associação foi ainda solicitado o envio regular do boletim *Candeia*, e um relatório de actividades com periodicidade anual.

Em Julho de 1950, a Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social é extinta, e o seu espólio entregue ao Patriarcado de Lisboa: «[...] procedeu-se à entrega ao Patriarcado de Lisboa do espólio da mesma Associação, a qual ficara extinta no passado dia 6 de Julho [de 1950], por determinação da respectiva direcção tomada de acordo com a Autoridade Eclesiástica»⁹⁰⁵. Recorde-se que, no início de 1943, perante a impossibilidade de constituir uma ordem profissional, conforme aspiravam as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, optou-se pela criação de uma associação, de carácter transitório, e que tinha entre as suas atribuições a organização de um sindicato profissional. Em 1950, no seguimento daquele desígnio, a extinta Associação cedeu lugar a um sindicato nacional: «[...] nous avons décidé avec entière approbation de notre Cardinal d'abandonner la primitive forme d'Association exclusive des Assistentes Sociales formées à l'Institut de Service Social, pour prendre une forme officielle en tant que syndicale

⁹⁰² “Mademoiselle, nous avons enfin la joie de [...]. Lisbonne, le 18 juillet 1946” (carta de Maria Leonor Botelho à secretária-geral da UCISS). Documento dactilografado com cinco páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

⁹⁰³ “Chère Mademoiselle, nous sommes heureuses de [...]. Bruxelles, le 26 août 1946” (carta da secretária-geral da UCISS a Maria Leonor Botelho). Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134 (sublinhado conforme o documento).

⁹⁰⁴ *Ibidem*.

⁹⁰⁵ “Auto de Entrega. Lisboa, 20 de Julho 1950”. Documento manuscrito com duas páginas: p. 1. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/019.

[...]»⁹⁰⁶. Durante o processo, parte do espólio da extinta Associação transitou para o Sindicato, a título de empréstimo pelo Patriarcado de Lisboa⁹⁰⁷. Entretanto, já 14 anos se tinham passado desde 1936, quando Marie-Thérèse Lévêque incitou pela primeira vez à criação de um sindicato, tendo em vista acautelhar direitos profissionais às antigas alunas.

O Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e Outras Profissionais do Serviço Social era um organismo corporativo dotado de personalidade jurídica, administração e funcionamento autónomos, conforme o disposto no decreto-lei n.º 23.050, de 23 de Setembro de 1933. Segundo os seus estatutos, competia àquele Sindicato:

«1) Exercer as funções políticas de que for titular; 2) Representar legalmente todos os indivíduos que exerçam a actividade de Assistente Social, Educadora Familiar e outras Profissões do Serviço Social, tutelando os seus interesses perante o Estado e os outros organismos corporativos e de coordenação económica, e podendo negociar e firmar convenções colectivas de trabalho; 3) Prestar informações e dar pareceres, quando consultado pelos órgãos corporativos de grau superior, ou pelo Estado, sobre assuntos da sua especialidade ou do interesse das respectivas profissões [...]; 4) Cooperar com as instituições de previdência para a consecução dos seus fins»⁹⁰⁸.

Na medida em que os seus recursos permitissem a extensão dos serviços, o Sindicato podia, igualmente:

«1) Prestar assistência jurídica às associadas, em questões de ordem profissional; 2) Criar agências para a colocação de desempregadas; 3) Organizar e manter cursos de aperfeiçoamento profissional e uma biblioteca de cultura geral; 4) Promover a publicação de um órgão de imprensa destinado ao estudo e defesa dos interesses e a servir de instrumento de cultura e de ligação entre o Sindicato e as suas associadas»⁹⁰⁹.

Eram passíveis de ser admitidas como sócias do Sindicato as assistentes sociais formadas ao abrigo do decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, as educadoras familiares cuja formação e estudos fossem equivalentes aos das assistentes sociais, e ainda outras pessoas a exercer as profissões de visitadoras, auxiliares sociais e auxiliares da família,

⁹⁰⁶ “Il nous est finalement permis de [...]. Lisboa, 5/6/951” (carta da direcção do Sindicato à UCISS). Documento dactilografado com duas páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

⁹⁰⁷ Cf. “Documento de Empréstimo. Lisboa, 20 de Julho 1950”. Documento dactilografado com uma página. L.d.: Arquivo Histórico e Biblioteca do Patriarcado de Lisboa, Fundo Arquivístico de D. Manuel Gonçalves Cerejeira, PT/AHPL/PAT14-SP/S-04/01/019.

⁹⁰⁸ “Estatutos do Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e Outras Profissionais do Serviço Social. 1950”. Documento manuscrito com doze páginas: pp. 1-2. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

⁹⁰⁹ *Ibidem*: p. 2.

desde que fossem «[...] maiores [de idade], portuguesas ou estrangeiras, portadoras de um certificado passado por uma escola que prepare para as referidas profissões e que esteja legalmente aprovada»⁹¹⁰. Em 1950, no que concerne às assistentes sociais e educadoras familiares, reuniam os requisitos para se associar ao Sindicato as diplomadas pelo Instituto de Serviço Social, em Lisboa, e pela Escola Normal Social, em Coimbra.

Em Junho de 1951, o Sub-Secretariado de Estado das Corporações e Previdência Social autoriza o Sindicato a solicitar a filiação à UCISS, na secção de associações de assistentes sociais: «[...] nous avons l'agrément du Ministère des Corporations à notre demande d'affiliation ce qui est pour nous une force et l'assurance de pouvoir accepter officiellement l'orientation de l'U.C.I.S.S. pour les travaux su Syndicat»⁹¹¹. O pedido de filiação é depois submetido pela direcção do Sindicato à UCISS que, em poucas semanas, delibera a sua aprovação e vê naquela adesão uma continuidade das boas relações há muito estabelecidas com Portugal:

«[...] cette affiliation ne fait que continuer les bonnes relations que l'UCI de SS a toujours en avec l'association des assistantes sociales catholiques portugaises et nous souhaitons qu'elle aidera au développement du service social catholique au Portugal et dans les territoires qui en dépendent»⁹¹².

⁹¹⁰ *Ibidem*.

⁹¹¹ “Bien chère mademoiselle De Vuyst, vous devez être [...]. Lisbonne, le 13 juin 1951” (carta de Maria Luísa Ressano Garcia à UCISS). Documento manuscrito com duas páginas: p. 1. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

⁹¹² “Mademoiselles, vous avons reçu avec [...]. [Bruxelles], 27 juin 1951” (carta da UCISS à direcção do Sindicato). Documento manuscrito com duas páginas: p. 2. L.d.: CARHOP (Bruxelas), Fundo UCISS, Fardo 134.

CONCLUSÃO

A presente tese visou estudar a história da emergência e institucionalização do serviço social em Portugal, a partir da criação do Instituto de Serviço Social, em Lisboa. A perspectiva analítica adoptada procurou conjugar a atenção às dinâmicas históricas que atravessaram a sociedade portuguesa e a caracterizaram a nível social, económico, cultural, religioso e político, com as questões mais específicas relativas ao ensino e profissionalização do serviço social na Europa e no mundo. Ao nível metodológico, especial atenção foi dada a alguns dos actores individuais e ao seu papel em face dos processos de institucionalização em curso, com particular destaque para Marie-Thérèse Lévêque, enquanto directora técnica daquele Instituto, entre 1935 e 1946.

Compreender a história do serviço social em Portugal a partir do lugar e papel de Marie-Thérèse Lévêque no Instituto de Serviço Social, permitiu situar a reflexão e o conhecimento de um período da história no cruzamento de um actor individual com as dinâmicas institucionais e societárias em que participou, e das quais se distanciou, e também analisar a sua percepção dos acontecimentos seus contemporâneos. Desta forma, uma mulher, evoluindo no seio do serviço social em construção no interior de duas sociedades, francesa e portuguesa, permitiu desvelar uma pluralidade de dimensões que atravessaram o serviço social em Portugal e, ainda, apontar questões centrais que marcaram a história do nosso país nas décadas de 1930 e 1940, em particular ao nível social e das mentalidades, considerando os contornos políticos e ideológicos da época.

I

A emergência da formação em serviço social, no mundo ocidental, remete para o final do século XIX e o limiar do século XX, num período histórico em que a questão social marcava a vida das sociedades industrializadas, as ciências sociais conheciam o seu desenvolvimento científico, e os reformadores sociais tentavam imprimir suporte

institucional e profissional à acção caritativa e filantrópica, e à emergência das políticas sociais públicas. Na procura por uma forma de intervenção social mais metódica e teoricamente fundamentada, despontou a necessidade de uma formação especializada para aqueles que lidavam com os pobres e outros grupos vulneráveis da sociedade.

A literatura sobre a história do serviço social é consensual, quando atribui ao movimento das Charity Organization Societies (COS) a criação dos primeiros cursos de formação de assistentes sociais, em Londres e Nova Iorque, durante a década de 1890. As COS, com origem em Londres, na segunda metade do século XIX, coordenavam o trabalho das obras de beneficência locais, com o propósito de organizar o auxílio aos pobres. Para além dos procedimentos administrativos, um grupo de voluntários, os *friendly visitors*, acompanhava as famílias que lhes eram confiadas. Cedo de constatou, porém, que os *friendly visitors*, na sua maioria, mulheres oriundas das classes média e alta, existiam em número insuficiente e careciam de experiência e conhecimentos sobre a realidade em que eram chamados a actuar. Na década de 1880, tiveram início as primeiras iniciativas de formação dos *friendly visitors*, com cursos de curta duração promovidos pelas COS. Em 1902, a COS de Londres propôs a formalização de um programa de ensino em filantropia científica, que conduziu, um ano mais tarde, à abertura da primeira escola de serviço social em Inglaterra, e à segunda em todo o mundo: a London School of Sociology. Por essa ocasião, já o ensino do serviço social tinha sido iniciado em Amsterdão, com a fundação, em 1899, do Opleidingsinrichting voor Sociale Arbeid (Instituto de Formação em Serviço Social).

Os contornos da emergência de escolas de serviço social são semelhantes, e simultâneos, em Inglaterra e nos Estados Unidos da América. Em 1897, Mary Richmond, secretária-geral da COS de Baltimore, apelou à formação dos *friendly visitors*. Como resposta, foi criada a New York Summer School of Applied Philanthropy, que iniciou o ensino do serviço social nos Estados Unidos da América, em 1898. Com um programa de formação de seis semanas, organizado pela COS de Nova Iorque, o curso foi depois integrado na New York School of Philanthropy, em 1904, e passou a compreender um ano de duração.

Ao mesmo tempo que, no início do século XX, o ensino do serviço social predominava nas universidades inglesas, e em escolas profissionais independentes nos Estados Unidos da

América, na Europa continental, a Alemanha desenvolveu um modelo formativo diferente, e exclusivamente feminino. Em 1899, Alice Salomon concebeu na Vereins der Mädchen- und Frauengruppen für Soziale Hilfsarbeit (Associação de Grupos de Mulheres e Jovens para o Trabalho de Assistência Social), um curso de formação vocacionado para o trabalho com os pobres. Para além de preparar raparigas para o exercício do serviço social, a pedagoga social alemã pretendia oferecer um ensino equiparado aos estudos secundários, para assim facultar às jovens a oportunidade de aceder aos estudos universitários. Daquele curso nasceu, em 1908, a Soziale Frauenschule (Escola Social Feminina), primeira escola de serviço social na Alemanha, e protótipo de várias outras escolas alemãs fundadas, na sua maioria, por associações cívicas femininas e pelas Igrejas Católica e Protestante.

Verifica-se, pois, que as primeiras escolas de serviço social não só espelham esforços para qualificar um campo profissional emergente, como também a reivindicação de mais opções educacionais e profissionais para as mulheres. Na transição para o século XX, numa época em que o papel da mulher na sociedade era o de esposa e mãe, e onde as possibilidades de uma carreira eram escassas, o serviço social veio proporcionar uma válida oportunidade. Com o acesso praticamente vedado às profissões ditas tradicionais, seria socialmente aceitável que uma rapariga se envolvesse numa causa altruísta, mesmo que a condição financeira familiar fosse suficiente para colmatar as suas necessidades, pois o exercício do serviço social fazia realçar um atributo tipicamente feminino: o “cuidado com o outro”.

No caso concreto de França, país-natal de Marie-Thérèse Lévêque, o serviço social nasceu do cruzamento entre a caridade e a filantropia, tendo existido grande variedade de escolas, devido à sua génese diferenciada. Do contexto sócio-histórico que enquadra a emergência das escolas francesas, sobressai o reformismo social, o interesse em promover a condição feminina mediante o acesso a uma carreira, a secularização dos ideais e das práticas sociais, o surgimento de uma política social decretada pelo Estado, e a racionalização científica das práticas de assistência, que ocorre a par do desenvolvimento das ciências sociais e humanas, à medida que se avança pelo século XX. Em 1932, o Ministère de la Santé Publique reconheceu sete escolas que habilitavam ao diploma oficial de serviço social, entre as quais, a École des Surintendants d’Usines et des Services Sociaux, frequentada por Marie-Thérèse Lévêque, entre 1925 e 1926. As primeiras escolas francesas

tiveram uma grande diversidade de ideologias e experiências sociais na sua origem, e os seus objectivos iam desde qualificar o pessoal benévolo de obras sociais católicas, até formar activistas e promotoras da acção sindical feminina. Em comum, todas procuravam formar para a acção social, tratando de conjugar o ensino teórico com o trabalho prático.

O primeiro mapeamento geral do ensino do serviço social foi realizado em 1928, durante a primeira edição da International Conference of Social Work (ICSW), em Paris, em que participaram 111 escolas, de 17 países. Variedade e heterogeneidade sobressaíram naquele evento, na análise comparativa às escolas de serviço social. Ao nível de enquadramento legal, existiam escolas vinculadas a obras confessionais ou a estruturas do movimento operário, as que integravam o ensino universitário, e as dotadas de estatuto jurídico independente. Alguns países compreendiam vários tipos de enquadramento legal, e ainda situações de subvenção pública. A duração média dos estudos situava-se nos dois anos. Na selecção dos candidatos, o único critério comum era a idade mínima de admissão, que rondava os dezoito anos. O ensino teórico, díspar entre escolas, alternava entre as noções introdutórias e as incursões aprofundadas em algumas áreas do saber. Em comum, tinham as disciplinas de economia política, administração económica e social, legislação social, higiene e psicologia. No domínio do serviço social, prevalecia o ensino da intervenção individual e familiar. Em termos de organização do ensino, com frequência existia uma formação geral no primeiro ano, seguida de um período similar de estudos especializados, cujas vertentes eram determinadas pelas necessidades de cada país. Na I ICSW também foi debatida a questão dos cursos “mistos”, porém, o serviço social foi unanimemente reconhecido como um domínio feminino, por estar associado ao “cuidado com o outro”, campo tradicionalmente reservado às mulheres, e por haver nestas o desejo de salvaguardar uma carreira que lhes tinha concedido alguma autonomia social e profissional.

Com o surgimento das primeiras escolas de serviço social, e sua expansão à escala global, tiveram início esforços para organizar, no plano transnacional, o movimento associativo em torno daquele campo profissional emergente. Realizada em 1928, Paris, a I ICSW partiu da proposta de um grupo de assistentes sociais europeus e japoneses que, em 1919 e 1923, foram convidados a participar na National Conference of Social Work norte-americana. Em 1924, o comité executivo daquela conferência decidiu cooperar na

organização de um evento internacional de serviço social. Dois anos mais tarde, foi nomeado um comité para esse efeito, presidido por Alice Masaryková, socióloga checoslovaca, e com René Sand, médico belga, no cargo de secretário-geral. Ao evento associaram-se diversas organizações internacionais, entre as quais, a Ligue des Sociétés de la Croix Rouge, de que René Sand era conselheiro.

Para além da França, 39 países fizeram-se representar por uma delegação oficial na I ICSW, sendo apenas dois os países presentes que não o fizeram: Lituânia e Portugal. A conferência reuniu 42 países e contou com 2.481 participantes, entre os quais, dois portugueses: o Marquês de Faria, cônsul de Portugal a residir em Paris, em representação da Cruz Vermelha Portuguesa; e o médico José Pereira Amado, simpatizante da corrente higienista e de medicina social, e antigo subdelegado de saúde de Lisboa. Sob o tema “Le Service Social et la Famille”, a II ICSW reuniu na cidade de Frankfurt, em 1932, e contou com mais de 1.200 participantes, de 34 países. A diminuição da audiência para metade, em relação à primeira edição da conferência, tem a sua justificação na depressão económica de 1929, que perdurou na década de 1930. Portugal fez-se então representar pelo Marquês de Faria, novamente mandatário da Cruz Vermelha Portuguesa. A III ICSW, realizada em Londres, em 1936, contou com a participação de Marie-Thérèse Lévêque, única representante de Portugal. Quanto à IV ICSW, a sua realização esteve prevista para 1940, em Bruxelas, mas a II Guerra Mundial veio protelar o evento para 1948, por ocasião da 75th National Conference of Social Work norte-americana, em Atlantic City e Nova Iorque.

As dinâmicas subjacentes à organização das ICSW não foram, porém, os únicos esforços para incentivar, no campo do serviço social, o intercâmbio de saberes e experiências à escala internacional, ou o movimento associativo no plano transnacional. Em 1925, na Bélgica, nasceu um projecto para agregar todas as escolas católicas de serviço social numa federação. A iniciativa partiu de Victoire Cappe, fundadora do movimento social católico feminino belga, e de Maria Baers, sua colaboradora. O projecto surgiu como reacção às tentativas que, desde 1919, vinham sendo feitas em várias edições da National Conference of Social Work norte-americana, para promover uma reunião com assistentes sociais de todas as nações, e que culminaram com a I ICSW. Em 1925, Victoire Cappe e Maria Baers convidaram todas as escolas, associações profissionais e organizações católicas femininas

a participar, nesse ano, em Milão, numa reunião que resultou na oficialização da Union Catholique Internationale de Service Social (UCISS), tornando-se a mais antiga organização internacional de serviço social. A premência da sua criação foi justificada com o risco de escolas e profissionais católicos poderem aderir à associação internacional “neutra”, projecto que há vários anos figurava na agenda da National Conference of Social Work norte-americana, e que se materializou em 1932, com a criação do International Permanent Secretariat of Social Workers (IPSSW), durante a II ICSW, em Frankfurt.

Sediada em Bruxelas, a UCISS propôs-se desenvolver o serviço social com base na doutrina católica e na caridade cristã, estudar as questões teóricas e práticas sobre o serviço social à luz dos princípios católicos, facilitar o intercâmbio de saberes e experiências entre escolas sociais católicas, apoiar e padronizar a acção dos auxiliares sociais católicos, e promover a criação de novas escolas sociais católicas. A UCISS compreendia uma secção de escolas sociais e outra de associações de auxiliares sociais. Só podiam ser filiadas as escolas cujos cursos tivessem a duração mínima de um ano, seguidos de um exame final, e que tivessem obtido a aprovação da autoridade episcopal. O ensino da doutrina católica também era requisito, em conformidade com os objectivos daquela organização.

Com o aproximar da I ICSW, em 1928, a UCISS emitiu diretrizes sobre a participação de católicos naquele evento, e suas sequentes edições. Ciente que a conferência internacional “neutra” teria influência, nos vários países, em matéria de decisões governativas, medidas legislativas e organização da assistência, a UCISS incentivou os seus membros a integrar, a título individual, as respectivas comissões nacionais. A composição das secções da ICSW seria previamente estudada, com vista à identificação de auxiliares sociais católicos que, pelas suas competências intelectuais e profissionais, pudessem destacar-se na conferência, e assim fazer valer o pensamento social católico nos momentos de debate. As escolas filiadas à UCISS, por sua vez, foram incentivadas a estudar os temas do programa da ICSW sob uma perspectiva católica, para depois os veicular em publicações nacionais.

O catolicismo social, enquanto corrente de ideias, iniciativas e projectos, fora desenvolvido pelos católicos na sociedade contemporânea, em função da doutrina social da Igreja, para responder à designada “questão social”. A sua emergência resultou da procura do

movimento social católico por novas formas de compreensão e aplicação dos princípios da justiça e da caridade cristãs, no contexto das sociedades modernas, por contraponto às doutrinas liberais e ao movimento socialista do século XIX, numa reflexão que teve início em 1891, com a encíclica social *Rerum Novarum*, de Leão XIII. Nascido em França e na Alemanha, o catolicismo social acompanhou os processos de industrialização nos vários países de presença católica. A partir de meados de 1920, e sobretudo na década de 1930, a Igreja Católica e o catolicismo em geral viveram um período de forte mobilização social e religiosa, no combate ao projecto laicizador das instituições e da sociedade em geral. Numa renovada afirmação, a tónica do catolicismo social passou a radicar no pressuposto de que era possível construir uma sociedade cristã a partir da recristianização de indivíduos e instituições, donde a acção católica seria uma forma de apostolado capaz de o conseguir.

Foi precisamente no seio daquelas dinâmicas societárias religiosas e culturais que, na década de 1920, o movimento social católico, sobretudo feminino, parece ter entendido o serviço social como um promissor campo de conhecimento e acção, no âmbito do projecto de recristianização da sociedade. Urgia, pois, garantir o seu domínio, o que veio a deflagrar numa disputa que extrapolou o plano nacional, e que fica patente na célere criação da UCISS, na organização de conferências católicas por reacção às conferências “neutras” e, ainda, nas estratégias implementadas para fazer prevalecer, nas ICSW e na sociedade em geral, o pensamento social católico sobre os temas emergentes no campo do serviço social.

A presença de Portugal nas ICSW, embora discreta, fez-se notar desde a primeira conferência, em 1928. Já em relação às conferências internacionais católicas, promovidas pela UCISS, foi preciso aguardar até à quinta edição, em 1935, Bruxelas, para Portugal se fazer representar, numa comitiva que contou com Marie-Thérèse Lévêque. Foi também ela quem, representando o Instituto de Serviço Social, proferiu uma palestra nas Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, organizadas pela UCISS, em 1937, Paris.

II

A criação do Instituto de Serviço Social situa-se na década de 1930, numa sociedade em transformação, marcada pela ruralidade e o desenvolvimento de fenómenos crescentes,

embora limitados, de industrialização e urbanização, onde emergem graves problemas sociais. Nas primeiras décadas do século XX, as tensões sociais de um crescimento populacional que não acompanhava a geração de riqueza tinham ocasionado um surto de migração interna que quase fez duplicar a população de Lisboa. Parte desta, gente sem profissão e elementos marginalizados da pequena burguesia, vivia em condições de indigência e até vagabundagem, carecendo de assistência para subsistir. O número de pessoas naquelas condições veio a aumentar durante a Primeira República, de forma provisória, devido à participação portuguesa na guerra e à carestia de vida, e depois em permanência, pelos fluxos migratórios com origem na província. Em Lisboa e no Porto, os estratos mais desfavorecidos da população viam-se em condições de habitação precárias. Para a degradação generalizada da saúde pública contribuíram, ainda, os surtos epidémicos da década de 1910, numa ocasião em que a população se via depauperada pelas crises de escassez de géneros que assolaram o país durante a conflagração mundial.

No final do século XIX, Portugal dera os primeiros passos no movimento higienista e de medicina social. Os estudos e os progressos então alcançados na difusão das noções e práticas de higiene foram uma resposta ao ambiente de miséria e insalubridade em que vivia a população mais desfavorecida, sobretudo em meios urbanos. Foi neste contexto que em Portugal, a partir da década de 1920, tiveram lugar as primeiras tentativas para profissionalizar os agentes de assistência na área médico-social, sobretudo por parte dos republicanos, que rejeitavam a benevolência assente na esmola e na caridade cristã. A emergência de uma sensibilidade para a temática social, que atribui particular atenção à necessidade de formar agentes especializados para a intervenção na sociedade, numa lógica de acção social, não foi alheia à inspiração de movimentos e autores estrangeiros na área do serviço social. Quem o revela são várias figuras portuguesas, ligadas ao movimento higienista e de medicina social, ou a obras públicas e particulares de assistência, que entre 1920 e 1930 intentaram promover o ensino do serviço social em Portugal. Veja-se, por exemplo, o caso da médica Branca Rumina, que tendo visitado os serviços hospitalares do Institut Pasteur, em Paris, propôs em 1925, durante uma conferência na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa, que junto das Misericórdias portuguesas pudesse actuar um grupo de mulheres a fazer o que modernamente se designava por assistência social, sendo para isso necessário uma preparação profissional. Já em 1931, na Liga Portuguesa de

Profilaxia Social, José Beleza de Santos, professor de direito na Universidade de Coimbra, profere um discurso sobre o serviço social, onde se mostra familiarizado com obras sobre o serviço social publicadas além-fronteiras, da autoria de Mary Richmond e de René Sand, e apela à criação, em Portugal, de escolas para a formação técnica de assistentes sociais. Por último, refira-se José Maria Pereira Ferraz, presidente da Associação de Caridade de Sintra, que em 1932, no III Congresso das Misericórdias, fez referência às COS, à fundação na New York Summer School of Applied Philanthropy, e a uma obra de René Sand, para assim justificar a criação, em Portugal, de um programa moderno de assistência, e de escolas para preparar técnica e metodicamente as enfermeiras e o pessoal benévolo.

No âmbito das propostas que vinham sendo realizadas, desde a I República, para instituir o ensino do serviço social em Portugal, houve ao menos uma com origem no estrangeiro. Em Março de 1932, numa reunião de direcção da UCISS, em que se discutiu a propaganda a adoptar na fundação de novas escolas católicas, ficou registado em acta que várias diligências haviam sido tomadas para fundar uma escola em Portugal, e que Adèle de Loneux, professora da École Catholique de Service Social, em Bruxelas, faria uma curta estadia em Portugal. As fontes históricas coligidas não permitem reconstituir o percurso de Adèle de Loneux em Portugal, porém, confirmam a sua passagem por Lisboa, em 1933, e a articulação com o Ministério da Instrução Pública. Sem mais detalhar, as mesmas fontes também referem que a incursão da UCISS em Portugal foi subvertida, mercê de uma frente franco-maçónica. Este episódio remete para a estratégia de abertura a novas dinâmicas na sociedade, que caracterizou o movimento social católico a partir da década de 1920 e, novamente, mostra que o serviço social emergente foi tido como um promissor campo de conhecimento e acção, a integrar no projecto de recristianização social. Porém, a incursão da UCISS em Portugal não foi bem-sucedida: além da esfera católica, outras dinâmicas concorrenciais havia na sociedade portuguesa, designadamente, no âmbito do movimento higienista e de medicina social, e da franco-maçonaria, que partilhavam do interesse por aquele novo campo do social, o que espelha a disputa existente no plano internacional.

Foi na fase de instauração do Estado Novo, com a configuração de uma nova conjuntura nas relações entre o Estado, a Igreja Católica e os movimentos intelectuais, e onde o corporativismo era tido como modelo de organização social, que se concretizaria, enfim, o

desígnio de instituir o ensino do serviço social em Portugal. No início da década de 1930, haviam sido edificados os alicerces do novo regime político, numa tentativa de romper com a República democrática implantada em 1910, e de suceder à Ditadura Militar vigente, num processo de profunda mudança na organização da sociedade portuguesa.

Em Maio de 1934, um ano após a passagem de Adèle de Loneux por Lisboa, teve lugar o primeiro congresso da União Nacional, com contributos de carácter sobretudo técnico, onde os discursos proferidos pelo médico e professor Bissaya Barreto, “Medicina Social – necessidade e urgência da sua organização em Portugal”, e pela condessa de Rilvas, “A assistência técnica”, foram decisivos para a deliberação de criar escolas de serviço social em Coimbra, Porto e Lisboa. Como resultado, em Coimbra fundou-se a Escola Normal Social, em 1937, pela congregação das Franciscanas Missionárias de Maria, com a aquiescência da Junta da Província da Beira Litoral, presidida por Bissaya Barreto. A cidade do Porto teve que aguardar até 1956, para ver criado o Instituto de Serviço Social, que teve como suporte jurídico a Associação de Cultura e Serviço Social, ligada à Igreja Católica, e contou com o empenho pessoal do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes.

Na capital portuguesa, o Instituto de Serviço Social abriu portas em 1935. Após o primeiro congresso da União Nacional, o seu projecto de organização foi confiado pelo Patriarcado de Lisboa à condessa de Rilvas, belga de nascimento, mas desde os 27 anos a residir em Portugal, onde se dedicou à acção assistencial. Foi então que a aristocrata redigiu uma carta, em francês, solicitando auxílio urgente na criação de uma escola de serviço social em Lisboa, para que os católicos pudessem tomar a dianteira daquelas novas organizações de ensino em Portugal. Embora sem se conhecer o destinatário e o paradeiro da referida carta, sabe-se que um resumo da mesma esteve na posse de Henri du Passage, padre jesuíta francês, e que foi entregue a Marie d’Airolles, fundadora e dirigente da Union Catholique des Services de Santé et des Services Sociaux (UCSS), a organização francesa que aconselhou e orientou, na fase inicial, a criação do Instituto de Serviço Social.

Fundada em 1922, a UCSS era uma associação profissional de inspiração católica que congregava enfermeiras e visitadoras. Para além de incentivar a vida cristã dos seus membros, prestava-lhes orientação profissional e ajuda material. A I ICSW, em 1928, e o

rumo a partir de então tomado pelo serviço social, eram motivo de reflexão e preocupação para Marie d'Airolles, sobretudo as questões de “neutralidade” e laicização da caridade, e o progressivo distanciar do serviço social face ao campo da saúde. Importa realçar que a UCSS se opunha à UCISS, por ter provocado uma cisão entre enfermeiras e assistentes sociais, ficando as primeiras desprovidas de uma associação profissional católica de cariz internacional. Em verdade, a UCISS nunca se posicionou face as correntes médico-social e do “social puro”, preferindo sustentar a complementaridade de ambas. Foi neste quadro de pensamento sobre o serviço social que ganhou forma a resposta ao pedido de Portugal.

Ao se corresponder com a condessa de Rilvas, Marie d'Airolles solicitou informações mais detalhadas sobre a organização de uma escola de serviço social a Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris, e líder do movimento católico feminino em França. Em 1934, existiam dez escolas francesas de serviço social que, ao serem reconhecidas pelo Ministère de la Santé Publique, habilitavam ao diploma oficial de serviço social. A dirigente da UCSS teria, pois, no Institut Social Familial et Ménager de Paris, uma escola de referência, não apenas na formação profissional, como também moral, de assistentes sociais. É que Marie d'Airolles partilhava com Yvonne de Robien, directora daquela escola, o voto de consagração à Société des Filles du Cœur de Marie (SCFM), uma congregação religiosa liberta de sinais exteriores distintivos de existência, e com vasto historial na fundação de obras sociais. Por outro lado, Yvonne de Robien conhecia pessoalmente a condessa de Rilvas, e já tinha contactado com a realidade portuguesa, em 1930, quando na qualidade de secretária-geral da SCFM se deslocou a Lisboa, a pedido do D. Manuel Cerejeira, para fundar em Portugal aquela congregação religiosa.

Na literatura existente, são escassas as referências à fundação e à organização do ensino no Institut Social Familial et Ménager de Paris. Um artigo de Yvonne de Robien, publicado em 1934, permitiu apurar que, àquela data, os cursos ministrados na escola tinham a duração de dois anos. O programa de estudos compreendia o ensino teórico – sociologia, psicologia e pedagogia, direito, economia política, educação *ménager*, e moral –, a formação prática familiar e *ménager*, e ainda estágios no âmbito da educação popular, da assistência, e do serviço social. O ensino da doutrina católica também estava presente, em consonância com a natureza confessional da escola. Findo o primeiro ano, seguiam-se os

estudos na vertente familiar e *ménager*, ou no ramo do serviço social, que habilitava ao diploma oficial de assistente de serviço social, instituído em França em 1932.

Foi entre Agosto de 1934 e Janeiro de 1935, com a troca regular de correspondência entre Lisboa e Paris, que se ergueram os primeiros alicerces do Instituto de Serviço Social, forjados na negociação entre D. Ernesto Sena de Oliveira, presidente da Junta Central de Acção Católica Portuguesa, a quem o Patriarcado de Lisboa confiara as decisões sobre a futura escola, a condessa de Rilvas, que mediava a relação entre Lisboa e Paris, e Marie d'Airolles, presidente da UCSS, sob a orientação de Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris. Na concertação destes actores, todos figuras carismáticas do catolicismo social e, em França, também conhecedores do serviço social moderno, que emergiram as resoluções iniciais sobre o Instituto de Serviço Social, desde a natureza confessional, passando pela composição do conselho de administração, até à escolha da directora francesa e definição dos respectivos termos de contratação.

Na correspondência trocada entre Lisboa e Paris, fica explícito que a nova escola pretendia pugnar pela afirmação do universo católico no ensino do serviço social em Portugal. Com a queda da República anticlerical, e o advento do Estado Novo, a Igreja Católica viu serem extintos muitos dos factores de perseguição e restrição, e criadas condições particularmente vantajosas para a sua acção. A ocupação da chefia do Governo por Oliveira Salazar, um proeminente membro do partido católico do Centro, dava garantias de respeito pela Igreja, e pelo seu projecto de recristianização da vida social. A Igreja ganhava, assim, crescente reconhecimento público, prestígio e capacidade de influência, tanto ao nível da sociedade, como no âmbito do Estado, onde muitos católicos adquiriam progressivamente um papel de relevo político e ideológico. Porém, as preocupações dos católicos com o contencioso entre o Estado e a Igreja, e o próprio estatuto público da Igreja, permaneceram na década de 1930, e a questão religiosa só ficou resolvida em 1940, com a assinatura da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa. Em 1934, aquando das conversações entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS, e mediadas pela condessa de Rilvas, a Igreja Católica, em Portugal, ainda vivia um período de indefinição no plano jurídico, a que não eram indiferentes os membros do clero e os leigos católicos, cujas memórias da perseguição ao catolicismo eram ainda recentes. Foi esta conjuntura histórica que, muito provavelmente,

contribuiu para a cautelosa decisão de imprimir ao Instituto de Serviço Social um carácter não confessional, embora com assumida simpatia pelo catolicismo.

A pretensão inicial do Patriarcado de Lisboa era entregar a direcção do Instituto de Serviço Social, em exclusivo, nas mãos da condessa de Rilvas. Contudo, Marie d'Airolles sugeriu, em alternativa, a criação de um conselho de administração, constituído por figuras de reconhecida influência na sociedade portuguesa, e onde deviam constar um teólogo, um sociólogo e um médico. Com a anuência de D. Ernesto Sena de Oliveira, ficou a condessa de Rilvas responsável pela constituição daquele órgão de administração. Importa referir que a aristocrata procurou, desde logo, evitar o contexto das obras sociais portuguesas, por considerá-lo rotineiro e estagnante, e rodear-se de elementos jovens e com um destacado percurso intelectual e profissional, decisão que expressa uma vontade de renovação do pensamento e das práticas então existentes, no domínio da acção social em Portugal. Entre as jovens escolhidas figuraram Regina de Quintanilha, primeira mulher a exercer advocacia na Península Ibérica, e Maria Baptista Guardiola, reitora do Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, e recém-eleita deputada à Assembleia Nacional.

Outro assunto que mereceu uma discussão prévia foi a admissão de alunos do sexo masculino no Instituto de Serviço Social, havendo a salientar que a sugestão de enveredar por um ensino em regime misto partiu do Patriarcado de Lisboa. A proposta, porém, não encontrou aceitação em Marie d'Airolles, que se apoiou no conservadorismo português, entre outros argumentos, para justificar a opção por um ensino exclusivamente feminino. Apesar de D. Ernesto Sena de Oliveira ter considerado aquelas objecções algo austeras, o Patriarcado de Lisboa acabou por concordar com as directrizes vindas da UCSS.

A escolha da directora técnica, e os termos da sua contratação, foram temas que se destacaram na correspondência trocada entre Lisboa e Paris. Da sua chegada a Portugal estavam pendentes várias resoluções sobre o Instituto de Serviço Social, entre as quais, a organização do ensino e a estruturação do programa de estudos, a escolha dos professores, e a selecção das instituições onde se realizariam os estágios.

Após conversar com várias das melhores assistentes sociais francesas, Marie d'Airolles encontrou uma profissional que considerou ser notável, e que recomendou com toda a confiança: Marie-Thérèse Lévêque. A sua disponibilidade imediata para abraçar um novo projecto profissional explicava-se pela recente situação de insolvência sofrida pela Société Anonyme André Citroën, onde trabalhava. Os trâmites da sua contratação tinham sido vagamente tratados na correspondência trocada entre Lisboa e Paris, porém, quando em Dezembro de 1934, Marie d'Airolles submeteu o projecto de regulamento do Instituto de Serviço Social, e de contrato de trabalho a celebrar com Marie-Thérèse Lévêque, a forma jurídica dos documentos, expressa numa linguagem que era habitual em França, foi recebida com perplexidade em Lisboa. Aquela narrativa foi entendida, equivocadamente, como expressão da personalidade de Marie-Thérèse Lévêque, e o Patriarcado de Lisboa tomou-a como uma figura autoritária e susceptível de causar discórdia no meio em que seria integrada, o que colocou em causa a sua contratação e, inclusive, a cooperação até então mantida com a UCSS. Em alternativa, o Patriarcado de Lisboa considerou retomar o projecto de instalar uma escola social católica em Lisboa em colaboração com a UCISS, com sede em Bruxelas, no seguimento da incursão feita por Adèle de Loneux, em 1933.

Desconstruída a linguagem jurídica dos documentos que ocasionaram o mal-entendido, a autoridade eclesiástica manteve a cooperação com a UCSS e decidiu aceitar a pessoa escolhida para assumir a direcção técnica da escola portuguesa. A pedido da condessa de Rilvas, os preparativos e a marcação da viagem fizeram-se de imediato, e em menos de um mês, a 2 de Fevereiro de 1935, Marie-Thérèse Lévêque chegou finalmente a Portugal.

III

Marie-Thérèse Cécile Lévêque nasceu a 2 de Junho de 1901, em Charly-sur-Marne, uma comuna rural às margens do rio Marne, no nordeste de França. De uma fratria de nove, era a segunda filha mais nova. O seu pai, Florian Lévêque, era ávido pela leitura. Filho de lavradores, ascendeu pelos estudos à profissão de farmacêutico, e tinha particular interesse pela política radical-socialista. Proprietário da única oficina de farmácia em Charly-sur-Marne, congregava ainda no mesmo espaço uma papelaria e um quiosque, o que, no início do século XX, sugeria a necessidade de diversificar a actividade laboral, fruto de uma

situação financeira fragilizada. A mãe de Marie-Thérèse Lévêque, Berthe Demarly, não exercia oficialmente uma profissão, embora o seu nome conste em fotografias de paisagística e do cotidiano de Charly-sur-Marne, datadas do primeiro quartel do século XX, e impressas em cartões-postais. Os pais de Mlle. Lévêque, formados na doutrina católica, transmitiram aos filhos os ensinamentos cristãos, ainda que Florian Lévêque se tenha distanciado progressivamente da Igreja Católica.

Até 1910, Marie-Thérèse Lévêque recebeu instrução na casa de família. Aos nove anos de idade, ingressou numa escola em regime de internato, a cerca de 60 km de Charly-sur-Marne: o Pensionnat de la Croix, em Soissons, que provia estudos secundários a jovens raparigas, conjugando os propósitos de instrução e evangelização. Não deixa de ser inesperada a opção por um internato católico, distante da família. Para além de Charly-sur-Marne ter, desde 1888, uma escola pública para raparigas, há muito que Florian Lévêque se tinha distanciado da fé católica, simpatizando inclusive com a política radical-socialista, cuja marca distintiva era o anticlericalismo. Além do mais, no início do século XX, em França, a formação de raparigas em pensionatos estava reservada às classes sociais mais elevadas. Enquanto família da pequena burguesia, depreende-se que tenha sido necessário um esforço financeiro para custear os estudos no Pensionnat de la Croix. Em 1914, Marie-Thérèse Lévêque deixou aquela escola e voltou a receber instrução na casa de família, em Charly-sur-Marne, situação que manteve até 1916, e que possivelmente tem explicação na eclosão da I Guerra Mundial. Entre as perdas humanas sofridas pela França durante aquela conflagração, conta-se a de Hippolyte Lévêque, irmão de Marie-Thérèse Lévêque, em 1916, com apenas 17 anos. Naquele ano, a jovem Lévêque ingressou numa escola católica próxima de Paris, provavelmente em regime de internato, o Institut Jeanne d'Arc, na comuna de Gagny, onde frequentou o ensino primário superior e obteve, em 1917 e 1918, o *certificat d'études*, o *brevet élémentaire*, e o *brevet d'enseignement primaire supérieur*.

Porventura fruto das tribulações vividas pela família durante a I Guerra Mundial, Marie-Thérèse Lévêque frequentou um curso de enfermagem em Paris, entre 1924 e 1925, na Union des Femmes de France, uma sociedade de assistência militar que integrava a Croix Rouge Française, onde veio a obter o *diplôme simple d'infirmière*. Segundo foi possível apurar, apenas exerceu enfermagem em duas ocasiões: a título profissional, durante quinze

dias, em 1925, quando assegurou funções de *infirmière sociale à l'usine*, na Société Lorraine des Anciens Établissements, uma fábrica de automóveis, motores de aviação e materiais de caminhos de ferro, situada nos arredores de Paris; e de forma benévola, em data anterior a 1925, na consulta oficial de puericultura de Charly-sur-Marne.

Concluída a formação em enfermagem, Marie-Thérèse Lévêque ingressou na École des Surintendantes d'Usines et des Services Sociaux, em Paris, onde frequentou o 16.º curso, entre 1925 e 1926. A criação daquela escola, em 1917, esteve na origem das primeiras profissionais do serviço social em contexto laboral. Em França, no final da década de 1910, quando a maioria das escolas de serviço social era de inspiração católica, as fundadoras da École des Surintendantes d'Usines comprometeram-se com a laicidade e a promoção da condição feminina. Em meados da década de 1920, o ensino ministrado naquela escola compreendia a formação teórica em sociologia, psicologia, direito, economia, e assistência social, e a formação prática no âmbito da implementação de dispositivos de intervenção sanitária e social. O programa do curso incluía visitas sociais e estágios em fábricas, escolas de puericultura, creches, vilas operárias, hospitais, institutos profiláticos, escolas *ménagères*, residências femininas, e dispensários de higiene mental.

Em 1925, a idade de admissão na École des Surintendantes d'Usines estava fixada entre os 25 e os 45 anos. Marie-Thérèse Lévêque terá sido uma exceção, pois ingressou na escola com apenas 24 anos. As candidatas deviam apresentar, entre outros, o diploma do ensino secundário, um certificado de estudos em enfermagem, e duas cartas de recomendação. Escrita pelo pároco de Charly-sur-Marne, uma daquelas cartas revela que a jovem teve um papel de revelo nas obras sociais daquela paróquia, ficando destacadas a sua capacidade de liderança, e a dinamização de círculos de estudos para raparigas no núcleo local da Ligue Patriotique des Françaises, que ela própria presidia.

Em 1926, após obter o certificado de aptidão para as funções de *surintendante* estagiária, Marie-Thérèse Lévêque integrou a Société de Secours Mutuels des Garçons de Caisse et de Recette de la Ville de Paris, onde implementou e veio a coordenar o serviço social. Em 1927, já na posse do título definitivo de *surintendante*, manteve o vínculo profissional. Aquela entidade, fundada em 1842, assegurava serviços e uma pensão vitalícia aos sócios

que, por motivos de idade, ou devido a enfermidades, fossem incapazes de subsistir pelo trabalho. Enquanto exerceu profissionalmente esta actividade, aproveitou para enriquecer o seu percurso formativo no Hôpital Henri Rousselle e na École du Louvre. O Hôpital Henri Rousselle, criado em 1922, era o único organismo público qualificado para intervir, em Paris, em matéria de profilaxia das doenças mentais. No final da década de 1920, sob a liderança do medico psiquiatra Édouard Toulouse, propôs formar enfermeiras e assistentes sociais especializadas em profilaxia mental. As fontes documentais não esclarecem qual o curso frequentado por Marie-Thérèse Lévêque naquele hospital, porém, mostram que em 1928 recebeu um *certificat d'études Psycho-technique*. Por sua vez, na École du Louvre, presume-se que tenha frequentado o Cours Publique d'Histoire Générale de l'Art, que a veio habilitar, em 1929, com o *certificat d'études en Histoire de l'Art*.

Entre 1929 e 1934, Marie-Thérèse Lévêque desempenhou funções de *surintendente* nas Usines Citroën, uma indústria automóvel fundada em 1919 por André Citroën, um dos primeiros industriais a apoiar a integração daquelas profissionais em contexto fabril. Enquanto trabalhou naquela unidade industrial, o seu percurso formativo foi novamente enriquecido, desta vez na Université de Paris, Sorbonne, onde cursou Filosofia, entre 1930 e 1931, e obteve o certificado de estudos em Filosofia Geral. Pouco tempo depois, a sua valorização curricular veio a extravasar as fronteiras francesas, e em 1932 conseguiu uma licença das Usines Citroën para estudar em Londres, no Sociology, Social Studies, and Economics Department, do Bedford College for Women, a primeira instituição do Reino Unido a organizar estudos superiores para mulheres.

Em 1932, a Union des Femmes de France fez chegar ao Bedford College for Women, como era habitual, uma única candidatura ao curso internacional de Saúde Pública: a de Marie-Thérèse Lévêque. A sua admissão naquela instituição de ensino não foi consensual ou imediata. De acordo com o comité de organização do curso, a candidata não cumpria o requisito básico de admissão, pois o seu percurso formativo e profissional situava-se no campo do serviço social, e não em enfermagem. Em alternativa, foi convidada a frequentar um ano de estudos sociais, num curso com um programa especificamente projectado para a sua situação, focado nas áreas da economia social, da sociologia e da psicologia. Marie-Thérèse Lévêque concordou e partiu para Londres, mas, em poucas semanas, o fraco

domínio da língua inglesa colocou em causa a sua estadia no Bedford College for Women. Perseverante, não desistiu daquela oportunidade, e conseguiu ultrapassar as dificuldades linguísticas. Ao fim de um ano, em 1933, concluiu o curso com distinção e obteve um certificado de estudos sociais pelo Sociology, Social Studies, and Economics Department.

A jornada de estudos em Londres, para além de provar a capacidade de integração de Mlle. Lévêque num país estrangeiro, também é particularmente reveladora da sua personalidade: com um trabalho assalariado nas Usines Citroën, em Paris, optou deliberadamente por abandonar durante um ano a sua confortável situação profissional para valorizar o percurso formativo, num país desconhecido, mesmo sem dominar a língua inglesa. Decisão, essa, que revela um carácter inquieto, curioso, ávido de novos desafios, e uma permanente necessidade de crescimento, enquanto pessoa e como profissional.

Ao analisar o trajecto biográfico de Marie-Thérèse Lévêque, tornam-se mais evidentes os motivos que a fizeram ser escolhida, por Marie d'Airolles, para dirigir um projecto de ensino emergente em Portugal. Aquela *surintendente d'usine* reunia um conjunto de características, em termos de personalidade, formação e experiência profissional, que certamente mereceram a simpatia e a confiança da fundadora UCSS. Com apenas 33 anos, Mlle. Lévêque contava com um percurso de formação substantivo, que conseguia congrega as vertentes de intervenção médico-social e do “social puro”, em consonância com o entendimento da UCSS, e da sua fundadora, sobre o serviço social. Percebe-se, assim, que Marie d'Airolles tenha visto em Marie-Thérèse Lévêque uma aliada, solidamente formada, para erguer um projecto de ensino na confluência daquelas duas correntes de intervenção social. Por outro lado, a jovem francesa fora socializada na doutrina católica, tanto em contexto familiar, como durante a formação elementar e os estudos primários superiores, realizados em estabelecimentos de ensino católicos. Certamente, esta dimensão religiosa também terá influído na escolha de Marie d'Airolles, cujo trajecto de vida fora marcado pela militância católica, e para quem o catolicismo era tido como quadro moral e de pensamento para a intervenção social. Além do mais, tanto a líder da UCSS, como Mlle. Lévêque, integravam a Ligue Patriotique des Françaises, tendo a última presidido o núcleo de Charly-sur-Marne. Por último, o facto de Marie-Thérèse Lévêque ter experienciado um período de formação em Londres não terá passado

despercebido a Marie d'Airolles, que deve ter entendido aquela jornada como prova da sua capacidade de integração num país estrangeiro.

IV

Ao chegar a Portugal, em Fevereiro de 1935, Marie-Thérèse Lévêque deparou-se com uma sociedade semiperiférica, fracamente industrializada e marcada pelo erguer do Estado Novo, enquanto projecto político e social, onde se configurava uma nova conjuntura entre a Igreja, o Estado e a sociedade, e o corporativismo era tido como modelo ideal de organização socioeconómica. Com o Estado corporativo recém-instituído, foi erradicada a representação política liberal com base no exercício da cidadania individual, e os partidos políticos foram substituídos por um modelo assente na expressão político-constitucional dos grupos orgânicos de natureza económica, profissional, cultural e regional. Na nova ordem jurídico-política, prevalecia a autoridade do Estado e a supremacia do poder executivo. Em termos de política educativa, prevaleciam a inculcação ideológica e a doutrinação moral, e também a afirmação de uma pedagogia nacionalista e conservadora, que provocou um corte com os movimentos educativos além-fronteiras. Esta exclusão de redes internacionais de circulação de ideias e de produção de práticas veio, em pouco tempo, conduzir a um empobrecimento do tecido educacional português.

A vinda de Marie-Thérèse Lévêque de França, em 1935, para assumir a direcção técnica de um novo projecto de ensino em Portugal, no que aparenta ser uma contradição ao quadro da política educativa nacionalista e conservadora do Estado Novo, encontra uma dupla justificação: por um lado, a ausência em Portugal de alguém com conhecimento e experiência sobre o serviço social obrigou a recorrer a uma personalidade estrangeira, até que alguma aluna formada na nova escola revelasse competência e capacidade para a substituir em funções; e, por outro, o facto da escolha da profissional francesa ter resultado da negociação entre duas entidades católicas, o Patriarcado de Lisboa e a UCSS, já que o regime político em vigor assumia uma orientação ideológica predominantemente católica, sem se apresentar como confessional. Possivelmente, aos olhos do poder instituído, aquela escolha perpetrada no universo das redes e círculos católicos dava garantias de uma não contradição com projecto político, ideológico e social em curso.

A constituição do conselho de administração da escola já tinha iniciado, quando Marie-Thérèse Lévêque chegou a Portugal. Em poucas semanas, a sua estrutura complexificou-se, e passou a contar com cinco órgãos: comissão de honra; conselho de direcção; conselho de administração; conselho técnico; e assistência jurídica. Dele faziam parte uma plêiade de personalidades com reconhecida influência na sociedade portuguesa, designadamente: clérigos com destacadas funções na Igreja Católica; professores universitários e outras figuras com reputada carreira profissional, sobretudo nas áreas da medicina e da advocacia; e algumas aristocratas católicas. Parte dos membros dos órgãos de administração assumia, em simultâneo, lugares de liderança nos órgãos da Acção Católica Portuguesa, sobretudo femininos, ou então eram detentores de elevados cargos políticos.

Numa fase inicial, o Patriarcado de Lisboa mostrou resistência à integração de leigos intelectuais nos órgãos da escola e, ao mesmo tempo, alguns eruditos manifestaram relutância em aderir a um projecto que tinha a Igreja Católica como patrono. Assim, e numa estratégia de maior abertura aos movimentos intelectuais, em conformidade com o desígnio de Marie-Thérèse Lévêque, o Patriarcado de Lisboa fez com que vários notáveis nas áreas da medicina e do direito se deixassem cativar pelo novo projecto, o que permitiu equilibrar a proporção entre clérigos e leigos na estrutura de administração da escola. Submersa numa arena diplomática sensível, mas que reconhecia ser necessária, coube à directora francesa agir com prudência e audácia na gestão daquela rede de relações, já que, em prol do serviço social em Portugal, considerava essencial um maior envolvimento dos jovens intelectuais portugueses naquele projecto. Valeu-lhe, desde o primeiro momento, a relação de confiança estabelecida com a condessa de Rilvas, uma aristocrata católica de elevada condição social e firmes convicções, que se veio a revelar uma importante aliada.

Em consonância com as orientações da UCSS, a medicina e a teologia faziam-se representar nos órgãos de administração da escola portuguesa, porém, a sociologia era omissa. Nos anos 1930, e contrariamente ao contexto francês, a sociologia em Portugal ainda não tinha autonomia como campo disciplinar, estatuto que só adquiriu em 1955, quando passou a ser leccionada no Instituto Superior de Agronomia. Por outro lado, o Estado Novo vinha levantando entraves ao livre desenvolvimento das ciências sociais. Ainda assim, é possível que aquela lacuna nos órgãos de administração da escola tenha

ficado mitigada pela presença de Marie-Thérèse Lévêque, que foi familiarizada com a sociologia na École des Surintendantes d'Usines, e mais tarde, frequentou um ano de estudos sociais no Bedford College for Women. Também de considerar, é o facto de o corpo docente inaugural do Instituto de Serviço Social contar com o Pe. Abel Varzim, recém-doutorado em ciências político-sociais pela Universidade de Lovaina.

A divulgação do Instituto de Serviço Social na esfera pública foi uma das preocupações inerentes à edificação da escola, tendo configurado uma estratégia para apresentar aquele novo projecto educativo à sociedade e, não menos importante, conseguir angariar alunas. Os círculos sociais católicos constituíram, desde cedo, o público-alvo privilegiado, tendo a Juventude Escolar Católica Feminina (JECF) merecido particular atenção. Segundo Marie-Thérèse Lévêque, aquele organismo recém-criado da Acção Católica Portuguesa era constituído por jovens entusiastas e com potencial, porém, ainda muito focadas na apropriação e consolidação do próprio movimento e, como tal, pouca receptivas a outros projectos. Assim, foram poucas as jovens da JECF que se candidataram ao Instituto de Serviço Social, no seu ano inaugural.

Entre os vários momentos de divulgação da escola destaca-se, em termos de projecção, a sessão inaugural do Instituto de Serviço Social, a 17 de Março de 1935, e que teve Marie-Thérèse Lévêque como protagonista. O evento contou com uma audiência numerosa, onde figuravam representantes de organismos da Acção Católica Portuguesa, dirigentes de obras sociais católicas, professores e estudantes universitários, e ainda clérigos.

O recurso à imprensa periódica foi outra estratégia adoptada para divulgar a escola no espaço público. Neste estudo foi realizada uma incursão, de 1935 a 1945, em quatro títulos diários: *Novidades*, órgão officioso da Igreja Católica; *A Voz*, de feição católica e monárquica; *Diário de Notícias*, jornal de aparente neutralidade face às correntes políticas; e *Diário de Lisboa*, com atitude moderadamente oposicionista em face do Estado Novo. A pesquisa empreendida mostra que a divulgação do Instituto de Serviço Social, apesar de ter sido transversal aos quatro títulos, surge com maior expressividade nos de índole católica, sobretudo o *Novidades*. Com o Patriarcado de Lisboa implicado, desde o início, na criação do Instituto de Serviço Social, compreende-se que tenha sido o órgão officioso da Igreja

Católica a veicular mais intensamente aquele projecto no espaço público. É que, num curto espaço de tempo, foi necessário conquistar o interesse das jovens por uma área de estudos ainda desconhecida em Portugal, e assim angariar alunas para o Instituto de Serviço Social.

No dia seguinte à chegada de Marie-Thérèse Lévêque a Portugal, a condessa de Rilvas sucumbiu a uma pulmonia que a manteve em repouso absoluto durante semanas. Este imprevisto, num período crucial para a estruturação do Instituto de Serviço Social, veio trazer a Mlle. Lévêque maior autonomia em matéria de propostas e decisões sobre a escola, tidas sempre em concertação directa com o Patriarcado de Lisboa, e sobre as quais a directora francesa procurava aconselhamento, através de correspondência escrita, junto da UCSS e da Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS). Não obstante, o conteúdo das missivas é distinto, conforme a entidade a que se destina. A correspondência dirigida à UCSS pretendia, na maioria das vezes, relatar acontecimentos sobre o Instituto de Serviço Social. Já as cartas endereçadas à ASUSS, para além da função informativa, mostram ter sido naquela organização que Marie-Thérèse Lévêque procurou colaboração em termos técnicos e pedagógicos, para erguer a nova escola em Portugal.

Em França, Marie-Thérèse Lévêque reuniu com Marie d'Airolles, presidente da UCSS, e Yvonne de Robien, directora do Institut Social Familial et Ménager de Paris, para juntas esboçarem um plano de estudos a ser implementado no Instituto de Serviço Social. Já em Portugal, repensou aquele plano a partir da realidade socioeconómica, política, religiosa e cultural com que se confrontou, tendo a sua proposta merecido a aprovação integral pelo Patriarcado de Lisboa. Findo um mês em Portugal, a Marie-Thérèse Lévêque considerou pertinente incluir uma vertente de ensino *ménager* na nova escola. Este desdobramento no programa de estudos, consonante com a organização do ensino no Institut Social Familial et Ménager de Paris, teve provavelmente naquela escola francesa a sua influência. O tema do ensino familiar/*ménager* não consta das primeiras missivas enviadas a Paris por Marie-Thérèse Lévêque, sugerindo que a necessidade de criar daquela vertente resultou do seu diagnóstico *in loco* sobre a realidade portuguesa, onde terá constatado, ou confirmado, a necessidade de difundir nas camadas populares conhecimentos básicos em matéria de higiene, profilaxia social e governo do lar, através de um corpo de profissionais devidamente formadas na área da educação social. Dela também partiu a iniciativa de criar,

no Instituto de Serviço Social, uma especialização em trabalho social rural, o que espelha a realidade com que a directora francesa se deparou ao chegar a Portugal, nomeadamente, um país francamente marcado pela ruralidade.

Aquando da inauguração do Instituto de Serviço Social, o ensino estava organizado num ano de curso preparatório e dois de curso complementar. Os dois últimos anos preparavam para o exercício de funções como assistente social (secção A), ou para o professorado do ensino familiar e doméstico (secção B). Na secção A, as alunas optavam pela vertente do trabalho social urbano, ou do trabalho social rural. A frequência do curso preparatório era obrigatória para as alunas regulares que pretendiam cursar os estudos completos, e que não tinham diploma de enfermagem. Este requisito parece ir ao encontro do próprio percurso formativo de Marie-Thérèse Lévêque, que ingressou na École des Surintendantes d'Usines após se diplomar em enfermagem, o que, aliás, era uma condição de acesso àquela escola. Não menos significativo é o facto da UCSS, e da sua fundadora, com quem Marie-Thérèse Lévêque reuniu em Paris, e manteve correspondência a partir de Lisboa, discordarem da formação distinta que, em França, era ministrada a enfermeiras visitadoras e assistentes sociais. Uma terceira secção (C), enfermagem, chegou a integrar o projecto de organização do ensino no Instituto de Serviço Social. Em 1936, Marie-Thérèse Lévêque considerava que os estudos em enfermagem naquela escola eram os mais completos em território nacional e insistiu, junto do Patriarcado de Lisboa, para que o respectivo programa de formação e diploma fossem oficializados. Também a condessa de Rilvas se dirigiu a Oliveira Salazar, em 1937, com o mesmo propósito. Ainda em 1943, as fontes documentais mostram que continuavam as diligências naquele sentido, por parte da Associação de Serviço Social, porém, o desígnio de ver criada uma secção de enfermagem no Instituto de Serviço Social nunca veio a ser concretizado.

Entre Março de 1935 e Dezembro de 1936, o Instituto de Serviço Social contou com 134 alunas, entre as quais, 36 matriculadas em regime regular e 98 ouvintes nos cursos livres. Estes dados revelam que apenas um quarto das alunas matriculadas naquele período pretendia cursar os estudos completos e habilitar-se no exercício de uma profissão. Mais do que prosseguir uma carreira profissional, a maioria das jovens raparigas procurava um complemento à sua formação pessoal, e uma melhor preparação para a vida familiar e

social. Nesse sentido, as alunas ouvintes frequentavam o curso preparatório e/ou, mais tarde, a secção B, orientada para a formação familiar e doméstica, ao invés de optarem pela secção A, que preparava para o exercício de funções como assistente social. Também naquele período, durante a transição do curso preparatório para o curso complementar, o número de alunas regulares sofreu uma redução para metade, o que se explica, segundo Maria Helena Beltrão, pelos critérios de rigor e exigência que, deste o início, Marie-Thérèse Lévêque imprimiu ao ensino no Instituto de Serviço Social.

O ensino ministrado no Instituto de Serviço Social só veio a ser oficialmente reconhecido quatro anos após a abertura da escola, com o decreto-lei n.º 30.135, de 14 de Dezembro de 1939, quando o Ministério da Educação Nacional estabeleceu os princípios gerais a que se deviam submeter os estabelecimentos de educação para o serviço social, e aprovou o plano geral de estudos. O diploma legal, que previa uma revisão bienal do plano de estudos, só veio a ter a primeira emenda oficial em 1956. Contudo, as fontes documentais mostram ter havido no Instituto de Serviço Social, pelo menos, três planos de estudos entre 1935 e 1944: o inaugural, que figura no primeiro folheto de divulgação da escola; o que em 1939 foi reconhecido oficialmente; e o que consta numa exposição feita ao ministro da Educação Nacional, em 1944. O facto de existir um plano de estudos em vigor sem reconhecimento oficial, e um plano de estudos com alterações prévias à primeira revisão oficial, sugere que o Instituto de Serviço Social tinha autonomia técnica e pedagógica perante o Ministério da Educação Nacional. Espaço de autonomia, esse, que seria apanágio da direcção técnica da escola, cargo assumido por Marie-Thérèse Lévêque entre 1935 e o Verão de 1944.

Da leitura e análise comparativa dos três planos de estudos sobressai, em primeiro lugar, a maior expressividade do ensino teórico no plano de estudos de 1935, que foi esboçado em Paris e repensado por Marie-Thérèse Lévêque, por comparação aos planos de estudos de 1939 e 1944. No que concerne ao curso conducente à formação de assistentes sociais, o peso relativo da área disciplinar da “vida física e suas perturbações”, e respectivas disciplinas, são semelhantes nos três planos de estudos. A área disciplinar da “vida mental e moral” vem, no entanto, sofrer alterações significativas nos planos de 1939 e 1944. O plano de estudos inaugural compreendia diversas disciplinas nos domínios da psicologia, psiquiatria, pedagogia e educação, moral familiar e social, e ainda o estudo de encíclicas

sociais. Já nos planos de estudos de 1939 e 1944, ao invés de um conjunto de disciplinas autónomas de psicologia, passa a constar apenas uma, que reúne a psicologia, a pedagogia e a educação. O espaço outrora ocupado por aquelas áreas do saber é tomado pela filosofia, pela formação moral, e por uma disciplina de cultura religiosa transversal aos três anos de curso. A psiquiatria, essa, não integra plano de estudos de 1939, nem o de 1944.

Fenómeno semelhante ocorre na área disciplinar consignada à “vida social”, onde se verifica a redução expressiva, e inclusive supressão, de várias disciplinas no âmbito das ciências sociais, nos planos de estudos de 1939 e 1944. Nestes, mantêm-se as disciplinas de direito e de economia política e social, previstas no plano de estudos inaugural. Já a disciplina de demografia, autónoma em 1935, passa a integrar a de economia política em 1939, e deixa de existir em 1944. Situação mais flagrante é a que se verifica numa panóplia de disciplinas relativas à assistência (legislação sanitária e flagelos sociais, história da assistência em Portugal e no estrangeiro, legislação de assistência, regime de gerência e regime financeiro da assistência, realizações de assistência pública e privada, funcionamento dos serviços públicos), que se vê reduzida a uma única disciplina (história e legislação da assistência) no plano de estudos de 1939. A sociologia, disciplina que no plano de estudos de 1935 era leccionada nos dois últimos anos de curso, passa a omissa em 1939 e 1944. Por sua vez, em 1944, uma nova disciplina passa a constar da área disciplinar da “vida social”, estendendo-se aos três anos de curso: cultura musical.

Se, por um lado, a literatura actual situa a emergência do ensino da sociologia em Portugal, enquanto disciplina autónoma, em 1955, por outro, este estudo revela a existência de uma disciplina autónoma de sociologia no plano de estudos do Instituto de Serviço Social, duas décadas antes, em 1935. As fontes históricas coligidas nada avançam sobre os respectivos conteúdos programáticos, sabendo-se apenas que a sua regência foi atribuída, em 1935, ao cónego Almeida Correia, um reputado jornalista católico. Na década de 1930, em França, a sociologia e outras ciências sociais e humanas figuravam no plano de estudos das escolas de serviço social, inclusive do Institut Social Familial et Ménager de Paris. É possível que durante as reuniões tidas entre Marie-Thérèse Lévêque e Yvonne de Robien, em Paris, o esboço do plano de estudos do Instituto de Serviço Social tenha recebido influência da componente de ciências sociais e humanas daquela escola francesa. Não menos relevante

terá sido a influência do percurso formativo de Marie-Thérèse Lévêque na reestruturação final do plano de estudos, em 1935, pois a directora francesa recebeu noções de sociologia na École des Surintendantes d'Usines e, mais importante, cursou um ano de estudos sociais no Bedford College for Women. Facto é que, apesar de figurar expressivamente no plano de estudos inaugural do Instituto de Serviço Social, a área de estudos consignada à “vida social” ficou despojada de disciplinas nucleares nos dois planos de estudos subsequentes. Se é possível que a explicação esteja em ajustamentos realizados sob a responsabilidade de Marie-Thérèse Lévêque, também é plausível que factores externos à sua vontade, como por exemplo, o freio colocado pelo Estado Novo ao livre desenvolvimento das ciências sociais, tenham desvirtuado o plano de estudos inicialmente concebido para a escola.

No que respeita à área disciplinar do “Serviço social e seu funcionamento”, o plano de estudos de 1935 exhibe várias disciplinas basilares à acção de um assistente social, como os métodos clássicos do serviço social, ou as palestras temáticas sobre centros sociais, centros de educação familiar, e conferências internacionais de serviço social. Acresce, ainda, a abordagem deontológica à profissão, com uma disciplina de moral profissional. Este conjunto de disciplinas, próprias do serviço social e elementares à formação de futuras profissionais, não consta no plano de estudos de 1939. Em seu lugar, figuram disciplinas que abordam, sobretudo, a organização social corporativa e da indústria. Em 1944, o plano de estudos retoma a disciplina específica de serviço social, embora sem discriminar as temáticas abordadas. Emerge então, de novo, a questão: a supressão de disciplinas basilares ao serviço social foi uma opção pedagógica de Marie-Thérèse Lévêque, ou imposta por factores externos à sua vontade? Em 1942, um parecer do assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social, Avelino Gonçalves, dirigido a D. Manuel Cerejeira, parece sustentar a segunda hipótese. O documento sugere, àquela data, existir uma discrepância de visões sobre a orientação pedagógica da escola, e respectivo programa de estudos, ambos à responsabilidade de Marie-Thérèse Lévêque. Em causa, a tónica atribuída à componente intelectual e técnica da formação, em detrimento da preparação moral e espiritual das alunas. É, pois, possível que o Patriarcado de Lisboa tenha interferido *a posteriori* no plano de estudos inaugural do Instituto de Serviço Social, e nos subsequentes, a fim de os tornar mais consonantes com o projecto católico de recristianização da sociedade, e menos orientado para a formação teórica e profissional.

A vertente prática da formação é transversal aos três anos do programa de estudos da secção A, mantendo-se as áreas de estágio constantes em 1935, 1939 e 1944. No primeiro ano de curso prevalecem as áreas da saúde e médico-social, com estágios a decorrer em serviços hospitalares, creches e escolas infantis. No segundo ano, as áreas de estágio permanecem, embora predomine a área médico-social, e haja uma primeira incursão em instituições orientadas para a acção social. No último ano do curso prevalecem os estágios ditos “sociais”, em serviços de apoio à maternidade e infância, centros sociais, e entidades vocacionadas para o ensino familiar e doméstico. No plano de estudos de 1944, findo o terceiro ano, acresce um estágio final de noventa dias no Centro Social da Bempostinha. Criado pelo Instituto de Serviço Social, aquele centro social funcionava em instalações anexas à escola. Para além de ser um local de estágio qualificado, também constituía uma resposta social directa à população da freguesia dos Anjos.

As primeiras entidades a receber alunas do Instituto de Serviço Social em estágio vieram desbravar caminho para o campo de intervenção das assistentes sociais e educadoras familiares, em Portugal. Ao escolher os locais de estágio, Marie-Thérèse Lévêque tentou procurar organizações que, na sociedade portuguesa, praticassem a assistência considerada “social”. Perante as poucas possibilidades existentes, optou por privilegiar o contexto hospitalar, e também as obras sociais dirigidas pela condessa de Rilvas, por considerar que conciliavam a inspiração católica com a racionalidade. A dificuldade em encontrar locais de estágio pioneiros explica-se pelo facto de o serviço social ser, no Portugal de meados de 1930, um campo de conhecimento e acção ainda em processo de construção. Processo, esse, no qual Marie-Thérèse Lévêque estava implicada, e em que as alunas do Instituto de Serviço Social, enquanto estagiárias, foram chamadas a participar. Os pedidos de colaboração ao Instituto de Serviço Social mostram que em 1936, um ano após a abertura da escola, já havia entidades a reconhecer no serviço social uma área profissional necessária, em particular no sector fabril, e ao nível da intervenção comunitária. Por sua vez, no Verão de 1937, quando se formaram as primeiras diplomadas, o número de solicitações à escola ultrapassou em larga medida o de assistentes sociais disponíveis.

O Instituto de Serviço Social conseguiu, desde a sua abertura, congregar no corpo docente várias personalidades da mais conceituada intelectualidade portuguesa, sobretudo nas

áreas da medicina e do direito, e que terão contribuído para a difusão, afirmação e reconhecimento social na nova escola no espaço público. Alguns professores também eram membros fundadores da Associação de Serviço Social, outros, integravam os órgãos de administração da escola, e todos eles prestavam a sua colaboração docente em regime de gratuidade. Nos primeiros anos de funcionamento do Instituto de Serviço Social, competiu a Marie-Thérèse Lévêque a regência das disciplinas relativas ao “serviço social e seu funcionamento”, e ainda a organização e acompanhamento dos estágios, visitas sociais e demais formação prática das alunas, em particular na secção A, conducente à formação de assistentes sociais. Na memória das suas antigas alunas ficou uma professora exigente e uma mentora de excelência, que sabia ouvir atentamente para depois enquadrar as questões e os problemas apresentados, a partir do seu conhecimento e experiência profissional.

O primeiro plano de estudos do Instituto de Serviço Social contempla uma dimensão internacional, sobretudo na secção A, com a disciplina de história da assistência a estender os seus conteúdos ao nível internacional, e a existência de uma série de sínteses temáticas sobre a Sociedade das Nações, o *Bureau* Internacional do Trabalho, as organizações internacionais públicas e privadas, as conferências internacionais de protecção à infância, e ainda as conferências internacionais de serviço social. Fica deste modo patente a preocupação de Marie-Thérèse Lévêque, autora do plano de estudos de 1935, em conseguir que as alunas do Instituto de Serviço Social, sobretudo as futuras assistentes sociais, estivessem ao corrente de algumas realidades sociais além-fronteiras, e pudessem acompanhar os mais recentes progressos sobre o serviço social, no panorama internacional. As fontes históricas também mostram que, desde cedo, as assistentes sociais formadas pelo Instituto de Serviço Social se deslocaram ao estrangeiro, nomeadamente à Bélgica, França e Suíça, em missão de estudos, sob o incentivo da directora francesa. Maria Helena Beltrão, uma dessas assistentes sociais, revela ter sido Marie-Thérèse Lévêque quem a motivou a viajar até Paris, em 1937, para visitar centros sociais e outras organizações sociais. Noutra ocasião, em 1939, quando Marie-Thérèse Lévêque se deslocou a França nos meses estivais, em gozo de férias, partiu na companhia de uma assistente social recém-formada, Maria Leonor Botelho, que naquele Verão realizou vários estágios em França e na Bélgica. O cruzar das fronteiras portuguesas não foi, contudo, unidirecional. Nas décadas de 1930 e 1940, o Instituto de Serviço Social conseguiu captar a atenção e o

interesse de personalidades estrangeiras, tendo sido vários os aristocratas, políticos, empresários industriais, e directores de escolas sociais, que se deslocaram a Portugal para conhecer a escola portuguesa e estudar a sua orgânica, método de ensino e realizações.

A UCISS revelou ser, no decurso desta pesquisa, um parceiro-chave na organização de missões ao estrangeiro, e no acolhimento de assistentes sociais portuguesas que pretendiam conhecer a realidade das organizações e obras de assistência na Bélgica e Suíça. É logo em 1938, e depois em 1939, que fica assinalada a passagem das primeiras alunas formadas no Instituto de Serviço Social pela sede daquela organização, em Bruxelas. Apesar da filiação do Instituto de Serviço Social à UCISS ter ocorrido em 1937, D. Manuel Cerejeira e a condessa de Rilvas já integravam o comité de administração daquela organização desde Julho de 1935. Verifica-se, pois, que as relações mantidas entre a UCISS e algumas figuras proeminentes do catolicismo em Portugal rapidamente se estabeleceram e consolidaram após a abertura do Instituto de Serviço Social, com mecanismos de representação e serem desencadeados antes mesmo da filiação da escola, conforme estava regulamentado.

No Instituto de Serviço Social, o intercâmbio além-fronteiras de conhecimentos, vivências e experiências mostrou ser uma realidade desde 1935, permitindo às alunas contactar com os mais recentes avanços em matéria de serviço social. Esta constatação, contraditória aos princípios nacionalistas e conservadores do ideário do Estado Novo, mostra que Portugal conseguiu ser permeável a algumas redes internacionais e organizações estrangeiras, tendo havido uma abertura ao exterior, nomeadamente, no campo do serviço social, sob a insígnia do catolicismo. Aliás, foi nesta senda, e em conformidade com uma visão eminentemente social do catolicismo, e de “reconquista cristã” de uma sociedade cada vez mais laicizada, que o Patriarcado de Lisboa confiou à condessa de Rilvas o projecto de organização do Instituto de Serviço Social, e que aquela aristocrata recebeu auxílio de uma organização católica francesa, a UCSS, para a sua criação. Com a abertura do Instituto de Serviço Social, é uma dinâmica supranacional da Igreja Católica, a UCISS, que parece ter favorecido um dos espaços de autonomia da escola nas décadas de 1930 e 1940, ao patrocinar missões de estudo de jovens portuguesas ao estrangeiro, que, de outra forma, dificilmente teriam concretização no regime autoritário, nacionalista e conservador do Estado Novo.

Para garantir o suporte legal da nova escola foi criada, em 1935, a Associação de Serviço Social, uma associação de cultura e formação social, com sede em Lisboa, cujos sócios fundadores também integravam os órgãos de administração do Instituto de Serviço Social. Para assegurar a concretização de um dos seus fins, a promoção do estudo e a vulgarização do serviço social à luz dos princípios da doutrina social católica, a Associação contava com um consultor assistente nomeado pela autoridade eclesiástica, ao que se verificava, portanto, uma interferência da Igreja Católica nas questões de ordem moral.

Em termos financeiros, a Associação de Serviço Social valia-se, sobretudo, da quota dos seus associados, mas cedo essa fonte de receita se revelou insuficiente para colmatar as despesas do Instituto de Serviço Social. Em 1936, num relatório sobre o primeiro ano de funcionamento daquela escola, dirigido ao Patriarcado de Lisboa, Marie-Thérèse Lévêque apelou à indispensável obtenção de apoio financeiro por parte do Estado, porém, salvaguardando que o Instituto de Serviço Social devia conservar a sua autonomia, face ao poder político instituído. A este propósito, o posicionamento da directora francesa sobre os limites da intervenção do Estado nas obras privadas de assistência, e na esfera de acção dos trabalhadores sociais, fica patente em Julho de 1936, durante uma sua intervenção na III ICSW, em Londres. Reagindo a uma prelecção que propunha a organização de um serviço central, tutelado pelo Estado, para administrar todos os organismos locais de assistência no âmbito da saúde, Marie-Thérèse Lévêque tentou demonstrar que, naquelas condições, as obras privadas ficariam alienadas da sua identidade. Argumentou também que as restrições à autonomia das obras sociais privadas seriam uma obstrução à sua acção experimental, potenciadora de progresso social. Por último, alertou para a importância de reservar alguma autonomia ao trabalhador social no seu campo profissional, pois uma acção demasiado restritiva, controladora ou burocrática, era susceptível de ser desmotivante.

Apesar de, em 1937, o Instituto de Serviço Social ter recebido apoio monetário do Estado, presumivelmente, através do Ministério do Interior, a situação financeira da escola não logrou uma melhoria substantiva. Dadas as circunstâncias, a condessa de Rilvas, dirigindo-se ao presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, sugeriu a atribuição de uma subvenção pelo Estado, argumentando que o Instituto de Serviço Social estaria a formar profissionais que, futuramente, podiam integrar e qualificar as estruturas oficiais. O apelo

da aristocrata católica foi reforçado junto do governante português pelo Pe. Abel Varzim, e terá merecido uma decisão favorável, pois o Instituto de Serviço Social passou a auferir de uma subvenção anual concedida pelo Ministério da Educação Nacional, através da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN).

Em 1943, a direcção técnica do Instituto de Serviço Social fez chegar ao Patriarcado de Lisboa um texto intitulado “Inconvenientes graves da subvenção solicitada para o I.S.S. ser dada pela O.M.E.N.”, onde expõe que o subsídio atribuído veio propiciar um conjunto de interferências indesejadas nos assuntos internos à escola. Entre as situações elencadas, conta-se a pressão exercida pela direcção da OMEN sobre o Instituto de Serviço Social, para que membros e alunas participassem nas suas actividades orgânicas, e a escolha arbitrária de alunas para integrar as suas organizações educativas e sociais, sem consulta prévia à escola. O texto, na forma de um manifesto, argumenta que a OMEN, embora sendo um organismo oficial, era estatutariamente dirigida por elementos voluntários, na sua maioria, sem formação ou experiência técnica, pelo que o Instituto de Serviço Social não podia ficar submetido à intromissão e vigilância de um organismo tecnicamente inferior. Além do mais, o documento esclarece não ser sustentável a situação de dependência da OMEN, atendendo a que isso representaria, em última instância, uma dependência directa do Estado, quando era vontade firme da direcção do Instituto de Serviço Social “trabalhar só pela Igreja e para os seus fins”. Daqui se depreende que, no início da década de 1940, e apesar das graves dificuldades financeiras vividas pelo Instituto de Serviço Social, a sua direcção técnica não abdicou do espaço de autonomia em matéria de assuntos internos à escola, tendo se insurgido contra tentativas de interferência externa e admitindo, tão-somente, o aconselhamento moral por parte da Igreja Católica.

Ainda assim, a interferência da Igreja Católica nas questões de ordem moral nem sempre teve uma aceitação pacífica, sobretudo quando remetia para decisões técnico-pedagógicas do Instituto de Serviço Social. Em Setembro de 1941, o conselho de direcção do Instituto de Serviço Social convidou Maria Leonor Botelho, uma das primeiras assistentes sociais formadas naquela escola, para coadjuvar Marie-Thérèse Lévêque e, ao fim de um ano, substituí-la em funções. A escolha daquela jovem para o cargo de directora técnica foi da responsabilidade da própria directora francesa, sugestão que mereceu a concordância do

conselho de direcção da escola. Em 1942, ano em Maria Leonor Botelho assumiria aquele cargo, Avelino Gonçalves, assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social, fez chegar ao cardeal patriarca de Lisboa um parecer sobre o Instituto de Serviço Social, onde sublinha o excesso de formação intelectual e técnica das alunas, em detrimento da sua preparação moral e espiritual. Sugere, então, uma reforma do programa de estudos, e a substituição da direcção da Associação de Serviço Social, da direcção do Instituto de Serviço Social, e da directora técnica, Marie-Thérèse Lévêque. A não ser possível ao Patriarcado de Lisboa adoptar aquelas medidas, e ainda assegurar condições financeiras à escola, o assistente eclesiástico considerava preferível passar a escola para a tutela da OMEN e, portanto, para a dependência do Estado.

Para evitar o encerramento do Instituto de Serviço Social, decisão que esteve iminente em 1942, e, simultaneamente, preservar a autonomia da escola em relação ao Estado, assegurar uma fonte de financiamento, e manter a dependência moral da Igreja Católica, a condessa de Rilvas apresentou ao cardeal patriarca de Lisboa uma proposta de reorganização interna. O Instituto de Serviço Social continuaria autónomo, subsidiado pela OMEN, e sob o aconselhamento moral da Igreja Católica. Porém, a direcção técnica da escola, até então assegurada por Marie-Thérèse Lévêque, passaria a compreender uma directora-geral, uma directora técnica para a secção A (assistentes sociais), uma directora técnica para a secção B (educadoras familiares), uma secretária-geral, e duas vogais. A direcção técnica, constituída em exclusivo por antigas alunas do Instituto de Serviço Social, seria assistida por um conselho de direcção e administração confiado a professores da escola e a um delegado do Patriarcado de Lisboa, do Ministério da Educação, e da OMEN. Com esta proposta, ficava dissolvido o poder de decisão em matéria de assuntos pedagógicos que, desde 1935, estava depositado nas mãos de Marie-Thérèse Lévêque.

Naquela proposta, a jovem Maria Leonor Botelho estava contemplada na direcção técnica da escola, porém, o cargo de directora geral não lhe estava reservado, talvez por influência do parecer do assistente eclesiástico. É que, ao propor a substituição da directora técnica e da direcção do Instituto de Serviço Social, Avelino Gonçalves também veio, de certa forma, descredibilizar as opções estratégicas tidas por ambas, entre as quais, a escolha da pessoa para liderar a direcção técnica. Ainda assim, a condessa de Rilvas não prescindiu da

directora francesa. Contrariando o parecer do assistente eclesiástico, comunicou a D. Manuel Cerejeira que Marie-Thérèse Lévêque seria mantida no cargo de directora técnica no ano lectivo seguinte, 1942/43, para que pudesse garantir uma sucessão capaz. Em verdade, Mlle. Lévêque conservou o cargo de directora técnica até ao Verão de 1944, e depois ainda permaneceu no Instituto de Serviço Social até 1946.

Durante o período em que Marie-Thérèse Lévêque exerceu funções no Instituto de Serviço Social, a configuração de um espaço de autonomia, e de uma perspectiva profissionalizante sobre o serviço social, alicerçada numa visão social e religiosa do catolicismo, parece ter beneficiado da capacidade de iniciativa e interlocução da condessa de Rilvas, fruto da sua condição social e das suas relações sociais privilegiadas. Tanto é que, coincidentemente, Marie-Thérèse Lévêque regressou a França pouco depois do falecimento da condessa de Rilvas, e que, segundo uma sua antiga aluna, não o terá feito por vontade própria.

Entre 1935 e 1946, várias visões, com discursos nem sempre consonantes, concorreram para a construção do ensino no Instituto de Serviço Social, e para o delinear do campo do serviço social em Portugal. Por parte do regime político recém-instituído, a definição de novas áreas na política da assistência ganha importância e, com ela, há necessidade de recorrer às profissões sociais emergentes, entre as quais, o serviço social. Esta é uma visão patente, por exemplo, no decreto-lei de 1939, que reconhece oficialmente o ensino do serviço social em Portugal, e onde fica justificado o funcionamento daquelas escolas com o necessário assegurar de pessoal técnico nos serviços públicos e nas instituições particulares com fins de educação e auxílio social. No diploma legal, o Ministério da Educação Nacional parece alimentar a expectativa de instrumentalizar o serviço social em favor do projecto político e social do Estado Novo, referindo-se às assistentes de serviço social como dirigentes idóneas, responsáveis, e activas cooperadoras da revolução nacional, cuja formação se pretendia consonante com uma visão humana, corporativa e cristã.

Nos anos 1930, em Portugal, a Igreja Católica contava com um regime político que favorecia a sua acção. Na senda de uma abertura a novas dinâmicas na sociedade, o serviço social moderno conseguiu captar o interesse da hierarquia da Igreja Católica em Portugal, ao configurar-se como um promissor campo de conhecimento e acção, na medida em que a

sua apropriação podia beneficiar o projecto em curso de recristianização da sociedade portuguesa. A difusão do Instituto de Serviço Social fez-se nos círculos sociais católicos, em particular na Acção Católica Portuguesa, de onde provieram várias figuras, sobretudo mulheres, para compor os órgãos de administração do Instituto de Serviço Social e, também, o núcleo fundador da Associação de Serviço Social, suporte legal da escola. Apesar do carácter não confessional do Instituto de Serviço Social, a sua assumida simpatia pelo catolicismo admitiu a presença de um consultor eclesiástico e, portanto, a interferência da Igreja Católica na escola, nas questões de ordem moral. Contudo, não terá sido essa a única pretensão do Patriarcado de Lisboa, que em 1935 tinha no Instituto de Serviço Social um potencial núcleo embrionário de uma universidade católica portuguesa.

No seio daquela conjuntura político-ideológica e sócio-religiosa, em que Estado e Igreja tinham duas visões do que podia, ou devia, ser o serviço social em Portugal, a construção do ensino no Instituto de Serviço Social e o delinear do campo do serviço social português parecem ter encontrado um espaço de autonomia próprio, embora limitado, que beneficiou do pensamento de Marie-Thérèse Lévêque sobre o serviço social, enquanto profissão. Pensamento, esse, que fica ilustrado numa prelecção que proferiu em 1937, enquanto conferencista principal, nas Journées Internationales d'Études pour les Auxiliaires du Service Social, organizadas pela UCISS, em Paris. No seu entender, o serviço social reunia todos os requisitos para ser considerado uma profissão, e o seu exercício devia ser reservado aos que tivessem uma formação especializada, e legitimada por um diploma, independentemente de o praticarem a título profissional, ou de forma benévola. No caso dos auxiliares sociais católicos, entende que o serviço social, para além de profissão, devia ser vivido como um apostolado, integrado no projecto católico de recristianização da sociedade, com a devida salvaguarda do respeito pelas várias crenças religiosas.

Apesar dos elogios ao teor argumentativo, o discurso não foi consensualmente acolhido, havendo quem se manifestasse em desfavor da ênfase atribuída ao estatuto profissional do serviço social, e da exigência de um diploma para o seu exercício, por considerar que ambos concorriam para desvirtuar a concepção cristã de serviço social, alegações, essas, que foram desconstruídas por Marie-Thérèse Lévêque na discussão plenária. A prelecção teve repercussões imediatas nas conclusões das jornadas de estudos, com a UCISS a

recorrer à definição de profissão avançada pela directora francesa para sumariar que: na maioria das situações, o serviço social pode ser considerado uma actividade profissional e, portanto, uma verdadeira profissão; o exercício do serviço social exige um sentido de justiça rigoroso e um ideal elevado de caridade, mas também aptidões intelectuais e o conhecimento actualizado de teorias e fenómenos de ordem social. A UCISS conclui que o serviço social deve apresentar aos auxiliares sociais as garantias e vantagens de uma profissão organizada, e recomenda que os seus membros estudem o estatuto profissional dos auxiliares sociais nos diferentes países, e acompanhem de perto a sua implementação.

O protagonismo de Marie-Thérèse Lévêque, ao discursar como conferencista principal em 1937, num evento internacional, terá contribuído para o seu reconhecimento em Portugal, e para o reforço do seu poder em matéria de decisões técnicas e pedagógicas no Instituto de Serviço Social. Um relatório das jornadas foi, inclusive, lido naquela escola por ocasião da cerimónia inaugural no ano lectivo de 1937/38, presidida por D. Ernesto Sena de Oliveira, e que contou com a presença de Avelino Gonçalves, assistente eclesiástico.

Durante o tempo em que desempenhou funções no Instituto de Serviço Social, Marie-Thérèse revelou uma acção coerente com a sua visão profissionalizante sobre o serviço social, e com os direitos profissionais que considerava importantes acautelar àqueles que o exerciam, quando devidamente formados. Em 1936, num relatório sobre o primeiro ano de funcionamento da escola, dirigido ao Patriarcado de Lisboa, a directora francesa insistiu na necessidade de salvaguardar o título e o exercício do serviço social, em exclusivo, para aqueles que tivessem a devida preparação intelectual, técnica e moral, e apelou para o reconhecimento oficial urgente do ensino, e respectivos diplomas, no Instituto de Serviço Social. A secção A foi a primeira a contar com a aprovação oficial do plano de estudos, em 1939, sendo então instituído um exame de Estado para quem desejasse obter o diploma oficial de assistente de serviço social. A secção B, que preparava para o ensino familiar e doméstico, só teve o plano de estudos reconhecido pelo Ministério da Educação Nacional em 1956, embora contasse com a aprovação da Junta Nacional da Educação desde 1943.

Ainda no relatório de 1936, Marie-Thérèse Lévêque realçou a importância de mobilizar as alunas para a organização de uma associação, sugeriu a criação de um sindicato para

assegurar a protecção social das assistentes sociais e professoras de ensino familiar, e, por último, insistiu na obrigatoriedade de ser celebrado um contrato de trabalho com as alunas formadas. Os primeiros passos efectivos na mobilização associativa remetem para 1943, sete anos após o relatório da directora francesa, havendo indícios de que a condessa de Rilvas terá intercedido nesse sentido, junto do Patriarcado de Lisboa. Em 1942, a aristocrata dirigiu uma carta a D. Manuel Cerejeira, onde sugeriu criar uma associação de antigas alunas que, segundo esclarece, versaria numa combinação das dimensões espiritual e profissional. A partir de 1943, passaram a ser realizadas reuniões regulares entre as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, naquele que parece ter sido, no âmbito do serviço social em Portugal, o primeiro movimento associativo e de defesa dos direitos profissionais. Emerge, em simultâneo, a publicação do boletim *Candeia*. Nesse ano, a Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social viu os seus estatutos serem preliminarmente aprovados pelo Patriarcado de Lisboa e, em Janeiro de 1944, foi eleita a direcção inaugural, presidida pela assistente social Maria Leonor Botelho. Segundo os estatutos, a Associação estava classificada como sendo de cultura e formação social, podendo a ela filiar-se todas as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, assistentes sociais e educadoras sociais, com um diploma daquela escola. A Associação tinha como fins: aperfeiçoar profissional e moralmente as suas associadas; defender os seus interesses profissionais, materiais e morais; colaborar com o Instituto de Serviço Social na elaboração de planos de acção social; organizar reuniões de estudo e outros momentos de formação; promover a permuta com outras associações semelhantes, em Portugal e no estrangeiro; criar uma publicação; e precaver o futuro das associadas, em matéria de doença, invalidez e velhice.

Apesar da anuência preliminar de D. Manuel Cerejeira, em 1943, a aprovação oficial da Associação foi tida apenas em 1946, seguindo-se a comunicação para o Governo Civil de Lisboa. Todavia, a ausência de uma condição jurídica não impediu que a dinâmica dos três primeiros anos da Associação fosse similar à das suas congéneres em situação legal, com a realização de reuniões periódicas, a organização de momentos de formação, a prossecução de interesses comuns e, inclusive, a publicação de um boletim. Esta dinâmica associativa não oficializada, num contexto histórico de fortes restrições ao associativismo, unicamente permitido sob a regulação do Estado, surge como expressão de um espaço de autonomia no

campo do serviço social em Portugal, e encontra explicação no facto daquela Associação ter emergido sob a insígnia da Igreja Católica, o que dava, de alguma forma, garantias de uma não contradição com o ideário do Estado Novo. De realçar que, em 1943, a pretensão das antigas alunas do Instituto de Serviço Social era constituir uma ordem profissional, contudo, limitações legais encaminharam para a criação de uma associação, de carácter provisório, com vista à posterior organização de um sindicato profissional, o que veio a ocorrer em 1950, quando se constitui o Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e Outras Profissionais do Serviço Social.

Ao lado das primeiras assistentes sociais e educadoras familiares portuguesas, caminhou Marie-Thérèse Lévêque, com a sua própria visão do ensino e da profissão do serviço social, tentando criar espaços de autonomia para uma nova actividade profissional, numa sociedade em que o regime político e ideológico tentava instrumentalizar a profissão em favor do projecto político e social do Estado Novo, e a Igreja Católica parecia exigir ao serviço social uma total dedicação à recristianização da vida social. No entanto, foi também sob a insígnia da Igreja Católica que o ensino e a profissão do serviço social em Portugal ganharam maior margem de autonomia, por via do acesso a redes internacionais de partilha de conhecimentos e experiências, e ao dar enquadramento, em Portugal, à primeira associação profissional no âmbito do serviço social. O catolicismo surge, assim, como catalisador de uma mudança social em curso na sociedade portuguesa das décadas de 1930 e 1940: a criação de um espaço para uma nova profissão social.

No centro das dinâmicas intrínsecas ao campo do serviço social em Portugal, entre 1935 e 1946, esteve Marie-Thérèse Lévêque, com um sólido percurso formativo e profissional, que fez prorrogar consecutivamente o seu cargo na direcção técnica no Instituto de Serviço Social, até 1944, por não se evidenciar, de entre as alunas formadas naquela escola, uma que conseguisse congregar semelhantes qualidades. O seu mérito como directora técnica mereceu, inclusive, o agraciamento pelo Estado português com o grau de Oficial da Ordem da Instrução Pública, em 1943, sob proposta do ministro da Educação Nacional.

A acção de Marie-Thérèse Lévêque no Instituto de Serviço Social terá beneficiado da capacidade de iniciativa e interlocução da condessa de Rilvas junto da sua rede de relações

sociais privilegiadas, entre as quais, Oliveira Salazar e D. Manuel Cerejeira. Uma acção muito vincada, também, pelo seu carisma pessoal, que marcou alunas e professores do Instituto de Serviço Social, como testemunham os reconhecimentos póstumos que recebeu, em 1974. Pelos seus conhecimentos e pela sua determinação, conseguiu espaços de autonomia numa nova actividade profissional em Portugal, aberta às mulheres, e talvez nisso também esteja a razão para a admiração e carinho das suas antigas alunas: Marie-Thérèse Lévêque ajudou a abrir a porta que as conduziu a uma actividade profissional.

Em síntese

A partir do percurso realizado, e no seguimento da hipótese inicialmente formulada, é possível concluir que a construção do ensino no Instituto de Serviço Social e o delinear do campo do serviço social em Portugal, apesar de situados num contexto histórico marcado pela política autoritária do Estado Novo, deve ser inscrita numa dinâmica histórica mais lata e complexa. Registou-se, de facto, uma vontade política na criação de escolas de serviço social, expressa no primeiro congresso na União Nacional, em 1934, mas a criação do Instituto de Serviço Social só foi possível devido ao interesse Igreja Católica em tomar a dianteira naquele projecto de ensino emergente em Portugal, em conformidade com uma abertura a novas dinâmicas na sociedade que, desde a década de 1920, caracterizava o movimento social católico, e em concorrência com outros projectos societários, designadamente, o movimento maçónico-higienista corporizado em Bissaya Barreto. Ao entender o serviço social como um promissor campo de conhecimento e acção, que urgia integrar no projecto de recristianização da vida social, o Instituto de Serviço Social ganhou forma na negociação entre o Patriarcado de Lisboa e a UCSS, uma organização católica francesa de serviço social. Negociação, essa, estabelecida e mediada pela condessa de Rilvas, uma aristocrata católica belga a residir em Portugal. A partir de então, o Patriarcado de Lisboa empreendeu um conjunto de esforços para conferir uma identidade católica ao projecto da nova escola, apesar da sua natureza não confessional. Veja-se, por exemplo, a divulgação da escola nos círculos sociais católicos e na imprensa periódica católica, a sessão inaugural da escola realizada na sede da Acção Católica Portuguesa, ou o próprio folheto de divulgação do Instituto de Serviço Social, que iniciava com uma mensagem do cardeal patriarca de Lisboa, acompanhada do brasão episcopal.

A criação do Instituto de Serviço Social teve lugar numa sociedade em transformação, semiperiférica e em lento processo de transição para a modernidade, onde a urbanização e a industrialização resultavam de uma arrastada metamorfose do mundo rural. Não obstante, a tese também revela uma sociedade dualista em evolução, onde o catolicismo surge como catalisador de algumas mudanças sociais em curso, e que são expressão de dinâmicas da modernidade socioeconómica e cultural, no caso concreto, a emergência de uma profissão em Portugal, na área da acção social, que atribui um novo enfoque ao papel e lugar da mulher na sociedade. Daqui a importância de considerar, na análise da emergência e institucionalização do Instituto de Serviço Social, as dinâmicas societárias sócio-religiosas e culturais, em paridade de circunstâncias com o enfoque historiográfico político e ideológico, que com frequência é priorizado nos estudos sobre a história do serviço social em Portugal, sobretudo quando o período em análise se situa entre 1930 e 1950.

Os primeiros planos de estudos do Instituto de Serviço Social, para além de norteados pelos princípios da doutrina católica, contaram com um ensino teórico e prático sustentado por vários campos disciplinares, em particular no plano de estudos inaugural, onde se verifica uma componente expressiva de disciplinas no âmbito das ciências sociais e humanas e, inclusive, na área específica do serviço social. Em meados da década de 1930, quando o panorama do ensino do serviço social em França era variado e heterogéneo, inclusive nas escolas católicas, o Instituto de Serviço Social recebeu influência de duas escolas francesas em concreto: o Institut Social Familial et Ménager de Paris, de obediência confessional, com uma vertente de ensino em serviço social e outra em ensino familiar e doméstico; e a École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux, assumidamente laica, e a única em França a formar assistentes sociais especializadas no mundo laboral. E foi Marie-Thérèse Lévêque que, na qualidade de directora técnica e professora, quem mais directamente contribuiu para marcar o projecto de ensino no Instituto de Serviço Social, ao menos numa fase inicial, por via do seu percurso formativo e profissional de relevo em áreas diversas do campo social e das ciências sociais e humanidades, e também pela sua clara filiação católica. Recém-chegada a Portugal, a ela competiu organizar o ensino, estruturar o programa de estudos, participar na escolha dos professores, e escolher as instituições que iam acolher os estágios pioneiros da escola. Fê-lo em concertação directa com o Patriarcado de Lisboa, e com o aconselhamento da UCSS

e da Association des Surintendants d'Usines et de Services Sociaux (ASUSS), e desta forma desbravou caminho para o campo de intervenção das assistentes sociais e educadoras familiares, em Portugal.

A opção metodológica de adoptar como ponto de partida o percurso biográfico de Marie-Thérèse Lévêque revelou-se uma estratégia bem-sucedida para entender a relativa liberdade de acção, mesmo que restrita, e sobretudo a sua capacidade de iniciativa numa sociedade marcada pela política autoritária do Estado Novo, e onde o catolicismo militante procurava afirmar-se, em contraponto a um catolicismo mais tradicional, de forma a assegurar uma influência social significativa por parte da Igreja Católica, num quadro societal concorrencial com outras mundividências culturais e religiosas. A sua presença facilitou o contacto e encontro com dinâmicas de pensamento e acção relativamente autónomas e, não raras vezes, alternativas e até mesmo contraditórias aos princípios políticos e ideológicos dominantes, numa lógica transnacional. Tal visão só foi possível através da observação e análise de micro-realidades que permitiram a aproximação aos agentes históricos que as desencadearam, ou que nelas participaram, como é o caso de Marie-Thérèse Lévêque, cujo percurso individual conseguiu dar conta, entre 1935 e 1946, de dinâmicas intrínsecas ao campo do serviço social em Portugal, e de espaços de autonomia no Instituto de Serviço Social, até então desconhecidos. O mesmo se pode dizer em relação a outros actores individuais que foram emergindo deste estudo, em particular, a condessa de Rilvas, aristocrata católica belga a residir em Portugal, e dedicada à acção assistencial. A sua capacidade de iniciativa e interlocução, fruto da sua condição social e das suas relações sociais privilegiadas, parece ter beneficiado, durante o período em que Marie-Thérèse Lévêque exerceu funções no Instituto de Serviço Social, a configuração de um espaço de autonomia, e de uma perspectiva profissionalizante sobre o serviço social, alicerçada numa visão social e religiosa do catolicismo. Nela teve, a directora francesa, uma importante aliada, tanto é, que o consecutivo prorrogar do seu regresso a França foi efectivado pouco depois do falecimento da condessa de Rilvas.

Para além da perspectiva de Marie-Thérèse Lévêque, outras visões também concorreram para construção do ensino no Instituto de Serviço Social, entre 1935 e 1946. O diploma legal que reconhece oficialmente o ensino no Instituto de Serviço Social, em 1939, é

expressão de uma instrumentalização do serviço social em favor do projecto político e social do Estado Novo, quando concebe as assistentes de serviço social como activas cooperadoras da revolução nacional, necessárias aos serviços públicos e às instituições particulares com fins de educação e auxílio social. Não obstante esta visão, e apesar das sucessivas crises financeiras no Instituto de Serviço Social, que o sujeitaram a uma subvenção do Estado intermediada pela OMEN, a direcção técnica da escola não abdicou do seu espaço de autonomia em matéria de assuntos internos, e insurgiu-se contra as tentativas de interferência externa daquele organismo oficial, sobretudo em decisões de natureza técnico-pedagógica.

A Igreja Católica, por sua vez, tendo em Marie-Thérèse Lévêque uma especialista em serviço social, recomendada por uma organização católica francesa, a UCSS, concedeu-lhe grande autonomia técnica e pedagógica para projectar o programa de estudos do Instituto de Serviço Social, que foi depois aprovado na íntegra pelo Patriarcado de Lisboa. Programa de estudos, esse, que articulava o ensino e a prática profissional, dialogava com as ciências sociais e humanas, e contemplava a área disciplinar específica do serviço social, mas que acabou subvertido, como é possível constatar no plano de estudos aprovado oficialmente, em 1939, e que se afasta substantivamente do plano de estudos inaugural, da autoria de Marie-Thérèse Lévêque. Importa aqui realçar que naquele período o Estado Novo colocava entraves ao livre desenvolvimento das ciências sociais, inscritas no plano de estudos de 1935, inclusive, a sociologia. Por outro lado, no início dos anos 1940, alguns sectores da Igreja Católica, com expressão na administração da escola, vieram contestar o excesso de formação intelectual e técnica das alunas no Instituto de Serviço Social, em detrimento da sua preparação moral e espiritual, numa atitude que parece pretender exigir do serviço social um maior compromisso com o projecto de confessionalização da vida social. Apesar de consentir o aconselhamento moral por parte da Igreja Católica, novamente o Instituto de Serviço Social tentou preservar o seu espaço de autonomia técnico-pedagógica, com a interseção da condessa de Rilvas, que contrariou, entre outros, um parecer do assistente eclesiástico da Associação de Serviço Social, e conseguiu manter em funções a directora técnica do Instituto de Serviço Social, isto, apesar de ter sido inviabilizada a substituição de Marie-Thérèse Lévêque pela jovem assistente social que ela própria escolhera: Maria Leonor Botelho.

O estudo também mostra que, numa clara contradição com os princípios nacionalistas e conservadores do ideário do Estado Novo, o Instituto de Serviço Social foi permeável a algumas dinâmicas e redes internacionais e à influência de organizações estrangeiras de serviço social, sob a insígnia do catolicismo. No seio destas dinâmicas internacionais, a UCISS revelou-se um parceiro-chave, na organização de missões de estudo ao estrangeiro, e no acolhimento e orientação de assistentes sociais portuguesas que pretendiam conhecer a realidade das organizações e obras de assistência na Bélgica e Suíça. Marie-Thérèse Lévêque teve, aqui, um papel de relevo, ao incentivar alunas e profissionais a procurar um intercâmbio de conhecimentos, experiências e vivências no plano internacional, para que assim pudessem acompanhar os mais recentes progressos sobre o serviço social.

Segundo Marie-Thérèse Lévêque, o serviço social era indubitavelmente uma profissão, cujo exercício devia estar reservado àqueles que tivessem uma formação especializada, e legitimada por um diploma profissional. Entre 1935 e 1946, tempo em que desempenhou funções no Instituto de Serviço Social, Marie-Thérèse revelou uma acção coerente com a sua visão profissionalizante sobre o serviço social, e com os direitos profissionais que considerava importante acautelar àqueles que o exerciam, quando devidamente formados. Na iminência das primeiras alunas formadas no Instituto de Serviço Social, foi ela quem apelou, junto do Patriarcado de Lisboa, para a urgência de reconhecer oficialmente o ensino e respectivos diplomas naquela escola, elementos que, em seu entender, seriam essenciais para afirmar o serviço social, enquanto campo profissional, na sociedade portuguesa. Foi também ela quem impulsionou o movimento associativo entre as antigas alunas do Instituto de Serviço Social, e que acompanhou de perto os primeiros passos da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social. Esta dinâmica associativa, que veio a estar na origem do Sindicato Nacional das Assistentes Sociais, Educadoras Familiares e Outras Profissionais do Serviço Social, manteve-se sem aprovação oficial entre 1943 e 1946, num contexto histórico de fortes restrições ao associativismo, unicamente autorizado sob a regulação do Estado. Tê-lo-á conseguido por contar com a aprovação preliminar do Patriarcado de Lisboa, em 1943, o que, mais uma vez, mostra como alguns dos espaços de autonomia existentes no campo do serviço social em Portugal, entre 1935 e 1946, para além de terem partido da iniciativa da carismática directora francesa, Marie-Thérèse Lévêque, só foram possíveis porque

contaram com o patrocínio e a presença da Igreja Católica no campo social. Como tal, a importância de olhar, no serviço social, para os espaços de autonomia e concorrência dos seus agentes históricos e tentar perceber o seu pensamento e as suas estratégias de acção, em face das dinâmicas institucionais e societárias do seu tempo, mesmo em contextos históricos mais restritivos à liberdade de acção.

Perspectivas de investigação futura

A realização desta tese deixou em aberto diversas pista de investigação, que sumariamente se identificam. Em primeiro lugar, surge como relevante retomar o estudo do percurso biográfico de Marie-Thérèse Lévêque, após o seu regresso a França, em 1946, para assim completar o estudo da sua trajectória formativa e profissional. Também relevante, seria dar continuidade à pesquisa histórica sobre as duas escolas francesas que maior influência tiveram na organização do ensino e nos primeiros planos de estudos do Instituto de Serviço Social, em 1935: o Institut Social Familial et Ménager de Paris, pois na literatura actual são escassas as referências sobre a sua fundação e primeiros anos de funcionamento; e a École des Surintendants d'Usines et des Services Sociaux, mais concretamente, o seu acervo monográfico, visto que, no final de 1935, foram recebidas no Instituto de Serviço Social monografias daquela escola, para servirem de referência às alunas portuguesas na realização do seu próprio trabalho. Ambas as propostas se encontram actualmente em curso, e contam com a colaboração do Groupe de Recherche en Histoire du Service Social (GREHSS).

No *corpus* documental coligido consta um acervo de recortes de imprensa sobre o Instituto de Serviço Social e/ou Marie-Thérèse Lévêque, resultante de uma pesquisa em quatro títulos de imprensa periódica – *Novidades*, *A Voz*, *Diário de Notícias*, e *Diário de Lisboa* –, entre 1935 e 1945. A partir do acervo constituído, seria possível conduzir um estudo no âmbito das representações sociais sobre o serviço social em Portugal, naquele período. Do *corpus* documental constituído na tese também constam todos os números da *Candeia*, o boletim da Associação das Assistentes Sociais e Educadoras Familiares do Instituto de Serviço Social, publicado entre 1943 e 1947. Estas fontes sugerem um estudo sobre a

história da primeira associação profissional de serviço social em Portugal, e da sua articulação com a história da implantação do corporativismo num regime autoritário.

No decorrer deste estudo, a descoberta de micro-realidades com dinâmicas de pensamento e acção autónomas, num contexto marcado pelo regime autoritário do Estado Novo, veio reforçar a importância de investir na exploração de um acervo mais amplo de fontes primárias sobre a história do serviço social em Portugal, que permita analisar as dinâmicas sociais a partir dos seus actores sociais, por exemplo, os pioneiros. Neste domínio, merece destaque o projecto “Ao encontro da memória”, encetado em 2005 pelo Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica Portuguesa, onde foram realizadas entrevistas biográfico-narrativas a algumas das primeiras alunas formadas no Instituto de Serviço Social, e que importa dar continuidade. Também prioritário, seria continuar a resgatar os espólios pessoais das primeiras alunas do Instituto de Serviço Social, caso existam, e providenciar-lhes o devido tratamento arquivístico, para serem depois disponibilizados à comunidade científica, caso de Maria Leonor Corrêa Botelho (1915-1996). Esta é uma iniciativa recente na Universidade Católica Portuguesa, e decorre actualmente de uma parceria entre o Católica Research Centre for Psychological, Family and Social Wellbeing (CRC-W) e o Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR).

Por último, e embora não configure propriamente uma sugestão de pesquisa, importa dar a conhecer ao serviço social em França a figura de Marie-Thérèse Lévêque, o seu papel no Instituto de Serviço Social, e contributo para a construção do serviço social em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- Aballéa, François; Simon, Charlotte (2004), *Le Service Social du Travail. Avatars d'une Fonction, Vicissitudes d'un Métier*, Paris: L'Harmattan.
- Abrantes, Maria Teresa (1977), "Contributos para a história do serviço social em Portugal", *Cadernos*, n.º 1, pp. 23-31.
- Agnew, Elizabeth N. (2004), *From Charity to Social Work. Mary E. Richmond and the Creation of an American Profession*, Chicago: University of Illinois Press.
- Albertini, Pierre (2006), *L'École en France, du XIXe siècle à nos jours. De la Maternelle à l'Université* (2^{ème} éd.), Paris: Hachette Livre.
- Alexandre, Paulo Morais (1999), "Encarnação, Eusébio Barbosa Tamagnini de Matos", Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 622.
- Alexandre, Paulo Morais (2000), "Rosa, Fernando Baeta Bissaia Barreto", Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 277.
- Alves, Paulo Bruno (2012), *A imprensa católica na Primeira República: do fim do jornal A Palavra (1911) ao Concílio Plenário Português (1926)*, Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Letras.
- Amaral, Isabel (2011), "Francisco Soares Branco Gentil (1878-1964). Um projeto e uma obra – a luta contra o cancro", *Revista Letras Com Vida - Literatura, Cultura e Arte*, n.º 3, pp. 58-59.

- Araújo, Norberto de (1950), “Palácio Mitelo. Séc. XVII”, *Inventário de Lisboa*, fascículo 7, pp. 31-34.
- Baganha, Maria Ioannis B. (1994), “As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, pp. 959-980.
- Baillergeau, Évelyne (2008), “Histoire du travail social aux Pays-Bas”, Jovelin, Emmanuel (dir.), *Histoire du Travail Social en Europe*, Paris: Librairie Vuibert, pp. 44-56.
- Baptista, Myriam Veras (2001), *A Investigação Social em Serviço Social*, Lisboa / São Paulo: CPIHTS / Veras Editora.
- Barreto, António (2000), “Salazar, António de Oliveira”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 283-390.
- Barros, José D’Assunção (2004), *O Campo da História. Especialidades e Abordagens*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Bernal, José Luís Malagón; Sánchez-Serrano, José Luís Sarasola (2004), “Nacimiento y evolución del trabajo social”, García, Tomás Fernández; Bracho, Carmen Alemán (coord.), *Introducción al Trabajo Social*, Madrid: Alianza Editorial, pp. 78-109.
- Berstein, Serge (1992), “La politique sociale des Républicains”, Berstein, Serge [et al.] (dir.), *Le Modèle Républicain*, Paris: Presses Universitaires de France, pp. 189-208.
- Berstein, Serge (2005), “Les radicaux”, Berstein, Serge [et al.] (dir.), *Histoire des Gauches en France*, Paris: La Découverte, pp. 7-26.
- Berstein, Serge; Milza, Pierre (1986), *Histoire du Vingtième Siècle. 1900-1939. Un Monde Déstabilisé*, Paris: Hatier.

- Beylard, Hugues (2001), “Du Passage, Henri”, O’Neill, Charles Edwards; Domínguez, Joaquín María (eds.), *Diccionario Histórico de la Compañía de Jesús. Biográfico-Temático*, vol. II, Madrid: Universidad Pontificia Comillas, p. 1154.
- Blaikie, Norman (1993), *Approaches to Social Enquiry*, Cambridge: Blackwell Publishers.
- Blöss, Thierry; Frickey, Alain (2006), *La Femme dans la Société Française* (4^{ème} éd.), Paris: Presses Universitaires de France.
- Bouquet, Brigitte (1988), “Formation et enseignement du service social en 1928. Premier bilan comparatif international”, *Vie Sociale*, n.º 5-6, pp. 195-212.
- Bouquet, Brigitte (1993a), “Jeanne de Joannis, 1877-1963”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 25-29.
- Bouquet, Brigitte (1993b), “Juliette Delagrangé, 1880-1936”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 37-41.
- Bouquet, Brigitte (1993c), “Lucie Chevalley, 1881-1979”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 77-81.
- Bouquet, Brigitte (1995), “École d’action sociale familiale”, *Vie Sociale*, n.º 1-2, pp. 25-36.
- Bouquet, Brigitte (2000), “La formation au travail social dans le monde en 1928”, *Vie Sociale*, n.º 2, pp. 5-16.
- Bouquet, Brigitte; Rater-Garcette, Christine (2005), *Assistante Sociale Aujourd’hui* (2^{ème} éd.), Paris: Éditions Maloine.
- Bouquet, Brigitte; Rater-Garcette, Christine (2013), “Le Réseau histoire du travail social”, *Vie Sociale*, n.º 1, pp. 203-206.
- Bouquet, Brigitte; Treuil, Danièle (1995), “École des Surintendantes”, *Vie Sociale*, n.º 1-2, pp. 59-71.

- Bouquet, Brigitte [et al.] (1995), “Les premières écoles de service social (1908-1938): un atout majeur pour la professionnalisation des assistantes sociales”, *Vie Sociale*, n.º 1-2, pp. 3-24.
- Boyer, Suzanne (1993), “Berthe Milliard, 1877-1924”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 11-23.
- Branco, Francisco (2015), “Itinerário das profissões sociais em Portugal, 1910-1962”, *Análise Social*, 214, L (1.º), pp. 44-72.
- Branco, Francisco (2018), “Social work education: the Portuguese story in a local and global perspective”, *Practice. Social Work in Action*, vol. 30, pp. 271-291.
- Brito, José M.ª Brandão; Nunes, Ana Bela (1992), “Política económica, industrialização e crescimento”, Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII (Portugal e o Estado Novo. 1930-1960), Lisboa: Editorial Presença, pp. 306-351.
- Brown, Stewart J. (2007), “Chalmers, Thomas (1780-1847)”, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford: Oxford University Press [www.oxforddnb.com/index/101005033/Thomas-Chalmers, acedido a 12/04/2013].
- Burrell, Gibson; Morgan, Gareth (1979), *Sociological Paradigms and Organisational Analysis. Elements of the Sociology of Corporate Life*, Aldershot: Ashgate.
- Caparrós, M.ª José Escartín; Soto, Esperanza Suárez (1994), *Introducción al Trabajo Social. Historia y Fundamentos Teórico-Prácticos*, Alicante: Editorial Aguaclara.
- Cardoso, José Luís; Rocha, Maria Manuela (2009), “O seguro social obrigatório em Portugal (1919-1928): acção e limites de um Estado providente”, *Análise Social*, vol. XLIV, n.º 192, pp. 439-470.

- Carreira, Henrique Medina (1999), “Protecção social”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 184-187.
- Carvalho, Rita Almeida de (2005), “Pinto, Alexandre Alberto de Sousa (n. 1880)”, Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol. II, M-Z, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 353-356.
- Castelo, Cláudia (1999), “Mata, José Caeiro da”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 433-434.
- Castilho, J. M. Tavares (2009), *Os Deputados à Assembleia Nacional (1935-1974). Biografia e carreira parlamentar*, Lisboa: Assembleia da República – publicações online [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/DeputadosAN_1935-1974/html/index.html, acessado a 18/11/2020].
- Castilho, J. M. Tavares (2010), *Os Procuradores da Câmara Corporativa (1935-1974)*, Lisboa: Assembleia da República – publicações online [https://app.parlamento.pt/PublicacoesOnline/OsProcuradoresdaCamaraCorporativa/html, acessado a 30/09/2020].
- Clairambeaux, Chanoine (1930), “Monsieur le Chanoine Hanoteaux. Aumônier de l’Institut de la Croix de Soissons”, *Bulletin de l’Association des Anciennes Elèves de la Croix*, n.º 3, pp. 20-24.
- Collantier, Françoise (1993), “Marie Liron d’Airoilles. 1884-1945”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 47-52.
- Cordeiro, Ricardo (2012), *Filantropia. As cozinhas económicas de Lisboa (1893-1911)*, Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado.

- Corlieu, Auguste (1989), *Histoire de Charly-sur-Marne*, Paris: Res Universis [facsimilé de l'édition originale, 1881].
- Costa, André Luís Marques (2011), *A evolução da Previdência Social em perspectiva comparada: 1935-1974*, Aveiro: Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território. Dissertação de mestrado.
- Courtellemont, Guy (1993), “Hélène Gervais-Courtellemont, 1861-1922”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 43-46.
- Croix-Rouge Française (1917), *Manuel de l'Infirmière Hospitalière*, Paris: Croix-Rouge Française / Masson & Compagnie Éditeurs.
- Cruz, Manuel Braga da (1999), “Igreja Católica e Estado Novo”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 233-243.
- Cruz, Manuel Braga da (2000a), “Silva, Abel Varzim da Cunha e”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 423-424.
- Cruz, Manuel Braga da (2000b), “Sociologia”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 466-468.
- Cruz, Manuel Braga da (2000c), “União Nacional”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 545-555.
- D'Haussonville (1939), *Court Aperçu sur les Origines de la Croix-Rouge et l'Organisation de la Croix-Rouge Internationale*, Paris: Croix-Rouge Française / Imprimerie Chantelard.

- D'Ouince, René (1964), "Le P. Henri du Passage", *Études*, n.º 320, pp. 120-123.
- Daumard, Adeline (1993), "La bourgeoisie et les classes dirigeantes. Permanence, évolution ou mutation?", Braudel, Fernand; Labrousse, Ernest (dir.), *Histoire Économique et Sociale de la France: 1880-1950*, vol. IV, tomo 1-2, Paris: Quadrige / Presses Universitaires de France, pp. 50-62.
- Daumezon, Georges (1973), *Cinquantenaire de l'Hôpital Henri Rousselle, 1922-1972*, Tours: Imprimerie-Reliure Maison Mame / Laboratoires Sandoz.
- Delecourt, R. (1986), "L'enseignement privé à Gagny", *En Aulnoye Jadis. Publication de la Société Historique du Raincy et du Pays d'Aulnoye*, n.º 15, pp. 107-112.
- Diebolt, Evelyne (1999), "Les femmes engagées dans le monde associatif et la naissance de l'État providence", *Matériaux pour l'Histoire de Notre Temps*, n.º 53, pp. 13-26.
- Diebolt, Evelyne (2000), "Les femmes catholiques: entre l'église et la société", Chadwick, Kay (dir.), *Catholicism, Politics and Society in Twentieth-Century France*, Liverpool: Liverpool University Press, pp. 219-243.
- Droulers, Paul (1981), *Le Père Desbuquois et l'Action Populaire. 1919-1946*, Paris / Rome: Éditions Ouvrières / Presses de L'Université Grégorienne.
- Duhamel, Geneviève (1948), *Mademoiselle d'Airolles. Fondatrice de L'UCSS*, Paris: Editions de l'UCSS.
- Élie, Jean-Victor (2021), "Former une élite médicale chrétienne. La Conférence Laënnec à Paris dans les années 1930", *Émulations*, n.º 38, pp. 35-48.
- Faure, Olivier (1996), "Les officines pharmaceutiques françaises: de la réalité au mythe (fin XIXe – début XXe siècle)", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, n.º 43-4, octobre-décembre, pp. 672-685.

- Fernandes, Ernesto (1978), “Contributos para a história do serviço social em Portugal”, *Cadernos*, n.º 2, pp. 27-40.
- Fernandes, Ernesto (1985), “Elementos para uma cronologia do serviço social em Portugal”, *Intervenção Social*, n.º 2-3, pp. 143-148.
- Ferreira, António Matos (1999), “Acção católica”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 25-31.
- Ferreira, António Matos (2007), *Um Católico Militante diante da Crise Nacional. Manuel Isaías Abúndio da Silva (1874-1914)*, Lisboa: CEHR-UCP.
- Ferreira, Maria Emília Freitas (2009), “Serviço social e sociedade, cumplicidades e interações: contributos para uma análise da produção académica portuguesa no período de 1936 a 1972”, *Serviço Social e Sociedade*, vol. 6, n.º 23, pp. 161-190.
- Ferreira, Óscar (2014), “A Escola Técnica de Enfermeiras (1940-1968)”, *Pensar Enfermagem*, vol. 18, n.º 2, pp. 74-88.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa: Monitor.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira (1999), “Juventude Escolar Católica / Juventude Escolar Católica Feminina (JEC / JECF)”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O. Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 341-345.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira (2008), “A institucionalização da Acção Católica Portuguesa e a festa de Cristo-Rei”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, n.º 19-20, pp. 171-193.

- Fontes, Paulo F. de Oliveira (2011), *Elites Católicas em Portugal: o Papel da Acção Católica (1940-1960)*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira (2019), “Igreja Católica, Sociedade e Estado em Portugal no século XX”, Gonçalves, Leandro Pereira; Rezola, Maria Inácia (orgs.), *Igrejas e Ditaduras do Mundo Lusófono*, Lisboa: ICS, pp. 159-202.
- Fortin, Marie-Fabienne (1999), *O Processo de Investigação. Da Concepção à Realização*, Loures: Lusociência.
- Freixo, Manuel João Vaz (2009), *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Fritsch, Philippe; Montlibert, Christian de (1972), “Le cumul des désavantages: les élèves des centres ménagers”, *Revue Française de Sociologie*, n.º 13, pp. 80-93.
- Gautrat, Patrick (2019), *Pétain, Salazar, De Gaulle. Affinités, ambiguïtés, illusions (1940-1944)*, Paris: Editions Chandeigne.
- Gérin, Paul (1969), “Louise Van den Plas et les débuts du ‘Féminisme Chrétien de Belgique’”, *Revue Belge d’Histoire Contemporaine*, n.º 2, pp. 254-275.
- Gradwohl, Paul (1986), “Les premières années de l’Association des Surintendantes (1917-1939)”, *Vie Sociale*, n.º 8-9, pp. 375-453.
- Groulx, Lionel (2007), “L’histoire du service social: éléments d’analyse”, Deslauriers, Jean-Pierre; Hurtubise, Yves (dir.), *Introduction au Travail Social (2^{ème} éd.)*, Québec: Les Presses de l’Université Laval, pp. 41-68.
- Guerrand, Roger-Henri (1993), “Bertie Albrecht, 1893-1943”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 83-86.

- Guinote, Paulo (1996), “A sociedade: da agitação ao desencanto”, Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo: 1910-1926*, vol. II (2.^a ed.), Lisboa: Publicações Alfa, pp. 171-230.
- Gury, Germaine [et al.] (1993), “Ysabel de Hurtado, 1891-1983”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 59-69.
- Guyot, Claire (2001), “De l’engagement au désenchantement (1945-1975)? Jalons pour une histoire des intellectuels catholiques”, *CLIO. Histoire, Femmes et Sociétés*, n.º 13, pp. 155-166.
- Henriquez, Bernardo Alfredo (1991), “Génese e emergência do serviço social português – o Instituto de Serviço Social de Lisboa (1.^a parte)”, *Intervenção Social*, n.º 5-6, pp. 9-20.
- Henriques, Dina (2016), *Ser educado, ser educador: a dimensão filosófica, ética e pedagógica da obra de Luiza Andaluz*, Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Ciências da Educação.
- Henriques, Hélder (2012), “A enfermagem em Portugal no século XX: um retrato histórico”, *Estudos Humanísticos. História*, n.º 11, pp. 309-327.
- Herdhuin, André (1985), *La Villa de Charles ou l’Histoire de Charly-sur-Marne*, Nogentel: Imprimerie de la Dhuys.
- Hering, Sabine; Waaldijk, Berteke (eds.) (2003), *History of Social Work in Europe (1900-1960). Female Pioneers and their Influence on the Development of International Social Organisations*, Opladen: Leske und Budrich.
- Hick, Steven (2006), “The history of social work. The development of a profession”, Hick, Steven (ed.), *Social Work in Canada. An Introduction*, Toronto: Thompson Educational Publishing, 45-61.

- Hokenstad, Terry (2012), “Social work education: the international dimension”, Lions, H. Karen [et al.], *The SAGE Handbook of International Social Work*, London: SAGE Publications, 163-178.
- Homem, Armando Luís de Carvalho (2018), “Mulheres doutoras nas universidades portuguesas (1926-1960)”, *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n.º 39, pp. 75-92.
- Iamamoto, Marilda; Carvalho, Raul de (2000), *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma Interpretação Histórico-metodológica* (13.ª ed.), São Paulo: Cortez Editora.
- J. V. (1932), “Service social”, *Bulletin de l'Association des Anciennes Elèves de la Croix*, n.º 7, pp. 8-14.
- Jacquemin, André (1950), “Le centenaire de l'Institut de la Croix à Soissons”, *Bulletin de l'Association des Anciennes Elèves de la Croix*, n.º 23, pp. 9-20.
- Jovelin, Emmanuel; Bouquet, Brigitte (2005), *Histoire des Métiers du Social en France*, Paris: Éditions ASH.
- Kendall, Katherine A. (2000), *Social Work Education. Its Origins in Europe*, Alexandria: Council on Social Work Education.
- Keymolen, Denise (2001), *Victoire Cappe. 1886-1927. Une Vie Chrétienne, Sociale, Féministe*, Leuven: Presses Universitaires de Louvain.
- Kruse, Elke (2009), “Towards a history of social work training in Germany. Discourses and struggle for power at the turning points”, Hauss, Gisela; Schulte, Dagmar (eds.), *Amid Social Contradictions. Towards a History of Social Work in Europe*, Leverkusen Opladen: Verlag Barbara Budrich, pp. 89-108.
- La Prophylaxie Mentale* (1928), n.º 15-16.

- Labonté-Roset, Christine (2000), “L’influence d’Alice Salomon dans l’histoire du travail social (Allemagne)”, *Vie Sociale*, n.º 2, pp. 63-77.
- Legros, Michel; Moussy Christiane (1993), “Aux origines du service social hospitalier, Joséphine Getting, ou le hasard et la méthode, 1887-1947”, *Vie Sociale*, n.º 3-4, pp. 71-76.
- Lenain, Denise; Salomon, Georges-Michel (1988), “Une pionnière du service social: Marie-Thérèse Vieillot”, *Vie Sociale*, n.º 10-11, pp. 411-436.
- Linn, James Weber (2000), *Jane Addams: a Biography*, Chicago: University of Illinois Press.
- Loubet, Jean-Louis (1996), “Citroën dans les années trente ou comment restructurer une entreprise”, *Histoire, Économie et Société*, vol. 15, n.º 2, pp. 281-297.
- Maerckx, Sophie (2009), “Une éducation religieuse et morale selon le genre et l’origine sociale? Analyse de la revue *La Femme Belge* à travers les conceptions de Joseph Cardijn et d’Edward Montier (1913-1934)”, Lanouette, Mélanie (dir.), *Du ‘Par Cœur’ au Cœur. Formation Religieuse Catholique et Renouveau Pédagogique en Europe et en Amérique du Nord au XXe Siècle*, Louvain: Presses Universitaires de Louvain, pp. 37-56.
- Maia, Fernando M. (1985), *Segurança Social em Portugal: Evolução e Tendências*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Mariano, Fátima (2011), *As Mulheres e a I República*, Casal de Cambra: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas.
- Marques, A. H. de Oliveira (coord.) (2000), *Parlamentares e Ministros da 1.ª República Portuguesa (1910-1916)*, Porto: Edições Afrontamento.

- Marques, A. H. de Oliveira; Rodrigues, Luís Nuno (1991), “A sociedade e as instituições sociais”, Marques, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Coleção “Nova História de Portugal”, vol. XI, Lisboa: Editorial Presença, pp. 187-239.
- Marques, Rafael (2000), *Cruz Vermelha*, Coimbra: Quarteto Editora.
- Martins, Alcina Maria de Castro (2010), *Génese, Emergência e Institucionalização do Serviço Social Português* (2.^a ed.), Beja: Encadernação Progresso.
- Martins, Fernando (1992), “Versão sintética sobre as realidades estruturais e a sua evolução”, Serrão, Joel; Marques, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. XII (Portugal e o Estado Novo. 1930-1960), Lisboa: Editorial Presença, pp. 272-305.
- Matos, Jorge (2012), “Sintra Real (1889-1910): a corte na aldeia”, *Tritão – Revista de História, Arte e Património de Sintra*, n.º 1.
- Matos, Luís Salgado de (1999), “Cerejeira, D. Manuel Gonçalves”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 296-313.
- Matthew, Colin (2004), “Loch, Sir Charles Stewart (1849-1923)”, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford: Oxford University Press [www.oxforddnb.com/index/101034574/Henry-Solly, acessado a 11/04/2013].
- Mayer, Robert (2002), *Évolution des Pratiques en Service Social*, Boucherville: Gaëtan Morin Éditeur.
- Miranda, Sacuntala de (1991), “A base demográfica”, Marques, A. H. de Oliveira (coord.), *Portugal da Monarquia para a República*, Coleção “Nova História de Portugal”, vol. XIV, Lisboa: Editorial Verbo, pp. 13-36.

- Miranda, Sacuntala de (1992), “A evolução demográfica”, Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Coleção “Nova História de Portugal”, vol. XII, Lisboa: Editorial Presença, pp. 259-271.
- Mockly, Hélène (1994), *À propos de l'intérêt porté par les pharmaciens à la photographie*, Besançon: Université de Franche-Comté. Tese de doutoramento em Farmácia.
- Morales, Armando; Sheafor, Bradford (2002), *The Many Faces of Social Workers*, Toronto: Thompson Educational Publishing.
- Moreira, António Montes (1990), “O Cardeal Cerejeira, fundador da Universidade Católica Portuguesa”, *Lusitania Sacra*, 2.^a série, n.º 2, pp. 169-221.
- Nóvoa, António (1992), “A ‘Educação Nacional’”, Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Coleção “Nova História de Portugal”, vol. XII, Lisboa: Editorial Presença, pp. 455-519.
- Oliveira, A. de (1973), “Oliveira, D. Ernesto Sena de”, Magalhães, António Pereira Dias de; Oliveira, Manuel Alves de (dir.), *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 277.
- Oliveira, César de (1992), “A evolução política”, Rosas, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Coleção “Nova História de Portugal”, vol. XII, Lisboa: Editorial Presença, pp. 21-85.
- Oliveira, Leonel de (2009), “Cabeça, Custódio”, Oliveira, Leonel de (coord.), *Quem é Quem. Portugueses Célebres*, Lisboa: Temas e Debates, p. 110.
- Otero, Paulo (1999), “Corporativismo político”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 425-431.

- Paturel, Dominique (2010), *Le Service Social du Travail à l'Épreuve de la GRH. La Fonction de Tiers-Social*, Paris: L'Harmattan.
- Paula, Maria da Glória C. Santana (2010), “Franciscanas Missionárias de Maria”, Franco, José Eduardo [et al.], *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa: Gradiva Publicações, pp. 429-434.
- Pereira, Nuno Teotónio (1994), “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, pp. 509-524.
- Pereira, Nuno Teotónio (2000), “Pacheco, Duarte”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 18-19.
- Perez, Ilda (2013), “António Monteiro e um relatório de 1939 do Instituto para a Alta Cultura”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Matemática*, n.º 68, pp. 137-150.
- Pimentel, Irene Flunser (1996), “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, Rosas, Fernando; Brito, José Maria Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I (A-L), Lisboa: Bertrand Editora, p. 409.
- Pimentel, Irene Flunser (2011), *A cada um o seu lugar. A Política Feminina do Estado Novo*, Rio de Mouro: Temas e Debates (Círculo de Leitores).
- Pinheiro, Magda (2006), “A biografia em Portugal: uma agenda”, *Ler História*, n.º 50, pp. 67-80.
- Pintassilgo, Joaquim; Teixeira, Anabela (2015), “Novos olhares sobre as abordagens biográficas: balanço de produção portuguesa (2005-2014)”, Alves, Luís; Pintassilgo, Joaquim (coord.), *História da Educação. Fundamentos Teóricos e Metodologias de Pesquisa: Balanço da Investigação Portuguesa (2005-2014)*, Porto: CITCEM / HISTEDUP / Instituto de Educação, pp. 57-83.

- Popple, Philip R. (1995), "Social work profession; history", Edwards, Richard L.; Hopps, June Gary (ed.), *Encyclopedia of Social Work* (19th ed.), vol. 3, Washington DC: NASW Press, pp. 2282-2292.
- Popple, Philip R.; Leighninger, Leslie (1999), *Social Work, Social Welfare and American Society* (4th ed.), Boston: Allyn and Bacon.
- Rasmussen, Anne (2004), "Les enjeux d'une histoire des formes pharmaceutiques: la galénique, l'officine et l'industrie (XIXe – début XXe siècle)", *Entreprises et Histoire*, n.º 36, pp. 12-28.
- Rater-Garcette, Christine (1995), "L'École normale sociale", *Vie Sociale*, n.º 1-2, pp. 37-46.
- Rater-Garcette, Christine (1996), *La Professionnalisation du Travail Social. Action Sociale, Syndicalisme, Formation. 1880-1920*, Paris: L'Harmattan.
- Rias, Ana Paula (2005), "Ramos, Gustavo Cordeiro (1888-1974)", Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol. II, M-Z, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 422-424.
- Robien, Yvonne de (1939), "La femme et ses responsabilités", *La Femme Catholique dans Le Monde Contemporain*, Paris: Librairie Plon, pp. 157-188.
- Rodrigues, Maria de Lurdes (2002), *Sociologia das Profissões*, Oeiras: Celta Editora.
- Rosas, Fernando (1994), "Condições geográfica e demografia", Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VII (O Estado Novo), Lisboa: Editorial Estampa, pp. 19-30.
- Rouso, Henry (2019), *Le Régime de Vichy*, Paris: Presses Universitaires de France.

- Ruston, Alan (2004), “Solly, Henry (1813-1903)”, *Oxford Dictionary of National Biography*, Oxford: Oxford University Press [www.oxforddnb.com/index/101037991/Henry-Solly, acessado a 10/04/2013].
- Salson, Philippe (2015), *L’Aisne Occupée. Les Civils dans la Grande Guerre*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Santos, Eva; Deusdado, Maria Irene (2010), “Filhas do Coração de Maria”, Franco, José Eduardo [et al.], *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*, Lisboa: Gradiva Publicações, pp. 408-411.
- Santos, Maria Isabel (2009), *O Discurso Histórico sobre o Serviço Social em Portugal*, Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Sardica, José Miguel (2005), *Duque de Ávila e Bolama. Biografia*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Schmidt, Benito Bisso (1997), “Construindo biografias... historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos”, *Estudos Históricos*, n.º 19, pp. 3-21.
- Schpun, Mônica Raisa (2002), “Décorative ou active? L’action politique de Carlota Pereira de Queiroz (1933-1937)”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, n.º 47-48, pp. 157-180.
- SFCM (1989), *Dans la Tourmente Révolutionnaire. Les Filles du Cœur de Marie*, Paris: Éditions Lambert-Laurent.
- Silva, Filipa Ribeiro (2005), “Rosa, Fernando Baeta Bissaia Barreto”, Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol. II, M-Z, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 496-497.

- Silva, Margarida (2006), *História e conhecimento profissional em serviço social: o caso da escola do Porto (1960-1974)*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas. Dissertação de mestrado.
- Silva, Teresa Paula Garcia Rodrigues da (2017), *A primeira escola de Serviço Social em Portugal: o projeto educativo fundador e a configuração do campo de conhecimento (1935-1955)*, Lisboa: ULL-ISSSL. Tese de doutoramento em Serviço Social.
- Sousa, Maria Reynolds de (2004), “Guardiola, Maria Baptista dos Santos (1895-1987)”, Cruz, Manuel Braga da; Pinto, António Costa (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, vol. I, A-L, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 741-746.
- Targowla, R.; Bernheim, G. (1927), “Le service social à l’hôpital psychiatrique”, *La Prophylaxie Mentale. Bulletin Trimestriel de la Ligue d’Hygiène Mentale*, n.º 9, pp. 254-258.
- Teixeira, Maria Elvira (2000), “Assistência”, Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. A-C, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, pp. 149-152.
- Tengarrinha, José (1999a), “Diário de Lisboa”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 523-524.
- Tengarrinha, José (1999b), “Diário de Notícias”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VII, Suplemento A/E, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 524.
- Tengarrinha, José (1999c), “Novidades”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 620.

- Tengarrinha, José (2000), “Voz, A”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. XIX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, p. 604.
- Tomé, Maria (2012), *Justiça e cidadania infantil em Portugal (1820-1978) e a Tutoria de Coimbra*, Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento em Letras.
- Toulouse, Édouard; Mourgue, Raoul (1926), “Le caractère social de l’hygiène et de la prophylaxie mentales”, *La Prophylaxie Mentale. Bulletin Trimestriel de la Ligue d’Hygiène Mentale*, n.º 5-6, pp. 150-161.
- Tuke, Margaret Janson (1939), *A History of Bedford College for Women, 1849-1937*, Oxford: Oxford University Press.
- Vacherand, André (1991), “Essai sur l’enseignement à Saint-Quentin”, *Mémoires de la Fédération des Sociétés d’Histoire et d’Archéologie de l’Aisne*, tome XXXVI, pp. 83-102.
- Verne, Henri (1932), “La fondation et le développement de l’École du Louvre”, Henri, Verne (dir.), *L’École du Louvre. 1882-1932*, Paris: Presses de Frazier-Soye, pp. 1-39.
- Vicente, Ana (1999), “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, Suplemento F/O, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 144-145.
- Vicente, António Pedro (2000), “Pacheco, António Faria Carneiro”, Barreto, António; Mónica, Maria Filomena (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. IX, Suplemento P/Z, Porto: Livraria Figueirinhas, pp. 17-18.
- Vie Sociale* (1988), n.º 5-6.
- Vie Sociale* (2008), n.º 3.

Vieira, Balbina Ottoni Vieira (1982), *Serviço Social, Visão Internacional*, Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora.

Wolkmer, António (2003), “O pensamento político medieval: Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino”. Wolkmer, António (dir.), *Introdução à História do Pensamento Político*, Rio de Janeiro: Editora Renovar, pp. 39-66.

Zancarini-Fournel, Michelle (2005), *Histoire des Femmes en France. XIXe – XXe Siècles*, Rennes: Presses Universitaires de Rennes.

Zelis, Guy (2000), “Formation au travail social et mouvement d’éducation ouvrière en Belgique: genèse et organisation des écoles sociales durant l’entre deux guerres”, *Vie Sociale*, n.º 2, pp. 41-62.

Zylberman, Patrick (1988), “La dernière scène de la raison”, *Vie Sociale*, n.º 5-6, pp. 163-175, 256.